



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



**VIII Semana da
GEOGRAFIA**
“Estado e Reformas Políticas em Tempos de Crise”
2018

Itabaiana

13 a 15 de agosto de 2018



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA BICAMPI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Semana da Geografia (8. : 2018 : Itabaiana, SE)

S471e

Estado e reformas políticas em tempos de crise [recurso eletrônico]: ANAIS da VIII Semana da Geografia: Estado e reformas políticas em tempos de crise: de 13 a 15 de agosto / organizadores: Ana Rocha dos Santos et al. – Itabaiana, SE : Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2018.

642 p.

ISBN: 978-85-7822-636-7

1. Geografia – Congresso. 2. Reformas políticas. 3. Crise. I. Universidade Federal de Sergipe. II. Santos, Ana Rocha dos. III. Título.

CDU 911(813.7)



REALIZAÇÃO



DGEI
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA ITABAIANA

APOIO





SUMÁRIO

Apresentação.....	04
Comissão Organizadora.....	05
Comissão Científica.....	06
Eixos de Trabalho.....	07
Anais.....	09
Eixo 1 - Espaço Agrário.....	10
Eixo 2 - Espaço Urbano.....	284
Eixo 3 - Natureza e Sociedade.....	353
Eixo 4 - Ensino de Geografia.....	503
Eixo 5 - Estado, Trabalho e Políticas.....	500



APRESENTAÇÃO

A Semana da Geografia do Departamento de Geografia do Campus Prof. Alberto Carvalho é um momento particular na formação inicial e continuada de professores por reunir os interessados na produção do conhecimento geográfico e apresentar os resultados de trabalhos e pesquisas desenvolvidos por docentes, alunos e demais pesquisadores. Desde a sua primeira edição (em 2008), a realização da Semana da Geografia se destaca por evidenciar estudos de natureza geográfica sobre o estado sergipano, notadamente sobre a microrregião de Itabaiana.

Os resultados dos trabalhos apresentados durante a oitava versão do evento estão reunidos nestes anais que comportam os temas, os debates e a reflexão empreendidos pelos convidados, estudantes e professores que participaram dos Gts.

Desejamos uma boa leitura!



COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof^ª Dr^ª Ana Rocha dos Santos - DGEI

Acadêmica: Andressa Araújo Souza - DGEI

Profa. Dr^ª Diana Mendonça de Carvalho - DGEI

Prof. Dr. José Hunaldo Lima – DGEI

Me. Josimar de Souza Lima

Acadêmico: Júnio Andrade Menezes - DGEI

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes - DGEI

Graduado: Franklin da Cruz Pereira – DGEI



COMISSÃO CIENTÍFICA

Andrea Coelho Lastória - USP

Andréa Lourdes Monteiro Scabello - UFPI - Universidade
Federal do Piauí

Cristiano Aprígio dos Santos - UFS

Daniel Almeida da Silva - UFS

Daniel Rodrigues de Lira - UFS

Fabília de Oliveira Santos - UFS

Geisedryelli Castro Santos - SEED

Josefa de Lisboa Santos - UFS

Larissa Monteiro Rafael - UFS

Luiz Henrique de Barros Lyra - UPE - Universidade de
Pernambuco

Márcia da Silva - UNICENTRO - Universidade Estadual do
Centro Oeste - PR

Marleide Maria Santos Sérgio - UFS

Oscar Alfredo Sobarzo Miño - UFS

Vanessa Dias de Oliveira – UFS



EIXOS DE TRABALHO

EIXO 1 - ESPAÇO AGRÁRIO

Objetiva promover a discussão sobre as questões ligadas ao campo, a natureza da produção agrícola e os modelos de desenvolvimento, os movimentos sociais e a relação campo-cidade.

EIXO 2 - ESPAÇO URBANO

Objetivo analisar a cidade quanto ao seu conteúdo e formas, os processos socioespaciais que permeiam a produção do espaço urbano, a problemática ambiental que coloca em evidência os limites impostos pela apropriação da natureza e revela os riscos que a lógica de produção capitalista impõe para a reprodução social.

EIXO 3 - NATUREZA E SOCIEDADE

A relação sociedade-natureza está no cerne nos estudos da Geografia. Este eixo é dedicado aos trabalhos e pesquisas



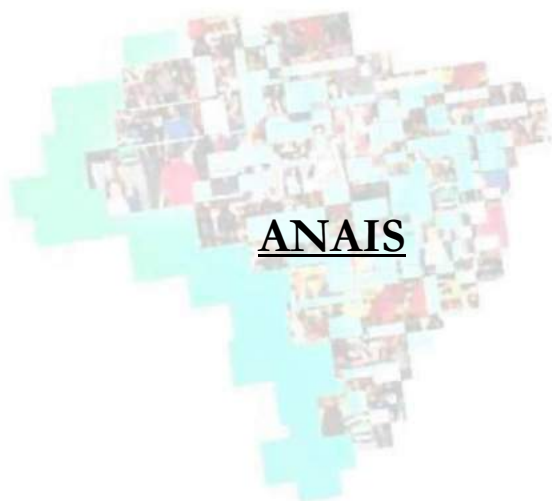
que abordam a dinâmica própria da natureza e sua apropriação para a (re) produção da sociedade capitalista, considerando os graves problemas que resultam da sua exploração.

EIXO 4 - ENSINO DE GEOGRAFIA

Eixo centrado na análise da política educacional, currículo, práticas pedagógicas, metodologias, experiências e vivências de ensino.

EIXO 5 - ESTADO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para compreender e explicar a produção do espaço geográfico é necessário o aprofundamento da leitura e análise do trabalho como centralidade para estudar a sociedade contemporânea, assim como o Estado e as políticas públicas. As transformações ocorridas no campo e na cidade são resultantes da atuação do Estado através de políticas de planejamento e ordenamento territorial, assim como, de políticas sociais e econômicas que redesenham o espaço para atender interesses específicos.



ANAIS



EIXO 1 - ESPAÇO AGRÁRIO

CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO CAMPO: AGRONEGÓCIO E CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

Ana Paula Almeida Silva¹

Universidade Federal de Sergipe (Mestranda-PPGEO/UFS)
aninha18rodriguez15@hotmail.com

Marleide Maria Santos Sergio²

Universidade Federal de Sergipe (DGEI, PPGEO/UFS)
marleidesergio@gmail.com

RESUMO

Os antagonismos entre as classes sociais no campo brasileiro têm acirrado as disputas territoriais entre proprietários de terra e trabalhadores camponeses desterritorializados pelo capital. A política agrícola do país incentiva a expansão do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento para o campo, impregnado por uma ideologia que tem no símbolo da modernização uma de suas marcas. Esse modelo tem gerado desdobramentos perversos como o agravamento da concentração de terras, a precarização

¹ Membro do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO/CNPQ/PPGEO) e do Laboratório de Estudos territoriais (LATER/PPGEO/UFS).

² Prof^a do DGEI, PPGEO, pesquisador do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO/CNPQ/PPGEO). Membro do Laboratório de Estudos territoriais (LATER/PPGEO/UFS).



das relações de trabalho e o desemprego. O presente estudo objetiva fazer uma análise dos conflitos socioespaciais, que se articulam na produção do espaço do município de Divina Pastora em Sergipe, através da atividade canavieira, pecuária e exploração mineral. A metodologia partiu de levantamentos bibliográficos, leituras em teses, artigos, pesquisas de campo, com observação da realidade espacial, e também no banco de dados do IBGE. Esses procedimentos contribuíram para realizar um estudo qualitativo das relações espaciais que se materializam no campo brasileiro na atualidade. Desse modo, constatamos o agravamento da questão agrária pela expansão do agronegócio no campo, legitimada pelo Estado. Identificou-se a segregação espacial promovida pela concentração da terra, trabalhadores desterritorializados no campo e nas periferias urbanas em constante situação de vulnerabilidade social, pela negação do acesso à terra. Ao mesmo tempo, aponta os laços de solidariedade que marcam as relações camponesas de produção, resistência cotidiana frente a segregação espacial presente em Divina Pastora, além da persistência dos resquícios históricos do modelo escravocrata de produção, que sobrevive materializado na paisagem sob a forma do agronegócio.

Palavras-chave: Agronegócio, Questão Agrária, Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

O sistema de produção presente no espaço agrário brasileiro ligado ao modelo de desenvolvimento agroexportador, expõe a inserção do Brasil no pacto colonial sob a marca do extermínio das populações nativas e do escravismo, ao mesmo tempo em que produz diversos conflitos no campo. As bases desse sistema foram produzidas ao longo de quatro séculos, sendo a terra explorada a partir do



latifúndio, presença da monocultura e exploração do trabalho humano.

Essas características de utilização da terra no campo brasileiro resultaram na formação de um grave problema agrário. A concentração da terra e seus desdobramentos socioespaciais têm suscitado processos conflituosos que tiveram início com a escravização do trabalho indígena, posteriormente dos trabalhadores africanos e exploração do trabalho assalariado. A predominância das grandes propriedades formadas a partir da colonização, conjuntamente com as oligarquias rurais no campo, formou um enorme contingente de trabalhadores sem acesso à terra e extremamente explorados. Como aponta Andrade (1987, p. 6), foi a partir desse momento, que “a maioria da população perdeu a liberdade, na forma mais ampla possível, tornando-se, objeto mercadoria, e onde a concentração fundiária, levada ao extremo, impedia que pobres livres tivessem acesso à terra para cultivá-la”.

É nesse contexto que a questão agrária vai se delineando e de forma crescente, a terra passou a servir aos interesses mercantilistas do capitalismo. A realidade no espaço agrário brasileiro hoje, representa os desdobramentos desse processo histórico, que impôs um modelo de produção agrícola de exploração da terra que ignora a necessidade de reformas estruturais a exemplo da reforma agrária. Com isso, o papel da terra no Brasil foi produzir matérias primas para a exportação, enriquecendo antigas metrópoles de colonização com os ganhos da acumulação primitiva de capital. O resultado da política agrária instituída foi a negação do direito a uma vida digna à maioria da população, que sobrevive às margens da sociedade, como mão de obra disponível para exploração.

A partir de 1930 os processos econômicos direcionam o Brasil para uma integração à ordem econômica mundial,



incompatível com o modelo agroexportador dominante no país até então. De acordo com Lisboa (2007), a coerência desse processo estava na unidade entre a economia cafeeira e o surgimento da industrialização, em um contexto de realização de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual a dependência do capital industrial em relação ao capital cafeeiro estava associada à posição subordinada da economia brasileira a economia-mundo.

Não obstante essa realidade e a opção do Estado brasileiro por uma modernização de base técnica como saída para os problemas do campo, a questão da terra manteve centralidade no Brasil sem alteração na legitimação do domínio desse meio de produção pelas oligarquias rurais e amparadas em um pacto de classes que as incluía. A luta de classes foi apaziguada pelo poder dominante, através da repressão, uso da força ou com políticas paliativas e/ou compensatórias.

A modernização, sustentada com vultosos financiamentos públicos e embalada com o falso discurso de resolver os problemas no campo, estimulou a mecanização da agricultura e com isso a concentração de terra, êxodo rural, redução do trabalho no campo e desemprego em massa, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais no campo. Esse processo, em curso a partir da década de 1960, atuou em benefício do latifúndio, que passou a ser valorizado pelas políticas públicas para o pseudo desenvolvimento do campo.

Agora com outra denominação, o latifúndio assume a condição de empresa agropecuária, mantém a presença da concentração fundiária, agravada pela compra da terra por grandes grupos empresariais, expansão das monoculturas no campo, com agravamento das consequências ambientais e exploração do trabalho humano. Assim, o latifúndio moderno denominado de agronegócio, agrava a problemática agrária no



cenário brasileiro, trazendo diversos conflitos territoriais, que emergem da relação sociedade natureza.

Neste trabalho abordaremos o agravamento da questão agrária pelo agronegócio da cana de açúcar, pecuária e exploração mineral no território do município sergipano de Divina Pastora, bem como os processos gerados pela concentração da terra na reprodução dos trabalhadores rurais, que por sua vez, sobrevivem em situação de grave vulnerabilidade social, condição essa agravada pela ampliação dos territórios do capital no campo, que retira a terra de subsistência camponesa para os empreendimentos de acumulação e ampliação do lucro.

Como procedimentos metodológicos foram realizados estudos em fontes secundárias e primárias para a compreensão da realidade analisada, através de levantamentos bibliográficos, leituras em livros, artigos, teses e dissertações que contribuíram para a compreensão dos processos espaciais inerentes a este estudo; pesquisa no banco de dados do IBGE. Além disso, foi fundamental estudos de campo para a observação das relações socioespaciais que marcam o espaço agrário de Divina Pastora, onde realizou-se trabalho de campo com a aplicação de questionários (um total de 47) e realização de entrevistas com trabalhadores camponeses, no espaço rural e urbano. Todos esses procedimentos contribuíram para levantar reflexões e discussões a respeito da concentração fundiária e sua relação com o agronegócio, além das relações socioespaciais presentes no município de Divina Pastora, situando as desigualdades sociais e vulnerabilidades enfrentadas pelos trabalhadores locais.

AGRONEGÓCIO E A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA



A instalação das grandes empresas agropecuárias no campo tem sido financiada pelas políticas públicas brasileiras com o fortalecimento e consolidação do agronegócio no campo. Cavalcante e Fernandes (2008) afirmam que o agronegócio é expressão do capitalismo e suas diretrizes neoliberais no campo, através de forte atuação das agências de regulação financeiras internacionais. Ainda para os autores, esse termo surgiu na década de 1990, como forma de restabelecer a agricultura comercial exportadora, após uma das grandes crises do capital. Na concepção de Campos (2011, p. 109), o agronegócio deve ser compreendido como:

(...) uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais.

Entendemos assim, que os novos empreendimentos articulados pelo agronegócio aumentam as contradições no campo. As desigualdades sociais geram cada vez mais pobreza e também conflitos entre proprietários de terras e trabalhadores expropriados. Para Ramos Filho (2008), o cenário de grave desigualdade na estrutura fundiária, a improdutividade da maioria das grandes propriedades, associado aos projetos públicos e privados de modernização da agricultura, apresentam-se como as causas da expulsão, da expropriação e da exclusão no/do campo. De acordo com as



análises de Conceição (2011) o agronegócio possui uma lógica concentradora de terras, de tecnologia e riquezas, expropriando famílias, produzindo desemprego e baixa qualidade de alimentos. Shimada (2014, p. 100) acrescenta, que “o agronegócio se estabeleceu pela junção do grande capital agroindustrial, da grande propriedade fundiária, do capital financeiro e de crédito, priorizando o fortalecimento dos grandes proprietários de terra, com a oligopolização do espaço agrícola e a dinâmica do mercado de terras”. Lopes (2017, p. 96) analisa que o agronegócio é “um modelo de desenvolvimento agroexportador e de produtividade, em que seus conjuntos de relações praticam a superexploração do trabalho, peonagens, e trabalho escravo contemporâneo”.

Partindo dessas considerações, ratificamos que o agronegócio intensifica a pobreza no campo, pois centraliza a terra nas mãos de poucos proprietários, contribuindo para a exclusão social e degradação ambiental. Assim, é nas áreas de expansão das atividades produtivas ligadas ao agronegócio, que ocorre simultaneamente a intensificação da pobreza no campo. Essa realidade é uma contradição dos discursos presentes nas propagandas veiculadas pelos meios de comunicação no Brasil. Os mesmos afirmam que o agronegócio, diante da grande produtividade é o principal meio de produção de alimentos para o consumo humano. Entretanto, a realidade agrária demonstra que o agronegócio não produz alimentos, mas sim matérias primas, agrocombustíveis, destinados ao mercado externo. Além disso, a ideologia presente nesse modelo produtivo se expande, destruindo comunidades tradicionais camponesas e suas relações de produção, igualmente os recursos naturais. Conforme aponta Conceição (2013, p. 94) “a modernização do campo não alterou a estrutura de concentração de terra, mas reforçou a perda da condição camponesa, na medida em que acentuou o monopólio da



produção subordinando o trabalho e a terra com o objetivo do lucro.”

Nesse contexto, percebemos a violência, gerada pelo avanço do agronegócio concomitante aos problemas e conflitos socioespaciais no campo e nas cidades. O resultado é a exclusão social, inter-relacionada com o processo de desigualdade e de pobreza (LOPES, 2017, p.101). Nesse sentido, afirma-se que o agronegócio brasileiro e as políticas agrárias aprofundam a histórica questão agrária vivenciada no Brasil ao longo de séculos, subjugando significativa parcela da população brasileira. Carvalho (2010, p. 399) em suas análises, justifica que a questão agrária “diz respeito ao fato de que a grande maioria da população rural brasileira se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência”. Essa condição é resultado da estrutura agrária, controlada pelo poder das oligarquias rurais dominantes. De acordo com os estudos de Azar (2011, p. 2).

[...] a questão agrária brasileira é o reflexo das relações de favorecimento que ao longo do tempo o Estado proporcionou à classe dominante, promovendo-lhe condições de privilégios que têm por base a apropriação da terra através de mecanismos de expropriação, a exemplo do arcabouço jurídico que foi sendo desenvolvido ao longo da história.

Compreende-se que a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, encontra respaldo no aparato jurídico produzido pelo Estado e a classe dominante, com o objetivo de manter a riqueza através da exploração da terra, na perspectiva da acumulação do capital. Por isso, a terra no Brasil tem em sua história de colonização, a concentração e expropriação. O relatório da Oxfam (2016) apresenta as diferenças entre grandes e pequenas propriedades em número



de estabelecimentos e no percentual que representam no total das áreas rurais do país, a partir de dados obtidos no censo agropecuário 2006. As análises mostram, que os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país; os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, e ocupam menos de 2,3% da área total. Essa disparidade é uma realidade presente em todos os Estados brasileiros.

No contexto do estado de Sergipe, mesmo tendo dimensões territoriais pequenas, em relação aos demais estados brasileiros, a concentração da terra reflete as desigualdades e as condições de pobreza vividas pelos trabalhadores no campo. O índice de Gini, responsável por apresentar indicativos das disparidades sociais mostra que a concentração de terra no estado ainda é um grave problema. Em 2006, o índice correspondia segundo dados do IBGE, a 0,821. Esse dado acompanha a situação dos demais estados. Em Sergipe, ocorreu uma pequena queda em relação aos dois últimos censos, em função de algumas ações pontuais de reforma agrária motivadas pela luta dos movimentos camponeses que resultaram no acesso à terra, principalmente no Sertão do estado.

Entretanto, nas terras de expansão do agronegócio, a histórica concentração fundiária se mantém com fortes reflexos nos arranjos espaciais produzidos como observa-se nas áreas agrícolas ocupadas pela cana de açúcar na chamada região do Cotinguiba, além das extensas áreas de pastagens destinadas a atividade de pecuária no território sergipano e outras culturas como o milho e a laranja. Contudo, a realidade a ser analisada e discutida nesse trabalho, é direcionada a entender as relações e conflitos espaciais inerentes ao território



da produção canavieira, da pecuária e exploração mineral, tendo como recorte espacial o município de Divina Pastora.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E CONFLITOS NO TERRITÓRIO DE DIVINA PASTORA, SERGIPE

O município de Divina Pastora tem como atividades econômicas principais, a cana de açúcar, pecuária e a extração mineral do petróleo. Possui uma extensão territorial de 90.328 Km² e situa-se na região Leste de Sergipe, na microrregião do Cotinguiba, Zona da Mata sergipana. As terras situadas nesse território, desde o processo da colonização foram destinadas para a exploração agropecuária. Isso decorre das condições climáticas, como pluviosidade, solos propícios para o desenvolvimento dessas atividades. As áreas de terras do município são propriedades de grandes fazendeiros, empresas de exploração mineral e poucas áreas ocupadas com pequenas propriedades. Além disso, no município tem a presença de dois assentamentos de reforma agrária (Flor do Mucuri 1 e 2), resultados da luta pela terra. Segundo, estudos da Emdagro, a concentração de terras é algo peculiar no município, onde a terra é tradicionalmente utilizada para o cultivo da cana de açúcar, e também para pastagens destinadas à pecuária bovina. A população desse município está em torno de 5.058 habitantes em 2017 IBGE, no último censo de 2010 correspondia a 4.326 hab. com 2.099 na área urbana e 2.227 na rural. É importante destacar que grande parte da população rural reside em comunidades, aglomerados, sendo os maiores o Bomfim e a Maniçoba.

Os estudos de Shimada (2014) apontam que no território açucareiro do agronegócio ocorre a privatização das atividades agroindustriais, ação que é regulada pelo Estado de maneira indireta, péssimas remunerações de trabalho, além de



desemprego crescente e precarização. Desse modo, essas condições aumentam as desigualdades sociais nas áreas de expansão do agronegócio. Nessas áreas a agricultura é praticada, sobretudo, a partir da perspectiva do lucro, para a acumulação de capital. A cana de açúcar, principal atividade agrícola do município, é realizada em grandes propriedades e também em terras arrendadas por usinas, que produzem a matéria prima para ser beneficiada em municípios vizinhos. Em relação às áreas de pastagens, essas ocupam grande extensão, e servem para o desenvolvimento da pecuária extensiva, com a criação de gado de corte. Assim, as terras do município em sua maioria são utilizadas para o setor sucroenergético, atividade da pecuária e exploração mineral. Essa realidade é acompanhada por graves disparidades sociais vivenciadas pela população que não possui acesso à terra.

Esse contexto representa as heranças históricas dos latifúndios, marca da realidade local, bem como as relações de trabalho imbricadas no seio da exploração, das relações de trabalho escravas nos antigos engenhos que ainda hoje, mesmo como resquícios materializados na paisagem, representam poder para as elites locais. Por outro lado, a população negra remanescente de escravos, sobrevive em condição de pobreza, nas encostas da cidade, marginalizada hoje pelo agronegócio. Esse contexto por sua vez, tem suas raízes na abolição da escravidão, que mesmo com o discurso de liberdade aos trabalhadores escravizados, negou o acesso à terra a esse contingente de trabalhadores expropriados. A Lei de terras de 1850 representou a legitimação da estrutura fundiária, quando instituiu um aparato jurídico, que legalizava o acesso à terra somente através da compra, tornando propriedade privada. Miralha (2006) destaca, que foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre a terra por parte da população pobre que era maioria. Assim, os trabalhadores escravos recém



libertos, não tinham capital para adquirir a terra, mantendo-se expropriados e marginalizados. Mais uma vez ficaram reféns da exploração de seus antigos senhores, como uma massa de trabalhadores desempregados e sem terra.

Visualiza-se essa realidade no espaço agrário de Divina Pastora; o não acesso à terra fez com que os afrodescendentes, em sua esmagadora maioria, na busca por sua reprodução social, ou seja, sobrevivência, não tivessem opção, senão as periferias das cidades, as encostas de morros. Isso para poder exercer alguma atividade agrícola, para produzir o que comer, normalmente, desenvolveram suas práticas agrícolas nas piores terras, que não serviam para o latifúndio. Nesse espaço geográfico, a população negra foi segregada nas periferias da cidade. A análise da realidade mostra que sobrevive hoje, ocupando as terras dos morros da cidade, exercendo práticas agrícolas como fonte de renda. Assim, nas periferias da cidade muitas famílias dependem da ocupação de pequenos espaços para sobreviverem do cultivo de pequenas roças. Observa-se a presença do cultivo de alimentos básicos, como mandioca, batata, cana, milho, horticulturas, banana, abóbora e uma diversidade de alimentos utilizados como principal fonte de reprodução social dessas famílias. As práticas agrícolas, desenvolvidas ocorrem com a utilização da força de trabalho da família, e com poucos instrumentos, a exemplos da enxada, da foice e do arado. O excedente da produção é muitas das vezes compartilhado entre os vizinhos e também comercializado em pequenas barracas do município ou ainda vendido para atravessadores que compram a produção para revender em outros municípios.

Percebe-se o quanto a terra representa espaço e condição de vida para o desenvolvimento das relações de trabalho. Mesmo com dificuldades, muitas famílias na área periférica de Divina Pastora retiram o seu sustento de pequenas roças em terrenos íngremes, com uma produção de



mandioca expressiva, alimento básico para sobrevivência. Assim, a resistência das relações camponesas de produção são valores históricos, que viabilizam a reprodução social dessas famílias que sobrevivem as margens das grandes plantações de cana de açúcar e pastagens de criação de gado. Entretanto, mesmo com essa resistência, muitas famílias não possuem terras para produzir e cultivar alimentos, sobrevivem do trabalho informal. Por isso, percebe-se que a concentração de terra, retira a possibilidade do trabalhador rural produzir alimentos. E nas áreas com a predominância do agronegócio, esse problema é mais acentuado. Destaca-se que a terra é condição de vida e trabalho. E o agronegócio retira esse valor, pois ocupa grandes espaços, aumentando a pobreza e os conflitos no campo. “A estrutura fundiária, montada sobre o latifúndio, é estruturalmente violenta, no sentido de negar o outro, de impedir uma existência digna para a ampla maioria” (CARVALHO, 2010 p. 400).

Diante disso, nas áreas dominadas pelo agronegócio da cana e pecuária em Divina Pastora, o desemprego é uma realidade para a população local, o percentual da população ocupada com empregos formais é de 8,6% segundo dados do IBGE no município. As poucas possibilidades de ocupação, são trabalhos periódicos e com péssimas remunerações, ocorrem no corte da cana de açúcar e como caseiro em alguma fazenda. A maior parte da população na cidade não tem acesso a empregos, pois a dinâmica econômica do município é reduzida a exploração agropecuária e mineral, que normalmente são exercidas por trabalhadores que não são do município, além de não gerar renda para a população local. Nesse território, as disputas espaciais são de grande expressão. A concentração de terra é um problema gravíssimo. O que corresponde ao fato da maioria da população se concentrar em núcleos urbanizados como povoados e na cidade, segregados ao acesso à terra. O conflito de classes sociais no campo



brasileiro representa a contradição do agronegócio, com famílias camponesas desterritorializadas em grave situação de vulnerabilidade social.

Além disso, no município de Divina Pastora, a territorialização do capital, situa-se também na exploração mineral do subsolo. Na comunidade Maniçoba povoado com grande concentração de famílias, quase todas as terras nas proximidades foram apropriadas pela Petrobrás, ou são de domínio de fazendeiros para a instalação de poços, com o objetivo da extração mineral do petróleo. As terras, segundo relatos orais de trabalhadores que moram no povoado, eram utilizadas para o cultivo de mandioca e o posterior beneficiamento da farinha. Até alguns anos atrás essa era a principal atividade econômica de subsistência da maior parte das famílias. A apropriação da terra pelo capital através da mineração transformou essas terras em área de instalação de poços para retirada de petróleo.

Assim, as famílias foram expropriadas de suas terras, bem como as relações e modo de vida alterados, diante da perda do território de sobrevivência e cultivo de produtos alimentícios. Outra questão que atinge a reprodução da comunidade, são os impactos ambientais relacionados a contaminação da água pela extração mineral. Inicialmente alguns trabalhadores conseguiram emprego na instalação da atividade mineral, relata um trabalhador, (...) “depois que terminou a instalação dos poços ficamos desempregados”. Assim, atualmente os trabalhadores da localidade vivem em constante mobilidade, em busca de trabalhos principalmente no corte da cana de açúcar em municípios vizinhos, em fazendas ou trabalhando para usinas. Pois, são poucos moradores que não perderam suas terras, ainda alguns resistem com pequenas roças, ocupando as terras da mineradora. “Para as empresas, a preocupação é sua inserção na economia-mundo com sua política de espacialização, enquanto que as



populações locais têm como objeto maior de preocupação, a fixação e a perenidade de seus processos de reprodução” (HENRIQUES; PORTO, 2015 p. 1366). Esse conflito entre as empresas de exploração mineral e as comunidades camponesas, representa a apropriação da terra pelo capital e a perda de território pela população pobre.

Constatamos então a grave situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas comunidades camponesas em Divina Pastora, tanto no meio rural como nas periferias urbanas, evidência da intrínseca relação entre esses espaços. Reconhecemos que a questão agrária no município, é marcada pela segregação espacial, pobreza, miséria, desemprego, e degradação ambiental. Desse modo, percebemos o aprofundamento das desigualdades sociais, ligado a problemática da terra apropriada por fazendeiros e empresas de exploração mineral. Assim, a terra se torna uma temática central para a compreensão das relações estabelecidas entre as classes sociais no campo. Os conflitos emergem a partir das diferentes perspectivas de utilização da terra: as elites expropriam os camponeses da terra, buscando incessantemente o lucro, enquanto as famílias camponesas usam a terra como trabalho, moradia e meio de reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que as dimensões históricas e geográficas materializadas no espaço geográfica estão diretamente relacionadas à estrutura fundiária e as disputas entre as classes sociais refletem os conflitos protagonizados pela expansão do capital no campo.

A análise do espaço agrário de Divina Pastora, ilustra o quanto a questão agrária é agravada pelo controle histórico exercido pela elite agrária brasileira, cujo viés defende e



viabiliza a política agrária consubstanciada no agronegócio, enquanto perspectiva de desenvolvimento para o campo. A realidade vivenciada pelos trabalhadores no campo, aponta a perversidade e a violência acentuadas pela apropriação dos recursos naturais diante da política agrícola voltada para atender os interesses empresariais. A concentração de terras, pobreza, desigualdades sociais, precarização das relações de trabalho, desemprego em massa no campo, conflitos ambientais, são expressões concretas da questão agrária vivenciada pela maioria de trabalhadores camponeses, desterritorializados pela acumulação do capital no campo, seja através do agronegócio da cana de açúcar, da pecuária ou exploração mineral.

Portanto, consideramos de grande urgência a implantação de uma política fundiária que cumpra a função social da terra, como a Lei juridicamente institui esse direito aos trabalhadores. O acesso à terra é um direito de todos, significa lugar de sobrevivência. A terra democratizada é justiça social, ocupação e renda para os trabalhadores camponeses, que resistem em uma luta cotidiana no campo e nas periferias urbanas, frente a segregação espacial gerada pelo latifúndio, realidade presente nas relações entre camponeses historicamente explorados pelos donos de terra em Divina Pastora. Por fim, ratificamos a compreensão de que a pobreza e a miséria, ampliadas na atualidade, são produzidas por um modelo de desenvolvimento regido pela lógica de mobilidade do capital, com destaque para as empresas de mineração e do agronegócio voltadas para a exportação e não raro com resquícios do regime escravocrata.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. Editora Ática: São Paulo, 1987.



AZAR, Zaira Sabry. **A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão. V Jornada Internacional de políticas Públicas.** Disponível em: www.joinpp.ufma.br/.../A_CONCENTRACAO_FUNDIARIA_COMO_CENTRALIDA. Acesso em 20 de Abril.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS.** —Buenos Aires: CLACSO, 2011, 208 p.

CARVALHO, Livia Hernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Revista IDEAS**, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4059810.pdf>. Acesso em: 23 de Abril de 2018.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização do Agronegócio e Concentração Fundiária. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 11, nº. 13 pp. 16-25 Jul.-dez./2008. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1387>. Acesso em: 20 de Abril de 2018.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Expansão do agronegócio em Sergipe. **Geonordeste**, Ano XXII, n. 2, 2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a farsa da expansão do Agronegócio. MERIDIANO – **Revista de Geografia**, número 2, 2013 – versão digital. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/>. Acesso em: 03 de Março de 2017.



EMDAGRO, Informações básicas sobre o município de Divina Pastora, 2008. Disponível em: www.emdagro.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=316. Acesso em 30 de Abril de 2018.

HENRIQUES, Alen Batista; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Mineração, agricultura familiar e saúde coletiva: um estudo de caso na região de Itamarati de Minas-MG. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 25 [4]: 1361-1382, 2015.

LISBOA, Josefa de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia/Universidade Federal de Sergipe, 2007.

LOPES, Alberto Pereira. A expansão do agronegócio no Brasil: as velhas práticas *versus* as novas práticas nas temporalidades geográficas. **Novos Cadernos NAEA** • v. 20 n. 1 • p. 95-109 • jan-abr 2017.

MIRALHA, Vagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **REVISTA NERA** – Presidente Prudente, ANO 9, N. 8 – JANEIRO/JUNHO DE 2006.

TERRENOS DA DESIGUALDADE-OXFAM BRASIL.
https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/.../relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.p..

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e Reforma agrária de mercado



(2003 – 2006). Tese de doutorado- Universidade Estadual Paulista Presidente Prudente, Agosto 2008.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA – NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/NURBA** – Vol. 2 N. 1 (JUNHO, 2016), p. 75-86. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/.../9286/>

SHIMADA, Shiziele Oliveira de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **O agronegócio da cana e a (des)configuração do espaço agrário num processo local/regional/nacional**. Disponível em: [observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografia socioeconomica/.../16.p](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografia%20socioeconomica/.../16.p).

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Dos ciclos e das crises do capital às formas de transvestimento da barbárie no trabalho**. Tese de doutorado em Geografia (UFS). São Cristóvão, 2014.



ATRAVÉS DO RÓTULO: PRESENÇA DO AGRONEGÓCIO NA FEIRA DE ITABAIANA, SERGIPE

Rafael dos Santos Oliveira
Graduando em geografia.
Email: rafael.st.o@outlook.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir indícios da lógica do capital na feira livre do município de Itabaiana/SE, que, por meio de uma discussão preliminar de uma fonte de pesquisa relacionada à propaganda (rótulos de embalagens), um estranhamento para uma questão de pesquisa sobre a invasão silenciosa do agronegócio na feira, como também outros rebatimentos: um alerta para a presença do capital estrangeiro na compra de terras no país. Porém, as feiras livres costumam ser partes das formas de reprodução camponesa. Desta maneira, enxergar a feira como forma de reprodução do camponês é útil para entender como estes sujeitos encontram formas de resistir a esta imposição do capital mesmo com a presença de marcas do agronegócio. Estranhamento obtido a partir das atividades de campo na feira, em conjunto com levantamento e análise bibliográfica relativa ao processo visualizado é a metodologia empregada na escrita das primeiras impressões obtidas. Como resultados preliminares procura-se entender para quem e, principalmente, o porquê destas mercadorias no mercado local, uma vez que, em sua maioria, eram destinadas à exportação.

Palavras-Chave: Propaganda; Agronegócio; Feira.

INTRODUÇÃO



Na perspectiva de ler as contradições da formação territorial de Itabaiana, Sergipe, um projeto de pesquisa: “Sítio e roça, costumes e trabalho: fontes e conhecimento camponês para um pensamento geográfico e uma geografia histórica da formação territorial de Itabaiana, Sergipe” (COPES/UFS). O questionamento aqui discutido, ocorreu no interior deste projeto, a partir da observação sobre os produtos que são comercializados na feira livre do município sergipano de

Itabaiana, principalmente a produção camponesa. Mas, diante da orientação do método que guia o olhar na observação em campo, foram visualizadas contradições. Desta feita, um refletir, tanto a partir da vivência do pesquisador sobre os produtos que chegam à feira de Itabaiana quanto a um olhar teórico sobre as marcas de empresas com nomes estrangeiros estampados nas embalagens, o que possibilitou a indagação de entender o porquê e para que/quem se produz.

A sutileza a qual as ações capitalistas adentram este mercado, o estranhamento do fato de caixotes viajarem com rótulos com nomes estrangeiros, a vivência do pesquisador que, além da pesquisa acadêmica, também está em seu campo de trabalho. Trabalho aqui entendido como ontológico ao homem, que, na lógica capitalista, “o sujeito é o capital, e o homem e o seu trabalho transformam-se em predicado destes” (TASSIGNY, 2003, p. 157). Logo, a reflexão é inicial e começa a visualizar marcas territoriais do agronegócio ao lado das camponesas. Territoriais no sentido de delimitar, mas também, de definir relações de poder. Para essa reflexão, segue um entendimento inicial sobre a ocorrência das palavras-chave deste artigo: propaganda, agronegócio, feira.

Karl Marx alerta para o uso da propaganda como parte do sucesso do capitalismo, para Marx (2004, p. 80) “com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”. Os rótulos por sua vez, fazem parte da propaganda e de suas ideologias



capitalistas que propagam, eles não apenas informam. Assim, através de rótulos observados na feira de Itabaiana, Sergipe, foram iniciados alguns questionamentos, um exercício teórico-prático sobre o que estaria nas entrelinhas dessas marcas de outras escalas geográficas e de divisão de classes, e não camponesas.

Segundo dados da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, ESALQ/USP, 22,15% do PIB₁ brasileiro é do agronegócio, e entende-se como as políticas públicas valorizam este modo de se produzir e, acima de tudo, infere-se que esta produção é voltada para o mercado externo, não se produz em larga escala mercadorias que fazem parte da cesta básica do brasileiro, tem-se em maior quantidade a produção de grãos, a exemplo da soja, do milho, dentre outros produtos. Deixa-se de lado a produção de alimentos como batata doce, macaxeira, inhame, acompanhados distantes dos recordes de outras lavouras de *commodities* agrícolas.

A ascensão do agronegócio no país deu-se a partir da década de 1990, não é coincidência também ser o apogeu do neoliberalismo e a conseqüente mecanização da agricultura, assim “o fato teria derivado da presente ‘dominação triunfal do capital’ na agricultura, obtida graças aos padrões vigentes de eficiência produtiva e de gestão baseados na ‘inovação’ sob o comando dos ‘operadores do capital’” (TEIXEIRA, 2013, p. 15).

O problema do agronegócio brasileiro está implícito em vários pontos relativos à produção do espaço brasileiro contemporâneo, um deles é a estrangeirização da terra por meio do capital financeiro e a realização de compra do terreno para este fim, dando assim o entendimento que, além da expropriação do camponês e da relação de trabalho que se altera em seus conceitos, temos a constante desnacionalização do território nacional.



As argumentações que se seguem, ainda que incipientes, são de um pesquisador que começa a sua problematização sobre a produção do espaço. Pensar a chegada destes produtos na feira local, representa pensar como o camponês pode ser deixado de lado ao longo da história do capitalismo. Nesta perspectiva, acredita-se que esta classe sendo expropriada perde espaço nos locais que eles próprios criaram para relacionarem-se, altera-se também a sua espacialização, a relação campo cidade, e, conseqüentemente, os produtos dos pequenos e médios produtores perdem valor de mercado, os consumidores preferenciam os produtos vindos do agronegócio. E a feira, como um dos locais de reprodução camponesa, torna-se um espaço de contradição, entre oferta de um determinado produto que tem uma melhor qualidade para a saúde, por um outro que apresenta beleza, só que esconde nesta 'boa aparência' um maior uso de agrotóxicos, o uso de força de trabalho quase escrava, e o descarte de parte da produção que vem a lhe dar prejuízo (uma quantidade maior de produtos de baixa qualidade), em relação ao preço no mercado, ou seja, a superprodução deve ser descartada.

Com o apelo de recursos da oferta rápida e estética adequados ao mercado, o agronegócio vem representar um grande prejuízo à sociedade, apesar de seus apelos contraditórios: grande produção, conservação do meio ambiente, dentre outras bandeiras levantadas por estas agroindústrias, contudo, não passam de falácias para impregnar o senso comum, e fazer os sujeitos verdadeiramente prejudicados perderem a consciência de classe, fazendo-os ficar ao lado dos burgueses e grandes empresários, nas questões de luta pela terra.

Além destes fatores, o agronegócio contém o problema da desnacionalização do agrário no país, e que se reflete também na América Latina. Os recursos da terra e do subsolo



estão em constante exploração a nível mundial. Assim, as ações do capital para o agronegócio são a via da espoliação, da monocultura e de um produtivismo sem medir consequências, levando a: uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, herbicidas e de sementes híbridas, transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem ordeiramente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses (CARVALHO, 2013). E, principalmente, garante também, a desnacionalização da terra para fim do capitalismo. Uma ação sob um modo de produção que oprime e desfaz as relações na terra, e com a terra, do homem e a natureza, negando a humanidade do mesmo homem. Somados a essa lógica, fatores históricos que contribuem para os interesses da burguesia que sempre visaram a pilhagem e a exploração de novos territórios.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa visou obter assim, através da pesquisa bibliográfica e de trabalho de campo, um primeiro olhar da presença do conhecimento camponês na feira de Itabaiana. E, principalmente, devido ao método de interpretação contemplar a escala da totalidade das relações que produzem o espaço geográfico, foi possível observar algumas contradições: como uma diminuição da presença de mercadorias resultantes da produção camponesa e um aumento daquelas resultantes da política do agronegócio. E como este se espacializa de forma sutil. No caso do ‘estranhamento’ obtido: rótulos em caixotes! (Figura 1).



Figura 1 – Um dos rótulos identificados na Feira de Itabaiana - caixas de alho com *slogan* de família estrangeira.



Fonte: Oliveira, 2018.

Os rótulos do agronegócio são constituídos sob os pilares de excelência em produção, respeito ao meio ambiente e valorização do profissional. Faz parte da falácia do modo de produção capitalista, pois sabe-se que importa é produzir, bater recordes, ampliar a fronteira agrícola acima de tudo e de todos, desacreditando qualquer zelo pelos fatores sociais, mas disfarçando em suas bandeiras as suas ações.

Valorizam-se ainda o caráter empreendedor que estes estrangeiros criam, aliado à imagem da família, sendo esta a marca de sua empresa, o símbolo maior de poder econômico:

O agronegócio-latifundiário-exportador tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, pelo uso de alta tecnologia e intensa produtividade, mas também esconde por trás desta aparência moderna, a barbárie da exclusão social e



expropriação dos povos do campo que sua concentração de terra e de renda provoca. (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 1).

Na feira livre, podemos ver o quanto este sistema está sendo valorizado, por seu lado moderno, empreendedor, lucrativo. A roça camponesa, o seu sentido, é reinventado, define-se agora como grande propriedade capaz de produzir várias toneladas, com grandes tratores, tecnologia capaz de substituir o homem como um ser social, excluir dele a categoria ontológica do trabalho, o homem não se realiza no trabalho.

Partindo deste pressuposto “entre a resistência camponesa e as investidas do agronegócio”, entende-se que as feiras livres dos municípios sergipanos estão sendo ‘invadidas’ por mercadorias resultantes de fazendas cujas terras pertencem a famílias estrangeiras, como japoneses, em sua maioria³, isto é de fácil percepção ao percorrer a feira livre de Itabaiana, nos dias que se realiza a feira voltada para a *venda em retalho* (nas quartas-feiras e aos sábados), como assim é chamada, e nos dias que se *vendem em grosso* (nas terças-feiras, quartas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras), que significa dizer a presença de muitos produtos em sacos, caixas destinadas à revenda.

A especificidade da feira de Itabaiana/SE se dá por sua importância em escala regional, sendo a maior do agreste sergipano. Mercadorias circulam de diferentes estados para cá, de cá para os estados de origem, a exemplo da Bahia. Dos comerciantes que compram mercadoria naquele município e as levam para este estado, para feiras de municípios como Ribeira do Pombal, Sítio do Quinto, dentre outros. E também

³ Os rótulos são sobrenomes das famílias destes produtores de mercadorias, como forma de imposição do seu nome, da sua família do poderio financeiro também.



abastece as feiras do estado de Sergipe. A questão levantada surge justamente a partir dos caixotes, os quais carregam em si a marca de mais uma problemática no campo brasileiro, voltado à agroindústria e ao poder do capital financeiro, conseqüentemente, da desnacionalização das terras, uma abertura econômica que implica na “crença de que o ‘caminho do campo é o da grande empresa e do trabalho assalariado” (VEIGA, 1998, apud SAUER, 2008). Este caminho leva ao subdesenvolvimento do país.

Uma estrangeirização de terras brasileiras questionada a partir da observação teórico-prática sobre produtos embalados de forma diferente do habitual: antes condicionados em sacos, passam a ser colocados em caixas, e estas caixas trazem estampadas a marca do agronegócio, com nomes estrangeiros, certamente produtos voltados para o mercado externo, e revendidos como sobras lucrativas. O estranhamento agrega também a dinâmica da escala do agronegócio: de que as relações que acontecem neste mercado são de grande importância para a economia regional de Sergipe, o que era ‘comum’, passa a se enquadrar, contraditoriamente, nos sistemas de rede nacional/mundial (uma vez que terras são desnacionalizadas), de forma que são encontrados produtos vindos de Minas Gerais, Bahia, Goiás dentre outros, estes são citados por serem a procedência recorrentes nos rótulos.

Esse debate pode ter seu início a partir do ano de 2007, após um grande período de estabilidade financeira, e com o advento da crise mundial, o Brasil viu no agronegócio a saída para não se ‘afundar nesta crise’, investindo em políticas públicas as quais incentivam as estratégias deste modo de produção. O que aponta para uma fragilidade econômica que existe desde os primórdios do Brasil: uma economia erguida numa base primário exportadora: “A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), já na década de 1940 diagnosticou que a maior causa das dificuldades da América



Latina no setor externo era que a entrada de divisas dependia das exportações de poucos produtos primários” (CARVALHO; SILVA, 2005).

Parte-se de que, a atual desnacionalização do campo brasileiro se deve também por conta das empresas transnacionais de insumos agrícolas, pois os grandes capitalistas tornam-se ‘reféns’ do próprio sistema. Como assinala Assis Moreira (apud CARVALHO, 2015, p. 36):

A corrida por terras levou investidores estrangeiros a adquirir pelo menos milhões de hectares em países em desenvolvimento. O Brasil é um dos alvos da cobiça estrangeira, liderada por China, Bahrein e investidores dos EUA, as compras de terras brasileiras somaram 2,6 milhões de hectares no período.

Este fenômeno pode ser explicado pelas *commodities* para a agro-exportação. As *commodities* são a forma que as mercadorias são tratadas no mercado financeiro, podem ser definidas como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas de valores de mercadorias. O capital financeiro é quem define seus preços em nível global, pelo mercado internacional. Desta maneira, a agro-exportação acontece, quase que ‘naturalmente’. A produção é voltada principalmente para o mercado externo, pois, a exemplo da soja brasileira, a maior parte do grão é destinado ao mercado chinês, para servir a criação de gado.

Desta maneira, a expropriação dos meios de produção pode alterar consciência de classe dos produtores rurais. O camponês passe a não se reconhecer como tal. Passam a se inserir, ou não, nas políticas públicas de Estado. Estimula-se inclusive a mudar a sua consciência para Agricultor Familiar, levando-o a ‘entrar’ no rol do agronegócio, e,



consequentemente, do capital financeiro, na expropriação de terras.

Deste modo, capital financeiro vem ser o elo fundamental para introduzir o estrangeiro nesta jogada de *marketing*, “é o discurso do ‘desenvolvimento’ e da técnica como forma de levar a sociedade a um patamar “superior” (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008). Embasado no discurso das potencialidades naturais do país, garantem a apropriação de novos territórios para os capitalistas. Os resultados das revoluções que a ideologia deste modo de produção prega, não servem a pequenos e médios produtores, e sim a uma fatia privilegiada de grandes empresários, com poder político sobretudo, que regem ainda mais estes discursos a seu favor.

O discurso agroindustrial vem, como citado anteriormente, adentrar áreas que, desde o princípio eram do ser camponês, como a feira livre, utilizada no princípio como forma de vender os excedentes da produção que o pai, a mãe, e seus filhos produziram em seus lotes de terra, sítios e/ou roças, para conseguir adquirir o que da terra eles não podem produzir, mas fundamental para sobrevivência.

Estranhar os rótulos nos faz questionar as ‘soluções’ que este modo de produção faz ressoar em alto e bom som:

Da mesma forma, os produtos de origem agropecuária destinam-se, crescentemente, a agroindustriais especializados no processamento de matérias primas e de alimentos industrializados, consumidos no mercado interno urbano e exportados” (ABAG⁴, 2015)

A contradição está também no incentivo ao aumento da produção por meio do uso de agrotóxico e da transgenia, e

⁴ Associação Brasileira do Agronegócio. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/>>.



da produção de orgânicos que agora faz parte do discurso do capital. Reforça-se ainda mais as questões que abalam o campo e o campesinato brasileiro: “na monótona e monocolorida paisagem da planície, máquinas possantes vencem o tempo e o espaço e diluem da imagem qualquer presença humana” (WANDERLEY, 2015, p. 12).

O discurso neoliberal dá passagem às grandes máquinas. Na feira não podemos vê-las, mas os resultados que elas causam, vê-se na diminuição da quantidade de mercadorias provenientes do campesinato brasileiro, devendo-se isso a luta desigual que eles enfrentam diariamente, a feira de Itabaiana registra em suas modalidades de venda, atacado ou varejo, estes fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

O vivenciar a feira como campo de pesquisa nos faz refletir como as políticas públicas brasileiras influenciaram o avanço do agronegócio no país. Podemos perceber a crueldade do capitalismo, de suas ideologias, as formas pelas quais o sistema vem se modificando para parecer mais suscetível a todos: disfarçar a divisão de classes, implementar em todos os locais e, sobretudo, no campo, o modo que se deve agir para sobreviver diante das dificuldades.

Mas, a feira ainda representa um lugar de resistência do camponês, nela podemos ver as marcas de uma agricultura de base familiar, e principalmente comunitária. Basta o olhar atento do pesquisador para ver: produtos em pequena quantidade, como frutas cítricas, a exemplo da laranja; as raízes, como o inhame, que, apesar de ter uma cor mais escura, pouco ‘chamativo aos olhos’, disputa o espaço com o que vem de Rondônia, mas resistem ao tempo, no espaço. Vale salientar também os pesos e medidas que se visualizam na feira, as formas as quais os camponeses se utilizam para vender seus



produtos, como a medida da banana: as pencas; o ‘pé’ de coentro; o peso no uso de balanças antigas revendidas, repassadas entre feirantes entre gerações. Continuam a pesar não só as mercadorias, mas também o valor do trabalho deles, da venda de sua mercadoria.

Ressaltar assim, uma cultura camponesa na feira livre, como resistência ao capital, com “valores, expressões, tradições, transformações que ressignificam a todo instante a memória dos que as frequentam, representando as suas identidades, mesmo que de caráter múltiplo” (ARAÚJO, 2013).

Deste modo, mesmo com a ideologia e a homogeneidade que se infunde pela lógica do capital, mesmo com a proliferação de rótulos que representam as marcas do agronegócio, da desnacionalização da terra, o camponês ainda faz parte da feira, resiste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/>>.
Acessado em: 19/02/2018.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. Trajetória histórica conceitual sobre patrimônio imaterial e cultural no Brasil e em Portugal tendo as Feiras como lugar de investigação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2013, Natal. **Anais...** Natal: Associação Nacional de História, 2013.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago. Agrocombustíveis, soberania alimentar e políticas públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato. **Boletim DATALUTA** – fev. 2011. ISSN 2177-4463.



CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: dezembro de 2013. ISSN 2177 4463. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/12artigodomes_2013.pdf>. acessado em: 19/02/2018.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. Vulnerabilidade do comércio agrícola brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. vol. 43 no.1. Brasília Jan/Mar. 2005.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032005000100001>. Acessado em: 21/04/2018.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**.

Boitempo Editorial, 2004.

OLIVEIRA, Rafael dos Santos. **Um dos rótulos identificados na Feira de Itabaiana** - caixas de alho com *slogan* de família estrangeira.1 Foto. Color. 27/04/2018.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF, 2008. EMBRAPA informação tecnológica.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.



MÉTODOS ESTATÍSTICOS PARA A COMPREENSÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASO DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS EM LARANJEIRAS

Camila de Jesus Resende¹
(Universidade Federal de Sergipe)
(Graduanda e bolsista do PET Geografia – Itabaiana)
E mail: camila.geo22@hotmail.com

Gislaine Santos Oliveira²
(Universidade Federal de Sergipe)
(Graduanda e bolsista do PET Geografia – Itabaiana)
E mail: gislaineo458@hotmail.com

José Hunaldo Lima³
(Professor Doutor do departamento de Geografia - UFS e
Tutor do PET Geografia – Itabaiana)
E mail: hunaldolima@hotmail.com

RESUMO

Para entender a concentração de terras no Brasil é necessário compreender o processo da Invasão Portuguesa, expropriação de terra dos nativos e doação pela Coroa aos portugueses (Capitanias Hereditária), inaugurando a concentração de terras no país e agravada com a Lei de Terra de 1850, e que perdura até os dias atuais, a exemplo de Laranjeiras. Para a estruturação do trabalho, foi necessário, pesquisas nos Censos Agropecuários, e com base em DINIZ (1982), foram elaborados a Curva de Lorenz e o Índice de Gini, e com base em EMBRAPA (2012), foi realizada a classificação por tamanho das propriedades, através do módulo fiscal, aliados a bibliografias da Questão Agrária. Fica



nítida a extrema concentração de terras em Laranjeiras, que desde o Período Colonial se destaca na monocultura canavieira, que perdura até os dias atuais. Esta concentração se dá com altíssimos índices de Gini, para todos os anos. As grandes propriedades são ocupadas com a cana que abarca, quase os 100% das terras, a mandioca, o milho e o feijão, juntos não alcançam 1% ao se comparar com a produção da cana. Esta alta concentração de terras e monocultura da cana, contribui para aumento da pobreza. Laranjeiras, é um dos municípios de maiores arrecadações em Sergipe, conta com alta produção de cana e de açúcar e a instalação da Usina Pinheiros, a maior do estado, no entanto, a população camponesa se insere, como uma das mais pobres do estado, e um dos maiores índices de déficit habitacional em todo Sergipe.

Palavras-chave: Concentração de terras; monocultura; Laranjeiras.

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como objetivo analisar a concentração de terras no município de Laranjeiras/SE. O trabalho em curso, orientado pela abordagem histórica e geográfica que envolve a questão fundiária brasileira, busca analisar os níveis de concentração de terras em Laranjeiras/SE, entre os anos de 1970, 1985, 1995-1996 e 2006. Essa pesquisa parte da hipótese de que a distribuição de terras no país permanece com características coloniais, estabilizada e em altos níveis de concentração, de modo que as políticas agrárias e fundiárias não têm sido suficientes, no sentido de modificar a estrutura fundiária brasileira.

No caso de Sergipe, e em especial na Cotinguiba, se caracteriza por diferentes processos de constituição da estrutura fundiária concentrada. No sertão, a concentração,



segundo ANDRADE (1986), se dá com o processo de ocupação do sertão nordestino, a partir da Promulgação da Lei que proibia a criação bovina nas proximidades dos canaviais. Só era permitida por esta lei a criação bovina com distância de 10 léguas dos canaviais, favorecendo a expansão da pecuária e consequentemente da ação dos latifundiários, os coronéis, por vez no Sul além da pecuária, recentemente com a citricultura. No caso da Cotinguiba a estrutura fundiária concentrada está intimamente ligada à cultura da cana.

Para constatar esta realidade que perdura até os dias atuais, foram necessários estudos e coleta de dados extraídos dos Censos Agropecuários e do SIDRA, referentes à quantidade de propriedades e tamanho de áreas das mesmas, no município de Laranjeiras. Em seguida foram realizados os tratos estatísticos para se elaborar a Curva de Lorenz e o Índice de Gini municipal.

Para classificar as denominadas Grandes, Médias e Pequenas propriedades no município foi necessário empregar o critério utilizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que pontua Laranjeiras com Módulo Fiscal de 30 hectares. Para ser considerada pequena, a propriedade não pode ultrapassar 4 quatros módulos, para ser média tem que ter entre 4 e 15 módulos, e grande, superior a 15 módulos. Em laranjeiras, segundo esta determinação nacional, toda e qualquer propriedade com tamanho até 120 hectares, são classificadas como pequenas, as que forem maiores que 120 até 450 hectares, são médias e as que tiverem tamanho maior que 450 hectares, são classificados como grandes propriedades.

Para demonstrar a alta concentração na produção de cana, que é causa e consequências da concentração de terras, em forma de comparativo se elegeu três cultivos para a análise, o feijão, a mandioca e o milho, devido constarem como os únicos, ao lado da cana, a ter produção em todos os anos



analisados, por serem os outros de maior impacto no município e por ser alimento básico da produção camponesa em Sergipe.

A metodologia de elaboração de gráficos, mapas e outros, aliados a métodos estatísticos é de considerável importância para se observar e analisar, não somente de Laranjeiras, mais qualquer município que se tenha condições de estrutura fundiária semelhante, além de servir como material que possa oferecer suporte para futuras implantações de políticas públicas, na esfera municipal, estadual e nacional.

A escolha por temas que possam desvelar a estrutura fundiária brasileira se torna importante para detectar quão necessária e urgente é a Reforma Agrária, o que possibilitará o acesso de pequenos proprietários a terra e o aumento da diversificação na produção agrícola municipal, aliado ao crescimento da produção de cultivo na região para alimentar sua prole e o que sobra poder comercializar nas feiras livres.

Também fica evidente a necessidade de se debater com maior afinco a concentração de terras em todo o país, que contribuirá para o entendimento do elevando números de trabalhadores sem terras no país, e compreender, porque em pleno Século XXI a incidência de Conflitos de terras é extremamente alta.

QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Por apresentar fortes traços de sua raiz colonial, para entender a questão agrária no Brasil é necessário voltar no tempo, a fim de compreender como se deu a formação territorial e sobretudo, a divisão de terras neste país de vasta extensão. Neste quadro pode-se perceber que os problemas sociais estarão sempre lado a lado a esse sistema de concentração de terras, devido a distribuição totalmente desigual e expropriadora, que se inicia nesse período da



história brasileira, e que perdura até os dias atuais (STEDILE, 2013).

Considerada como uma das primeiras formas de divisão e concentração da terra, o sistema de Capitânicas Hereditárias, dividiu as terras do território e a Coroa Portuguesa doou a 12 pessoas denominadas como donatários que passariam a tomar conta desses lotes.

Dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido), em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Estes setores chamar-se-ão capitânicas, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc. (PRADO, 2006).

O primeiro acesso jurídico à terra foram as sesmarias, os indivíduos podem fazer o que lhes interessassem com a terra, como se fosse uma propriedade privada. Porém, desde que fosse branco, “puro de sangue” e católico. Ou seja, além de uma forma de divisão, foi uma maneira de selecionar e restringir quais pessoas teriam poder. Essas terras inicialmente foram marcadas pelo sistema do “plantation”, com a monocultura da cana de açúcar, o trabalho escravo (primeiramente indígena e logo foi inserida a força de trabalho dos negros) e os grandes latifúndios de terras. Somente em 1822, foi suspensa a concessão de terras por sesmarias.

Posteriormente, em 1850, estrategicamente surge a Lei de Terras, até então não existia nenhuma lei que regulamentasse a aquisição de terras no país. Esta lei instituiu que a partir deste momento, a compra seria o único meio de se obter o direito de posse e uso sobre a terra. Porém, isto se tornaria inviável para as pessoas sem poder aquisitivo, como ex-escravos, posseiros e imigrantes. Vale lembrar, que esta lei foi elaborada por poderosos latifundiários da época, pessoas



que sempre estiveram e continuam como deputados, senadores e outros cargos do legislativo, executivo e judiciário no país, sendo uma forma de dificultar o acesso à terra, as pessoas de baixo poder aquisitivo. Sendo assim, um dos grandes problemas da desigualdade social refletidos no Brasil atual.

Com todo aparato via institucionalização da concentração de terras, primeiramente via doação e depois com a Lei de Terras, as áreas de maiores interesses econômicos, passam a ser dominadas por grandes proprietários, que com a ajuda do Estado passa a se manter e dominar grandes extensões de terras, obrigando os pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores sem terras a se submeter a trabalhos precários e em condições muitas vezes sub-humanas, como destaca SHIMADA, (2014).

Algumas cidades trazem consigo até a atualidade muitos aspectos desse período colonial. Em Sergipe, se destaca a cidade de Laranjeiras que é uma das principais cidades históricas do estado. Sua povoação ocorreu no fim do século XVI, sendo concedida através de sesmaria em 1594, a Tomé Fernandes que teve participação nas lutas pela “conquista” de Sergipe.

Dentre as cidades que compõem a microrregião do Baixo Cotinguiba, se encontra Laranjeiras no centro-leste do estado. Segundo dados do IBGE, possui uma área de aproximadamente 163 km², com uma população estimada de 26.902 habitantes no último censo demográfico, e densidade demográfica de 165,78 habitantes por km².

CONCENTRAÇÃO DE TERRAS EM LARANJEIRAS

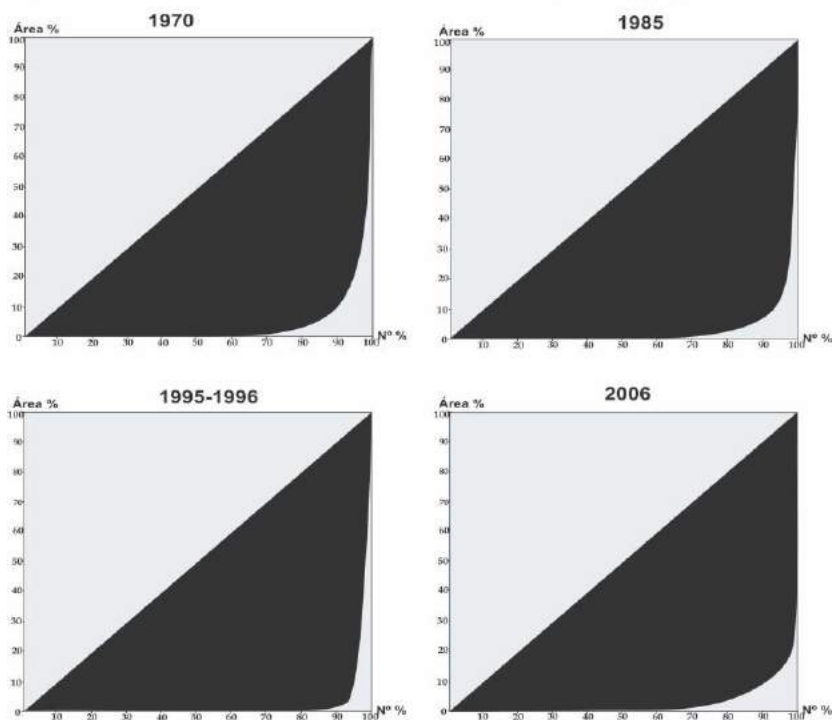
O município de Laranjeiras se caracteriza, por apresentar sua sede municipal, como o segundo sítio urbano de Sergipe, que surge nos primeiros anos de ocupação



portuguesa, através, da substituição da exportação de Pau Brasil, pela implantação da cultura canavieira, que rapidamente se desenvolveu na região, com solos extremamente férteis (solos denominados de massapé), uma formação geomorfológica plana e proximidade do rio Cotinguiba, principal artéria de transporte de carga em Sergipe, à época.

Com todos estes predicados naturais, aliados a Invasão Portuguesa, com doação das melhores terras aos donatários, em pouco tempo Laranjeira se tornou o mais rentável polo de atração canavieira do estado, concentrando grande parte do capital, com instalações dos maiores engenhos à época, e que ao passar dos anos transformaram-se nas Usinas de açúcar, neste caso merece destaque a Usina Pinheiros, a maior do estado, e atualmente a única em atividade.

Figura 01: Curva de Lorenz do município de Laranjeira-Sergipe, 2018.





Com o avanço da cana por toda a região, e posteriormente com a Lei de Terras, os menores proprietários foram expropriados e passaram a exercer sua função, como força de trabalho para os grandes proprietários. Elevando Laranjeiras a patamares jamais alcançados na produção, formando o verdadeiro mar de cana.

No Gráfico 01, apresentado anteriormente é visível à concentração de terras, ao se observar, deve-se levar em conta que quanto mais próxima do centro a curva ficar, menor será a concentração e quanto mais próxima das extremidades (100% tanto na horizontal, como vertical), maior é a concentração.

Ainda com relação ao gráfico anterior se percebe que os desenhos são bem semelhantes em todos os anos analisados, ou seja, a concentração de terras praticamente não alterou nestes mais de 30 anos, pelo contrário ocorreu um leve aumento na concentração de terras. No gráfico que representa o ano de 1970, a curva é menos densa que nos demais anos em análise, diminui um pouco no ano de 2006, algo praticamente insignificante, estas pequenas diferenças praticamente ficam inexistentes, a população camponesa continua com as mesmas dificuldades, para se reproduzir nas suas unidades.

Para complementar estes gráficos da curva de Lorenz também foram calculados os Índices de Gini, com base em (DINIZ, 1982), para os mesmos anos em análise dos gráficos anteriores. Os Índices de Gini apresentam uma variação de 0 a 1, sendo que o 0 representa a distribuição igualitária, ou seja, todos têm o mesmo tamanho, por vez o valor 1 apresenta a concentração máxima, é quando um único proprietário tem todas as terras e o restante não tem nada.

A tabela 01, corrobora com a curva de Lorenz, mostra que em Laranjeiras a concentração de terras cresceu principalmente no intervalo entre 1970 e 1985, e se estabilizou nos outros anos seguintes. Para DINIZ (1982), quando o



valor do índice ultrapassa os 0,9 deve ser classificado como extremamente concentrado, caso que ocorre em Laranjeiras desde o segundo ano em análise (1985), chegando ao extremo de 0,94 em 2006.

Tabela 01: Índice de GINI para o município de Laranjeiras - Sergipe, 2018.

Índice de Gini	1970	1985	95-96	2006
Laranjeiras	0,88	0,92	0,94	0,94

Fonte: Censos agropecuários de 1970, 85, 95-96 e 2006.

Dentre os fatores que contribuíram para o aumento da concentração de terras no município, destaca-se o Proálcool na década de 1970, com estímulos governamentais para a produção de cana, com a crise do petróleo, aliado a incorporação de novas terras por grandes proprietários para o plantio da cana, e em menor destaque o processo de minifundiarização, os pequenos proprietários sem condições de adquirir “novos pedaços de terras” dividem com os filhos, através de herança, contribuindo para o aumento da disparidade na relação número de estabelecimento e área total dos estabelecimentos.

A compreensão da proporcionalidade de terras de pequenos, médios e grandes propriedades é importante para se perceber o quanto é desigual esta relação. Com a definição destes três componentes, através do módulo fiscal foi possível identificar, nos diferentes anos em análise, a disparidade no número de propriedades com o número da área ocupada por cada um dos três.

No gráfico de 1970 se observa que as pequenas propriedades alcançam mais de 90% do número de estabelecimentos, no entanto, ocupam somente cerca de 15% das áreas agrícolas em Laranjeiras, no outro polo, se observa



que grandes proprietários, contam com número reduzido de propriedades, aproximadamente 3%, estes abarcam aproximadamente 40% da área agrícola municipal, neste predominam propriedades que contam com áreas maiores que 1.000 hectares.

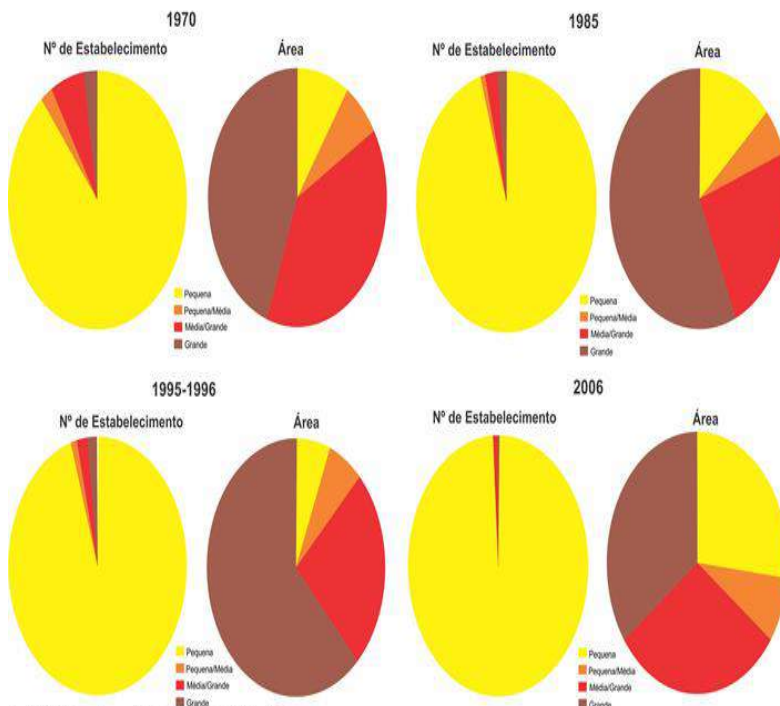
Os médios proprietários encontram em cerca de 10% do total de estabelecimentos e ocupam área equivalente a 30% das terras, estes em alguns casos ocupam suas terras com a pecuária, e em considerável quantidade das propriedades usam a terra para o plantio da cana, com venda garantida a usina de açúcar no município.

Nos anos de 1985 e 1995-1996, se observa um aumento do poderio dos grandes proprietários e uma fragmentação das pequenas propriedades, aumento no número de estabelecimentos considerados pequenos, mais de 95%, e aumento na área das propriedades, mas o que chama a atenção é uma leve diminuição na participação do número de estabelecimentos considerados grandes, cerca de 2% e um elevado aumento nas áreas com grandes propriedades que nos dois períodos em análise ultrapassam o valor de 50% das terras ocupadas por grandes proprietários. Com relação aos médios proprietários, sua participação tanto no número de estabelecimentos, quanto da área ocupada, as mudanças são quase imperceptíveis.

No que tange aos gráficos que representam o ano de 2006, se observa um maior crescimento do número de pequenos estabelecimentos (minifundiarização), com mais de 95% de todos os estabelecimentos municipais, sendo considerados pequenos e um considerável aumento no tamanho da área, com mais de 30%, por vez, ocorreu um decréscimo tanto no número, como na área ocupada pelas denominadas grandes propriedades. O que chama a atenção é o aumento da participação das médias-grandes propriedades.



Figura 02: Predomínio do tamanho das propriedades no município de Laranjeira-Sergipe, 2018.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1985, 1996-1997 e 2006
Organização: José Hualdo Lima

O gráfico 02, vem para confirmar o quanto é elevada a concentração de terras em Laranjeiras, demonstra que no município existem poucos proprietários que abarcam extensas áreas de terra, enquanto uma gama elevada de pequenos proprietários tem ínfimas faixas de terras, que na sua maioria não consegue produzir o suficiente para alimentar toda a família, vão à busca de trabalho, na cidade, ou em Aracaju, e outra parte vende sua força de trabalho, no campo mesmo, passam a trabalhar nos canaviais, ou até mesmo na Usina Pinheiros.



Como em todo o país, a alta concentração de terras está intimamente ligada a pecuária e em parte a monocultura do agronegócio, em Laranjeiras, não é diferente. Como dito anteriormente a produção canieira é causa e consequência da concentração fundiária, o que se constata ao comparar o cultivo da cana, como os demais cultivos presentes no campo laranjeirense.

A associação da cana com a concentração fundiária em Laranjeiras foi possível ao se debruçar com a coleta de dados da produção agrícola dos mesmos anos em análise da concentração fundiária.

Na tabela 02 fica nítida a força do latifundiário (grande produtor), no município, que destina suas terras para a produção do agronegócio da cana, por vez o camponês (pequeno produtor) destina suas terras para produzir alimentos (milho, feijão e mandioca), que se verte para o próprio consumo, e o excedente é vendido em feiras locais, ou destina-se a fabricação da farinha, no caso da mandioca, ou para a alimentação bovina, caso do milho.

Ainda com relação à tabela se observa que em todos os anos analisados, a produção de cana (em destaque), dominou praticamente todas as terras do município, com uma produção em toneladas que equivalem a quase 100% do total de toneladas produzidas, tendo como menor participação o ano de 1970, como anteriormente dito, com a Política do Proálcool favoreceu a expansão da cana em Laranjeiras, que por vez também incorporam terras de médios proprietários e chegam a alguns casos as unidades camponesas, que vendem diretamente sua produção de cana para as usinas.

A mandioca plantada em Laranjeiras tem ocorrência em sítios e pequenas propriedades, em todos os anos analisados foi o segundo cultivo, mais plantado no município, mesmo assim a quantidade é ínfima se comparada com a produção de cana, com destaque para o ano de 1970, único



que ultrapassou a margem de 1%, que nas décadas seguintes ocorreu uma considerável diminuição na participação, o que mais uma vez pôde constatar que a partir da década de 1970, alguns camponeses perderam (venderam) suas terras para a expansão do agronegócio da cana, e outros foram incorporados pelo setor sucroalcooleiro do município.

Com relação aos cultivos de milho e feijão se encontram com uma produção praticamente inexistente no município, com um percentual em todos os anos, não passando de 0,03% na participação da produção agrícola municipal, estas culturas são plantadas nas menores unidades, predominam em estabelecimento em até 5 hectares.

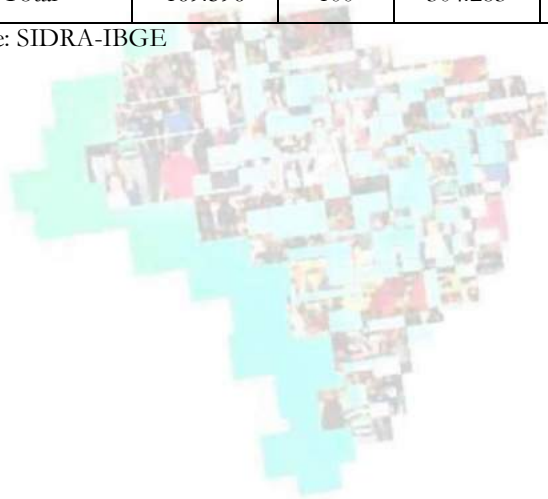




Tabela 02: Principais cultivos do município de Laranjeiras - Sergipe, 2018.

Cultivos	1970		1985		1996		2006	
	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%	Produção (Ton.)	%
Cana	166.759	98,32	303.120	99,61	261.128	99,60	357.000	99,45
Mandioca	2.800	1,65	1.092	0,35	921	0,35	1.800	0,50
Milho	32	0,02	67	0,03	110	0,03	144	0,03
Feijão	5	0,01	4	0,01	5	0,01	25	0,01
Total	169.596	100	304.283	100	262.164	100	358.969	100

Fonte: SIDRA-IBGE





A tabela deixa bem clara qual a funcionalidade do cultivo da cana para o setor agroindustrial, que encontra neste município as condições ideais para se instalar, com o tradicional cultivo da cana, extensas áreas de domínio dos grandes proprietários, solos férteis, geomorfologia plana, que facilita o escoamento da produção até as usinas, aliadas aos inúmeros incentivos dado pelo poder público, sem esquecer do principal fator de atração da indústria sucroalcooleira, o considerável número de força de trabalho barata e disponível, não somente no município, mas em toda região da Cotinguiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho demonstra o quanto é importante o uso de métodos estatísticos e elaboração de gráficos, para se compreender uma realidade municipal, estadual e nacional, além de facilitar a interpretação dos diferentes temas abordados na pesquisa, em especial destaque para a compreensão da concentração de terras.

O avanço do agronegócio da cana fica evidente na análise, principalmente após a institucionalização do Proálcool, na década de 70, que impulsionou o cultivo da cana no município, que distanciou cada vez mais o camponês do grande produtor.

O domínio das terras agrícolas pelos usineiros é observada a partir do uso do solo para o plantio da cana, hora feito pela família, grande parte das terras de Laranjeiras pertence à família do dono da maior usina do estado, que sempre esteve ligado ao poder público, seja nas esferas do legislativo (deputados estaduais, federais e senado), ou no executivo (prefeituras de Laranjeiras e Riachuelo - município vizinho, e no Governo do Estado), aliados a grandes proprietários que tem venda direta da cana para a usina.



Com análise dos materiais, fica evidente a concentração de terras, e a necessidade de se rediscutir a importância da Reforma Agrária e de planos de ação visando o camponês, que vive a margem deste processo econômico, e luta de todas as formas para se manter na terra e sobreviver na mesma.

A cana que sempre foi vista na região como uma fonte inesgotável de riqueza, se transveste como o maior contribuinte para a concentração de terras na região e fomentador das desigualdades em Laranjeiras, que contraditoriamente se insere como um dos municípios mais ricos do estado e um dos maiores geradores de pobreza.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao PET - Programa de Educação Tutorial, PET de Geografia do Campus Professor Alberto Carvalho, em Itabaiana, pelo apoio que possibilitou a elaboração deste artigo, sem o Programa não seria possível desenvolver tal trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste, contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

BRASIL, IBGE. **Censo Agropecuário**, 1970.

_____, IBGE. **Censo Agropecuário**, 1985.

_____, IBGE. **Censo Agropecuário**, 1995-1996.

_____, IBGE. **Censo Agropecuário**, 2006.



DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1982.

EMBRAPA, *Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil*. Sete Lagoas-MG, 2012.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo Lopes, CARVALHO, Diana Mendonça de, COSTA, José Eloizio da (Org.). **Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e Índice de Gini do estado de Sergipe - 1985 -1995/96 - 2006**. São Cristóvão: editora UFS, 2015.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Dos Ciclos e das Crises do Capital às Formas de Travestimento da Barbárie no Trabalho Canavieiro**. (Tese de doutorado), PPGeo-UFS, São Cristóvão, 2014.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>



“DESENVOLVIMENTO” DO/NO CAMPO: UMA VISÃO A PARTIR DA REALIDADE CAMPONESA EM ITABAIANA, SERGIPE

João Pedro Celestino dos Santos¹
(Universidade Federal de Sergipe)
(Graduando em Geografia/Licenciatura)
E mail: jpedro.celestino_2012@hotmail.com

Daniel Menezes Damacena²
(Universidade Federal de Sergipe)
(Graduando em Geografia/Licenciatura)
E-mail: danielbinho62@gmail.com

RESUMO

O artigo tem por objetivo discutir a real condição da terra e do trabalho para os camponeses, e a ideia de desenvolvimento do/no campo, sobremodo, no município de Itabaiana, Sergipe. A terra camponesa está para além da sua condição de propriedade, de mercadoria e de produtividade comercial. Do mesmo modo o trabalho camponês representa uma forma de reprodução social e de sociabilidade, em que os mesmos têm o total controle sobre suas jornadas de trabalho. As análises aqui realizadas decorrem de leituras, discussões e registros de memórias camponesas por meio de entrevistas feitas com camponeses de povoados de Itabaiana/SE. Nesse viés, destaca-se a questão das falácias de “desenvolvimento” no campo, que é visto como algo benevolente, sobretudo, em função do poder alienador do capital e dos recursos midiáticos, mas que na verdade tem sido nocivo para a vida no campo. Diante desses aspectos é importante não perder de vista que a realidade camponesa está emaranhada de dificuldades, sobretudo em virtude das determinações do modo de



produção capitalista – que se apropria e usufrui de todos os recursos possíveis – que visa o acúmulo de capital.
Palavras-chave: Terra; Trabalho; “Desenvolvimento”.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar o real valor da terra, do trabalho e do “desenvolvimento” no “mundo camponês” no município sergipano de Itabaiana. Além de desvelar e elucidar questões contraditórias que asseguram a exploração material e subjetiva dos camponeses imbuídas neste território.

Portanto, é pertinente iniciar inquirindo: o que é a terra para o camponês? Até que ponto a terra é realmente importante? O que é preciso para desvelar contradições inerentes à terra camponesa, tendo em vista sua condição frente o modo de produção capitalista? E o trabalho? E os discursos de desenvolvimento no/para o campo?

É notório que o campo, sobretudo nos dias de hoje, vem sendo atacado por diferentes meios – como as determinações capitalistas, com seus pacotes tecnológicos de produção agropecuária e até mesmo o desenfreado ataque midiático que esses camponeses estão expostos –, a fim de mascarar sua realidade e existência, e ainda ser dimensionado como atrasado e desimportante, sobremodo quando não atende aos interesses do capital. Tendo em vista essa situação, é parte fundamental do presente artigo, procurar realçar algumas questões que povoam a existência do campo diante da “crueldade” capitalista que expropria, expulsa e cria novas formas de reprodução conforme suas determinações.

Os camponeses se encontram vulneráveis às imposições do modo de produção vigente. Mas isso não compete afirmar que sua existência tende a ser fadada ao fracasso, pois se encontram resistindo e lutando para, de



formas distintas, permanecerem na terra. Ainda que essas lutas, às vezes sem muita consciência, e negadas no interior da própria academia, como se leu em avaliação de relatório de iniciação científica do qual esta proposta decorre.

Então, o “cerco das terras” – como bem discorreu José de Souza Martins (1986) em “Não há terra para plantar nesse verão...” – tem sido pertinente. E isso não é uma situação recente, remonta meados do século XIX no Brasil, quando da institucionalização da Lei de Terras em 1850 que privou a disposição de terra somente para aqueles que a pudesse comprá-la. Ou seja, a terra passou a ser mercantilizada. Com esse processo de mercantilização, privatização da terra, o trabalhador do campo ficou diante de uma grande dificuldade, pois era preciso ter meios de se reproduzir socialmente e sem a terra não seria possível.

Percebe-se que a terra é, pois, um “bem” muito relevante, sobretudo para a realização do trabalho camponês. Não o grande latifúndio, mas a terra para plantar. Pois é através dela que o camponês cria suas condições de sobrevivência e de sua família e encontra meios de efetivar-se na terra. Terra, em conjunto com o trabalho são essenciais para a reprodução social e representam condição ontológica do ser camponês.

Além do trabalho, uma outra categoria inerente, o tempo do camponês, com sua família – mulheres, homens e crianças – para que a socialização desse trabalho seja concreta e ainda o saber (que lhe é próprio) seja disseminado para gerações futuras. É claro que este trabalho (no sítio camponês, ou qualquer outro espaço), enfrenta algumas dificuldades para sua realização, o que leva esses camponeses se submeterem a condições diversas de existência.

Muitos camponeses, e a população do campo no geral, diante dessa dificuldade de possuir a terra, de exercer seu trabalho, também enfrenta a ideologia do desenvolvimento.



Esse ideal de desenvolvimento aliena e garante que o progresso do/no campo só é possível quando da inserção do capital no campo, representado pelo agronegócio, pela quimificação, pela maquinificação e ainda pelas melhorias dos aparatos técnicos de urbanização (como os calçamentos, rede de água encanada, ou esgoto). Diante dessa conjuntura, a sociedade, a comunidade camponesa “não se dá conta” de que esse “desenvolvimento” é fruto de uma necessidade de exploração, sobretudo econômica (SANTOS; DAMACENA, 2018).

A partir disso, o município de Itabaiana, ou melhor seus camponeses possibilitam realizar a análise, apontando os enfrentamentos que os mesmos desempenham para continuar na terra, para reproduzir-se socialmente. Possibilidade desvelada a partir das análises que estão sendo realizadas no Projeto de Pesquisa, “Sitio e roça, costumes e trabalho: fontes e conhecimento camponês para um pensamento geográfico e geografia histórica da formação territorial de Itabaiana, Sergipe” (COPEs/UFS), em desenvolvimento pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe Campus Professor Alberto. O Projeto busca analisar as questões camponesas (nas memórias, nas materialidades do/no campo, na feira) e esclarecer as contradições que são impostas pelo modo de produção vigente, reconhecendo o camponês e seu valor enquanto produtor do espaço, sobretudo do território de Itabaiana.

Outra questão importante de destacar, é que o resultado do presente texto decorre da realização de levantamento e discussão de referências bibliográficas, além das socializações com pesquisadores do grupo supracitado, e entrevistas a camponeses do município de Itabaiana, que conferiu a possibilidade de promover uma análise acerca das questões e contradições que permeiam sua realidade.



O “VALOR” DA TERRA E DO TRABALHO CAMPONÊS

Existem várias discussões em relação a terra, o que tem gerado divergências entre pesquisadores, devido ao “olhar” que é lançado sobre a mesma. Com este artigo algumas questões serão explicadas sobre a terra e o seu valor, bem como, o valor do trabalho camponês, pois resistem às deliberações do modo de produção vigente. Diante de entrevistas realizadas por camponeses por camponeses de alguns povoados de Itabaiana SE, foi possível chegar a estas conclusões.

De fato, a terra para o camponês está para além dos princípios monetários estabelecidos pelo capital. Ele tem uma visão camponesa da terra como algo essencial para sua reprodução, seja em caráter comercial – pelo fato de estar integrado, de certa forma ao capitalismo onde é necessário produzir para além do próprio consumo, no sentido de suprir as demandas do mercado interno, e conseguir manter-se na terra e garantir o sustento da família. Mas, a terra para ele está diretamente ligada à sua reprodução social, pois a veem como algo que faz parte de si, ou seja, não se enxergam vivendo longe da mesma, cultivando-a, tendo relações mais intrínsecas com a comunidade, com o trabalho que se materializa sobre ela – estes camponeses vivem na terra por várias gerações, e seus conhecimentos, costumes e tradições são perpassados como herança pelos pais, familiares ou camponeses mais velhos que vivem nos povoados, certificando a pertinência dessa socialização.

Ao realizar uma leitura histórica sobre a condição da terra no Brasil, ressalta-se que, desde o período das Grandes Navegações, ela exerceu um enorme interesse para os colonizadores da “América” e do “Brasil” (mais precisamente), onde usufruíram das terras para extrair seus recursos naturais –



matérias-primas para produção de utensílios, alimentos e metais preciosos. A busca incansável por metais preciosos como o ouro, a prata e os diamantes era o maior atrativo dos colonizadores devido ao alto preço que essas mercadorias valiam no mercado e pelo poder que estes lhes conferiam – e tal situação já faz refletir que a terra brasileira, já neste momento, começou a ser explorada economicamente. Mesmo assim, os povos nativos viam-na como um bem sagrado e de extrema importância para sua reprodução. (JUNIOR, 2006.).

Ainda nesse momento, o uso da terra para plantações e demais tarefas foi posto em segundo plano pelo fato da busca por metais preciosos conquistando e dominando territórios a qualquer custo, para acumular riquezas para a Metrópole europeia. Foi a partir daí que a terra começou a representar um grande valor monetário para os colonizadores.

Por possuir terras férteis o Brasil foi de grande importância econômica para Metrôpoles como Portugal, Espanha e com alguns relatos de invasões francesas e holandesas, exploraram o seu território, e que a terra no período da colonização portuguesa o Brasil passou por três ciclos econômicos. Entre eles a agricultura destacou-se pelo fato de que a América possui terras férteis para a produção de algumas mercadorias que possuíam um alto valor monetário no mercado. Se a agricultura se destaca vale dizer tem sua grande importância para esse desenvolvimento deste ciclo, que nada mais nada a menos que percorre um ciclo de produção atualmente. Por esses movimentos a terra passou a ser mais que um simples lugar que seria para plantar ou morar, mas que despertou olhares ambiciosos que se preocupa apenas com o acúmulo de capital, sem perceber as causas e consequências que o mau uso do solo causa na natureza.

Enfim, essa leitura histórica confere a possibilidade de analisar a situação da terra no Brasil, pois, desde o processo de “colonização” que sua condição de bem comum e de



relevância para a sociedade, ganhou importância econômica. Ela passou a ser “privada” (com a Lei de Terras em 1850), e só a possuía quem tivesse poder aquisitivo suficiente para comprá-la, ou seja, tornou-se mercadoria e com finalidades lucrativas.

A medida que a exploração das terras avançava, deixara para trás rastros violentos sobre os trabalhadores do campo, que perderam suas terras pela falta de conhecimento na regularização de documentos referente a terra, na qual criou bases para atender os interesses de uns em detrimento de outros. A perda da terra, por sua vez, corroborou para as várias “fugas” de trabalhadores do campo que saem de seu lugar de origem para outras regiões, devido a não aceitação da venda da sua própria força de trabalho e exploração do mesmo realizado por esses compradores, ou mesmo pela dificuldade de se manter na terra, diante das imposições capitalistas.

À medida que o capitalismo adentra no campo causa diversos rebatimentos socioeconômicos, devido às exigências que são impostas para que suas demandas sejam atendidas. E um desses rebatimentos não é o que se produz, para se comercializar, mas sim o valor que esta terra vai apresentar para os ditos capitalistas, que almejam lucro com a terra de negócios, gerando “conflitos” no campo. Diante disso a mercadoria produzida no campo tem um alto significado para os dois polos – camponeses, para subsistência, e os capitalistas que visam o acúmulo de capital – “a mercadoria tem o poder de subjugar os camponeses devido ao fato de possuir o poder de destruir ou modificar as relações sociais no campo” (MARTINS, 1986, p. 16). E essa mercadoria também é a força de trabalho do camponês, que a vende, como mecanismo para manter-se na terra, “vendendo seu dia” nas propriedades daqueles que a podem comprá-la, o que acaba reformulando seus costumes e relações sociais. Pois “a terra mercantilizada



segue os princípios dos avanços capitalistas”. (MARTINS, 1986, p. 18).

Já o trabalho no campo – que ganha o mesmo caráter que a terra camponesa – segue o sentido de suprir apenas suas necessidades, no qual os camponeses interagem entre si na divisão do trabalho que é por meio de familiares e pessoas que trabalham em terras vizinhas para ajudar na renda da família. Dentro dessa lógica de trabalho no campo, existe uma forma de “troca de trabalho” – uma cooperação, uma “ajuda” ou um mutirão – entre os camponeses. Por exemplo, um camponês A trabalha na terra de um camponês B sem receber nada em troca, e quando esse camponês B for cultivar em suas terras, o camponês A irá retribuir da mesma forma o trabalho exercido pelo camponês B em suas terras. Eis o que Martins (1986, p. 102), chamou de “organização coletiva do trabalho no campo”, além de reunir no mesmo os integrantes da própria família do camponês.

O trabalho, por sua vez, é definido pelo camponês como um trabalho real e que através dele – associado à terra – é possível se reproduzir socialmente. O trabalho camponês é sistematizado pelo próprio camponês, que estabelece seu horário, suas funções do dia e em que trabalhar (seja a agricultura ou a criação, direta ou indiretamente). Mas, também há a possibilidade do mesmo camponês buscar novos mecanismos que lhe proporcionem a permanência na terra, como vender a sua força de trabalho no campo ou na cidade, e isso não faz do trabalho camponês um trabalho de caráter parcial.

Terra e trabalho comungam entre si. Eles não estão dissociados e representam grande importância para o camponês.

Essa análise associa-se ao território em questão – Itabaiana/SE – que por meio de entrevistas realizadas aos camponeses de alguns povoados deste município, foi



destacado a ideia do que seria a terra para eles, que vai na contramão das ideias capitalistas. A terra, para os camponeses, tem significados maiores que a lógica de mercantilização – do valor monetário, da propriedade privada –, ou seja, a veem como um meio de existência e subsistência, e imprimem nessa posição uma forma de resistência frente o modo de produção capitalista.

É possível compreender a realidade camponesa quando nos trabalhos de campo, evidenciam-se relatos e realidades que são enfrentadas por eles, bem como os desafios que passam todos os dias. E nesses relatos percebe-se que, em virtude das dificuldades encontradas no campo – como as imposições do capital, ou mesmo a violência – muitos camponeses “abandonam” suas terras encaram a ideia de irem à cidade (a expulsão desses trabalhadores no campo, foi um dos principais fatores que auxiliou que a população urbana, ultrapassa a população rural (DAVIS, 2004)) em busca de uma melhoria de vida, que também deve ser questionada, pois com a realidade urbana, os camponeses perdem “sua liberdade”, seja no trabalho, seja na socialização.

Como em Itabaiana não é diferente, com a ida dos camponeses para a cidade, o capital avança no campo por meio do agronegócio, que tem como ideias a larga produção em pequenos períodos de tempo, utilizando produtos químicos que prejudicam tanto o alimento, e causa doenças em seus consumidores, ao mesmo tempo em que tem gerado discussões diversas sobre a (im)pertinência desses produtos. Vale ressaltar que a maior parte da produção realizada pelo agronegócio é direcionada para a exportação, e no caso de Itabaiana, para abastecimento de mercados do município, de Sergipe e outros estados do Brasil. Mas a produção camponesa atende à necessidade do próprio camponês e de boa parte dos cidadãos brasileiros.



Então, dar ouvidos e visibilidade para esses produtores do espaço, que representa um papel importante de resistência diante do modo de produção vigente, pois os camponeses têm a terra como algo que vai além de um simples “pedaço de terra” com um mero valor comercial, mas que têm “a terra como algo necessário para sobreviver e se reproduzir socialmente”. (MARTINS, 1986, p. 18), e como um “tesouro” que garante o sustento de sua família.

“DESENVOLVIMENTO” NO CAMPO: A FALACIOSA IDEIA DO PROGRESSO

A sociedade brasileira no geral, o operário da indústria, o trabalhador urbano, o trabalhador do campo, enfim, todos eles, “têm em mente” que é preciso fazer coisas, como construir edificações, explorar minerais entre outras, para se chegar ao progresso.

O capitalismo por sua vez, tem determinado essas situações, à medida que monopoliza e territorializa o capital mediante conjuntura possível de promover a exploração, a acumulação da mais-valia. E ainda que “a tendência do capital a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria” (MARTINS, 1981, p. 152). Essa atuação se dá numa escala abrangente em todo o Brasil, principalmente para assegurar a condição de “emergente” e que suas riquezas (sobretudo, naturais) são a base para o seu desenvolvimento.

Essa ideia de desenvolvimento também chega ao campo. Atualmente o campo brasileiro recebe grande importância, pois tem nele o “seleiro” de mercadorias para equilibrar a balança comercial do país. É, pois, grande responsável por boa parte da participação do Produto Interno Bruto nacional. Eis que ocorre, com veemência, a “penetração do capitalismo no campo” (MARTINS, 1981, p. 151), e o



mesmo subjuga o trabalhador camponês às suas determinações, olvidando ao mesmo que “o desenvolvimento do capital acontece de maneira desigual e combinada, com a tendência de amálgama entre as formas arcaicas e modernas” (SOUSA, 2015, p. 352).

A partir dessa perspectiva, o que se tem analisado junto aos camponeses no município de Itabaiana, é que há uma “falsa” ilusão de que o campo tem alcançado aos poucos o desenvolvimento, sem compreender o seu real significado. E essa ideia é ratificada, sobretudo pelas determinações capitalistas e também pela ação midiática quando fornece informações onde contemplam a necessidade de uma nova realidade para o campo.

Por quais questões esses camponeses são levados a acreditar na ideologia do desenvolvimento? Pois bem, são questões que visam atender as necessidades capitalistas, mas que promovem uma série de empecilhos para que o camponês permaneça na terra, realize seu trabalho e consiga reproduzir-se socialmente. Serão em seguida, citadas algumas dessas questões, que os entrevistados apontaram como relevantes para essa situação.

Primeiro, a facilidade para a produção de suas culturas, sobretudo a facilidade do acesso a sementes – mesmo ciente da importância da semente crioula –, a máquinas que aumentam a produção e a demais recursos que motivam a renda para manutenção de suas propriedades. Mas, vale aqui apontar um adendo quanto a essa questão, pois a substituição da semente crioula por uma semente geneticamente modificada (que é mais acessível economicamente) torna o camponês submisso ao mercado, pois, já que esse tipo de semente não gera sementes férteis, ele terá a necessidade de sempre comprá-las e ser consumidor dos insumos de uma grande empresa. O mesmo pode acontecer quando da



utilização de agrotóxicos (prática que encontra resistência pelos camponeses).

E a maquinificação também configura um empecilho para a manutenção do camponês no seu espaço. Ela substitui a força de trabalho humana, expropriando-o e expulsando o camponês da terra. Este sai do campo (como é comum em Itabaiana, não só pela questão das máquinas, mas por ‘n situações’), e vai morar na cidade em busca de melhores condições de vida, de trabalho. Mas, quando chegam à cidade a sua vivência torna-se diferenciada, as socializações não se configuram mais como no campo. A violência que há no campo, há em maior intensidade da cidade e além disso, o camponês torna-se proletário, pois

[...] na sociedade capitalista, a redução da remuneração dos camponeses significa que a renda do solo (renda imputada à propriedade) é anulada e que a remuneração do trabalho – a que se reduz o preço dos produtos – equipara-se ao valor da força de trabalho proletária. (SOUSA, 2015, p. 348).

Com isso o camponês – quando sai do campo para a cidade – e vai trabalhar como proletário acaba não tendo mais a mesma relação com trabalho que tinha antes. Ele não mais conseguirá definir seus próprios horários e nem mesmo definir o que fazer no seu sítio. Agora ele vai atender às determinações daquele que compra sua força de trabalho.

Mas isso não é exclusivo da cidade. No campo, muitos camponeses – para não saírem de lá – também vendem sua força de trabalho para aqueles que a costumam “comprar um dia de trabalho”. Logo, o camponês se acha, também, subordinado ao capital. Mas,

Em meio ao avanço do capital no campo, são muitas as alternativas criadas pelos



trabalhadores, para voltarem ou permanecerem na terra, por meio da combinação da mobilidade e permanência, por meio da combinação de trabalhos camponeses e não camponeses e, por meio dos processos de resistência e luta pela terra (SOUSA, 2015, p. 333)

Voltando à maquinificação (que também representa desenvolvimento no campo), ela é resultado de um grande aperfeiçoamento técnico (logo depois da Primeira Guerra Mundial), mas, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial como ressaltou Campos (2011, p.102) que

[...] pós Segunda Guerra Mundial, se difundiu a chamada “Revolução Verde”, que consistiu em uma grande mudança na base técnica dos processos agropecuários, tornando-os menos dependentes das condições naturais e mais dependentes de insumos e equipamentos artificiais, ampliando muito o mercado de produção e venda desses produtos.

Então, a máquina no campo, além de promover o aumento da produtividade agrícola ou pecuária, está inerente a ela a substituição da força de trabalho do camponês, a expropriação do camponês por se ver pressionado por este artifício técnico. É óbvio que a máquina servirá para propor uma maior acumulação de capital. Não perdendo de vista, é claro, a perda da essência do trabalho camponês junto à sua família e à comunidade do campo.

Segundo, o aparato técnico de urbanização também é um dos motivos que proporcionam aos camponeses a noção de que seu povoado é, também, desenvolvido. Nomeia-se aqui aparato técnico de urbanização os calçamentos, as praças, os sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto (quando existe). Os camponeses contatados assimilam esses



aparatos como sendo fatores de desenvolvimento, esquecendo que esses fatores são fundamentais para toda a sociedade, são considerados serviços básicos. Geralmente quando explanam sobre a configuração dos povoados onde vivem, chamam atenção para o “atraso” que (segundo eles) apresentavam, o que provoca o questionamento do que realmente significa “atraso” e mesmo como esse termo é interpretado ideológico e cientificamente.

Uma terceira questão é a atuação da mídia, que transmite informações diversas, enfatizando que o desenvolvimento do campo é possível quando há, sobretudo, a inserção e expansão do capital e de suas determinações. A mídia tem explorado e os camponeses que a acompanha (por meio da televisão ou do rádio, e do celular) a relevância do uso de um pacote tecnológico, a aquisição créditos agrícolas, a necessidade de produzir para participar das relações comerciais, o que compete dizer que, a partir disso, os camponeses que aderem a tais perspectivas se veem submetidos e, de certa forma, “aprisionados” ao sistema que usurpa sua liberdade e explora o trabalho e sua socialização, bem como a sua subjetividade.

Então, está claro que o “desenvolvimento” no campo, na verdade serve para mascarar a ideia de crescimento econômico. As sementes transgênicas, as máquinas, bem como os aparatos técnicos de urbanização de alguns povoados, que certamente são naqueles que contribuem com a produção agrícola para a economia do município. O desenvolvimento no campo é e está sendo pautado nas propostas do agronegócio – que produz riqueza e assola a pobreza no campo. Não se defende aqui que o camponês esteja totalmente distante do mundo capitalista, pois seria impossível, pois este modo de produção rodeia quase todo o globo.

O camponês não está imune. Ele pode vender o excedente do milho, do feijão, da batata-doce, ele precisa



comprar mantimentos para sua família etc. A crítica está sobre como esse “desenvolvimento” é concebido e como o mesmo é interpretado. Numa palestra sobre a luta pela terra, pela água e pelo território, foi discutido justamente, que é preciso sempre indagar como, para quê, e para quem é esse desenvolvimento. Tanto é que Conceição (2004) discute a “insustentabilidade” desse conceito na área ambiental, mas pode-se aderir a mesma reflexão, quando elucida que o desenvolvimento é mais uma tentativa de exploração do capitalismo, sobremodo, no campo. Ele é, sem dúvida, uma falácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terra e o trabalho são para o camponês a essência da reprodução social, da possibilidade de existência e resistência frente às determinações do capital que gera riqueza e pobreza na mesma proporção ou mais ainda.

É óbvio que o camponês enfrenta dificuldade de permanecerem na terra como o uso das máquinas, de agrotóxicos, do dito desenvolvimento, e com isso são obrigados a deixar a terra e migrarem para a cidade, na busca de uma melhoria de vida que é, por ora, questionável. Percebe-se, portanto, que a terra camponesa não se trata de uma “terra de negócios”, mas sim de uma terra que representa condição de vida.

Com o trabalho não é diferente. Ele representa a materialidade da força do camponês, em cultivar a sua terra, em definir seu tempo e suas funções. Evidencia-se, então, uma autonomia do camponês em relação ao trabalho que lhe confere, pois admite-se que tem a liberdade de desempenhar esse exercício em seu sítio, com sua família, de forma coletiva com outros camponeses de sua comunidade. Esse trabalho representa a condição ontológica para o camponês.



A terra e trabalho são, sobretudo, ameaçados por uma falaciosa ideia de desenvolvimento. A sociedade alienada, vê no avanço do capital no campo uma forma de desenvolvimento – representado, sobretudo, pelo agronegócio – é um fator decisivo para o progresso. É lógico que o desenvolvimento justo, para o camponês, é a autonomia, a liberdade, a possibilidade de se manter na terra, de tirar dela seu sustento, de continuar socializando seus costumes e tradições, entre outras situações.

Então, a partir do momento que os camponeses do município de Itabaiana foram ouvidos a partir de entrevistas, de registros de memórias que são construídas socialmente, possibilitou a presente análise, mostrando como a terra para esses camponeses, e como o trabalho são encarados pelos mesmos. Entender a importância desses camponeses é extremamente relevante, pois proporciona a compreensão da formação territorial de Itabaiana. Além, é claro de proporcionar clareza das relações sociais, espaciais, por parte dos pesquisadores que se debruçam em averiguar a condição camponesa, valorizando seus costumes, tradições, o campo e esse sujeito social que é histórico e atuante.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A territorialização do agronegócio no Brasil. In: _____. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Outras Expressões. Clacso Livros. 2011. p. 101 - 132.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Insustentabilidade do desenvolvimento sustentável**. Salvador/BA. III Encontro Nacional do Meio Ambiente. 2004. p. 1 - 13. Disponível em: <<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/a->



insustentabilidade-do-desenvolvimento-sustentc3a1vel.pdf
>. Acesso em: 13/06/17

DAVIS, Mike. **Planeta de Favelas**: a involução urbana e o proletariado informal. *New LeptReview*, nº26, abril, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Mike%20Davis,%20Planeta%20de%20Favelas,%20NLR%2026,%20March-April%202004.pdf >. Acesso em: 23/03/17.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. Ed. 1ª. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Editora Vozes. ed. 5. Petrópolis. 1981. p. 151 - 177.

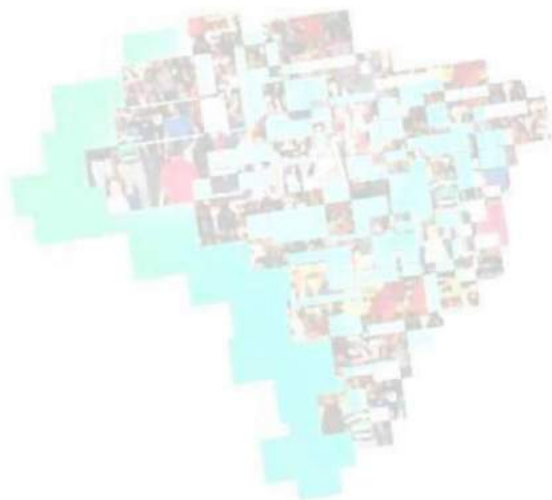
_____. **Não há terra para plantar nesse verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. – Petrópolis, Editora Vozes. 1986.

SANTOS, João Pedro Celestino dos. DAMACENA, Daniel Menezes. O “valor” da terra camponesa na contramão do “desenvolvimento”. Resumo. **II Congresso Internacional de Educação** (CONEduc-UFS), VII Encontro Nacional de Educação do Campo e Movimentos Sociais: Escola da Terra, VII Fórum Identidades e Alteridades, III Congresso Educação e Diversidade (CONED-UFS), III Colóquio de Estudos Territoriais. Mar. 2018.

SOUSA, Ronilson Barboza de. A luta pela terra na (contra)mão da ordem capitalista: uma análise a partir da realidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).



In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. SANTOS, Fabrícia de Oliveira (orgs.). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise.** Editora UFS, São Cristóvão/SE. 2015. p. 331 - 356.





O VENENO ESTÁ NA MESA! UMA REFLEXÃO SOBRE O USO DE VENENOS AGRÍCOLAS NOS ALIMENTOS PRODUZIDOS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE

José Davi Ferreira Lima¹

(Graduando em Geografia na Universidade Federal de Sergipe.
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Filosofia e
Educação).

E mail: davi-lima16@hotmail.com

Thaís Moura dos Santos²

(Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de
Sergipe).

E mail: thaissou14@hotmail.com

Rosana de Oliveira Santos Batista³

(Docente do Departamento de Geografia da Universidade
Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação
MPROFCIAMB. Núcleo de Estudos e Pesquisas em
Geografia, Filosofia e Educação).

E mail: rostosgeo@hotmail.com

RESUMO

O município de Itabaiana-Sergipe se apresenta no cenário estadual como maior produtor de hortaliças, no entanto essa produtividade está atrelada aos altos índices de utilização dos mais variados tipos de venenos agrícolas/agrotóxicos. Nesse contexto, objetivou-se analisar a questão agrária em Sergipe, procurando compreender a dinâmica do agronegócio, que no estado está ancorado na utilização intensiva dos agrotóxicos, bem como, categorizar dados coletados em fontes primárias e secundárias de



informações sobre morbidade e mortalidade, via agrotóxicos na produção de alimentos do município de Itabaiana. Este artigo possui o intento de demonstrar a contaminação por venenos agrícolas/agrotóxicos no município de Itabaiana-SE e os processos ideológicos existentes na produção agrícola desse município. Concluímos que o uso dos venenos agrícolas/agrotóxicos é uma constante nos perímetros irrigados de Itabaiana-SE. Constatamos, ainda, que existe a utilização de venenos dos mais variados graus de toxicidade, o que resulta em casos de intoxicações e óbitos entre os trabalhadores, bem como a ocorrência de suicídios. O desenvolvimento dessa pesquisa permitiu desvelar problemas ainda pouco conhecidos, que é a contaminação humana e do ambiente, responsável por fazer da vivência dos trabalhadores dos perímetros irrigados de Itabaiana uma constante problemática em relação à saúde, fato que vai além da realidade local, pois os alimentos produzidos nos referidos perímetros são comercializados em todo o estado de Sergipe e em mais alguns estados do Nordeste.

Palavras-chave: Alimentos; Agrotóxicos; Saúde.

INTRODUÇÃO

Segundo (CARSON, 1962) desde o surgimento da vida no planeta Terra há 4,5 bilhões de anos o ambiente sempre agiu sobre os seres vivos definindo as condições necessárias à existência ou não deles. Os estudos geológicos comprovam que as ocorrências de grandes erupções vulcânicas lançaram no ar grandes quantidades de gases, cinzas e vapor de água, gerando uma alteração na composição atmosférica em relação à existente anterior ao evento. Os períodos glaciais também foram protagonistas na ação sobre as formas de vida existentes no planeta. Pois associadas a esses dois tipos de eventos geológicos citados anteriormente, estão as extinções em massa



de algumas espécies. Continuamente os processos e a dinâmica da Terra e da atmosfera atuaram, e continuam atuando, sobre os seres animados residentes no planeta.

A partir do século XVI houve o rompimento com o paradigma medieval. O Medieval ficou conhecido como idade das trevas, justamente pelo pouco avanço da produção científica, devido ao forte domínio ideológico da Igreja Católica. A partir desse período o homem começa a aprofundar os estudos sobre a natureza, usando a razão e empiria. O avanço da ciência fez com que a relação entre ser humano e natureza aos poucos começasse a mudar.

A intensificação da transformação da natureza em produtos manufaturados fez com que houvesse uma inversão nos papéis; a partir daí um dentre todos os seres vivos, o homem, passa a exercer seu domínio “consciente” sobre a natureza. Conhecendo a fundo as leis da natureza o grupo detentor da ciência passa a apropriar-se e explorar cada vez mais os recursos naturais, transformando-os em mercadorias no modo de produção capitalista.

Com a transição do sistema feudal para o capitalista toda a estrutura da sociedade foi modificada, tanto no meio social, quanto no político e econômico. A burguesia passa a dominar a política e a ciência e todas as instituições do Estado moderno, tendo como objetivo favorecer o mercado e acumular capital. A estrutura da sociedade capitalista é baseada em relações de produção, exploração dos trabalhadores e da natureza, e acúmulo de capital pela mais-valia, ou seja o trabalho não pago. Isso promove na sociedade um engessamento das relações e da forma como o homem enxerga a natureza, utilizando-a apenas para um fim, obter lucro. (MARX, 2010)

Nesse contexto, infere-se que o dualismo presente na relação sociedade versus natureza é



resultante do processo desigual e combinado do capital. Pois, a natureza é concebida como mercadoria, um objeto exterior ao homem e passível de apropriação pelo mesmo por meio da técnica. (ARAÚJO, BATISTA, p.2).

A intensificação desse processo agora inverso onde o homem age sobre o ambiente, de forma muito mais intensa, impactando nas diversas formas de vida, inclusive na dele mesmo, se dá no século XX com a descoberta de substâncias químicas que passam a ser usadas para controlar insetos e plantas indesejadas nos campos agrícolas do mundo inteiro. A indústria de agroquímica tem sua gênese após a Primeira Guerra Mundial, no momento em que as grandes corporações químicas internacionais criaram subsidiárias produtoras de agrotóxicos, que visaram aproveitar as moléculas químicas desenvolvidas para fins bélicos. No entanto, somente após a Segunda Guerra Mundial tais produtos passaram a desempenhar papel importante na agricultura, com o advento da Revolução Verde. Esta foi a aplicação de um conjunto de práticas associadas ao uso de insumos agrícolas, necessários para assegurar níveis crescentes da produtividade da agricultura, baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. Os defensores da Revolução verde pregavam a erradicação da fome no mundo, no entanto, infelizmente, não resultou nessa falácia. Mas serviu para aumentar ainda mais o monopólio burguês. Os usos em larga escala dessas substâncias perigosas passaram a contaminar as águas, os solos e os animais e os seres humanos.

Em todas as amostras foi detectada a presença de venenos. Somente nas caixas d'água públicas, em que a água já estava armazenada para ser canalizada para as residências, foram



encontrados pelo menos 5 venenos diferentes. Em uma delas havia 8 tipos de agrotóxico. Em alguns pontos de coleta foram detectados mais de 12 agrotóxicos diferentes na mesma amostra de água! (LONDRES, 2011, p. 65)

As consequências de toda essa infecção é a movimentação ilimitada desses materiais mortíferos (Agrotóxicos) nos corpos dos seres vivos, pois na natureza uns sobrevivem se alimentando dos outros pela cadeia alimentar, estando alguns seres contaminados todo o resto está condenado a conviver com a toxidade dentro do próprio corpo. A contaminação vai das plantas às entranhas dos animais que se alimentam delas. O homem modificou a natureza ao seu modo sem calcular as consequências que isso resultaria. O uso de agrotóxicos nas plantações contaminou tudo em sua volta, e essa contaminação está se tornando permanentes nos solos, águas e no próprio corpo humano. (CARSON, 1962)

A agricultura quando voltada para atender as demandas capitalistas de mercado não respeita o tempo da natureza. Existe um período de desenvolvimento estabelecido para cada coisa, por exemplo, em algumas espécies de plantas a germinação da semente, o crescimento, floração e frutificação são fases que demandam certo tempo, tudo isso instituído naturalmente.

Como reflete (BOMBARDI, 2011), o tempo do capital sobrepõe o tempo da natureza, com a ambição de acelerar a produção para satisfazer as necessidades criadas pelo mercado e garantir a reprodução capitalista, assim, mantendo a ordem vigente e transformando os alimentos e trabalhadores em mercadorias. Essa é a essência do Estado burguês que busca sempre a reprodução do capital, através da grande exploração



do trabalho humano e da natureza, para dar continuidade ao movimento de seu mecanismo de acumulação da riqueza produzida, conseqüentemente, ocorre a alteração da relação sociedade/natureza como condição sustentadora de sua estrutura.

O modo de produção capitalista só funciona se houver mercado consumidor, e que consuma diariamente mesmo sem necessidade. As pessoas são levadas pelo fetiche, ou seja, o desejo de consumir, mesmo sem necessidade, que é despertado nelas pelas propagandas que são veiculadas nos meios de comunicação. Por isso os bens produzidos são cada vez mais descartáveis, para que logo depois que comprado um produto, já seja necessário substituí-lo por outro. Assim, à medida que se produz mais em menos tempo, também é exigido da natureza tal rapidez mesmo ela tendo seu próprio tempo.

Foram necessários centenas de milhões de anos para se produzir a vida que agora habita a Terra; idades de tempo, para que essa vida, desenvolvendo-se, evoluindo e diversificando-se, alcançasse um estado de ajustamento e de equilíbrio com o seu meio ambiente. O meio ambiente, dando conformação e dirigindo, rigorosamente, à vida que amparava, continham elementos que eram ao mesmo tempo hostis e sustentadores. (CARSON, 1962, p. 16).

Ainda para CARSON (1962) “a vida ajustou-se, e um equilíbrio foi conseguido. Porquanto o tempo é ingrediente essencial; mas, no mundo moderno, não há tempo”. Para que nunca falem matérias primas provenientes da agricultura, as áreas de cultivo são aumentadas, as sementes modificadas geneticamente e são aplicados venenos para combater as “pragas” nas plantações. Uma série de problemas é criada a



partir desse modelo de produção agrícola que tem como objetivo contribuir para a fluidez necessária ao mercado capitalista.

O avanço das áreas de cultivo destrói as florestas, no entanto os insetos e plantas que antes viviam naquelas selvas insistem em ficar no local onde sempre viveram, agora ocupado pelas grandes plantações. Eles passam a serem considerados problemas no desenvolvimento da lavoura (CARSON, 1962), essa que é destinada ao abastecimento da indústria, para ser transformada em bens de consumo, indo para o mercado gerar lucro para umas poucas pessoas que detém os meios de produção. Ou seja, problemas são gerados para sustentar uma agricultura que não tem como objetivo alimentar as pessoas com produtos saudáveis e diversificados, pois predominam os cultivos de soja, milho e cana-de-açúcar e outros commodities para a exportação. Os pequenos produtores também entram no jogo do agronegócio, não porque queiram, mas pelas obrigаторiedades que lhe são impostas. Políticas de créditos rurais são atreladas ao incentivo do uso dos agrotóxicos, o marketing promovido na mídia faz com que os agricultores acreditem no discurso do aumento da produtividade sem que façam análise alguma das consequências que o uso de tais substâncias pode provocar. Assim, passam a serem também consumidores dos insumos agrícolas, gerando mais lucros para as multinacionais do agronegócio.

E para que essa produção agrícola continue servindo de meio para a acumulação de capital, é sustentada a grande problemática, que é o uso de substâncias tóxicas e letais para expulsar viventes de seus habitats naturais e contaminar os alimentos produzidos. Os insetos que sobrevivem às cargas de venenos aplicados sobre eles, criam resistência aos determinados tipos agrotóxicos. Deste modo a geração seguinte não será mais afetada pelos mesmos venenos. Assim



sendo, são desenvolvidas novas substâncias químicas cada vez mais destrutivas para combater as “pragas” que a cada novo borrifo cria nova resistência. É a guerra da vida contra a vida. (CARSON, 1962)

Alguns dos prováveis arquitetos do nosso futuro olham para uma época em que será possível modificar o plasma germinal humano, de acordo com planos bem delineados. Mas nós podemos facilmente estar fazendo isso agora, por inadvertência, visto que muitas substâncias químicas, como as radiações, provocam mutações nos genes. É irônico pensar que o Homem possa determinar seu próprio futuro por meio de alguma coisa tão aparentemente trivial como a escolha de um borrifamento contra insetos. (CARSON, 1962, p. 18)

O agronegócio que é a representação do capital na agricultura, não deixa a sociedade a par do que está acontecendo, do grau de envenenamento de seus produtos, que são utilizados na indústria alimentícia e que são ingeridos pelas pessoas todos os dias. Existem formas de trabalhar a agricultura sem que seja necessário o uso de substâncias mortíferas, tais como são os agrotóxicos. Não é por falta de conhecimento que se continua a matar a natureza, mas por falta de interesse da classe dominante, pois é destruindo o meio ambiente e escravizando as pessoas que ela mantém seu monopólio.

Grande parte do conhecimento indispensável já se encontra disponível; mas nós ainda não fazemos uso dele. Nós treinamos ecologistas nas nossas universidades, e até os empregamos nas nossas repartições governamentais; mas raramente lhes seguimos os conselhos.



Deixamos que a chuva de morte química desabe, como se não houvesse alternativa alguma, ao passo que a verdade é que há muitas alternativas; ademais, o nosso engenho e as nossas aptidões logo descobrirão muitas alternativas mais, desde que se lhes dê oportunidade para isso. (CARSON, 1962, p. 21)

As poucas pessoas que detém o poder econômico e político no mundo, não se importam com o preço que a Terra e tudo o que nela existe estão pagando, pois a ganância pelo acúmulo de riquezas parece os deixar “cegos”. Para eles o que importa é o lucro, e os recursos naturais que deveriam ser bens comuns à toda humanidade além de estarem sendo muito explorados, não são cuidados nem preservados, comprometendo o futuro de todas as formas de vida.

Todo este risco foi enfrentado – para quê? Os historiadores futuros bem poderão sentir-se admirados em face do nosso distorcido senso das proporções. Como poderiam seres inteligentes procurar controlar umas poucas espécies não-desejadas, por meio de um método que pode contaminar todo meio ambiente, e que corporifica ameaça de enfermidades e de morte até mesmo da sua própria espécie? (CARSON, 1962, p. 19)

Assim, o Homem continua a envenenar a natureza pensando talvez que está fora da desgraça feita por ele mesmo. Envenena-se à medida que coloca veneno na terra, adoece quando torna as plantas doentias, sacrifica o futuro e morre quando mata sua fonte de vida.



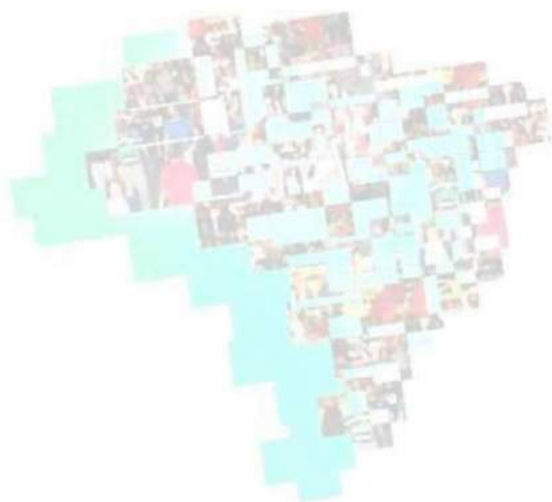
USO DE VENENOS AGRÍCOLAS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE

O município de Itabaiana está localizado na região central do estado de Sergipe, tem uma precipitação média anual é de 1500 mm, quanto à temperatura, a posição geográfica juntamente com o relevo sem grande expressão em termos altimétricos contribui para que seja regular, sem grandes amplitudes, oscilando de 24° a 25°C. O município está parcialmente inserido no polígono das secas, com clima do tipo megatérmico seco e sub-úmido. O município está inserido em duas bacias hidrográficas, a do rio Sergipe e a do rio Vaza Barris. Constituem a drenagem principal o rio Jacarecica e os riachos Ribeira e Coqueiro, fato que contribui muito para o desenvolvimento das atividades agrícolas (CPRM, 2002). Sendo que nos últimos trinta anos Itabaiana foi sede da consolidação de algumas políticas territoriais, como a construção de três barragens: Açude da Marcela, Jacarecica I e Poção da Ribeira (ver mapa abaixo). Por estas políticas, o município tem diversificado sua produção, como também vem sediando espaços de armazenamento.

É o mais importante município da microrregião do Agreste de Itabaiana e apresenta uma das maiores economias do estado, com nível elevado de empregos nos setores de serviço, indústria e comércio. A mineração também contribui para a economia, com a atividade de lavra de pedreiras. Outra atividade importante nesse município é a fabricação de blocos e telhas nas olarias. A agricultura nesse município desempenha um papel fundamental no que se refere a circulação de alimentos, tendo como principais produtos a mandioca, batata doce, tomate, alface, coentro, quiabo e outras variedades de hortaliças; sendo que em quase todos os cultivos há a

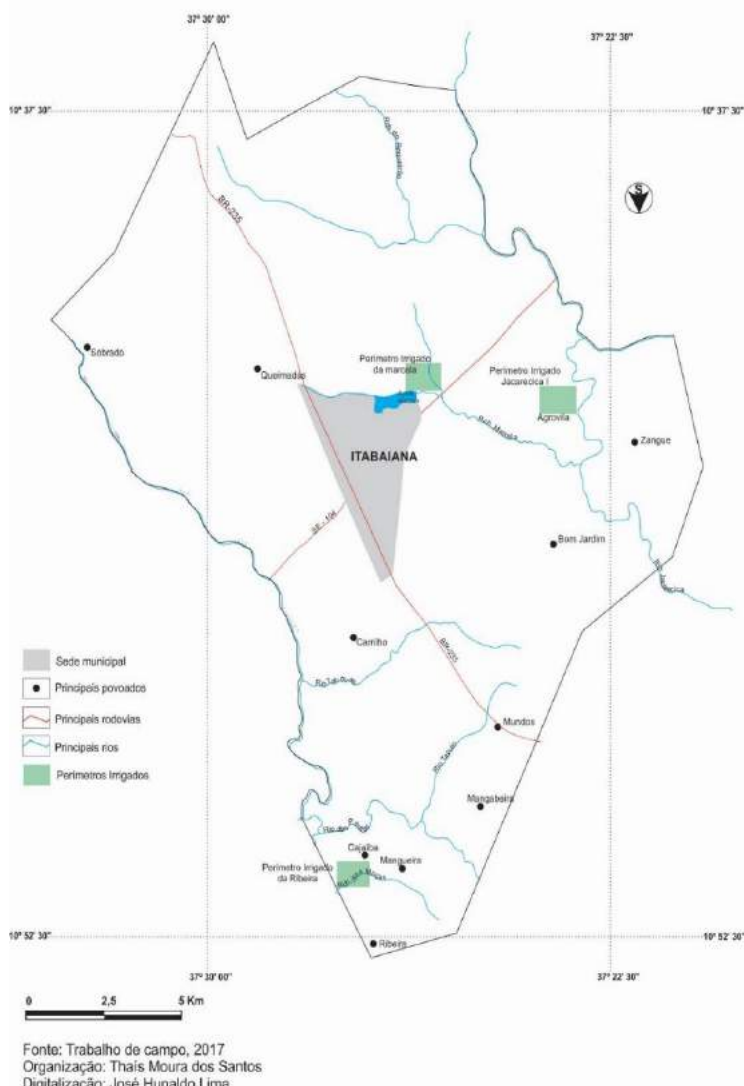


utilização de agrotóxicos. Na pecuária, os principais efetivos são os bovinos, suínos e ovinos, há também uma criação muito significativa de galináceos. (CPRM, 2002).





Localização dos Perímetros Irrigados do Município de Itabaiana - SE, 2017





O padrão de utilização dos agrotóxicos é disseminado para todas as partes do Brasil, e em Sergipe assim como o resto do país é levado a se inserir no modelo atual de produção, tanto em velocidade como em forma, e por encontrar-se entre os estados que mais utilizam agrotóxico, seriam necessárias maiores fiscalizações para não permitir o abuso dos venenos, porém não é isto que acontece. (MOURA, 2015)

Dentro do contexto do estado de Sergipe o município que mais utiliza agrotóxico é Itabaiana, e por ser uma área de grande exploração agrícola os recursos são muito utilizados, permitindo que os solos e plantações sejam ainda mais expostos a produtos nocivos à vida humana. Assim, como existe a dificuldade de no Brasil os alimentos serem produzidos de forma saudável, em Itabaiana esta dificuldade é acentuada pelo descaso nas fiscalizações, pois além do trabalho ruinoso que os agricultores vivenciam cotidianamente, dos perigos a que estão expostos, esses ainda são vítimas do modelo de produção dominante. (MOURA, 2015)

No perímetro irrigado do Açude da Marcela em Itabaiana, os trabalhadores agrícolas são constantemente expostos às substâncias químicas maléficas. A necessidade de cumprir a grande demanda por produtos só acelera os danos à saúde deles. Apesar dos indícios e sintomas apresentados, os trabalhadores não conseguem associa-los aos agrotóxicos exatamente pela manipulação, e inibição das informações, que é promovida pela mídia dominante na sociedade, para que as pessoas continuem ignorando os malefícios dessas substâncias. Os trabalhadores se referem aos venenos como se fossem remédios, pelo fato de ter sido isto que ouviram, refletindo aquilo que lhes foram ensinados e para além de aprender passaram para outras pessoas a ideia de que os agrotóxicos não fazem mal (BATISTA, SANTOS, 2015). Além disso muitos dos trabalhadores têm uma sensação de segurança usando os equipamentos de proteção, por isso promovem descuidos,



bem como no descarte indevido das embalagens, como se o veneno não se espalhasse, ou não fosse contaminá-los de outras formas, sendo ineficaz a utilização de equipamentos, pois estes não mudam o fato de que aquele veneno vai ser disperso em todo ambiente.

No perímetro irrigado do Açude da Marcela, açude que fica vizinho à sede do município, há a predominância de produtores mais velhos, acima de 50 anos, estes não dão muita importância ao uso do equipamento de proteção individual, pois não acreditam que os produtos sejam tóxicos e perigosos para a saúde humana. Já alguns dos mais jovens têm consciência dos danos, porém seguem utilizando de forma inadequada, ou não utilizando o Equipamento de Proteção Individual (EPI), assim, também não dão muito crédito ao uso da proteção, aceitando de maneira consciente as ameaças à saúde e ao meio ambiente. Alguns agricultores têm conhecimento dos danos que podem ser causados pela aplicação dos agrotóxicos nas lavouras, no entanto não têm como fugir da contaminação, pois a atividade agrícola representa a renda necessária à sobrevivência da família, e eles relatam não saberem de outra forma de produzir.

Entre as pessoas que trabalham nas plantações do entorno do açude da Marcela, é notório que a maioria já tem idade acima de 50 anos. Associado a isso está também a pouca escolaridade dos agricultores, sendo um dos motivos que justifica a fácil manipulação de suas opiniões em relação aos venenos agrícolas e “aceitação” de que não existem perigos no uso desses. Pois não tendo acesso a informações verdadeiras sobre os venenos, os trabalhadores ficam reféns da grande mídia (esta que é o instrumento de disseminação das ideias do agronegócio), assim, como também, grande parte das pessoas não ficam a par da nocividade dessas substâncias.

O capital usa de uma estratégia para que os agricultores fiquem reféns em toda a cadeia produtiva. Essa tática



materializa-se no Pacote Tecnológico, no qual é oferecido aos produtores sementes transgênicas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, assistência técnica e entre outros produtos que impulsionam a produção; e também a criação de leis pelo parlamento, por exemplo, para que o agricultor acesse políticas de créditos voltadas para a agricultura nos bancos, ele tem que está enquadrado no modelo de produção proposto pelo agronegócio. O fetiche da alta produtividade e de lucros maiores faz com que os agricultores se insiram no modelo imposto pelo agronegócio, abandonando seus conhecimentos tradicionais, que são originalmente de cuidado e respeito ao meio ambiente.

O uso de sementes geneticamente modificadas obriga os agricultores a usarem os adubos e venenos que são oferecidos pelo mercado, porque existe a dependência por parte das sementes transgênicas, para com esses componentes químicos. Todo esse processo de dominação do capital no campo é facilitado pelos governantes, e principalmente por aqueles que têm ligação com o agronegócio no Brasil (a bancada ruralista no congresso nacional), que atuam pelos próprios interesses e das empresas de agroquímicos que apoiam suas campanhas eleitorais. Não há outro motivo se não esse para que eles façam uma grande defesa e incentivo ao uso de agrotóxicos no país, atacando incessantemente o meio ambiente, os povos e comunidades tradicionais. Uma das consequências são as intoxicações, que são constantes e ao mesmo tempo ignoradas pelo Estado. Não existe a perspectiva de que essa população está doente pela forma que trabalha, não é interessante para o Estado o esclarecimento e combate desses problemas, mas ao contrário promove o ocultamento tanto das doenças, como das causas.



Fonte: Trabalho de campo, 02/10/2017.

Elaboração: José Davi Ferreira Lima, 2017.

Enquanto isso está ocorrendo, os problemas com os agrotóxicos se tornam maiores do que anos atrás, com relatos de suicídios por consequência destes venenos. Como essas substâncias mexem com o organismo inteiro, é esperado que acontecessem efeitos neurológicos também, mas se o Estado não percebe nem as doenças como o câncer, pelo uso de agrotóxicos, é suscetível que ignore os casos de suicídios como fatos isolados, e não problema de saúde pública. (BATISTA, SANTOS, p.17).

Esses efeitos neurológicos pelo uso de produtos químicos ambientais, como alumínio, mercúrio, cádmio e flúor, provocam no organismo uma série de problemas destrutivos a saúde, doenças como depressão (que vai influenciar diretamente no suicídio), esquizofrenia, transtornos



de ansiedade, insônia, autismo e entre muitas outras que estão em estados progressivos. (SENEFF, SWANSON, LI, 2015).

O aumento de substâncias nocivas como o glifosato, proporciona uma série de mudanças negativas no organismo mesmo em longo prazo, que consolidam ainda mais este adoecimento da população, que não se restringe apenas a um estado ou país, mas que é uma realidade de muitos Estados industrializados. Há uma interação do glifosato com o alumínio que suscitam em muitas dessas doenças, mas principalmente na insônia, anemia e o autismo. Portanto se apenas uma substância já tem efeitos nocivos no organismo, o conjunto de todas as substâncias utilizadas no ambiente tem um efeito ainda mais pernicioso, as reações no organismo com substâncias tóxicas provocam reações químicas principalmente no cérebro e irão se dispersar por todo sistema orgânico. (SENEFF, SWANSON, LI, 2015).

O efeito agravante acontece na glândula Pineal responsável por secretar a melatonina, hormônio responsável pela regulação dos ritmos do corpo (ciclo circadiano), relógio biológico e o sono, é diretamente afetada com relação à insônia que o glifosato juntamente com o alumínio provocam, esta não consegue cumprir a tarefa de regular o sono, e o organismo tem uma série de reações por falta de um relógio biológico saudável, o que além da insônia, pode promover um quadro depressivo. (SENEFF, SWANSON, LI, 2015).

São a esses riscos que os trabalhadores dos perímetros irrigados de Itabaiana estão expostos. E no entanto não existe sequer uma ação do Estado, no tocante a conscientização e promoção de cuidados com a saúde das pessoas que estão inseridas num contexto de maior contato com os venenos agrícolas, no referido município sergipano.

RESULTADOS



Os processos domesticadores que são desenvolvidos pela parcela da sociedade que domina e se beneficia com o comércio dos agrotóxicos são notórios nas falas e ações de muitos dos trabalhadores, nas plantações dos perímetros irrigados de Itabaiana. A maneira como eles pensam, falam e agem em relação aos venenos agrícolas mostra como os processos ideológicos são usados para fazer com que eles tenham uma visão ingênua da própria realidade. Somente estando sob o julgo de manipulações das informações sobre os agrotóxicos, é que os agricultores de tal município podem acreditar que venenos agrícolas sejam remédios.

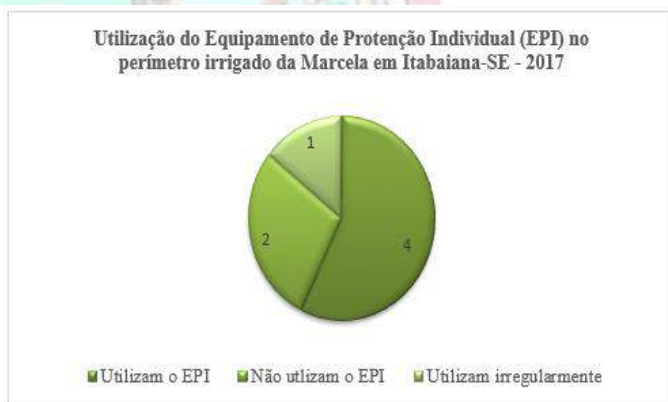
Pode-se analisar na fala de um dos trabalhadores, que ele demonstra conhecer os riscos à que os agrotóxicos o expõe, mas ao mesmo tempo relata atitudes contraditórias, tal como, ter o equipamento de proteção individual e não utilizá-lo por completo. Outro ponto que se pode observar é a não leitura da bula, que consta nas embalagens.

“Eu tenho o EPI, né? Eu utilizo macacão! A máscara eu não gosto muito não, eu não se acostumo, mas uso a máscara também! É difícil, é raro ler a bula, é porque a gente que pelega com qualquer coisa, se você trabalha com aquilo você já sabe que tem um limite de colocar. Aí as vezes vem as pessoas que são estudadas, que... estuda, tal, aí diz não, é pra colocar esse tanto. Mas a gente pelega aí com isso muitos anos, sabe que com aquela dose faz efeito, aí a gente nem procura saber, a gente já sabe o jeito da gente trabalhar mesmo, que aquela quantidade que a gente utiliza serve!” “...não pra saúde não, pra saúde eu acredito que veneno nenhum! Já tem o nome veneno né? Eu acredito que veneno nenhum é bom pra saúde. Já tem o nome veneno! E tem o nome tóxico né? Eu acredito



que veneno nenhum é bom pra saúde! Né? Mas eu acredito que tem gente que se prejudica mais rápido de que outros. Porque tem o organismo, depende do organismo! Por aqui eu não conheço ninguém que se prejudicou, por aqui não! Eu vejo falar no rádio que alguém já se prejudicou utilizando veneno, por causa do veneno, porque não se dá com aquele veneno, aí passa mal, mas aqui nessa região nunca vi falar não!” (Entrevistado 10)

Esse agricultor se mostra ciente dos danos que os agrotóxicos podem causar a saúde, mas não acredita que os prejuízos afetam as pessoas de maneira similar, para ele depende da singularidade de cada um, sendo o que define o grau de risco à contaminação. Sobre a utilização do EPI temos as informações dispostas no gráfico abaixo.



Fonte: Trabalho de campo, 02/10/2017.
Elaboração: José Davi Ferreira Lima, 2017.

Muitos dos agricultores do perímetro irrigado do açude da Marcela não associam as doenças, os mal-estares e os transtornos psicológicos à exposição e contato com os agrotóxicos. Sobre casos de suicídios na região dos perímetros



irrigados do município de Itabaiana alguns dos trabalhadores que foram entrevistados comentaram:

“Veneno... De vez em quando a gente ver uns querendo tomar veneno. Né? Tem gente que toma. Morreu um uns tempos desse aí no bairro Bananeira!” (Entrevistado 5)

“Já soube do caso lá da outra barragem, o cara tomou, mas tomou porque queria mesmo!” (Entrevistado 8)

“Tomando os venenos né? Já. Não aqui nessa região! Nunca soube que ninguém morreu em tomar veneno, mas teve outras regiões por aí que sim... Eu já ouvir falar no rádio que já utilizaram o veneno para se matar!” (Entrevistado 10)

A maioria dos venenos utilizados nas plantações dos perímetros irrigados de Itabaiana apresentam altos níveis de toxicidade (apresentados no quadro abaixo), tais como são o Dithane que é um fungicida/acaricida produzido pela empresa Dow e está classificado como extremamente tóxico e o Cypitrin um inseticida produzido pela Sanachen e assim como o veneno anterior apresenta classificação toxicológica I, ou seja, extremamente tóxico. Ainda assim alguns agricultores repetem o discurso de que os venenos são fracos e não são nocivos nem a saúde, nem ao meio ambiente.

“O veneno que utiliza aqui é fraco. É fraquinho, é só para não queimar a folha do coentro!” (Entrevistado 2)

“Assim, quem informa nós é eles lá, eles lá têm os agrônomos lá pronto. Só que assim, é carência baixa, sem ser, que não prejudica muito!” (Entrevistado 4).



Nome do Agrotóxico	Classe	Empresa	Grau de toxicidade
Amistar	Fungicida	Syngenta	Classificação toxicológica IV Pouco tóxico
Cypitrin	Inseticida	Sanachen	Classificação toxicológica I Extremamente tóxico
Dithane	Fungicida/Acaricida	Dow	Classificação toxicológica I Extremamente tóxico
Evidence	Inseticida	Bayer	Classificação toxicológica IV Pouco tóxico
Gramocil	Herbicida	Syngenta	Classificação toxicológica II Altamente tóxico
Roundup	Herbicida	Monsanto	Classificação toxicológica III Medianamente tóxico

Esses problemas são acentuados com as constantes intoxicações, que são muito comuns entre os agricultores, pois estão muitas vezes em contato direto com as substâncias, desde o preparo da mistura que é colocada nos pulverizadores, até a aplicação na lavoura. Sobre as intoxicações as falas dos trabalhadores, mostradas abaixo, revelam o quanto é danoso à saúde o contato dos seres humanos com os venenos agrícolas.

“Quando eu trabalhava lá em Propriá, eu comecei a trabalhar pulverizando milho, repolho, essas coisas. É porque esses venenos de hoje que a gente usa aqui, não é que nem esses venenos que eu passava lá em Propriá. Aquele Politrín, na época, tão forte que ele era, na hora que ele batia no coro da pessoa, ele queimava. Teve uma vez que eu tava passando numas dez tarefas de milho, mais meu patrão, aí nisso ele conversando mais eu, aí o pó do veneno entrou na boca, entrou, não sei como



foi aquilo. Mim deu aquela tontura, eu cá com bomba, com tudo, eu não morri porque... Eu fui pro hospital, não tinha nem soro. A sorte foi que eu tava com um dinheiro em caixa, né? Eu tava com mil reais, emprestado de um colega meu, não morri por causa desse dinheiro, porque senão eu tinha morrido. Porque o patrão nem assistência deu. E eu com dez anos de trabalha à ele.” (Entrevistado 1)

“Eu tava ali cortando uma salsinha, ali. Se eu não mim engano foi numa quinta-feira, aí tava começando a chover e eu tava colocando um farelo no coentro, farelo desses de dá ração a gado, pra o cachorrinho não comer a semente. Aí eu usei um veneno chamado Folisuper, servia pra matar o cachorrinho, pra não comer as sementes do coentro. Depois que eu botei o farelo, com chuva, chonendo né? Quando cheguei em casa, ave Maria, mim arriei na hora. Fui pro hospital, o médico perguntou em que eu trabalhava, eu disse: trabalho em sítio! Ele perguntou: você utilizou agrotóxico? Eu disse: Utilizei! Depois disso pra cá eu nunca mais peguei em veneno. Hoje a gente usa só um veneno básico, fraquinho. Nesse dia eu senti tontura, dor de cabeça, terrível, ave Maria eu passei foi ruim. (Entrevistado 2)

No que se refere as embalagens, estas são descartadas sem muito cuidado, isso associado a outras irregularidades, só contribui no aumento de intoxicações, não só em Itabaiana, mas em todo o Brasil. Apesar de uma pequena maioria dos trabalhadores afirmarem que faz a devolução das embalagens dos agrotóxicos, para que sejam descartadas corretamente, não é bem essa a realidade no perímetro irrigado do açude da Marcela. É corriqueiro ver embalagens jogadas às margens das estradas, nas áreas de cultivo, em galpões e nos arredores das casas dos agricultores. Além dos descartes indevidos das



embalagens dos venenos, por não compreenderem e não serem alertados da gravidade das consequências que o uso dos agrotóxicos provoca na saúde e na natureza, alguns trabalhadores também não dão a devida importância ao Equipamento de Proteção Individual (EPI). Percebemos que muitos fatores favorecem o agravamento da situação, que já é de risco, dos trabalhadores do campo de Itabaiana.

Embalagens descartadas irregularmente no perímetro irrigado do açude da Marcela em Itabaiana/SE



Fonte: Trabalho de campo, 02/10/2017.
Foto: José Davi Ferreira Lima, 2017.

Nesse processo é perceptível a violência que o homem do campo sofre, desde o descaso com a saúde, ao descaso em esclarecer e informá-lo. Sendo essas as realidades dos trabalhadores dos perímetros irrigados de Itabaiana, bem como de todos do país, vivem sem saber dos riscos que correm, e isso vai além de quem trabalha, atingindo todos que consomem os alimentos contaminados pelos produtos tóxicos que são utilizados na agricultura. Enquanto todo esse descaso acontece, os índices de suicídios por agrotóxicos só aumentam



e os casos de intoxicações se alastram entre os trabalhadores. E os indivíduos afetados direta e/ou indiretamente, por conseqüências do modelo de produção agrícola proposto pelo agronegócio, tornam-se apenas mais números para as estatísticas.

CONCLUSÃO

Compreender a dinâmica do agronegócio no estado de Sergipe e os processos ideológicos impregnados nesse modelo de produção agrícola, e a forma que a ideologia é utilizada para manipular as pessoas, desde as que produzem, às que consomem diariamente os alimentos envenenados, é a forma mais eficaz de promover mudanças na estrutura do sistema econômico, este que causa grande degradação para beneficiar as classes dominantes da sociedade. É através do conhecimento que se pode ir de encontro aos problemas que são causados aos seres humanos e ao meio ambiente, pelo uso intensivo de agrotóxicos na produção de alimentos.

O grande aparato que é montado para que o agronegócio continue a escravizar os povos camponeses, degradar o meio ambiente e contaminar com substâncias perigosas quase que todos os seres do planeta, tem o apoio do Estado, que não busca o bem estar social, mas a manutenção do monopólio burguês, juntamente com a grande mídia que também está a serviço da classe dominante. Juntos, Estado e mídia promovem apoio legal e midiático manipulador, respectivamente, às empresas produtoras de venenos e outros agroquímicos, e aos latifundiários monocultores. Os camponeses não ficam fora desse modelo de produção, pois para eles são impostos de várias maneiras os pacotes tecnológicos, para o capital o que importa é que eles estejam



consumindo seus insumos agrícolas (fertilizantes, agrotóxicos e outros).

Assim a problemática que é o uso indiscriminado de agrotóxicos, nos perímetros irrigados de Itabaiana/SE e em outras áreas de cultivos do Brasil, não deve ser somente uma preocupação dos agricultores, sendo estes que são os mais afetados por estarem em contato direto com os agrotóxicos, mas de toda a sociedade brasileira que está sujeita a consumir alimentos envenenados. Pois alimento não deve ser tratado como ração, nem como comida envenenada, mas como fonte de vida e que gere saúde para as pessoas, produzidos agroecologicamente e de forma soberana, diferente dos oferecidos pelo agronegócio, esses que só causam doenças e mortes.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A Respeito da Centralidade do Trabalho**. Universidade Federal de Minas Gerais. 200-?.

BATISTA, R. O. S. **Natureza e Sociedade: as contribuições de Rousseau acerca da moral e da ética ambiental**, São Cristóvão, 2009.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. Boletim DATALUTA, 2011.

CARNEIRO, F. F. ET., (org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.



CARSON, Raquel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia; 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades**. Brasil, 2017.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Vol. I. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 27ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOURA, Thaís dos Santos. **Dinâmica espacial do uso de agrotóxicos em sergipe e os impactos na saúde do trabalhador**. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SANTOS, Cléane Oliveira dos. **Territórios e espaços vividos no município de Itabaiana/SE**. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 3, n. 3 dez/2009 pp.152-174.

SENEFF, Stephenie.; SWANSON, Nancy.; LI, Chen. **Alumínio and glyphosate índice pineal gland pathology : cannection tô gut dysbiosis and neurological disease**. Agricultural Sciences. Vol. 6, nº 01, 2015.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais** – CPRM. Brasil, 2002.



OS DESDOBRAMENTOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE GOLPE

Fábio Ferreira Santos¹
(Universidade Federal da Paraíba)
(Doutorando em Geografia)
E mail: fabinhoufs@gmail.com

Maria Franco Garcia²
(Universidade Federal da Paraíba)
(Professora e Orientadora do programa de pós-graduação em
Geografia)
E mail: mmartillo@gmail.com

RESUMO

As contradições do sistema capitalista nos impõem a pensar as transformações no espaço geográfico de forma dialética. A conjuntura atual em que vivemos no Brasil nos permite compreender que as políticas públicas, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), insere-se numa fase de extrema delicadeza, no que diz respeito ao seu gerenciamento. Nesse sentido, pensar na produção de alimentos do campesinato para este programa nos permite entender a relação Estado-camponês num momento de incerteza. Dessa forma, as mudanças no PNAE no decorrer dos seus sessenta e dois anos de existência fazem parte das transformações capitalistas que subordina as relações econômicas no território. Contudo, a resistência camponesa e sua lógica produtiva vão de encontro a esse modelo de desenvolvimento e nos oferecem a pensar uma sociedade melhor e justa. Assim, diante do golpe de Temer no país e os retrocessos na política agrária e agrícola, o camponês continua



resistindo e se recriando nas diferentes lutas pela terra e pela reprodução de sua família.

Palavras-chave: Golpe, Campesinato, políticas públicas;

INTRODUÇÃO

Este texto traz reflexões acerca do Programa nacional de alimentação escolar nos seus 62 anos de existência, destacando se suas transformações ao longo de décadas. Todavia, a conjuntura política atual nos referenda a pensar estratégias de resistências diante o golpe político instaurado no país. Nesse aspecto, os retrocessos nas políticas públicas para o campo, através da extinção do ministério do desenvolvimento agrário e da suspensão da assistência técnica rural tiveram rebatimentos significativos na agricultura camponesa.

Nesse aspecto, o método dialético e as pesquisas bibliográficas nos impulsionaram a explicar as contradições na conjuntura política atual e seus desdobramentos para o campo.

O PNAE faz parte de um dos eixos de acesso aos alimentos, no qual está inserido dentro da política nacional de segurança alimentar e nutricional (PNSAN) desde o ano de 2005. Para tal, o contexto em que se insere o PNAE no Brasil deve ser posto em evidência para que fique claro o programa e sua atuação.

Alguns autores no dar suporte teórico nas análises do PNAE como: Carvalho e Castro (2009), Belik (2006), Coimbra (1982), Fialho (1993), Costa (2001), Sturion (2003), entre outros que nos mostram que o programa nacional de alimentação escolar tem possibilitado aos camponeses a permanência na terra e que o PNAE é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de educação e é o maior programa de alimentação em atividade no Brasil.



Nesse âmbito a importância do PNAE para a educação é de extrema importância, pois visa a merenda escolar. Segundo Carvalho e Castro (2009)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1979, mas somente com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, foi assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, como programa complementar à política educacional. Logo na primeira metade da década de 1990, os formulados foram totalmente abolidos dos cardápios. (CARVALHO; CASTRO, 2009, p.3)

Nesse sentido, O PNAE vincula-se como um programa complementar a política educacional, uma vez que direciona a produção de alimentos da agricultura para a alimentação escolar.

Historicamente, o ano de 2016 foi marcado pelas contradições e resistência na política brasileira. O golpe político que resultou no impeachment de Dilma Rousseff, assegurou as elites dominantes deste país no poder. A forjação de pedaladas fiscais e de irregularidades durante a gestão da presidenta (2011 a 2016) marcaram um cenário político contraditório de retrocessos significativos para a sociedade.

No espaço agrário, a tomada de poder pelo Golpista Michel Temer foi aclamada como um retrocesso nas discussões das políticas públicas para o campo. Diante desse contexto, os avanços conquistados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar nos últimos 10 anos foram rapidamente deteriorados pela bancada ruralista no Congresso Nacional.

Nesse âmbito, a contextualização do programa ao longo de seus 62 anos de existência, e principalmente a partir de 2010, torna-se essencial para entendermos a relação do



campesinato com o PNAE. Por ser um programa direcionado a aquisição de alimentos, a alimentação escolar se tornou nos últimos 7 anos, um mercado institucional para o campesinato. Dessa forma, a aprovação da lei 11.947 em 2009, prevê em seu art. 14:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo de 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, FNDE, 2012)

Observa-se que a lei tem avanços para o campesinato, uma vez que objetiva fomentar a aquisição de alimentos a agricultura camponesa proporcionando aos alunos da rede pública uma alimentação saudável equilibrada. Nesse aspecto, o PNAE tem como objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. (FNDE, 2012).

Apesar disso, a partir do golpe de 2016, as políticas públicas vêm sofrendo alterações significativas através de medidas provisórias e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tais medidas contra a agricultura camponesa significam retrocessos para o campo.

Dessa forma, iremos suscitar o PNAE e suas faces no campo em seu processo histórico de implementação e consolidação para que possamos entender a conjuntura atual



de golpe e desmonte das políticas públicas de produção de alimentos pelo campesinato.

O PNAE E SUAS FACES NO CAMPO

O surgimento da Alimentação Escolar no território brasileiro está ligado a política de assistencialismo. Surgido no início do século XX, a merenda escolar estava alicerçada pelos programas de combate à fome e a pobreza no Brasil.

As primeiras experiências brasileiras efetivas de oferta de alimentação escolar eram de caráter beneficente e não constituíam campo de intervenção do Estado. Destaca-se como exemplo, a Caixa Escolar (embrião da Associação de Pais Amigos e Mestres-Apams), que passou a mobilizar a atenção para o tema. (CARVALHO & CASTRO, 2010, p. 2)

A partir de 1930, os movimentos sociais passaram a pressionar o governo com atos públicos exigindo ações do Estado para os problemas da fome e pobreza que assolavam o Brasil, no qual teve repercussões anos seguintes no governo populista de Vargas, no qual se iniciava as primeiras ações relacionadas a alimentação no país.

Data de 1942 o desenvolvimento de um dos primeiros programas de alimentação. Tratava-se de um programa idealizado pelo Dr. Dante Costa que partira de um inquérito nutricional de crianças em idade escolar e resultou no “serviço de desjejum escolar”. [...] Aberto gratuitamente para mil crianças, filhos de trabalhadores, requeria o comparecimento da criança para receber a merenda, não permitia que a criança tivesse acesso a outro lanche e, ainda, tinha data regularmente marcada para



acompanhamento médico. O Desjejum consistia em um sanduiche, um copo de leite e uma fruta. (BITTENCOURT, 2007, p.63)

Apesar de serem iniciativas isoladas, os primeiros programas de alimentação na escola dariam bases para que o governo populista de Vargas começasse a se preocupar com a educação e com a merenda escolar. Nesse sentido, não podemos deixar de enfatizar que o período populista no país foi influenciado pelas ideias de Josué de Castro no âmbito dos programas de combate à fome e a pobreza.

A frente do SAPS, Josué de Castro passa a observar os problemas da fome e da má distribuição de alimentos no país de maneira mais abrangente. Para Castro (1977), “O SAPS tinha como objetivo assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”. (CASTRO, 1977, p.195)

Após o fim do Estado Novo (1937-1945), Gaspar Dutra assumi a presidência do Brasil em 1946 e sua política alimentar não ocorreu avanços significativos na educação. De acordo com Teixeira (2008),

Sua política de alimentação fazia parte do que se chamou plano SALTE que se constituiu também numa tentativa de planejamento governamental. Este plano revia um grande investimento em quatro áreas: Sa.de, Alimentação, Transporte e Energia. Os recursos viriam da Receita Federal e de empréstimos externos. Porém, este plano foi logo abandonado por falta de recursos. (TEIXEIRA, 2008, p.19)

Embora, o governo de Gaspar Dutra retomasse a democracia no país, sua gestão significou um retrocesso nas



políticas públicas, pois prosseguiu o pacto com as classes dominantes, mantendo o conservadorismo político nas mãos das elites brasileiras.

Na década de 1950, o país despunha-se com programas assistencialistas para manipular e alienar a sociedade as oligarquias e elites brasileiras. É nesse período, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública.

No ano de 1965, a CNME foi reformulada através do Decreto nº 56.886, de 20/09/1965, no qual altera o nome de CNME para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). As alterações previstas no decreto permitiram ao governo brasileiro um elenco de programas através da ajuda norte-americana como: alimentos para paz, financiado pela agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional (USAID); O Programa Mundial de Alimentos (PMA), da organização das Nações Unidas (ONU) para a agricultura e a alimentação (FAO/ONU); o Programa de alimentos para o desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e a alimentação de crianças em idade escolar;

A década de 1970 foi marcada pela participação prioritária de gêneros comprados nacionalmente, com o conseqüente crescimento de várias empresas nacionais fornecedoras de alimentos, configurando uma terceira etapa desse processo. A partir daí os alimentos formulados como sopas e mingaus – produzidos pelas indústrias alimentícias, passam a ter presença marcante na cesta de produtos da alimentação escolar. (PEIXINHO, 2013, p.911)



No ano de 1981 é criado o Instituto Nacional de Assistência ao educando (INAE) que passa a gerenciar o PNAE até o ano de 1983, quando o governo decreta a lei N° 7.091 e é criado a Fundação de assistência ao estudante (FAE), resultante da fusão da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) com o INAE.

Ao longo de décadas, os objetivos do PNAE permaneceram os mesmos, apesar de algumas mudanças organizacional. Somente com a promulgação da constituição de 1988 é que o PNAE passa a modificar suas ações e estratégias na distribuição de alimentos para a escola.

CONSTITUIÇÃO DE 1988: TRANSFORMAÇÕES NO PNAE E SEUS REBATIMENTOS NO CAMPO

A década de 1980 é marcada pelas contradições no território brasileiro. A efervescência das lutas no campo e na cidade expressam a insatisfação com o regime militar. Esse momento histórico revela que era preciso eleições diretas para que o país saísse da crise político-econômica que assolava a sociedade brasileira.

Desde o início de sua criação até o ano de 1988, o PNAE manteve sua política assistencialista. Caracterizado pela centralização, todas as decisões referentes a alimentação escolar eram tomadas pela esfera federal antes de chegar aos Estados e municípios. Esse centralismo administrativo autoritário não permitia uma participação efetiva dos que eram favorecidos pela PNAE.

A política de alimentação durante a Nova República (1985-1990) previa os seguintes programas: foram previstos para 1986 os seguintes programas: PSA - Programa de suplementação alimentar e o PNAE, com o apoio aos programas de creches e ao programa nacional do leite para



crianças carentes. Estas ações passaram a ser prioridades no que se refere a alimentação e nutrição no país.

Com a promulgação da constituição de 1988, assegurou-se o direito universalizado à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental a ser oferecido pelo governo Federal, estadual e os municípios.

O PNAE tem sua base legal no artigo 205, incisos IV e VII do artigo 208 da constituição federal, assumindo como princípios a universalidade do atendimento e a equidade à alimentação escolar gratuita. No inciso IV: “educação infantil, em creche e pré-escolar, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. (Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 – art. 205).

O governo de Fernando Collor de Mello é marcado pelo pioneirismo na introdução das políticas neoliberais e na abertura do mercado interno obedecendo aos ditames do capital presentes no consenso de Washington. Essas medidas aprofundaram as desigualdades sociais aumentando as contradições no território brasileiro.

Ao assumir a presidência do Brasil, Itamar Franco percebe que os movimentos sociais estavam com a bandeira de luta acenando para mudança na conjuntura político-econômica brasileira. No campo da alimentação,

Os movimentos sociais como o da “Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”, liderada pelo sociólogo Betinho, reforçavam a expectativa de os cidadãos poderem ter maior poder de influência na implementação de políticas públicas incluindo a alimentação. (TEIXEIRA, 2008, p.40)

As manifestações sociais forçaram o governo de Itamar Franco, em 18 de março de 1993, a assumir o compromisso de implementar uma política nacional de segurança alimentar e



sequentemente constituir um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Embora, as ações do Estado busquem tentativas de suprir as necessidades alimentares da população brasileira, o modelo de agricultura voltado para o agronegócio sucumbe qualquer projeto de combate à fome e a pobreza no país.

Desde sua criação até o ano de 1993, o PNAE manteve seu sistema de execução de forma centralizada atrelado ao governo Federal, no qual o órgão gerenciador do programa planejava os cardápios, contratava laboratórios para o controle de qualidade alimentar, adquiria gêneros alimentícios através de licitações e responsabilizava pela distribuição dos alimentos.

Essa forma de gerenciamento do PNAE perpetuou até 1994, quando o governo Federal instituiu a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, onde o programa passava a ser descentralizado, adquirindo uma nova configuração no âmbito alimentar. O processo de descentralização da alimentação escolar ocorre através do repasse dos recursos do PNAE para os Estados, Distrito Federal e Municípios. Isso implica num novo arranjo espacial do programa, visto as mudanças no gerenciamento e execução do Programa.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) é marcado pela política neoliberal, onde a política do Estado mínimo e a desregulamentação econômica atendessem os interesses do capital. Nesse aspecto, várias empresas públicas e serviços públicos foram privatizados consolidando o neoliberalismo econômico no Brasil.

Em relação ao PNAE, vemos uma relação intrínseca com o censo escolar, uma vez que é a partir dos dados da matrículas dos alunos que o governo federal repassa os recursos financeiros que serão destinados a compra dos gêneros alimentícios que irão suprir a alimentação dos alunos.



O período que se seguiu, entre 1995 e 2002, embora significando um retrocesso na relação entre governo e sociedade, foi rico na elaboração conceitual sobre o tema da segurança alimentar e nutricional e na organização da sociedade civil, com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998. (MENEZES, 2012, p.17)

Percebe-se claramente as contradições na política econômica de FHC, no qual os retrocessos sociais marcaram seu governo. Contudo, a criação da FBSAN significou avanços importantes no campo alimentar brasileiro.

Em 28 de junho de 2001, o governo FHC aprova a medida provisória nº 2.178-34, no qual dispõe os repasses financeiros do PNAE e institui o programa dinheiro direto na escola. Essa medida provisória

determinou que 70 por cento dos recursos do FNDE para alimentação escolar deveriam ser usados na compra de itens básicos de alimentação, levando em consideração os hábitos alimentares regionais/ locais e a disponibilidade de culturas locais para promover o desenvolvimento local e reforçando a necessidade de comprar produtos alimentares locais para as refeições escolares. Além disso, a Resolução nº 15 do FNDE (de 16 de junho de 2003) estabeleceu os critérios e as modalidades de transferência de recursos do FNDE para as entidades executoras – as secretarias de educação dos municípios e estados. (BRASIL, 2013, p.22)

Nesse aspecto, as compras de alimentos atenderiam a agricultura camponesa local, permitindo ao campesinato inserir-se na venda de seus produtos ao PNAE. Contudo, o



assistencialismo político excluía uma parcela significativa dos camponeses, beneficiando apenas os produtores ligados a grupos políticos locais.

A partir de 2003, o PNAE passa por transformações importantes que repercutirão no campo educacional e alimentar do país. Veremos a seguir o governo de LULA (2003 – 2010) que trará modificações significativas, instaurando uma política alimentar visando maior flexibilidade, eficiência e eficácia na gestão do Programa nos Estados e municípios, e os Governos Dilma e o Governo ilegítimo de Michel Temer.

O PNAE NO PERÍODO 2003-2017: MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PAÍS

A partir de 2003, o PNAE passa a estar na pauta do governo brasileiro. O início do governo LULA é marcado pela instauração do programa Fome Zero, no qual visava atender as questões relativas a fome por meio da integração dos vários programas e políticas relacionadas a assistência social, transferência de renda, reforma agrária, alimentação escolar e outras.

No campo alimentar, o PNAE sofreu alteração significativa em seu gerenciamento e na política de recursos destinados aos municípios e Estados. Esse fato se deve a relação com o programa fome zero (PFZ) que possibilitou o acesso aos alimentos de forma abrangente em todas as regiões do país.

A partir de 2003, pela primeira vez verificou-se a inserção de um nutricionista na coordenação geral do programa dentro da sua esfera de gestão federal, ou seja, junto ao FNDE. Assim sendo, o PNAE passa a reafirmar que a responsabilidade técnica pela



alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais cabe ao nutricionista. As atribuições do nutricionista como responsável técnico do Programa vão desde a análise do perfil nutricional dos escolares atendidos para elaboração de cardápios e listas de compras, a realização de ações educativas em alimentação e nutrição que perpassem pelo currículo escolar. (PEIXINHO, 2013, p. 912)

A inserção de nutricionista no gerenciamento do PNAE reafirmou o compromisso do Governo Lula com a alimentação escolar. Para se ter ideia, em 2003 havia 12 % de nutricionista atuando no programa nos Estados e municípios. Já em 2011, esse número foi ampliado para mais de 82%, significando uma abrangência do número de nutricionista do programa no país.

Nesse contexto,

O Artigo 14 do PNAE pode ser encarado como uma evolução do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), que propiciou a criação de um mercado institucional que visa à compra de produtos alimentícios da agricultura familiar para formação de estoques estratégicos ou doação à população em situação de insegurança alimentar. (...) a merenda escolar acabou por se tornar a maior demandante da modalidade do PAA “Compra com Doação Simultânea”, representando 50% das aquisições. (SILVA, 2013, p.3)

A criação de um mercado institucional de alimentos provenientes da agricultura camponesa incentivou os camponeses a produzir alimentos direcionados aos programas Federais. Importante frisar que os produtos agrícolas do PAA



passaram a ser consumidos pelo PNAE, uma vez que a merenda escolar passou a ser a maior demandante de compras da aquisição de alimentos. Nesse âmbito, observa-se que a ampliação dos recursos financeiros e do número de alunos atendidos pelo PNAE no governo Lula pode ser verificada na tabela 5.

Tabela 5. Distribuição dos recursos financeiros executados (em milhões de reais) e do número de alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no período de 2003 a 2010.

ANO	Recursos financeiros (Em milhões de R\$)	Alunos atendidos (Em milhões)
2003	954,2	37,3
2004	1.025	37,8
2005	1.266	36,4
2006	1.500	36,3
2007	1.520	35,7
2008	1.490	34,6
2009	2.013	47,0
2010	3.034	45,6

Fonte: FNDE, dados estatísticos, 2017

Organização: SANTOS, 2017.

O aumento dos recursos destinados ao PNAE está ligado diretamente ao valor da nutrição por aluno, que subiu de R\$ 0,06 em 1996 para R\$ 0,22 em 2003. Esse aumento promoveu ampliação das verbas federais aos municípios e Estados. Percebe-se que em 2009 e 2010 o aumento do número de alunos refletiu substancialmente no aumento dos recursos financeiros, uma vez que o cálculo das verbas destinadas ao PNAE é calculado com base no censo escolar do ano anterior.



A ampliação na oferta de educação pública nos últimos anos impulsionou também o aumento dos recursos para o programa. Além, do surgimento de outras modalidades de ensino, entre elas a mais educação e a oferta e escola em tempo integral.

No período de 2003 a 2010, observa-se que houve aumento dos valores per capita transferidos pelo FNDE aos Estados, municípios e DF. Em 2003, o FNDE passou a assumir a alimentação escolar no ensino infantil (creches), repassando recursos de forma diferenciada para essa modalidade de ensino. Nos anos seguintes, os recursos foram aumentando significativamente, no qual os valores per capita para creches, escolas indígenas e quilombolas tiveram aumento substancialmente.

A grande conquista para o PNAE, sem dúvida, veio com a publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Conquista esta, fruto de um processo intersetorial no Governo Federal e de ampla participação da sociedade civil por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Avança quando dispõe sobre alimentação escolar e não somente sobre um Programa. Universaliza o PNAE para toda educação básica, ou seja, da educação infantil ao ensino médio, além dos jovens e adultos; define a educação alimentar e nutricional como eixo prioritário para o alcance dos objetivos do Programa; fortalece a participação da comunidade no controle social das ações desenvolvidas pelos Estados, DF e Municípios; formaliza a garantia da alimentação aos alunos mesmo quando houver suspensão do repasse dos recursos por eventuais irregularidades constatadas na execução do PNAE. (PEIXINHO, 2013, p.913)



Percebe-se que a universalização do PNAE por toda educação básica significa avanços no campo educacional e alimentar, promovendo rebatimentos significativos na sociedade. Assim, O Programa tem como objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. (Brasil. FNDE, 2012).

A partir da Lei nº 11.947, observamos duas grandes inovações: o atendimento aos alunos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. De acordo com o FNDE (2015),

O PNAE induz e potencializa a afirmação da identidade, a redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo, a (re) organização de comunidades incluindo povos indígenas e quilombolas, o incentivo a organização e associações das famílias agricultoras e o fortalecimento do tecido social, a dinamização das economias locais, a ampliação da oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar. (FNDE, 2015, p. 04)

Nesse contexto, a lei 11.947/2009 contribui para a comercialização camponesa e a oferta de alimentos saudáveis nas unidades escolares do país. Para tanto, segundo Amaral (2007), a unidade executora do programa PNAE deve obedecer às normas para a compra direta, nas quais “as formas de compra prevista em lei são as seguintes: compra direta, carta convite, tomada de preços, concorrência pública, sistema de registro de preço, pregão e pregão eletrônico”.



No governo Dilma, o PNAE continuou seus avanços destacando-se com o aumento da compra de produtos alimentícios oriundo da agricultura familiar. Nesse contexto, o FNDE nos oferece subsídios para analisar os valores dos recursos disponíveis por municípios na aquisição de alimentos da agricultura camponesa. Esse fato, nos permite compreender a dimensão do mercado institucional na compra de gêneros alimentícios direcionados aos programas PNAE e PAA.

A transferência de recursos do governo Federal para municípios e Estados cresceram nos últimos anos. Em 2011, o total de recursos financeiros disponíveis para o PNAE foi de 3,051 bilhões de reais para atender 44,4 milhões de alunos matriculados na rede de ensino pública. Já em 2015 os recursos aumentaram para 3,762 bilhões de reais para atender 41,5 milhões de alunos da educação pública.

No espaço agrário, as atuais medidas, entre elas, a suspensão por parte do governo golpista de Michel Temer da assistência técnica para os camponeses, "A Chamada Pública estava programada para contratar entidades de assistência técnica e extensão rural (ATER) para apoiar a gestão e a qualificação de mais de 930 associações e cooperativas da agricultura familiar e da reforma agrária em todo o país, para participarem dos mercados institucionais e privados", afirmou o líder da bancada, deputado federal Afonso Florence (PT/BA)⁵, foi um retrocesso inexplicável para a produção de alimentos pelos camponeses.

Nesse aspecto, esta medida golpista não afeta apenas a contratação dos serviços de ATER, mas promove um desmonte de estratégias em curso para a inserção da agricultura familiar na comercialização de sua produção, seja nos

⁵www.brasil247.com/pt/247/brasil/237594/Bancada-do-PT-denuncia-suspensao-de-programa-para-agricultura-familiar.htm



mercados institucionais das compras públicas, como PAA e o PNAE, seja nos negócios privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das contradições no sistema capitalista tem fortes rebatimentos no mundo do trabalho. Nesse aspecto, a classe trabalhadora busca diferentes formas para sobreviver a barbárie do capital.

As transformações do PNAE ao longo de sua implementação e consolidação nos mostraram que o programa se especializou e territorializou abrangendo todos estados e municípios do país. Esse fato foi importante porque a política alimentar permitiu ao campesinato inserir-se no mercado institucional na comercialização agrícola contribuindo para a reprodução da unidade familiar camponesa.

As políticas públicas para o campo, em especial o PNAE, têm sido uma alternativa camponesa de reprodução familiar, embora, a forma em que está ocorrendo o processo vem sendo alvo de interesses do capital privado no campo, que busca subordinar o camponês as suas relações desiguais.

Os retrocessos nas políticas públicas para o campo repercutem diretamente na aquisição de alimentos do campesinato para os programas de suplementação alimentar como PAA e PNAE. A extinção do MDA e a nomeação de novos ministros da Educação e da Agricultura, este um expoente do agronegócio no Brasil, o ex-senador Blairo Maggi também conhecido como Rei da Soja, e diversos cortes e flexibilizações trabalhistas, são sinais dos retrocessos do governo golpista para o campo.

Embora, o governo golpista lance propostas de aumento dos recursos do PNAE para este ano, as medidas tomadas anteriormente como a extinção da assistência técnica rural - ATER, repercutiu diretamente nas estratégias da



inserção do campesinato na comercialização de sua produção via PAA, PNAE e nos negócios privados dos camponeses.

Sendo assim, mesmo diante do contexto de golpe, a resistência e luta camponesa vai além da produção de alimentos para o PNAE e as dificuldades enfrentadas pelo desmonte de governo podem servir de incentivo para que a luta na terra possa se especializar em outros campos econômicos que permitam o campesinato se reproduzir e recriar-se no espaço agrário.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de, Josué. de Castro: **o homem, o cientista e seu tempo**. Revista de Estudos Avançados. vol.11 no.29 São Paulo Jan./Apr. 1997.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. **A gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar e o desenvolvimento local**. Brasília/DF: Sober, jul. 2006. p. 1-19.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Perspectivas teóricas nos estudos da classe trabalhadora: apontamentos e reflexões. Presidente Prudente**: Revista Pegada – vol. 14 n.1.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma avaliação efetiva do programa de alimentação escolar no município de Guaíba**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

Brasil. Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União 2007; 26 abr.



BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Resolução/CD/FNDE N° 25, de 4 de julho de 2012. Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução n° 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 de julho de 2012. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-oescolar/Resolu%C3%A7%C3%A3o_25.2012_-_Altera_artigo_21_e_24_res_38.pdf> Acesso em 19/03/2017

CARVALHO, Daniela Gomes de; CASTRO, Vanessa Maria de. **O programa nacional de alimentação escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável: políticas públicas e instrumentos de gestão para o desenvolvimento sustentável**. In: Encontro da sociedade brasileira de economia ecológica, 2009.

COIMBRA, Marcos (et. al.). **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no brasil**. Belo Horizonte: MEC, 1982.

COSTA, E.Q. et al. **Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento**. Revista de Nutrição, Campinas, 14(3): 225-229, set/dez, 2001.

FIALHO, A. M. R. **Merenda escolar no Brasil: a ilustração da assistência como política social de lógicas contrárias**. Dissertação. Mestrado em Política Social-UnB. Brasília: 1993.

FNDE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/itemlist/tag/PNA>



E%20%28Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%29>.
Acesso em 19/03/2017.

Silva, Denise Boito Pereira da. **Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares.** Rio Claro (SP), Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes ,2013.

SINATORA et al. **Política Agrícola.** Porto Alegre: Editora Mercado Aberto: 1985.

STURION, G.L. et al. **perfil dos usuários do programa nacional de alimentação escolar: estudo realizado em 10 municípios brasileiros.** V Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

TEIXEIRA, Eliane de Oliveira Lima. **A Merenda Escolar e seus aspectos Políticos, Sociais e Nutricionais.** São Paulo: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, 2008.

Sites

<http://www.fnde.gov.br/>

www.brasil247.com/pt/247/brasil/237594/Bancada-do-PT-denuncia-suspensao-de-programa-para-agricultura-familiar.htm

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-02/governo-anuncia-reajustes-para-merenda-escolar>



AS FAMÍLIAS CAMPONESAS DO POVOADO MANGUEIRA EM ITABAIANA/SE O PROBLEMA QUE ENFRENTAM POR CAUSA DA TERRA COM A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA ESTADUAL SE-255

Crisnara dos Santos Bispo¹

(Universidade Federal de Sergipe),
(Graduanda em Geografia/Licenciatura)
E mail: cris.nara@hotmail.com

Larissa de Lima Cunha²

(Universidade Federal de Sergipe),
(Graduanda em Geografia/Licenciatura)
E mail: larilimac96@gmail.com

RESUMO

A ideia de desenvolvimento e crescimento econômico no mundo capitalista está em todos os lugares, seja urbano ou rural. Não está sendo diferente no povoado Mangueira em Itabaiana/SE, que vem sofrendo mudanças em seu espaço devido a construção da rodovia estadual que interligará o município itabaianense à Itaporanga D'Ajuda, a SE-255. Buscamos analisar as questões que assolaram as famílias camponesas da comunidade que dependem exclusivamente da terra, e como discursos são produzidos para servirem a interesses daqueles que visam a obtenção de lucros em seus setores, não levando em consideração todo o sofrimento do camponês ao ter sua fonte de sustento tirada. Usamos como metodologia o levantamento de bibliografias que deram a base conceitual, além de uma pesquisa a campo coletando o relato de algumas pessoas que foram atingidas negativamente por essa obra do governo. Com isso, notou-se que esses impactos ainda não acabaram e deixarão marcas para sempre, não só no



território como também na vida das pessoas que foram obrigadas a aderirem a mudança imposta.

Palavras-chave: Camponês; sustento; mudança

INTRODUÇÃO

O camponês possui com a terra uma relação de extrema parceria, pois dela consegue extrair todos os meios essenciais para sua sobrevivência. Partindo desse princípio e analisando o que vem ocorrendo em algumas comunidades rurais do município de Itabaiana, abordaremos neste trabalho a situação do povoado Mangueira, ressaltando os impactos sofridos devido a construção da rodovia para aquelas famílias que são camponesas.

A lógica capitalista acaba destruindo essa relação de parceria do homem com a terra de todas as formas, visando que esse processo gere lucro. E é nesse viés, que alguns povoados estão sendo utilizados nos últimos anos para a construção da Rodovia SE-255. Com o discurso de “desenvolvimento”, o camponês vem tendo suas terras “invadidas”, ou seja, vem perdendo espaço de trabalho e toda liberdade obtida por eles na terra. Santana (2010) escreve, “a terra para o camponês representa muito mais que o cultivo, o labor. Ela representa a liberdade. Liberdade essa que se fundamenta no poder controlar o tempo de trabalho e o da família, em manter-se na terra”.

Foi feito um levantamento bibliográfico e leitura de textos para a construção deste artigo, assim como notícias jornalísticas. Através da análise crítica feita sobre a forma que a construção da rodovia era noticiada, ficava nítido qual lado estava sendo enaltecido, que era o econômico, do desenvolvimento. Por essa razão, buscamos fazer esse questionamento sobre o "desenvolvimento" que é pregado por parte das instituições e do Estado, e que tem o auxílio da



mídia para passar essa ideia a população, que em sua grande maioria possui uma fragilidade para problematizar esses discursos que ouve e assim não entende para quem interessa esse desenvolvimento falado.

Além disso, uma pesquisa de campo foi realizada na comunidade Mangureira a fim de coletar depoimentos de camponeses que foram diretamente afetados de forma negativa por causa da construção da rodovia. Os nomes dessas pessoas não serão revelados no trabalho e assim optamos por utilizar nomes fictícios. Destacamos algumas falas de três pequenos produtores que foram entrevistados, nelas podemos perceber o quanto estão sofrendo e perdendo com toda essa situação. Pois, além da terra que tira o sustento para a sobrevivência de toda a família perde-se também o bem-estar. A indenização recebida não trará o sossego de volta porque à vida dessas pessoas já foram alteradas em todos os aspectos e muitas outras mudanças ainda podem acontecer.

Este artigo está dividido em três partes: a introdução, o desenvolvimento e as considerações finais. A introdução de forma sucinta trata dos temas que serão tratados no decorrer do trabalho, já no desenvolvimento destacamos o sentido que a terra tem para o camponês e sua família, assim como, os depoimentos que foram obtidos com a pesquisa em campo, além do discurso do desenvolvimento que em sua verdadeira face gera transtornos para as pessoas do povoado que foram atingidas por causa da construção da SE-255. Duas figuras foram utilizadas para mostrar como era antes do projeto da obra e como está agora com a construção em andamento, estas, relacionadas com os depoimentos de três moradores afetados ajudará a entender melhor o que vem acontecendo. Nas considerações finais, ressaltamos a questão da luta para buscar o sustento, pois como forma de buscar o necessário a sua sobrevivência e dos seus, esses camponeses buscarão trabalhar em outros serviços e se manter no campo.



DESENVOLVIMENTO

O povoado Mangueira caracteriza-se pela predominância do campesinato, muitas famílias dessa comunidade trabalham principalmente com o cultivo de batata doce, macaxeira, amendoim, coentro, pimentão, alface e cebolinha. Essa produção tem como destino a mesa do próprio produtor, pois o sustento da família é o mais importante, e o excedente desses alimentos é vendido na feira livre de Itabaiana para comprar aquilo que não produzem em suas terras. É o que Silva (2001; p.63) destaca:

A natureza humana e a natureza terra se relacionam em perfeita simbiose, não há fetichismo, coisificação. O produtor produz para sua sobrevivência e de seus familiares, tira da terra o seu sustento, vendendo o excedente para comprar o que não produz. Ele é, em princípio, um produtor de valores de uso; os produtos que ele troca, em relação aos que ele consome são poucos; [...]

Diariamente, é possível perceber as mais variadas formas de ocupação do pequeno produtor, que juntamente com a família, visa trabalhar na terra para garantir sua satisfação pessoal. Seja plantando, arando ou mesmo irrigando, semanalmente a vida do homem do campo itabaianense vai se reproduzindo.

Entretanto, se pararmos para analisar, as terras ocupadas pelas práticas camponesas vêm perdendo espaço para tal uso, isso pode ser justificado pelo avanço do capital que acaba “expulsando” o ser humano do campo. No caso da comunidade Mangueira, nos últimos anos, o fato da construção da rodovia estadual que interligará os municípios de Itabaiana à Itaporanga D’Ajuda, vem interferindo de forma negativa e direta na vida das famílias que estão tendo suas



pequenas propriedades destruídas para dar espaço ao “desenvolvimento” pregado pelos que visam interesses com essa obra. Os donos das terras que acabam sendo compradas para utilizar na rodovia, são indenizados pelo Estado, que em parceria com empresas privadas, objetivam o lucro e não compreendem o real sentido da terra para o camponês.

A propriedade camponesa é representada pela terra e esta, por sua vez, simboliza trabalho e vida. É com essas palavras de tamanho significado que se pode definir a terra para o camponês. Se comparado o valor (enquanto significado) da terra para o camponês e para o capitalista, a diferença será gritante. Tendo em vista que o valor dela para o segundo é monetário (maximização de lucro) e para o primeiro, ela tem o valor da vida, do alimento, da história – desta forma cifras não dariam conta de pagar esse valor. (SANTANA, 2010)

Como é possível perceber nas figuras abaixo, as feições da paisagem estão sendo brutalmente modificadas, e junto com elas vão sendo levadas todo o sentimento de liberdade e autonomia que o produtor possui na sua relação íntima de parceria e dependência da terra. A figura 1 e a figura 2 retratam o mesmo lugar em diferentes anos, ou seja, a primeira retirada do *Google maps* evidencia uma pequena parte do povoado Mangueira antes do início da construção da rodovia, no ano de 2015. Nela, é possível perceber ainda a existência de uma casa e a propriedade que mantem-se inteira. Já na segunda, retirada no ano de 2018, nota-se não mais a existência da casa, e o limite do terreno foi diminuído, isto porque para a construção da rodovia foram tomados 30 metros de largura da propriedade evidenciada. Isto não foi um caso isolado, da mesma forma tantas outras propriedades vão sendo tomadas e apropriadas pela lógica do capital, e o



pequeno produtor acaba sendo o mais prejudicado pois a sua voz não é ouvida. É o que diz Silva (2001, P.62) “[...] uma legítima feição de dominação. Pouquíssimos determinam, decidem, mandam e há a grande massa de subordinados, espoliados e expropriados.”

Figura 1: Paisagem anterior ao processo de construção da rodovia SE-255, povoado Mangueira, 2015



Foto: *Google Maps*, 2015.



Figura 2: Paisagem alterada pelo processo de construção de rodovia,
povoado
Mangueira
2018



Foto: BISPO, Crisnara dos Santos, 2018.

Diante deste fato, obtivemos o relato da moradora da casa, que desde sempre trabalhou com a terra e tem com o lugar uma relação de identidade e pertencimento para além de qualquer dinheiro que recebeu de indenização da construção da rodovia. Dona Maria é uma senhora de 73 anos que viveu a maior parte da sua vida no lugar retratado na imagem. Desde os 20 anos de idade, ela e o marido utilizaram a terra para realizar suas plantações “que eram poucas, mas eram o suficiente para mim e meu esposo. Foi desse pedacinho de terra que nós comemos da macaxeira, batata, coentro, foi daqui que nós sobrevivemos” diz ela em depoimento com tristeza, pois perdeu além da terra, a casa em que morava. Sendo forçada a se retirar desse lugar pelo qual tinha uma ligação e buscar moradia em outro povoado.



Um outro depoimento que colhemos, foi do senhor João. Ele é um dos donos do terreno que aparece à direita nas figuras. E nos relatou que “além de ficar sem a minha terra, vou ficar sem o dinheiro que eles pagaram”. Isso porque, o terreno foi cortado ao meio e a propriedade foi deixada de herança pelos pais para ele e os 5 irmãos. Porém, somente João e um dos irmãos são os quem fazem o uso dessa terra para sobrevivência, entretanto, todos os irmãos querem parte da indenização paga pelo Estado. Dessa forma, seu João na sua condição de camponês está prejudicado, até porque todo o povoado faz parte do perímetro irrigado da Ribeira e, um dos lados do terreno (já que houve uma divisão) ficou comprometida por conta da dificuldade que passou a existir para que a irrigação chegue até a parte que ficara do outro lado da rodovia.

Com tudo que foi apresentado até aqui, deixa evidente que os pequenos produtores ficam sem saída. Pois, o discurso que é usado nas mídias locais, como por exemplo, sites de notícias, jornais do estado e rádios, bem como, o utilizado diretamente com os camponeses por aqueles que os abordaram para a negociação da terra, é o do “desenvolvimento”. Isso corrobora para que parcela da população, em virtude da ignorância, “compre” o discurso gerado por esses meios chegando por vezes a reproduzi-lo, acreditando que de fato essa construção só trará benefícios, e desconsiderem o outro lado, o qual existe a parte dos desapropriados e completamente prejudicados – os camponeses.

Fato como este se encontra em uma notícia divulgada pelo *Jornal do Dia* de Sergipe, disponível na internet, do dia 20 de maio de 2017, quando ainda estava em fase de início das obras. Trazendo além desse discurso explícito de desenvolvimento, o relato de duas pessoas que falam com apropriação sobre os benefícios que conseguem enxergar a



priori, sem fazer análises dos efeitos negativos que podem e vão ser sentidos em longo prazo. Visões como estas, podem ser notadas nesse trecho do jornal:

“Além de interligar as duas principais rodovias federais que atravessam o estado, a SE-255, facilitará o escoamento da produção agrícola e mineral, oportunizará melhores condições de vida e segurança para a população, valorizará as diversas propriedades às suas margens e nas proximidades, encurtará distâncias entre as sedes dos povoados e os municípios, e, sobretudo, contribuirá para a ampliação da malha viária e o desenvolvimento socioeconômico de Sergipe.”

Assim como, no site da Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano do estado de Sergipe, quando informa que as obras estão seguindo o cronograma e não parou, podemos observar nessa notícia o orçamento e a fonte do recurso para as obras. Foram R\$ 58.140.592,81 que o governo utilizou do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados (Proinveste). Com tudo, percebe-se que nessa crise tão falada em nosso país, falta dinheiro e qualidade em diversos setores, mas não faltou para a construção dessa rodovia. Em nome do capital, os que detém o poder ditam as regras e absorvem os lucros de um desenvolvimento que não é para todos.

Desenvolvimento? Para quem?

Como coloca Gómez (2007, p.43) “os expertos do desenvolvimento, pertencentes a certas instituições (as instituições “certas”), são os detentores da verdade, capazes de forjar a realidade ao mesmo tempo em que falam dela”, e é dessa forma que representantes das instituições envolvidas na construção dessa rodovia, se apropriam da falácia do



desenvolvimento. Nessa tentativa de convencer os moradores de que essas mudanças em suas vidas trarão benefícios futuros, como por exemplo, a valorização da terra, visam somente seus interesses, não levam em consideração o real “valor” da terra para os camponeses.

Isso pode ser constatado na fala de seu Antônio, que nos contou sobre a visita que recebeu em sua casa do engenheiro responsável pela obra estadual. “O moço me disse pra que eu não me preocupasse porque depois da rodovia construída eu vou lucrar muito. Ele falou que assim que a pista tiver pronta, vão construir pousadas e restaurantes aqui pertinho da gente e minha terra será valorizada”, diz o senhor camponês, casado e pai de 3 filhas que tem como única fonte de renda a terra. A propriedade dele, assim como a de seu João citada anteriormente, também é herdada e divide com os irmãos, e além disso, terá uma parte do terreno cortada para a construção da rodovia.

Portanto, essa perspectiva de desenvolvimento pregada para as famílias daquela comunidade, é também a mesma que podemos encontrar nas notícias divulgadas que informam sobre a construção, elas acabam influenciando muitas pessoas a pensarem da mesma forma sem analisar o outro lado da problemática. Falam muito da diminuição das distâncias, melhores condições de vida para as pessoas e também a facilidade do transporte de mercadorias, mas não levam em consideração as mudanças que estão ocorrendo no campo, pois as indenizações pagas para os que tiveram seus terrenos “invadidos” não trazem garantia de que o camponês se manterá na terra e sustentará sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais nos deparamos em todos os espaços, com esses discursos propagados que para obter o



desenvolvimento e o crescimento econômico é necessário modernizar-se. Porém, tudo isso mascara o fato de que existem outras questões. No fato abordado neste artigo, vemos que a vida camponesa acaba sendo sacrificada em prol de interesses do Estado e de capitalistas. E que assim como os camponeses do povoado Mangueira estão sofrendo, sabe-se que muitos outros de outras comunidades também estão, nesse turbulento modo de produção que desconsidera o valor que a terra tem para quem dela retira todo o sustento.

Além disso, deve-se ressaltar que os fatos relatados no decorrer desse trabalho, não são suficientes pra elucidar todos os aspectos dessa construção por completo, porque tem-se a convicção de que muitos outros efeitos negativos serão percebidos posteriormente, com o avanço e conseqüente conclusão da mesma, quando muitas outras propriedades forem cortadas ao meio e os proprietários não tiverem mais o privilégio de se reproduzir exclusivamente com o trabalho no campo. Conseguir superar os transtornos e conseqüências dessa construção é algo que não parece fácil. É uma mudança brusca na vida do pequeno produtor. Não dá pra desconsiderar o fato de que as pessoas que moram nessas comunidades já estão acostumadas a ver seus filhos com a liberdade que por eles próprios já foi vivenciada, que é justamente o fato da liberdade do poder reunir-se com os vizinhos e brincar sem medo na rua. Realidade essa que pode e sem dúvidas vai sendo modificada, visto que, não dá pra deixar crianças brincando próximo à rodovia por conta do perigo que existe.

Os interesses que levaram a construção da rodovia estadual motivaram a retirada de pessoas de suas casas, plantações foram destruídas com o passar da retroescavadeira, e o pequeno produtor vai perdendo o bem-estar e sofrendo a angústia ao ver essas situações. Anos de história e muito trabalho sendo desfeitos contra sua vontade. Supomos que,



toda essa alteração que atinge profundamente na forma de subsistência da vida camponesa, que para muito além do sustento momentâneo almeja poder transferir a cultura que a ele já foi repassada em algum momento pela família (como nos casos citados dos camponeses que tem a terra como herança deixada pelos pais e que pretendem além das terras deixarem os valores Camponeses às gerações futuras), são algumas das muitas consequências que podem ser observadas. Pois, a paisagem de uma forma brusca vai tomando outras feições, ou seja, vai sendo totalmente alterada, devastada.

Dessa forma, temos a convicção de que a busca incessante pelo lucro é o foco principal dessa e de tantas outras obras. O pequeno produtor, é o alvo pois existe a necessidade por parte do mercado de coloca-los na situação de subordinado, tentando fazer com que eles também se submetam a lógica do capital. Pagar uma indenização para poder se apropriar das suas terras é algo completamente perverso e por vezes inacreditável, no entanto é uma realidade que assim como podemos especificar com os relatos dos três entrevistados, tomou e toma proporções inacreditáveis. E a questão do desenvolvimento para que e para quem, que foi discutida anteriormente, deixa evidente que existem dois lados: o lado dos que dominam e com esse fato lucram, ou seja, se desenvolvem e o lado dos que perdem, são dominados, encurralados e se veem a mercê das imposições dos capitalistas, e esse “desenvolvimento”, tão pregado acaba sendo apenas uma grande fachada, mascarada de incertezas, desafios, e mesmo falta de oportunidades e autonomia que é a chave do modo de vida desses camponeses.

No entanto, a partir do momento que não é possível se manter apenas da terra, porque foram expropriados, ou mesmo porque a terra que possuem não é suficiente para sua manutenção, entra o trabalho acessório como uma opção. Muitos integrantes dessas famílias acabarão optando por



buscar outras formas de fonte de renda para que não falte o sustento e nem tenham que sair do campo. Dessa forma acabam se sujeitando à lógica do sistema, perdendo sua liberdade e vendendo sua mão-de-obra para o capitalista, que é quem ganha.

REFERÊNCIAS

Depoimentos;

Google maps;

GÓMEZ, Jorge Ramòn Montenegro. Desenvolvimento em des (construção): provocações e questões sobre desenvolvimento em geografia.in FERNANDES, Bernado Mançano; MARQUES, Marta Inez; SUZUKI, Júlio César (orgs.). Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo, 2007. Parte 1.p.39-53

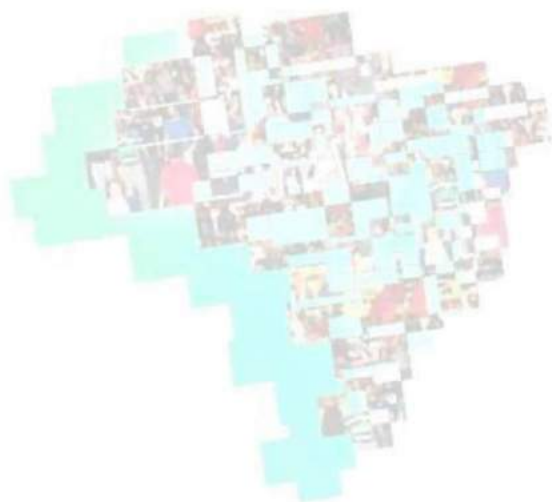
JORNAL DO DIA. Rodovia que liga Itabaiana a Itaporanga recebe camada de imprimação. **Jornal do Dia**, Aracaju, 20 mai. 2017. Disponível em: <http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=24116>. Acesso em: 27 abr. 2018.

MELO, Amanda. Obras da Rodovia SE 255 que ligará Itabaiana à Itaporanga não param. SEINFRA, Aracaju, 10 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.seinfra.se.gov.br/index.php?pag=8&id=2&cod=757>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SANTANA, Gleice Campos. As diferentes formas de reprodução do campesinato no município de Itabaiana SE. Universidade Federal de Sergipe, 2010.



SILVA, Lenyra Rique. A natureza contraditória do espaço geográfico. 2 Ed. São Paulo, 2001.





A RESISTÊNCIA CAMPONESA DIANTE DA EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO DE EUCALIPTO, NO CAMPO SERGIPANO

Edésio Alves de Jesus¹

PPGEO/UFS (Graduado e Mestre em Geografia)

E-mail: edesio0467@yahoo.com.br

RESUMO

A expansão do agrohidronegócio do eucalipto no campo sergipano mostra os interesses do capital não apenas de explorar a renda da terra e a subordinação dos trabalhadores camponeses, mas de apropriar-se da terra e da água sob a lógica dos proprietários que controlam a produção do monocultivo de eucalipto nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda, no estado de Sergipe. Nosso principal objetivo neste trabalho é analisar e compreender as transformações no campo sergipano e a complexidade expressa no espaço produzido, o que afeta diretamente as formas e processos de auto realização do homem diante do trabalho. Na elaboração deste trabalho, os procedimentos metodológicos adotados pautaram-se em revisões bibliográficas de livros, teses, dissertações, periódicos, revistas eletrônicas e artigos referentes à questão agrária e ao mundo do trabalho. Conclui-se que a apropriação da terra e da água repercute na renda dos trabalhadores no campo, o que os torna submisso a comercializar sua produção a preços inferiores no circuito capitalista. Fato que revela a compreensão do processo da reestruturação produtiva no campo sob a materialidade das transformações e perdas de direitos trabalhistas diante da expansão do agrohidronegócio do eucalipto, nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda (SE)



Palavras-chave: Camponês; Agrohidronegócio; Eucalipto.

INTRODUÇÃO

Os rebatimentos no mundo do trabalho no campo brasileiro se intensificam a partir da década de 1990, com a substituição de culturas tradicionais por áreas destinadas para o plantio monocultivo de eucalipto, com ampla modernização tecnológica de interesse do agrohidronegócio⁶, resultando em alta produtividade.

A propagação do monocultivo de eucalipto ocorre em vários estados e municípios do Brasil desde a década de 1990, a partir dos investimentos em pesquisas e desenvolvimento do setor florestal pelas empresas que crescem anualmente.

Anualmente é divulgado pela Indústria Brasileira Árvores (IBÁ, 2015), que priorizaram a manutenção de investimentos em pesquisas e desenvolvimento, buscando primordialmente a melhoria da genética dos plantios e das técnicas de manejo florestal, o que faz crescer a produtividade.

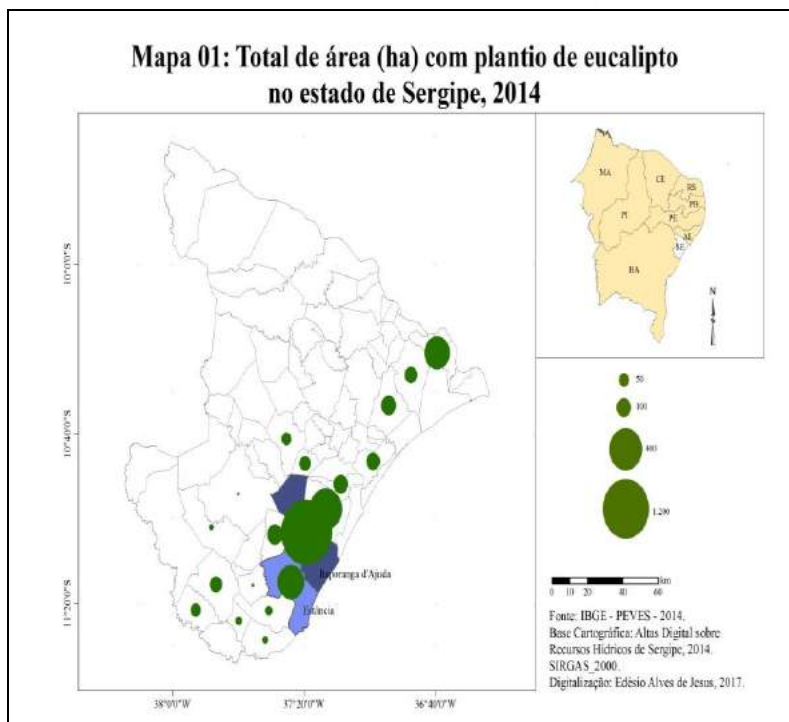
O melhor exemplo do sucesso dessa estratégia foi o impressionante desenvolvimento da produtividade do eucalipto no Brasil – 5,7% ao ano no período de 1970 a 2008 – comparativamente aos 2,6% da América Latina, 0,9% dos países desenvolvidos e 1,9% para o conjunto de países em desenvolvimento (p. 31).

⁶ O Agrohidronegócio é o padrão de produção com especialidades em monocultivos (soja, milho, trigo e mais recente eucalipto) sob a concentração fundiária e apropriação dos recursos da natureza (terra e água) atrelados a grandes grupos econômicos nacionais e internacionais (TOMAZ JUNIOR, 2008, 2010).



No estado de Sergipe a expansão que acontece devido às condições edafoclimáticas favoráveis ao rápido crescimento e excelente produtividade de matéria-prima, o que se torna uma realidade, com aumento da área total do efetivo destinadas ao plantio de eucalipto que atinge 3.129 hectares distribuídos em 19 (dezenove) municípios, de acordo com os dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE, do ano de 2014.

A pesquisa já consolidada, fizemos recorte espacial do município de Estância com 336 ha (10,73% da área do efetivo da silvicultura em Sergipe) e o município de Itaporanga d'Ajuda, que já foram destinados 1.200 ha, equivalente a 38,35% da área total existente do efetivo da silvicultura do estado de Sergipe, apresentado no mapa 01.



Conforme o mapa 01, a expansão do monocultivo de eucalipto no estado de Sergipe, se configura principalmente na zona de clima quente e úmido com médias pluviométricas que variam entre 2.000mm na faixa litorânea adentrando ao interior prosseguindo a média de 1.200 mm, localizando-se predominantemente sobre as áreas da Mesorregião Leste Sergipano (MACEDO, 2014).

Para tanto, a centralidade da questão agrária é pertinente ao debate das disputas territoriais, da concentração e do monopólio da terra, acesso e controle dos recursos hídricos, que se redefinem a partir das distintas formas de exploração da força de trabalho pelo agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2010).



Desse modo, a territorialização e a monopolização do território pelo capital impõe aos camponeses e trabalhadores buscar alternativas de resistência para manter o modo de vida e trabalho de caráter heterogêneo e coletivo, com a agrícola e produção agrária diversificada e mútua absorção de força de trabalho sob a perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

TERRA DE TRABALHO CONVERTIDA PARA TERRA DE NEGÓCIO PELO AGROHIDRONEGÓCIO DO EUCALIPTO

Compreender as transformações no campo brasileiro é analisar a complexidade expressa no espaço produzido, o que afeta diretamente as formas e processos de auto realização do homem diante do trabalho. Nesta perspectiva, a expansão do monocultivo de eucalipto implica numa série de discussões que necessitam de amplos debates sobre a concentração da terra, apropriação dos recursos hídricos, oferta de emprego, geração de renda, substituição da produção alimentícia, disputas e os conflitos territoriais, fato se intensifica no cenário mundial e brasileiro com a transição energética não renovável para as fontes renováveis.

Para tanto, o interesse pelas terras e pela força de trabalho nos municípios de Itaporanga d'Ajuda e Estância representa o suporte central para reprodução capitalista, estes são produtores que integra o circuito capitalista de produção com o controle das terras pelo agrohidronegócio sob o monopólio fundiário e das disputas pela terra, o que amplia e acentua efetivamente o processo de expropriação dos trabalhadores que vive e tem a terra como meio de trabalho.

Paralelo a integração dos grandes produtores de eucalipto, também deu a inserção camponesa no circuito produtivo através da expansão do monocultivo de eucalipto,



mas dar-se pela sujeição do trabalho e da renda da terra para os grandes produtores, fato que teremos de analisar que, “[...] a terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. [...], pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, 2007, p.11).

No estado de Sergipe, essa inserção se dá inicialmente no decorrer da década de 1990, período de redução de impostos e grandes incentivos fiscais pelo governo estadual, em que foram expandidos os distritos industriais, que também aumentaram paralelo à necessidade de matéria-prima energética para dar suporte ao aceleração do consumo de matéria-prima pelo setor industrial pela implantação do Programa Sergipe de Desenvolvimento Industrial - PSDI⁷ (MATOS e ESPERIDIÃO, 2011).

Nas pesquisas de campo constatou-se que a expansão do monocultivo de eucalipto nos municípios de Estância e Itaporanga d’Ajuda, segundo os relatos dos pequenos e grandes produtores, que há mais 20 anos já existem áreas com plantios, cujos cortes da lenha varia entre o período inicial da década de 1990, com implantação do PSDI e os incentivo industrial demandando novas fontes energéticas, o que permitiu classificar o plantio de cada estabelecimento por etapa cronológica do cultivo de eucalipto, entre o trato da terra e o corte da madeira lenhosa.

O avanço dos plantios de monocultivo de eucalipto acirra as disputas entre os camponeses e os proprietários de

⁷O Programa Sergipe de Desenvolvimento Industrial foi implantado na década de 1990 com o objetivo de incentivar, estimular e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e industrial estadual sergipano mediante a concessão de apoio a investimentos, que passou a investir na produção de lenha proveniente do monocultivo de eucalipto, como fonte alternativa para suprir a demanda energética.



terra materializam-se em decorrência da apropriação da água e da sua mercantilização via comercialização das mercadorias produzidas, em que há uma pressão sobre a terra.

Os estabelecimentos rurais visitadas destinam a terra exclusivamente para produzir lenha que gera energia para as indústrias concentradas nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda, com plantios de seis meses a três anos, em que o proprietário tinha disponível uma produção para efeito de colheita de eucalipto.

Em relação ao destino da terra, o plantio de mudas clonais representa entre grande propriedades a pequenos estabelecimentos rurais, mais também em lotes de assentamentos rurais. Ou seja, apresentando uma variação do tamanho do módulo rural⁸, em que o plantio de eucalipto representa a eficiência produtiva defendida pelos capitalistas com o intenso estímulo aos camponeses, que são cooptados à produzir eucalipto nas pequenas e médias propriedades.

A condição de extração tanto da renda da terra e da mais valia, se efetiva pela condição da terra a negar a sua função social para reprodução socioeconômica da sociedade, excluindo a condição como nos relembra Martins (1991), que a terra é meio de produção e de vida, o que revela a transformação da terra em terra de negócio.

⁸ Parâmetro de classificação das propriedades rurais está de acordo com a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993) segundo Landau et al (2012), dos estabelecimentos pesquisados, 40% das propriedades possuem menos de um módulo rural, classificados como minifúndios, em que 50% destas unidades visitadas são terras conquistadas pelo processo de reforma agrária, considerada como terra de vida e de trabalho com forte relação de trabalho pelos camponeses. 20% são classificados como pequena propriedade, 33% têm entre 16 a 380 módulos rurais, sendo consideradas grandes propriedades. Apenas 7%, representam as médias propriedades, conforme visto no gráfico 02.



A par da eficiência de extração da renda da terra, os proprietários produtores vendem mudas clonais de eucalipto no município de Itaporanga d’Ajuda e, induzem os assentados de reforma agrária e pequenos proprietários rurais ao cultivo de eucalipto, visto que o entusiasmo dos grandes produtores é determinante para que um número de pequenos de assentados iniciasse a plantar o monocultivo de eucalipto nos lotes, mesmo com o tamanho da terra restrito a poucos hectares. O interesse em cultivar eucalipto fez crescer o negócio de mudas clonais na região, pela demanda em atacado e varejo com retorno de lucro à curto prazo, sendo tratadas nos hortos das grandes propriedades rurais.

O cultivo do monocultivo de eucalipto tornou-se para os camponeses uma alternativa promissora, pelo fato de obterem lucro no ciclo final de desenvolvimento, porém muitos cultivadores dependem de um comprador intermediário, porque não tem o destino da produção certo.

Nos assentamentos rurais visitados os relatos sobre a garantia da venda e a inserção do mercado, sendo que para muitos pequenos proprietários, a venda do eucalipto não seria problema, porque sempre vão compradores visitá-lo com o intuito de negociar a lenha do eucalipto.

Estes municípios revelam uma relação de sujeição da renda da terra pelo processo de monopolização do território pelo capital, onde o agricultor detém a terra, produz nela e depois revende diretamente ao capitalista, que é quem define o preço, fato que se intensifica no Brasil, desde a década de 1990 (OLIVEIRA, 1991).

Esse quadro situa uma perspectiva de controle do espaço de produção, tornando-o um território para o consumo capitalista. Enquanto há interesse da indústria de celulose no eucalipto, o camponês se torna útil ao sistema, ao tempo que se coloca vulnerável no que tange à produção de alimentos e a sua autonomia.



Desse modo, a transferência da riqueza produzida pelos camponeses se dá mediante a sujeição da renda da terra pelo processo de monopolização do território, em que “[...] Nestes casos, o capitalista não imobiliza dinheiro na compra da terra, ele não territorializa-se” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 45).

Observa-se uma tendência de disputa territorial posta, entre os estabelecimentos rurais com cultivos tradicionais, pecuária e moradia, a introdução do monocultivo de eucalipto sob a lógica das contradições e antagonismos devido a produção de biomassa via do processo de monopolização do território camponês e a territorialização do capital (OLIVEIRA, 1991; 2004).

O MODO DE TRABALHO NO CORTE DO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO

Os trabalhadores rurais são sujeitos concretos, ativos, preocupados com sua reprodução social em meio às contradições do processo de modernização do campo brasileiro, e agem em reciprocidade com as nuances imposta pelo sistema capitalista, e que no início do século XXI, intensificam-se a precarização e precariedade da forma de organização e oferta de emprego no campo.

Segundo Harvey (2005), as transformações oriundas do sistema capitalista resultam das inúmeras crises de acumulação do capital, que obriga a classe trabalhadora, nesta análise referente ao campo, a conviver de forma hostil para sobreviver.

Para tanto, Harvey (2005) ressalta que há uma coordenação de produção capitalista atrelado ao capital financeiro do preço da força de trabalho nos distintos recortes espaciais.

A ascensão do capital financeiro foi resultado do ressurgimento de formas agressivas brutais de



procurar aumentar a produtividade do capital em nível macro econômico, a começar pela produtividade do trabalho tanto dos operários como das massas de trabalhadores (HARVEY, 2005, p. 16).

Thomaz Júnior (2002), afirma que este período é decorrente dos impulsos do processo de reestruturação produtiva que atinge o campo, o que cresce o contingente de trabalhadores desempregados a nível nacional.

O processo de produção capitalista impõe a classe trabalhadora, uma série de demanda para suprir as necessidades voltadas para a esfera produtiva, excluindo a necessidade de reprodução dos trabalhadores, o que Antunes (2007) defenderá como uma nova transformação do metabolismo social destrutiva à classe que vive do trabalho.

As políticas econômicas do estado de Sergipe, no início da década de 1990, com a adoção de políticas de desenvolvimento regional favoreceram o aumento do PIB estadual e as articulações das diversas cadeias produtivas, entre a produção agropecuária e o capital agroindustrial. O esforço do Estado em garantir os benefícios para o setor produtivo industrial reativou o aumento da demanda energética, consolidando o agravamento das condições de trabalho a partir da expansão do monocultivo de eucalipto no campo sergipano.

A inserção do monocultivo de eucalipto, nos municípios de Itaporanga d'Ajuda e Estância, promove a intensificação e a substituição das áreas com culturas alimentares e de produção familiar, demonstra o aumento e a geração de emprego, em detrimento do aquecimento industrial.

Tendo em vista o interesse em ampliar os parques fabris e torná-los competitivos no cenário regional e nacional, a implantação da indústria de celulose e papel tornou justificativa do Estado para legitimar a necessidade de expandir o monocultivo de eucalipto e os investimentos públicos para



reforçar as vantagens econômicas e sociais para a Microrregião de Estância.

Porém, a eficácia da promoção do desenvolvimento econômico está travestida da eficácia do desenvolvimento social, do aumento de emprego, geração de renda e das responsabilidades ambientais pelas indústrias instaladas nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda, não demonstram os riscos que causam a substituição da policultura para as famílias que vivem e trabalham no campo.

Entretanto, no tocante à geração de empregos e a relação de trabalho, constata-se a contratação temporária de trabalho, que duram de três a quatro meses, entre o período de preparo da terra e o corte da madeira de eucalipto. No período de manutenção dos plantios, após seis meses com tratamentos culturais, o número de contratados pode chegar a zero em algumas propriedades, retornando as contratações apenas para o período de corte.

O número de contratos temporários pode variar de 20 a 30 trabalhadores no curto período de 90 dias do plantio das mudas clonais, primeira e segunda adubação. Já as contratações de trabalhadores por um tempo maior, variam de 2 a 7 trabalhadores.

Os engenheiros florestais, agrônomos, técnicos agrícolas, motoristas, tratoristas são pessoas responsáveis pela manutenção dos talhões de eucalipto, no controle às pragas, fazendo a pulverização, gradeamento e aração da terra. Esses últimos atuam evitando a incidência de ervas daninhas competindo com o plantio de eucalipto.

Nas entrevistas do trabalho de campo com a comunidade e os camponeses sitiados o número maior de trabalhadores contratados é no período de plantio, com valor pago a cerca de R\$ 40,00 diário, com carga horária exaustiva, e de forma verbal. A contratação dos trabalhadores temporários



não garante nenhuma condição de melhoria seja no plantio ou/e corte do monocultivo de eucalipto

A redução dos trabalhadores no campo sergipano justifica-se pelo aumento da mecanização em todo o processo do monocultivo de eucalipto, sendo reflexo da modernização no campo sergipano que ocorre com a redução de empregos e a substituição da força de trabalho humano pela mecanização, e isto ocorre nas propriedades com grandes extensões de terra.

O uso das máquinas nas grandes propriedades, impõe aos trabalhadores a subordinação do trabalho às relações de produção que se mostram extremamente precárias, em que vários trabalhadores temporários vêm se negando a aceitar trabalhos com níveis de precarização relevantes no corte de eucalipto.

A inserção tecnológica na substituição do trabalho manual, nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda é uma tendência para todas as etapas do processo produtivo desde o preparo da terra, plantio, colheita até o transporte da lenha para as fábricas da região, porém não é comum em todas as propriedades visitadas.

A intensificação do uso da mecanização implica na baixa contratação de trabalhadores para realizar o serviço de carregamento, e quando há, a contratação dos trabalhadores é temporária, que varia de acordo com a quantidade de área plantada, cujos contratos têm duração de até noventa dias, período da segunda adubação.

Os salários pagos variam de acordo com a demanda da lenha de eucalipto com salários de acordo com cada função que um trabalhador irá exercer. No caso dos trabalhadores que fazem o trabalho com motosserra, o ganho é maior em relação daqueles que faz arrumação das toras de madeira para o carregamento dos caminhões pelas máquinas.

A execução das atividades laborais no campo expõe o trabalhador às condições adversas, em situações



desconfortáveis que comprometem a sua saúde bem como a segurança. Dentre as situações adversas enfrentadas pelos trabalhadores no corte do eucalipto existem os altos ruídos, fuligens, vibração do manuseio das motosserras, exaustão por movimentos repetitivos e intensa força braçal, condições climáticas adversas com altas temperaturas no verão e baixa umidade no inverno, sem contar do uso inapropriado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em que apenas alguns acessórios são usados pelos trabalhadores.

A utilização dos EPIs, como capacetes, calças, jaquetas, protetor auricular, protetor facial, perneira, coturno e luvas são recomendados para minimizar riscos de acidentes, como ressalta Rodrigues (2004), afirmando que o manuseio da motosserra deve considerar certas precauções, visto que os acidentes acontecem pelo desconhecimento dos trabalhadores ou falta de preparação pelas empresas que negligência o fornecimento dos EPIs, descumprido a legislação trabalhista.

No entanto, entre os trabalhadores que se colocaram a disposição, um esclareceu que a rotina diária no corte de eucalipto é de extrema cautela, com trabalho com alta jornada e que a melhor hora para o corte, é antes das 8 horas, em que o vento não atrapalha, porém no decorrer o dia, eles ficam expostos aos acidentes.

Em relação aos trabalhadores do corte do eucalipto, pôde-se constatar a mobilidade cotidiana de trabalhadores residentes nos municípios circunvizinhos de Boquim e Salgado, inclusive trabalhadores dos assentamentos de reforma agrária de Estância e de Itaporanga d'Ajuda. Um dos motivos dessa mobilidade é a oportunidade de trabalho pelas baixas condições econômicas das famílias que vivem no espaço urbano.

O salário pago é um salário mínimo para os trabalhadores envolvidos no plantio e na adubação. Já no corte, o salário pago varia de acordo com a quantidade de



madeira em tora cortada. Há diferença entre os donos dos motosserras que podem alcançar R\$ 150,00 diários, e os contratos firmados entre os trabalhadores e as empresas variam de R\$ 6,00 a R\$10,00 por metro cúbico (m³) de madeira cortada. Esse é um serviço terceirizado pela empresa responsável pelos contratos dos trabalhadores, que recebem em média, R\$ 28,00 por metro cúbico de madeira cortada.

Esse quadro leva os trabalhadores a cumprirem uma determinada meta com corte de eucalipto ao dia, sem considerar as perdas de horas extras trabalhadas, uma vez que os trabalhadores só recebem pela quantidade de metros cúbicos por hectare de árvores derrubadas combinado com a empresa que terceiriza e contrata os trabalhadores, que adotam posturas repetitivas crescendo o risco de doenças e acidentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como produto das contradições dessa reestruturação produtiva no campo, com repercussões no mundo do trabalho, conforme discutimos a precarização, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, além de todos os entraves para a vida do camponês, os conflitos por terras acabam por se constituírem parte do cotidiano do trabalhador rural.

A compreensão do processo da reestruturação produtiva no campo revela a materialidade das transformações e perdas de direitos trabalhistas na expansão do agrohidronegócio do eucalipto, nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda, em consonância com a Divisão Internacional do Trabalho nas últimas décadas, no Brasil, pelo fato de que se exige mais do trabalhador com longa jornada de horas de trabalho precário, com baixos salários e por meio de contratos temporários.



Portanto nota-se que o trabalho no monocultivo do eucalipto aparece como uma atividade que dá esperança pela garantia de renda certa. Porém, prevalece a escassez de emprego e o aumento da mecanização do processo produtivo do monocultivo de eucalipto, nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda. O que coloca a ideia de empregabilidade como uma falácia do setor florestal, quanto ao discurso de geração de renda e emprego para as famílias que vivem próximas aos estabelecimentos rurais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. Terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

FEITOSA, Cid Olival. **A distribuição espacial das atividades econômicas de Sergipe**. In. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista, nº 17. p. 187-206, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/4924/4719>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 14 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005. p.117-183.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES, IBÁ. **Indicadores de desempenho do setor nacional de árvores plantadas referentes ao ano de 2014**. Ano 2015. Elaboração Pöyry Gestão e Negócios Ltda. Brasília. Disponível em: <http://www.iba.org/images/shared/iba_2015.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Ano 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=5930&z=t&o=29>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LANDAU, Elena Charlotte. et al. **Varição geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Documentos 146, Embrapa Milho e Sorgo. Sete Lagoas, 2012. 199 p. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77505/1/doc-146.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2015.

MACEDO, Heleno dos Santos. **Ordenamento territorial - ambiental na Bacia Costeira Caueira/Abais**. 2014. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFS, São Cristóvão, 2014.

MATOS, Elmer Nascimento; ESPERIDIÃO, Fernanda. **Desconcentração produtiva regional e fluxos migratórios: o caso de Sergipe**. Informe Gepec, Toledo, v. 15, número especial, p. 525-545, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/6299/4808>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar do processo político**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da geografia).



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**: OLIVEIRA, A. U e MARQUES, M. I. M (Orgs.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.ch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por uma geografia do trabalho**. Revista Pegada, Presidente Prudente (SP), v. 3, Número Especial, p. 4-26, ago. 2002.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI**. Campo Território, V. 5, Nº 10, Uberlândia, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>>. Acesso em: 16 jul. 2015.



A QUESTÃO DA TERRA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: A IMPORTÂNCIA DESSE ESTUDO PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E AS SUAS CONTRADIÇÕES

Mara Íris Barreto Lima¹
(Universidade Federal de Sergipe)
(Graduanda em Geografia/Licenciatura)
E mail: mara21iris@gmail.com

Joyce Kelly de Jesus Santos²
(Universidade Federal de Sergipe)
(Graduanda em Geografia/Licenciatura)
E mail: kelly.sts17@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como finalidade discutir a importância do estudo da questão agrária no Brasil com base nas contradições encontradas na estrutura fundiária em diferentes épocas, assim como adentrar no ensino de Geografia para uma maior compreensão da realidade nacional, posto que há a necessidade de abordar tais temáticas na Educação Básica e no Ensino Superior. Dessa maneira, é observar através da oficina “Música e Geografia” realizada pelos bolsistas do Pibid na IV Semana Acadêmico-Cultural da Universidade Federal de Sergipe – no Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho em Itabaiana, com a ótica de refutar toda disseminação da mídia que transmite o agronegócio como resolução do desenvolvimento econômico nacional. Assim como, ressaltar a importância dessas problematizações para desmascarar os “benefícios” do modelo agroexportador no território brasileiro, pautando assim na formação educativa e consciente dos ouvintes que fazem parte dessa dinâmica alusiva ao espaço



agrário do país em diferentes contextos históricos, quais marcaram e marcam a questão fundiária de nossa sociedade, as lutas e resistências dos camponeses, bem como a discussão com o uso dos agrotóxicos que vão parar nas mesas dos brasileiros, sem perder de vista ainda todas as contribuições para a compreensão e reflexão da educação na realidade social estudada. Ademais, é resgatar todos esses elementos que foram encadeados no rol das discussões desses processos históricos, validando-se também na expressão da questão agrária ao ensino de Geografia como indispensáveis para se fazer uma leitura das contradições atuais no espaço agrário brasileiro com o olhar crítico e questionador.

Palavras-chave: Geografia Agrária; Ensino; Agronegócio.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão agrária no Brasil é recente, surgiu em meados do século XX dentro dos partidos de esquerda (STÉDILE, 2012). Essa discussão se faz de grande relevância no país, pois, predomina a concentração de terra e a criminalização dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Dessa maneira, a Geografia é uma das ciências que estudam essa questão tão importante para a leitura social e espacial da sociedade.

Haja vista, o ensino de Geografia deve proporcionar ao aluno uma visão crítica da sociedade, por conseguinte estudar o espaço agrário brasileiro busca evidenciar suas contradições e desmitificar os estereótipos, tornando-o fundamental e imprescindível para essa ciência. Nessa perspectiva, foi realizada a oficina de “Música e Geografia” que abordou esses temas, através da música “Reis do Agronegócio” do cantor Chico César, apresentando assim as relações de exploração e expropriação nas dinâmicas capitalistas.



A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa oficina foi um levantamento bibliográfico sobre a temática e dramatização. Constituiu-se como uma pesquisa qualitativa pautada no método do materialismo-histórico dialético, uma vez que buscamos resgatar o caráter histórico e a dialética da ocupação do espaço agrário e como a terra se estabeleceu como um elemento essencial para a reprodução do capitalismo, legitimando assim a constante apropriação da Natureza pela ação humana.

De tal modo, ainda dentro do estudo em Geografia, e mais especificamente a Geografia Agrária há várias vertentes, ao qual nesse artigo trabalhamos com conceito de camponês e a sua resistência frente ao capitalismo enfatizando a luta pela terra, identificando assim os confrontos e conflitos no campo, as lutas sociais como vozes dos grupos oprimidos e dentre outros aspectos que compreendem a leitura do espaço geográfico brasileiro.

UM BREVE HISTÓRICO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA

A questão da terra inicia-se com a própria exploração colonial, tendo em vista a lógica do Capitalismo Comercial que se originava no bojo das relações de poder e economia em continente europeu. Haja vista, o país ainda não tinha a dimensão territorial que se compreende na atualidade e as terras de Pindorama eram as riquezas dos povos nativos que existiram nessa porção da América do Sul. Não obstante, as relações que se sucederam foram baseadas primordialmente na agricultura, tendo como pilares as extensas áreas voltadas para a *Plantation* com a exploração de mão de obra escrava, como ressalta Eduardo Galeano a sua configuração inicial de apropriação da terra



[...] A plantação, nascida da demanda de açúcar no ultramar, era uma empresa movida pelo afã do lucro de seu proprietário e posta a serviço do mercado que a Europa ia articulando internacionalmente. Por sua estrutura interna, no entanto – e considerando que, em boa medida, bastava-se a si mesma –, alguns de seus traços dominantes eram feudais (GALEANO, 2017, p. 92).

Assim como, o “assassinato da terra” no Nordeste brasileiro no período colonial se legitimou na figura da exploração que era particular e combinada do capitalismo crescente, fazendo surgir novos perfis de ocupação e uso das terras brasileiras. Consoante a isso, “As terras foram cedidas pela Coroa Portuguesa, em usufruto, aos primeiros e grandes terras-tenentes do Brasil. A façanha da conquista deveria correr paralela com a organização da produção” (GALEANO, 2017, p. 94).

Com o correr do tempo, o caráter da exploração capitalista incorporava novas condições que discriminavam os primeiros camponeses nas áreas mais distantes das colônias tropicais e subtropicais da América. O valor dos escravos já se configurava antes mesmo das terras brasileiras, os períodos coloniais e imperiais foram basilares para a construção de estereótipos na cultura nacional, na pujança das relações econômicas, administrativas e políticas quais se delimitavam nos séculos que sucederam no “longo século XVI” (MORAES, 2000). Desse modo, é importante estabelecer uma compreensão referente a grandes e pequenas propriedades de terras, em conformidade com Caio Prado Júnior em ressaltar

[...] O regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena. Entre os



poderes dos donatários das capitanias estava, como vimos, o de disporem das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam ao novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários (PRADO JR., 2008, p. 33).

A concentração de terras no Brasil é de caráter histórico, suas influências se remetem aos contextos históricos de outrora. A estrutura fundiária presente atualmente no país vem desde a colonização inicialmente com a divisão das terras em Capitânicas Hereditárias e posteriormente com a Lei das Sesmarias. Nesse sistema, todas as terras pertenciam à Coroa, e eram distribuídas para os donatários através da “concessão de uso” que se caracterizava como

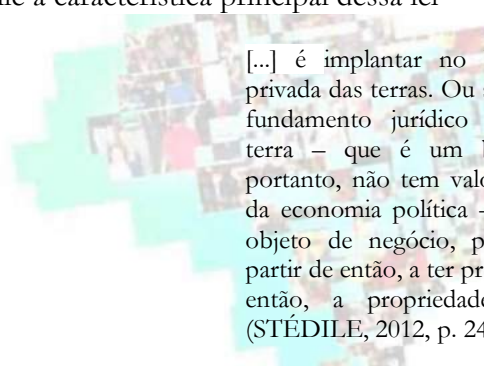
[...] de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração. Mas não lhes dava direito de venderem as terras, ou mesmo de comprarem terras vizinhas. Na essência, não havia propriedade privada das terras, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias (STÉDILE, 2012, p. 24).

Com efeito, as concentrações de terras se consolidaram com o latifúndio, pautado na mão de obra escrava e em extensas áreas de produção em 1850 no país. Nesse período, o governo imperial vivia um impasse, visto



que a Inglaterra pressionava o Brasil para abolir a escravatura. Dessa forma, para impedir que os ex-escravos se apossassem das terras devolutas, foi proclamada a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, popularmente conhecida como Lei de Terras. À vista disso, “[...] foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre à terra por parte da população pobre que era maioria” (MIRALHA, 2006, p. 153).

Pela primeira vez no país a terra é vista como mercadoria, tendo um valor atribuído às áreas brasileiras. Para Stédile a característica principal dessa lei



[...] é implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra (STÉDILE, 2012, p. 24).

A década de 1930 marcou um novo período na história da economia brasileira. A Grande Crise de 1929 acarretou a crise do modelo agroexportador, obrigando o país a se industrializar, porém surgiu uma indústria ligada ao campo e dependente dos países centrais, em virtude que nesse primeiro momento foram compradas máquinas usadas de fábricas falidas dos países ricos atingidos pela crise econômica. Como o Brasil não possuía mão-de-obra especializada precisou ainda se importar máquinas (FURTADO, 2007), assim como explorar a mão-de-obra “disponível” em solo brasileiro, valendo ressaltar que, “[...] a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu



pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente” (STÉDILE, 2012, p. 30).

Nesse contexto, agravou-se a contradição no campo brasileiro, dado que

[...] os camponeses, ao mesmo tempo em que se reproduziam e se multiplicavam enquanto classe, tiveram parcelas crescentes de seus membros, migrando para as cidades e se transformando em operários. Na estrutura da propriedade da terra [...] Por um lado, havia a multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares. E, por outro lado, em vastas regiões, a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terra, mais recursos (STÉDILE, 2012, p. 32).

A partir de meados do século XX, surgem os primeiros debates sobre a questão agrária no Brasil dentro dos partidos de esquerda, nesse período o êxodo rural se consolidou no país, devido à mecanização do campo, e uma massa de camponeses começou a ser expropriada e migrou para a cidade, além de se tornar subordinada ao capital industrial. Foi nesse cenário que surgiram movimentos sociais que lutam por transformações estruturais da sociedade (STÉDILE, 2012). Dentre os quais podemos destacar As Ligas Camponesas e na década de 1990 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ao qual exerceu e exerce um papel importante na mínima distribuição de terras que há no país na contemporaneidade.

Deste modo, o novo contexto diante da situação agrária em todo o país ganhava novas nuances diante da conjuntura político-econômica e ideológica que se formavam no território brasileiro. Ademais, o MST em sua origem de



formação passou a desempenhar papel preponderante na luta pela reforma agrária, pela equidade de direitos, contra a concentração fundiária e pela desobediência aos latifundiários, expropriadores das terras brasileiras e/ou ao próprio Estado, tomando-os como reivindicações na realização de políticas para assentamentos no campo e para a legitimação desse movimento social no país.

Outrossim, a má distribuição de terras foi concomitante ao próprio processo de subordinação das massas populares, passando de cenários históricos a novos contextos sócio-políticos de caráter paulatinamente explorador. Nessas circunstâncias, os personagens eram os mesmos: o senhor de engenho versus o escravo, o latifundiário versus o camponês, ambos imbricados na teia de relações de poder e subordinação constante em diferentes espacializações em território nacional. Sendo assim, a dialética das relações sociais vai se impondo dentro desses quadros, bem como na percepção de entender o espaço geográfico a partir de confrontos fundamentados na propriedade privada das terras e nas ideologias que vão se formando em diferentes temporalidades na sociedade.

A OFICINA DE MÚSICA E GEOGRAFIA

A Geografia deve propiciar ao aluno um olhar emancipador, que seja possível enxergar as contradições sociais e espaciais e como se estabelecem as relações de poder, assim como, colocá-los como agentes ativos e participativos na produção do espaço a fim de melhor compreendê-lo. Outro fator importante é a aproximação dos conteúdos da realidade do estudante, assim haverá uma maior motivação em aprender e permite ainda um diálogo essencial para o estudo geográfico. Para Oliveira é necessário

[...] um ensino que busque incutir nos alunos



uma postura crítica diante da realidade, comprometida com o homem e a sociedade; não com o homem abstrato, mas com o homem concreto, com a sociedade tal qual ela se apresenta, dividida em classes com conflitos e contradições. E contribua para sua transformação (OLIVEIRA, 1989, p. 143).

Nesse contexto, é válido trabalhar a questão da terra e seus desdobramentos, tendo em vista que a estrutura fundiária do Brasil é altamente concentrada e os conflitos que são muito presentes em todo o território nacional são relevantes para o entendimento de tais problemáticas e as suas particularidades. Nesse sentido, essa temática pode ser abordada tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, pois permite uma interlocução entre os sujeitos participativos dessas questões sociais no Brasil.

Dito isto, foi realizada a atividade de extensão Práxis Pedagógica: o Pibid na formação de professores de Geografia na IV Semana Acadêmico-Cultural da Universidade Federal de Sergipe – no Campus Universitário *Prof. Alberto Carvalho* em Itabaiana - SE, com a oficina de “Música e Geografia” ministrada por bolsistas do Pibid. O principal objetivo dessa oficina foi tratar a questão agrária no espaço geográfico brasileiro, através da música “Reis do Agronegócio” de Chico César, que mostra os malefícios do agronegócio e os seus rebatimentos na sociedade, desmistificando assim toda a propaganda benéfica que é feita deste por meio da mídia e por suas consequentes alienações.

O principal recurso da oficina foi a música já referida. A partir dela ocorreu uma problematização/interação com os participantes envolvidos, revelando nesse viés a sistematização do processo de espacialização das relações capitalistas, aos quais exploravam e exploram as terras e as



forças de trabalho em território brasileiro, considerando-se a consolidação dos próprios interesses econômicos do agronegócio. Concomitantemente, os discentes puderam participar da oficina ao debaterem e estarem inseridos na canção por meio das problematizações propostas pelos pibidianos, como é verificado na figura 1 ao explicitar o envolvimento destes no momento interativo em questão, contribuindo ainda na discussão referente aos conhecimentos dos estudantes como forma de abrir espaço para as diferentes óticas e aprendizagens na oficina (ver figura 1).

Figura 1 - Dinâmica envolvendo a participação de discentes do curso de Geografia de diferentes períodos, com grande contribuição teórica acerca das temáticas trabalhadas durante a oficina



Fonte: acervo do Pibid, 2017.



Além disso, foram feitos cartazes com frases e dados que mostravam os danos causados por esse sistema, tais quais destacaram os domínios do agronegócio em distintas regiões do país. Os ministrantes da oficina se caracterizaram com os personagens que são descritos na música, como a exemplos de: latifundiário, camponesa, representante do MST e entre outros personagens interpretando os múltiplos papéis e as suas resistências, sendo de suma importância destacar os esforços dos pibidianos ao elaborarem os materiais para a realização da atividade citada e pelas simbologias construídas em todo o período proposto na semana acadêmica referida (ver figura 2).

Figura 2 - Bolsistas durante a apresentação da oficina “Música e Geografia” com a discussão da música “Reis do agronegócio” de Chico César



Fonte: acervo do Pibid, 2017.

Paralelamente, as caracterizações foram pautadas em toda a coerência da canção, possibilitando ao público alvo um



momento de aproximação e revelação de questões não abordadas em sala de aula, tendo em vista ainda a dinâmica existente entre todos os sujeitos, ao propiciar discussões sobre casos próximos de suas experiências, com relatos de alguns ouvintes que assistiam às encenações. Os recursos utilizados na oficina foram primordiais para a realização desta, com a utilização de materiais (cartazes, objetos, imagens e recursos de vídeos) desenvolvidos pelos próprios bolsistas como resultados de intensa labuta e dedicação para a concretização da oficina supracitada (ver figura 3).

Figura 3 – Apresentação da oficina “Música e Geografia” com ênfase nas questões de intolerância, o agronegócio, a concentração das terras e outras temáticas abordadas



Fonte: acervo do Pibid, 2017.



Por conseguinte, o público se constituiu por discentes de vários cursos de graduação, permitindo a estes um debate imprescindível para uma leitura do espaço agrário brasileiro e as suas contradições, através de assuntos como: a questão agrária, o uso de agrotóxicos e o agronegócio. Desse modo, permitiram-se revelar ao público os problemas gerados pelo uso dos agroquímicos, os derramamentos de sangue de grupos que defendem o campesinato e entre outras questões, proporcionando assim um momento de autoconhecimento e discussões sobre as problemáticas que circulam nossa sociedade.

Do mesmo modo, é ressaltar a importância do diálogo que ocorreu entre o público e os ministrantes como uma forma de construção de conhecimentos e autorreflexão, desmistificando ainda algumas ideias equívocas dos jovens, na tentativa de tornar público as atrocidades que estavam e estão nas entrelinhas das relações econômico-sociais existentes. Bem como, questionar a alienação que a propaganda do agronegócio vem acometendo paulatinamente todas as parcelas da sociedade fazendo destas os seus alvos e consequentemente, suas presas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, foi perceptível que a temática da questão da terra é importante ser debatida na escola e na universidade para desmitificar ideias fundamentadas no que a grande mídia propaga. Nessa via, alguns alunos ainda possuíam uma visão de senso comum a respeito da indústria do agronegócio do mesmo modo que havia uma visão marginalizada de movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sendo possível destacar a tentativa de reversão dessas concepções tão “naturalizadas”



por parte dos ministrantes.

Considerou-se ainda a importante questão da terra brasileira, possibilitando o debate e a criação de um momento ímpar para a formação de novos conhecimentos sobre a realidade do campo brasileiro. O trabalho desenvolvido permitiu a construção e desconstrução de conceitos, como, por exemplos, os conceitos de ocupação e invasão, bem como a reflexão de cada termo usado, suas contextualizações e repercussão da realidade fundiária em terras nacionais, transformando o imaginário dos envolvidos em um momento de diálogo e trocas de experiências/relatos no âmbito universitário, assim como para ir além dos muros da universidade.

Em conformidade com todos os aspectos explorados, é plausível ainda trazer a necessidade de enfatizar a estrutura fundiária e as suas conseqüentes desigualdades sociais como leituras de todo esse processo analítico e, fazer questionamentos nele apoiados na visão crítica-constructiva como foco de revelá-las e não reproduzir essas correntes que ainda aprisionam as ideias e os seus sujeitos. Assim, é mister também observar as abordagens da questão agrária desde seu contexto histórico – com a leitura de outrora – até entender o perfil dessa questão fundiária na atualidade, sendo que os malefícios causados pela agroindústria e o uso de agrotóxicos que vão para as mesas dos brasileiros são frutos de uma estrutura desigual e exploradora, pois fazem parte da lógica do capitalismo a desigualdade e todas as contradições nos espaços analisados.

Em suma, a oficina serviu para desconstruir esses estereótipos, proporcionou aos ouvintes uma visão mais crítica e analítica em relação à questão agrária do país, propiciando ainda uma maior reflexão diante da conjuntura histórica-social em formação e transformação no Brasil. Com isso, a Geografia e, particularmente a Geografia Agrária juntamente com o



ensino dessa ciência reforçam tais laços pautados na análise histórica e dialética na (re)produção do espaço geográfico, legitimando assim, uma importante temática que necessita de mais discussões e inclusões de ideias para se compreender as relações impostas pelo modo de produção capitalista e, às suas incessantes contradições e discursos de desenvolvimento nacional quais devem ser desmascaradas e reavaliadas em prol de um bem comum propiciado a todos e não a uma minoria.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo H. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM POCKET v.900, 2017.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista NERA Presidente Prudente. Ano 9, n. 8, pp. 151-172, jan-jun, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. A Europa no “Longo” Século XVI (1460-1640). In: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. O Território Colonial Brasileiro no “Longo” Século XVI. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 31 a 49.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e Ensino de Geografia na Realidade Brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?**. São Paulo: Editora Contexto, 1989. p. 135 a 144.



PRADO JR., Caio. A Ocupação Efetiva (1530-1640). In: PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 29 a 40.

STÉDILE, João Pedro. (org). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

‘NEGAR-SE PARA PERSISTIR-SE’: INFORMALIDADE DO TRABALHO NO CAMPO

Bruno Andrade Ribeiro¹
(Universidade Federal de Sergipe)
(Mestrando em Geografia, PPGEO/CNPq/UFS)
E mail: ribeiro.pensador@gmail.com

RESUMO

O escrito constitui-se em considerações iniciais sobre um objeto analítico de pesquisa em andamento, acerca do aumento da informalidade do trabalho no espaço agrário sergipano, tendo como recortes espaciais os municípios de Itabaiana e Lagarto. A partir do mapeamento de dados secundários e de observações prévias objetiva-se compreender o aumento da informalidade no campo, suas causas e impactos na reprodução das famílias camponesas. Diante disso, o primeiro caminho passa por considerar o campesinato enquanto classe inserida na contramão do desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo. A crise estrutural do modo de produção vigente trouxe problemáticas a serem pautadas para que se compreenda a situação atual do campo brasileiro: não é por simples acaso



que, cada vez mais, o camponês perpassa pela precarização de seu labor, tornando-se móvel, supérfluo e andarilho. Nesse sentido, o aumento da informalidade do trabalho do/no campo se encontra incluso no processo de acumulação, pois rebaixa os custos de produção e assegura a manutenção e reprodução do excedente estrutural de força de trabalho, inclusive no campo. Uma informalidade difundida enquanto instrumento de autonomia, independência e transformação do trabalhador em ‘pequeno empreendedor’, e que em seu movimento de desterritorialização do camponês, possibilita essa classe buscar mecanismos de perpetuação de sua condição social: um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser.

Palavras-chave: Camponato; Reestruturação Produtiva; Informalidade.

INTRODUÇÃO: percalços de uma classe revolucionária

O presente escrito constitui-se em um estudo inicial sobre a informalidade do trabalho⁹ no espaço agrário sergipano, considerando as diferentes formas buscadas pelo camponês para vencer as revezes da reestruturação produtiva do capital (THOMAZ JUNIOR, 2004). Ao considerar a categoria trabalho enquanto instrumento de autorealização da humanidade, reconhecendo o metabolismo social do capital, possibilita que a Geografia apreenda o movimento dialético entre sociedade e natureza, compreendendo, desse modo, a polissemia do labor no mundo atual.

⁹ As considerações, dados e leituras expressos e detalhados no texto advêm da Pesquisa em andamento sobre informalidade do/no espaço agrário sergipano, empreendida no âmbito do Mestrado Acadêmico em Geografia (Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe), sob orientação da Professora Dra. Josefa de Lisboa Santos.



De acordo com os estudos de Oliveira (2007) e Thomaz Junior (2004), a reestruturação produtiva do capital no campo brasileiro caracteriza-se por transformações territoriais, que se expressam no aumento da concentração de terra, dos conflitos agrários e pelos pacotes tecnológicos que pregam a modernização do campo. As imposições do Consenso de Washington, por exemplo, defendem uma ‘revalorização da agricultura de exportação’, juntamente com uma série de medidas, que incluem o ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, privatização, abertura comercial, fim das restrições ao capital externo, abertura financeira, desregulamentação e reestruturação do sistema previdenciário (NOVAES, 2008). Dentre as consequências para o camponês, um visível aumento da informalidade atrelada à precarização e precariedade do trabalho, aprofundado a partir dos anos 1990 e as medidas de flexibilização da legislação trabalhista, caracterizada pela vulnerabilidade e insegurança na relação de trabalho (OLIVEIRA; GOMES; TARGINO, 2011).

No contexto das ‘marchas e contramarchas’ da informalidade, a ocupação agrícola tem sido cada vez mais caracterizada pela precariedade e má qualidade dos postos de trabalho, com um aumento de contratos temporários e precarizados. Ao mesmo tempo, a expropriação da renda da terra, através da territorialização e monopolização do capital desloca o ser social do campo em direção aos centros urbanos, sujeitos a atividades heterogêneas e complexas, a exemplo da camelotagem (*lôcus* de comercialização de mercadorias) (OLIVEIRA; GOMES; TARGINO, 2011).

De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em



2013, 59,4% dos trabalhadores não possuíam carteira assinada, totalizando 2,4 milhões sob condições de informalidade¹⁰.

Trata-se de grande retrocesso nas condições de trabalho, alcançadas em décadas de lutas dos trabalhadores, que apenas com a Constituição de 1988 tiveram seus direitos equiparados ao do trabalhador urbano e que, antes disso, contaram com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, conquistado após os conflitos agrários dos anos 50 (BUZATO; PINTO, 2017, p.1).

Os números revelam que a condição de informalidade, na maioria das vezes, associada ao âmbito urbano, configura-se em tendência ascendente no campo brasileiro. As formas precárias de trabalho, caracterizadas por ofícios de curta duração, acabam sendo aceitas pelos trabalhadores, que não conseguem empregos ligados ao cultivo da terra. A baixa escolaridade e a remuneração pífia também são elementos considerados ao analisarmos a informalidade no campo, pois em 2013, os 2.383.473 milhões de empregados rurais sem carteira assinada recebiam em média R\$ 579,20; muito abaixo dos R\$ 1.120,79 recebidos pelos 1.612.917 milhões de empregados rurais com carteira assinada (DIEESE, 2013).

No âmbito dos trabalhadores rurais sem carteira assinada, 276.462 de sujeitos estão ligados aos serviços, o que pode incluir bicos, pequenos favores, a exemplo de faxineiros, moto-táxis, bicheiros, auxiliares em geral, vendedores ambulantes, etc. Um núcleo amplo e heterogêneo de pessoas, que para resistirem no campo se deslocam diariamente para cumprirem suas funções e sobreviverem, materializando deslocamentos interurbanos, entrecampos e campo-cidade

¹⁰ Ver: <http://www.mst.org.br/2014/11/05/pesquisa-revela-aumento-da-informalidade-e-precarizacao-no-campo.html>



(THOMAZ JUNIOR, 2004). Estes sujeitos buscam na cidade e no próprio campo estratégias de reprodução social como forma de permanecerem camponeses.

No estado de Sergipe, o DIEESE calcula que, dos 77.365 trabalhadores que habitam o campo, 70.132 (90,7%) correspondem a parcela que integra a Taxa de Ilegalidade ou informalidade (percentual de sem carteira no total de empregados); proporção esta que é superada apenas pelos estados do Ceará e do Acre. Portanto, percebe-se a necessidade de estudo sobre tal panorama, que têm implicações diretas no espaço, através de reordenamentos territoriais. Uma realidade que nos faz resgatar a afirmação de Thomaz Junior (2004, p. 8), quando diz que:

[...] quase tudo que até meados dos anos 80 era considerado ilegal, como vínculo de trabalho sem carteira assinada ou sem registro, contrato temporário, instabilidade, jornada com duração variável, ganharam não somente a dimensão da legalidade, mas também a chancela da legitimidade.

As formas atuais de valorização do valor trazem embutidos novos modos de geração da mais-valia (em sua forma absoluta). Desse modo, o trabalho torna-se sobranter, descartável, expandindo o número de desempregados, deprimindo a remuneração da força de trabalho, retraindo o valor necessário à sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras (THOMAZ JUNIOR, 2004). No campo, onde persistem algumas formas não-capitalistas de produção, a terra é a garantia de sobrevivência, tendo um valor de uso atribuído ao próprio trabalho (OLIVEIRA, 2012); contudo, no contexto da reestruturação produtiva do capital o que se assiste é um processo de precarização do trabalho em todos os âmbitos:



econômico, físico, mental, emocional, etc. (DAL ROSSO, 2008; TAVARES, 2004; THOMAZ JUNIOR, 2004).

O modelo de acumulação flexível implica em utilização de técnicas cada vez mais inovadoras de produção para o encurtamento do ciclo do capital, com a modernização e aquisição de novos equipamentos: a enxada é substituída pelas tecnologias e venenos. Diminuem-se as chances de trabalho camponês, seja na lavoura temporária ou permanente, e a informalidade, atrelada à precarização, torna-se um horizonte de busca de manutenção e realização das condições básicas para sobrevivência.

Portanto, a partir do mapeamento de referências teórico-metodológicas, de dados sobre a situação do trabalho camponês no Brasil, e mais especificamente, em Sergipe; bem como, de relatos e observações nos recortes espaciais de análise, emerge a possibilidade de discussão e apreensão sobre como o discurso da informalidade tem se disseminado no campo: possibilidade de ‘autonomia’ e *status* de ‘capitalista’? Instrumento de expropriação do trabalhador e obtenção de Mais-Valia? Ou estratégia re (criativa) de persistência no modo de ser/viver/saber camponês?

DESENVOLVIMENTO: o camponês sob o signo dialético

De acordo com Tavares (2002, p. 5): “o novo milênio inaugura a era do trabalho informal”, o que se leva a indagar: o que isso significa ou o que pode significar?

A priori, considerar a informalidade do/no um processo em expansão – que tem abarcado não somente o urbano, mas também o agrário – não se faz em mero ponto de vista. O ‘ler’ e o ‘ver’ expressos aqui se fundamentam através de argumentos teóricos, fundamentados em um método: a



ótica de busca da essência dos fatos, valendo-se de um ir além da aparência.

Desse modo, o camponês é considerado um sujeito histórico e contraditório, que se refaz e recria na medida em que a luta de classes o expulsa, o expropria e o envenena. Enquanto classe revolucionária resiste em sua coletividade, mesmo inserido em tempos e espaços de individualidade: autentica-se, moderniza-se (não necessariamente em máquinas e venenos, mas em estratégias de continuar sendo um ser social dentro de um mundo tecnicista).

De acordo com Oliveira (2004), existem algumas concepções teóricas sobre o campo e o camponês a partir de óticas distintas: Positivismo, Fenomenologia (percepção do modo de ser do camponês), o campo enquanto resquício do Feudalismo e, desse modo, o sujeito histórico como ‘sobrante’, fadado ao desaparecimento na sociedade capitalista. Em meio a tais concepções, emerge o pensar/saber contextualizado no pressuposto de produção desigual e combinada do território brasileiro: “(...) ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção” (OLIVEIRA, 2004, p. 36).

Desse modo, sob essa perspectiva, afirma-se a centralidade da categoria Trabalho em sua relação com a Geografia; síntese contraditória e totalidade concreta do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o território não é um ‘a priori’, mas uma contínua luta da sociedade pela socialização da natureza: uma unidade dialética – construção e destruição, valorização, produção e reprodução.

Informalidade do/no campo sergipano



De início, deve-se atentar e fazer a devida crítica para as leituras que consideram a informalidade sinônimo de autonomia e emancipação do trabalhador, podendo até chegar ao *status* de capitalistas (TAVARES, 2002). Tal visão acrítica traz consigo a ilusão de que o trabalhador adquire independência, simplesmente porque não sai de casa e não sofre uma vigilância no trabalho. Na verdade, o suposto ‘trabalho independente’ é executado segundo uma obrigação por resultados, portanto, sob rigoroso controle e sob maior exploração. Seja qual for a organização do trabalho nesta ordem, permanece inalterada a lei do valor (MARX, 1974; MÉSZÁROS, 2011).

Nesse contexto, a expansão da informalidade é funcional ao sistema. ‘Os fios invisíveis’ podem ser observados quando se ultrapassa o discurso falseado de autonomia. Deve-se observar que o trabalho informal não comporta apenas ocupações excluídas do trabalho coletivo, e menos ainda, que se restringe às atividades de estrita sobrevivência. Toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a condição formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadorias, configura-se um trabalho informal (OLIVEIRA; TARGINO, 2011).

Fica claro, portanto, que a informalidade deve ser considerada enquanto adaptação do trabalho às novas formas de obtenção de mais-valia, articulada à produção capitalista. Desse modo, a tendência é que, cada vez mais, o trabalho formal estável dê lugar ao trabalho precarizado, parcial, temporário, informal, fundamental para o sociometabolismo do capital, pois os custos de produção são transferidos para o sujeito vendedor de sua força de trabalho.

Além disso, as formas precarizadas de trabalho informal se fazem enquanto processo universal, perceptível tanto nos países pobres, quanto nos países ricos. Nas grandes



metrópoles, nas pequenas cidades e também no campo. Nessa discussão, tornam-se comuns os deslocamentos pendulares para áreas urbanas, reconfigurando a relação campo-cidade; concomitante ao gradual desaparecimento de práticas de manejo do solo, saberes sobre a lavoura e modos de ser e (re) produzir o campo e o camponês. As perspectivas são obscuras: fim do campo enquanto *locus* de resistência e de hábitos que vão na contramão das relações capitalistas de produção, que buscam o lucro acima de tudo?

O que aparece como expressão dessa questão, é que há um caráter dual na informalidade, ora ela se constitui funcional ao capital, ora ela é instrumento de resistência camponesa. Ao argumentar sobre a funcionalidade da informalidade do trabalho na produção capitalista, Tavares (2004) aponta que não há a anulação da extração de mais-valia, mas a preservação e a intensificação de sua exploração: cancela-se a proteção ao labor e reduzem-se os custos de produção. Ao mesmo tempo, a informalidade emerge enquanto instrumento de resistência campesina, pois a mobilidade territorial do trabalho revela que o camponês mantém a sua condição de ser social; persistem no *locus* de realização, e na maioria das vezes, continuam em atividades intrínsecas com o trato da terra: plantam, colhem e cultivam. Nas palavras de Paulino; Almeida (2010): “(...) os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra um filão de produção de capital” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 54).

Portanto, emerge a possibilidade de desvelar o papel desse sujeito na produção do espaço agrário, que através de seu trabalho, ato teleológico, apropria-se do espaço e resiste contra as forças contraditórias do modo de produção capitalista no jogo de relações de poder característico de um território.



Neste momento, as perguntas se enumeram e as respostas necessitam ser buscadas para que se construa uma leitura crítica interdisciplinar, que possa oferecer argumentos sólidos confrontadores da expropriação do trabalho pelo capital. Uma relação doentia que pode ser comparada com a pintura de Francisco de Goya¹¹, em que Saturno devora o seu próprio filho, em uma macabra cena de negação de tudo o que se considera humano. O capital, da mesma forma, consome a força humana para a sua sobrevivência e persistência na acumulação de valor e na produção de desigualdades, precarizando trabalho, informalizando camponeses, adoecendo-os, matando-os. Resta-se, portanto, que a teoria, os relatos, as leituras e as análises sobre o espaço para a luta (em seus vários sentidos) sejam concretizados e embasados criticamente.

Para a compreensão desse objeto, delimita-se como recorte espacial, os municípios de Lagarto e Itabaiana, no estado de Sergipe, que aparecem como os dois municípios onde o fenômeno da informalidade no campo é maior (OIT, 2012). O recorte temporal é delineado pela reestruturação produtiva do capital no pós-1970, a partir das determinações impostas aos países durante o Consenso de Washington. No Brasil¹², os efeitos mais imediatos datam dos anos de 1990, através da política neoliberal de Fernando Collor, perpetuada pelos seus sucessores, barrando as benesses sociais asseguradas

¹¹ FRANCISCO GOYA, **Saturno Devorando um Filho**, 1819-1823. Óleo s/ reboco 146 cm x 83 cm. Col. Museu do Prado, Madrid, Espanha.

¹² No Brasil, a flexibilização nas relações trabalhistas foi anterior à reestruturação produtiva, não se configurando em uma decorrência imediata. Porém, é inegável que houve a intensificação da precarização, que passa a ter um caráter de legalidade. O próprio governo sugere que o trabalhador se autosustente, incentivando e disseminando o empreendedorismo enquanto emancipação do ser humano (MALAGUTTI, 2000; TAVARES, 2004).



pela Constituição de 1988, que representava os anseios da população, incluindo os povos nativos, quilombolas e camponeses (THOMAZ JUNIOR, 2005). No contexto apontado, o campo brasileiro se insere na lógica de reestruturação produtiva, na medida em que se observa o avanço do discurso de modernização, atrelado ao agronegócio; desse modo, a expropriação da terra e do trabalho expressa o caráter móvel dos camponeses: desapropriados de sua fonte de sobrevivência, sujeitam-se à informalidade.

No campo sergipano, a reestruturação significou a ampliação de vastas áreas para a pecuária e lavouras permanentes, com destaque para o latifúndio do milho. Entre as lavouras temporárias (minifúndios de mandioca, feijão e milho), mesmo atreladas à subsistência e resistência de comunidades camponesas, não se encontram isentas do modelo neoliberal e das diretrizes do Consenso, ou seja: agrotóxicos, crédito rural, empreendedorismo e maquinário (MELO; SOUZA, 2009).

A informalidade no campo aparece como expressão da acumulação flexível. É um tipo de atividade relativamente antigo, estando presente desde os primórdios da I Revolução Industrial como uma das formas de sujeição da população excedente não absorvida pelas fábricas e complexos industriais (TAVARES, 2004). Contudo, com o (novo) precário mundo do trabalho, os trabalhadores que fazem bico, os terceirizados, subcontratados e domiciliares se tornam sujeitos simbólicos de um mundo regido sob os ditames do capital, em sua fase de barbárie social (ALVES, 2007; ANTUNES, 1995).

O conceito de informalidade se configura necessário para uma leitura geográfica que considera as relações sociais em sua totalidade. Nesse sentido, os estudos que enfocam a informalidade no espaço agrário e os seus diversos sujeitos 'andarilhos' e 'supérfluos' inclui os trabalhos elaborados por pesquisadores de alguns grupos espalhados pelo país, a



exemplo do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT/UNESP), economistas, geógrafos e sociólogos. Em relação ao estado de Sergipe, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), os estudos sobre a informalidade do trabalho ressaltam variadas abordagens, a citar: a mobilidade do trabalho associada à descentralização da indústria de calçados (SANTOS, 2015), a resistência camponesa diante da monopolização do território (NETO, 2014), a degradação humana no trabalho canavieiro (SHIMADA, 2014), as políticas públicas enquanto instrumentos de expropriação do trabalho camponês (RODRIGUES, 2012), e o trabalho na mediação campo-cidade (LIMA, 2012). Em sua dissertação de mestrado, Oliveira (2007) investiga a introdução do discurso de ‘modernização’ no espaço agrário de Lagarto, Sergipe; mais especificamente, tecnologias atreladas ao agronegócio da laranja, do fumo e técnicas de irrigação, que concorrem para a emergência da informalidade. Silva (2016), por sua vez, discursa sobre a precariedade do trabalho a partir dos Arranjos Produtivos Locais nas cerâmicas vermelhas e olarias sergipanas.

No artigo “Por uma Geografia do Trabalho”, Thomaz Junior (2004) expõe que o final do século XX e início do XXI tem significado uma cada vez maior mobilidade territorial do trabalho para os que habitam o campo, vagueando de lugar a lugar, “(...) em busca de novas colocações, sendo que para garantir seu sustento se enquadram em diferentes atividades urbanas, que exprimem formas assalariadas, semi-assalariadas, autônomas, mas todas reunidas no quadro de precarização do trabalho” (THOMAZ JUNIOR, 2004, p. 15).

O Departamento Intersindical de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas (DIEESE, 2013) revelou que 90,7% dos camponeses do estado de Sergipe vivem sob condições de informalidade em suas formas de se manterem.



Portanto, uma realidade agrária marcada por um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e explorado; sendo a informalidade um caminho utilizado pelo capital para ampliar a acumulação em escala global através da extração de mais valia/mais valor (MENEZES, 2007).

Os dados organizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo como base o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) contribuíram para a delimitação do recorte espacial a ser analisado, fornecendo números para cada município sergipano, cujos temas incluem: taxa de participação da população na força de trabalho, desemprego, informalidade¹³ e deslocamento de casa para o trabalho.

A definição de informalidade atribuída pela base de dados pesquisada está vinculada aos trabalhadores que não possuem carteira assinada e não são assalariados¹⁴; além disso, a classificação em setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) não considera a mobilidade, heterogeneidade e o caráter híbrido dessa classe-que-vive-do-trabalho. Ou seja, não é levada em consideração a complexidade das relações contemporâneas de trabalho: o ser social do campo que é terceirizado em uma indústria 'formalizada'; os que trabalham nas feiras municipais como vendedores ambulantes e que plantam e cultivam roças; aqueles que prestam serviços

¹³ A definição de informalidade atribuída pela base de dados está vinculada aos trabalhadores que não possuem carteira assinada e não são assalariados; além disso, a classificação em setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) não considera a mobilidade e heterogeneidade e o caráter híbrido dessa classe-que-vive-do-trabalho.

¹⁴ De acordo com Malagutti (2000) é preciso fazer a devida crítica ao conceito de 'setor informal', pois na atual configuração das forças produtivas, o formal e o informal se tornam um híbrido, em que um se encontra associado ao outro.



variados na própria residência localizada em uma área caracterizada por atividades agropecuárias. Contudo, como relata Thomaz Júnior (2004), os dados sobre informalidade no campo ainda são rarefeitos, de modo que se faz necessário recorrer aos números da OIT, IBGE e MTE, mesmo com as limitações da perspectiva de ‘setor’.

Na tabela organizada abaixo (QUADRO 1), encontram-se sistematizados os dados municipais sobre trabalhadores informais no setor agropecuário sergipano, destacando os cinco primeiros colocados:

QUADRO 1 – Municípios sergipanos com maior número de trabalhadores informais no setor agropecuário, 2010

Município	Número de trabalhadores informais
Lagarto	13.219
Itabaiana	8.394
Nossa Senhora da Glória	5.435
Tobias Barreto	4.980
Riachão do Dantas	3.818

Fonte: OIT; IBGE; MTE, 2010.

A análise dos dados revela que os municípios com mais informais vinculados à agropecuária estão ambos localizados na porção agreste do estado de Sergipe. De um lado Lagarto, que perpassa ao longo da última década a crise da laranja e do fumo, expulsando levas de força de trabalho camponesa. De outro, Itabaiana, município com forte tendência agrocomercial, ligada ao mercado hortifrutigranjeiro, cuja estrutura fundiária é caracterizada pela presença de minifúndios. A princípio, dois recortes aparentemente distintos, mas cuja leitura geográfica pode oferecer contribuições sobre a informalidade do trabalho no campo.



Além disso, tanto Lagarto, quanto Itabaiana apresentam uma intensa mobilidade do trabalho, com 29.210 e 26.986 trabalhadores, respectivamente, que se deslocam de casa para o local de trabalho. A reestruturação produtiva do capital fortalece o discurso do agronegócio, com o uso intensivo de venenos herbicidas e de máquinas no trato com a terra e cultivos. Desse modo, ao ver a renda da terra ser furtada de sua posse, o camponês busca formas de resistência para se manter enquanto tal: direciona-se para centros urbanos a fim de exercerem ofícios diversos, ou, em alguns casos, debruçam-se em atividades comerciais no próprio espaço agrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: caminhos a se trilharem...

Diante da possibilidade de aplicação de questionários entre camponeses nos municípios recortados, a Pesquisa se encaminha para descortinar ‘liames’ que o Capital cria em seu curso, que se configuram enquanto ‘amarras’ para o Campesinato.

Em relação à informalidade do/no trabalho, há que se desmistificarem os discursos e ideologias geográficos encobridores da intensa mobilidade territorial do trabalho (não só urbana, mas também agrária), da precarização e precariedade das formas ‘atípicas’ do labor contemporâneo - pós-modelo toyotista de uma reestruturação produtiva -, pautada na exploração cada vez mais intensa do trabalho humano, mediada pelo Estado como forma de mitigar os efeitos de uma crise estrutural do Capital.

Os camponeses se tornam sujeitos sujeitados às distintas formas de trabalhos informais: bicos, domésticos, donos de quitandas e mercearias, ambulantes, etc. Jovens, adultos, idosos e crianças andarilhos e ‘supérfluos’, retornando ao *locus* de resistência (re-existência), que persiste enquanto



modo de ser e viver contraditoriamente contrário ao Capital enquanto relação social.

De acordo com Oliveira (2004), não são os números que determinam a realidade, mas a realidade que determina os números. Portanto, em um Brasil com mais de 22,9 milhões de trabalhadores por conta própria, 10,7 milhões sem carteira assinada no setor privado, 64,8 milhões fora da força de trabalho, 6,2 milhões de trabalhadores domésticos e 2,2 milhões de trabalhadores familiares, emergem perguntas que o geógrafo necessita objetivar caminhos para dialogar: que sujeitos são esses? Quais os caminhos e formas de se manterem no espaço agrário? Como produzem o espaço sob o viés contraditório de relações de poder conflitantes?

Para finalizar (o escrito, não as perspectivas de pesquisa), ressalta-se que o Capital, contraditoriamente, cria condições para que os camponeses se desenvolvam enquanto classe social, a partir do momento em que redefinem as relações de produção. Desse modo, o discurso de ‘autonomia’ incrustado na informalidade é re-significado: enquanto os dominantes se valem em prol da expropriação da força de trabalho, da intensa mobilidade territorial do trabalho, os dominados transformam-no em instrumento de manutenção de sua condição social: um negar-se para persistir-se.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. 2 ed. Londrina: Práxis, 2007. 288p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus Ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.



BUZATO, Heldi; PINTO, Luís Fernando Guedes. Fim dos direitos no campo? **Revista Le Monde Diplomatique Brasil (online)**, 2017. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/fim-dos-direitos-no-campo/>. Acesso em: 09 set. 2017.

CEGET, **Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (online)**, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo. Disponível em: <http://ceget.fct.unesp.br/>. Acesso em: 09 set. 2017.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudos & Pesquisas**, n. 74, out. 2014.

FRANCISCO GOYA, **Saturno Devorando um Filho**, 1819-1823. Óleo s/ reboco 146 cm x 83 cm. Col. Museu do Prado, Madrid, Espanha.

LIMA, José Renato de. **Do torrão da vida à marcha forçada rumo ao apito das gaiolas de pedra**: mobilidade do trabalho na dialética campo cidade no município de Ribeirópolis/SE. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo/Vitória: Boitempo/EDUFES, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.



MELO, Ricardo Oliveira Lacerda; SOUZA, Aldemir do Vale. Análise retrospectiva da economia de Sergipe (1970-2002). In: MELO, Ricardo Oliveira Lacerda; HANSEN, Dean Lee (Orgs.). **Ensaio Econômico: Conceitos e Impasses do Desenvolvimento Regional**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De supérfluos a sujeitos históricos na contramão do capital: a Geografia do (des) trabalho**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2007.

MÉSZARÓS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETO, Raul Marques. **Da luta na lona preta à luta na casa de telha: monopolização do território pelo capital agroenergético em Capela - SE, subordinação e resistência da classe camponesa**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

_____. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. 372p.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). **Marchas e contramarchas da**



informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011. 410p.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.bsb.ilo.org/simtd/estados?uf=SE>. Acesso em: 08 out. 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. 112p.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Márcio dos Reis. **Labirintos do capital: a mobilidade do trabalho e a descentralização da indústria de calçados em Sergipe.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SILVA, Genivânia Maria. **O (DES) MASCARAMENTO DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL/SUSTENTÁVEL NO (DES) ENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA VERMELHA E OLARIAS NO ESTADO DE SERGIPE.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Dos ciclos e das crises do capital às formas de travestimento da barbárie no trabalho canavieiro.** Tese de Doutorado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.



THOMAZ JUNIOR, Antônio. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista GeoSul**, Florianópolis, v. 19, n. 37, p 7-26, jan. /jun. 2004.

_____. **(Des) Realização do Trabalho:** Se Camponês, se Operário! (Repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo, 2005. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pwY5cBKymCEJ:www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/des-realizacao-do-trabalho-se-campones-se-operario.pdf/view+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b>. Acesso em: 08 out. 2017.

_____. Por uma Geografia do Trabalho. **Revista Tamoios**, v.1, n.1, pp. 1-18, 2005



CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E MONOCULTURA DO MILHO EM CARIRA – SE

Tays Almeida dos Santos¹

(Universidade Federal de Sergipe)

(Aluna graduanda em Geografia de Itabaiana e bolsista do
PET Geografia - Itabaiana.)

E mail: taysalmeida02@gmail.com

Islane Silva Batista²

(Universidade Federal de Sergipe)

(Aluna graduanda em Geografia de Itabaiana e bolsista do
PET Geografia – Itabaiana.)

E mail: Islane9815@gmail.com

Thainar Almeida dos Santos³

(Graduada em Geografia – UFS Itabaiana)

E mail: Thainaralmeida28@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a concentração de terras no município de Carira/SE entre os anos de 1985, 1995/96 e 2006 através da elaboração da Curva de Lorenz e no cálculo do índice de Gini com base em DINIZ (1982) e a conseqüente monoculturalização do milho através do agronegócio, provocando uma nova dinâmica produtiva no município, transformando-lhe atualmente em um dos maiores produtores de milho do estado de Sergipe. Como procedimentos metodológicos foram feitos levantamentos bibliográficos, coletas de dados nos censos agropecuários e estudos exploratórios sobre a temática a partir de fundamentação teórica. Dessa forma considera-se que a



expansão do milho no município está associada ao pacote tecnológico inserido na lógica produtiva do modelo de desenvolvimento agrícola, que permite o crescimento e a expansão da produção. Essa alta produtividade apesar de transformar Carira num grande produtor de milho em Sergipe, traz consigo consequências socioambientais negativas, como o uso desenfreado e indiscriminado dos venenos agrícolas, a compactação do solo, pelo uso intensivo do maquinário, além da alta concentração de terras, nas mãos de minorias.

Palavras-chave: Concentração de terras, Agronegócio, Monocultura.

INTRODUÇÃO

A organização da propriedade e a posse das terras no Brasil sempre foram marcadas pela alta concentração fundiária. As suas raízes provêm de um processo histórico antigo, desde a doação de terras pela Coroa Portuguesa ao donatário (Capitanias Hereditárias), passando pela Lei de Terras de 1850 (a terra passa a ser adquirida através da compra) e que perpetua até os dias atuais, como afirma Oliveira (2003, p. 15):

O Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração de terra. No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país atinge uma superfície igual a aquela ocupada pelo Estado de São Paulo, e a soma das 300 maiores atinge uma área igual à de São Paulo e do Paraná.

Portanto procurar entender e falar de concentração de terras hoje no Brasil é retornar ao tempo de ocupação do território pelos colonizadores, que impuseram um modelo de



produção agroexportador com o intuito de produzir e comercializar produtos agrícolas para Europa, esse modelo denominado de *Plantation* caracterizava-se pela forma de organizar a produção agrícola em grandes latifúndios com a prática da monocultura e o emprego da força de trabalho escrava. O agronegócio possui suas bases nesse modelo, visto que está ancorado na grande concentração de terras e na predominância da monocultura, porém, no cenário atual encontra-se integrado às novas tecnologias, e estas são caracterizadas pela:

[...] crescente mecanização e tecnificação dos processos produtivos no campo, pelo aumento da integração entre os capitais agropecuários-industriais-financeiros, bem como pela ampliação das cadeias produtivas agroalimentares e de insumos sob controle de conglomerados econômicos, via de regra multinacionais, que dominam parcelas cada vez mais significativas dos mercados em que atuam. (CAMPOS, 2011, p. 101)

Esse novo modelo de desenvolvimento agrícola difunde-se no pós II Segunda Guerra Mundial, com a chamada Revolução Verde, que representa uma grande mudança na base técnica dos processos agropecuários causando diversas transformações na dinâmica agrícola do país adequando a produção à lógica produtiva do novo modelo de desenvolvimento. “O modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 92).

Essa modernização agrícola não chegou de forma uniforme no país, tendo como exemplo o Sudeste e o Sul que em comparação com as outras regiões brasileiras já apresentava



um processo acelerado, enquanto que o restante ainda estava em uma fase recente. Os efeitos dessa nova dinâmica chegaram a região Nordeste do Brasil nas últimas décadas do século XX, e em Sergipe passou a ser introduzida por volta dos anos 1960, objetivando inserir não só Sergipe mais todos os outros estados do Nordeste na lógica produtiva do capitalismo mundializado.

Em relação à concentração de terras em Sergipe, apesar de ser o menor estado do país, está em 13º lugar com a maior concentração de terras, segundo dados do IBGE (2006), contribuindo deste modo para intensificação das desigualdades sociais no campo e o acirramento dos movimentos sociais pôr a luta pela terra, como declara Filho (2008, p. 52):

Esse cenário de grave desigualdade na estrutura fundiária, a improdutividade da maioria das grandes propriedades, associado aos projetos públicos e privados de modernização da agricultura, apresentam-se como as causas da expulsão, da expropriação e da exclusão no/do campo. Na contramão deste processo, o campesinato tem se organizado e resistido mediante diferentes formas de luta. Desde meados da década de 1970, a ocupação de terras tem sido a principal forma de criação e recriação do campesinato em Sergipe.

Assim, nota-se que além de grande parte da estrutura fundiária está sob o domínio de poucos, a dita modernização técnica no campo é um processo que atende os interesses dessas minorias, selecionando e beneficiando determinado produto e produtores de acordo com os padrões capitalistas de produção. Portanto nota-se que o espaço agrário brasileiro se organiza de forma complexa e predominantemente desigual ampliando as disparidades sócias existentes, como observa Campos (2001, p. 109):



[...] o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação de capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais.

Dessa maneira o objetivo central desse artigo é analisar a concentração de terras no município de Carira/SE entre os anos de 1985, 1995/96 e 2006 por meio das técnicas da Curva de Lorenz e do Índice de Gini e a recente expansão da monoculturalização do milho no município, possibilitando reflexões acerca das mudanças que perpassam não só o espaço agrário de Carira mais de todo o Brasil. Porquanto como procedimentos metodológicos foram utilizadas as técnicas já citadas, levantamentos bibliográficos, coletas de dados e estudos exploratórios sobre a temática para construção do presente artigo.

CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E MONOCULTURA

Para compreender a expansão da produção e grãos, em especial do milho é necessário entender o processo de produção do espaço e o avanço do capital no campo, atrelados a alta concentração de terras em todo o país, em Sergipe não é diferente, e que ao aumentar a produção do agronegócio, também aumenta a concentração de terras e as desigualdades, tanto no campo como na cidade.



A expansão da produção de milho em Sergipe obteve força e importância nas últimas décadas do século XXI, para se ter uma ideia de acordo com análises dos dados disponibilizados pelo IBGE (2010) a produção de milho no estado em 2010 alcançou 1 milhão de toneladas enquanto que no ano 2000 não atingia nem 100 mil toneladas.

Dentre os motivos que contribuíram para essa expansão foi a participação do Estado na organização e espacialização do capital financeiro não só em Sergipe mais em todo o campo brasileiro, incorporando mudanças nas relações sociais na estrutura produtiva e espacial agrária, como afirma Conceição (2011, p.3) “[...] com o avanço da financeirização da economia, via o compromisso da dívida externa, o Estado assumiu o papel de gestor e promotor de políticas agrícolas inscrevendo novas formas de expansão capitalista”. Reforçando e intensificando ainda mais as desigualdades sociais e econômicas no campo.

O Município de Carira encontra-se localizado no sertão sergipano na região oeste, limitando-se ao norte com o município de Nossa Senhora da Glória, ao sul com Frei Paulo e Pinhão, a leste com Nossa Senhora Aparecida e ao oeste com o estado da Bahia. O clima é o tropical semiárido com regime de chuvas irregulares tendo como vegetação típica a caatinga. A população do município segundo dados do IBGE em 2016 era de aproximadamente 21.665 habitantes em uma área de 634,6 km².

No início do século XX a principal cultura produzida nas terras de Carira era o algodão chegando a ter 6 fábricas de descaroçar o produto, o período foi até chamado de época do ouro branco, no entanto, com o tempo a atividade econômica foi sofrendo queda por alguns fatores, como a praga do bicudo e a crise do mercado externo, proporcionando destaque para a pecuária extensiva entre as últimas décadas do século. Além da pecuária outras atividades também eram praticadas



principalmente pelos camponeses, como destaca Cunha (2015, p. 29):

O milho era cultivado consociado ao feijão, à mandioca e ao amendoim, garantindo as bases alimentares de subsistência familiar e a oferta de alimentos nos mercados locais. Após os anos 1980, começou a ganhar destaque entre esses cultivos, pois era um cereal que abastecia as necessidades da família, presente nos principais pratos da culinária. Importante também na alimentação do gado de corte e leiteiro, sendo aproveitada tanto a palha quanto o grão para a ração animal.

Dessa forma com a inserção do agronegócio no campo carirense, não só alterou a dinâmica da produção, mas a paisagem rural vem tornando-se homogeneia com o milho. O grão ganhou destaque, pois serve não só para o consumo humano, como também para o mercado da avicultura, dos bovinos e suínos sendo utilizado como o próprio cereal, ou como componente de rações; e devido garantir sua conservação é estocado por meio de silos e rolão, nos períodos de estiagem quando há necessidade do grão.

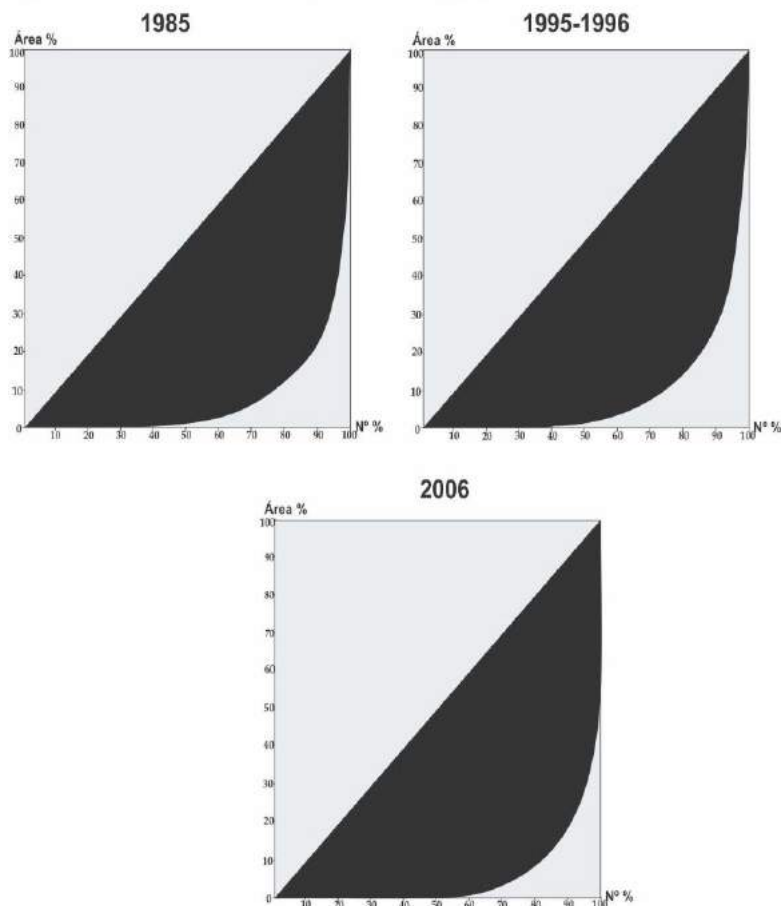
Fator fundamental para a consolidação da monocultura do milho em Carira é o incentivo do Estado, agente provedor da expansão capitalista no campo e da dita modernização técnica que através de diferentes programas de crédito para o campo, visa o desenvolvimento e consolidação do agronegócio.

Considera-se ainda que a expansão do milho em Carira está associada ao pacote tecnológico inserido na lógica produtiva do modelo de desenvolvimento agrícola, agrotóxicos e sementes transgênicos além das máquinas agrícolas, que permite o crescimento e a expansão da produção. Essa alta produtividade apesar de transformar Carira em um dos



maiores produtores de milho do estado, traz consigo consequências socioambientais negativas, como o uso desenfreado e indiscriminado dos venenos, a compactação do solo pelo uso intensivo do maquinário, além de promover ou ampliar a concentração de terras no município.

Figura 01: Curva de Lorenz do município de Carira-Sergipe, 2018.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico para os anos de 1985, 1995-1996 e 2006
Organização: José Hunaldo Lima



Para compreender a permanência e ampliação da concentração de terras em Carira, se utilizou da Curva de Lorenz, com base em DINIZ (1982). Foram elaboradas curvas para os anos de coletas de dados dos censos agropecuários para os anos de 1985, 1995-1996 e o de 2006, como se observa na figura anterior.

Ao analisar a curva de Lorenz figura 1, é preciso levar em consideração que quanto mais próxima do centro a curva ficar menor será a concentração, e quanto mais próxima das extremidades (100% tanto na horizontal, como vertical), maior é a concentração.

No primeiro gráfico, que se refere ao ano de 1985, a curva está próxima da extremidade, o que caracteriza uma considerável concentração de terras, ou seja, existia um elevado número de propriedades que com tamanhos reduzido, e um pequeno número de propriedades que concentra grande parte das terras de Carira, já no período 1995-1996, se observa um pequeno afastamento da curva indo em direção ao centro, ou seja, correu uma menor concentração de terras, através da fragmentação, os pequenos proprietários, por vez, sem condições de adquirir propriedades, divide com os filhos que se casam e recebem parcela da propriedade como herança, por vez, no gráfico fica nítido que em 2006, a curvatura se alonga em direção a extremidade, o que caracteriza, como aumento da concentração de terra, fator que corroborado, a partir da inserção do milho como fonte monocultura do agronegócio. Os grandes proprietários passam a investir cada vez mais não somente no pacote tecnológico, milho transgênico, mais também na aquisição de terras.

Para evidenciar tais considerações foram calculados os índices de Gini dos anos analisados, com base em Diniz (1982), o Índice de Gini apresenta uma variação de 0 a 1, sendo que 0 representa a distribuição igualitária, ou seja, todos



têm o mesmo tamanho de propriedade, por vez o valor 1 apresenta a concentração máxima, é quando um único proprietário tem todas as terras e o restante não possui nenhuma.

Tabela 01: Índice de GINI para o município de Carira - Sergipe, 2018.

Índice de Gini	1985	95-96	2006
Carira	0,83	0,81	0,85

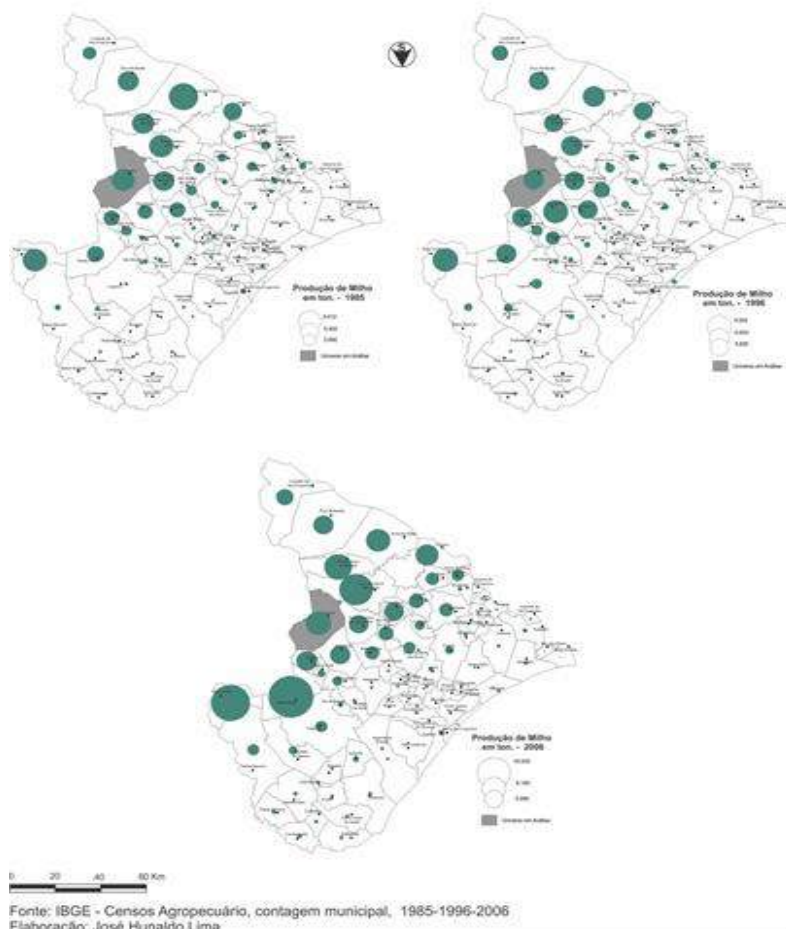
Fonte: Censos agropecuários para os anos de 85, 95-96 e 2006.

Na tabela fica evidente o aumento da concentração de terras, como demonstrado da Curva de Lorenz, com alta concentração da década de 80, uma pequena diminuição na década seguinte e retorno do aumento da concentração na década de 2000, década esta que se caracteriza com o aumento da produção de milho, nas grandes propriedades e com objetivo de expansão do agronegócio na região, agora o milho deixa de ser plantado somente pelo camponês, para o consumo, venda do excedente e constituição do composto alimentar do gado, para ser prioritariamente produzido em grandes propriedades com destino a agroindústria, a exemplo da Maratá, no município de Lagarto e venda também para as principais granjas de Sergipe e dos estados vizinhos.

Para compreender a inter-relação do aumento da concentração de terras em Carira, com a expansão da produção de milho, foi elaborada a prancha 01, que apresenta a produção de milho dos anos que compreende a análise da estrutura fundiária, que coloca o município de Carira entre os principais de Sergipe.



Prancha 01: Produção de milho, 1985-1996-2006, Estado de Sergipe, 2018.



Na prancha 01, se observa que os municípios de maior produção de milho de Sergipe se encontram no Oeste do estado, em municípios limítrofes da Bahia, que historicamente se caracterizam pela elevada quantidade do rebanho bovino, com considerável concentração de terras, com clima de estações secas bem definidas, no máximo 4 meses de chuva,



que favorece o desenvolvimento de plantas de ciclo curto, a exemplo do milho.

No mapa, é possível identificar que a produção de milho em Carira, sofre um maior crescimento no interstício de 1995-1996 para 2006, obtendo o considerável crescimento, já no interstício de 1985 para 1995-1996, o crescimento é praticamente imperceptível. Neste caso se observa que o crescimento da produção de milho em Carira tem certa ligação com o aumento da concentração de terras, a partir da inserção do agronegócio na região, com tendência ao aumento exponencial da produção de milho nos últimos anos, o que também poderá contribuir com o aumento da concentração de terras não somente no município, como também em toda a região afetada pelo avanço do agronegócio do milho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da Curva de Lorenz e do Índice de Gini constatou-se uma forte concentração de terras no espaço agrário de Carira e a permanência desse quadro, devido a introdução do agronegócio no campo, modelo de produção que necessita primordialmente de grandes extensões de terras para seu desenvolvimento econômico, como também o uso de insumos para obtenção da produção acelerada juntamente com a expansão do monocultivo do milho nos últimos anos, situação esta, que poderá se intensificar e dar continuidade a posse desigual da terra.

Portanto compreende-se que o avanço do agronegócio em Carira mostra-se cada vez mais excludente e concentrador visto que a estrutura fundiária permanece intocável e os problemas sociais só aumentam, pois a dita modernização técnica está totalmente voltada a atender a reprodução do capital que impõe novas dinâmicas produtivas, contribuindo



para a subordinação e expropriação do camponês no campo e o conseqüente desequilíbrio da biodiversidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao PET - Programa de Educação Tutorial, PET de Geografia do Campus Professor Alberto Carvalho, em Itabaiana, pelo apoio que possibilitou a elaboração deste artigo, sem o Programa não seria possível desenvolver tal trabalho.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: Clasco/Outras Expressões, 2011. cap. IV: A territorialização do Agronegócio no Brasil, p. 101-132.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a farsa da expansão do Agronegócio. **MERIDIANO - Revista de Geografia**, número 2, 2013 - versão digital. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/>. Acesso em: 10 de março de 2017.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A expansão do Agronegócio no campo de Sergipe. **Revista Geonordeste**, n 2, 2011.

CUNHA, Jacksilene Santana. **O Agronegócio do Milho Transgênico no Oeste Sergipano**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**: São Paulo: Difel, 1982



FILHO, Eraldo da Silva Ramos. **Questão agrária atual:** Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006). 2008. 429 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente- SP.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul. /dez. 2003.

OLIVEIRA, Narciso Lima de. **Modernização da Agricultura e Alterações Socioambientais no Município de Carira/SE sob a Lógica de Reprodução Ampliada do Capital.** 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE.



TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS EM SERGIPE: LUTA POR TERRA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

José Augusto Menezes dos Santos¹

Universidade Federal de Sergipe; Laboratório de Estudos
Territoriais (LATER); Mestrando em Geografia
(PPGEO/UFS); Professor de Educação Básica (SEED/SE).

E mail: augustoptsocorrose@yahoo.com.br

Josefa Lisboa Santos²

Universidade Federal de Sergipe; Professora Doutora do
Departamento de Geografia (DGEI/Campus Itabaiana) e do
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS);
líder do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e
Produção do Espaço (PROGEO) e Laboratório de Estudos
Territoriais (LATER).

E mail: josefalisboa@uol.com.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar o processo de espacialização da luta dos remanescentes quilombolas em Sergipe e os desafios para reconhecimento dos territórios. Os remanescentes de quilombo constituem-se grupos étnico-raciais definidos pelo requisito da declaração dos próprios sujeitos e estabelecem relações territoriais próprias. A CF de 1988, nas suas Disposições Transitórias reconheceu o direito da propriedade definitiva das terras para os remanescentes dos quilombos que estivessem ocupando suas terras, cabendo ao Estado, a emissão dos respectivos títulos. Entretanto, foi somente em 2003 que o Decreto 4.887 regulamentou a identificação à titulação das terras. No quadro atual das relações capitalistas, as relações políticas pautadas pelos interesses dos grupos detentores de terras no Brasil,



ameaçam esse direito expondo um cenário de intensificação da luta com repercussões no acirramento da violência no campo. No estado de Sergipe existem 30 processos por titulação em andamento e 4 territórios titulados, das 170 comunidades tituladas no país. São elas: Lagoa dos Campinhos e Mocambo, no município de Porto da Folha, Serra da Guia, em Poço Redondo, e Pirangi, em Capela. Nessa pesquisa, a partir do olhar para o movimento da história e para as contradições dos processos de formação territorial e luta por terras em Sergipe, buscaremos explicar e elucidar os desafios enfrentados pelas comunidades, Mussuca e Brejão dos Negros, respectivamente nos municípios de Laranjeiras e Brejo Grande, para o reconhecimento e formação dos territórios de quilombos, à luz da legislação vigente, dos embates e relações de poder e da organização dos grupos interessados.

Palavras-chave: Produção do espaço; Território quilombola; Luta pela terra.

INTRODUÇÃO

Na formação dos territórios, temos três dimensões: Na primeira dimensão, o território é apresentado como uma construção bélica – militar; Na segunda dimensão, o território é colocado como uma construção jurídica e por último a terceira dimensão onde o território é apresentado como uma construção ideológica. Nesse sentido, a formação territorial envolve essas três dimensões, embora não necessariamente nessa sequência. Há casos de territórios, nos quais existia primeiramente um pleito ideológico, depois se fez a conquista militar, em seguida inicia-se o processo de legalização jurídica. Todavia percebe-se que há casos como, o de Israel, em que primeiramente se fez a legalização política e depois a efetivação da conquista militar. Assim como há casos em que a dimensão ideológica vem antes desse processo. Existem casos em que o



processo de ocupação do território acontece da seguinte forma; inicialmente ocorre primeiro a conquista e em seguida se impõe um processo ideológico de afirmação da nova identidade territorial, ou seja, nesse caso a conquista é efetivada primeiro e, posteriormente ocorre o processo ideológico. A análise dessas três dimensões da formação territorial é de grande importância para podermos entender o processo histórico de constituição e formação do território e seus diferentes aspectos.

Para entender a formação de uma sociedade numa perspectiva histórica, econômica, cultural e política, é preciso partir do estudo da sua formação territorial e, sobretudo analisar criticamente o processo em que se deu a formação do espaço agrário. No caso do Brasil, partindo da leitura do período da colonização, que se inicia no século XVI, inicialmente com a extração do pau-brasil e posteriormente, ainda na primeira metade do século XVI com a introdução e exploração da cana-de-açúcar. Para compreender a formação do espaço agrário brasileiro, temos a necessidade de buscar estudar e pesquisar o que está se passando na Europa naquele contexto, e, por outro lado, fazer uma comparação com a forma como se deu a acumulação primitiva do capital na América Latina.

A ideia central que se tem é que essa história territorial é reveladora de componentes centrais na formação de países de passado colonial no continente americano. Ao fazer um estudo dos países de formação colonial, percebe-se que essa dimensão espacial obtém um peso maior e mais significativo por uma razão simples: a colonização é em si mesma uma relação sociedade-espaço. Logo, é colocado algumas questões que podem contribuir para o entendimento da obra do processo de colonização do Continente Americano e, sobretudo no caso da Colonização do Brasil. Portanto é



importante indagar as seguintes questões à cerca da Colonização:

Na verdade, o que é colonização? Colonização é a relação entre uma sociedade que se expande e os lugares onde ocorre essa expansão. A colonização em si é conquista territorial. Ninguém fala em colonizar seu próprio espaço. Na verdade, a colonização diz respeito a uma adição de território ao seu patrimônio territorial (Moraes, 2001).

Na situação colonial o que se observa é que naquele período é perceptível a partir de uma análise mais minuciosa perceber que se apresenta uma relação intrínseca entre a sociedade e o espaço. Nesse sentido fica evidente que, o que interessa para o colonizador é a conquista do espaço. Todavia, a colônia pode ser entendida como a verdadeira efetivação da conquista do território para atender os interesses políticos e econômicos da metrópole.

De imediato, isso traz uma indicação metodológica, do ponto de vista histórico, muito importante, que é a inadequação total para se tentar trabalhar a questão colonial em termos de uma oposição interno-externo. A colônia é a internalização do agente externo. Percebe-se que os interesses internos da colônia “Brasil” estão atrelado aos interesses externos da metrópole Portugal. Portanto a colônia é a consolidação desse domínio territorial, a apropriação das terras, a submissão das populações defrontadas e também a exploração dos recursos presentes no território colonial. A expressão que sintetiza tudo isso é a noção de conquista, que traz inclusive o traço de violência comum em todo processo colonial (MORAES, 2001).

A colonização é o processo de criação de uma estrutura nas terras que são incorporadas ao patrimônio da sociedade, na expansão territorial de forma articulada com os interesses da metrópole que é o centro de difusão da política de expansão colonial. De onde parte toda a lógica de organização desse



novo empreendimento da política de expansão que é o empreendimento da colônia, como extensão da política da metrópole colonial, ou seja, a existência da colônia deve estar atrelada aos interesses, político e econômico da metrópole. Nesse sentido, o empreendimento colonial deve servir aos interesses; políticos, sociais e econômicos da Metrópole.

Segundo Moraes (2005) a colônia corresponde a existência de uma metrópole, que atua como núcleo irradiador do dinamismo que impulsiona a própria consolidação da colônia e o avanço do movimento colonizador. Portanto, as novas estruturas criadas no solo colonial devem responder funcionalmente aos interesses da metrópole, aos quais estão subordinadas. A colônia deve ser um anexo territorial do território metropolitano, uma adição de espaço à economia do país colonizador.

Na análise realizada por Ruy Moreira, na sua obra 'Formação do espaço agrário brasileiro, publicada em 1990 a acumulação primitiva do capital se realiza, na passagem do século XIX para o XX, onde, a cartografia já difere do que era o espaço brasileiro de apenas um século atrás. O mapa desse momento de crise do antigo regime e emergência do novo mostra um arranjo espacial de manchas agrárias mais densas e com poucos claros. Mais que isso, um arranjo de manchas agrárias organizadas num novo eixo cidade - campo.

A nova configuração que as relações agrárias vão adquirindo e radica-se em pelo menos quatro aspectos essenciais:

- 1- O trabalho escravo se metamorfoseia numa diversidade horizontal de camponeses;
- 2- A divisão de trabalho interna surge na forma tripartite da monocultura, policultura e indústria;
- 3- A classe senhorial se 'moleculariza' territorialmente para se transformar nas oligarquias rurais regionais;



4- A relação cidade – campo radicaliza a reorientação que submete o campo à cidade.

Compreender esses aspectos na sua forma dialética torna-se uma tarefa desafiadora, que aponta para a possibilidade de se analisar e compreender como se deu o processo de formação do espaço agrário no Brasil, assim como as relações que aqui foram desencadeadas no passado colonial e analisar se houve uma relação com a formação do campesinato e da elite agrária e sua relação com o processo da acumulação primitiva do capital. Contudo é importante estudar e buscar compreender o processo de formação da acumulação primitiva do capital no Brasil: Logo, o estudo sobre o século XIX e, sobretudo a transição do século XIX para século XX, buscando compreender nesse processo de transição, como se deu o processo de acumulação primitiva do capital no Brasil é fundamental para possibilitar uma melhor compreensão dos acontecimentos desse período histórico. O século XIX apresenta-se como um período muito fecundo, para realização de estudos e pesquisas que demonstre como se deu o processo de acumulação primitiva do capital. Cada aspecto deve ser estudado de forma criteriosa, identificando suas características, peculiaridades e as relações que são estabelecidas entre os diferentes aspectos; por exemplo, analisar a formação do campesinato, a criação e efetivação da Lei de Terras de 1850 e sua relação com o mercado de terras, a abolição do tráfico de escravos, o papel do Estado e sobretudo buscar compreender como se dar a relação entre esses aspectos e acontecimentos no decorrer do século XIX. Nesse sentido é importante analisa-los de forma dialética.

Um aspecto importante à ser analisado são: Relações de trocas e controle do campesinato: a fase inicial da acumulação primitiva.

É sobre essa base ‘molecularizada’ do arranjo espacial, determinada pelo nascimento do campesinato e pela



regionalização do poder da aristocracia rural, que se instaura a acumulação primitiva do capital com a qual a nova ordem capitalista vai se desenvolvendo. No ano de 1850 ocorre a regulação formal do mercado de trabalho e de terras no Brasil. Nesse período o capitalismo aparece nessa nova organização espacial timidamente, sob formas ainda entranhadamente senhoriais e rurais de relação de trabalho. Seus traços mais claros aparecem em 1850, com os decretos que estabelecem por antecipação as regras do mercado de trabalho e de terras. A desagregação do escravismo conduz à valorização da terra, uma vez que com a crise escravocrata a fonte do poder senhorial desloca-se do controle dos escravos para o controle da terra. Por isso, a classe senhorial, por intermédio do Estado, procura regular juridicamente esta dupla metamorfose em curso: a do mercado do trabalho e a do mercado da terra. Em 1850, o Estado Imperial proclama juridicamente o estabelecimento de duas das três instituições (a terceira é o mercado do dinheiro) que marcam o nascimento do mercado capitalista: o surgimento do mercado de força de trabalho surge através do decreto da abolição do tráfico de escravos, e o mercado de terras, através da lei de terras, que substituiu a Lei de Sesmarias.

A abolição oficial do tráfico de escravos, e o surgimento do mercado de terras no mesmo ano não pode ser entendida como uma mera coincidência como se não tivessem relação entre ambos os acontecimentos. É importante perceber que uma lei vem para regular a outra. Num anúncio público do fim do acesso à terra por meio de concessões pelo Estado, a Lei de Terras de 1850, estabelece o mercado como a regra do caminho. Logo só podem se adquirir a terra mediante a compra. Por conseguinte, só a quem pode comprar. Fica ela assim franqueada. Portanto, Excluindo-se desse acesso quem não tem recursos, o que quer dizer a quase totalidade da população. Dessa forma, embora seja um instrumento de



regulação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combina com a lei da regulação do mercado de trabalho, uma vez que exclui automaticamente do acesso à terra a quase totalidade da população colonial, à qual só resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários, vendendo a sua força de trabalho. Nesse sentido a um só tempo, a Lei de Terras, serve para dois objetivos que são: a preservação do latifúndio e a organização da nova relação de trabalho.

Outro aspecto importante para ser analisado é o nascimento do campesinato e sua relação com a agroexportação.

A Lei de Terras e sua irmã siamesa - a lei da abolição do tráfico de escravos- são o anúncio do nascimento do campesinato. E esse fato é o aspecto essencial da relação de trabalho do regime social. Todavia, em face da Lei de Terras, este campesinato já nasce sob absoluto controle da classe senhorial, que, por intermédio dele, preserva a agroexportação como base econômica da sociedade burguesa e garante para si o poder de organizá-la com fins de sua própria transformação em burguesia agrária (Moreira, 1990).

É o desdobramento dessa dupla metamorfose da classe, a senhorial e a dos escravos, embora o capital mercantil e o trabalho camponês não sejam respectivamente os substitutos diretos da classe dos senhores e dos escravos, um traço característico do processo que leva a ordem capitalista ao seu desabrochamento: a acumulação primitiva. E é a ação de optar pela metamorfose das relações agrárias. No lugar da ruptura estrutural, o traço que faz o processo da acumulação primitiva no Brasil uma forma de desenvolvimento capitalista semelhante à via prussiana.

A forma social do campesinato em surgimento tem uma nítida relação com a espacialidade diferencial herdada do colonial - escravismo. Isto é, com o modo com que no interior de cada espaço da formação colonial e a metamorfose do



escravismo desemboca no processo da acumulação primitiva. Por isso, três modalidades podem ser encontradas: a do campesinato que combina em si a condição de reprodução do trabalhador assalariado e camponês, com o morador, o colono e o seringueiro; a do campesinato familiar autônomo, como o das colônias de imigrantes instaladas no planalto meridional; e a do campesinato de “fronteira”, como o posseiro que desde os tempos iniciais da economia colonial se localiza nas áreas da linha de frente do espaço ocupado para dedicar-se a uma policultura livre.

Considerando o processo de reprodução camponesa e o sistema de trocas, Ruy Moreira afirma que:

É controlando a reprodução do trabalho desse campesinato que o capital mercantil extrai o excedente e realiza a acumulação primitiva, mediando a metamorfose burguesa da classe senhorial. A forma desse controle é mercantil, diferenciando-se especialmente no sistema de barracão, predominante na maior parte do território nacional, e no sistema mercantil simples, nas colônias de imigrantes do planalto meridional (Moreira, 1990).

DESENVOLVIMENTO

Os quilombos não foram formados apenas no período da escravatura no Brasil. Mesmo depois da abolição da escravidão novos quilombos se constituíram. Isso ficou provado por estudos e pesquisas ocorridas na segunda metade do século passado, num momento caracterizado pela descolonização do continente africano e pelo debate sobre a identidade nacional, no qual vários historiadores mostraram as experiências de organização quilombola sob uma nova perspectiva, ou seja, não só como recurso útil para a sobrevivência física e cultural dos quilombolas, mas principalmente como instrumento de preservação da dignidade



dos descendentes africanos traficados para o Brasil, que lutavam para conquistar o direito à liberdade e conviver de acordo com a sua cultura tradicional (SEPPPIR, 2004).

As comunidades quilombolas, mesmo sendo ignoradas e perseguidas neste processo, constituíram-se numa rica dinâmica de “diálogo cultural”, de afirmação da identidade, de resistência étnica, de luta pela terra, de relacionamento peculiar com a natureza, que os remete à compreensão de sua pertença à terra, de solidariedade interétnica, de sua ancestralidade e de todos os valores civilizatórios ligados à África e preservados mediante séculos de tradição (PASSOS, 2007).

Os quilombos continuam sendo sociedades livres, igualitárias, justas, soberanas em busca de felicidade. Eram sociedades político-militares, que nasceram de movimentos de insurreições, levantes, revoltas armadas, proclamando a queda do sistema escravocrata. Frequentemente aqueles movimentos tomavam a forma de quilombos à semelhança de Palmares. Os quilombos existiram em muitos pontos do país em decorrência das lutas ocorridas em diferentes lugares onde houvesse negação de liberdade, dominação, desrespeito a direitos, acrescidas de preconceitos, desigualdades e racismo (SIQUEIRA, 1995, p.3).

Atualmente a ligação dessas comunidades com o passado não se dá pelo isolamento geográfico e nem pela homogeneidade física e biológica de seus habitantes, mas pela manutenção de práticas de resistência e reprodução de seu modo de vida em um local determinado. Sendo assim, a principal característica que aproxima a dimensão do quilombo do período colonial às formas de organização dos quilombos contemporâneos está “nas práticas econômicas desenvolvidas, cujos modelos produtivos agrícolas estabelecem uma necessária integração à microeconomia local, com vistas à consolidação de um uso comum da terra” (SEPPPIR, 2004).



As comunidades de remanescentes de quilombos ainda não são, em muitos casos, conhecidas, divulgadas e valorizadas. Muitas delas ainda vivem às margens da sociedade brasileira, construída a partir do trabalho dos seus ancestrais (CÂNTIA; BOLONI, 2004). Mesmo que no imaginário popular seja comum a associação dos quilombos a algo apenas ligado ao passado, e que teria desaparecido com o fim do regime da escravidão. Mas, essas comunidades quilombolas existem em grande número e se fazem representadas praticamente em todo o território brasileiro.

A questão fundiária deve ser lavada em consideração, pois a terra é de extrema importância para a continuidade do grupo e condição exclusiva para sua existência. O território não estaria restrito ao espaço geográfico, abarcando objetos, atitudes e relacionamentos, ou seja, tudo o que efetivamente lhe diz respeito (SEPPPIR, 2004). Desta forma:

Territórios e identidades estão inteiramente relacionados enquanto um estilo de vida, uma forma de viver, fazer e sentir o mundo. Um espaço social próprio específico, com formas singulares de transmissão de bens materiais e imateriais para a comunidade. Bens esses que transformarão no legado de uma memória coletiva, um patrimônio simbólico do grupo (SEPPPIR, 2004, p. 11).

Outra dimensão é incorporada na questão fundiária, pois enquanto a terra é uma necessidade econômica e social, o território, enquanto espaço geográfico e cultural de uso coletivo, é uma necessidade cultural e política, ligado ao direito de autodeterminação. A terra é uma necessidade econômica e social (SEPPPIR, 2004).

As comunidades remanescentes de quilombo se caracterizam em sua maioria pelo grande vínculo com o meio que ocupam, observando-se grande grau de preservação da biodiversidade. Elas sobrevivem da agricultura de subsistência, baseada na mão-de-obra familiar, assegurando os produtos



básicos para o consumo. Para completar a renda, são criados animais de pequeno porte, como, galinhas, porcos, patos e cabritos (VICENTE, 2004). Para Nascimento (1980, apud Siqueira, 1995), a memória dos afro-brasileiros não se inicia com o tráfico de escravos africanos para o Brasil, pois eles já trouxeram consigo saberes englobando as diversas áreas do conhecimento (culturas, religiões, línguas artes, ciências, tecnologias, etc.).

A presença quilombola é “estranha e ameaçadora pelo olhar oficial e ideológico que inventa e faz desaparecer o outro”: O quilombola é uma presença marcante na história brasileira, mas, ao mesmo tempo, “inviabilizado pelo medo” desta mesma sociedade (PASSOS, 2007, p. 5). Essas comunidades ficaram à margem do processo de modernização durante mais de um século de república. Frutos do processo de “negação do Brasil” viveram ameaçadas e desrespeitadas em suas expressões culturais e sem acesso à titulação de suas terras.

Atualmente existem várias ameaças vivenciadas por essas comunidades, sendo as principais: a falta de titulação, pois sem isto não há como as comunidades quilombolas garantirem o domínio e a posse da terra, assegurando, desse modo, alternativas viáveis para sua sobrevivência com dignidade, recuperando e renovando sua cultura; a falta de reconhecimento dos direitos das populações tradicionais na legislação ambiental, o que, muitas vezes, favorece tensões e conflitos nas áreas e, frequentemente, inviabiliza sua permanência na terra; e a educação, que apresenta várias deficiências, sendo que muitas das escolas em funcionamento nas comunidades de remanescentes de quilombos não têm a manutenção garantida e nem valorizam a cultura local (SEPPPIR, 2004).

Um número muito grande de quilombos no Brasil vive em situações consideradas alarmantes e, em muitos casos,



estão localizados em lugares afastados e sem condições necessárias para desenvolver uma agricultura de maior qualidade. Falta documentação para obter financiamentos, empréstimos e subsídios para sua produção, mesmo com estes fatos denunciados e atestados por organismos internacionais ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Isso tem, de certa forma, servido como pressão, nos últimos anos, para que o governo brasileiro adote medidas mínimas de atenção política a essas comunidades (PASSOS, 2007).

As 100 famílias de negros do quilombo Mocambo em Sergipe estão em litígio com fazendeiros da região. Os Kalunga em Goiás, espalhados em áreas dos municípios de Cavalcanti, Terezinha de Goiás e Monte Alegre, enfrentam pressão de Furnas, que inundará cerca de 50% das terras onde estão as roças dessas comunidades, para encher o lago da hidrelétrica que está sendo construída. Até pouco tempo atrás, só era possível chegar aos núcleos onde vivem os Kalungas de Goiás por meio de uma longa viagem em lombo de burro por caminhos difíceis, ao longo de um terreno acidentado. Algumas pessoas idosas nunca deixaram o antigo quilombo para conhecer a cidade. Porém, a população jovem já começa a se interessar pelo mundo fora do núcleo (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009).

Mesmo o processo de aquilombamento ocorrendo em todo o território brasileiro, as comunidades que descendem dos quilombolas ficaram esquecidas Por vários anos, ficando igualmente esquecidas suas lutas para manter seu rico patrimônio histórico e cultural. Estas comunidades vêm enfrentando inúmeros problemas ao longo dos anos. Além da falta de coleta de lixo, de esgoto, de escolas e inexistência de ações públicas que visem à geração de renda e emprego, estas comunidades se defrontam com outros problemas relacionados à manutenção de seus territórios: ações de



grileiros, construções de hidrelétricas que alagam suas terras e até mesmo demora no processo de regularização.

Estas comunidades por muitas vezes são discriminadas e marginalizadas por segmentos refratários da sociedade e pela mídia. As áreas dessas comunidades mesmo sendo reconhecidas a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, somente 15 anos depois foram instituídas as formas legais de regularização dos procedimentos administrativos para a identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos no Brasil. Este processo de reconhecimento dos territórios quilombolas é um meio de saldar parte do débito social da sociedade e do Estado para com a população negra. Portanto, mesmo sendo garantido, no processo de titulação e reconhecimento, que os quilombolas receberão tratamento preferencial, assistência técnica e linhas de financiamento, para realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura, esta garantia na prática não é confirmada, pois o que vemos, ainda, é o descaso com as comunidades em relação aos bens mínimos para sua sobrevivência.

A COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA

Laranjeiras, município que o povoado Mussuca pertence, possui a população estimada em 2015 de 29.130 pessoas, reunidas em área territorial de 162.280 quilômetro quadrado, segundo o IBGE. O município tem o Índice de Desenvolvimento Humano em 2012 de 0,642.

O Quilombo da Mussuca, ainda não adquiriu a titulação de suas terras, certificada de acordo com o livro cadastral L05-RG465-FL73, em 20 de janeiro de 2006-processo n.º 01420.003078-2005-11.

A Mussuca está localizada no Leste Sergipano na Região do Vale Cotinguiba, cidade de Laranjeiras. Este



povoado surge “durante o processo de colonização, mais precisamente no século XVIII” em que foi construída uma das igrejas mais antigas da cidade de Laranjeiras nas proximidades do Engenho Ilha, que fica na própria comunidade em uma área particular.

Lugar de fácil acesso pela BR 101, principal eixo viário de Sergipe, distante 19 km de Aracaju, capital do Estado. De altos e baixos, com relevo de tabuleiros, com diferenças e composições de morros encaixados em vertentes. Sua população, segundo dados da secretaria de saúde é de aproximadamente 3.043 habitantes, sendo que a maior parte da população se auto define como negros, a qual possui um grau de parentesco muito forte. Por isso, sempre esteve ligada à presença de mão de obra escrava e à cultura canavieira até os dias atuais. As condições geoambientais foram fatores importantes para o cultivo da cana de açúcar: o clima chuvoso e o solo forte de massapé.

A economia local está baseada na pesca, na agricultura, extração de minérios, nos setores públicos como: prefeitura, nas grandes empresas, onde a oferta de empregos são bem maiores. A falta de uma sustentabilidade na comunidade faz com que a maior parte dos trabalhadores se desloque para a capital e cidades vizinhas e até mesmo para outros estados em busca de oportunidades de empregos. A Mussuca dispõe de duas escolas públicas, uma estadual e uma municipal, possui rede telefônica e rede elétrica, posto de saúde, cemitério, quadra de esporte, academia, água potável sem tratamento, ruas pavimentadas, campo de futebol, igrejas evangélicas e uma igreja católica, associações comunitárias, e de pescadores, entre outras. Telecentro-digital, centros de umbandas, uma creche que não funciona e comércios locais. Portanto, foi através do seu autoreconhecimento de Comunidade Quilombola, que passou a receber benefícios do Governo Federal, como cestas básicas, conjunto habitacional, entre outros.



Em 2005 dirigentes de Associações, se reuniram para o primeiro Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas em Aracajú Sergipe para discutir sobre o processo de reconhecimento das comunidades. Após o encontro, os participantes ficariam responsáveis de transmitir esse conhecimento e de esclarecer a população local sobre sua importância.

A Mussuca é considerada até então, uma das Comunidades Quilombolas mais importantes do Estado de Sergipe, definida por sua identidade própria, além das manifestações culturais que resgatam o seu passado não apenas por suas origens históricas, mas também por sua rica importância cultural. Dessa maneira, suas manifestações culturais estão sempre presentes no seu dia-a-dia. Há exemplo da dança do Grupo São Gonçalo do Amarante, conhecido nacionalmente como grupo pagador de promessa que contempla o Santo São Gonçalo com suas cantorias. Este grupo é composto por homens com trajes de mulheres e uma mariposa, a qual carrega o Santo em sua barca acompanhado de seu violão. Além do Samba de Parelha que têm como referência histórica, Dona Nadi; festa completamente junina composta por homens e mulheres responsáveis por tocar os instrumentos e as mulheres para dançar. Há também o Samba de Coco de Dona Maria e o Reisado também conduzido por Dona Nadi. Assim como o grupo de Teatro Amigos da Cultura Mussuquense que trabalha da cultura local e que é passada de geração em geração.

No município de Brejo Grande-Sergipe, localiza-se a Comunidade Quilombola de Brejão dos Negros, com uma área de 469 hectares. O imóvel rural foi doado recentemente para a comunidade quilombola e que consolida o processo de reintegração e acesso às terras para esta comunidade.

A conquista do imóvel rural denominado de fazenda Batateiras, foi entregue aos quilombolas, através de um



documento oficial de emissão de posse entregue pelo superintendente regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária-Incra/SE, Jorge Tadeu Jatobá, na praça do povoado. De acordo com Leonardo Góes, superintendente substituto do Incra, a propriedade está localizada bem no centro da área delimitada para a criação do território quilombola. Por isso, a sua posse representa um marco no processo de retomada das terras pela comunidade.

Após vistoria realizada em 2006, para fins de reforma agrária, foi constatada que a Fazenda Batateiras, classificada como improdutiva, integra um amplo estudo antropológico que identificou o local como parte da área a ser demarcada para a criação do território quilombola de Brejão dos Negros. Portanto, a fazenda que antes era objeto de disputa judicial e ocupação irregular será revertida para o desenvolvimento de ações produtivas pelas famílias quilombolas.

A comunidade quilombola de Brejão dos Negros foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2005 e hoje é formada por 410 famílias, que vivem em uma área abrangida por diversos povoados. Localizado na região da foz do rio São Francisco, o conjunto de terras que deverá compor o futuro território quilombola é considerado um dos principais focos de tensão agrária do estado de Sergipe. A tensão na região é ocasionada devido a ocupação por fazendeiros e grileiros, nas áreas que estão sendo identificadas pelo estudo antropológico, para a constituição do território.

O Incra/SE, em parceria com o Ministério Público Federal do Estado (MPF/SE), reiniciou os trabalhos de identificação e delimitação do território quilombola Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande (SE). O anúncio ocorreu nesta terça-feira (17/02/2009), durante reunião com representantes dos ministérios Públicos Federal e Estadual (MPE), da Polícia Federal, da Ouvidoria Agrária Regional, do Governo do Estado de Sergipe e da Cáritas Diocesana.



Também participaram membros da comunidade Quilombola Brejão dos Negros, da Prefeitura e da Câmara Municipal de Brejo Grande.

O trabalho do Incra/SE consiste na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID) e na conseqüente regularização de áreas pertencentes a comunidades tradicionais remanescentes de quilombos.

Para o superintendente do Incra/SE, Jorge Tadeu Jatobá, o objetivo do trabalho é beneficiar quem precisa de terras e, historicamente, faz jus ao território de Brejão dos Negros. “Nós iniciamos esse trabalho em Brejo Grande com a certeza de que ele ajudará a combater as desigualdades, fomentando mais justiça social na região”.

Segundo o procurador da República Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, além de fiscalizar e fazer cumprir a lei, a atuação do MPF referenda acordos nacionais e internacionais que objetivam reduzir as desigualdades sociais. “É uma missão constitucional do MP assegurar a defesa das comunidades tradicionais. Este trabalho, antes de ser uma obrigação, é uma questão de justiça social e de política pública”.

A elaboração do RTID é o primeiro passo para a regularização do território de Brejão dos Negros. As fases posteriores dependem de publicação de portaria do presidente do INCRA e de assinatura de decreto presidencial. Já a última fase do processo consiste na titulação do território quilombola. A comunidade quilombola de Brejão dos Negros tem hoje 277 famílias cadastradas no INCRA/SE. A principal atividade econômica dessa comunidade é o extrativismo de coco e mariscos, oriundos da área de manguezal da região.

O processo de demarcação das áreas quilombolas em Brejo Grande ainda não foi concluído. O INCRA, no entanto, prevê que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, que inclui estudo antropológico, seja finalizado o mais breve



possível. A comunidade está bastante ansiosa, mas é um relatório que tem que ser feito com bastante cuidado. Para alguns representantes do movimento quilombola local, o avanço no reconhecimento da área ajuda a apaziguar algumas tensões existentes entre os próprios habitantes dos povoados. O caminho até aí, entretanto foi longo.

A partir do momento em que o grupo começou a manifestar interesse pela identificação quilombola, com o apoio do padre Isaias Nascimento, hoje afastado da paróquia, surgiram focos de rejeição que cresceram com a ação de grupos que se identificam como proprietários de terras. “Eles diziam que as pessoas iam perder as casas, iam voltar a serem escravos” relatou Maria Izaltina Santos, presidente da Associação Santa Cruz, entidade ligada a Brejão dos Negros. As divergências chegaram a momentos de grande tensão, como quando um grupo desfavorável ao quilombo invadiu uma missa de Isaias aos gritos de “fora, padre”.

“Em determinado momento, eles começaram a perder terreno. As pessoas costumam acreditar quando veem acontecer”, avaliou o professor Gilvan Pereira, também envolvido no movimento pela demarcação. Segundo ele, no pior momento, apenas 20 famílias sustentavam o pleito. Hoje, são aproximadamente 300 famílias. Para ajudar reverter à situação, foram realizados diversos trabalhos em Brejão: cursos, capacitações, ações de resgate cultural. “Houve, principalmente no começo do conflito, uma tentativa de divisão entre eles, muito própria do momento de afirmação de identidade cultural”, comentou a procuradora do MPF Lívia Nascimento, acrescentando que a alguns dos residentes foram oferecidas casas em outro povoado de Brejo Grande, o Saramém. Mas eu acho que isso está superado. Mesmo aqueles que foram para o Saramém hoje já têm uma visão maior de integração com a comunidade”, informou Nascimento. Para ela, entretanto, isso não significa que as ações de resgate



devam parar. “Sem dúvida nenhuma, tendo em vista a grande pressão que é feita pelos grupos econômicos e políticos da região, é um trabalho que deve ser realizado permanentemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a presente pesquisa em andamento, pretende analisar o processo de formação das comunidades quilombolas, refletindo-se sobre os antecedentes históricos de formação, o processo de luta pela terra e a efetivação do território enquanto lócus da reprodução desse grupo social que forma a sociedade brasileira e que muitas das vezes são colocados como indesejáveis e até invisíveis para o Estado e para a Sociedade. Para desenvolver melhor a referida pesquisa, objetiva-se realizar leituras teóricas, gerais e específicas que abordem a temática no campo das ciências humanas e, sobretudo na ciência geográfica com foco na abordagem que discute a categoria território. Como procedimentos metodológicos encontram-se: entrevistas, aplicação de questionários, análise de dados censitários, visitas técnicas em órgãos públicos e associações, descrição cartográfica das comunidades e mapeamento. Enfatiza-se que os instrumentais utilizados têm como objetivo contribuir para a realização de uma pesquisa qualitativa que possibilite uma análise crítica da temática abordada. Desse modo, pretende-se com esse estudo oferecer contribuições para a produção da pesquisa geográfica na academia e, sobretudo contribuir para o processo de organização política e luta por território e o acesso à terra pelas comunidades tradicionais e em especial as comunidades quilombolas na construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS



ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas**: tradições e culturas de resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AZANHA, G. 2001. **A lei de Terras de 1850 e as terras dos índios**. Brasília, Centro de Trabalho Indigenista. Disponível em: <[HTTP:WWW.indiosisolados.org.br-textos-6-](http://WWW.indiosisolados.org.br-textos-6-)>. Acesso em 12 de janeiro de 2009.

BARÓ, Dionísio ET al. **Desigualdade racial e construção institucional**: a consolidação da temática racial no Governo Federal. In: A CONSTRUÇÃO de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos. Brasília, DF: Governo Federal, 2008. P. 93-146.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Formação do Campesinato negro no Brasil**: Reflexões categorial sobre os fenômenos “quilombo”, “remanescente de quilombo” e “comunidade negra rural” In: Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Dourados-MS: AMPUH, 2006.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do “ espaço criminalizado “ no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARRIL, L de F. B. Quilombo, território e Geografia. **Revista Agrária**, n. 3, São Paulo, 2006.

CARVALHO, Eduardo Cesar Paredes de. **O Procedimento de Identificação, Reconhecimento, Demarcação e Titulação dos Territórios das Comunidades Negras**



Tradicionais no Brasil e na Colômbia: A Legitimidade Para Atuação da Defensoria Pública. R. Defensoria Públ. União, Brasília, DF, n. 5, p. 9 – 35, out. 2012.

FIABANI, A. **Mato, Palhoça e Pilão:** o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: editora Expressão popular, 2005.

GUSMÃO, N. M. “ Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos” **Cultura Vozes**, nº 6. São Paulo: Vozes, Nov- dez de 1995.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço** –São Paulo, Annablume, 2005.

LEITE, I. B. (Org): **Negros no Sul do Brasil:** invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil** – Vitória, Espírito Santo, Geografares, nº2, junho de 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil** – São Paulo, Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro** – São Paulo, editora Brasiliense, 1990.
Presidência da República-Casa Civil – Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003. 2003.

RAMOS, A. **O Negro na Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1953.



SANTOS, Alexandra. DOULA, Sheila Maria. Políticas Públicas e Quilombolas: Questões Para Debate e Desafios à Prática Extensionista. **Revista Extensão Rural**, DEAER-PGExR-CCR-UFSM, Ano XV, nº 16, Jul – Dez de 2008.

SCHMITT, Alessandra. TURATTI, Maria Cecília Manzoli. CARVALHO, Maria Celina Pereira. São Paulo, ITESP, 2002.

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Programa Brasil Quilombola. Brasília: Abaré, 2004. 48 p.

SILVA, Jesiel Souza. FERRAZ, José Maria Gusman. **Questão Fundiária**: a terra como necessidade social e econômica para a reprodução quilombola – Salvador – Bahia, Geo Textos, vol. 8n. 1, jul. 2012.

SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio** – Efeitos da Lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **Território, Poder e as Múltiplas Territorialidades nas Terras Indígenas e de Pretos**: Narrativa e Memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais – Tese de Doutorado, PPGeo – UFS, 2010.



FARINHADA: SÍMBOLO DA CULTURA MATERIAL CAMPONESA EM ITABAIANA - SERGIPE

Juliana Lima da Costa
Graduanda em Geografia pela
Universidade Federal de Sergipe.
E mail: julliana.limatvd@gmail.com

RESUMO

O presente texto é um dos resultados da execução de um plano de trabalho referente a um Projeto de Iniciação Científica que busca inventariar a cultura material camponesa, a fim de contribuir para a valorização dos saberes camponeses. Neste sentido, a farinha e a casa de farinha representam uma forma de resistência e trata-se de um saber que é passado de geração para geração. Deste modo o artigo caracteriza e analisa a produção de farinha de mandioca no povoado Flexas no município sergipano de Itabaiana, a partir de um enfoque etnográfico, que vincula a vivência do pesquisador com o ambiente pesquisado, resultando em uma análise minuciosa do objeto estudado.

Palavras-chave: campesinato; farinha; resistência.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante da execução de um Projeto de Iniciação Científica intitulado “Sítio, roça, costumes e trabalho: fontes e conhecimento camponês para um pensamento geográfico e uma geografia histórica da formação territorial de Itabaiana, Sergipe”, que tem como um dos Planos de Trabalho “Inventário de referências materiais do conhecimento camponês em Itabaiana”. O objetivo principal do plano é levantar e inventariar materialidades relacionadas ao sítio, a



roça, aos costumes e ao trabalho camponês em áreas rurais de Itabaiana, com o propósito de (re)conhecer o conhecimento camponês, em suas contradições e ressignificações como resistência às formas de colonização contemporâneas.

Desta forma, a partir do levantamento e inventário foi possível identificar costumes e saberes próprios dos camponeses. Dentre as atividades camponesas levantadas destaca-se a produção da farinha de mandioca, tema central deste artigo. A farinhada é uma atividade predominantemente camponesa, pois é um trabalho realizado com a família, que resiste ao tempo e ao Capital. Pois, mesmo com toda a tecnologia existente, ainda existem casas de farinha totalmente manuais, como é o caso da casa de farinha observada no povoado Flexas em Itabaiana.

O povoado Flexas é um dos mais antigos do município de Itabaiana (LIMA, JUNIOR 2015), e é formado por pequenos sítios. Atualmente o número de habitantes do povoado está bem reduzido por causa do êxodo rural, provocado principalmente pela violência. Mas, as pessoas que foram morar na cidade continuam com suas propriedades no povoado e vão todos os dias trabalhar. Os sítios em sua grande maioria possuem casas de farinha ao lado da casa de morada, o que nos leva a entender que a produção de farinha era atividade predominante no povoado. Desta forma a observação de caráter participante, ou seja, aquela em que o pesquisador participa ativamente de todas as atividades (SOUZA, 2013), foi realizada no referido povoado. A unidade camponesa observada resulta de ocupação familiar de camponeses há quatro gerações.

A farinhada envolve toda a família, e até vizinhos, que se juntam para ajudar na produção em troca de um “beiju”¹⁵. É

¹⁵ Massa feita com a tapioca que é extraída da mandioca, e assada sobre o forno, virando uma espécie de panqueca.



um saber que é passado de pai para filho e se caracteriza como uma cultura material e imaterial camponesa. Apesar da feitura da farinha ser trabalhosa, e demandar tempo, muitas famílias ainda preferem produzir a farinha para consumo próprio, ao invés de compra-la pronta na feira. Esse fato demonstra uma resistência ao capital, que a todo custo tenta destruir o conhecimento camponês (MESZÁROS, 2008) oferecendo-lhes alternativas que a princípio parecem ser mais “vantajosas”.

Portanto, este artigo tem por objetivo analisar a farinhada como uma forma de resistência e conhecimento camponês, a partir de um enfoque etnográfico, caracterizando as etapas da produção, a divisão do trabalho, as ferramentas e os saberes envolvidos, a partir da observação participante, e de registros fotográficos.

DESENVOLVIMENTO

O campesinato é significativamente responsável pela produção de alimentos no Brasil, dentre os quais provém deste setor 87% da produção de mandioca (WANDERLEY, 2015). É a mandioca (*Manihot Esculenta Crantz*) a matéria prima utilizada para produzir a Farinha, que é um dos alimentos mais consumidos diariamente pelos camponeses.

A farinha é produzida em um local chamado casa de farinha, que tem a estrutura de uma casa, como o próprio nome sugere, onde estão dispostos os instrumentos utilizados no processo. O título de “casa” também pode estar relacionado ao fato de que em dias de farinhada o local se torna a segunda casa da família, onde todos ficam reunidos, inclusive fazendo as refeições no local. (SILVA; SILVA, 2015). É um espaço de sociabilidades, troca de informações sobre técnicas e o *locus* ideal para qualquer análise que trate de reciprocidade, solidariedade e hábitos alimentares (COUTINHO, 2015)



As ferramentas de maior porte utilizadas na produção de farinha são: a prensa, o rodete, o coxo e o forno. Os demais utensílios utilizados são: faca, pá, rodo, peneira, bacias e sacos. Vale destacar que na casa de farinha observada no povoado Flexas todas as ferramentas utilizadas são totalmente manuais.

Uma farinhada dura em média 16 horas, mas, a preparação começa muito antes. Pois a mandioca leva no mínimo 18 meses para ‘ficar pronta’. Depois de plantar a mandioca e passado os 18 meses ela já está “boa de arrancar”, ou seja, já está pronta para ser extraída.

O primeiro passo é arrancar a mandioca. A quantidade a ser arrancada vai depender da finalidade da farinha. Por exemplo, se a farinha é apenas para consumo, “uma terça” (30 quilos) satisfaz as necessidades da família por mais ou menos dois meses, desta forma 02 carreiras são suficientes. Mas, se o produto será vendido, as medidas utilizadas serão “meia quarta” (60 quilos) ou “uma quarta” (120 quilos). Dessa forma, a quantidade de mandioca a ser arrancada aumenta. Cabe destacar que as regras de pesos e medidas observados também podem ser considerados como fator de resistência camponesa.

A retirada das raízes da *malhada* (local onde são produzidos alimentos para a própria subsistência como também para serem vendidos nas feiras. A malhada diferentemente da roça, tem uma extensão menor, fica próxima a casa, e tem uma maior rotatividade de cultivos) é tarefa realizada por homens, por exigir mais força. O homem arranca a mandioca e carrega as raízes em carrinhos de mão, e despeja com cuidado dentro da casa de farinha. As mulheres ou os filhos lavam as raízes retirando a terra e colocam em cima de sacos. Depois disso é a hora de “raspar” as mandiocas. Utiliza-se a palavra “raspar”, ao invés de “descascar” pelo fato da camada de casca a ser retirada ser bem fina, diferente de quando se descasca a macaxeira, que pode ser cozida. Essa atividade é realizada com uma faca bem amolada, e segundo as



falas observadas é preciso “deixar o braço mole”, para raspar mais rápido.

Raspar as mandiocas é tarefa principal da mulher e dos filhos, mas o homem também participa depois que termina seus afazeres. Segundo relatos há algum tempo atrás, as raspagens de mandiocas eram momentos de descontração, onde a família e amigos se reuniam até altas horas, conversando enquanto realizavam a atividade sob a luz do candeeiro. Depois de terminar o trabalho iam todos tomar banho em tanques e jantar, retornando para suas casas, para, no dia seguinte, logo cedo, retomar o trabalho.

O ato de raspar a mandioca é também um momento de aprendizado, onde a mãe ensina os filhos o jeito certo de realizar a tarefa. Ela, por possuir mais habilidade “coloca a meia”, ou seja, raspa a metade da mandioca, e o filho “tira a meia”, descascando o resto e colocando a mandioca descascada dentro de bacias ou outros recipientes. Raspar a metade além de ser uma forma de realizar o trabalho mais rápido é um meio de manter a higiene, não pegando na parte descascada da raiz com as mãos sujas. (Figura 01)

Figura 01- Mandiocas raspadas pela metade “a meia”





Fonte: COSTA, 2018.

Esse trabalho geralmente é realizado no fim da tarde e adentra a noite. No dia seguinte, logo cedo o trabalho é retomado. Depois de descascadas, as mandiocas são “reladas”, numa ferramenta chamada rodete. Essa tarefa pode ser realizada por um homem ou mulher, mas nunca pelos filhos pois pela falta de experiência podem acabar se machucando. As mandiocas são inseridas numa espécie de máquina que tritura, e a massa vai sendo depositada dentro do coxo, que é colocado embaixo do rodete. Após serem reladas, é o momento de retirar a tapioca, que serve para fazer o beiju, que não pode faltar em dia de farinhada. Essa atividade é feita por uma mulher, que coloca a massa numa espécie de coador, e espreme até que a água saia, sobrando a tapioca. O líquido extraído nesse processo é chamado de “mandipueira” (ácido cianídrico). (Figuras 02 e 03).

Figura 02 – Mandiocas sendo trituradas no rodete.



Fonte: COSTA, 2018.



Figura 03 – retirando a tapioca



Fonte: COSTA, 2018.

O próximo passo é “prensar” a massa, ou seja, espreme-la numa ferramenta chamada Prensa, até que saia completamente a mandipueira. A massa é colocada dentro de um saco, e encaixada na prensa, a parte superior chamada “maseira” é abaixada, sendo enroscada, fazendo com que a massa seja pressionada extraindo o líquido. Por este motivo a prensa fica afastada, no fundo da casa de farinha, para que seja mais fácil de limpar depois. (Figura 04)

Figura 04 – o ato de prensar



Fonte: COSTA, 2018.

Depois de prensada, a massa precisa passar pelo rodete novamente para que fique solta, para depois ser torrada. Após esse procedimento ela é colocada sobre o forno já quente, para ser “muchada”. Murchar significa desintegrar a massa, separando-a, que aos poucos vai ficando seca. Feito isso já está pronta para ser mexida. Mexer a farinha é a tarefa para os mais experientes, precisa de força e agilidade, pois é a etapa mais cansativa. Neste processo, o forno tem que está bem quente para que a farinha fique boa, e os movimentos com o rodo, ou a pá, precisam ser rápidos para que ela não queime. (Figura 05)



Figura 05 – Mexendo a farinha



Fonte: COSTA, 2018.

Depois de mexida, o último passo é peneirar a farinha, para tirar os grãos mais graúdos, chamados de caroços. Essa atividade é feita pela mulher juntamente com os filhos. Depois de peneirada a farinha é ensacada e pesada, e já está pronta para o consumo ou para ser comercializada. Nesse momento final, com o forno ainda quente, é hora de assar os beijus, que podem ser apenas de tapioca, ou ser acrescentado amendoim



ou coco. É comum distribuir os beijus com os vizinhos, ou com alguém que tenha participado da farinhada.

Todo esse processo é cansativo e trabalhoso, principalmente por que atualmente as famílias não são mais numerosas como há alguns anos atrás. Mas, mesmo assim, o trabalho não é tido como um fardo (MESZÁROS 2008), pois representa a autonomia do camponês, que escolheu produzir o seu próprio alimento e repassa o seu conhecimento para os filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Thompson (1998, p. 17) assinala que: “Cultura é entendida como um sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados.” Dessa forma, a cultura material camponesa está também relacionada aos costumes que são transmitidos de geração para geração, as formas de lidar com a terra e fazer o trabalho, aos objetos e ferramentas próprios de uso camponês, e a sua forma de enxergar o mundo.

Portanto, a farinhada se caracteriza como expressão da cultura material camponesa. É um saber próprio dos camponeses e merece ser reconhecido e valorizado. Visto que atualmente a produção da farinha está quase que completamente mecanizada, a casa de farinha estudada e as ferramentas utilizadas representam uma resistência ao processo de desenvolvimento do Capital, pois são totalmente manuais, e por isso merecem ser preservadas.

A farinhada é a representação da autonomia camponesa, que planta a mandioca, colhe, e produz a farinha sem precisar pagar nada por isso. Representa também o sentimento de solidariedade e fraternidade dessa classe, simbolizado na entrega de beijus, e na ajuda na raspagem da



mandioca. Além disso, as ferramentas utilizadas, juntamente ao saber fazer são importantes para o entendimento do processo de formação territorial do município pois é uma atividade que persistem ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Andrea Lima Duarte. A “feitura da farinha”: notas etnográficas de uma farinhada no Alto Sertão da Bahia. p. 219-243. *In*: DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene. (Orgs.) **Farinheiras do Brasil: Tradição, Cultura e Perspectivas da Produção Familiar de Farinha de Mandioca.** Matinhos: UFPR litoral, 2015. 297p.

LIMA JÚNIOR, F. A. de Carvalho. **Monografia Histórica do Município de Itabayana.** Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, vol. 2, nº 4, 1914. p. 128-149. Disponível em: <<http://www.ihgse.org.br/revistas/04.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Cirlene do Socorro Silva da; SILVA, Maria das Graças da. Casas de farinha: cenários de (con)vivências saberes e práticas educativas. P. 59-81. *In*: DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene. (Orgs.) **Farinheiras do Brasil: Tradição, Cultura e Perspectivas da Produção Familiar de Farinha de Mandioca.** Matinhos: UFPR litoral, 2015. 297p.

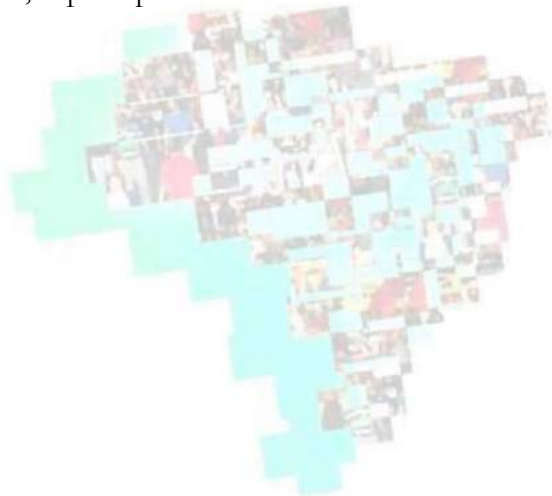
SOUZA, Ângela Fagna Gomes de. Saberes Dinâmicos : o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas. *In*:



MARAFON, Glaucio José; *et al.* **Pesquisa Qualitativa em Geografia**: Reflexões teórico conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro- eduerj. 2013. p. 55-68

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato Brasileiro: uma História de resistência. **RESR**. Piracicaba-SP, vol. 52, supl. 1. p. s025-s044. 2014.





A IMPORTÂNCIA DO CONSÓRCIO PECUÁRIA/LAVOURA COMO ESTRATÉGIA CAMPONESA NO AGRESTE DE ITABAIANA – SERGIPE

Weverton de Jesus Barbosa ¹

Joyce Almeida Santos ²

Mayara de Santana Silva Santos ³

(Universidade federal de Sergipe-Campus Professor Alberto
Carvalho)

(Graduandos-Geografia)

E mail: wevertonfun@gmail.com

joycealmeida19@hotmail.com

Lolly_santan@hotmail.com

RESUMO

A agricultura camponesa, é uma atividade milenar, mesmo, ao passar por diferentes processos de produção do espaço e expropriação, desvalorização e ataques constantes do grande capital, mostra sua força e importância para o mundo; é esta atividade que nutre boa parte da população, no caso específico do Brasil. Diante dos desafios enfrentados pelos camponeses, ainda é ele que oferece e abastece a população com os seus produtos, nas feiras livres e pequenos mercados. Nesse contexto, mesmo com a ocorrência de desajustes econômicos, diminuição do preço, pela superprodução. O camponês consegue se sobrepôr, e boa parte da produção é para consumo próprio, e algumas culturas, são aproveitadas na alimentação do rebanho, em especial o gado bovino. No entanto, com a modernização, a princípio nas cidades, contribuiu para uma mudança significativa no campo. Com a necessidade de se adequar a nova realidade imposta pelo *modus operandi* da vida citadina, transforma radicalmente a vida no



campo. O investimento do grande capital no campo eleva continuamente o aumento exponencial das mobilidades de somas incalculável de camponeses para a cidade, expropriado do campo, sem condições de produzir e criar seus rebanhos. Porém, a acessibilidade à modernização não está disponível a todos, pois, tem um alto custo e necessita de grande soma de investimento e capital, tanto em moeda, como em força de trabalho especializada. Sendo assim a relação pecuária e pequena agricultura teve continuidade nas pequenas propriedades camponesas. Essa relação ainda é muito presente, tendo grandes índices na região do Agreste sergipano, iniciada século XVII.

Palavras-chave: Camponês; Pecuária; Lavoura.

INTRODUÇÃO

A agricultura camponesa é caracterizada por uma produção diversificada de alimentos, em pequenas propriedades com o envolvimento da família é considerada a matriz produtiva da agroecologia.

No agreste Sergipano, essa característica da agricultura camponesa tem uma profunda ligação com a pecuária, o agricultor camponês, para manter seu pequeno rebanho bovino, usa as sobras, ou parte de sua produção; o que não serve para o consumo humano (como a ramagem da batata doce, o pé de amendoim, a maniçoba e tamboeira da macaxeira e mandioca e a palha do milho), aliado aos produtos que não consegue vender é revertido em composto alimentar na dieta animal.

Por outro lado, o animal, além de fornecer, o leite, a carne e o couro fornecem também o adubo orgânico bovino (esterco), que é utilizado na terra para a fertilização, pois a adubação orgânica proporciona uma redução de custos na produção, menor utilização de adubos químicos. Desta forma



esta ligação é utilizada como forma de redução de custeios com consumo de insumos agropecuários, pois a região não possui um alto padrão tecnológico em maquinários. Além do fator econômico, esta forma da agricultura camponesa traz outros benefícios, como por exemplo, a utilização desses subprodutos na alimentação bovina traz nutrientes importantes para os animais, assim como o adubo bovino orgânico para a terra.

Essa característica da agricultura em conciliação com a criação de gado em pequenas propriedades não é recente, está presente desde a chegada dos portugueses na região, iniciada no século XVII, embora nesse período a concentração da terra já se prenunciava como característica marcante, através das doações de Sesmaria, forma pela qual Portugal encontrou para a ocupação do território. Apesar possibilitar à desconcentração fundiária, em muitas ocasiões a propriedade do agricultor camponês é tão pequena que não dá para o sustento familiar, a renda é baixa devido a minifundialização da terra, uma vez que em maioria a posse da terra é por meio da herança, sendo desta forma obrigados vender sua força de trabalho em grandes e média propriedades para conseguir manter o sustento da família.

Ao analisar dados do IBGE 2016 é possível verificar essas características de produção, por exemplo, no município de Itabaiana, em 2016, continha 3.651 unidades de estabelecimento agropecuários relacionados às terras de “agricultura familiar”, dessas unidades, 1.624 possuíam rebanhos bovinos, os números de cabeças se aproxima 11.189. Além das unidades também é possível observar que o número de trabalhadores nesses estabelecimentos é bem expressivo que os da “agricultura não familiar”. No município de Moita Bonita, por exemplo em 2016 continha cerca de 2.258 pessoas trabalhando na “agricultura familiar”, com apenas 76 na agricultura não familiar.



DESENVOLVIMENTO

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO AGRESTE DE ITABAIANA

O processo de colonização das terras localizada no Agreste sergipano foi iniciado em 1601 segundo citado por (SANTOS, 2011), conforme a carta de doação datada de 10 de março de 1601. No período do século XVII ao XVIII, a terra estava responsável por 22 sesmeiros, e a principal atividade era desenvolver a criação de gado, embora a população também se dedica a agricultura.

[...] No período que vai do século XVII ao XVIII, o espaço agrário do Agreste Sertão de Itabaiana, estava ocupado por 22 sesmeiros [...] verifica-se que a atividade principal era a criação de gado [...] A carta de doação citada enfatiza muito bem, os objetivos dos requerentes, ou seja, desenvolver a criação de gado principalmente, apesar da população se dedicar também a agricultura. (SANTOS, 2011, p.79).

A instalação na região via sesmarias não era a única forma de ocupação, havia também a presença do pequeno lavrador, que ocupava principalmente terras devolutas de grandes proprietários, como informa Jose de Souza Martins:

[...] A ocupação da terra obedecia a dois caminhos distintos: de um lado o pequeno lavrador que ocupava terras presumivelmente devolutas; de outro, o grande fazendeiro que por via legal, obtinha cartas de sesmarias, mesmo em áreas onde já existiam posseiros. (MARTINS apud SANTOS, 2011, p.41).



Com o fim do regime de sesmarias em 1822 no Brasil, além de impulsionar a transformação de terras públicas em grandes latifúndios também impulsiona as ocupações dos pequenos e médios agricultores e tornou o acesso à terra mais “democrática”, através do apossamento como mecanismo de apropriação.

[...] Através da revolução de 17 de julho de 1822, teve fim o regime das sesmarias no Brasil. A partir dessa data, é bem verdade, sucederam-se demarcações de terras públicas, transformadas em imensos latifúndios, mas também ganharam impulso as ocupações de glebas menores por parte de pequenas e médios agricultores. (SANTOS, 2011 p.41).

A Lei de terras de 1850 também traz conseqüências, era “*necessária uma legislação que tutelasse e legitimasse a propriedade da terra*”, (SANTOS p.42). Partindo de interesses dos latifundiários, para que desta forma “*impedisse o acesso à terra por parte dos ex-escravos, imigrantes, e dos homens livres pobres*”, (SANTOS p.42). Desta forma estabelecia a proibição da aquisição de terras devolutas, a não ser através de compra.

Embora a região do Agreste Sertão de Itabaiana tivesse como atividade criatória e agrícola, no início do século XIX não passava de atividade de subsistência e a região não apresentava melhorias: “*Na vila de Itabaiana, principal centro urbano, seus novecentos e noventa e nove habitantes eram os mais pobres de toda comarca*” (SANTOS, 2011, p. 80 e 81).

De acordo com (Santos, 2011, p. 122) No censo Agrícola de 1920, foram identificadas 1.211 propriedades na região do Agreste Sertão de Itabaiana. As propriedades com menos de 41 hectares (49,0%), ocupavam 10,0% da área total, a média propriedade com 27,8% ocupava 20,2% e as grandes



23,2% concentravam 69,8% da área. No período entre 1920 a 1925 houve um aumento no grau de concentração, o índice de Gini passou de 0,58 para 0,63 em decorrência da diminuição da área média das pequenas propriedades e aumento das propriedades entre 41ha a 100ha e estabilidade das grandes propriedades.

No censo agrário de 1920, Santos, (2011) também dá ênfase a produção vegetal do município de Itabaiana, que pode ser considerada como o celeiro da região, sendo o maior produtor de milho, feijão, mandioca, café e algodão, este responsável por 45,5% da produção da região. A produção vegetal predominava a em relação a animal pois o valor no setor chegava a 70,0% devido ao alto valor do algodão. Ele também ressalta que desde essa época o Agreste Sertão de Itabaiana apresentava um baixo grau de inovações tecnológicas, no total de 1.211 propriedades, apenas 4,1% possuía maquinários, e apesar da impotência do algodão (considerada lavoura de pobre, e cultivada em consorciamento com o feijão e presente em todos tamanhos de propriedades, de pequenas a grandes) na região existia apenas 10 descaroçadores de algodão. Na produção de cana de açúcar “*utilizavam instrumentos rudimentares como enxada foice e facão*” (SANTOS, p.127).

Santos (2011) destaca também as pequenas propriedades nesse período, e como alcançou a atual conjuntura, característica marcante da região:

[...] No Agreste sertão de Itabaiana, as propriedades na faixa de -5ha correspondia a 43% daquelas situadas no estrato de -41ha (594 propriedades), enquanto os de 5-20ha representavam 32,5% o os de 20-41ha,24,5%. Ou seja, as propriedades na faixa de -5ha eram propriedades quantitativas nesse período, provavelmente em face do processo histórico



de desmembramento das unidades agrícolas, adquiridas principalmente por herança e no desenvolvimento de culturas alimentares voltadas para o consumo familiar. (SANTOS, 2011, p.177).

Essas propriedades enfrentavam desde essa época sérias dificuldades:

[...] As propriedades de área de -5 ha (255 estabelecimentos), com área média de 0,34 ha, produzem anualmente 420,7 Kg de farinha de mandioca por estabelecimento. Sendo o consumo anual de 550 Kg, necessitavam ainda de 99,3 Kg que, monetarizado, rendia um saldo negativo de 9\$930. (SANTOS, 2011, p.177).

Desta forma, esse grupo de saldo negativo necessitava do trabalho alugado nas médias e grandes propriedades para atingir o equilíbrio de produção/consumo anual. Nas médias propriedades de 5-20 há a produção de farinha de mandioca do feijão e criação de bovinos garantia a sua reprodução: “*As propriedades de 50-20 ha (194) produzem 1.608,7 Kg anuais de farinha de mandioca, que, subtraídos do consumo anual necessário, resultariam em 1.088,7 Kg (108\$870)*”. (SANTOS, 2011, p.178).

Já nas maiores propriedades de 20-41 ha, garantiam o consumo anual apenas por ganhos provenientes da produção de farinha de mandioca e além da mandioca, essas propriedades eram produtoras de feijão e criação de gado:

[...] As propriedades do grupo de 20-41 ha (145) conseguiam produzir, em uma área média de 2,7 há por estabelecimentos, 3.341,2 Kg de farinha de mandioca, com um excedente de 2.821,2 Kg (282\$120). Eram produzidos também uma média de 7,9ha por



propriedade, 979,6 Kg de feijão, com um excedente de 823,6 Kg (164\$720). [...] Além disso, estas propriedades tinha também na pecuária, uma receita média de 5:246\$911. (SANTOS, 2011, p.178).

É notória a diferença no trato com a terra, e na lida da vida no campo, quando se observa as diferentes extensões das propriedades. Nas menores, os proprietários trabalham com a família e precisam diversificar as atividades, com o uso de alguns cultivares que ao mesmo tempo serve de fonte de alimentação para a família, como para a venda, e o que não sobre é utilizado na alimentação do rebanho bovino, que além de fornecer o leite, o couro e a carne, também oferece o adubo orgânico.

LAVOURA-PECUÁRIA COMO ESTRATÉGIA CAMPONESA NO AGRESTE DE ITABAIANA

O crescente desenvolvimento tecnológico na agricultura vem possibilitando o homem transformar o meio ambiente a aumentar a produção, mas nem sempre está disponível a todos. Esses recursos em sua maioria concentrados em grandes propriedades, não é viável a utilização de maquinários em pequenas propriedades, os camponeses não dispõem de recursos financeiros, nem condições para tal.

[...] Para administrar com eficiência e eficácia uma unidade produtiva agrícola, é imprescindível, dentre outras variáveis, o domínio da tecnologia e do conhecimento dos resultados dos gastos com os insumos e serviços em cada fase produtiva da lavoura, que tem no custo um indicador importante das escolhas do produtor. [...] O



desenvolvimento tecnológico das máquinas e implementos agrícolas, as alterações nas relações trabalhistas no meio rural, a intensidade e os resultados de pesquisas no ramo agropecuário e as modificações nos marcos regulatório de mudas e sementes, do uso de recursos hídricos, do seguro rural e dos fertilizantes e agrotóxicos são fatos que impactam nos custos de produção agrícola. (Conab, 2010, p.08/09).

Desta forma, os maquinários estão geralmente voltados para grandes propriedades monocultoras e suas produções estão voltadas a exportação, e para produção de *commodities*.

[...] O agronegócio se caracteriza pela produção baseada na monocultura, especialmente de produtos cujos valores são ditados pelas regras do mercado internacional, pela utilização intensiva de insumos químicos e de máquinas agrícolas, pela adoção de pacotes tecnológicos, pela padronização e uniformização dos sistemas produtivos, pela artificialização do ambiente e pela consolidação de grandes empresas agroindustriais. (SANTILLI, 2009, apud Conab, 2010 p.12).

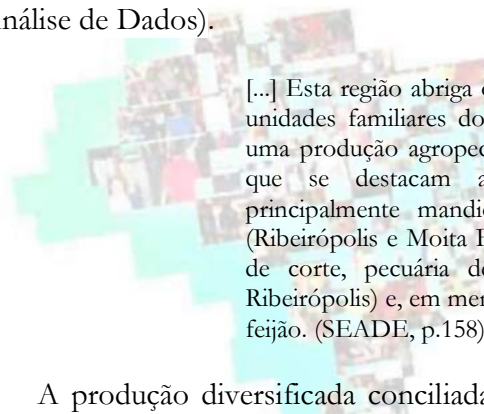
As pequenas propriedades de agricultura camponesa por sua vez, além de possibilitar a desconcentração fundiária, sua produção agrícola é diversificada e muitas vezes conciliada com outras atividades, como a pecuária.

[...] A agricultura camponesa e familiar, sempre teve como característica básica a policultura (milho, feijão, arroz, mandioca, hortaliças, frutíferas, etc) e nesse modelo, a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento



produtivo. Na sua diversidade social, é difícil estabelecer um único modelo agrícola, mas sua atuação é fundamental para a segurança alimentar, a geração de emprego e renda e desenvolvimento local em bases sustentáveis e equitativas. (SANTILLI, 2009, apud Conab, 2010 p.13).

Essas pequenas propriedades de produções diversificadas estão muito presentes no Agreste de Itabaiana, com citado no texto da SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados).



[...] Esta região abriga o maior contingente de unidades familiares do Estado, apresentando uma produção agropecuária diversificada, em que se destacam as culturas oleícolas, principalmente mandioca, batata e inhame (Ribeirópolis e Moita Bonita), frutas, pecuária de corte, pecuária de leite (Frei Paulo e Ribeirópolis) e, em menor quantidade, milho e feijão. (SEADE, p.158).

A produção diversificada conciliada com a criação de gado, além do próprio consumo do camponês e sua família, também é uma forma de adaptação para prováveis perdas que possam prejudicar a lavoura como, por exemplo, os reveses do clima, pragas, e o próprio mercado, que as vezes não absorve a produção, desta forma para amenizar as perdas com a lavoura.

[...] Muitos agricultores se adaptam ao clima e até se adaptam a alguma mudança climática, minimizando as perdas das colheitas por meio do plantio de variedades locais tolerantes à seca, por exemplo, além do manejo orgânico do solo, policulturas, colheitas de água, recoleção de plantas silvestres e outras



técnicas de sistemas de agricultura tradicionais. (BONAMIGO, 2016, p.2).

O camponês, mesmo com todas as adversidades, seja ela física; qualidade do solo, falta de água, ou humana; concentração de terras, falta de maquinário adequado, assistência técnica, falta de financiamento e proteção, através de políticas pública entre outros, consegue sobreviver e se perpetuar em um meio tão hostil.

ALIMENTAÇÃO ALTERNATIVA DE BOVINOS

O agricultor camponês utiliza como ração bovina as sobras ou as partes de sua produção que não sevem para o consumo humano (como a ramagem da batata doce, o pé de amendoim, a maniçoba e tambocira da macaxeira e mandioca e a palha do milho) ou que não conseguiu vender para o mercado ou por não compensar a venda devido ao baixo preço.

[...] Normalmente, os subprodutos entram na dieta em substituição a algum outro alimento mais tradicional como milho ou soja. No entanto, qualquer que seja o motivo da utilização, certamente o principal fator considerado na avaliação é uma possível vantagem econômica, seja por uma redução direta no custo da alimentação, seja por um melhor desempenho animal, resultante de aumento na eficiência alimentar. (MENEGHETTI, 2008, p.512).

Desta forma reduz os gastos com insumos pecuários alimentícios de bovinos e aumenta sua renda de forma complementar com a agricultura.



[...] O aproveitamento de resíduos [...] na alimentação animal atualmente, além de ser visto como uma opção econômica de grande importância na redução do impacto ambiental propicia produção de alimentos nobre e de boa qualidade devido as suas características nutricionais. (MENEGHETTI, 2008, p.512).

A ração alternativa na pecuária, não traz consigo apenas ganhos financeiros para o camponês, mais também benefícios, os animais passam a tem um completo alimentar mais diversificado e um composto de nutrientes que traduz em melhorias na qualidade do rebanho.

[...] Os alimentos contêm substâncias semelhantes embora em proporções diferentes. Esses componentes são chamados de nutrientes. Os nutrientes irão atender as exigências dos animais em crescimento, manutenção e produção, tanto direta como indiretamente. (KIRCHOF, 2008, p. 6).

Kirchof, (2000) em seu artigo “*Alimentação das vacas leiteiras*” traz algumas informações sobre a alimentação alternativa para o rebanho bovino, dentre eles a batata doce e rama, parte aérea do amendoim, maniçoba e tamboeira de mandioca, palha do milho, estre outros. São estes as principais plantações da agricultura camponesa da região Agreste de Itabaiana.


Quanto à batata doce, o autor fala que é rica em amido, caroteno, vitamina D, e traz um aviso: “batata-doce mofada pode conter metabólicos tóxicos potentes, capazes de matar o gado que a consome, em grandes quantidades, um dia após a ingestão. Recomenda-se fornecer até 10 kg por cabeça por dia de batata-doce”. p. 20. Já quanto a rama da batata doce: “é rica



em proteína (10,7%) e em vitaminas A e C. Pode ser fornecido sem restrições aos ruminantes”. (KIRCHOF, 2000, p.20).

Quanto à casca de amendoim: “É relativamente palatável para vacas leiteiras, ocasionando diminuição na ingestão de matéria seca. Tem efeito estimulador na gordura do leite. Possui muito alto teor de fibra bruta (+60%)”. (KIRCHOF, 2000, P.19).

Com relação a mandioca (parte aérea):



[...] A parte aérea (ramos, pecíolo e folhas) da mandioca possui alto valor nutritivo, principalmente, proteína, carboidratos, vitaminas e minerais, além de excelente aceitabilidade pelos animais. Recomenda-se o aproveitamento, para alimentação animal, apenas do terço final da planta, restando a parte mais grossa e lenhosa, geralmente em torno de 40 cm, para multiplicação. Este manejo permite tanto o aproveitamento de maior proporção de folhas para a ração animal, quanto a seleção das melhores manivas para replantio é deficiente em metionina. O ácido cianídrico da parte aérea da mandioca é muito tóxico. O ácido cianídrico evapora rapidamente, e pôr isso, seu teor começa a baixar logo após a colheita. Em vista disso, aconselha-se que, antes de ser fornecida aos animais, a parte aérea da mandioca brava passe pôr um processo de murcha durante 24 horas. (KIRCHOF, 2000, p.28).

Quanto sobre Raiz da mandioca:

[...] Alimento rico em carboidratos, facilmente fermentáveis e muito pobre nos outros nutrientes. Possui toxicidade através do



glicosídeo cianogênico [...] Para fornecer a raiz da mandioca fresca aos animais devem ser tomados alguns cuidados: Mandioca mansa: colher, lavar, picar e fornecer imediatamente as raízes aos animais, pois não se conservam em estado fresco. Mandioca brava: não se recomenda seu uso fresca. Antes, deve ser secada ou ensilada. (KIRCHOF, 2000, p. 28).

Em relatos de um feirante, no município de Macambira, nos anos de 2015/2016 os agricultores camponeses de mandioca enfrestaram problema para encontrar “maniba” (maniva) de mandioca, pois, devido ao período de estiagem e seca destes anos a “maniba” foi quase totalmente utilizada para a alimentação animal dificultando a plantação. (OLIVEIRA, Rafael dos Santos. (2018) depoimento concedido a Weverton de Jesus Barbosa. Itabaiana, 06 fev. 2018).

A palha do milho por sua vez: “Deve ser fornecida picada (pedaços nunca menores de 0,5 cm). O aproveitamento da palha é melhorado quando junto com o milho se planta uma leguminosa, constituindo-se no que se chama de “palhada verde”. (KIRCHOF, 2000, p.30).

Desta forma, a utilização de alimentação alternativa pode ser viável para o agricultor camponês, mas é necessário tomar cuidado com alguns alimentos, pois o mau uso deste pode resultar em perdas irrevogáveis, a exemplo da mortandade do rebanho.

ADUBAÇÃO ORGÂNICA

A adubação orgânica é tradicionalmente utilizada como uma forma de repor os nutrientes orgânicos do solo, seja ele de origem vegetal ou animal, ela consiste na decomposição resultante da degradação biológica, química e atividade dos microrganismos. O adubo orgânico é rico em nutrientes e



mantem o solo em dinâmico o que é de grande importância para a fertilidade do solo produzindo nutrientes para as plantas, além de melhorar a estrutura física, química e biológica.

A decomposição é lenta liberando lentamente os nutrientes para o solo, desta forma, em muitos casos ele é complementado com adubo químico que possuem um preço elevado. A compra adubo químico é devido a conjuntura econômica de produtividade em curto prazo com a utilização de agrotóxicos e fertilizante e esse modelo de agricultura científica globalizada exige demanda de bens científicos e de assistência técnica.

[...] O adubo orgânico de origem animal mais conhecido é o esterco que é formado por excrementos sólidos e líquidos dos animais e pode estar misturado com restos vegetais. Sua composição é muito variada. São bons fornecedores de nutrientes, tendo o fósforo e o potássio rapidamente disponível e o N fica na dependência da facilidade de degradação dos compostos (KORNDÖRFER, 2015, apud LIMA et al, 2015).

O adubo orgânico (esterco) bovino ou caprino utilizados nas pequenas propriedades do Agreste itabaianense é proveniente do próprio rebanho do agricultor camponês, ou comprado por pecuaristas vizinhos ou ainda trazidas por caminhões de outras localidades, pois a quantidade de esterco é inferior à demanda da sua lavoura, já que sua propriedade pequena não tem capacidade para criação de um número suficiente de bovinos que atenda sua necessidade e sua propriedade suporta uma quantidade maior de bovinos.

Os riscos da adubação orgânica são poucos, mas existentes, como citado por Lima, (2015) alguns adubados



orgânicos mal decompostos ou de origem não controlada podem introduzir ou aumentar o número de microrganismos de solo nocivos às plantas e introduzir sementes de plantas daninhas (TRANI apud LIMA, 2013).

Em um trecho de uma reportagem da Redação Nordeste Rural, 2015 de título: “A importância do uso do esterco bovino para recuperar solos degradados” é citado:

[...] A técnica de utilização de esterco de curral na agricultura é simples e possibilita o aproveitamento da mão-de-obra familiar. A matéria orgânica repõe os nutrientes à terra, propicia a melhoria da fertilidade e a redução da acidez do solo, favorecendo o aumento da aeração, permeabilidade e infiltração da água. (Redação Nordeste Rural, 2015).

Em relatos de um agricultor/pecuarista do povoado Moitapam/Matapoan no município de Itabaiana, ele ressalta que nunca precisou comprar esterco, pois a sua criação de bovina era suficiente para a sua plantação, mas ele enfrentou dificuldades para declarar sua profissão de agricultor e pecuarista e sua posição de agricultor camponês, para conseguir o benefício do Ponaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Era necessário decidir entre agricultor ou pecuarista não podendo declarar as duas atividades e tendo que se declarar “agricultor familiar” não tendo a opção de agricultor camponês . (ANDRADE, José Eduardo Alves, 2018, em depoimento concedido a Weverton de Jesus Barbosa. Itabaiana, 06 fev. 2018). Desta forma, além do ganho econômico do camponês, o esterco traz benefícios para o solo melhorando as propriedades sem produtos químicos, que podem prejudicar o meio ambiente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se assim, que a agricultura camponesa é responsável pela diversidade de alimentos que se apresenta diariamente na mesa de milhares de pessoas, além de empregar a maior parte dos familiares que circundam essa cultura. O Agreste Sergipano tem fortes características do campesinato, além de possuir também intensa relação com a pecuária, já que as sobras das colheitas são direcionadas ao alimento do bovino, assim ocorre “total” reaproveitamento do plantio.

A criação de bovinos em pequenas propriedades não é recente, pois desde séculos atrás esses animais eram as principais ferramentas de trabalho no campo, por exemplo: arar a terra, transporte e além de serem fontes de adubações naturais.

No entanto, essa cultura aos poucos está se perdendo devido aos avanços tecnológicos provocando a modernização do campo, resultando maiores produções, redução de tempo e entre outros, mas por sua vez acarretaram-se também pontos negativos: redução de mão-de-obra (desemprego), solos mais desgastados, perda de utilização de insumos naturais, substituídos por insumos industriais que por sua vez é considerados prejudiciais à saúde dos homens, animais, meio ambiente, corpos hídricos e entre outros.

No que concerne a agricultura camponesa é responsável por possibilitar a desconcentração fundiária, seus cultivos agrícolas são bem diversificados e muitas vezes concede uma dinâmica com outras atividades, como é o caso da pecuária.

REFERÊNCIAS



ANDRADE, José Eduardo Alves, (2018), em depoimento concedido a Weverton de Jesus Barbosa. Itabaiana, 06 fev. 2018.

BONAMIGO, C. A. A agricultura camponesa e a formação politécnica: objetivos, eixos e ações do pronacampo. In: XI ANPED SUL, 2016, Curitiba, **Reunião científica regional da ANPED**, 2016.

HAAS, Jaqueline Mallmann. **Diversificação de Produção no Meio Rural como Estratégia de Sobrevivência**: um estudo de caso da região noroeste do Rio Grande do Sul. In: IV Encontro Nacional da Anppas, 2008, Brasília.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. São Paulo: Livraria e Editora Agroecológica, [199-]. 345 p. v. 1.

KIRCHOF, B. **Alimentação da vaca leiteira**. [s.l.: s.n.], [entre 1989 e 2000]. 62p.

MENEGHETTI, Cristiane De Cássia; DOMINGUES, José Luiz. Características nutricionais e uso de subprodutos da agroindústria na alimentação de bovinos. **Revista Eletrônica Nutritime**, São Paulo. N.52, p. 512-536, Mar/Abr. 2008.

OLIVEIRA, Mauro Márcio; ARAUJO, José Cordeiro. **A política agrícola como matéria constitucional**.

OLIVEIRA, Rafael dos Santos. (2018) depoimento concedido a Weverton de Jesus Barbosa. Itabaiana, 06 fev. 2018

PEDROSA C. E. **Silagens de ramas e raízes de batata-doce**. 2012. 54f. (Dissertação - Mestrado em Produção



Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2012.

REDAÇÃO NORDESTE RURAL. **A importância do uso do esterco bovino para recuperar solos degradados.** Disponível em: <<http://nordesterural.com.br/a-importancia-do-uso-do-esterco-bovino-para-recuperar-solos-degradados/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

SAMPAIO, E.V. de S. B.; OLIVEIRA, N. M. B.; Nascimento, P.R. F. **Eficiência da adubação orgânica com estercobovino e com egeria densa.** Pernambuco.

SANTOS, Lorival Santana. **A produção do espaço agrário sergipano: estruturação e arranjos (1850-1925).** 2011. 245 p. Doutorado (Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SEADE, **agropecuária do Estado de Sergipe...** São Paulo: Agropec. [199-].

www.sidra.ibge.gov.br

V ENCONTRO CIENTÍFICO E SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO, 2015, São Paulo. **A adubação orgânica e a sua relação com a agricultura e o meio ambiente...** São Paulo: A pesquisa frete à inovação e o desenvolvimento sustentado, 2015.



O PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DE AREIA BRANCA E MALHADOR: UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Júnio Andrade Menezes
Graduando em Geografia -UFS
E mail: junior-andrade-15@hotmail.com

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes -UFS
E-mail: marcelomendesufs@gmail.com

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é umas das políticas públicas mais antigas do país, foi reestruturado no ano de 2009, pela lei nº 11.947 que obriga os gestores municipais e estaduais a utilizarem no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação na compra de produtos alimentícios de origem da agricultura familiar. Com essa reestruturação foi possível criar um mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar e proporcionar melhores indicadores nutricionais para jovens em idade escolar. O presente trabalho tem como objetivo analisar os entraves do Programa Nacional de Alimentação Escolar no fortalecimento da agricultura familiar nos municípios de Areia Branca e Malhador localizados no estado de Sergipe. Para chegar a este objetivo, foram utilizados como procedimento metodológico: levantamento bibliográfico, participação em reuniões no Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR), produção de fichamentos, levantamento de dados empíricos e trabalho de campo. Este artigo é fruto de uma pesquisa que se encontra em andamento, entretanto, pode-se afirmar que existem entraves na execução desta



política pública, ou seja, o não cumprimento dos 30% exigido em lei e as oscilações de investimentos e acampamento dos principais atores envolvidos na política pública. Desta forma, é necessária a continuidade do PNAE e sua melhor execução, pois fortalece os agricultores familiares e contribui para uma melhor segurança alimentar e nutricional das crianças e jovens estudantes dos municípios em questão.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Desenvolvimento Rural.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma atividade que está enraizada na cultura brasileira, entretanto, por muitos anos o pequeno agricultor familiar não possuía políticas públicas específicas que pudesse lhe permitir um mercado forte e uma segurança de cultivar os produtos que garantissem sua alimentação e reprodução familiar. No ano de 2009, através da lei nº 11.947/2009, foi reestruturado o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), considerada uma das políticas públicas mais antigas do país, este fato intensificou a interligação entre os agricultores familiares e a comunidade escolar.

Com as mudanças ocorridas no PNAE em 2009 a que se destaca é a obrigação que os gestores municipais e estaduais passaram a ter, isto é, devem usar no mínimo 30% dos recursos da alimentação escolar na compra de alimentos produzidos no campo, dando preferência aos agricultores locais e assentados. Esse fato é um marco para o fortalecimento dos agricultores locais de cada município brasileiro e fortalece os hábitos alimentares regionais.

Com intuito de compreender o Programa Nacional da Alimentação Escolar nos municípios de Areia Branca-SE e Malhador-SE e seus rebatimentos no desenvolvimento rural



desses municípios, se fez necessário um levantamento bibliográfico, como: CASTRO,2014; FAVARETO, 2015; GRISA e PORTO, 2015; TRICHES e SCHNEIDER, 2010 entre outros. Também, foi importante as visitas aos órgãos públicos para coleta de dados que não estavam disponíveis em meios eletrônicos ou impressos e levantamento de dados empíricos, além da participação em reuniões no Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR).

Os municípios de Areia Branca e Malhador possuem uma área de aproximadamente de 128 km² e 100 km², respectivamente. No ano de 2017 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esses municípios contavam com uma população de 18.489 hab. e 12.691 hab., respectivamente. Além disto, de acordo com dados do Censo Agropecuário 2006, existiam 1.413 estabelecimentos agropecuários em Areia Branca, destes 1.323 eram de agricultores familiares, no município de Malhador eram 1.300 estabelecimentos, sendo 1208 de agricultores familiares. Percebe-se portanto, que a atividade rural em sua maioria é praticada por agricultores rurais que produzem e comercializam seus produtos agrícolas com diversas localidades do estado de Sergipe e com outros estados.

Nos municípios analisados é possível mencionar um grande entrave que os gestores possuem de executarem os 30% exigido em lei, além disto, se analisado a quantidade de agricultores beneficiados com o número de estabelecimentos agrícolas existentes nos municípios a situação se agrava. É necessário que as chamadas públicas possam atender um número maior de agricultores familiares e que todos tenham a oportunidade de participar do Programa Nacional da Alimentação Escolar, pois além de melhorar os índices nutricionais dos jovens, o PNAE deste de 2009 está melhorando também a vida dos pequenos agricultores familiares.



OS OBSTÁCULOS DO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DE AREIA BRANCA-SE E MALHADOR-SE

A Agricultura familiar no Brasil sempre foi de multiracterísticas, sendo um fator que não era levado em consideração no momento das elaborações das políticas públicas. “É aparente seu reconhecimento da existência de uma considerável heterogeneidade no segmento dos agricultores familiares.” (DELGADO e LEITE, 2015, p.242). Desde a década de 90, os gestores criaram novos moldes em relação as políticas públicas destinadas aos Agricultores familiares, destacando-se, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi criado em 28 de junho de 1996, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 02 de julho de 2003 e a reformulação do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) em 16 de junho de 2009.

As políticas públicas se configuram enquanto um importante espaço de ação através do qual o Estado consegue chegar até as diferentes instâncias da sociedade civil, no entanto este não é um contato direto, dada a configuração federalista da república brasileira. Desta forma, as políticas públicas, especialmente as de âmbito federal, acabam percorrendo um extenso caminho desde sua elaboração até sua operacionalização junto aos beneficiários diretos. (FUCHS, NEVES, ETHUR e LOPES, 2015, p. 4)



Ademais:

Nos anos de 1990 a entrada da ideia de agricultura familiar para o repertório dos movimentos sociais e dos gestores públicos foi a principal inovação nas políticas para o rural brasileiro. Na primeira década do novo milênio o mesmo ocorreu com a ideia de desenvolvimento territorial. Não só foi criado um programa específico, o Território de Identidade, mas também uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (FAVARETO, 2015, p 261)

O Brasil registrou um avanço relativamente considerável em relação as políticas públicas com destino aos agricultores familiares, entretanto, ainda existem diversos entraves nas execuções dessas políticas públicas, isto é, na forma que ela é vista pelos gestores e na sua extensão de beneficiados. “A pobreza, a privação de renda e a vulnerabilidade social continuam a afetar muitos desses produtores e suas famílias, da mesma forma como no passado.” (SCHNEIDER e CASSOL, 2014, p. 229). A pobreza afetava um número maior de agricultores familiares no país, este número reduziu nos últimos anos, mas é necessário avançar muito ainda no combate à pobreza rural.

Para tanto, torna-se necessário a atuação permanente do Estado e das organizações e movimentos sociais na publicização de informações, capacitações para o gerenciamento dos projetos, apoio da assistência técnica e extensão rural pública, e subsídios em infraestrutura e para governança e



gestão social dos projetos. (GRISA e PORTO, 2015. p.170)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas mais antigas do país, sendo um mecanismo que proporciona a milhares de jovens uma alimentação razoavelmente satisfatória em índices nutricionais. O Programa foi “Implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.” (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2016). Até meados da década de 1990 a compra de alimentos com destino a alimentação escolar brasileira era feita de forma centralizada, ou seja, o governo federal possuía um órgão responsável por fazer licitação e compra. Contudo, estes alimentos comprados pelo governo federal eram industrializados e com índices nutritivos insuficientes para as crianças nas diversas faixas de idade. Com diversas críticas que este sistema teve na época, o governo de Fernando Henrique Cardoso adotou a descentralização desta política.

Em relação à produção de alimentos, a agricultura familiar responde por parte considerável do abastecimento interno, compondo a dieta alimentar básica da população e oferecendo uma grande contrapartida à produção nacional. (TRICHES E SCHNEIDER, 2010, p. 936)

Os autores DELGADO, CONCEIÇÃO E OLIVEIRA (2005), descrevem que: “Há casos em que o simples anúncio da compra pública de determinada quantidade




de produto é suficiente para elevar os preços agropecuários.” Percebe-se portanto, a necessidade de os gestores proporcionarem espaços e financiamento em cursos de capacitação aos agricultores familiares para os mesmos poderem entrar no Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) e este ciclo fará uma transformação na vida individual e familiar daquele agricultor, além de movimentar a econômica local e regional.

Com a descentralização deste programa, os estados e municípios ficam responsáveis pela execução da alimentação escolar das suas respectivas unidades de ensino, mas mesmo com esta mudança, muitos gestores continuaram comprando e distribuindo alimentos industrializados ou poucos nutritivos nas escolas. “No início a garantia da alimentação escolar se dava, majoritariamente, através do fornecimento de produtos formulados tais como sopas, mingaus, *milk shakes* e enlatados.” (CASTRO, 2014, p.51). Além disto, a disputa pelo comércio estatal ocorria de forma desproporcionada entre pequenos e médios agricultores e grandes oligopólios alimentícios.

Os agricultores familiares que participaram desse processo o faziam competindo com outros fornecedores, como atacadistas e varejistas. Ao contrário do que se pensa, nem sempre seus preços eram competitivos. Primeiro porque seus concorrentes muitas vezes contavam produtos de qualidade inferior (principalmente frutas e verduras); segundo porque sua produção de baixa escala tornava-se onerosa, quando feitas exigências estruturais e logísticas. (TRICHES E SCHNEIDER, 2010, p. 940)



Segundo o autor TRICHES, 2015 “Embora o Programa de Alimentação Escolar seja uma das políticas alimentares mais antigas no Brasil, é somente na última década que ele passa a ser discutido como instrumento de desenvolvimento rural a partir das compras públicas de pequenos agricultores locais” (p. 186). O PNAE é uma política com diversos eixos de atuação: alimentação dos estudantes, diminuir taxas de obesidade na juventude e fortalecer a agricultura familiar, respectivamente.



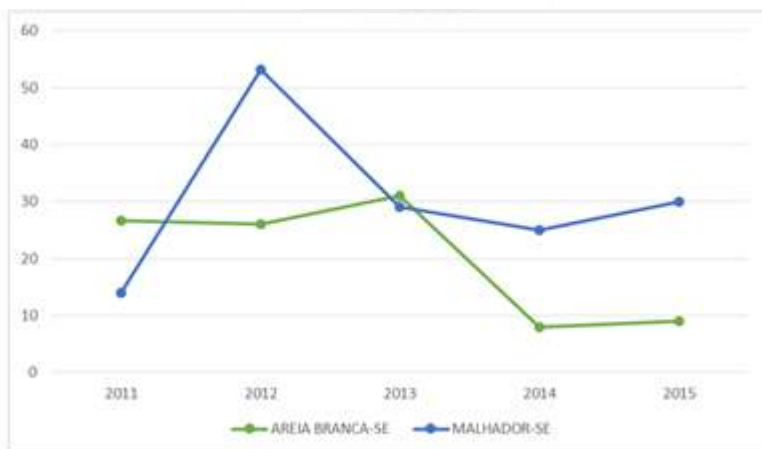
Em relação ao consumo, a aquisição de alimentos mais naturais, sazonais, tradicionais e ecológicos promoveria qualidade alimentar e saúde pública, garantindo o direito ao ato pedagógico. Institucionalizando o processo, o Estado ainda teria a oportunidade por meio da alimentação escolar de educar gostos para alimentos locais, contrapondo-se ao marketing e a cultura do consumo massificado de produtos industrializados. (TRICHES 2015, p.185)

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) está sendo executado nos municípios pesquisados, entretanto, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos anos de 2012 e 2015 o município de malhador (Figura 01) conseguiu atingir o mínimo exigido em Lei, sendo uma localidade que no ano de 2012 chegou aos 53,17% e no ano seguinte aos 29% no percentual da aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. Esse recuo de investimentos nos produtos da agricultura familiar provoca um receio nos produtores, pois essa instabilidade pode provocar atrasos no pagamento e uma fragilidade na entrada de novos agricultores familiares nessa política pública, além disto, os



jovens estudantes que estão adaptados com os produtos nativos da sua região passam a consumir alimentos industrializados e pouco nutritivos.

Figura 01- Percentual dos recursos financeiros destinados a produtos oriundos da Agricultura Familiar



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
Elaborado pelos autores.

Os municípios de Areia Branca e Malhador através das informações pesquisadas são possíveis mencionar que ambos possuem uma dificuldade de atingir o percentual mínimo exigido em lei, sendo que Areia Branca atingiu os 31% no ano de 2013 (Figura 01), após este ano, sofreu um declínio na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Os recursos destinados a aquisição da agricultura familiar é muito pouco se comparado ao recurso geral, ou seja, os recursos existem, mas estão sendo utilizados para comprar outros produtos que não são da agricultura familiar.

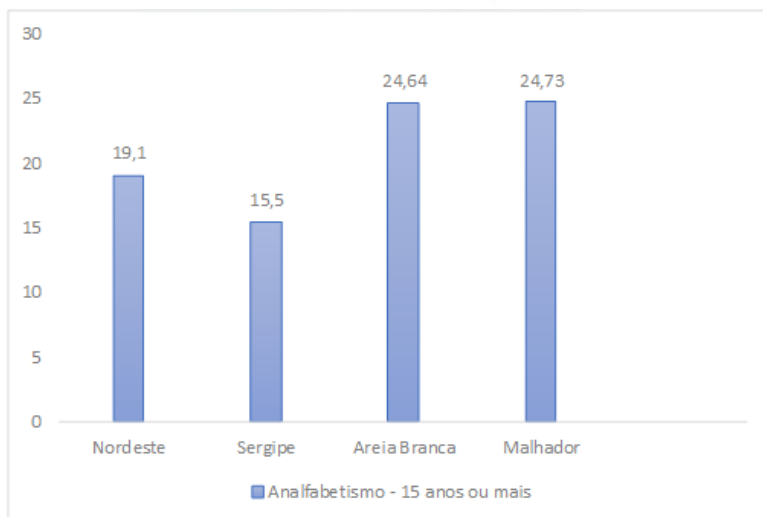
Nos municípios analisados no ano de 2010, apresentaram uma taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais, em Areia Branca foram 24,64% e Malhador 24,73%.



Cabe ressaltar que, essa taxa no Brasil é 9,61%, no Nordeste são 19,1% e em Sergipe 15,5% (Figura 02). São taxas relativamente altas, fato que, demonstra a necessidade de intensificar as políticas públicas para melhorar a educação, o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) por exemplo, é uma das ferramentas que contribui para a permanência dos jovens nas escolas.

Esses dados (Figura 02) demonstram o quanto a educação brasileira perpassa diversos entraves, estes devem ser superados por uma maior atuação do Estado através de políticas públicas e investimentos no trabalho dos docentes. Os números refletem que os municípios pesquisados possuem praticamente os mesmos índices de analfabetismo, entretanto, Areia Branca é o que apresenta uma menor porcentagem. Desta forma, é de suma importância a permanência e maiores investimentos no PNAE para que os alunos possam consumir alimentos nutritivos e participem qualitativamente do circuito ensino-aprendizagem.

Figura 02 - Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais em 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010 e Censo Demográfico, 2010
Elaborado pelos autores.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no aspecto Educação de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil em 2010, são alarmantes, pois quanto mais próximo do zero, mas crítica é a situação educacional do município. Em Areia Branca o IDHM educação é de 0,434 e Malhador 0,442 de IDHM educação no ano de 2010. Esses municípios pesquisados destacam um IDHM educação na mesma casa decimal 0,4, sendo números considerados baixos e refletem a necessidade de uma maior atuação das políticas públicas e também proporcionar melhores condições socioeconômicas a esses moradores. Cabe salientar que, o Índice de Desenvolvimento Humano (educação) no Brasil nesse mesmo ano foi 0,637.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública fundamental para diversos atores sociais, pode-se afirmar que através desse programa milhares de alunos passaram a ter condições físicas de participar do circuito ensino-aprendizagem nas escolas públicas brasileiras. Com a reestruturação do ano de 2009, o programa passa a incluir outras finalidades, isto é, o principal objetivo continuou a de oferecer uma alimentação aos estudantes, entretanto, a alimentação passa a ser focada em produtos oriundos dos agricultores familiares.

Os agricultores familiares através do PNAE produzem, comercializam e melhoram suas condições socioeconômicas, isto é, não é somente os alunos e os agricultores que recebem os benefícios do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), mas sim, todo o município, pois movimenta a economia do município e conseqüentemente gera novas oportunidades para os habitantes.

Essa política pública necessita de mais recursos e melhor gestão para que possa de fato ter uma alimentação escolar de qualidade e nutritiva nas escolas públicas desses municípios, além disto, os recursos devem ser ampliados e revertidos para compra de produtos da agricultura familiar, ou seja, os gestores devem destinar mais recursos para as políticas públicas rurais, em especial, da alimentação escolar, os 30% dos recursos obrigatórios podem ser ultrapassados, desde que haja uma ação em conjunto com os órgãos responsáveis para melhor efetivação e conseqüentemente melhorias nas sociedades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).**



Disponível em <http://atlasbrasil.org.br>. Acessado em 06 de janeiro de 2018;

CASTRO, Terena Peres de. **PNAE: A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para reprodução camponesa: um estudo de caso da associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA)**. São Paulo-SP, 2014, 134 p. Dissertação, Programa de Pós graduação em geografia humana da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo;

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura da Agricultura familiar (PAA)**. Texto para a discussão n°. 1145, Brasília (DF): IPEA, 2005;

DELGADO, Nelsonm Giordano e LEITE, Sergio Pereira. **O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural**. In: Política Pública de Desenvolvimento Rural no Brasil. Editora da UFRGS, 2015, parte 3, pag. 239 – 261;

FAVARETO, Arilson, **Uma década de experimentações e o futuro das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. In: Política Pública de Desenvolvimento Rural no Brasil. Editora da UFRGS, 2015, parte 3, pag. 261– 278;

FUCHS, Jéssica Paola; NEYES, Jonas Andersón Simões; ETHUR, Luciana Zago e LOPES, Alexandre Bernardino. **O PAA no âmbito do desenvolvimento: mapeando os agricultores familiares de Itaqui-RS**. Jornada questão Agrária e desenvolvimento, III, 2015, Curitiba-PR. **O PAA no âmbito do desenvolvimento: mapeando os agricultores familiares de Itaqui-RS**. Curitiba –PR, 2015;



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO. **Dados da Agricultura Familiar de 2011 –
2015.** Disponível em:
<http://www.fn-de.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acessado em 24
de outubro de 2017;

GRISA, Catia e PORTO, Silvio Isopo. **Dez anos de PAA: As
contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural.**
In: In Política Pública de Desenvolvimento Rural no Brasil.
Editora da UFRGS, 2015, parte 2, pag. 155– 180;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA (IBGE). **O Censo Demográfico de 2010.**
Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acessado dia
24 de outubro de 2017;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA (IBGE), **Censo Agropecuário.** Rio de
Janeiro, ISSN 0103-6157, p.1-777, 2006;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA (IBGE). **O município de Areia Branca -
SE.** Disponível em:
[https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&
codmun=280050&search=sergipe|areia-branca](https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280050&search=sergipe|areia-branca). Acessado dia
24 de outubro de 2017;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA (IBGE). **O município de Malhador - SE.**
Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&>

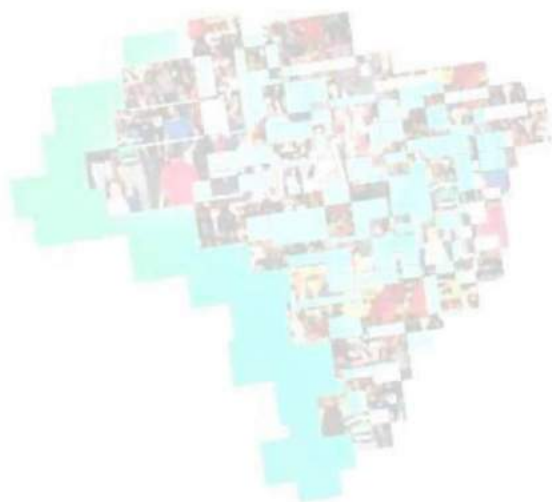


[codmun=280390&search=sergipe|malhador](#). Acessado dia 24 de outubro de 2017;

SCHNEIDER, Sergio e CASSOL, Abel. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014;

TRICHES, Rozane Marcia. **Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural**. In: Política Pública de Desenvolvimento Rural no Brasil. Editora da UFRGS, 2015, parte 2, pag. 181– 200;

TRICHES, Rozane Marcia e SCHNEIDER, Sergio. **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção**. Revista Saúde e Sociedade, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010. ISSN 0104-1290;



EIXO 2 - ESPAÇO URBANO



A PRODUÇÃO ESPACIAL DOS PARQUES PÚBLICOS NA CIDADE DE ARACAJU/SE¹⁶

Larissa Prado Rodrigues¹⁷
Email: larissa4912@hotmail.com

Cristiane Alcântara de Jesus Santos¹⁸
Email: cristie09@uol.com.br

RESUMO

Os espaços públicos de lazer e turismo, enquanto espaços urbanos, são submetidos aos inúmeros processos de produção e consumo das cidades pelos agentes sociais, marcados fortemente pela ideologia classista hegemônica do capital que geram diversos impactos econômicos, sociais e ambientais. Neste sentido, diversas complexidades os envolvem considerando que há uma multiplicidade de agentes que designam (contra-)sentidos no âmbito da produção espacial, refletida *a posteriori* nas dinâmicas de consumo. Assim, as estreitas relações entre as formas de lazer e turismo expressas e materializadas no espaço urbano influenciam demasiadamente a organização espacial da cidade, contribuindo para definição tipológica de algumas estruturas espaciais. Partindo dos pressupostos supracitados, o presente artigo tem por objetivo analisar as formas de produção espacial

¹⁶ Artigo resultante do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Produção e Consumo nos Espaços Públicos de Lazer e Turismo da Cidade de Aracaju/SE” – PICVOL/UFS.

¹⁷ Universidade Federal de Sergipe/UFS, Bacharelanda em Turismo.

¹⁸ Universidade Federal de Sergipe/UFS, Geógrafa. Mestre em Geografia/UFS. Doutora em Geografia, Planificaci3n Territorial y Gest3n Ambiental/Universitat de Barcelona. Professora do Curso de Turismo da UFS.



dos parques públicos tratando empiricamente da cidade de Aracaju, Sergipe. Metodologicamente, a pesquisa está assentada na base quanti-qualitativa que envolveu o levantamento bibliográfico, técnica de observação direta não participante e a pesquisa de campo. Como principais conclusões, analisou-se que o fator localização atrelado aos interesses privados influenciam por completo as formas de produção (e, por conseguinte, do consumo) dos espaços públicos de lazer e turismo na contemporaneidade, em que nuances os distinguem considerando que os processos ocorrem de forma desigual no espaço e no tempo. Deste modo, constatou-se que tais espaços possuem configurações antagônicas e, por vezes, conflituosas, nas quais as inúmeras contradições que podem existir no urbano ligado (in) diretamente à lógica do capital são evidenciadas atreladas também ao lazer e ao turismo na figura dos parques públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Públicos; Produção Espacial; Espaço Urbano.

INTRODUÇÃO

Os parques públicos são espaços de lazeres constituintes da paisagem urbana que se encontram em meio às características e elementos das cidades contemporâneas. Nesses espaços, diversas problemáticas são evidenciadas em decorrência de interesses econômicos privativos que impactam fortemente nos múltiplos aspectos sociais.

Apesar disso, os parques públicos apresentam grande importância social, uma vez que são entendidos como espaços de lazer em meio ao cenário urbano. Estes equipamentos proporcionam àqueles que os visitam a aproximação com a natureza, à prática de atividades físicas e de sociabilização etc., tidos pelos usuários como uma forma eficaz, mesmo que temporária, de fuga dos males da modernidade que assolam os



indivíduos. Concomitantemente, são espaços com grande potencial para as práticas turísticas, tendo em vista que os turistas podem conhecer novos espaços de lazer que caracterizam e revelam aspectos identitários dos destinos turísticos.

Neste sentido, cabe destacar que as questões acerca dos recortes de usos dados aos parques públicos pelos moradores da localidade também são passíveis de discussão, tendo em vista que surge a problemática da apropriação dos espaços públicos de, para e por todos, fator recorrentemente negligenciado em meio às cidades construídas em favor dos interesses do capital, contrariamente aos direitos dos cidadãos. Portanto, a (re) produção espacial atual impacta diretamente nos usos destinados e configurados que perpetuam a injustiça espacial, sendo, deste modo, a produção e consumo indissociáveis, bem como situados em uma relação dialética.

Tendo por base o exposto, torna-se de suma importância analisar as dinâmicas sócio-espaciais dos parques públicos buscando contribuir para a minimização de problemáticas, a fim de que estes possam resultar em espaços públicos, de fato, democráticos, sendo utilizado e apropriado tanto por moradores, quanto por turistas. Além disso, ressaltamos a importância de que os recursos destinados a esses equipamentos sejam distribuídos uniformemente, de acordo com as demandas existentes, visando dirimir privilégios em decorrência de interesses privados que podem gerar e agravar diversas desigualdades e a subutilização de espaços com grande potencial de apropriação para uso em decorrência dos processos de (re) produção extremamente elitistas, discrepantes e excludentes.

Sob essa perspectiva, o presente estudo objetiva analisar, especificamente, as formas de produção do espaço urbano a partir dos parques públicos sob a ótica da realidade da cidade de Aracaju, Sergipe, no qual há de se destacar os



agentes produtores do espaço e seus efeitos no que concerne à (des)(re) organização tangida no plano sócio-espacial. Metodologicamente, a pesquisa está assentada na base quantitativa que envolveu o levantamento bibliográfico, técnica de observação direta não participante e pesquisa de campo realizada nos parques da Cidade, Sementeira e dos Cajueiros localizados na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe.

Deste modo, o presente artigo está pautado, inicialmente, em discussões acerca da (re) produção espacial urbana destacando aspectos teóricos concernentes aos agentes produtores do espaço, suas peculiaridades e efeitos decorrentes de suas ações; para posteriormente adentrar, especificamente, na produção espacial dos parques públicos direcionando para a realidade da cidade de Aracaju.

A (RE) PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA

As tendências privatistas que reforçam valores como a livre-iniciativa, a meritocracia, o individualismo, a acumulação e o consumo desigual estão em constante e crescente efervescência, principalmente nos núcleos urbanos, espaços em que se concentram os interesses do capital sob a égide da lei do livre-mercado, refletindo diretamente na configuração espacial.

Neste contexto, os espaços públicos tornam-se alvo da ideologia classista hegemônica do capital, oriunda de iniciativas privadas, que os transformam através dos processos de produção e consumo, a fim de obter lucro por meio da expansão, da reprodução e acumulação. Em suma, convertem esses espaços em mercadorias que exacerbam a desigualdade e, portanto, geram a (auto) segregação das classes dominadas à mercê das benesses produzidas.

Imersos nas contradições dos espaços públicos urbanos contemporâneos, os parques públicos são



equipamentos que compõem o contexto de produção e consumo capitalista do espaço. Deste modo, são elementos que estão imersos na paisagem urbana, no qual possuem origem na busca e anseio do homem urbano pelo refúgio, pelas características do campo, pelo retorno e (re) encontro com a natureza (GOMES, 2013).

Enquanto espaços públicos de lazer e turismo, os parques públicos das grandes cidades vêm sendo usurpados pelos interesses do capital de diversas formas, refletindo e configurando as dinâmicas de produção e consumo, bem como as relações sócio-espaciais. Nesse sentido, os processos de produção difundidos por esses agentes geram diversas repercussões sociais veladas e ocultas, mas que, inegavelmente e simultaneamente, revelam de forma clara os valores hegemônicos e a classe privilegiada pelas estratégias e ações delineadas. Assim, considerando que os parques são equipamentos que compõem o contexto de produção e consumo do espaço urbano, cabem, inicialmente, discussões acerca deste último, tendo em vista a compreensão das circunstâncias envolta aos parques públicos das cidades.

Para Lefebvre (2008), o fenômeno urbano surpreende dada sua magnitude e complexidade, pois é no espaço urbano que diversas relações espaciais de natureza social ocorrem e são constituídas, tendo como cerne a própria sociedade de classes e os processos concernentes a esta, que envolvem, sobremaneira, os conflitos. Partindo-se desse pressuposto, cabe frisar que o espaço urbano é um reflexo da sociedade e, por isso, revela e ratifica em sua configuração os conflitos e contradições inerentes à lógica capitalista hegemônica, e de mesmo modo, apresenta como característica intrínseca a desigualdade entre os diferentes indivíduos que compõem a dinâmica das cidades.

Diante desse contexto, os espaços urbanos das cidades são resultado, palco, cenário e objeto da luta de classes,



levando-se em consideração os interesses antagônicos existentes entre os indivíduos, na qual de um lado estão aqueles que buscam privilégios direcionando a produção e a reprodução com vistas à acumulação que lhes confere poder; e do lado oposto, os expropriados que demandam (mais) direitos iguais. Em suma, “eis o que é o espaço urbano: fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de luta” (CORRÊA, 2000, p. 9), no qual diversas complexidades o envolvem, dentre as quais o seu modo de produção e reprodução, uma vez que são produtos sociais históricos elaborados por determinados agentes.

Os produtores do espaço urbano são agentes sociais com ou sem capital, formais ou informais que possuem interesse na terra urbana, nas quais grandes tensões entre os mesmos são estabelecidas com maior ou menor intensidade (CORRÊA, 2011). Sob essa perspectiva, Corrêa (2000) destaca entre os principais agentes produtores do espaço urbano capitalista: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Estes atuam ora de modo convergente, ora divergentemente. Entretanto, a lógica predominante, sobretudo aos dotados de maior poder econômico, é sempre a de reforçar a acumulação do capital através da reprodução, a fim de perpetuar privilégios e a lógica dominante. A acumulação do capital, segundo Marx (2013), está no centro das coisas para o crescimento do capitalismo. E que para reforça-la, o sistema do capital cria forças incessantes, dinâmicas, expansíveis e constantes que refletem na modificação do mundo, revolucionando permanentemente o espaço geográfico (HARVEY, 2006).

Logo, a ação desses agentes torna-se complexa, pois são baseadas nas necessidades mutáveis do sistema para garantir a reprodução das relações de produção, bem como



baseada nos conflitos de classe que emergem (CORRÊA, 2000). Através da ação de alguns dos agentes supracitados, o processo de acumulação é mantido, sobretudo, através da apropriação e controle do uso da terra urbana (LEFEBVRE, 1976). Ademais, o espaço urbano é constantemente modificado com vistas a atender aos interesses do capital, levando-se em consideração que “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 1999, p.12), fator que reflete diretamente na (re) produção espacial.

Aqui, dar-se-á ênfase a três agentes modeladores e produtores do espaço urbano capitalista, levando-se em consideração a grande influência destes no processo de produção dos parques públicos, objeto de estudo da presente pesquisa. São eles os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

No que concerne aos promotores imobiliários, observa-se que este setor tem por interesse principal produzir o espaço urbano para torná-lo propriedade privada da classe que dispõe de recursos para o consumo – a demanda solvável. As ações destes agentes se concretizam correlatas ao preço elevado da terra e aos bairros de *status* associados a fácil acessibilidade e eficiência dos equipamentos de suporte aos cidadãos, amenidades e saneamento básico – propiciado, em suma, pelo Estado (CORRÊA, 2000). A partir desse conjunto de fatores a porção do espaço urbano agrega demasiado valor de troca, tornando-se localidades-alvo para a ação de produção dos promotores imobiliários.

Já o Estado apresenta participação na produção do espaço urbano em decorrência da implantação de infraestrutura relacionada aos serviços públicos fornecidos à sociedade civil como calçamento, sistema viário, saneamento



básico, parques, praças, coleta de lixo, etc. Entretanto, a partir das estratégias adotadas pelo Estado no que tange ao planejamento urbano das cidades, observa-se que esse agente atende a uma lógica em seus investimentos para produção do espaço urbano que privilegia determinada classe – a dominante detentora do capital – em meio aos conflitos de interesses dos diferentes indivíduos (CORRÊA, 2000). Desta forma,

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas que também se origina no meio da luta entre as classes, é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente [...] (ENGELS, 1975, p.157).

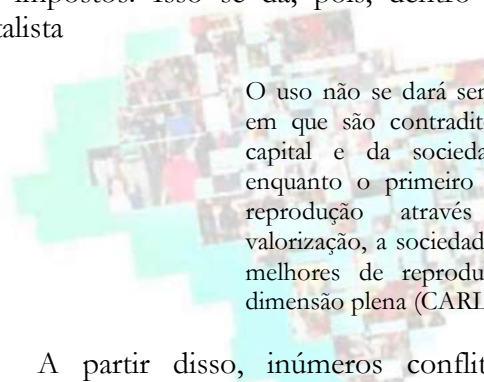
Por conseguinte, as ações do Estado que são entendidas (inclusive) legalmente como de todos e para todos com vistas ao bem-estar coletivo, em verdade, são meros discursos tecnocráticos, uma vez que a classe dirigente na figura do Estado exerce seu poder em prol dos seus próprios interesses afirmando, por ora, a produção de benevolências para o alcance do “desenvolvimento” – mera ilusão (HARVEY, 2006).

Como impacto dessas ações, o Estado reforça a reprodução da lógica capitalista viabilizando o processo de acumulação, ratificando a segregação através de porções do espaço privilegiadas por políticas públicas, investimentos, etc. que são especuladas pelos promotores imobiliários e tornadas privadas com elevado valor de troca. Gottdiener (1997, p. 131) ao discutir essa ideia afirma que “a hegemonia da classe capitalista é renovada através da segregação espacial e através dos efeitos da força normatizadora da intervenção estatal no espaço”. Assim, o principal resultado desse processo pode ser



vislumbrado nos espaços que se tornam restritos e o acesso aos equipamentos públicos exclusivos à demanda solvável que pode arcar com os custos de moradia (valor de troca dos imóveis, impostos e taxas prediais, entre outros).

Por sua vez, os grupos sociais excluídos produzem o espaço urbano capitalista através dos contra-usos (LEITE, 2007) que dão novos sentidos, significados e símbolos aos equipamentos públicos que não estão previstos pelas ações dos agentes de produção supracitados e/ou indo de encontro aos usos impostos. Isso se dá, pois, dentro do espaço urbano capitalista



O uso não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo; enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena (CARLOS, 2008, p.51).

A partir disso, inúmeros conflitos e disputas se estabelecem no espaço urbano, fortalecendo as relações de poder e incentivando, por exemplo, a prática de políticas higienistas advindas do Estado burguês, muito embora os novos significados atribuídos ou contra-sentidos que são distintos dos planejados pelas políticas urbanas, de fato, contribuem para a diversidade dos sentidos existentes no presente dos lugares (LEITE, 2007). Desta forma, corroboramos com os escritos de Lojkin (1997, p. 217) quando este afirma que “se a política urbana capitalista não é uma planificação – no sentido de um domínio real da urbanização – nem por isso deixa de responder a uma lógica: à da segregação social”.



Diante do exposto até o momento, percebe-se que as ações dos agentes produtores do espaço urbano – embora rebatidos através dos contra-usos – reforçam, em diversos momentos, a segregação residencial e sócio-espacial que se caracteriza pela concentração de um determinado grupo de indivíduos que apresentam algum tipo de uniformidade – seja pelo status socioeconômico, etnia, etc. – em algum território com vistas à manutenção de poderes e privilégios seculares (CORRÊA, 2000).

Por conseguinte, pode-se auferir que o espaço urbano em meio aos processos de (re) produção é extremamente conflituoso e foge a qualquer perspectiva de harmonia, equilíbrio e igualdade, uma vez que pode se caracterizar como lugar da expressão dos conflitos (LEFEBVRE, 2008). Ademais, a própria produção espacial carrega em seu processo a luta antagônica de classes que envolvem os interesses do capital *versus* o da sociedade. Como resultado, as relações sociais entre os homens do espaço urbano se materializam na propriedade privada que fornece distinção, conferindo-lhes poder, o direito sobre a cidade e a terra (CARLOS, 2008).

Neste sentido, a (des) organização espacial da cidade apresenta como importante função a reprodução das relações sociais de produção, sempre se adaptando estrategicamente para viabilizar o processo, especialmente através da segregação, pois é através das áreas sociais segregadas que a reprodução pode ocorrer (LEFEBVRE, 1976).

OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DOS PARQUES PÚBLICOS

Conforme destacado anteriormente, a produção e consumo do espaço se expressa pela materialização territorial e as relações sociais inerentes ao processo em que “os novos valores culturais, políticos e ideológicos passam a engendrar as



características de produção e do consumo do espaço hoje” (SANTOS, 2012, p. 283), estando os espaços públicos de lazer e turismo em meio ao urbano e suas contradições, envoltos aos processos supracitados ligados ao reforço da propriedade privada e da expansão da ordem neoliberal. Assim, as formas com as quais o capitalismo e os capitalistas atuam no espaço urbano geram distorções econômicas e espaciais.

Os espaços de lazer, nesse contexto, são apontados por Carlos (1999) como simulações de um espaço novo, simulacros que são consumidos no momento do lazer e turismo, mas que, na verdade, são reduzidos e decorrentes da necessidade de se manter o padrão de acumulação. São mercadorias de uso temporário, levando-se em consideração que são apropriadas no momento do não-trabalho dos indivíduos. O turismo e o lazer apresentam-se como extensão, tendência e estratégia de reprodução, estendendo-se cada vez mais ao espaço global.

Enquanto espaço de lazer imerso nas contradições do espaço urbano e, por conseguinte das cidades, os parques públicos são equipamentos apropriados pela lógica do capital como elemento de valorização da terra para obtenção de renda extra através da exacerbação do valor de troca incorporado ao valor de uso. Como principais impactos das implantações dos espaços de lazer e turismo, a exemplo dos parques públicos, percebe-se a limitação do acesso aos lugares e os novos usos configurados a esses espaços, tendo como resultado final a mudança nas relações entre os cidadãos e a cidade, uma vez que a produção destes possui objetivos classistas e privatistas frente ao coletivo e ao pleno exercício da cidadania. Carlos (1994, p. 24), "se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a



sociedade como um todo, produz o espaço e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir".

Neste sentido, os parques públicos são ferramentas de produção e reprodução espacial do capital, camuflados de espaços verdes que propiciam o encontro com a natureza, com o descanso, etc. através do consumo; mesmo que sejam espaços verdes repletos de deploráveis representações urbanísticas, constituindo um substituto medíocre da natureza, ou seja, simulacros degradados do espaço livre (LEFEBVRE, 2008). Em realidade, vende-se satisfação, geram-se desigualdades, uma vez que a satisfação não é para todos, mas sim para poucos.

Sob as lentes da lógica capitalista, sobretudo frisando a acumulação do capital, os parques públicos tornaram-se justificativa e estratégia da especulação imobiliária para aumento do valor de imóveis nas proximidades desses espaços verdes de encontro à natureza, constituindo os bairros de status (GOMES, 2013). Desta forma, podemos afirmar que, muitos gestores públicos não compreendem a importância dos espaços públicos para a sociedade, uma vez que são espaços garantidos aos cidadãos através da Constituição Federal Brasileira, porém são altamente especulados pelo Estado (ao dotar de infraestrutura) e capital privado, sobretudo, os promotores imobiliários. Devido a essa especulação imobiliária, esses espaços acabam por ter seus usos apropriados por aqueles que residem nas proximidades, ou seja, por classes dotadas de maior poder de compra (e troca), que acabam por possuírem maior acessibilidade.

Por conseguinte, os parques públicos estão, em sua maioria, implantados em locais específicos das cidades e raramente abrangem periferias, subúrbios e locais de população de baixa renda. Os parques públicos inseridos em áreas privilegiadas recebem constantemente assistência do Estado no que concerne a investimentos para manutenção, já



que percebemos a infraestrutura associada à instalação de equipamentos ainda escassos nos espaços públicos das regiões menos valorizadas.

A partir desta lógica torna-se clarividente a tônica de direcionamento dos investimentos públicos, ou seja, é fatídico que existe uma arbitrariedade excludente na produção e organização espacial das cidades para o lazer. Como consequência, a segregação sócio-espacial é gerada juntamente com a ausência do direito ao lazer para os moradores de regiões menos favorecidas. No entanto, a contradição emerge no ponto em que estes moradores contribuem em impostos igualmente e não possuem direito à cidade que “pagam” para morar.

Diante disso, pode-se observar que os parques constituem-se em locais construídos para atender a fins específicos que, nesse sentido, reduz o direito de cidadãos à cidade – já precário e inexistente conforme demonstra a perspectiva lefebvriana ao apresenta-lo enquanto utopia. De fato, averigua-se que os parques públicos são elementos que influenciam na produção do espaço, e por esses processos são influenciados, traduzindo-se os impactos na forma e momento de consumo e nas dinamicidades intrínsecas a estes e às cidades.

No que concerne à cidade de Aracaju/SE, conforme já explicitado anteriormente, a mesma possui três parques públicos, a saber: o Parque da Cidade localizado na zona norte; o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros, ambos localizados na zona sul da cidade. Os mesmos emergiram a partir de intervenções urbanas realizadas na cidade. Embora circunscritos na mesma cidade, os parques possuem distinções dado aos processos de produção dissemelhantes em decorrência dos investimentos altamente desiguais oriundos do setor público fortemente influenciado pelos agentes do capital



privado, possuidores de grandes interesses sobre a terra urbana com vistas à reprodução.

Tornou-se evidente, a partir da observação *in loco*, que os parques públicos localizados na zona sul da cidade – região em que há maior concentração de serviços e residências privadas de alto padrão – são os que mais recebem investimentos e, portanto, são dotados de melhor infraestrutura para os visitantes no que concerne às funções destinadas a esses equipamentos, como prática de atividades físicas, piqueniques etc. Já o Parque da Cidade (mais distante no que concerne aos dois demais parques públicos), está localizado em uma área da cidade de grande carência de serviços públicos de qualidade, onde reside uma parcela da população com menor poder aquisitivo. O parque enfrenta problemas diversos em termos de infraestrutura, o que ocasionou discussões acerca da possibilidade de fechamento para visitação em decorrência da insuficiente destinação de recursos públicos para a sua devida manutenção.

Nota-se que os parques públicos fundados na cidade foram altamente influenciados pelo espaço já produzido no seu entorno, bem como foram responsáveis por delinear, sob o discurso do planejamento neoliberal, morfologias cada vez mais conectadas com os processos de valorização imobiliária dentro do rol das metamorfoses urbanas. Nesse sentido, a produção espacial dos parques públicos advinda da máquina estatal ocorre de modo desleal e desigual considerando que a ideologia hegemônica perpetua os interesses de determinados agentes em detrimento das reais atribuições e funções do Estado, que deveria visar, sobretudo, os desfavorecidos, desprivilegiados, os vulneráveis e marginalizados pela lógica perversa do capital.

Diante desse cenário, faz-se necessário uma crítica ao planejamento tecnocrático realizado pelo Estado e suas formas de reducionismo dos espaços públicos a meros objetos do



mercado, como no caso axiomático do Parque da Sementeira, em que o equipamento é entendido como mercadoria e, portanto, produzido para tal com o objetivo de servir, maiormente, à especulação imobiliária e, conseqüentemente, à lógica do capital.

O Parque da Cidade, apesar de se configurar como um atrativo turístico da cidade de Aracaju e de estar inserido em alguns roteiros turísticos locais, percebe-se que há necessidade de se estabelecer estratégias e ações que visem à melhoria do espaço não somente para os turistas, mas, sobretudo, para o lazer dos residentes. Todavia, há de se destacar que o bairro Industrial, onde está inserido o parque público, e o próprio Parque da Cidade, ainda não são visionados estrategicamente pelos maiores impulsionadores de investimentos públicos no que tange à produção do espaço urbano: os promotores imobiliários, fazendo com que os mesmos permaneçam desmemoriados e postergados pela gestão pública em detrimento dos demais parques acobertados e abarcados pelo mercado imobiliário local.

No que concerne aos promotores imobiliários, estes possuem suas estratégias de especulação com vistas à expansão, reprodução e acumulação do capital a partir da exploração de porções do espaço urbano que são convertidas em mercadoria com exacerbado valor de troca haja vista serem áreas privilegiadas por oferta de infraestrutura e serviços públicos e privados. A produção do espaço realizada por esses agentes é entrelaçada com o suporte do Estado, que prevê ações prioritariamente e de modo direcionado conforme os anseios do capital privado, sobretudo, no caso da cidade de Aracaju, com base nos apelos das construtoras de grandes edifícios para servir de condomínios residenciais, mercado efervescente na localidade.

Deste modo, diante das apropriações realizadas do Parque da Sementeira e, em menor grau do Parque dos



Cajueiros, pelas grandes construtoras com vistas a valorizar os imóveis ofertados no entorno, os promotores imobiliários exercem demasiada pressão para que o Estado invista nestes equipamentos, tanto no que tange à manutenção constante, quanto aos processos de revitalizações. Por conseguinte, os parques públicos valorizados e vislumbrados por tais agentes passam a ser entendidos como extensão e área de lazer semi-privativa dos condomínios localizados ao redor dos mesmos, no qual diversas complexidades os envolvem considerando as dinâmicas de uso, não uso e contra-uso; e os conflitos surgidos a partir dos territórios estabelecidos e delineados no interior desses espaços públicos de lazer a partir da construção das residências nas adjacências, conforme destacam os estudos de Rodrigues e Santos (2016; 2017a; 2017b). Segundo as autoras, esse fator é desencadeado pelas construtoras que, ao ofertar apartamentos nas proximidades do Parque da Sementeira e do Parque dos Cajueiros, apropriam-se destes espaços de modo promocional para elevar o valor de troca dos imóveis, interiorizando ao comprador que o equipamento é elemento constituinte da propriedade adquirida e fazendo com que este estabeleça domínios territoriais – principalmente ideológicos – sobre e nos parques públicos.

Em contraponto aos promotores imobiliários, bem como ao Estado, estão os grupos sociais excluídos, entendidos aqui como os indivíduos advindos de localidades longínquas da cidade de Aracaju com destino aos parques públicos da zona sul (Parque da Sementeira e Parque dos Cajueiros). Os grupos sociais excluídos são compostos majoritariamente por jovens de baixa renda¹⁹ que utilizam o parque de múltiplas formas, atribuindo-lhe diversos (contra-)sentidos. Estes têm seu deslocamento motivado para outros espaços da cidade em decorrência dos seus locais de origem e de moradia serem

¹⁹ Trabalho de Campo, 2016; 2017.



pouco privilegiados com políticas públicas urbanas que incentivem o lazer a partir da instalação de equipamentos, bem como arcando com a manutenção destes já existentes, resultando em estrutura precária e decadente.

Ademais, correspondem a determinados grupos sociais que ao estabelecerem usos distintos daqueles previstos e declarados pela classe dominante – ou seja, a demanda solvável residente das adjacências do parque – tornam-se elementos indesejáveis do espaço, sendo veementes reprimidos por meio de força maior e/ou pelos gestos velados dos residentes que veem, no Parque da Sementeira, mais um território de lazer (semi-privativo) enquanto extensão dos luxuosos condomínios. Todavia, há de se considerar que os grupos sociais excluídos são, igualmente, importantes agentes produtores e consumidores do espaço urbano, uma vez que agregam perspectivas diversas para os espaços dos parques, embora recorrentemente marginalizados pela lógica do capital e seus respectivos agentes.

Deste modo, os grupos sociais excluídos produzem e consomem o espaço urbano capitalista através dos contras-usos. Isto decorre do fato de que apesar dos espaços públicos serem entendidos constitucionalmente como de/para todos os cidadãos, valores sociais dominantes se impõem sobre a forma de uso do espaço urbano, pois uma vez que os mesmos são apropriados, dominados e territorializados; comportamentos, gestos, modelos de construção excluem/incluem; determinando e direcionando os fluxos. A partir disso, inúmeros conflitos e disputas se estabelecem no espaço urbano, transparecendo e perpetuando as relações de poder.

Assim sendo, verificou-se que os parques públicos inseridos em áreas privilegiadas pelo capital privado recebem constantemente assistência do Estado no que concerne a investimentos para manutenção, diferentemente dos espaços públicos das regiões menos valorizadas pelos agentes do jogo



imobiliário, sendo fatídico que existe uma arbitrariedade excludente na produção e organização espacial das cidades para o lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário exposto, faz-se necessário, primordialmente, uma crítica ao planejamento tecnocrático realizado pelo Estado e suas formas de reducionismo dos espaços públicos a meros objetos do mercado, como no caso do Parque da Sementeira mais fortemente – quando comparado ao Parque dos Cajueiros –, em que o equipamento é entendido como mercadoria, servindo, maiormente, à especulação imobiliária e, conseqüentemente, à lógica do capital. Neste sentido, os parques públicos se constituem em peças fundamentais no processo de mercantilização das cidades regidos por uma ordem obscura e perversa, muitas vezes ignorada e travestida como fábula pelos discursos hegemônicos.

Finalmente, em análise comparativa observa-se que as dinâmicas de produção e apropriação dos espaços públicos são distintas, até mesmo em equipamentos que apresentem fins similares e estão alocados na mesma cidade, como é o caso do Parque da Cidade, Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros. Além disso, o fator localização influencia por completo as formas de produção dos espaços públicos de lazer e turismo na contemporaneidade, pois se pôde perceber através da pesquisa realizada que o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros – com grande proximidade –, são muito semelhantes em características, com algumas nuances que os distinguem, levando-se em consideração que os processos ocorrem de forma desigual no espaço e no tempo. Todavia, estão em posição completamente antagonica ao Parque da Cidade considerando que este está localizado em uma região



ainda desfavorecida e desprivilegiada pelo capital privado e, por conseguinte, pelos investimentos públicos haja vista que ambos, sob a lógica capitalista neoliberal, são indissociáveis.

Deste modo, constatou-se que os espaços públicos possuem configurações antagônicas e, por vezes, conflituosas, principalmente quando estão localizados em regiões distintas, nas quais as inúmeras contradições que podem existir no urbano ligado (in) diretamente à lógica do capital são evidenciadas atreladas também ao lazer e ao turismo. Assim, nota-se que há a necessidade de se estabelecer ações que visem à melhoria desses espaços não somente visando a arrecadação de divisas por meio da atividade turística, mas, sobretudo, para os residentes, visando estratégias que possibilitem a apropriação por turistas e pelos cidadãos itabaijanos, tendo em vista a multiplicidade de sentidos que estes espaços representam para a sociedade em função da cultura, hábitos, costumes, que não podem ser negligenciados em detrimento de interesses econômicos sobrepostos à sociabilidade e coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Consumo do Espaço. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri et. al. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.



CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques urbanos e a produção do espaço urbano**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, R. P. **Contra-usos da Cidades: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista (1848)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

RODRIGUES, Larissa Prado; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos. As Dinâmicas de Uso, Não Uso e Contra-Uso dos Parques Públicos da cidade de Aracaju/SE. In: **Anais do XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017a. p. 1-21.

RODRIGUES, Larissa Prado; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos. O Parque da Sementeira como Espaço Público de Lazer, Turismo e Direito à Cidade. In: **Anais do Seminário Nacional 10 Anos do Curso de Turismo da UFS**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. p. 112-122.

RODRIGUES, Larissa Prado; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos. Produção e Consumo dos Espaços Públicos de Lazer e Turismo. In: **II Seminário Nacional de Turismo da UFS**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017b. *No prelo*.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Produção e Consumo de Espaços Turísticos: Apropriação de Espaços Públicos de Lazer e Turismo em Aracaju/SE. In: CORIOLANO, Luzia Neide; VASCONCELOS Fábio Perdigão (Orgs.). **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: Ed. UECE, 2012.



A FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO E AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA(PMCMV) NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU (RMA)

Mário Jorge Silva Santos
Universidade Federal de Sergipe, Laboratório de Estudos
Territoriais(LATER), Doutorando PPGeo/UFS
E mail: mariojorge33@gmail.com

Ana Rocha dos Santos
Universidade Federal de Sergipe, Laboratório de Estudos
Territoriais(LATER) Prof. Dr. PPGeo/UFS
E mail: ana.rochaufs@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as contradições da política de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida(PMCMV) na Região metropolitana de Aracaju(RMA) no período de 2009 a 2014. Para tanto buscamos reconstituir as ações deste programa, localizando e espacializando os empreendimentos imobiliários construídos na RMA e analisando como estes reconfiguraram a dinâmica territorial da região. Estes procedimentos metodológicos foram completados com a realização de trabalhos de campo e entrevistas com os moradores destes empreendimentos habitacionais, com o propósito de desvelar as dificuldades encontradas quanto a permanência nestas unidades habitacionais, bem como as formas de acesso ao sistema de produção e financeirização uma vez que este acesso é controlado pelos agentes construtores e financiadores do espaço, tendo como consequência a produção de profundas



contradições socioespaciais na região. Desse modo, o que propomos neste artigo é que, através do Estado e a política de habitação do PMCMV, o processo de produção da Região Metropolitana de Aracaju reflete as condições e problemas expostos entre a mercantilização do espaço e o consumo coletivo de habitação, que vem se intensificando através da financeirização da habitação que acentua a fragmentação, hierarquização e segregação do espaço regional metropolitano. **PALAVRAS-CHAVE:** Espaço; Financeirização; Habitação.

INTRODUÇÃO

Diante da crise estrutural do capital, que se apresentou a partir de 2008, e também em decorrência da própria já vivida pelo setor da construção civil no Brasil, após a abertura dos seus capitais para o mundo²⁰, através das bolsas de valores, o governo Lula, com o objetivo de dinamizar a economia, e garantir a reprodução do capital, via setor da construção lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Constituído em 2008, se dividiu em fases: a primeira, estabelecida em 2009, por meio da Lei n o 11.977/2009, e a segunda em 2011, com a Lei n o 12.424/2011. Além desses dois instrumentos legais, o programa é regido por uma série de portarias interministeriais e decretos presidenciais. Cada uma das duas fases do programa objetivava construir 1 milhão de

²⁰ De acordo com Martins (2010) a abertura de capital na bolsa de valores por parte das grandes e médias empresas de construção no Brasil, a partir de 2007 provocou uma grande captação de recursos, que foram aplicados na compra de terrenos, esse processo ficou conhecido como nacionalização do setor de construção. Abrir o capital significa receber rapidamente um grande montante de dinheiro em adiantamento, o que significa, conseqüentemente, quando bem aplicado um avanço de concorrência frente às empresas do setor.



moradias para famílias com renda inferior a 10 salários mínimos (SM) mensais.

A estrutura de implementação criada para o programa foge bastante à tradição do setor habitacional no Brasil. A Caixa Econômica Federal (CEF) é gestora operacional do PMCMV, recebendo e aprovando (ou não) as propostas de construção dos empreendimentos apresentadas diretamente por empresas da construção civil. Aos governos locais coube principalmente a viabilização da questão da terra, após a adesão ao programa junto à CEF.

O funcionamento do Programa Minha Casa Minha Vida, até 2014, foi subdividido em três faixas de renda. A faixa 1, que inclui famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos e funciona da seguinte forma segundo a cartilha do programa: a União aloca recursos por área do território nacional e solicita apresentação de projetos; os estados e municípios realizam cadastramento da demanda e, após triagem, indicam famílias para seleção, utilizando as informações do cadastro único.

As construtoras apresentam projetos às superintendências regionais da Caixa Econômica Federal, podendo fazê-los em parceria com estados, municípios, cooperativas, movimentos sociais ou independentemente. Após análise simplificada, a Caixa Econômica Federal contrata a operação, acompanha a execução da obra pela construtora, libera recursos conforme cronograma e, concluído o empreendimento, realiza o seu desligamento.

Segundo dados do Ministério das Cidades (2013), o Programa Minha Casa Minha Vida já contratou, desde seu período de existência, a construção de 3,2 milhões de moradias. Destas, mais de 1,4 milhões já foram entregues e, deste total, o governo Lula (2003-2010) entregou cerca de 700 mil unidades. Entretanto, esses números esbarraram na constatação de que a construção de moradia no Brasil funciona como uma solução para as crises estruturais do capital,



submetendo-se à lógica de reprodução e do lucro por parte do capital especulativo imobiliário, constatado pela perenidade do déficit habitacional no país. Sendo assim, como resultado desse processo, grande parte da população brasileira continua sem acesso à moradia e não é atendida pelos programas de financiamento de habitação, resultante de uma política que sempre repete interesses ligados à movimentação da economia e da indústria de construção, mantendo o poder do Estado.

Neste contexto, Campos (2006) indica que, embora nos últimos anos tenha havido tentativas de descentralizar as políticas de habitação urbana, com um modelo ambíguo de ampliação de competências e atribuições municipais, como no caso do Minha Casa Minha Vida, isto vem provocando com mais força a periferização das populações mais pobres, sejam elas isoladas em favelas ou loteamentos irregulares, sejam aquelas de renda um pouco superior, que passam a viver nos conjuntos habitacionais segregados socioespacialmente.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: PRODUÇÃO HABITACIONAL E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS NA RMA

A Região Metropolitana de Aracaju, criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, é composta pelos Municípios de Aracaju(SE), Barra dos Coqueiros(SE), Nossa Senhora do Socorro(SE) e São Cristóvão(SE), tendo como sede o município de Aracaju. Possui população estimada de 835.654 habitantes (IBGE, 2010). A população da região metropolitana de Aracaju cresce aceleradamente, devido à imigração de pessoas provenientes de outros municípios de Sergipe, especialmente de áreas rurais, bem como de outros Estados da Federação, especialmente de cidades do norte da Bahia. (FRANÇA, 1999)



Na Região Metropolitana de Aracaju, assim como em outras aglomerações urbanas, em seu processo de expansão, amplia-se a abrangência dos fluxos do capital, mais frequentes, seja de pessoas ou de mercadorias, e estreita relações com aglomerações vizinhas, mesmo localizadas descontinuamente, enquanto aumenta seu perfil concentrador e consolida sua importância como elo de inserção do país/região na divisão social do trabalho.

Neste contexto na RMA o PMCMV foi a partir de 2009 o principal responsável pela expansão das unidades habitacionais através da construção de diversos empreendimentos imobiliários principalmente na sua periferia. Isto porque, todos os municípios que compõem a RMA aderiram ao PMCMV como uma política de construção de habitação, com estrutura centrada no papel do financiamento e subsídio, como forma de garantir moradia para a população.

A tabela 01 apresenta, segundo o Ministério das Cidades, o quantitativo de unidades habitacionais entregues no período de 2009 a 2014, na RMA. Observa-se que em toda região foram entregues pelo PMCMV 36209 unidades habitacionais, 20639 na cidade se Aracaju, 2345 na Barra dos Coqueiros, 3313 no município de Nossa Senhora do Socorro e por fim 10112 no município de São Cristóvão.

Essas unidades habitacionais entregues correspondem a todas as modalidades do programa, ou seja, imóveis da Zona Urbana e Rural, nas modalidades de construção executadas por construtoras (FAR Empresas), por Entidades (Associação de Moradores e outras), sendo que neste caso das entidades as unidades habitacionais devem ser atendidas obrigatoriamente na faixa 01 do programa.

Para atender aos objetivos da pesquisa trataremos, portanto, de identificar e analisar as unidades habitacionais construídas na RMA, da modalidade FAR Empresas, ou seja, aquelas feitas por construtoras e incorporadoras, pois



representam a vertente mais contundente e quantitativa dos imóveis construídos na região, uma vez que as demais modalidades têm pouca representatividade no contexto geral produzido, tendo sido excluídas da nossa pesquisa.

Tabela 01: Unidades habitacionais entregues PMCMV na Região Metropolitana de Aracaju. (2009-2014)

Ano	Aracaju/se	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	Total de unidades habitacionais entregues na RMA
2014	5.366	752	1.655	2.822	10.595
2013	4.666	524	461	2.624	8.275
2012	4.261	373	393	1.764	6.791
2011	3.409	360	319	1.636	5.724
2010	2.937	336	285	1.266	4.824
Total	20.639	2.345	3.113	10.112	36.209

Fonte: Ministério das Cidades (2016)

Em termos relativos, de acordo com os dados do MIC há uma concentração de unidades entregues na cidade de Aracaju. O total neste município corresponde a 56,9% de todas as unidades habitacionais entregues pelo PMCMV na RMA, São Cristóvão é o município que mais vem crescendo proporcionalmente na região, tanto em unidades habitacionais entregues, como em número de unidades contratadas.

Conforme a tabela 02, que apresenta o número de contratos por ano do PMCMV, é possível notar essa tendência de crescimento em São Cristóvão(SE). Há uma nítida vantagem quantitativa locacional de empreendimentos do programa no município, em comparação aos outros que fazem parte da região, mesmo diante de várias situações deficitárias na infraestrutura, saneamento e condição de vida da população



que vive nas áreas que estão recebendo estes empreendimentos do programa.

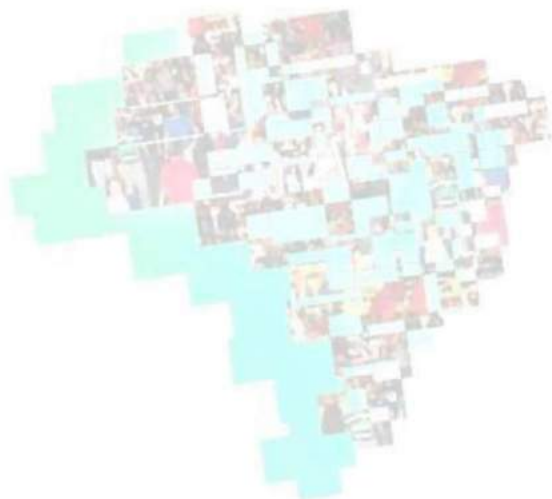




Tabela 02: Unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV na Região Metropolitana de Aracaju.
(2009-2014)

ANO	ARACAJU	BARRA DOS COQUEIROS	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	SÃO CRISTÓVÃO	TOTAL DE UNIDADES HABITACIONAIS CONTRATADAS NA RMA
2014	15.048	2.837	3.063	4.685	25.633
2013	13.767	1.644	3.386	5.187	23.984
2012	9.709	1.140	1.723	3.898	16.470
2011	7.389	919	1.222	3.141	12.671
2010	6.090	455	430	2.705	9.680
2009	2.213	443	-	381	3.038
TOTAL	54.216	7.438	9.825	19.997	91.476

Fonte: Ministério das Cidades (2016)





Já em relação ao número de unidades habitacionais concluídas pelo PMCMV na Região Metropolitana de Aracaju, é importante perceber que pelos dados da tabela 03, há um estoque de unidades construídas em toda a região. Esse número é explicado pelo caráter do programa, que não vincula a construção à entrega, uma vez que as construtoras que aprovam seus projetos junto à Caixa não têm garantia de compra imediata nas faixas 02 e 03 do programa.

Por isso, as incorporadoras passam a ter nesses imóveis uma alternativa de venda mais direcionada a uma determinada parcela da população, apresentando a compra como uma modalidade vantajosa em comparação ao preço de mercado tradicional, uma vez que o comprador pode obter subsídios de até 25 mil reais na compra, além de taxas de juros no financiamento menores que as cobradas pelo mercado tradicional.

Todos esses fatores, entretanto, não são garantias da venda imediata do imóvel, por isso uma das estratégias de venda, é o lançamento do imóvel, antes mesmo da sua construção. Essa tática é usada pelo mercado imobiliário em todos os tipos de construção independente dos programas de habitação propostos pelo governo.



Tabela 03: Unidades habitacionais concluídas pelo PMCMV na Região Metropolitana de Aracaju.
(2009-20014)

Ano	Aracaju	Barra dos Coqueiro	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	Total de unidades habitacionais concluídas na RMA
2014	8.745	1.151	1.906	4.130	15.932
2013	8.363	988	1.099	4.004	14.454
2012	5.961	484	413	2.061	8.919
2011	4.048	471	160	1.143	5.822
2010	1.414	311	3	134	1.862
Total de unidades	28.531	3.405	3.581	11.472	46.989

Fonte: Ministério das Cidades (2016)





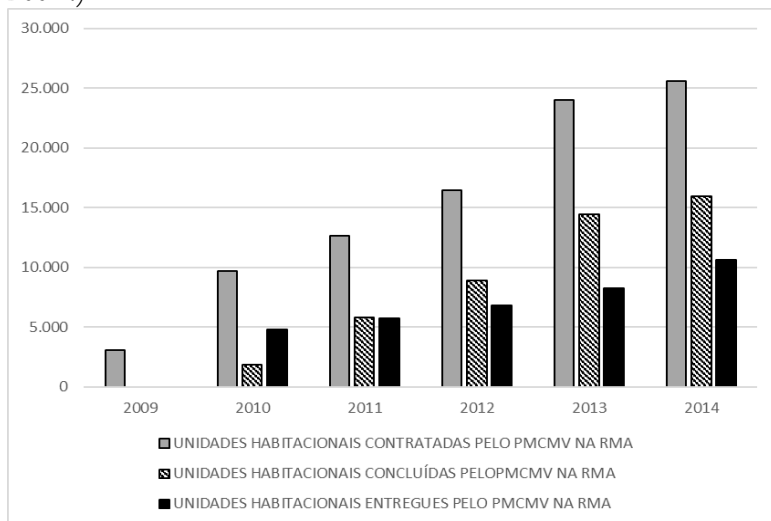
Essa problemática da quantidade de unidades habitacionais concluídas precisa ser analisada pela concentração de imóveis a serem negociados nas faixas 2 e 3 do programa, o que acarretou ao longo desses cinco anos uma possível sobrecarga de produção de imóveis destinados a essa faixa de renda. Se junta a isso o fato de que esse estoque pode significar a incapacidade econômica de absorver essa quantidade de imóveis por parte dos possíveis compradores.

O gráfico 01 nos remete a essa realidade, ao apresentar as características do programa, a partir do comparativo entre as unidades contratadas, as unidades concluídas e as unidades entregues. No caso da Região Metropolitana de Aracaju, no período estudado, é possível perceber que essa tendência de estoque de unidades habitacionais concluídas, começa a ser vista a partir de 2012 e esse é um processo que continua crescente nos anos seguintes.

Sendo assim, pelos dados obtidos, e considerando a diferença quantitativa entre o número de unidades habitacionais concluídas e o número de unidades habitacionais entregues, chegamos a conclusão que em toda região Metropolitana de Aracaju, existe um estoque de unidades concluídas do PMCMV de 10780 unidades habitacionais. Em Aracaju esse número é de 7892 unidades, na Barra dos Coqueiros 1236 unidades, em Nossa Senhora do Socorro 468 unidades e em São Cristóvão 1360 unidades habitacionais.



Gráfico 01: Unidades habitacionais contratadas, concluídas e entregues pelo PMCMV na Região Metropolitana de Aracaju. (2009-2014)



Fonte: Ministério das Cidades (2016)

É importante salientar que no caso dos poucos empreendimentos construídos na faixa 01 do programa na RMA, esses como se tratam de imóveis com subsídios do governo com pagamentos que podem chegar a até 96% do preço do imóvel, seus proprietários selecionados pelas prefeituras fazem a sua ocupação imediata, não produzindo nenhum tipo de estoque.

Isto tem como consequência direta no sistema de financiamento de habitação a preferência por construção e a grande quantidade de unidades habitacionais oferecidas pelas construtoras e suas incorporadoras dentro das faixas 2 e 3 do Programa Minha Casa Minha Vida, com o uso na mídia de propagandas que diferencia e qualifica os empreendimentos a partir de sua inserção nesta política de habitação.



Além disso, percebe-se também que o nível de comercialização desses imóveis é bastante alto. A materialização mais marcante desse problema é a grande quantidade de imóveis com placas de aluga-se e vende-se encontradas nos diversos empreendimentos observados nos trabalhos de campo, bem como a venda desses imóveis através de corretoras e anúncios em sites de internet, com uma alta concentração nas unidades das faixas citadas.

Por outro lado, a financeirização da habitação, locomotiva do PMCMV, produz uma contradição ainda maior, o número pequeno de contratos na faixa 01 do programa. Isto porque as construtoras não se interessam por essa modalidade de construção, além disso, os recursos nessa faixa são provenientes do Governo Federal, oriundos do Orçamento Geral da União e dependem de liberação política.

Em entrevista com um diretor comercial de uma das construtoras que atua no mercado de construção da RMA e que já teve projetos aprovados junto à CAIXA na faixa 01, foi possível entender que o lucro e as dificuldades de adequar o custo da construção e o valor máximo por unidade habitacional exigido pelo programa. No caso da região metropolitana uma variação máxima 76 mil reais por unidade habitacional, com prestação sem comprometer mais de 10% da renda familiar são os grandes problemas apontados.

Diante desse quadro, as construtoras não se mostram interessadas nesse tipo de construção, uma vez que a seleção dos proprietários é feita pelas prefeituras e a margem de lucro apesar dos subsídios pagos pelo governo, que pode chegar a 95% do valor do imóvel, dependendo da renda e do valor final da unidade, esse quadro não agrada aos construtores, pois a margem de lucro diante do valor da terra e os custos de construção são, segundo o entrevistado, muito pequena.

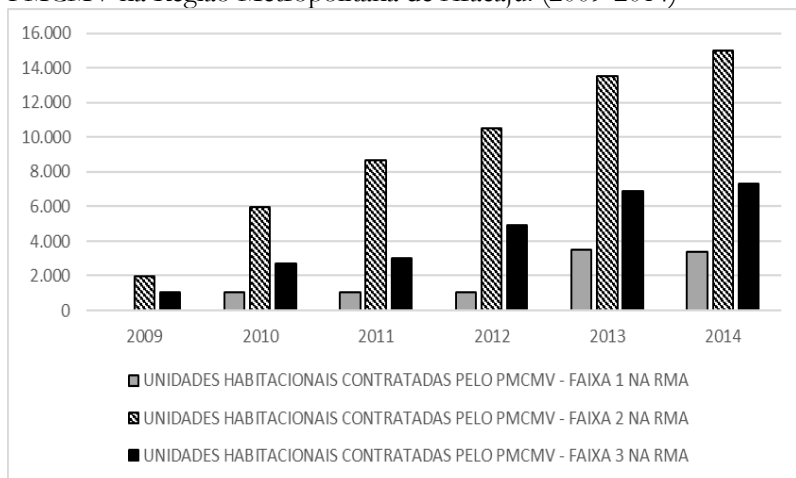


- Para garantir o máximo do subsídio é necessário baratear o preço final dos imóveis para essa faixa do programa. Por isso a busca por terreno e por formas de diminuir os custos da construção torna-se complicado na realidade da cidade e até dos municípios vizinhos. Preferimos a faixa 2 e 3, a não ser que a prefeitura entre com o terreno. (Agente construtor)

Além disso, os recursos para pagamento dessas unidades ainda que possam chegar a 96% do valor total, provêm dos recursos do OGU (Orçamento Geral da União) e dependem de fatores políticos para serem liberados, podendo ser cortados ou diminuídos ao longo do exercício fiscal anual. Essa realidade é bem significativa ao analisarmos o gráfico 02. Ele nos mostra a quantidade de contratos por faixas do programa na RMA. Apesar de ter havido uma evolução na quantidade de contratos na faixa 01, esses contratos não se materializaram no número unidades entregues nessa faixa do programa.



Gráfico 02: Unidades habitacionais contratadas por faixas pelo PMCMV na Região Metropolitana de Aracaju. (2009-2014)



Fonte: Ministério das Cidades (2016)

Por outro lado, as faixas 2 e 3 cresceram vertiginosamente em números de contratos, e alcançaram resultados também maiores na entrega das unidades habitacionais na região. Isto posto, parece ser melhor negócio, vender casas a prover habitação.

Essa realidade pode ser confirmada de acordo com os números do quadro 01. A quase insignificante quantidade de habitações entregues na faixa 01 no período de 2009 a 2014 na RMA. Apenas 1.631 unidades, concentradas nos municípios de Aracaju e São Cristóvão.



Quadro 01: Unidades habitacionais entregues pelo PMCMV pela faixa 1 na Região Metropolitana de Aracaju de 2009 a 2014.

RMA- Municípios	Empreendimentos do PMCMV – faixa 01	Unidades habitacionais	Bairro
ARACAJU	Residencial Jardim Santa Maria	281	Santa Maria
	Residencial Santa Maria	468	Santa Maria
	Residencial Zilda Arns	144	Cidade Nova
	Residencial Jaime Norberto	369	Porto Dantas
SÃO CRISTÓVÃO	Residencial Vila Real	369	Rosa Elze
TOTAL	05	1631	04

Fonte: CEF (2016) e trabalho de campo.

Como se tratam de unidades habitacionais, compradas com subsídios quase que total em relação ao valor do imóvel, com recursos financeiros do OGU, os dados informativos desses empreendimentos bem como seus beneficiados são públicos e divulgados na área virtual do CEF no sítio do PMCMV.

Esses empreendimentos estão localizados em Bairros periféricos da região, como os Bairros Santa Maria e Porto Dantas em Aracaju e o Bairro Rosa Elze em São Cristóvão.

Analisando essa problemática, do baixo número de empreendimentos, voltados à faixa 01 do PMCMV, na cidade de Aracaju, FRANÇA, S. (2016) aponta que esses empreendimentos apresentam vários problemas:

Esses empreendimentos voltados para famílias de baixa renda estão em bairros que apresentam condições de



infraestrutura e serviços públicos insuficientes e fora do tecido urbano consolidado, dificuldade de acesso a transporte público, com entorno cercado de grandes glebas, a exemplo do Residencial Jaime Norberto Silva, localizado no bairro Porto Dantas, um dos mais carentes e problemáticos no tocante a saneamento básico, mobilidade e criminalidade e, portanto, com baixo valor da terra. (FRANÇA, S., 2016, p.85)

Trata-se de empreendimentos, que foram construídos e entregues a famílias de baixa renda, na maioria dos casos provenientes de áreas de assentamentos subnormais, ou de moradores de ocupações de outros lugares da região e que receberam os imóveis por satisfazerem os critérios sociais e sorteados por listas públicas.

Grande parte dos moradores desses condomínios não viviam no bairro onde os empreendimentos foram construídos. Eles tiveram suas vidas transformadas no seu cotidiano, o que acarreta em uma série de dificuldades de se adaptar à nova realidade, ainda que tenham adquirido uma casa para morar.

Essas dificuldades podem ser analisadas a partir de várias perspectivas, a primeira é estruturante, trata-se da ruptura com os meios de produção social de vida, já que são famílias carentes e que viviam em sua maioria de atividades ligadas a própria localidade onde moravam, o que provoca em muitos proprietários dificuldades de permanecer no imóvel recebido. Outro problema que detectamos nesta pesquisa, em relação aos empreendimentos construídos nesta faixa na RMA é a dificuldade encontrada pelos moradores em relação a responsabilidade por parte dos construtores no processo de



manutenção da estrutura física dos prédios, o que acaba por provocar uma rápida deterioração dos imóveis.

- Aqui quando a gente tem um problema é maior dificuldade pra resolver, parece que a gente recebeu a casa de favor, a construtora não vem resolver nada, parece que quem mora aqui é cachorro! (Morador do Residencial Zilda Arns)

Quanto ao tipo de imóveis construídos, os empreendimentos são compostos por blocos de apartamentos, com áreas fechadas, por muros ou cercas. Os moradores além da prestação do imóvel são obrigados a pagar a taxa de condomínio, água e luz.

No caso desses empreendimentos, a existência de muros e cercas não se configura na garantia de segurança. São muitas as reclamações referentes a assaltos e roubos nos apartamentos especialmente em virtude dos primeiros meses em que os imóveis foram ocupados. Muitos moradores desses empreendimentos acabam sendo obrigados a vender seu apartamento por total falta de condição financeira, inclusive de pagar taxas e outras obrigações. Além disso, há também um aproveitamento de especuladores que compram esses imóveis e revendem no mercado, dentro de uma lógica de revalorização do espaço, obrigando mais uma vez a população mais pobre a voltar para áreas ainda mais periféricas ou até mesmo para antigas localidades ocupadas.

Já os empreendimentos destinados à faixa 2 e 3 do PMCMV, espalhados pela RMA, como se tratam de empreendimentos voltados a famílias com rendimentos superiores a três salários mínimos, regido sob a forma de contratos bancários, torna-se difícil a identificação dos empreendimentos de forma individualizada, visto que a sua



construção não significa a entrega efetiva das unidades habitacionais.

Os dados informados pelo Ministério das Cidades, gestor do PMCMV, subtraindo-se aqueles que pertencem a faixa 1, ou seja 1631, e aqueles construídos por Entidades, que somam 873, nos remete a entender que foram entregues na RMA 33705 unidades habitacionais pelo programa nas faixas 2 e 3 na RMA de 2009 a 2014.

Esse número é conflitante à medida em que se busca confirmar na base local de informações (Prefeituras e localização via trabalho de campo de empreendimentos construídos pelas faixas 2 e 3 do programa na RMA) e muitas vezes tornam-se até distante da realidade levantada com os órgãos de licenciamento de obras, contratação e financiamento dessas unidades, pois como já exposto, trata-se de contratos financeiros.

Entretanto, os trabalhos de campo com levantamento desses dados, bem como as consultas a base de dados dos órgãos responsáveis pela liberação de obras nos municípios da região metropolitana, e em consonância com os dados levantados junto à Superintendência local da Caixa Econômica Federal, apontam para a construção de 17744 unidades habitacionais nas faixas 2 e 3 do PMCMV, entre 2009 e 2014, na Região Metropolitana de Aracaju. (Tabela 04)



Tabela 04: Comparativo do número de unidades habitacionais entregues pelo PMCMV na RMA identificadas com os trabalhos de campo e o número de unidades informadas pelo Ministério das Cidades de 2009 a 2014.

<i>RMA- Municípios</i>	<i>Empreendiment os do PMCMV – faixa 02 e 03²¹</i>	<i>Unidades habitacionais ²²</i>	<i>Unidades habitacionais ²³</i>
ARACAJU	47	10464	19062
BARRA DOS COQUEIRO S	10	1904	2195
N. S. DO SOCORRO	08	2136	2762
SÃO CRISTÓVÃO	15	3240	9686
TOTAL	80	17744	33705

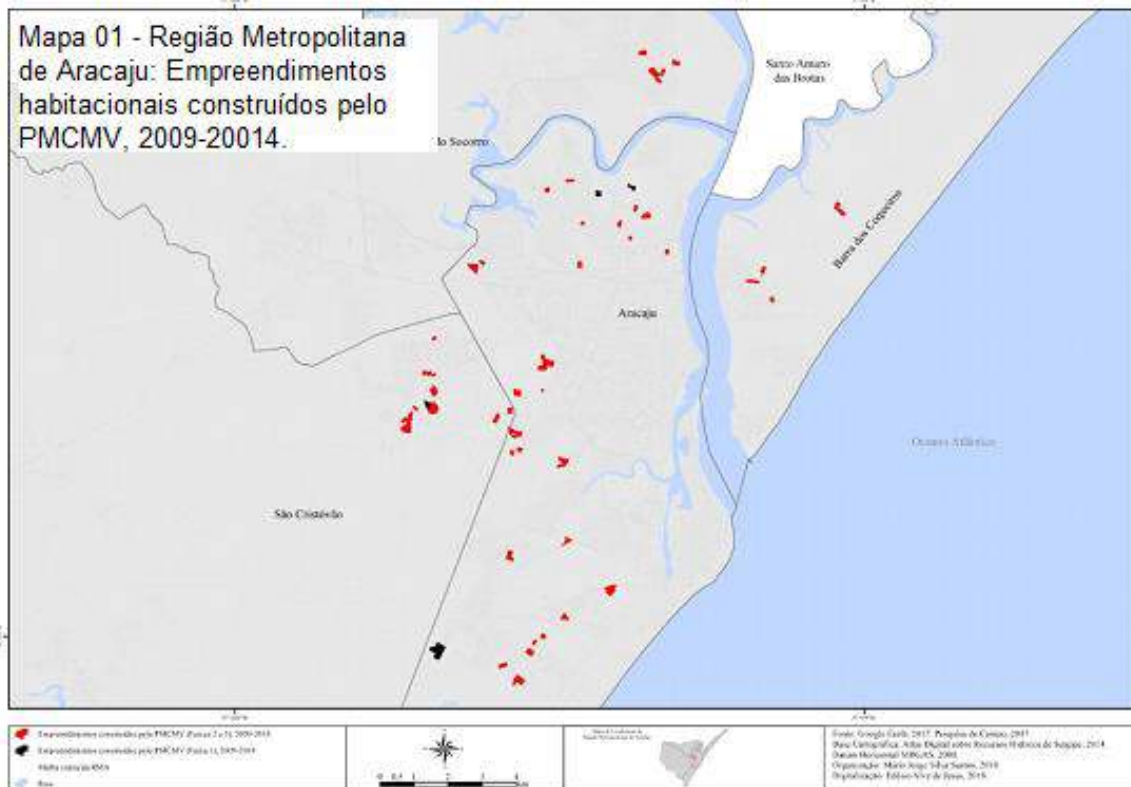
Fonte: Ministério das Cidades e Trabalhos de Campo.

O mapa 01 espacializa todos os empreendimentos construídos pelo PMCMV na RMA sendo possível notar uma concentração de empreendimentos da faixa 2 e 3 em determinadas áreas da RMA, essas áreas são:

²¹Informações levantadas através das prefeituras dos municípios, Superintendência da CEF e trabalhos de campo.

²² Informações levantadas através das prefeituras dos municípios, Superintendência da CEF e trabalhos de campo.

²³ Informações do Ministério das Cidades.





- 1- Em Aracaju na zona oeste, no Bairro Jabutiana e na zona sul, nos bairros Santa Maria e Zona de Expansão;
- 2- Barra dos Coqueiros, na SE 100 e no Centro;
- 3- Nossa Senhora do Socorro no Complexo Taiçoca;
- 4- São Cristóvão no Bairro Rosa Elze.

Essa concentração nos leva a considerar duas grandes dinâmicas diferenciadas de expansão urbana a partir do PMCMV, com realidades opostas na RMA: a primeira são os empreendimentos construídos nas faixas 2 do programa na periferia da região, e a segunda dinâmica são empreendimentos habitacionais voltados para a faixa 3, concentrados em Aracaju, no Bairro Jabutiana e na Zona de expansão.

Estas duas localidades concentram 70,2% de todas as unidades habitacionais construídas pelo PMCMV nas faixas 2 e 3 na Região Metropolitana de Aracaju, somando juntas 12314 unidades habitacionais em apenas 5 localidades da região. Isto significa que há uma tendência clara de uma determinada localidade, em detrimento de outras. A fragmentação do espaço na região é estrategicamente pensada como promotora de uma hierarquização planejada, como o objetivo cada vez mais claro de segregar, separando espaços pela condição social e econômica, a partir do acesso à habitação.

O capital, na sua lógica de reprodução, usa desses empreendimentos como estratégia de revalorização do solo urbano da região, aprimorando ainda mais o processo de fragmentação e segregação, estabelecendo uma divisão social do espaço, uma vez que esses empreendimentos são produzidos dentro de uma lógica de separação entre as condições materiais de existência nas periferias onde são impostos, e a condição social e econômica dos moradores locais e aqueles que se tornam proprietários desses imóveis.

Isto porque, cada vez mais a região é ocupada e separada por classe social. A elite toma conta das áreas mais privilegiadas, onde estão disponibilizadas as melhores



estruturas básicas de equipamentos urbanos, infraestrutura, saneamento, acesso a serviços públicos, equipamentos de lazer, transporte e mobilidade, todas as formas materializadas do trabalho coletivo, e para continuar se reproduzindo a “habitação mercadoria” é usada para promover a separação do/do espaço a parcela da população mais rica em detrimento dos mais pobres.

No nosso caso, essa separação acontece não só no espaço intraurbano da cidade que centraliza as funções urbanas da região, ela se espalha por toda a região. A (re)produção da segregação socioespacial na RMA serve à lógica da reprodução das desigualdades, ela se mostra na oposição entre o centro e periferia urbana regional e entre própria separação imposta pelo estado que divide e delimita zonas geograficamente distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte dos empreendimentos habitacionais do PMCMV vem sendo construídos na RMA próximos a localidades já ocupadas e com adensamento populacional promovido pela existência de conjuntos habitacionais, entregues nas décadas de 1980 e 1990, e por ocupações já consolidadas em virtude de loteamentos legais e ilegais próximas a estas áreas.

Embora distante da área urbana mais integradas a malha urbana de Aracaju, e construídos nas franjas da RMA, essas porções do espaço foram ao longo do tempo, estocadas pelo setor imobiliário da economia, que os reservaram, usando-os nos momentos de crise como espaço se pauta pela liquidez do mercado financeiro, que eleva a níveis exponenciais a lógica da produção da cidade como negócio. (ALVAREZ, 2015)



A pequena quantidade de empreendimentos construídos pelo PMCMV na faixa 01 do programa, demonstra a dificuldade no acesso à terra urbanizada e barata para viabilizar a produção de habitação de interesse social na RMA, frente à grande demanda de terra para as faixas 2 e 3 do programa.

Outra hipótese e explicação apontada por França (2016) é de que o principal entrave se encontra na característica do mercado imobiliário local que visualiza maior rentabilidade para os empreendimentos destinados às classes econômicas maiores além disso a falta de articulação para doação de terrenos de propriedade pública pelos governos municipais também é um dos pontos que dificulta a implantação de conjuntos para essa faixa de renda.

O fato é que as diretrizes estabelecidas para implantação do PMCMV proporcionam ao mercado a livre escolha da localização dos empreendimentos, em um cenário de ausência de instrumentos de controle do valor da terra e também da ocupação de áreas sem disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos.

Isto porque, como analisa Volochko (2015):

Se antes a terra possuía um valor de uso ligado muitas vezes à especulação- ou ligado a outras atividades, como a industrial - a incorporação efetiva de trabalho humano que se materializa na edificação de novos imóveis e suas ligações com o restante do espaço urbano – conexão a rede elétrica, viária, de saneamento, ao comércio, às centralidades diversas - permite realizar um salto qualitativo em termos de valor de uso desses terrenos, o que realiza a valorização do solo incorporado a esse



novo valor de uso que socializa as positivities urbanas. Essa valorização fundiária ligada à mudança de uso do solo e que estabelece um valor de uso potencializado faz com que no mercado fundiário esse solo apresente um valor de troca elevado relativamente a outros terrenos que possuem essas articulações às infraestruturas e equipamentos urbanos. O preço do solo, assim se eleva. (VOLOCHKO, 2015, p.115)

Isso vem proporcionando a atenuação da periferização da produção habitacional na RMA, que ocorre intensamente em Aracaju nos bairros Jabotiana e na Zona de Expansão Urbana. Em Nossa Senhora do Socorro no complexo Taiçoca, especialmente nos conjuntos Marcos Freire II e em São Cristóvão no bairro Rosa Elze, nas proximidades do Conjunto Eduardo Gomes e na Barra dos Coqueiros no litoral, sentido Bairro Atalaia Nova.

Se existe uma supervalorização do preço das terras e dos imóveis nas periferias, ela ocorre de forma lenta, uma vez que necessita da ação do Estado, central para realizar de modo pleno a valorização do espaço e isso se materializa com a construção de condomínios, que não é outra coisa que um processo sucessivo de valorização, necessária para a lucratividade do empreendimento.

No caso da RMA, partimos da lógica expressa de que a interface do capital e do Estado, articula-se na valorização imobiliária e valorização do solo através da construção efetiva das formas e características dessas construções e na forma ideológica desses produtos. A questão é que o processo de valorização imobiliária das periferias da RMA produz a valorização do espaço.



Através do PMCMV, o Estado viabiliza a reprodução imobiliária e financeira promovendo a valorização e produção de fragmentos espaciais de áreas metropolitanas periféricas e assegurando a continuidade das estratégias do capital (VOLOCHKO, 2015).

No caso da RMA, esse processo, se configura em um verdadeiro fracasso, quando se trata de contribuir com a diminuição do déficit habitacional na faixa de família com renda mensal de 0 a 3 salários mínimos, justamente a parcela que mais necessita de acesso à moradia como direito e dignidade.

Isso se confirma ao analisarmos os números comparativos entre a quantidade de unidades habitacionais construídas para as famílias com renda de 0 a 3 salários, na RMA Aracaju pelo PMCMV e o déficit total absoluto de moradias nessa mesma faixa de renda, o quadro se completa ao apresentar a contradição expressa na mesma tabela ao se comparar a superioridade do quantitativo de unidades habitacionais construídas pelo PMCMV nas faixas 2 e 3 (famílias com renda de 3 a 10 salários) em comparação a necessidade absoluta apresentada pelo déficit total nesta mesma faixa de renda.

Tabela 16: Distribuição das Unidades Habitacionais do PMCMV e o Déficit Habitacional 2015 – PMCMV. 2009 a 2014 na RMA.

Região Metropolitana de Aracaju - RMA	Até 3 salários	%	De 3 a 10 SM	%	Total
Déficit habitacional - 2015	24350		7805		32155
Número de unidades habitacionais	1.631		34290		36209

Fonte: Ministério das Cidades, 2017. Fundação João Pinheiro 2017.



Sendo assim, os empreendimentos do PMCMV, não são construídos na totalidade do tecido urbano da RMA, pois seguem uma lógica de produção guiada por estratégias de valorização que selecionam e hierarquizam as diferentes áreas da região metropolitana para concentrar investimentos, revelando a seletividade dos capitais e imprimindo uma lógica de segregação socioespacial nos lugares.

Todo esse processo, é marcada pela ação do Estado e do capital financeiro imobiliário que através das políticas de habitação, subordina os interesses sociais, transformando o direito à moradia, em uma mercadoria.

A princípio, o que podemos concluir é que na RMA os empreendimentos do PMCMV têm sido usados pelo capital financeiro imobiliário como estratégia de reprodução do capital e acentuando a segregação socioespacial e valorização fundiária, resultando numa região metropolitana cada vez mais excludente e desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Isabel Pinto, A moradia como negócio e valorização do espaço urbano metropolitano. In: **A cidade como negócio**. Ana Fani Alessadri Carlos, Danilo Volochko, Isabel Pinto (orgs). São Paulo: Contexto, 2015.

CAMPOS, Antônio Carlos. A construção da cidade segregada: O papel do Estado na urbanização de Aracaju. In: ARAUJO, H. M. et. al. **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão. Editora UFS, 2006, p. 223-245.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **Estado e mercado na produção contemporânea de habitação em Aracaju - SE**.



Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, 2016.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado & Metropolização**. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.

VOLOCHKO, Danilo. **A produção do espaço e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo**. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.





AS FACES DO ESTADO E O MARKETING DA CIDADE PARA TODOS

Mariany Steffany de Carvalho Teles²⁴

Bruno Nascimento Neves Bastos²⁵

Antonio Carlos Campos²⁶

RESUMO

O presente artigo visa analisar a contradição entre o marketing imobiliário e os slogans das gestões urbanas dos últimos quinze anos na cidade de Aracaju com vistas nos discursos das políticas habitacionais frente à realidade das construções realizadas através dos diferentes programas sociais. A pesquisa de base qualitativa e do tipo exploratória envolve levantamentos de dados secundários através dos diferentes planos de governos municipais, bem como as análises dos arquivos dos websites e matérias jornalísticas de 2000 a 2015, para compreender em que medidas podemos comprovar a formulação de propostas que poderiam ou não garantir uma cidade com qualidade de vida ou mesmo, a justiça espacial.

PALAVRAS-CHAVE: Agentes; Marketing imobiliário; Produção do espaço.

²⁴ Graduando DGE/ UFS- Bolsista PIBICVOL.
marianysteffany.teles@hotmail.com

²⁵ Graduando em Geografia – Licenciatura e Bolsista Voluntário no
LABERUR/DGE brunobastos07@hotmail.com

²⁶ Prof. DGE/ UFS – Doctor en Geografía, Planificación
Territorial y Gestión Ambiental Universitat de Barcelona – ES.
antonio68@gmail.com



INTRODUÇÃO

A partir da premissa de o Estado tem assumido o papel de protagonista no processo de produção do espaço urbano de Aracaju, buscamos discutir as ações do poder público municipal no sentido da criação das imagens da cidade e da sociedade urbana que levaram a induzir estratégias de marketing urbano tanto por parte da administração pública quanto da iniciativa privada como elemento fundamental de uma política de atração de investimentos, empregabilidade e ampliação da participação popular pautada sob a ideia de sustentabilidade.

Neste sentido, analisamos as políticas de construção de habitações direcionadas a população de mais baixos extratos de renda, contemplados nos programas de assentamento urbanos: Moradia Cidadã (2000 - 2008), Programa de Arrendamento Residencial (2001 - 2009) e, as iniciativas dos setores mercadológicos e social do Programa Minha Casa Minha Vida (2009 - 2017) realizadas no município de Aracaju.

O cerne da pesquisa ressalta o papel contraditório do Estado, que atua das mais diferentes formas possíveis, através das funções de promoção e legitimação da localização diferenciada na cidade. Sua ação se constitui de duas formas básicas, conforme assinala Mark Gottdiener, que de um lado precisa intervir a fim de preservar as coerências do espaço social, no que diz respeito a manutenção dos valores de uso e de troca, no mundo da mercadoria, e de outro se revela como patrocinador da dominação/ diferenciação de classes, através das intervenções em favor da acumulação do grande capital (GOTTDIENER, 1997).

Neste contexto, de acordo com Carlos (1992), a ideia de cidade e do urbano como espaço de produção do modo de vida urbano, com relações tensionadas pela contradição entre a apropriação do valor de uso e de troca que se dá na sociedade



capitalista produz o espaço mediado pelos conflitos existentes produzidos durante os ciclos de valorização desigual do capital e de frações do espaço urbano inseridos no mercado.

Assim, a paisagem urbana traz elementos que mostram a história da cidade como bem patrimonial que fundamenta a produção do espaço, como por exemplo, a arquitetura do centro de uma cidade e de sua periferia. Há, portanto, a produção da diferença entre paisagem e imagem urbana. A Paisagem geográfica pode reproduzir uma história, “é a análise que o homem pode ter sobre determinado lugar (lugar como identidade ou apropriação)” (CARLOS, 1992, p. 17); enquanto que a imagem é formada por uma análise de fora, sem retirar o homem, pois é ele quem produz e faz parte do espaço, ou seja, a produção humana, mediada pelo trabalho está em constante mudança, pois o ser humano tem a necessidade de produzir, habitar, modificar, viver.

Neste aspecto, conforme o ritmo acelerado da vida urbana, o que mais é percebido e consumido são imagens do que poderia ser ou existir. Daí se justifica os slogans de cidade disso ou daquilo, de acordo com o discurso de cada gestão urbana (administração pública), uma vez que cada governo local imprime suas cores, formas e ideias para se distanciar do passado e criar novas perspectivas de observação/ alienação da sociedade.

Observando tanto a dinâmica da paisagem quanto as imagens da cidade na história de Aracaju, verificamos as mudanças, começando pelo centro histórico, em que a arquitetura é muito diferente do design urbano dos dias atuais, que se reproduz nas novas periferias com centralidade que forjam novos centros e novas periferias. Ou seja, a paisagem urbana não é estática, está sempre em transformação, o que para muitos autores, se constitui no celeiro da produção novas imagens ou discursos de uma gama de planejadores,



administradores e o próprio mercado imobiliário (LYNCH, 1960).

Assim, o uso do solo está diretamente ligado às relações capitalistas, pois para quem vive no espaço urbano, a cidade supre as condições de existência do ser humano. Mesmo compreendendo que a forma de ocupação varia do ponto de vista do produtor (a cidade se materializa como distribuição, circulação e troca de mercadoria; tendo nela também o lócus de produção, onde produz a mais-valia – venda do produto; e circulação – onde a mais-valia é realizada) e do morador, que vê a cidade como meio de consumo coletivo (onde se encontra escolas, assistência médica, rede de esgoto, água potável, transporte, lazer, comprar – coisas que não se encontram no campo e que a sociedade capitalista faz com que o ser humano priorize essas condições de vida).

Nesta direção, Élisée Reclus, já chamava atenção para “a formação de classes no meio social, o que gera aspectos contraditórios à ideia de progresso professada pelos Estados, como: o aumento da população, o rápido processo da urbanização nas cidades e a crescente pobreza, além da intensidade industrial” (RECLUS, 2010 *apud* BATISTA, 2013, p. 2).

Esse geógrafo ao estudar a relação espaço-tempo, traz a ideia do contraste na cidade entre o luxo e a miséria, sendo os dois como consequências necessárias para a desigualdade espacial que estava surgindo na sociedade capitalista, separando em dois elementos o corpo social, visível até os dias atuais. Para “Reclus, o aumento da cidade é progresso, já a sua diminuição regride a barbárie”. Reclus diz que o sucesso da sociedade capitalista se dá sobre a injustiça e exploração do ser humano (BATISTA, 2013). Neste sentido,

A força de atração do solo, que tende a repartir normalmente os homens, a distribuí-los ritmicamente sobre toda a terra, acrescenta-se, no mundo moderno, uma força completamente oposta em aparência, àquela que agrupa centenas de milhares ou até mesmo milhões de



homens em certos pontos estreitos em torno de um mercado, de um palácio ou de um parlamento. (RECLUS, 2010, p. 31).

Como a investigação está direcionada para compreender o papel do Estado, a análise da contradição entre o marketing imobiliário e os slogans das gestões urbanas dos últimos quinze anos na cidade de Aracaju, buscamos inserir as políticas de construção de habitações direcionadas aos diversos extratos de renda realizados ou intermediados pela Prefeitura Municipal de Aracaju, através dos financiamentos de Programas habitacionais de interesse social.

Salientamos que, dentre estas políticas, o anseio pela qualidade de vida numa sociedade capitalista está cada vez mais presente na vida do brasileiro. Seja como proposta de gestão pública em nome da busca da sustentabilidade da cidade, ou seja, como apropriação pelo capital imobiliário, que objetiva criar diferenciais de renda e qualidade através de novas formas de habitar com padrões mais elevados de elitização e /ou segregação.

DA CIDADE REALIZADA AO MARKETING URBANO

Ao se discutir o *City Marketing*, Fernanda Sanchez Garcia surge com o objetivo de discutir as lógicas do mercado e do poder público em vender a imagem cidade, não para qualquer um, mas sim para atrair grandes empresários e pessoas bem sucedidas. Pois que a cidade moderna se torna cada vez mais excludente, controladora dos comportamentos sociais, valorizando as desigualdades da vida coletiva. “A cidade incentiva o individualismo, com seus muros, cercas elétricas, câmeras. Há a falta de contato com quem mora ao lado, pela falta de tempo, pela carga horária de trabalho” (GARCIA, 1997, p. 23).

Relacionando os programas habitacionais no município de Aracaju, como os residenciais do PAR e MCMV, a



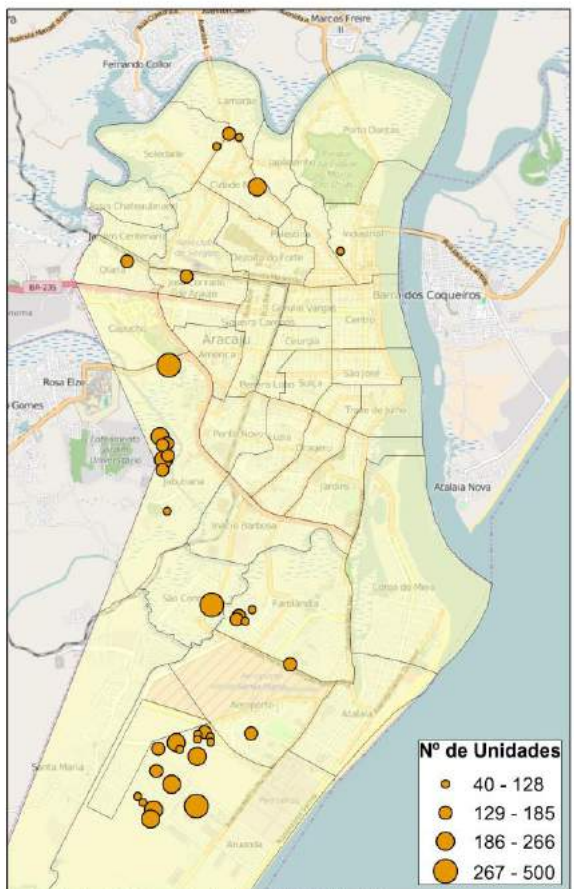
espetacularização da construção de unidades habitacionais para diferentes classes sociais em determinadas partes da cidade não buscou vender apenas moradias, com preços mais baixos, usando o FGTS como garantia, mas sim, a inserção de terras urbanas no circuito da mercadoria, através dos condomínios exclusivos que são criados nas proximidades da infraestrutura criadas pelo Estado.

Assim, o poder público municipal assume a responsabilidade pelo crescimento fragmentado e disperso da cidade, com a implantação dos programas habitacionais que privilegia a dominação do mercado imobiliário através da promoção dos seus interesses na condução da expansão urbana.

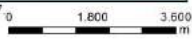
A localização dos conjuntos do PAR e condomínios do MCMV, além de induzir a direção da expansão urbana, também é fruto de um processo de marketing imobiliário, que especula obter maiores lucros, seja com a venda de terrenos nas suas proximidades, ou com a construção de novos empreendimentos que aproveita continuidade da malha urbana para lançar objetos exclusivos no mercado (Figuras 1 e 2).

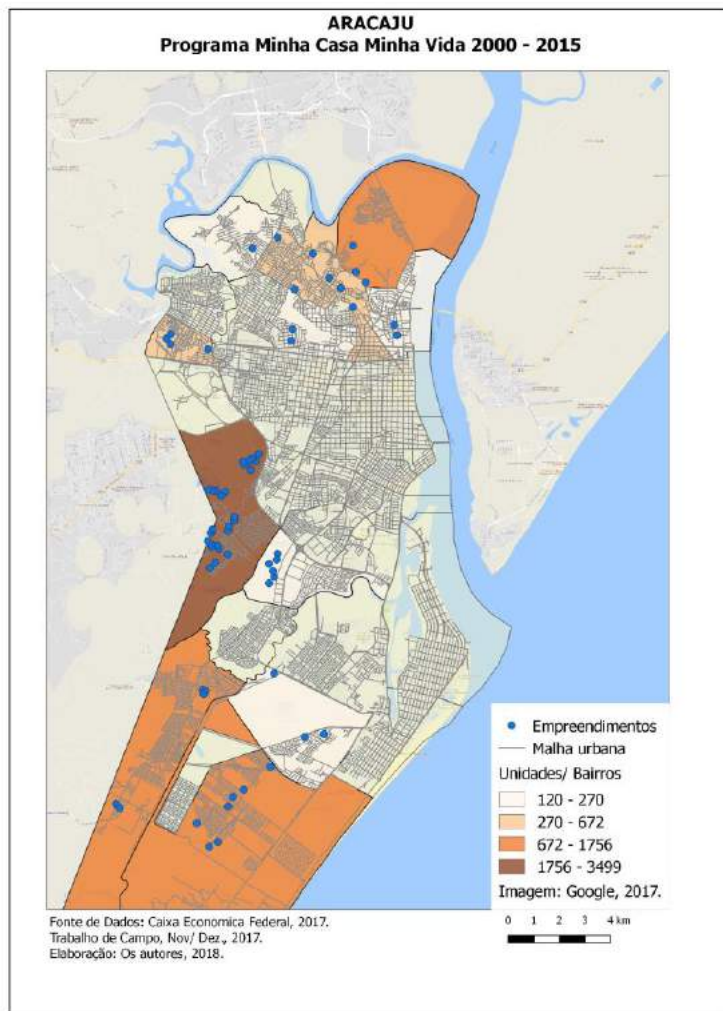


ARACAJU Programa de Arrendamento Residencial 2000 - 2017



Fonte de Dados: Caixa Econômica Federal/PMA - EMURB, 2017.
Trabalho de Campo, Nov/Dez., 2017.
Elaboração: Os autores, 2018.





Neste sentido, a cidade real se afasta muito da cidade ideal proposta pelos programas e políticas, uma vez que esses



empreendimentos são construídos em forma de condomínios fechados, em que se reproduzem as especificidades de uma sociedade segregada.

Associando a lógica imobiliária e a identificação das transformações recentes na dinâmica urbana, a capital sergipana tem se estruturado, nos últimos anos, através da intensificação das produções imobiliárias, que em virtude de suas localizações, entram no circuito da valorização mercantil, dos desejos simbólicos dos consumidores, alimentados por um conjunto de novas necessidades impulsionadas de acordo com o apelo utilizado pelas estratégias do *City Marketing* das grandes empresas imobiliárias e incorporadoras, que cada vez mais, se caracterizam como principais agentes de alteração da imagem da cidade.

A CONSTRUÇÃO DO MARKETING DA CIDADE DE TODOS

O slogan “Uma cidade para todos” aparece como uma ideia de que toda a população, inclusive os trabalhadores têm o direito ao uso da cidade (Figura 3). Segundo Vieira, “a apreensão do “todos” pode ser compreendida como o fato, de agora, com esta nova gestão urbana os desfavorecidos e desassistidos socioeconomicamente poderão fazer parte da cidade, e este o vetor acionado na alusão da “imagem” pautada no slogan construído pelo Poder Público da cidade de Aracaju.” (VIEIRA, 2011, p. 141).



Figura 3. Slogan da Gestão do Prefeito Marcelo Deda, 2000 – 2004.



Fonte: Disponível em <http://www.institutomarcelodeda.com.br/wp-content/uploads/2001/11/foto1422.jpg>

O que não vemos explicitamente é que talvez o objetivo do marketing de Aracaju possa ser uma maneira de segregar essa população desassistida, pois por mais que duas classes sociais distintas morem próximas, não quer dizer que elas irão conviver juntas, se relacionar uma com a outra, nessa relação entra o preconceito. Relacionando com o objeto de pesquisa (os programas habitacionais), explicaria tal segregação à escolha de terrenos mais baratos e mais distantes. Essa também poderia ser estratégia do marketing que traz outros benefícios não só ao Estado (com o movimento da economia), mas também com ao mercado imobiliário, que se aproveita dessas áreas que antes tinham baixa valorização, e que ninguém moraria nessa região. E que a partir da implantação das ações de construção das unidades habitacionais, o mercado imobiliário utiliza para construir, também utilizando peças de marketing (Figuras 4) condomínios mais caros, como é o caso do bairro Jabotiana em Aracaju.



Figura 4. Marketing Imobiliário, 2015.

O primeiro condomínio clube da região do Santa Lúcia.

Guarita

Até R\$ 17mil de subsídio*

Bar Molhado

Mais de 20 itens de lazer e convivência

Clube

1, 2 e 3 quartos com varanda e suite¹ | Até 64.96 m² de área privativa | 2 elevadores por torre | Área de lazer equipada

Minha Casa Minha Vida

BRUNO LUIZ CORRETOR 9977-0041

NASSAL

Com base no slogan “Governo de todos”, o Estado tenta, através dessas políticas públicas, trazer a ideia de integração entre as classes, passando uma visão para as camadas de baixa renda que vê nessas ações, uma oportunidade de alcançar o sonho da casa própria e de uma vida estruturada como afirma Vieira (2011). A inserção desta população residente na localidade também contribuiria com a consolidação da mudança, quando os indivíduos que outrora



eram excluídos dos planejamentos e avanços da cidade de Aracaju agora são convocados e inseridos na evolução da cidade pautada como positiva, como é retratado no slogan da segunda gestão administrativa do prefeito Edvaldo Nogueira (2008 - 2012) que preconizava a simbologia da Cidade da Qualidade de vida (Figura 5).

Figura 5. Slogan das Gestões do Prefeito Edvaldo Nogueira, 2006/ 2008 – 2008/ 2012.



Fonte: PMA –<http://www.aracaju.se.gov.br/>

A realidade é modificada e os antigos locais que carregavam um estigma negativo da sua população, se apresenta como processo de mudança, símbolo do novo. Entretanto, ao observarmos a concretude desses programas sociais, notamos a ausência de infraestrutura e equipamentos públicos no entorno dos conjuntos, vez que poderiam dar condições muito melhores a população que reside nestas localidades. Logo, o marketing feito em cima dessas políticas públicas habitacionais, assim como a própria efetivação das suas construções, disfarça os interesses por trás da construção dos conjuntos, tanto do mercado imobiliário que vê nessa situação uma forma de expandir seu mercado e valorizar novas áreas, como consegue abarcar a população não solvável que enxerga naquele determinado governo, uma esperança de vida com dignidade e mais oportunidades.



Baseado na subjetividade que os slogans dessas políticas urbanas carregam nas suas imagens, o imaginário de inclusão dos “trabalhadores” contemplados pelos programas de habitação, demonstra a noção da contradição da cidade para todos, inclusive trazendo características peculiares na espacialização de condomínios fechados que apresentam o processo de auto segregação já iniciado pelas classes de alta renda em outras áreas cristalizadas da cidade. Fato que se reproduz nesses “conjuntos” com o falso ideal de segurança e exclusividade com altos muros construídos no entorno dos prédios.

Todo o processo de estruturação e desenvolvimento dos programas habitacionais teve participação direta de técnicos, pesquisadores universitários e intelectuais que tiveram a responsabilidade de trazer um referencial, algo que carregasse identidade própria para o projeto que demonstrava o novo modelo de governo dos partidos ditos de esquerda, próximos à população, além da tentativa de modificar o estigma negativo que os bairros receptores dessas políticas urbanas.

Como corrobora Vieira,

a dimensão identitária do “referencial” se constituía pelo lugar dos intelectuais simpatizantes ao arcabouço ideológico de esquerda e pelos próprios militantes de esquerda, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), diante de um contexto político local anunciado como propício para uma verdadeira mudança no modo de governar. Desta maneira se fazia necessário representar o “povo”, notadamente os menos favorecidos socioeconomicamente, tratava-se, dito de outro modo, de representar os “trabalhadores” (VIEIRA; 2011 p. 143 e 144).



Nesse contexto de construção de uma identidade próxima a população carente através do marketing desses programas, nota-se que além da realização do desejo da casa própria, a presença das palavras “para todos” nos slogans, transportam para o imaginário da sociedade aracajuana um crescimento urbano realmente equilibrado e com condições iguais de acesso, disfarçando a ausência de fatores preponderantes na cidade e que influenciam diretamente na qualidade de vida dessas pessoas. Pensamento este, já interpretado por Bógus; Pessoa (2008). Desta forma, o discurso legal faz pensar que se trata de ações integradas seguindo a lógica de desenvolvimento urbano e visando essencialmente a qualidade de vida da população, com a criação de novas centralidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, a moradia está ligada, em primeiro lugar ao Estado, sendo ele também o que planeja, executa estrutura e põe em prática os programas habitacionais, em parceria com os governos estadual/ Federal, sendo esse o que sede a terra que será usada para construir as unidades e a infraestrutura ao redor do conjunto habitacional.

De acordo com a escala de influencia da política Nacional, principalmente no âmbito do programa minha casa minha vida, o bônus do FGTS serve de entrada para o financiamento, sendo que as pessoas que estão aptas a comprar a casa própria são somente àquelas que trabalham (Figura 6). Neste negócio de espetacularização da produção do espaço urbano, os agentes podem ser os bancos públicos ou privados, que dão um valor determinado ao tipo de casa ou apartamento que será vendido no mercado imobiliário, e a quem será destinado determinada a moradia.



Figura 6. Marketing e Estilo de Vida, 2018.



Fonte: Jornal Cinform, 22/03/2017.

Neste sentido, o marketing se insere em todo o processo, com propagandas direcionadas a determinados grupos sociais e de renda específicas, com frases de efeito para atrair compradores como: “Mais lazer pra ser Feliz”; “More no que é seu” ou “Saia do aluguel”. Desta forma, o mercado imobiliário se aproveita da infraestrutura e da política de créditos governamentais para vender seus produtos. Fato que evidencia a face do Estado, que utiliza o poder que a moradia representa para determinadas classes sociais, transformando o cidadão comum em usuário, que se responsabilizará pela retroalimentação do ciclo do capital, pois proporcionará o lucro dos proprietários dos meios de produção, tornando-se um devedor do Estado, ou seja, mutuário da casa própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BATISTA, Rosana de Oliveira Santos. **As afinidades seletivas do pensamento Reclusiano: na trilha da confluência das ideias de Rousseau.** Tese de Doutorado – São Cristóvão, PPGEO, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

BÓGUS, L. M. M; PESSOA, L. C. R. Operações urbanas - nova forma de incorporação imobiliária: O caso das operações urbanas consorciadas Faria Lima e Água Espraiada. In: **Cadernos Metrópole.** São Paulo: Educ., nº 20, 2º Sem., 2008. p. 125-139.

BRASIL, **Cartilha, Programas e ações:** Habitação, Programas Urbanos, Saneamento ambiental, Transporte e mobilidade, Capacitação. Ministério Público das cidades.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Cartilha Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br> . Acessado em: 04 de jul. 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: 34 ed./ EDUSP, 2000.

CAMPOS, A. C. **El desarrollo urbano de Aracaju, Brasil (1855-2005): un juego de múltiples agentes.** Tese de Doctorado – Universitat de Barcelona, 2017.

CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** 1º ed. São Paulo: Geografia Contexto, 1992.



CEF. Caixa Econômica Federal. **Programas habitacionais governamentais.** Disponível em:
http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/programas_habitacao/par/index.asp
acessado em: 14/01/2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1991.

CINFORM, Jornal semanal, Caderno de Imóveis, nº 24355, 23/03/2017.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **A produção do espaço na Zona de Expansão Urbana de Aracaju: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas.** Niterói: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2011.

GARCIA, F.E. Sánchez. **Cidade Espetáculo: política, planejamento e City Marketing.** 1º ed. Curitiba: Editora Palavra, 1997.

GOTTDINIER. Mark **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade.** - / tradução Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

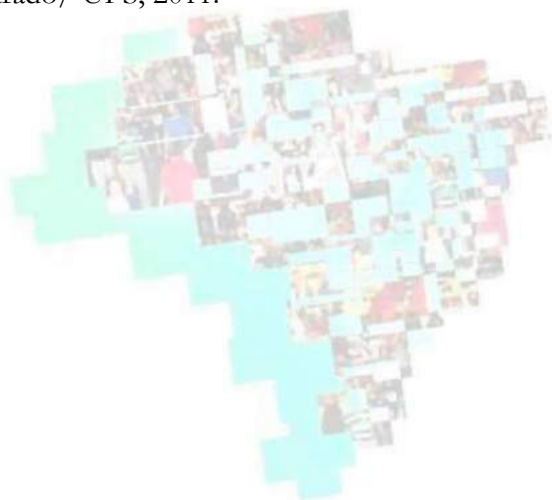
LEFEBVRE, H. **El derecho a la ciudad.** Barcelona: Península, 4ª edición, 1978.

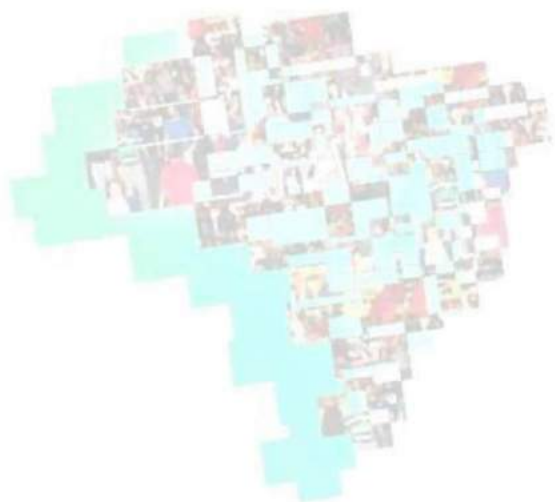
RECLUS, J. J. E. **Renovação de uma cidade/Repartição dos homens.** São Paulo: Expressão e arte editora, 2010.



RUFINO, Maria Beatriz Cruz; AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

VIEIRA, Ewerthon Clauber de Jesus. **Políticas urbanas e imagens da cidade: da “Terra Dura” ao bairro de “Santa Maria” em Aracaju - SE.** São Cristóvão: Dissertação de Mestrado/ UFS, 2011.





EIXO 3 - NATUREZA E SOCIEDADE



ANÁLISE MORFOMÉTRICA E SEUS REBATIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NA MICRO BACIA DO RIO DAS PEDRAS

Joyce Almeida Santos¹
Universidade federal de Sergipe-Campus Professor Alberto
Carvalho-Itabaiana, Sergipe, Graduanda-Geografia.
joycealmeida19@hotmail.com

Daniel Almeida da Silva²
Professor, Departamento de Geografia Itabaiana, Universidade
Federal de Sergipe-Campus professor Alberto Carvalho.
danielalmeidaufs@gmail.com

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo caracterizar a morfometria da micro bacia do Rio das Pedras. A análise morfométrica é um conjunto de vários fatores, no qual a presente pesquisa vai observar a drenagem, área e perímetro, hierarquia, comprimento do rio principal e forma da bacia. Para se chegar aos resultados Utilizou-se de procedimentos teóricos, técnicos e práticos. Além de leituras, fichamentos, busca de dados, trabalhos de campo. Os dados foram processados e analisados por meio do software ArcGis 10.1 com licença acadêmica para estudante. De acordo com os resultados a bacia é de 4ª ordem, e possui área de 64,283 km² e perímetro de 28,5 km. Tem um padrão de drenagem dendrítico, e o rio principal com 14 km de extensão. O valor do índice de circularidade (0,81) atribui à bacia forma arredondada, com maior risco de ocorrência de enchentes e inundações.

PALAVRAS-CHAVE: Morfometria, Análise Fluvial e Estudos Morfométricos



INTRODUÇÃO

Cabe traçarmos um paralelo sobre os estudos morfométricos e sua importância para a análise fluvial. A partir destes caracteriza-se a suscetibilidade da bacia (sub, micro, mini) estudada a vulnerabilidade ambiental, que pode promover o processo de degradação dos solos, da vegetação, assoreamentos e entre outros.

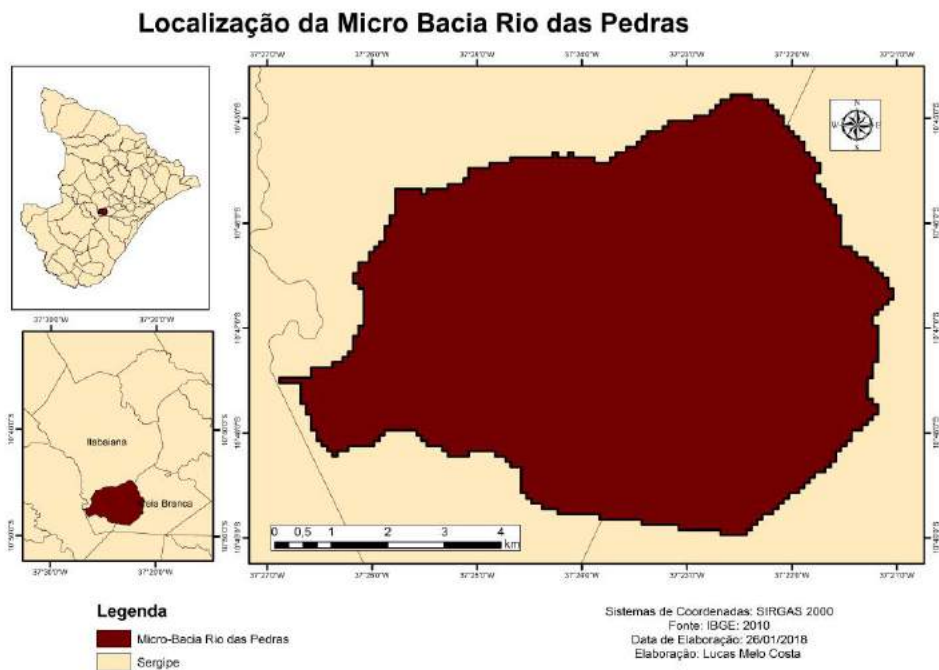
Segundo Christofoletti, 1980 a análise morfométrica de bacias hidrográficas é a análise quantitativa da configuração dos elementos do modelado superficial que geram sua expressão e configuração espacial. Este sendo composto pelo conjunto das vertentes e canais que compõem o relevo, caracterizado por valores correspondem aos atributos medidos das bacias hidrográficas.

Segundo CHRISTOFOLETTI, 1980 os resultados aferidos destas variáveis são considerados importantes insumos para o auxílio na verificação da produção de sedimentos, compreensão do comportamento hidrológico, auxílio nas políticas de gestão ambiental, além de revelar indicadores físicos específicos para as bacias analisadas.

A micro bacia do Rio das Pedras está localizada na Microrregião do Agreste de Itabaiana, especificamente em um dos seus Povoado que leva o mesmo nome do rio, este rio percorrer uma área de 64,283 Km², sua drenagem é perene, pois seu curso fluvial possui água o ano todo. (Figura 1).



Figura 1. Localização da Micro Bacia Rio das Pedras





DESENVOLVIMENTO

Os padrões de drenagem referem-se ao arranjo espacial dos cursos fluviais, que podem ser influenciados em sua atividade morfogenética pela natureza e disposição das camadas rochosas, pela resistência litológica variável, pelas diferenças de declividade e pela evolução geomorfológica da região (CHRISTOFOLETTI,1980) que irão desenhar o tipo de drenagem da micro-bacia a qual o rio está inserido, nos padrões de drenagem cabem destacar: dendrítica, treliça, retangular, paralela, radial e anelar já no caso do rio das Pedras sua micro bacia se apresenta como dendrítica que possui por características a semelhança a uma árvore cujo o rio principal irá ser o tronco para onde os seus afluentes correm. Ver (Figura 2)

IMAGEM 02: Rio das Pedras



Fonte: Trabalho de Campo.03/jan./2018



Área e Perímetro

A área da bacia, também designada como área de drenagem ou área de contribuição, corresponde a toda a área drenada pelo conjunto do sistema fluvial, em projeção horizontal, inclusa entre seus divisores topográficos (MACHADO e TORRE, 2012) e podem variar de tamanho conforme o tamanho da bacia, já no caso de uma micro bacia corresponde ao mesmo sentido só que em uma escala menor, na micro bacia que foi estudada possui uma área de 64, 283 km² e o perímetro que é a linha que a contorna neste caso chega 28,5 km.

Hierarquia Fluvial

A hierarquia fluvial significa dizer que de acordo com a ordem dos canais sendo eles os responsáveis pelo grau de ramificação ou bifurcação, será o processo de classificação de um determinado curso de água (MACHADO e TORRE, 2012), nesta micro bacia a sua hierarquia chega a 4ª ordem, que significa dizer que surgem da confluência de dois rios de 3ª ordem podendo ser tributários de ordens anteriores.

Comprimento do rio principal

O comprimento do rio principal compreende como a distância que se estende desde a sua foz até a nascente, no caso do rio das Pedras tem 14 km de extensão.

Forma da Bacia: arredondada (0,81)

De acordo com os métodos utilizados o índice de circularidade corresponde a 0,81 sendo assim essa micro bacia corresponde a forma arredondada e significa dizer que com as chuvas ela tem maior suscetibilidade a cheias e inundações.

A metodologia utilizada nesse estudo foi baseada em procedimentos teóricos, técnicos e práticos. Foram feitas



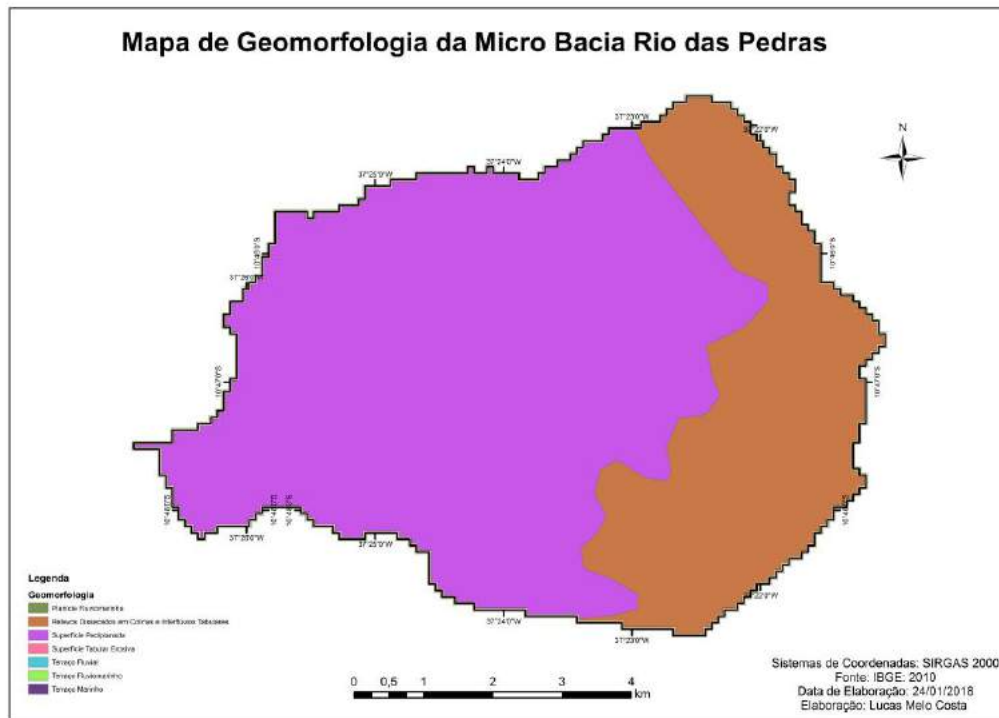
leituras, fichamentos, busca de dados, trabalhos de campo. Aplicou-se o método fisiologia da paisagem de CASSETI, 2005 onde o mesmo enfatiza a ação antrópica como modificadora do meio: tem por objetivo compreender a ação dos processos morfodinâmicos atuais, inserindo-se na análise o homem como sujeito modificador.

Também, foram feitos os tratamentos de dados em laboratório, como: mapeamento da área com o software ArcGis 10.1 com licença acadêmica para estudante. As características morfométricas foram verificadas com base em estudos de grandes autores: padrões de drenagem CHRISTOFOLETTI, 1980 a hierarquia fluvial pelo sistema de STRAHLER, 1952 e o índice de circularidade segundo Granell-Pérez, 2001.

A presença humana normalmente tem respondido pela aceleração dos processos morfogenéticos, como as formações denominadas de tectogênicas, abreviando a atividade evolutiva do modelado. Mesmo a ação indireta do homem, ao eliminar a interface representada pela cobertura vegetal, altera de forma substancial as relações entre as forças de ação (processos morfogenéticos ou morfodinâmicos) e de reação da formação superficial, gerando desequilíbrios morfológicos ou impactos geoambientais como os movimentos de massa, boçorocamento, assoreamento, dentre outros, chegando a resultados catastróficos, a exemplo dos deslizamentos em áreas topograficamente movimentadas (CASSETI, 2005,p-5). Ver (Figura 3).



Figura 3: Mapa de Geomorfologia da Micro Bacia Rio das Pedras.





Essa região possui uma faixa de transição climática que varia do clima sub-úmido a semiárido. Uma característica marcante do agreste central e a presença de relevos cristalinos residuais, A respeito das unidades morfoesculturais da área de estudo podemos destacar: a Planície Fluvial, Relevo Dissecados, Superfície Pediplanada, Superfície Tabular Erosiva, Terraço Marinho.

A Planície Fluvial: esta constituída basicamente por uma faixa do vale fluvial composta por sedimentos aluviais que bordeja os cursos de água e periodicamente é inundada pelas águas de transbordamento. Relevos dissecados: o relevo desta unidade possui altitudes que varia de 300 a 700 metros, antigo Domo batólito que foi dissecado pelo intemperismo físico e que hoje é representado pelas serras (da Miaba com 630 metros, terceiro ponto culminante, e ainda pelas serras Comprida, Cajueiro, Capunga). Superfície Pediplanada é um dos processos geomorfológicos decorrente de climas áridos e semiáridos, regressão de áreas mais elevadas para áreas mais baixas. Superfície Tabular Erosiva:

constitui o testemunho de antiga superfície de cimeira preservada por uma face litológica mais resistente (arenito grosseiro e conglomerático). Apresenta altitudes entre 200 e 280m, ocupando área de 38,6 km² (4,6%) da sub-bacia, com evidente caimento para SE. (FONTES, p- 4,2006).

Já o Terraços Marinhos: Trata-se das variações do nível do mar associadas as mudanças paleoclimáticas do litoral brasileiro durante o Quaternário (BITTECOURT et al. 1982).



Tipos de solos presente na área estudada:

Solo aluvionar, geralmente constituído de argila, silte, areia. Podzólico, Argissolo vermelho- amarelo. Além de apresentar uma superfície inclinada composta por sedimentos de rochas e minerais, formações argilosas, composto de argila, sílica, e grão de quartzo. Exemplo: Neossolo litólicos, de textura média, aos depósitos subjacentes. Exemplo seriam os solos denominados de regossolos e areias quartzosas. (CÉSAR, K; SILVIA, R; APRÍGIO, C, 2016).

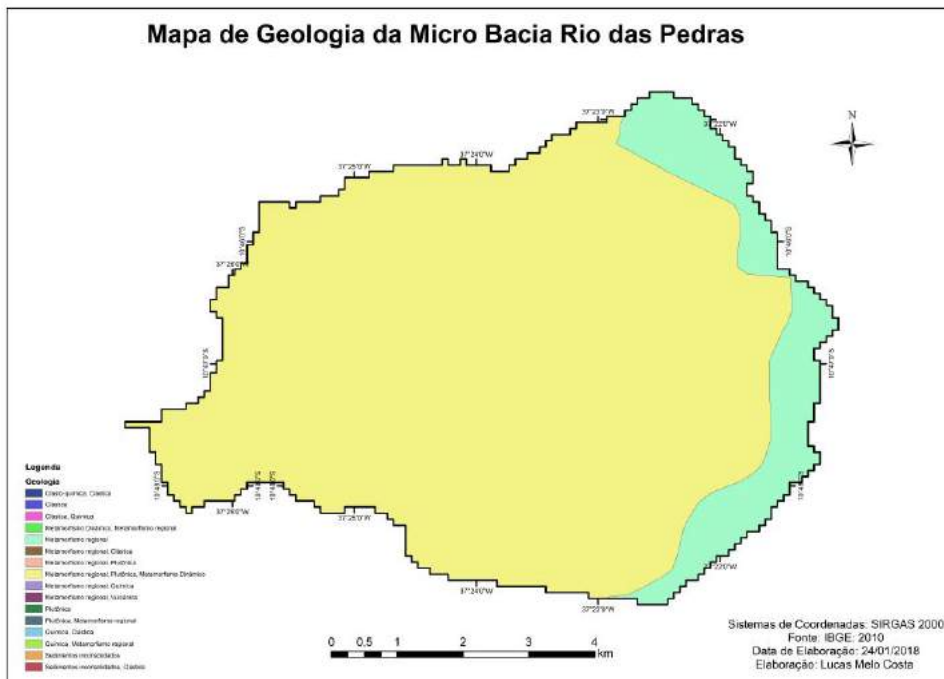
Sendo assim, no que diz respeito às características gerais dos diversos tipos de solos presente nessa região, são excessivamente drenados e possui fatores restritivos para sua acumulação de água. Devido as essas condições naturais o homem vem se adaptando e estudando os fatores geomorfológicos e pedológicos a fim de realizar um melhor aproveitamento dos recursos naturais presentes. De acordo com:

O estudo da Geomorfologia passa a ter um importante papel, juntamente com a Pedologia (solo) porque todas, ou quase todas as atividades que os seres humanos desenvolvem na superfície terrestre estão sobre alguma forma de relevo e algum tipo de solo (ARAÚJO, 2010).

Compreende-se assim, que o relevo dessa micro região do agreste sergipano é marcada por baixas altitudes, no sentido leste-oeste, situando-se as maiores elevações na porção central: Ver (Figura 5).



Figura 5: Mapa de Geologia da Micro Bacia Rio das Pedras.





Considerando suas variações reconhecem-se que nessa área possui unidades predominantes e distintas, por exemplo: divisores topográficos e diversos processos morfodinâmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por finalidade a intenção de analisar os aspectos morfométricos e fisiográficos da micro bacia do Rio das Pedras e fazer mapeamento de dados sobre essa área. Sendo assim, os resultados obtidos com esta análise foram de que a micro bacia é caracterizada como perene, cujo o tipo de drenagem é dendrítica, com uma hierarquia fluvial de 4ª ordem onde o rio principal tem 14 km de extensão sendo está micro-bacia com forma arredondada com seu índice de circularidade chegando a 0,81 e seu perímetro a 28,5 km. Devido as análises feitas foi perceptível que esse rio está sendo assoreado e também a presença de mata ciliar é muito restrita a alguns trechos desse curso de água, além da presença de alguns sacos de areia que acabam servindo como barricada para acumular água e a presença de lixo em suas margens.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a execução deste trabalho à Universidade Federal de Sergipe pelo apoio logístico para os trabalhos de campo e de laboratórios.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Hélio Mário de. **O estuário e sua dinâmica na bacia inferior do rio Sergipe: considerações paleogeográficas e evolução geomorfológica.** Disponível em:

[http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14333816012013Geografia de Sergipe Aula 5.pdf](http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14333816012013Geografia%20de%20Sergipe%20Aula%205.pdf)

BITTENCOURT, A. C. S. P.; MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J. M. L.; FERREIRA, Y. A. **Dados preliminares sobre a evolução paleográfica do rio São Francisco durante o Quaternário: influência das variações do nível do mar.** In: **Simpósio do Quaternário no Brasil** (4.: 1982: Rio de Janeiro). Anais...Rio de Janeiro: ABEQUA, 1982, p. 49-68. DI BIASI, M. **Cartas de declividade de vertentes: confecção e utilização.** Geomorfologia. São Paulo, n. 21, p. 8-13, 1970.

CASSETI, Valter. **Geomorfologia.** [S.I.]: [2005]. Disponível em: <http://www.funape.org.br/geomorfologia/>

CÉSAR DE OLIVEIRA TAVARES, K; SILVIA SANTOS, R; RODRIGUES DE LIRA, D; APRÍGIO DOS SANTOS, C. **Mapeamento Geomorfológico Preliminar da Área do Agreste Sergipano a partir de aplicações Geotecnológicas.** XI SINAGEO, 15 a 21 de setembro de 2016.

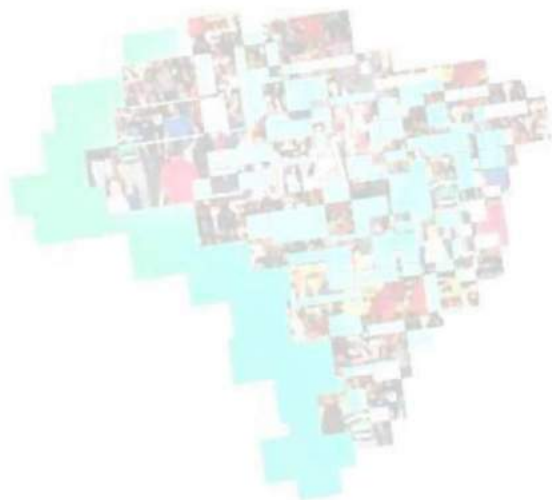
CRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia.** 2ª ed. São Paulo, Edgar Blucher, 1980.

FONTES, A. L; SANTOS, M. A; LIMA, E. S; CORREIA, A. L. **Estudo Geomorfológico do Sistema Hidrográfico betume/aterro: uma contribuição ao ordenamento do**



baixo São Francisco Sergipano. IV Simpósio nacional de Geomorfologia/ Regional Conference on Geomorphology, p 1-10, Goiânia, setembro de 2006.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; TORRES, Filipe Tamiozzo Pereira. **Introdução a hidrogeografia:** Textos básicos de geografia. São Paulo. Cengage Learning, 2012.





A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO PERÍMETRO IRRIGADO DA RIBEIRA/SE UMA ANÁLISE DOS EXTREMOS CLIMÁTICOS.

José Eduardo Santos de Brito¹
(Universidade Federal de Sergipe), (Graduando),
E-mail: eduardovink@hotmail.com

Lucas Melo Costa²
(Universidade Federal de Sergipe), (Graduando)
E mail: lucasmelo_33@hotmail.com

Daniel Almeida Da Silva³
(Universidade Federal de Sergipe), (Prof. Adjunto DGEI)
E mail: danielalmeidaufs@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a relação entre os climáticos extremos e os recursos hídricos tendo como estudo de caso o Perímetro irrigado do povoado Ribeira em Itabaiana-SE outorgada pela COHIDRO. As questões climatológicas relacionadas as políticas públicas do local apresentam-se de formas periódicas constituídas por escassez hídrica ou períodos excessivos de pluviosidade. O estudo busca esclarecer alguns dos fatores climáticos globais como locais dos quais interferem na produção agrícola da área repercutindo assim renda do agricultor familiar juntamente como o capital é um agente produtor e reprodutor do espaço geográfico. Analisar as diferentes formas de mitigação dos extremos climáticos torna-se pertinente, pois o estudo climatológico cada vez mais técnico-científico- informacional que de acordo com Milton Santos torna-se uma agricultura de precisão, porém, tais mecanismos não são encontrados nas políticas públicas e sim na agroindústria, portanto o trabalho propõe esclarecer que os



sujeitos envolvidos não se preocupam do acompanhamento climático que acontecem de forma ainda insatisfatória, contraditória e desigual.

PALAVRAS-CHAVE: Produção Agrícola, Extremos Climáticos, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca elucidar discutir sobre os extremos climáticos influenciam a produção da paisagem, relevo e também intervir na reprodução do espaço. Na obra da Blank 2015 ele discute que alguns especialistas defendem que as mudanças climáticas estão acima da ação antrópica que a terra tem ciclos de períodos de glaciação e período que consiste em num período intermediário e é nesse intervalo de tempo que a humanidade encontra-se. Já alguns defendem que ação antrópica mesmo não sendo a causa de tais mudanças climáticas é um fator crucial ao menos para amplificação ou aceleração dos distúrbios climáticos.

O Estado de Sergipe assim como o Brasil tem o predomínio de grandes latifúndios e o cultivo de monocultura da cana-de-açúcar e por ser um dos primeiros Estados a serem invadidos foram expostos a impactos antrópicos como: derrubada da Mata Atlântica, degradação hídrica entre outros. Além dos impactos antrópicos Sergipe sofre influências dos ventos alísios que favorece para disponibilização de umidade para a área continental ocasionando assim chuvas em determinadas localidades que ao adentrar o continente tem seu índice pluviométrico é reduzido, estando uma parte do estado dentro do polígono da seca como esclarecido em:

No estado de Sergipe atuam quatro sistemas meteorológicos; os Alísios de sudeste, a Zona de Convergência



Intertropical, o Sistema Equatorial Amazônico e/ou Continental e a Frente Polar Atlântica. Estes sistemas quando interagem com outros locais, fazem predominar no Estado um tipo climático quente com variações. A faixa litorânea do Estado corresponde à área em que a precipitação é mais bem distribuída durante o ano registrando-se os maiores totais pluviométricos. Ao contrário da extremidade noroeste em que predomina o clima semi-árido, onde os períodos de estiagem geralmente se estendem por dois a três anos, sem haver uma regularidade fixa em termos de tempo atmosférico. (ARAÚJO 2007 p.28)

Para adentrar na discussão sobre como os extremos climáticos é influente para sociedade humana precisa-se entender quais são alguns fatores que são cruciais para as variações do tempo e do clima que apresentam-se na escala Global, Regional, Local. Existem vários fatores que relacionam-se entre si para resultar no dinamismo climático, podemos aqui citar alguns como: Distância da terra para sol, (periélio, afélio) movimento da terra de translação e rotação que na medida que a terra movimenta-se no seu próprio eixo faz com que a atmosfera (força de fricção, Força Inercial de Coriolis) esteja também em movimento originando assim os ventos, ou seja, a relação de vários fatores são que proporciona o clima na litosfera.

A ênfase na Circulação Atmosférica e os sistemas produtores de tempo que segundo Ayoade 1998 são sistemas de circulação que proporciona padrões e características ao tempo prova as Massas de ar e frentes, depressões frontais, depressões não-frontais assim variações diurnas e temporais



que são denominadas de perturbações atmosféricas ou metodológicas. Dentro das perturbações ele define como os mais importantes os ciclones e os anticiclones que variam em por determinadas latitudes.

O município de Itabaiana apresenta o comércio e a agricultura como setores principais para economia local, o município é beneficiado por dois perímetros Irrigados sob cuidados da COHIDRO (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos de Sergipe) O Jacarecica I tem como cultivos principais que fica na ao leste da sede municipal tem como cultivos como batata-doce, alface, milho verde, quiabo, coentro, cebolinha, tomate, pepino, feijão vagem, maxixe, pimenta e amendoim e o Perímetro Irrigado da Ribeira sudeste do município seus cultivos são a batata-doce, coentro, cebolinha, pimentão, tomate, couve, amendoim, berinjela, alface, feijão, vagem, quiabo tais produtos com um valor anual de produção estimado em 32 milhões de reais.(COHIDRO, 2017).

Nota-se assim que o município tem uma importante produção de hortifrutigranjeiros para economia local e estadual, pois, além da produção a comercialização dos produtos é algo marcante no espaço geográfico do município visto em:

O município de Itabaiana é o maior mercado atacadista de hortifrutigranjeiros de Sergipe. O espaço ocupado por esses atores, com seus caminhões e mercadorias, está circunscrito a todo o centro comercial da cidade e ruas adjacentes. Deste modo, além dos espaços públicos com especificação para o comércio, a exemplo dos largos comerciais, esse segmento ocupa aproximadamente 10km² de área, pelas



ruas Capitão Mendes, Antônio Dutra, General Maynard, Sete de Setembro, Gumercindo Dórea, Batista Itajaí e São Paulo, travessas Manuel Vieira, José C. Melo e Francisco Porto; e Avenida Otoniel Dórea. Nos dias de maior movimento desse segmento é possível se notar ainda uma ocupação das Praças Fausto Cardoso e João Pessoa (CARVALHO, 2012 p. 3)

Portanto faz-se necessário para uma elucidação em relação aos desafios enfrentados pelos sujeitos propõe então adiante um debate em que apresenta-se as realidades cotidiana da população da área assim como os resultados parciais aqui expostos.

DESENVOLVIMENTO

Alguns especialistas defendem que as mudanças climáticas estão acima da ação antrópica que a terra tem ciclos de períodos de glaciação e período que consiste em num período intermediário e é nesse intervalo de tempo que a humanidade encontra-se. Já alguns defendem que ação antrópica mesmo não sendo a causa de tais mudanças climáticas é um fator crucial ao menos para amplificação ou aceleração dos distúrbios climáticos proposta pela III conferência regional sobre mudanças globais: América do Sul explanada por Marengo 2007 que faz algumas observações pertinentes em:

Evidências adicionais têm mostrado a influência do ser humano sobre a temperatura da atmosfera livre, medida com radiossondas e satélites. O aquecimento observado na troposfera e



estratosfera é muito provavelmente devido a influência de forçantes naturais. A força humana, resultou na expansão térmica do aquecimento nos oceano e nas geleiras, tem contribuído muito provavelmente para o aumento do nível do mar durante a segunda metade do século XXI. É provável que exista uma contribuição humana substancial para o aumento das temperaturas de todos os continentes, exceto a Antártica, desde os meados do Século XX. É altamente provável que outras forçantes além da antrópica tem contribuído para o aumento de ciclones tropicais mais intensos. (p.84)

As mudanças climáticas cada vez mais são percebidas pela sociedade que paulatinamente é acrescida em sua quantidade consiste então numa maior ocupação do globo aumentando a sensibilidade dos feitos recebidos, pois, o homem a princípio a natureza era condicionante para produção do espaço e posteriormente o homem foi cada vez se apropriando e aos pouco transformando-a assim antes lugares inóspitos para o homem passaram a ser habitáveis e como a relação entre homem natureza foram apresenta mudanças ao longo do tempo em sua concepção esclarecida em:

Especificamente para o conhecimento geográfico o entendimento do que é Natureza é de primordial importância, uma vez que ela constitui-se em um dos conceitos fundantes de nossa ciência. Ao compreender como as concepções de natureza influenciam o pensar, o agir sobre a natureza e sobre a própria



construção do conhecimento, é possível inferir como as paisagens e os espaços são organizados, (re)estruturados, (re)interpretados e (re)construídos. Dentro deste contexto, considera-se Natureza como um conceito chave dentro de cada cultura (sociedade), sendo possível, através dele, melhor compreender as relações sociais e sócio-naturais que as caracterizam. (SPRINGER, 2010)

Para adentrar na discussão sobre o tão quanto os extremos climáticos é influente para sociedade humana precisa-se entender quais são alguns fatores que são cruciais para as variações do tempo e do clima que apresentam-se na escala Global, Regional, Local. Existe vários fatores que relacionam-se entre si para resultar no dinamismo climático, podemos aqui citar alguns como: Distância da terra para sol, (periélio, afélio) movimento da terra de translação e rotação que na medida que a terra movimenta-se no seu próprio eixo faz com que a atmosfera (força de fricção, Força Inercial de Coriolis) esteja também em movimento originando assim os ventos, ou seja, a relação de n fatores são que proporciona o clima na litosfera.

O Artigo dá ênfase na Circulação Atmosférica e os sistemas produtores de tempo que segundo Ayoade 1998 são sistemas de circulação que proporciona padrões e características ao tempo prova as Massas de ar e frentes, depressões frontais, depressões não-frontais assim variações diurnas e temporais que são denominadas de perturbações atmosféricas ou metodológicas. Dentro das perturbações ele define como os mais importantes os ciclones e os anticiclones que variam em por determinadas latitudes.



O autor também esclarece a zona de convergência intertropical que tem característica permanente dos trópicos composta por uma faixa de nuvem que se estabelece numa faixa que divisória entre o hemisfério norte e o sul que movimentam-se de acordo com a incidência solar na terra esse mecanismo é fundamental para entendimento do clima da região a ser estudada pois esta está inserida na “região nordeste brasileiro” (localização exata) próximo a linha do Equador que com alguns outros mecanismos produzem o clima do Brasil.

Faz-se necessário esclarecer um fenômeno de escala local denominado como precipitação cientificamente e chuva pelo senso comum como esclarece Ayode 1998, como qualquer deposição em forma líquida ou sólida derivada da atmosfera. Suas formas variadas proporcionam assim específicas tipos de medição para determinado estado da água. Esclarecido o que é precipitação, é necessário também uma breve discussão o que é seca, pois cientificamente e conceituada como “seca” quando acontece em um determinado período um decréscimo no índice de pluviosidade tida como “normal” da área, ou seja, quando a distribuição da quantidade de precipitação não atinge a média anual prevista para aquela área, tais secas podem ser consideradas sazonais (estacionárias) ou secas periódicas(móveis). Vários pesquisadores propõem discussões sobre os níveis e enumeram ou sistematizam por diferentes características e especificações como magnitude, período de duração e outros fatores proposto por Engle 2016, Ayoade 1998. Com isso Campos e Studart 2008 que defende e define três tipos de seca a climatológica, edáfica, hidrológica:

A seca climatológica refere-se à ocorrência, em um dado espaço e tempo, de uma deficiência no total de chuvas em relação aos padrões normais que



determinaram as necessidades. Esse tipo de seca tem como causa natural a circulação global da atmosfera e pode resultar em redução na produção agrícola e no fornecimento de água, seja para abastecimento, seja para outros usos. A seca edáfica tem como causas básicas a insuficiência ou distribuição irregular das chuvas e pode ser identificada como uma deficiência da umidade, em termos do sistema radicular das plantas, que resulta em considerável redução da produção agrícola. Esse tipo de seca, associado à agricultura de sequeiro, é a que maiores impactos causa no Nordeste Semi-Árido. Os efeitos são conhecidos: severas perdas econômicas e grandes transtornos sociais como fome, migração e desagregação familiar. É a seca social. A seca hidrológica (ou de suprimento de águas), por sua vez, pode ser entendida como a insuficiência de águas nos rios ou reservatórios para atendimento das demandas de águas já estabelecidas em uma dada região. Essa seca pode ser causada por uma seqüência de anos com deficiência no escoamento superficial ou, também, por um mal gerenciamento dos recursos hídricos acumulados nos açudes. (p.3)

Nota-se a importância em saber toda a existência a dinâmica dos fenômenos podem influenciar a vida social do homem, o clima interfere sem dúvida nos condicionantes sociais, é certo também que o agricultor que maneja diretamente com os produtos (os alimentos) e todo estágio da



produção agrícola exemplificada por radiação solar, temperatura, umidade demonstrado em:

Apesar dos avanços tecnológicos e científicos o clima é ainda a variável mais importante na produção agrícola. O fator climático afeta a agricultura e determina a adequação dos suprimentos alimentícios de dois modos principais. Um é através do azares(imprevistos) climáticos para as lavouras e o outro é através do controle exercido pelo clima sobre o tipo de agricultura praticável ou viável numa determinada área. Os parâmetros climáticos exercem influência sobre todos os estágios da cadeia de produção agrícola, incluindo a preparação da terra, semeadura, crescimento dos cultivos, colheita, armazenagem, transporte e comercialização. (AYOADE, 1998 p.261)

Não é atoa que o clima é fator fundamental para o homem, pois toma-se novamente a discussão sobre o sistema ambiental o nível de interferência antrópica e quanto o clima interfere na vida cotidiana dos indivíduos pois reforçado em:

O clima talvez seja o mais importante componente do ambiente natural. Ele afeta os processo geomorfológicos, os da formação dos solos e o crescimento e desenvolvimento das plantas. Os organismos, incluindo o homem, são influenciados pelo clima. As principais bases da vida para a humanidade, principalmente o ar, a água, o alimento e



o abrigo, estão da dependência do clima.
(p.286)

Segundo Prado Junior 1987 em sua obra caracteriza o Brasil com impactos ambientais provenientes desde sua invasão, pois o País apresenta grandes Latifundiários na produção de soja (pastagens e outros tipos de monocultura) que muitos antes e por todo o contexto de formação territorial através das capitânicas hereditárias e o início da agricultura marcada pela cana-de-açúcar e o progresso extensivo da pecuária fez necessário o pequeno produtor suprir a necessidade alimentícia da sociedade interna através da sua produção. Sabemos que V séculos histórico brasileiro, não se resume a paragrafo, contudo, para não perder o foco da pesquisa segue adiante o raciocínio.

Ao analisar a dependência do setor agrícola do clima, é sabido que Brasil é um país exportador de produtos primários que consiste num mercado agroexportador agregador para a produção de suas riquezas interferindo fortemente no PIB (Produto Interno Bruto) cabe questionar quais os impactos sofridos por um País fortemente dependente da agricultura esta por sua vez é afetada pelos Extremos Climáticos? E isso com já mencionado promove a produção e a reprodução do espaço, anteriormente antes das políticas públicas voltadas para a mitigação dos eventuais eventos climáticos o Brasil sofreu não só no setor agrícola, mais também a seca proporcionou também alguns fenômenos sociais como a migração, morte populacional, desemprego esclarecidos em:

Antes e durante o Século XIX, não havia estradas nem nenhum sistema de apoio. Os refugiados das secas conhecidos como flagelados ou retirantes - migravam a pé, andavam meses e meses e muito



frequentemente morriam às margens dos caminhos. O naturalista americano Herbert Smith, que visitou o Ceará, o estado do Nordeste com a maior parte de seu território no Semiárido, escreveu que, só no Ceará, 500.000 pessoas morreram por causa da seca de 1877 - 1879, além de outras 300.000 pessoas nas outras partes do Nordeste Poucos anos antes, em 1872, o Brasil tinha feito o seu primeiro Censo Demográfico. No Ceará, viviam 700 mil pessoas, principalmente no interior. Isso significa que a grande seca teria causado a morte de mais de 50% da população do Ceará. (SMITH, 2012 apud MAGALHÃES).

A partir dos meados do século XX com melhorias em relação aos meios de transportes, políticas públicas como criação de reservatórios, políticas sociais além de outros fatores a incidência desses fenômenos foram diminuindo, contudo, ainda acontecem principalmente em determinadas áreas do nordeste que sofre com a falta de disponibilidade dos recursos hídricos tornando-se sensíveis aos extremos climáticos.

O desenvolvimento agrário consistiu em várias fases no nosso País, contudo, foi através das políticas públicas nos anos 50 com a tecnificação do campo brasileiro desenvolveu uma série de implementações propondo maiores lucros, isso propõe abertura do mercado para os agrotóxicos (revolução verde), criação de barragens no Nordeste a fim de mitigar o contexto climático sofrido pela população e também afim de impulsionar cada vez mais o acúmulo de capital.

Necessário assim saber algumas características do Estado e também do município em que a área estudada localiza-se



O município de Itabaiana apresenta-se junto com Aracaju as maiores variabilidade climáticas já em datas anteriores ao período aqui analisado neste relatório que é 2010-2016 apresentando secas e período com chuvas excessivas exemplificadas em:

A variabilidade da precipitação anual em relação à média do município de Itabaiana, constata um pequeno ciclo de desvios negativos, antes da década de 20, que procede com longo período nas décadas de 20 a 40, com variações cíclicas de anos de desvios negativos e positivos. Nas décadas de 40 ao final de 50, encontra-se longo período com desvios positivos caracterizados com precipitações acima da média normal. Entre o final da década de cinquenta ao início da de oitenta, percebe-se um longo período de desvios negativos, caracterizados com precipitações abaixo da média normal. Este longo período de estiagem, encontra referência nas secas oficiais da SUDENE. Isto configura-se com expressões pluviométricas negativas, explicadas por dois períodos distintos, o primeiro a partir da seca de 70 e o outro o período de longa estiagem provocadora da seca de 1979. (PLINTO)

O município de Itabaiana apresenta o comércio e a agricultura como setores principais para economia local, o município é beneficiado por dois perímetros Irrigados sob cuidados da COHIDRO (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos de Sergipe) O Jacarecica I tem como cultivos principais que fica na ao leste da sede municipal tem



como cultivos como batata-doce, alface, milho verde, quiabo, coentro, cebolinha, tomate, pepino, feijão vagem, maxixe, pimenta e amendoim e o Perímetro Irrigado da Ribeira sudeste do município seus cultivos são a batata-doce, coentro, cebolinha, pimentão, tomate, couve, amendoim, berinjela, alface, feijão, vagem, quiabo tais produtos com um valor anual de produção estimado em 32 milhões de reais.(COHIDRO, 2017).

Os diversos textos assim como os livros foram enriquecedor para absorção teórica e metodológica para realização do presente relatório. Alguns dos lidos refere-se à agricultura, climatologia, formação territorial do Brasil, teoria e método, epistemologia, economia, políticas públicas entre outros.

Os estudos realizados por Plinto 2012 traz um breve relato sobre a variabilidade de alguns municípios do Estado de Sergipe com base a partir da bacia hidrográfica do rio Poxim e apresenta resultados esclarecedores sobre as existências de secas e traz dados pluviométricos do município de Itabaiana certificadas em:

O perfil pluvial é melhor demonstrado através da análise da variabilidade, propiciando diagnóstico e prognóstico da potencialidade local. A variabilidade entendida como sendo alterações interanuais, e aplicada por amostragem nas localidades, das cabeceiras, do médio curso e da foz, propiciando um entendimento do comportamento e das possibilidades de um eficaz zoneamento agroclimatológico. A sazonalidade das chuvas (variabilidade intraanual), como inconstância temporal, também é mais pronunciada com a continentalidade. A



estação seca é mais severa à medida que se interioriza o território sergipano.(p.1)

Campos e Studart 2008 esclarece as diferentes formas de conceito de “seca” estabelecida e mensurada por variáveis a serem consideradas pelo pesquisador e também refletir sobre políticas públicas e formas de mitigação principalmente nas regiões semiáridas justificadas em:

Conceituar seca é a primeira dificuldade que enfrenta quem escreve sobre o tema. Não há uma definição universalmente aceita. O conceito varia segundo o ponto de vista do observador. Para o hidrólogo, uma seca pode ser pensada como uma deficiência da oferta em relação às demandas, em termos das águas correntes dos rios ou acumuladas em reservatórios. Para o agricultor, a seca pode ser encarada como uma falta de umidade disponível no solo a nível do sistema radicular das culturas resultando em perdas na produção agrícola. Por sua vez, no lado sócio-econômico, uma seca está relacionada ao campo das atividades humanas afetadas, aos problemas sociais e econômicos gerados. (p.9)

Conforme Prado Junior que apresenta em sua obra a formação territorial do Brasil está amplamente marcada pela vinda dos europeus para a apropriação dos recursos naturais aqui encontrados, posteriormente o desenvolvimento dos



latifúndios movimentado pelo trabalho escravista que trazem marcas até os dias atuais e prioriza em sua obra a formação econômica brasileira exemplificada em:

O plano, em suas linhas gerais, consistia no seguinte: dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecidos), em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Esses setores chamar-se-ão capitanias e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas juizes em seus respectivos territórios, recebe taxas e impostos e distribuir terras etc. (p.32)

A preocupação do mundo existente pela continuas mudanças climáticas e quanto é necessário o estudo detalhado sobre os extremos climáticos como forma preventiva para a sociedade. Na conferencia existe a atenção principalmente dos pesquisadores/ cientistas sulamericanos em torno do clima bem como as formas de mitigação e analises sobre a variabilidade climática em escala global, regional e local é esclarecido por:

A variabilidade e mudança na tendência da séries climáticas e hidrológicas produzem importantes impactos na sociedade (por exemplo *El Niño* e *La Niña*). A variabilidade em escalas interanuais e decadais pode ser natural, e a mudança climática pode ser natural, além de ser ampliada pelas atividades humanas (mudanças no uso do solo, queima de combustível fóssil). As mudanças naturais sempre existiram e fazem parte do clima



do planeta como a história mostra em diferentes relatos de civilizações que desapareceram ou mudaram devido as estas condições. As questões prementes são: quais os efeitos das mudanças sobre esta variabilidade; quais os efeitos sobre os sistemas hidrológicos (uso da água, ecossistemas, geração de energia transporte) quais as incertezas; o que se pode dizer quanto à previsibilidade; etc. (MARENGO, 2008 p.85)

CONCLUSÕES

No perímetro irrigado da Ribeira os lotes variam entre 0,3 até 5 hectares, não existe homogeneidade, os tipos de cultivos são escolhidos pelos próprios produtores, estes sofrem por parte do atravessador (demanda do mercado/ influenciado pelo capital) seria alface, bata doce, coentro cobre cerca de 400 *ha*.

A COHIDRO (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe) utiliza de medidor de orifício para apresentar homogeneidade na distribuição (entrada de água de cada lote), contudo, acontece por parte de alguns produtores a retirada para disponibilizar uma quantidade maior para seu lote.

No período de racionamento (entre final de 2016 até março 2017) a distribuição ocorria 2 em 2 horas, assim houve interrupção da disponibilidade, já no período em que a barragem apresenta níveis “normais” a disponibilidade é de 12 horas por dia. São atendidos 17 povoados, 15 do município de Itabaiana, 02 pertencentes ao município de Areia Branca.

A falta de atenção por parte dos sujeitos responsáveis por prestar assistência técnicas para com os agricultores foi obtido principalmente através das entrevistas com os mesmos,



pois relatou que não há comunicação direta com os produtores, somente caso isso seja solicitado, mesmo assim dados deficitários, pois a estação pluviométrica encontra-se deteriorada por falta de manutenção ou sucateamento dos setores públicos que cada vez recebe menos verbas destinadas para a manutenção de funcionários.

Através da entrevista foi relatado que a coleta de dado está sendo realizada dentro da secretaria (O dinamômetro) proporcionando a captação irregular de dado (alterando seus resultados), este necessário para uma análise mais profunda em relação às mudanças sofridas na área ou previsões que podem ser realizadas.

Portanto a desatenção por parte dos agricultores em relação à previsão do tempo e clima previstos para determinado período. Além do sucateamento do material os dados são repassados para outros setores com falta de material além de outros fatores ocasiona dificuldade na comunicação entre setores e empresas públicas são deficitárias por apresentar perda ou alteração de dados que pode ser crucial aos produtores para a agricultura, ou seja, tanto produtores quanto gestores estão à mercê do senso comum, do achismo, pois os mesmo sem previsão em relação ao Clima/tempo estão expostos aos azares climáticos e ou suscetíveis aos extremos climáticos.

O perímetro inicialmente estaria sob o comando de EMDAGRO e posteriormente foi passada a COHIDRO essa transferência de empresas causam transtornos em relação aos dados colhidos, pois estudos realizados para a criação da barragem levaram em conta dados como evapotranspiração, temperaturas, umidade estavam em contextos distintos por isso é necessário a estudo cada vez mais detalhados com pretensão de entender as realidades existentes na área. A criação da barragem a princípio era apenas para a disponibilização para a irrigação, contudo, ao passar do tempo



a DESO começou a capitalização de água na barragem para a disponibilidade humana, o que afeta disponibilidade exata de água na barragem que por sua vez sofre impactos ambientais como: assoreamento, maior demanda por atender o abastecimento populacional demonstra assim a fragilidade e a importância climática para a sociedade pois uma seca prolongada (sazonal) pode afetar tanto economicamente quanto substancialmente o indivíduo.

Os extremos climáticos acontecendo com maior frequência provocam transtornos na produção agrícola, na saúde populacional, nos transportes em geral (dependendo da intensidade), sociais tanto para a população rural quanto para população urbana, contudo com a população urbana é dependente dos resultados agrícolas para atender as necessidades alimentícias (no caso do Brasil produção exportadora) para o funcionamento econômico do País.

Os gestores sabem das mudanças climáticas cada vez mais presentes no cotidiano, porém não sabem detalhar, sabem a duração de cada período chuvoso e seco (Lá Nina e El Nino) períodos de 3 em 3.

Faz-se necessário ressaltar fomento do capital está claro em relação à produtividade, pois a produção no perímetro é intensificada (existe um aumento) na época do verão, pois a subsistência da barragem supre a demanda hídrica do solo para a produção agrícola, diferentemente dos produtores que não fazem parte do perímetro tem sua produção ainda mais afetada pelas questões climáticas, ou seja, expõe assim a demanda x disponibilidade, pois no inverno com a pluviometria acentuada esta demanda continue em alta a disponibilidade é maior, já no verão a demanda é alta, porém, por falta de precipitações e suprimento da umidade no solo a disponibilidade é reduzida.

A importância dos estudos climáticos para a sociedade é necessária, pois o clima/tempo interfere sem dúvida em



todos os fenômenos existente no planeta, mesmo o capitalismo com suas inúmeras facetas são interferidos por tais fenômenos naturais, provocando assim uma metamorfose do capital, da sociedade, do homem e também do meio para a adaptação das suas características.

É notório também que o nível de dependência (interferência) vai variando de acordo com as condições econômicas (ou estruturais) de cada indivíduos pois os extremos climáticos afetam de forma intensa os produtores não participantes do projeto irrigado (que não tem irrigação em sua propriedade mesmo de forma privada) do que aqueles que participam do projeto que sofrem de forma amena com os extremos climáticos, pois em momentos de déficit hídricos tem a irrigação o recurso necessário para a sua produção (como já mencionado o aumento produtivo em relação aos períodos inverno- verão).

A agricultura consiste em num dos principais setores para a renda do Município é parcialmente influenciado sim pelo clima, que por sua vez prova o reordenamento do espaço geográfico inter-relacionando os fatores físicos, sociais, econômicos e culturais para a população da área, quando para a população do município já que essa relação está ligada a dinâmica do capital que possibilita sua adaptação das suas características.

É necessário o contínuo estudo do clima e atenção por parte do sucateamento dos materiais de captação de dados atmosféricos, pois os mesmo sendo estudados pelos cientistas são o que irão dar um respostas ou previsões para as atitudes a serem seguidas, afim de amenizar também os problemas vividos pelos agricultores, pois não é somente a Obra (barragem) que pode mitigar as dificuldades, os estudos são fundamentais que podem propor o tipo de cultura propicia para área, o período propicio a disponibilidade hídrica



necessária, reduzindo assim os conflitos hídricos da área esclarecido na pesquisa de BRITO 2017

Dessa forma, a presente pesquisa buscou analisar o Povoado Ribeira, em Itabaiana/SE que apresenta problemática acerca dos recursos hídricos, sobretudo seu uso, bem como manutenção e, principalmente, os conflitos apresentados no perímetro irrigado. Conflitos que se deparam com a força que agricultura impõe sobre todos os setores públicos, sendo de escala local e prosseguindo até a escala global. A pesquisa procura apresentar um debate sobre as políticas públicas que interferem nas contextualidades existentes em relação aos recursos hídricos (p. 2)

Portanto os eventos extremos climáticos consistem numa *priori* dos problemas sociais citados anteriormente que interferem desde o humor do ser humano até ocupação e reprodução dos territórios. A influência do clima persiste mesmo com o avanço das tecnologias o homem ainda são sujeitos às condições físicas ambientais e não é atoa que a degradação ambiental reflete de forma desigual, pois a sociedade é estruturada pelas desigualdades fomentadas pelo capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ARAÚJO, Hélio Mário de. **Relações socioambientais na bacia costeira do rio Sergipe**. Doutorado em Geografia, São Cristóvão, NPGeo/ UFS, 2007, 298p.



BLANK, Dionis Mauri Penning. O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas, **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 157-172, mai./ago. 2015 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14n2/1984-2201-mercator-14-02-0157.pdf>> Acessado em: 23.12.2017

CARVALHO, D, M; ALCÂNTARA, F, V; COSTA, J, E;
Comercialização de Hortifrutigranjeiros no segmento atacadista de Itabaiana/Sergipe/Brasil (não tem ano)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DE SERGIPE. [Internet] Disponível em: <<http://www.cohidro.se.gov.br>> Acessado em 10.12.2017

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS. [Internet] Disponível em: <<http://www.semarh.se.gov.br/planosderecursososhidricos/index.php/perh/oplano>> Acessado em: 03.12.2017

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas [Internet] Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acessado em: 08.08.2017



EXTREMOS CLIMÁTICOS E RECURSOS HÍDRICOS: ASPECTOS BIOFÍSICOS NO PERÍMETRO IRRIGADO DA RIBEIRA/SE

Lucas Melo Costa¹

(Universidade Federal de Sergipe), (Graduando)

E mail: lucasmelo_33@hotmail.com

José Eduardo Santos de Brito²

(Universidade Federal de Sergipe), (Graduando),

E-mail: eduardovink@hotmail.com

Daniel Almeida Da Silva³

(Universidade Federal de Sergipe), (Prof. Adjunto DGEI)

E mail: danielalmeidaufs@gmail.com

RESUMO

O perímetro irrigado da Ribeira está inserido no município de Itabaiana/SE e se constitui numa obra de política pública importante para os agricultores dessa área. Os extremos climáticos apresentam-se cada vez mais frequentes portanto o estudo se estabelece no déficit hídrico apresentado entre os anos de 2010 a 2016 período de estiagem em todo o Estado de Sergipe. Portanto, a caracterização biofísica da área permite o conhecimento do funcionamento do sistema ambiental e contribui para ações a serem tomadas pelos sujeitos envolvidos, o que vem a refletir na produção e reprodução nessa parte do espaço geográfico. Do mesmo modo, a análise climática mais detalhada e sua correlação com os fenômenos hídricos permitiu concluir que esta área, mesmo sendo abastecido por irrigação, ainda apresenta um grau elevado de dependência dos condicionantes naturais.



PALAVRAS-CHAVE: Extremos Climáticos, Caracterização biofísica, Corpos Hídricos.

INTRODUÇÃO

A água como recurso natural vem gerando vários problemas que tem motivado estudos em diferentes áreas do conhecimento. E como formador de paisagem o Clima é de relevante importância já que influencia o regime dos rios, o escoamento fluvial e a disponibilidade hídrica de uma região. As características climáticas do Nordeste brasileiro, representadas pela sazonalidade da precipitação e pela alta variabilidade das chuvas, mantém uma relação direta com o comportamento fluvial. A distribuição da chuva no tempo e no espaço, associada às formações geológicas predominantemente cristalinas, são fatores condicionantes do regime dos rios e das reservas subterrâneas e, portanto, da disponibilidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos para a região.

O Perímetro Irrigado Poção da Ribeira é um projeto do tipo irrigação pública estadual, sem intervenção fundiária. Este localizado no município de Itabaiana no agreste sergipano e tem como principal fonte a barragem Poção da Ribeira que tem afluentes como o Rio das Pedras, Rio Tabocas, Vasa Barris e etc. A pesquisa justifica-se, portanto, analisar os rebatimentos ocorridos durante os déficits hídricos de seca prolongada que ocorreu na região de estudo no período de 2010 a 2016, configurando-se, pois, num evento extremo climático, repercutindo de forma direta na produção do recorte desse espaço sergipano.

O estudo foi baseada nos estudos de Ab'Sáber (1969), onde serão destacados três níveis de abordagem, enfatizando escalas espaciais e temporais, e na abordagem geossistêmica de análise



ambiental apresentada por Bertrand (1971). Este método possibilitará o levantamento de dados relacionados com a caracterização, estrutura e funcionalidade da paisagem. Paralelamente, essa paisagem será considerada como um sistema resultante da combinação dinâmica entre os elementos físicos, biológicos e antrópicos. Dessa forma, serão realizados os estudos na bacia hidrográfica, considerada como um geossistema.

Na confecção de mapas temáticos serão utilizados SIGs-Sistemas de Informação Geográfica, fotografias aéreas, Imagens de Satélite e o banco de dados municipal.

A construção dos gráficos, os dados brutos foram tabulados e tratados no programa *Excel for Windows* 2013, já para a feitura dos mapas o software utilizado foram o *ArcGis* 10.1 e a extensão *ArcHydro*. Os gráficos de variabilidade, médias anuais e trimestrais foram elaborados de acordo com a metodologia de Ayoade com tratamento matemático de cada dia e fazendo-se assim as médias mensais para se chegar a conclusão dos gráficos.

DESENVOLVIMENTO

A climatologia é a ciência que se preocupa em apresentar os quatro domínios globais, a atmosfera, a hidrosfera, a litosfera e a biosfera que não se superpõem uns aos outros, mas continuamente permutam matéria e energia entre si.

Para medir a precipitação de chuvas numa determinada área são usados perímetros que ficam localizados em um ponto estratégico para que possa obter dados com exatidão, assim há vários fatores que podem interferir numa coleta de



dados pluviométricas tais como a altura do pluviométrico acima do solo, velocidade do vento e a taxa de evaporação.

É convencional classificar a precipitação em três tipos principais, tomando-se por base a maneira de elevação que tenha dado a origem à precipitação. Os tipos são:

1. Tipo convectivo de precipitação associado com a instabilidade convectiva;
 2. Precipitação de tipo ciclônico associado com convergência em uma depressão;
 3. Precipitação orográfica associadas a áreas acidentadas ou montanhosa.
- (AYOADE, 1996. p. 161)

Conforme Ayoade, 1996 a precipitação ciclônica não é tão intensa como a precipitação do tipo convectiva mas que tem uma duração mais prolongada, dura em torno de 6 a 12 horas frequentemente. Torna-se então, este o tipo de precipitação mais eficaz para áreas como do agreste sergipano e mais especificamente na nossa área de estudos onde percebe-se que a principal atividade é a agrícola.

A importância de preservar os corpos hídricos e seus recursos naturais são de extrema importância para o equilíbrio ambiental. Alguns estudos, como o de Ribeiro, 2008 dissertam sobre a problemática dos recursos hídricos em cidades com diferentes realidades, uma delas é La Paz na Bolívia, situada em um sítio urbano extremamente irregular, cuja altitude oscila entre 4.100 e 2.000 m, ela é abastecida pela água do degelo que ocorre na Cordilheira Real, que fica acima de 5.000 m. Outro caso é São Paulo, está situada em um sítio cujas altitudes oscilam ente 800 e 400 m, e necessita captar água de outras bacias hidrográficas pra abastecer sua população que gira em



torno de cerca de 20 milhões de habitantes. Sobre a temática, o mesmo chama atenção que:

Para agravar ainda mais a situação, a distribuição da água também é desigual e não obedece a critérios econômicos, culturais ou políticos, responsáveis pelo consumo desenfreado e pela falta de acesso à água e ao saneamento básico. Por isso vivemos a crise da água, resultado do consumismo exagerado do modo de produção capitalista e da distribuição natural da água, que, ao ser dividida pelos países, introduziu a soberania no uso de seus recursos hídricos. Consumo, cultura, território, política e natureza são elementos necessários para compreender a crise da água. É dessa combinação que podem sair alternativas para o abastecimento de toda população no planeta. (RIBEIRO 2008, p. 34).

O perímetro irrigado Poção da Ribeira é uma área rica em canais hidrográficos e várias nascentes onde é de grande importância ficar de olho em pequenos detalhes que podem trazer grandes resultados. Como por exemplo o uso da Outorga para propriedades que possuem canais fluviais e que sem nenhuma orientação do Estado fazem barramentos dentro dos rios. Como Poleto, 2014 alerta:

De maneira geral, a outorga é concebida após avaliações quanto a compatibilidade entre demandas hídricas e a disponibilidade hídrica do corpo d'água, bem como pelas finalidades do uso e os



impactos causados nos recursos hídricos.
(2014, p. 08.)

Para estudos de análise ambiental o Geoprocessamento pode ser definido como uma tecnologia, um conjunto de conceitos, métodos e técnicas erigindo em torno de um instrumental tornado disponível pela engenhosidade humana. É inegável que o Geoprocessamento criou, para a pesquisa ambiental, uma dependência para com o processamento automático de dados.

De acordo com XAVIER-DA-SILVA apud SILVA et. all:

As prospecções ambientais definem-se através da classificação do espaço geográfico baseado nos levantamentos de conjugações de características ambientais que estão representadas na base de dados Geocodificados e que são de interesse para o Zoneamento de Áreas com necessidades de Proteção Ambiental, prevendo, portanto o que ocorrerá, onde, em que extensão e próximo a quê. Podem ser estimadas e efetuadas sobre áreas problemáticas e também sobre áreas de Potencial Geoambiental, segundo seus recursos econômicos, hídricos, minerais ou florestais. (2001, p. 43)

Geomorfologia define-se em explicar as formas da superfície terrestre, significa o estudo da forma da terra, como ciência geológico-geográfica, estuda o relevo terrestre, sua estrutura, origem, história do desenvolvimento e dinâmica atual. O objeto de estudo da Geomorfologia é o relevo da superfície do planeta, em seus aspectos genéticos,



cronológicos, morfológicos, morfométricos e dinâmicos. Portanto:

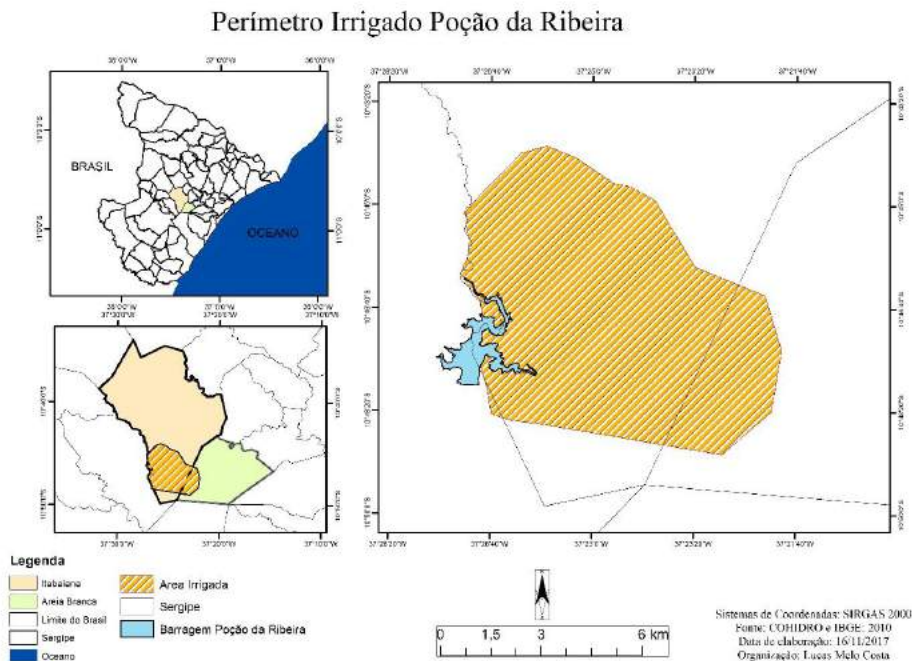
As formas de relevo consistem o objeto da Geomorfologia. Mas se as formas existem, é porque elas foram esculpidas pela ação de determinado processo como se fosse uma sequência de ações regulares e contínuas que se desenvolvem de maneira relativamente bem e levando a um resultado determinado. (CHRISTOFOLETTI, 1980, p. 01).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Perímetro Irrigado Poção da Ribeira é um projeto do tipo irrigação pública estadual, sem intervenção fundiária. Os estudos iniciais e de viabilidade econômico-social da área foram realizados em 1984. O projeto executivo de irrigação ficou concluído em 1985, iniciando-se em seguida a implantação de obra, que foi inaugurada em 1987. O projeto de irrigação Poção da Ribeira está localizado no município de Itabaiana e de Areia Branca no agreste sergipano e é composto por uma barragem de terra, no Rio Traíras com 26 metros de altura, 500 metros de comprimento de crista, formando um reservatório de acumulação normal de 16,5 milhões de metros cúbicos de água e por um sistema de irrigação por aspersão que atinge 1.100 hectares de área irrigável (figura 1).



Figura 1: Mapeamento de localização do Perímetro Irrigado, 2017.





Percebe-se na figura 1 que grande parte da área irrigada está no município de Itabaiana que possui basicamente 12 povoados com áreas irrigadas composto por Cajaíba, Dendezeiro, Forno, Gandu I, Gandu II, Lagoa do Forno, Mangabeira, Mangueira, Rio das Pedras, São José e Várzea da Cancela. Já no município de Areia Branca são contemplados com a irrigação 5 povoados que são, Boqueirão II, Canjinha, Junco, Serra Comprida e Três Bodegas. Em entrevista com sujeitos responsáveis do perímetro irrigado funcionários da COHIDRO, foi relatado que o projeto de irrigação não teve alteração desde de sua criação, continuando assim, com estes mesmos povoados.

A área irrigada Poção da Ribeira se apresenta por ter uma hidrografia caracterizada com rios perenes e com 8 afluentes e nascentes (figura 2) denominadas de Riachos: Saviema, Das Moças, Do Meio e Do Tronco e, os Rios denominados de Tabocas, Tapuios, Das Pedras e Traíras. Todos estes afluentes da bacia hidrográfica Rio Vaza Barris. Nas nascentes há falta de fiscalização ou orientação para o não desmatamento das matas ciliares e áreas de preservação permanente. Em alguns casos na área pesquisada, encontra-se pequenas barreiras feitas por proprietários dentro do canal principal dos rios, feitos de sacos e areias, para barrar a água dentro de suas respectivas propriedades (figura 3).

Em outros casos encontra-se corpos hídricos secos, caracterizados como intermitentes, o que pode ocasionar a perda dessa vegetação o rio acabou perdendo a sua capacidade e sua competência (figura 4).



Figura 2: Mapeamento da Hidrografia do Perímetro irrigado, 2017.

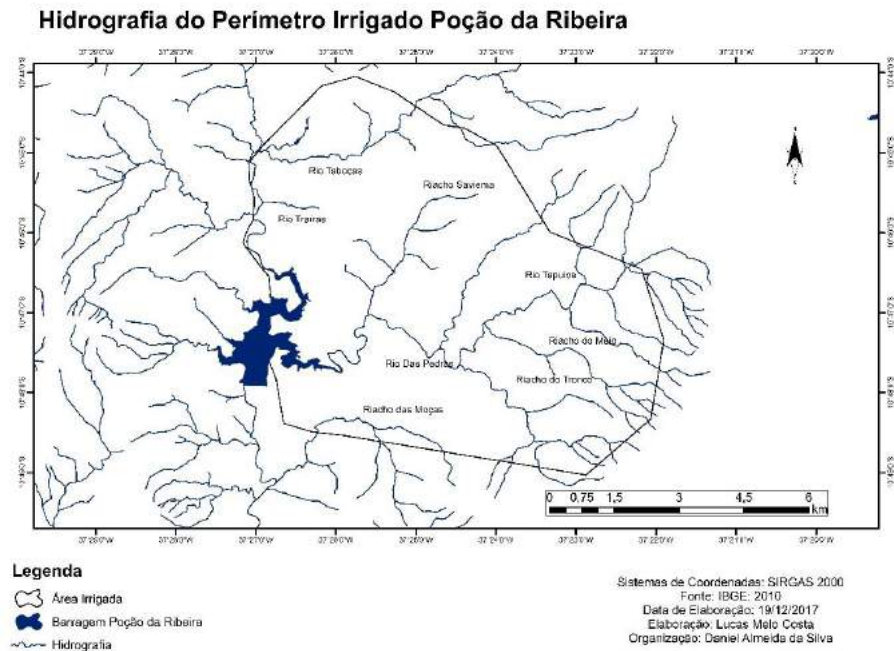




Figura 4: Rio Tabocas, 2017.



Figura 3: Rio das Pedras, 2017.

No que diz respeito a geologia do Perímetro Irrigado Poção da Ribeira em Itabaiana observa-se que a área está caracterizada como Anfibolito, Gabro, Metagranito, Metagranodiorito e Milonito. Assim, a pequena parte da área pesquisada como Filtro, Metaconglomerado e Metarenito. Da vegetação pode-se destacar a caatinga do tipo hiporxerófila comum no agreste sergipano por ser moderada e não acentuada como na maior parte do sertão sergipano (figura 5).



Na área pesquisada, percebe-se que a principal atividade para os moradores é a agricultura. E o perímetro encontra-se dentro de uma área propícia para a produção agrícola com relevos suavemente ondulados ou planos, diferente de outros povoados de Itabaiana possui relevos acidentados ou escarpados. Caracterizados assim por serras residuais pertencentes Domo Batólito.

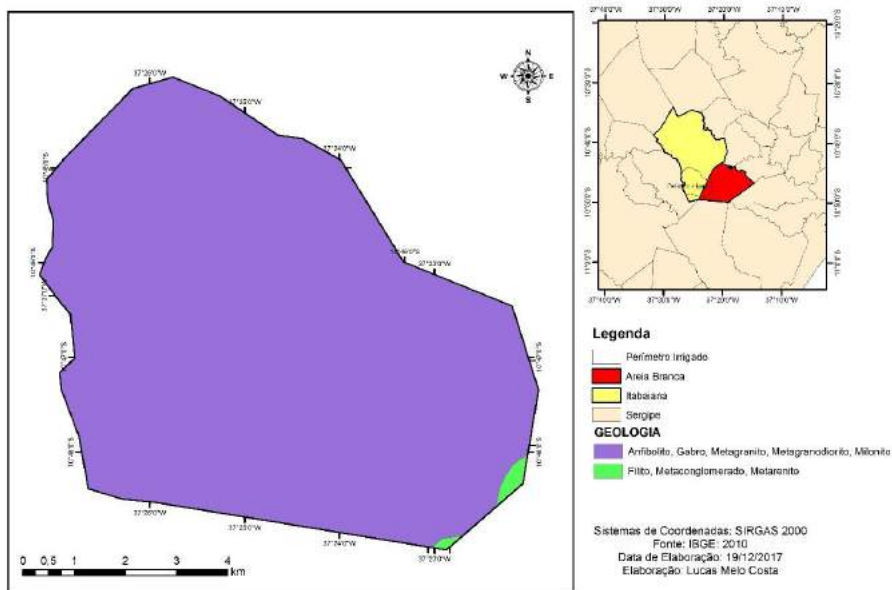
A Superfície Pediplanada caracteriza geomorfologicamente boa parte da área pesquisada (figura 6), configurando assim esta área como propícia para a produção agrícola e, é nesta parte que se encontra a maior parte dos hectares irrigados. Já uma pequena parte desta área que fica mais dentro do município de Areia Branca é caracterizado geomorfologicamente como Relevos Dissecados em Colunas e Interflúvios Tabulares. Observa-se que esta área é próximo a Serra Comprida e por isso possui relevos acidentados ou fortemente ondulados, caracterizando assim, poucos hectares irrigados.

O perímetro irrigado está dividido em três tipos de solos, caracterizados por Planosol, Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico e Solos Litólicos Eutróficos Distróficos (figura 7). A primeira e a segunda categoria deste é denominado como propício para áreas que predominam atividades agrícolas, já a terceira categoria está em transição. Assim os solos são normalmente pedregosos e/ou rochosos, moderadamente a excessivamente drenados com horizonte a pouco espesso, cascalhento, de textura predominantemente média, podendo também ocorrer solos de textura arenosa, siltosa ou argilosa.



Figura 5: Mapa de Geologia do Perímetro Irrigado, Irrigado,

Geologia do Perímetro Irrigado Poção da Ribeira



2017



Figura 6: Mapa de Geomorfologia do Perímetro Irrigado, 2017.

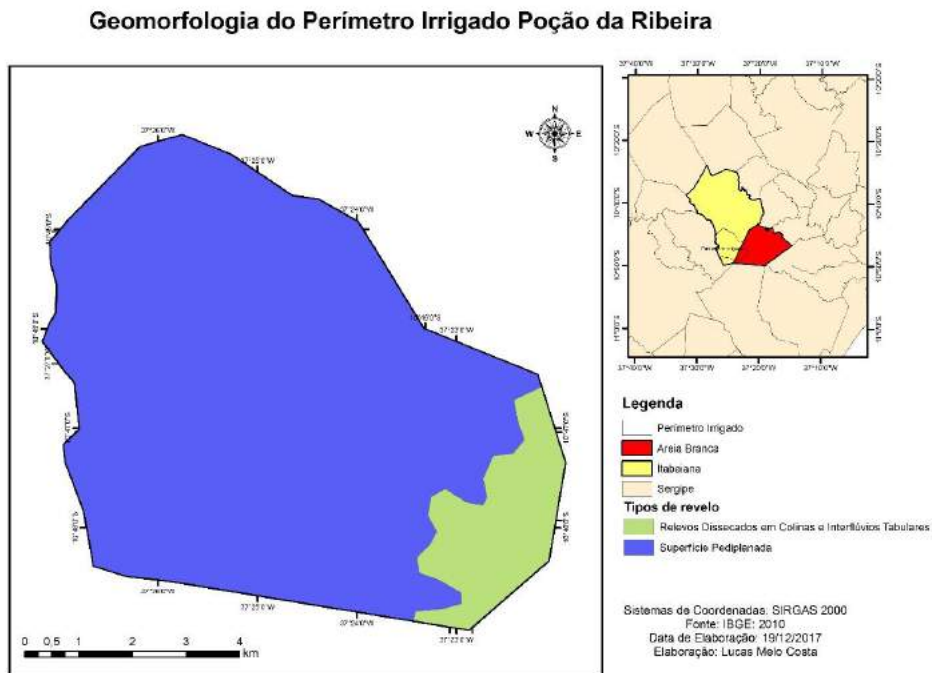
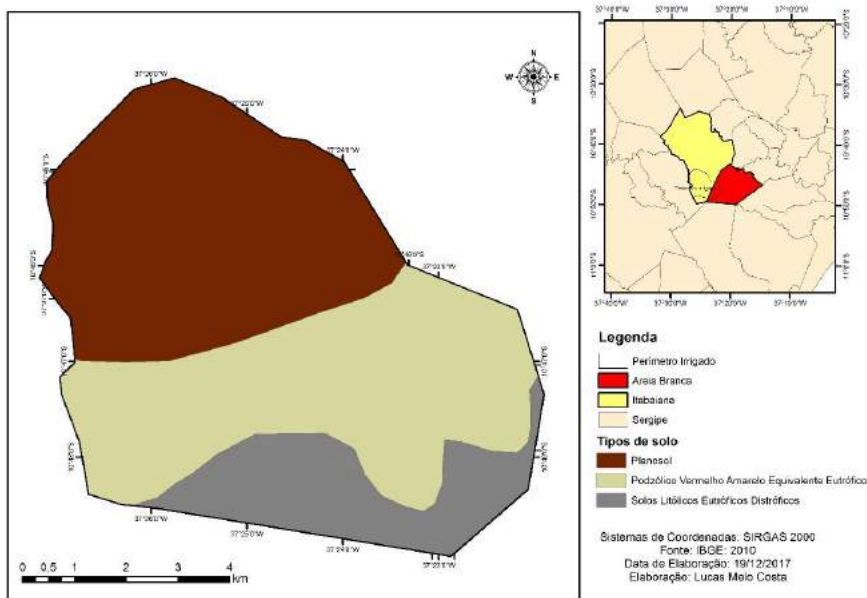




Figura 7: Mapa de solos do perímetro irrigado, 2017.

Solos do Perímetro Irrigado Poção da Ribeira





Em visita técnica e em entrevistas com funcionários da COHIDRO responsável pelo perímetro irrigado da área foram cedidos para nosso grupo de pesquisa (GEASE) dados de pluviosidade do período entre 2004 a 2017, mas que utilizamos para observar os período entre 2010 a 2016 onde ocorreu um período de extremidade climática caracterizado como estiagem ou seca.

O gráfico (figura 8) de variabilidade é um método de análise climatológica que possibilita analisar o comportamento inter-anual da altura das chuvas ao longo de um período, o déficit ou superávit pluviométrico em relação à média e a tendência positiva ou negativa das chuvas, e nota-se que no ano de 2013 houve um período de estiagem onde a média não conseguiu atingir 1.000 mm, a área do perímetro está localizada no agreste sergipano que por sua vez tem médias anuais esperadas entre 1.200 a 1.400 mm. É importante salientar que esta metodologia é uma das que melhor permite a compreensão climatológica de áreas que não tem registros suficientes para o estudo da variação climatológica, uma vez que a mesma necessita analisar a normal climatológica, que é de 30 anos.

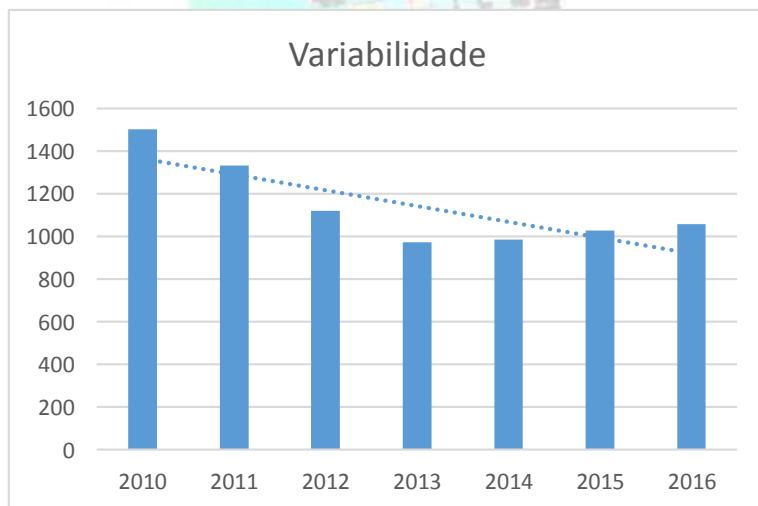
A área pesquisada no período entre 2010 e 2016 apresentou um extremo climático, ou seja foi período de seca onde se caracteriza por ter baixos índices de pluviosidades durante todo o ano. E como no agreste sergipano é comum chuvas no período de inverno que começa desde maio e vai até junho, observa-se que os maiores índices de pluviosidade estão neste período, mas, que não atinge uma média propícia para a agricultura nos anos de estiagem como no ano de 2010 que neste período o índice chega 250 mm já o de 2012 não passa de 100 mm (figura 9). Já nas médias anuais (figura 10) observa-se uma linha de tendência de déficit de chuvas onde pode se supor que entre estes anos prevaleceu o período de *el niño*, que é caracterizado por anos de estiagem. Caracterizando assim um



déficit das chuvas que podem afetar substancialmente os recursos hídricos, a agricultura e a pecuária.

Quando se trata de clima na região agreste sergipano, predomina o tipo sub-úmido onde são esperados de 1.400 a 700 mm a (figura 11) nos apresenta as médias anuais de todo o Estado sergipano e conseqüentemente do perímetro irrigado. Percebe-se que as médias do perímetro variam entre 1100 mm a 1300 mm. Vale salientar que esta base de dados é do CD de recursos hídricos e está datado em 2010 pelo IBGE. Com esta base do CD podemos concluir que as médias anuais eram de 1100mm a 1300m e comparando com os gráficos feitos com base nos dados pluviométricos cedido pela COHIDRO houve sim um extremo climático caracterizado como estiagem ou seca, já que de 2010 a 2016 as médias não passaram de 400mm ao ano.

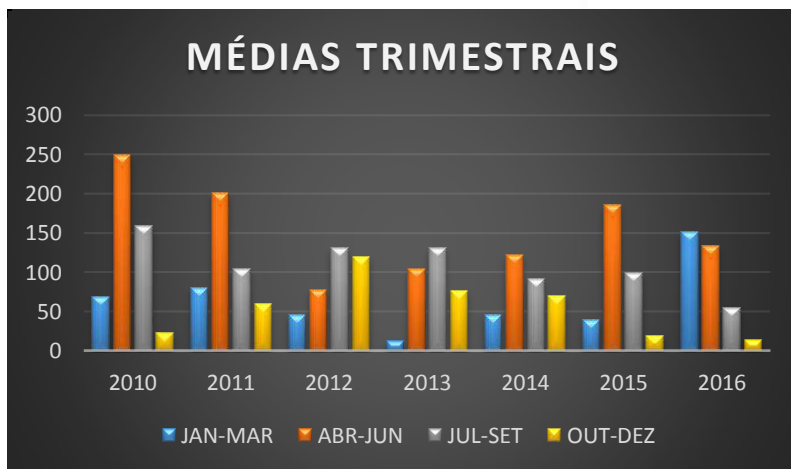
Figura 8: Gráfico de variabilidade pluviométrica, 2017



Fonte: Cohidro.

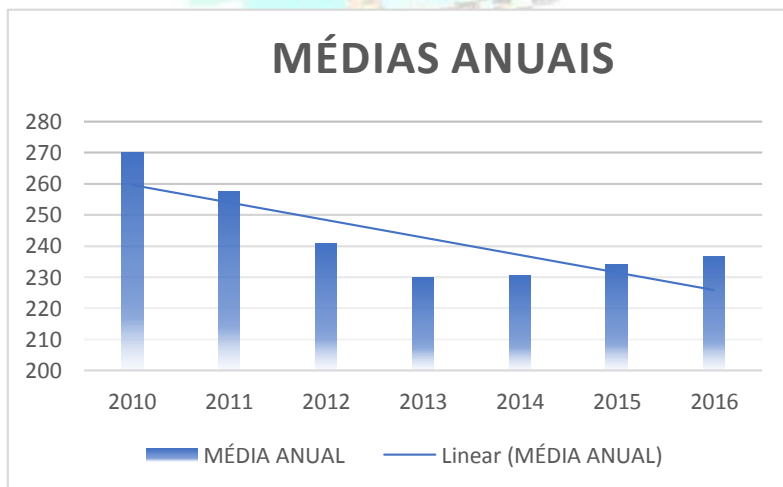


Figura 9: Gráfico de médias anuais, 2017



Fonte: Cohidro.

Figura 10: Gráfico de médias anuais, 2017

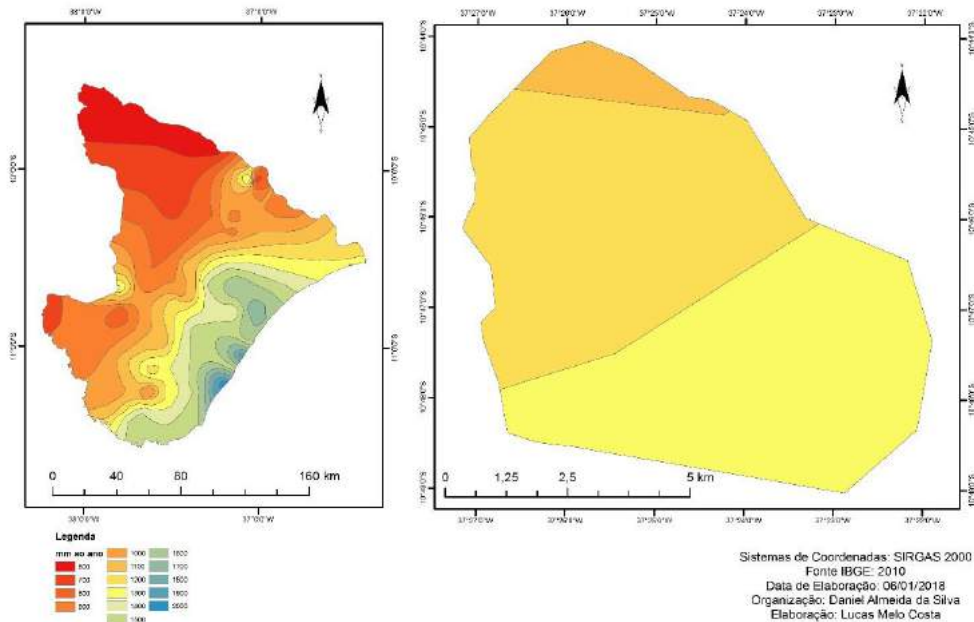


Fonte: Cohidro.



Figura 11: Mapa de clima do perímetro irrigado, 2017.

Clima do Perímetro Irrigado Poção da Ribeira





Observa-se dentro do perímetro irrigado vários tipos de cultivos agrícolas, que segundo os sujeitos entrevistados responsáveis da COHIDRO são plantados pelo menos 3 vezes ao ano, entendendo assim que o perímetro irrigado não depende tanto das chuvas que a área irá receber durante o ano para a agricultura, mas que com o longo período de estiagem pode influenciar na quantidade de água para ser liberada durante o dia para cada agricultor.

Figura 12: Plantação de batata doce



Fonte: trabalho de campo 03/01/2018



Portanto a necessidade de um estudo contínuo sobre os eventos climáticos na região estudada pode mitigar ou prevê variações no clima interferindo socioeconomicamente na área estudada.

REFERÊNCIAS

AYOADE, J. O. **Introdução a climatologia para os trópicos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Global – Esboço Metodológico (Trad. O. Cruz). **Caderno de Ciências da Terra**. n. 13. São Paulo: IGEOG/USP, 1971.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia**. 2ª ed. São Paulo, Edgard Blucher, 1980.

POLETO, Cristiano. **Bacias hidrográficas e recursos hídricos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia Política da Água: Coleção Cidadania e Meio Ambiente**. 1º ed. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, Jorge Xavier da; Z Aidan, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento & análise ambiental**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.



ANÁLISE AMBIENTAL URBANA DO RIO GARARU- SE

Cássia Lima Barbosa¹

(Universidade Federal de Sergipe), (Graduanda em Geografia)

Email: cassia_aluna@hotmail.com

Joyce Almeida dos Santos²

(Universidade Federal de Sergipe), (Graduanda em Geografia)

Email: joycealmeida19@hotmail.com

Daniel Almeida da Silva³

(Universidade Federal de Sergipe), (Prof. Adjunto DGEI)

Email: danielalmeidaufs@gmail.com

RESUMO

A água é um recurso natural de grande importância para a humanidade, sem ela não há vida no planeta, desde os primórdios das civilizações, as comunidades procuravam se estabelecer perto de locais que dispunham de disponibilidade hídrica, por isso é perceptível que esse recurso foi responsável pelas grandes aglomerações humanas, o que conseqüentemente levou à criação de um grande número de cidades perto de um curso de água. O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise preliminar sobre os problemas sociais e ambientais que estão presentes na micro bacia do Rio Gararu / Sergipe, especialmente aqueles do trecho urbano, que devido ao processo de expansão urbana desta cidade fez crescer em direção ao rio. Os procedimentos metodológicos utilizados para melhor compreender esses problemas foram realizar pesquisas bibliográficas sobre a região para melhor compreender seus aspectos socioeconômicos e a relação entre o rio e a cidade. Também



foi realizada uma visita técnica para coletar mais informações sobre os aspectos geomorfológicos, a fim de perceber as influências que este rio tem na agricultura, pecuária e outras atividades econômicas que dependem desse recurso hídrico. Deve-se notar também que a influência antrópica auxilia na aceleração dos processos naturais, como é o caso perceptível da quantidade de sedimentos presentes no leito deste rio que acaba sendo assoreado. Ainda é importante ressaltar que se houvesse um interesse maior da parte da administração pública em fazer um processo de revitalização do rio seria de grande ganho para a população.

PALAVRAS-CHAVE: Poluição hídrica urbana, rio Gararu, bacia hidrográfica.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o estudo relacionado aos recursos hídricos tem alcançado um grau de importância em nossa sociedade. Devido a isso houve elevado aprofundamento quanto aos estudos sobre bacias hidrográficas, sendo assim:

a eleição da bacia hidrográfica como unidade territorial preferencial destes estudos, o que tem a tornado referência espacial destacada, subsidiando tanto o planejamento ambiental e territorial quanto fundamentado boa parte da legislação ambiental no Brasil e em muitos países. (MACHADO e TORRE, 2012).

Sendo assim é essencial enfatizar a bacia hidrográfica do São Francisco com fundamental importância para



economia das regiões que percorre, no entanto, vem sofrendo impactos ambientais acarretados pela ação antrópica.

No que diz respeito aos rios compreende-se que são os principais agentes modeladores da paisagem geomorfológica, sabe-se também que a conexão de vários canais afluentes a um canal principal junto a um determinado tipo de relevo que apresentam desníveis topográficos irão favorecer a formação de bacias hidrográficas, tendo por definição: “uma bacia hidrográfica é o conjunto de terras cujo relevo propicia o escoamento de águas fluviais e pluviais para um determinado curso d’água”. (BROCANELI & STUERMER).

No entanto, nas áreas urbanas o ciclo hidrológico sofre interferência devido a ação antrópica, como a pavimentação de ruas, canalização dos canais e retificação, lixo descartado de maneira inadequada, esses são alguns exemplos de interferência prejudicial a trajetória da água no ciclo hidrogeomorfológico, chegando ao curso natural dos rios um alto percentual de poluição difusas e pontuais que acarretam problemas socioambientais.

Sob tal enfoque esta pesquisa se debruça sobre a realidade do Rio Gararu, em específico em seu trecho urbano na cidade de Gararu/Sergipe a qual se encontra como um dos afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O clima presente nessa região é o semiárido que apresenta características predominantes:

nas depressões entre planaltos do sertão nordestino e no trecho baiano do vale do Rio São Francisco. Suas características são temperaturas médias elevadas, em torno de 27° C, e amplitude térmica em torno de 5° C. As chuvas, além de irregulares, não excedem os 800 mm/ano, o que leva



às “secas do Nordeste”, os longos períodos de estiagem. (GALVANI).

Devido a esses fatores, as chuvas tendem a se concentrar nos meses de Abril a Julho, o que contribui para uma vegetação resistente a seca, como é o caso do bioma da Caatinga cuja formação é uma mata rala, formada essencialmente por plantas cactáceas, espinhosas e arbustos que são capazes de armazenar água por longo período de seca. Esses fatores climáticos são predominantes na cidade do Alto Sertão estudada, no ambiente urbano as características citadas acima atuam diretamente nesse sistema (figura 1).

IMAGEM 01: Cidade Gararu/SE.



Fonte: Trabalho de Campo. 03/fev./2018

A cidade rebuscada apresenta características favoráveis ao seu crescimento interurbano e econômico, no entanto,



percebe-se que pouco é feito por parte das políticas públicas para o seu desenvolvimento, mas deixando de lado seus pontos negativos, não se pode negar que se trata de uma cidade cujas belezas naturais são marcantes.

DESENVOLVIMENTO

A área analisada primitivamente chamava-se de Cural de Pedras “nome que teve origem nos currais construídos de pedras na região” (IBGE, 2017). A invasão holandesa em Sergipe favoreceu a penetração do território, no entanto eles foram expulsos pelo:

cacique Gararu e sua tribo ocuparam o local, fixando-se na desembocadura do riacho do mesmo nome, no Rio São Francisco. Com a expulsão dos jesuítas, a aldeia foi abandonada e presume-se que a povoação de Cural de Pedras se originou de sitiantes que ali se estabeleceram. O povoado foi elevado à condição de vila em 1877, sendo renomeado como Gararu. (IBGE,2017).

Sob tal enfoque aborda-se também a economia dessa área, baseada na agropecuária favorecida pela presença dos dois principais rios que percorrem a cidade o Rio Gararu e o Rio São Francisco (ver figura 2), outro aspecto econômico presente na região é a pecuária favorecida também pelos rios e seu vasto território propicio a pastagem, o turismo e a pesca são igualmente outra fonte de renda para a população deste município.



Figura 2. Mapa de localização da Sub-bacia, 2018.



Dito isto, a população atual de Gararu caracteriza-se em uma estimativa de 11.370 pessoas sendo que 50,9% são homens e 49,1% refere-se as mulheres, outro ponto importante a se destacar é que a maioria dessas pessoas moram na área rural, e a outra pequena minoria reside na área urbana.



Outros aspectos importantes a se destacar são os fatores naturais presentes nessa região. Iniciamos pelo clima atuante, o semiárido que é quente e úmido, cujas características são bem marcantes, possui poucas variações de temperatura durante o ano, baixo índice pluviométrico, as chuvas são má distribuídas e geralmente se concentram nos meses de janeiro a maio.

Detecta-se também a formação geológica e geomorfológica do município estudado marcada por tabuleiros de altitudes modestas, limitados por escarpas abruptas, denominadas de barreiras, são formados por argilas coloridas e arenito, devido a essa formação de relevo na região, seus solos são sílico-argilosos que não permite o desenvolvimento da vegetação abundante, o que explica a presença da vegetação arbustiva e herbácea, ou seja, plantas de porte rasteiro.

É oportuno destacar também a região hidrográfica a ser estudada, que é a Micro bacia Hidrográfica do Rio Gararu (SE), está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que abrange uma área de 641.000 km², possui 158 afluentes e dentre eles destaca-se nessa pesquisa o Rio Gararu, situado no trecho do baixo curso do Rio São Francisco.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Cabe aqui descrever um pequeno texto sobre o passo-a-passo desta pesquisa, mas antes de qualquer coisa é primordial falarmos um pouco sobre a importância da metodologia em qualquer trabalho científico, a metodologia significa: “na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência”. (DEMO, 1941).

É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa, que visa indagar os processos científicos e os limites da ciência, “seja com referência à capacidade de conhecer, seja com



referência à capacidade de intervir na realidade”. (DEMO, 1941). Assim, decorre que tudo na ciência é discutível:

Não há teoria final, prova cabal, pratica intocável, dado evidente. Isto é uma característica, não uma fraqueza, o que funda, ademais, à necessidade inacabável da pesquisa, seja porque a maneira como a tratamos podem sempre ser questionadas.(DEMO, 1941).

Outros autores foram fundamentais para melhor compreensão sobre os processos metodológicos, os que mais destacam-se são: BOTELHO e CUNHA. Um dos livros mais utilizados pelos estudiosos de bacias hidrográficas urbanas de BOTELHO é Geomorfologia Urbana e o de CUNHA é o livro de Geomorfologia e Meio Ambiente.

As etapas metodológicas tiveram início com reuniões. Em seguida, ocorreu um levantamento bibliográfico, em que foram utilizados livros, teses, artigos científicos entre outros materiais que foram de fundamental importância. Foi realizado o trabalho de campo ao município estudado com o intuito de conhecer a realidade e obter dados gerais, fotos, relatos e observações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A área pesquisada, rio Gararu, está inserido no contexto da bacia hidrográfica do rio São Francisco onde seu curso inferior está em confluência com o mesmo. O que pode-se perceber dos principais problemas ambientais no trabalho de campo localiza-se na margem direita do rio devido a



presença de residências que despejam dejetos e lixos dentro do curso fluvial (ver figura 3).

IMAGEM 03: Rio Gararu localizado na cidade de GARARU/SE.



Fonte: Trabalho de Campo.03/fev./2018.

A ocupação e desenvolvimento inicial dessa cidade se deram devido a presença dos rios que favoreceu a economia local através da pesca, agricultura e pecuária. No entanto, com avanço do processo de urbanização sem planejamento adequado fez com que a cidade crescesse em direção ao rio causando um processo de degradação ambiental cujo o qual requer uma urgência de ordenamento.

Na observação do trabalho de campo pode-se perceber que há dejetos de esgotos residenciais sendo despejados dentro do rio sem nenhum processo de tratamento, constituindo assim uma fonte de poluição pontual, nota-se também a



presença de lixo no leito maior do rio favorecendo a presença de vegetação inadequada prejudicial aos animais e ao homem.

A campanha de saneamento de Sergipe viabiliza o controle da qualidade da água através de etapas do sistema de abastecimento processo no qual ocorre a coleta de água nos rios, barragens, poços por meio de bombas, é transportada por tubulações até a estações de tratamento após ser trata chega até as residências.

Cabe destacar a pouca presença da mata ciliar que contribuiria de forma positiva para a preservação do rio, que por sua vez em algum de seus trechos não há presença de água, mostrando os sedimentos que foram transportados ainda quando estava cheio, ou seja, o rio está em processo de assoreamento, essa ação é natural, no entanto como citado acima com a retirada da cobertura vegetal das margens houve um aceleração dessa dinâmica fluvial.

Ainda pode-se constatar, que devido a existência da atividade pecuarista na área, é possível encontra bovinos, equinos e outros animais ao longo do percurso do rio, devido a isso, há uma grande quantidade de excrementos que com as chuvas serão carregados para dentro do rio, contribuindo assim com o aumento da concentração de nutrientes orgânicos podendo resultar em uma série de efeitos colaterais ao meio ambiente, como: aumento da proliferação de algas, mortalidade dos peixes, a água pode atribuir características negativas(odor, gosto e cor), que prejudica diretamente o sistema turístico da região, sem contar com os problemas de saúdes que são acarretados para a população local ao utilizar essa água para o consumo direto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A degradação dos ambientes aquáticos não é um problema recente, pois desde o processo de formação das cidades ribeirinhas, essa problemática vem se agravando constantemente, a expansão urbana desenfreada é a principal causa das mortes dos rios. Pouco é feito perante a sociedade e o estado para reabilitação dos cursos d'água, acarretando assim diretamente a diminuição da qualidade da água doce.

Medidas rápidas e econômicas fazem grandes diferenças na preservação ecológica das massas de água, por exemplo: evitar jogar lixo nas margens ou dentro dos rios, não despejar esgotos domésticos diretamente nesses cursos, evitar desmatar a mata ciliar, não canalizar trechos dos rios, essas são algumas medidas que contribui para reabilitar e manter a qualidade das águas dos rios brasileiros.

Objetivando realizar uma análise preliminar do trecho urbano do Rio Gararu, foi constatado que a presença humana e suas ações desenfreadas alteraram o ambiente, pois antes era possível utilizá-lo para pesca, navegações de pequenos portes, lazer e até mesmo o consumo, mas infelizmente isso tudo foi perdido devido a poluição existente. Observou-se também que não há nenhum apoio da sociedade, empresas privadas e Estado para construção de órgãos locais que auxiliem na revitalização e preservação do meio ambiente.

Devido a isto, é previsível que este problema tende a se agravar conforme o passar do tempo, e com ele outros problemas surgiram também, a economia é um bom exemplo, pois grande parte da população tira o seu sustento e de sua família através dos benefícios que o rio trás (pesca, turismo...), o sistema pecuário também será afetado diretamente, esta água não será mais propicia futuramente nem para o consumo animal devido ao seu alto teor de poluição presente, a agricultura igualmente terá os mesmos impactos negativos, ou seja, todo sistema social e econômico será comprometido.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de; FELCHAK, Ivo Marcelo. A poluição urbana e o impacto na qualidade da água do Rio das Antas-Irati/PR. **Rev.Bras.Geoambiente.**, v.1, n.12, p.108-132, jan-jun.2009. Disponível em <[httpfile:///C:/Users/Usuario/ Downloads /ARTIGO%20SOBRE%20ANALISE%20AMBIENTAL%20RIO%20URBANO%201%20\(1\).pdf](http://file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ARTIGO%20SOBRE%20ANALISE%20AMBIENTAL%20RIO%20URBANO%201%20(1).pdf)> acessado em 06 fev. de 2018.

BOTELHO, R. G. M. Bacias hidrográficas urbanas. In: GUERRA, A. J. T. (Org.). **Geomorfologia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.p.71-109.

COSTA, D. F.S. etal. Análise Ambiental do Trecho Urbano do Rio Barra Nova no Município de Caicó/RN. **Rev.ISBN**,v.1, p. 921-925, jun-jul 2017. Disponível em <[httpfile:///C:/Users/Usuario/Downloads/analise%20ambiental%20trecho%20urbano.pdf](http://file:///C:/Users/Usuario/Downloads/analise%20ambiental%20trecho%20urbano.pdf)>. Acessado em 08 de fev. 2018.

GALVANI,Emerson.**UnidadesClimáticas Brasileiras**. Disponível em <[http://www.geografia..fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio /Apoio_Emerson/Unidades_Climaticas_Brasileiras.pdf](http://www.geografia..fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Emerson/Unidades_Climaticas_Brasileiras.pdf)>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; TORRES, FillipeTamiozzo Pereira. **Introdução a hidrogeografia: Textos básicos de geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.



ANÁLISE MORFOMÉTRICA E SEUS REBATIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NA SUB- BACIA RIO GARARU

José Vinícius Almeida¹

(Universidade Federal de Sergipe), (Graduando)

E mail: j.vinicius.almeida@gmail.com

Lucas Melo Costa²

(Universidade Federal de Sergipe), (Graduando)

E mail: lucasmelo_33@hotmail.com

Daniel Almeida Da Silva³

(Universidade Federal de Sergipe), (Prof. Adjunto DGEI)

E mail: danielalmeidaufs@gmail.com

RESUMO

Este trabalho teve como foco a análise morfométrica da sub-bacia do Rio Gararu, localizada no Alto Sertão Sergipano. Banha municípios como Graccho Cardoso, onde está localizada a sua nascente, Itabi e Gararu onde está localizada a foz, que deságua no Baixo São Francisco. Os estudos morfométricos é de grande importância para a sociedade, pois estuda a vulnerabilidade e suscetibilidade de uma determinada área, e isso se justifica fazendo estudos em uma área pouco pesquisada. Para este estudo, foram realizadas leituras, busca de dados, trabalho de campo e mapeamento de aspectos físicos no *software ArcGis* 10.1 com licença acadêmica. A partir da morfometria, uma visita técnica foi capaz de observar que a sub-bacia do Rio Gararu possui aproximadamente 540.611 km² de área, como também é intermitente e é caracterizada como de 4^a ordem na hierarquia fluvial. Tem uma forma de bacia alongada, pois seu índice de circularidade é 0,25, então a sub-bacia estudada tem pouca possibilidade de inundação. Também é possível observar que, nesta área têm poucos estudos, e a mesma acaba sendo



esquecida pelos gestores públicos, o que pode influenciar na não fiscalização da ação antrópica irregular e na poluição dos recursos hídricos.

PALAVRAS-CHAVE: Sub-bacia; morfometria; estudos ambientais

INTRODUÇÃO

Os estudos morfométricos são de grande importância para a análise fluvial. A partir destes caracteriza-se a suscetibilidade da bacia (sub, micro, mini) estudada a vulnerabilidade ambiental, que pode ocorrer através de processos erosivos e de inundações. Os processos erosivos causam o assoreamento dos rios, que vai ter várias consequências no corpo hídrico como também pode intensificar as inundações, a qual sofre grande influência também dos aspectos morfométricos da bacia.

Segundo Christofolletti, 1980 a análise morfométrica de bacias hidrográficas é a análise quantitativa da configuração dos elementos do modelado superficial que geram sua expressão e configuração espacial. Este sendo composto pelo conjunto das vertentes e canais que compõem o relevo, caracterizado por valores correspondem aos atributos medidos das bacias hidrográficas.

Segundo Christofolletti, 1980 os resultados aferidos destas variáveis são considerados importantes insumos para o auxílio na verificação da produção de sedimentos, compreensão do comportamento hidrológico, auxílio nas políticas de gestão ambiental, além de revelar indicadores físicos específicos para as bacias analisadas.

A sub bacia do Rio Gararu está localizada no alto sertão sergipano abrangendo três municípios. Tem sua nascente no município de Graccho Cardoso, percorre o



município de Itabi e desagua na cidade de Gararu no Rio São Francisco, em seu baixo curso (figura 1).

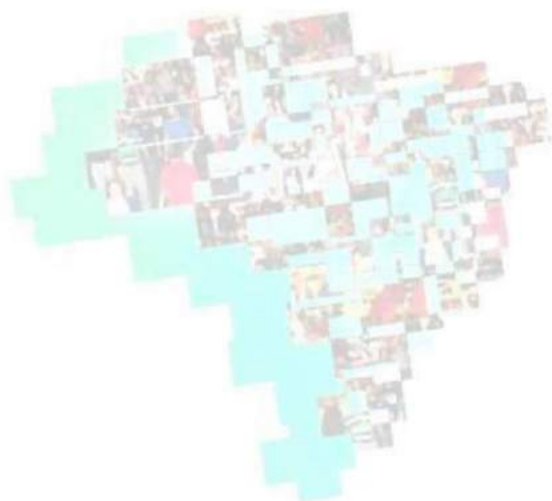




Figura 1. Localização da Sub-Bacia Rio Gararu





Essa sub-bacia está caracterizada como intermitente devido as condições climáticas de semi aridez, que segundo Torres, 2012 esses cursos d'água, em geral, escoam durante as estações chuvosas, o lençol d'água subterrâneo conserva-se acima do leito fluvial alimentando o curso d'água, o que não ocorre na época da estiagem, quando o lençol freático se encontra em nível inferior ao leito.

DESENVOLVIMENTO

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) a população dos municípios banhados pela sub-bacia pesquisada, em Graccho Cardoso a estimativa é de 5.870 pessoas para o ano de 2017 considerada 23.32 hab/km² de densidade demográfica, Itabi 4.988 pessoas e 26,96 hab/km de densidade demográfica, e por último Gararu com estimativa de 11.736 pessoas e 17,41 hab/km para a densidade demográfica. No que diz respeito a economia as atividades nestes respectivos municípios são semelhantes, sendo que a maioria da população são pecuaristas e pequena parte da população faz uso da agricultura. Os principais produtos desses municípios são o milho, o leite e o queijo.

O clima no alto sertão sergipano é caracterizado pela escassez de chuva, médias que podem variar de 600mm a 1.300mm ao ano e também é caracterizado por curtas chuvas durante ao ano no período de inverno, na área que se localiza sub-bacia Rio Gararu, temos a média que varia de 800mm a 1.300mm ao ano (figura 2), com isso percebe-se que há um déficit hídrico na região, que pode influenciar na intermitência da sub-bacia e também nos déficit de atividades agrícolas, já que na região não se tem projeto de políticas públicas para a instauração de irrigação no período de seca.



No que diz respeito às características geológicas da sub-bacia, são consideradas a vegetação caracterizadas pela caatinga hiperxerófila sendo assim uma caatinga acentuada, também se observa que a área é caracterizada pelo Metamorfismo Regional, Química Metamorfismo Regional, Plutônica e Plutônica Metamorfismo Regional (figura 3).

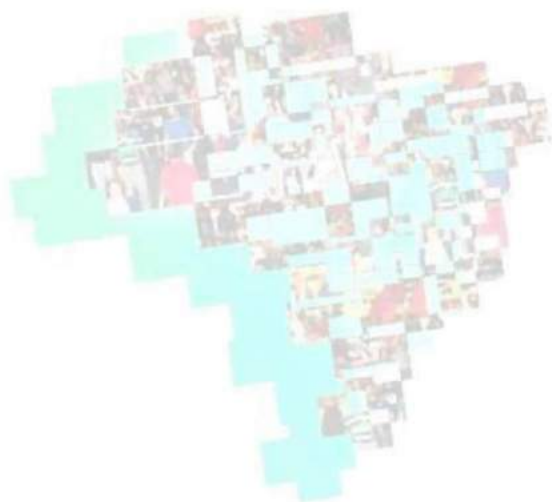




Figura 2. Mapa de Precipitação Anual da Sub-bacia Rio Gararu, 2018.

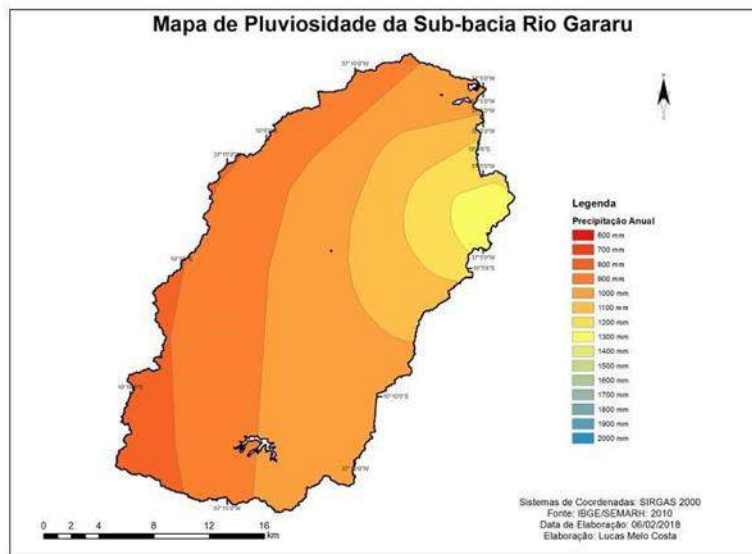
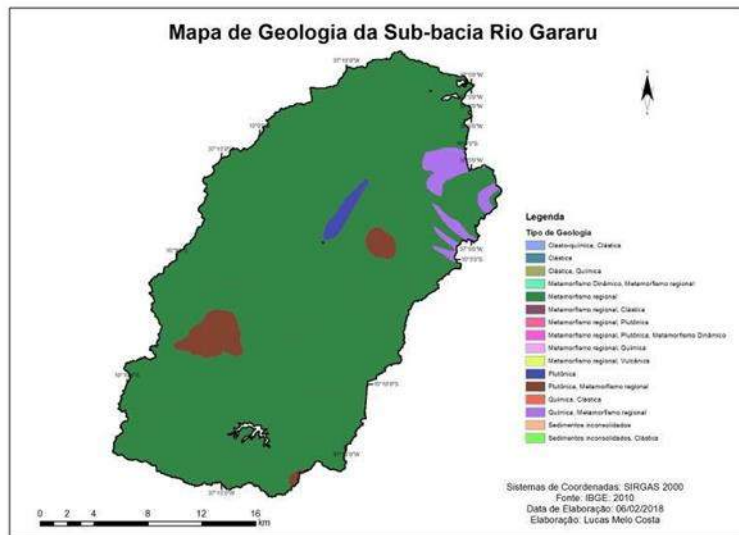




Figura 3. Mapa de Precipitação Anual da Sub-bacia Rio Gararu, 2018.





O alto sertão sergipano, assim como também nessa área de pesquisa a caracterização geomorfológica se dar por relevos suavemente ondulados que é de predominância do Pediplano Sertanejo (figura 4). Resultado de processo erosivos climáticos e pelo intemperismo seja químico ou físico. Relacionando com os solos desta área, caracterizados por Solos Litólicos na porção norte da sub-bacia e na porção sul da mesma caracterizados por Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico (figura 5), percebe-se que esta área é propícia para atividades agrícolas, mas que por sua vez, necessita de chuvas contínuas durante o ano, ficando assim, refém das chuvas de inverno, como citado anteriormente.

No que diz respeito ao uso do solo desta área, percebe-se uma concentração de pastagem que são feitos por pequenos e médios proprietários, que por sua vez tendem a fazer uso das atividades pecuaristas. Restando do uso do solo nesta área, pequenas concentrações da Caatinga Arbustiva, Caatinga Arbustiva Arbórea e Floresta Estacional (figura 6).



Figura 4. Mapa de Geomorfologia da Sub-bacia Rio Gararu, 2018.





Figura 5. Mapa de Solos da Sub-bacia Rio Gararu, 2018.

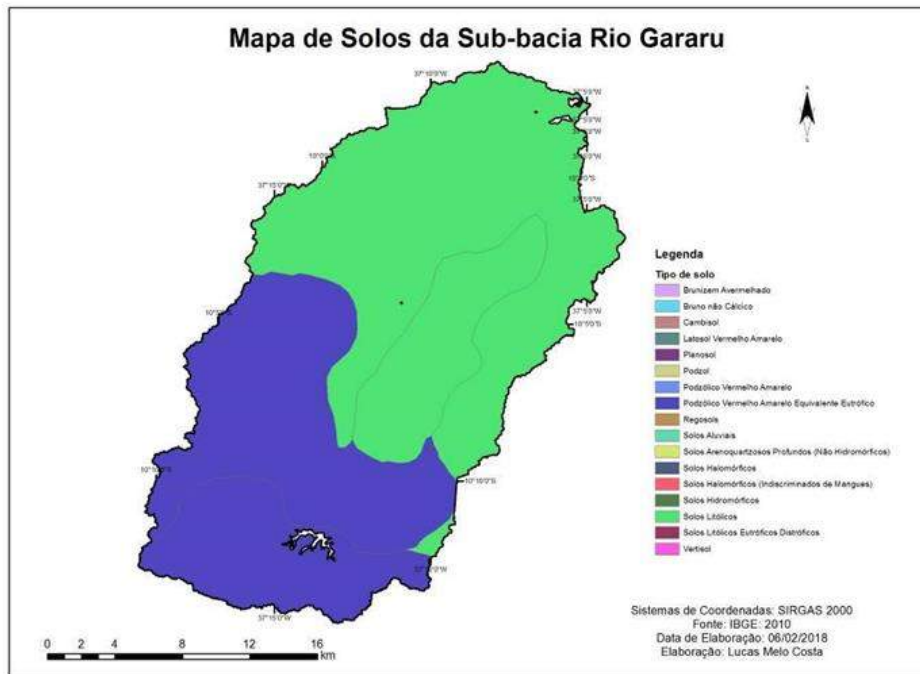
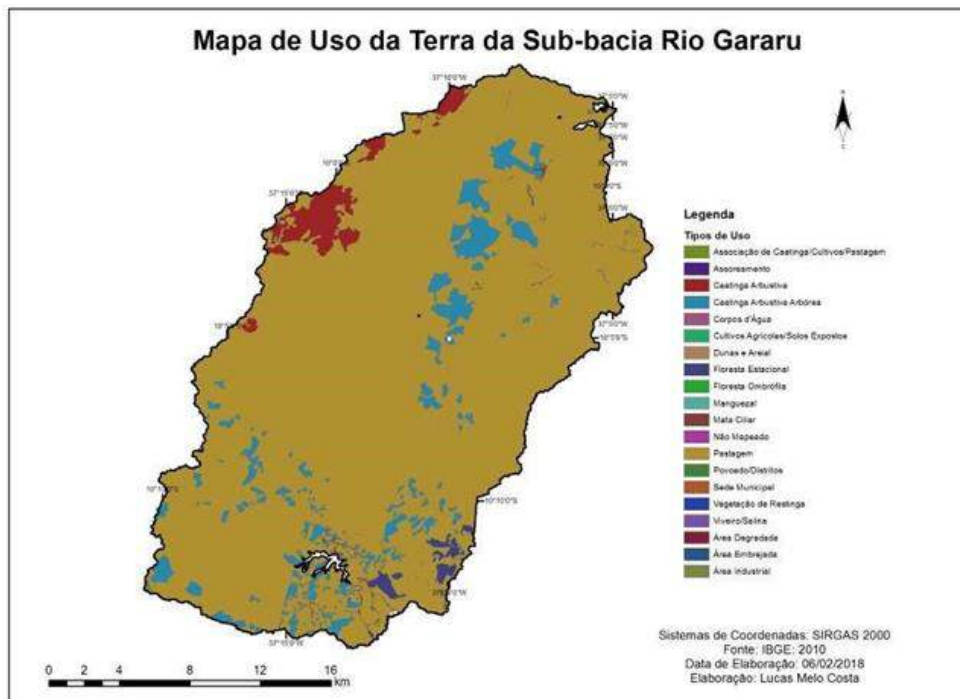




Figura 6. Mapa do Uso da Terra da Sub-Bacia Rio Gararu, 2018.





Em visita de campo observou-se a intermitência dos rios e afluentes da sub-bacia pesquisada (figura 7 e 8), como também a degradação sofrida pelo mesmo por falta de áreas de preservação permanente e matas ciliares que por sua vez, reflete falta de fiscalização para o combate a ação antrópica.

Figura 7. Foz do Rio Gararu, 2018.



Figura 8. Intermitência da Sub-bacia Rio Gararu, 2018.





Materiais e métodos:

A metodologia utilizada neste estudo será baseada nos estudos de Ab'Sáber (1969), onde serão destacados três níveis de abordagem, enfatizando escalas espaciais e temporais, e na abordagem geossistêmica de análise ambiental apresentada por Bertrand (1971). Este método possibilitará o levantamento de dados relacionados com a caracterização, estrutura e funcionalidade da paisagem.

Paralelamente, essa paisagem será considerada como um sistema resultante da combinação dinâmica entre os elementos físicos, biológicos e antrópicos. Dessa forma, serão realizados os estudos na bacia hidrográfica, considerada como um geossistema.

As características morfométricas foram verificadas com base em estudos de grandes autores: padrões de drenagem CHRISTOFOLETTI, 1980 a hierarquia fluvial pelo sistema de STRAHLER, 1952 e o índice de circularidade segundo Granell-Pérez, 2001.

Foram feitas leituras, fichamentos, busca de dados, trabalhos de campo que foram divididos em 3 etapas, o primeiro para reconhecimento da área pesquisada, o segundo para comparar os dados teóricos com a realidade e por último para averiguar se havia projetos feitos por políticas públicas inseridos nessa área. Também, foram feitos os tratamentos de dados em laboratório, como: mapeamento da área com o *software ArcGis* 10.1 com licença acadêmica para estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

A drenagem fluvial é o escoamento das águas por uma bacia hidrográfica constituída por um rio e os seus afluentes transportando as águas das regiões mais altas para as mais baixas até outro rio ou mesmo o oceano, a drenagem de uma área é fortemente influenciada por alguns fatores, entre eles o



climático e geológico, originando padrões de drenagem distintos na forma e na densidade, influenciando no controle estrutural. Os padrões de drenagem referem-se ao arranjo espacial dos cursos fluviais, que podem ser influenciados em sua atividade morfogenética pela natureza e disposição das camadas rochosas, pela resistência litológica variável, pelas diferenças de declividade e pela evolução geomorfológica da região (CHRISTOFOLETTI, 1980, P. 103). Existem vários padrões de drenagem, nos quais se destacam: dendrítico, treliça, paralelo, retangular, radial, anelar.

Com análises em campo, e através do *software Arcgis 10.1*, a sub-bacia do Rio Gararu foi interpretada com um padrão de drenagem dendrítica ou arborescente. Nesse tipo de drenagem, as correntes tributárias “se unem formando ângulos agudos de gradações variadas, mas sem chegar nunca ao ângulo reto. A presença de ângulos retos no padrão dendrítico ou arborescente, constitui anomalia”. (CHRISTOFOLETTI, 1980, P. 105).

Área e Perímetro

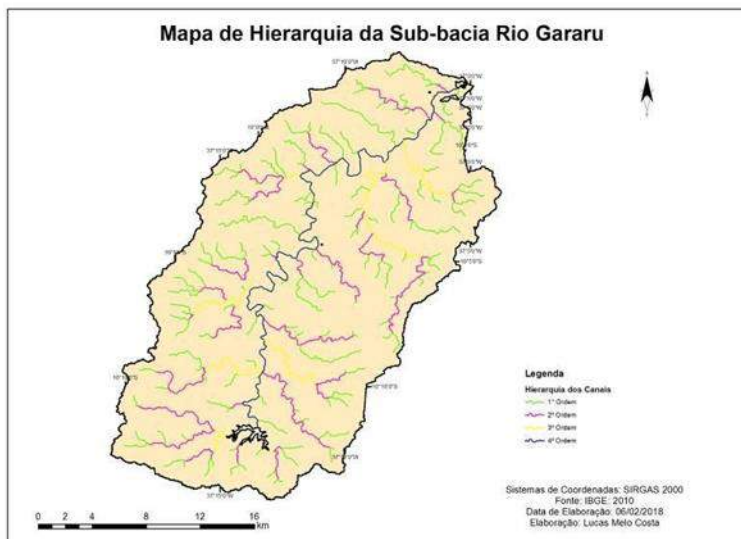
As sub-bacias são áreas de drenagem dos tributários do curso d'água principal. Possuem áreas maiores que 100 km² e menores que 700 km² (FAUSTINO, 1996). Dessa forma afirma-se como uma sub-bacia o campo de estudo, já que o mesmo possui uma área de 540,611 km² e perímetro de 164,011 km.

Hierarquia:

Essa sub-bacia é formada por canais de até 4º ordem. Para interpretar esse aspecto, foi utilizado o sistema de hierarquia fluvial de Strahler, 1952 para ele os canais de quarta ordem surgem da confluência de dois canais de terceira ordem, podendo receber tributários das ordens anteriores. Essa sub-bacia é bem drenada, pois, há uma tendência a serem mais bem drenadas aquelas bacias que tem ordem maior.



Figura 9. Hierarquia Fluvial da Sub-bacia Rio Gararu, 2018.



Comprimento do rio principal:

Segundo Tucci, 2003 o rio principal é aquele que drena a maior área no interior da bacia hidrográfica. Na área pesquisada, o rio principal possui um comprimento de 48,107 km desde a sua nascente no município de Graccho Cardoso até a sua foz no município de Gararu.

Forma da Bacia: alongada (0,25)

O método de análises morfométricas se apresentou adequada para a análise ambiental da área estudada e posterior tomadas de decisões. O índice de circularidade é de 0,25 sendo assim, essa sub-bacia é considerada alongada, tendo menos probabilidade de cheias e inundações.

Considerações Finais:



O presente trabalho teve o intuito de analisar as condicionantes fisiográficas e morfométricas da sub-bacia Rio Gararu, bem como mapear e fazer estudos sobre uma área que tem poucos estudos científicos sobre o mesmo. Assim, dos resultados, pode-se observar que a sub-bacia é caracterizada como intermitente, com um padrão de drenagem dendrítica ou arborescente, com hierarquia fluvial de 4º ordem e também ficou claro que a forma da bacia é alongada com o índice de circularidade caracterizado como 0,25.

Pode-se analisar também, que esta área é esquecida quando se fala em projetos ou fiscalizações de Políticas Públicas, pois, a mesma encontra-se degradada e sem nenhum projeto ou ação para combater a ação antrópica que pode influenciar na perda de competência e capacidade da sub-bacia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia**. 2ª ed. São Paulo, Edgard Blucher, 1980.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira. **Introdução a hidrogeografia**: Textos básicos de geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento & análise ambiental**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

POLETO, Cristiano. **Bacias hidrográficas e recursos hídricos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.



CARSTE EM SERGIPE: ANÁLISE DA GRUTA DA PEDRA FURADA NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS E DA GRUTA CASA DO CABOCLO NO MUNICÍPIO DE JAPARATUBA E A INFLUÊNCIA DA AÇÃO ANTRÓPICA.

Maciel Santos¹

Universidade Federal de Sergipe/UFS, Graduando Geografia
maciel-santos-0@hotmail.com

Tais Kalil Rodrigues²

Universidade Federal de Sergipe/UFS, Doutora em Geologia
tkalilr@yahoo.com.br

RESUMO

O relevo cárstico ocorre predominantemente em terrenos de rochas calcárias, podendo ser encontrado em outras rochas carbonáticas – mármore e dolomitas – tendo como principal característica a dissolução da rocha através da infiltração da água. Além da importância dos altos índices de precipitação, o tectonismo, a pureza da rocha e a vegetação existente têm grande influência no fluxo de infiltração. No Brasil existem 19 grandes regiões cársticas, possuindo uma das maiores concentrações de cavernas do mundo. Em Sergipe, o início do reconhecimento da morfologia cárstica ocorreu com as indicações de cavernas realizadas por Brenner em 1888. O ambiente cárstico de Sergipe está localizado no supergrupo Canudos, constituído pelos subgrupos Estância e Vaza Barris. Para essa pesquisa, foi realizado um trabalho de campo para dois ambientes do estado, a Gruta da Pedra Furada no município de Laranjeiras, situado em uma zona carbonática e a Gruta Casa do Caboclo, também conhecida como Cipó Branco, localizada no povoado São José da Caatinga no município de Japaratuba, formada em terreno arenítico. A ocupação e o uso indevido dessas cavernas seja como depósito



de lixos, através do desmatamento, da agricultura, exploração e contaminação da água, urbanização, industrialização e o turismo são os principais fatores dos impactos da ação antrópica no ambiente. Tendo como objetivo, apresentar interferência da ação antrópica no ambiente expondo as feições do processo de degradação.

PALAVRAS-CHAVE: Carste, Cavernas, Ação Antrópica.

GEOMORFOLOGIA CÁRSTICA

Carste é o termo utilizado para denominar ambientes da superfície terrestre, o relevo, tanto em superfície como em subsuperfície, é caracterizado por uma morfologia e hidrologia específicas resultante da circulação hídrica.

Conforme Karmann (2000), aproximadamente 10% da superfície do globo terrestre é composta por carste. Tendo predominância em terrenos constituídos por rochas carbonáticas, sendo o calcário a rocha mais comum, por ser acamado, maciço, puro, consolidado, duro e cristalino. A dolomita também apresentam características suficientes, porém de maior dificuldade de dissolução. O mármore, arenitos, evaporitos entre outros, podem apresentar esses aspectos.

Christofoletti (1980) afirma que, a carstificação é mais rápida em regiões úmida que nas regiões secas, desde que os demais fatores sejam iguais. O relevo carste tem como principal característica a dissolução química das rochas pela infiltração da água através de fraturas e camadas, chamadas de zonas de acamamento. Ou seja, é o tipo de relevo característico de regiões com médias altas de pluviosidade, não deixando de ocorrer em territórios com baixos índices de precipitação, onde o intemperismo físico tende a se sobrepôr ao químico. Além do clima, o tectonismo, a vegetação local e a pureza das rochas, são fatores importantes para que haja o fluxo de infiltração da água no carste.



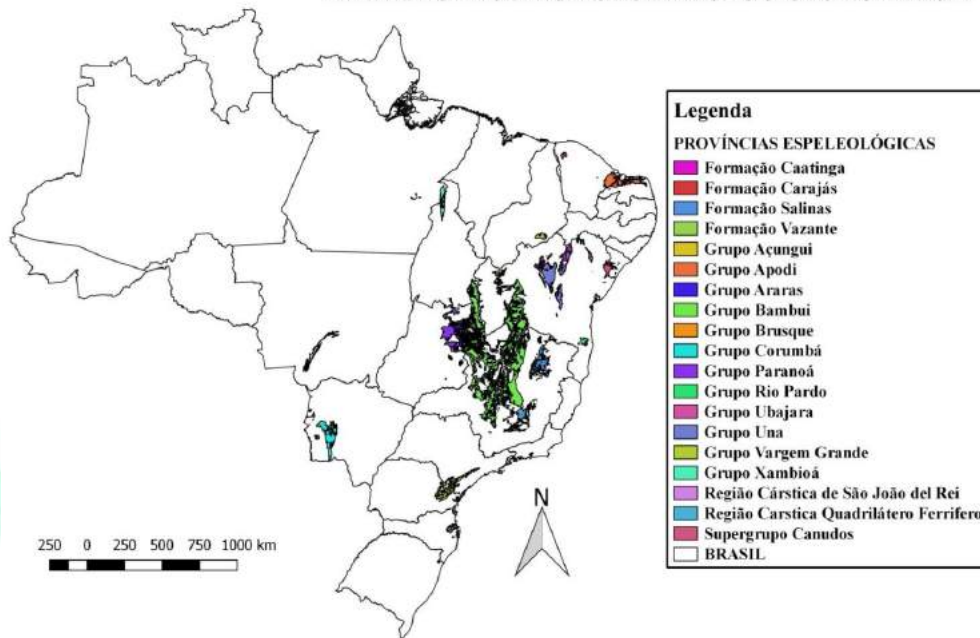
(...) nas áreas úmidas, a presença de vegetação densa auxilia a dissolução pela água pluvial, (...) nas áreas áridas e semiáridas, que apresentam terrenos calcários, a morfologia cársica é pobremente desenvolvida... (CHRISTOFOLETTI, 1980, p. 153).

Em contato com o dióxido de carbono, a água que infiltra nas rochas através das chuvas ou dos rios torna-se ácida, esculpindo, de modo consequente, as formas desse relevo. A porosidade (primária ou secundária) da rocha é uma das principais justificativas para esse tipo de paisagem. A porosidade primária apresenta uma forma maciça dificultando a circulação da água através de seus grãos o que acaba divergindo, já a secundária que contém estruturas descontínuas, é formada geralmente em pós-diagênese. De acordo com Ford e Williams (1989), a razão principal da gênese das cavernas está vinculada ao comportamento estrutural da rocha, seu encadeamento geográfico e a área de recarga e descarga hídrica.



Figura 1 – Províncias Espeleológicas do Brasil.

MAPA DAS PROVÍNCIAS ESPELEOLÓGICAS DO BRASIL



Fonte: CECAV/ICMBIO. Elaboração do autor.



Conforme Christofoletti (1980) a hidrologia cárstica é caracterizada pela ausência de cursos superficiais, mas que, em algumas áreas são nítidos os traços deixados por antigos rios. A água subterrânea não tem um traçado estabelecido, seguindo sempre os pontos de fraqueza da massa rochosa até achar um ponto em que volte à superfície, tendo isso como um fenômeno comum do ambiente carste.

De acordo com o Centro Nacional de Pesquisas e Conservação de Cavernas (CECAV), o território brasileiro contém 19 grandes províncias espeleológicas, como mostra a figura 1. Em sua obra, Karmann (2009), afirma que no Brasil cerca de 3% do território brasileiro é composto por este relevo, onde cerca de 2% é composto por carste carbonático, tendo nos grupos Bambuí e Una, do neoproterozóico, a maior área de rochas carbonáticas, como podemos ver na figura 1.

No Brasil, existem 6.652 cavernas, 30,7% desses registros encontram-se no estado de Minas Gerais, porém, a caverna mais extensa do país está situada no estado da Bahia, no município de Campo Formoso e pertence ao Grupo Una, a Toca da Boa Vista, que tem um padrão labiríntico e cerca de 100 km de galerias mapeadas. No Estado de São Paulo, encontra-se o maior desnível subterrâneo do país, a Casa da Pedra com 350m, localizada no alto vale do Ribeira, conforme a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE). Curitiba no estado do Paraná e Belo Horizonte em Minas Gerais são grandes regiões metropolitanas e apresentam um contato limítrofe com áreas cársticas.

No território Sergipano, os primeiros registros são recentes, se compararmos com os demais estados da federação. Segundo Donato (2012),

(...) pode-se situar o início do reconhecimento da morfologia cárstica em Sergipe em 1888, com as indicações de cavidades naturais feitas por Branner (1888) nos municípios de Divina



Pastora (i.e., Caverna do Urubu) e Laranjeiras (i.e., Caverna da Pedra Furada). Como registros posteriores, podem ser citados a publicação do IBGE (FERREIRA, 1959) e as explorações de José Augusto Garcez na década de 1970 (PROUS, 1992) (DONATO, 2011, p. 02).

O ambiente cárstico em Sergipe está localizado na região do Supergrupo Canudos, composto pelos subgrupos Estância e Vaza Barris do período Pré-Cambriano, como afirma (AULER et al. 2001). O carste sergipano está presente nas três províncias geomorfológicas da unidade federativa: Planície Litorânea, Tabuleiros Costeiros e o Pediplano Sertanejo. França (2007) afirma que as áreas cársticas de Sergipe podem ser concentradas nas faixas Tropical Úmido, Tropical de Transição e o Semiárido. A figura 2 apresenta a localização da zona cárstica no estado de Sergipe que contempla o maior número de cavernas.

Em conformidade com Williams (1993), o impacto mais significativo advém do desflorestamento e das atividades agrícolas, podendo resultar em uma desertificação rochosa. Além da produção de monoculturas, diversas cavernas são utilizadas como depósito de lixo e entulho pelas comunidades do entorno ou apresentam depredações em função da visitação desordenada. Inúmeras obras de infraestrutura voltadas para implantação de indústrias de exploração mineral – como no município de Simão Dias para a exploração da Cal e em Laranjeiras para a produção de cimento – progridem sobre as cidades exercendo forte pressão sobre os recursos ambientais.

Segundo Hardt (2008), a cobertura vegetal sobre o solo é de extrema importância para o desenvolvimento do relevo cárstico, e todos precisam estar em comum equilíbrio. Destarte, não só a existência do solo fica protegida na presença da vegetação (árvores e/ou presença de folhas e materiais

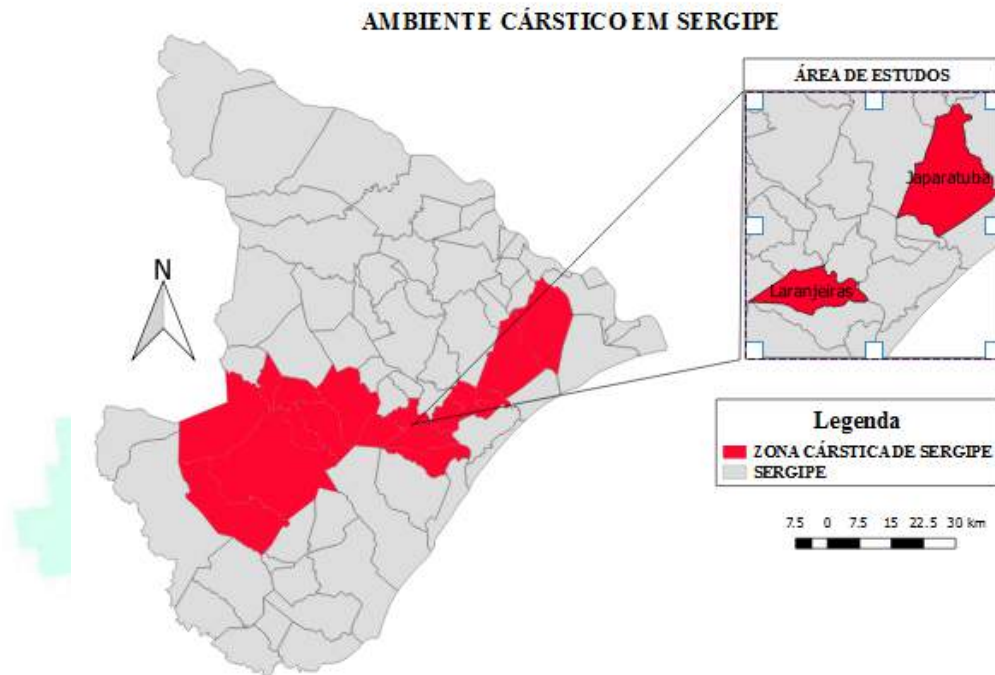


biológicos em decomposição) servindo de escudo para o impacto direto da chuva sobre o solo, como também, ao fato de possibilitar o estabelecimento de uma fauna e flora de solo, responsável por produzir o dióxido de carbono, essencial no desenvolvimento cárstico.

Huppert et. al. (1993) afirma que, a atividade turística acaba sendo uma contraposição à conservação do ambiente carste, pois, o solo, a cobertura vegetal e o aquífero são totalmente suscetíveis de sofrerem os impactos causados pelas atividades recreativas. Além disso, a presença de visitantes ao ambiente interno de uma caverna pode interferir diretamente na alteração térmica, físico-química e biológica do ambiente. O impacto direto também pode existir devido à degradação física do ambiente, através da quebra de espeleotemas acidentalmente ou deliberadamente.



Figura 2 – Localização do ambiente Cárstico de Sergipe e área de estudos.



Fonte: Macedo *et al.* 2012.



Um rio que tenha sua origem em terreno não cárstico, mas que em um determinado momento do seu percurso acaba penetrando em terreno cárstico e em uma cavidade, estará trazendo para o interior desta, poluentes, restos animais e vegetais, cascalho, sedimentos, entulhos, entre outros, que porventura tenha chegado até este rio. Deste modo, a proteção da caverna passa, necessariamente, pela proteção de qualquer recurso hídrico associado, não importando o quão distante da cavidade este tenha sua origem.

Para a elaboração do presente artigo, foi utilizada a metodologia de estudos através de revisões bibliográficas reflexivas, complementados com consultas feitas aos bancos de dados do CECAV/ICMBIO e da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), buscando informações de vários autores para formar a ideia do todo, partindo de um breve histórico contextualizando o relevo cárstico e sua formação. E um trabalho de campo realizado na Gruta da Pedra Furada situada em um ambiente carbonático no município de Laranjeiras-SE e a Gruta Casa do Caboclo formada em terreno arenítico na cidade de Japarutuba-SE, com o objetivo de realizar registros fotográficos do local, observando e apresentando a interferência da ação antrópica no ambiente, expondo as feições e o processo de degradação gerado pelo homem através da exploração do mineral calcário – principalmente para a produção de cimento – e extração do petróleo por empresas estatais de economia mista.

CARSTE DE SERGIPE

De acordo com o SBE, em Sergipe existem 116 cavernas distribuídas em 35 municípios. Mas nove vão concentrar a maior parte da paisagem cárstica, tendo na cidade



de Poço verde o maior número de cavidades registradas, logo em seguida aparecem, Canindé de São Francisco e Laranjeiras. A maior caverna de Sergipe e que apresenta oportunidades de visitação é a Toca da Raposa, em Simão Dias, com aproximadamente 400m de desenvolvimento total – somando-se todos os condutos da caverna. O Abismo de Simão Dias ou Furna do Dorinha é o maior no estado, possuindo pouco mais de 50m de profundidade. Conforme Macedo (2016), o carste tradicional em Sergipe corresponde à 1.453,37 Km² da área total do estado.

Foi observado no trabalho de campo que a Gruta da Pedra Furada, no município de Laranjeiras-SE é assentada em um terreno composto por rocha carbonática, sendo hoje um ambiente não mais ativo, denominado um paleocarste²⁷.

A gruta fica localizada na comunidade do Machado – latitude -10.820685 e longitude -37.177678 – tendo forte influência histórico/cultural no município. O local foi utilizado para catequeses e cultos religiosos pelos jesuítas e rituais de religiões afro-brasileiras. Com o formato de um arco, onde os efeitos da ação antrópica são bastante visíveis, o local encontra-se deteriorado, o que era vegetação nativa – Floresta Pluvial Atlântica – virou pastagem e o que era uma imensa gruta, não passa de uma faixa de rocha carbonática erodida. A exploração vem ocasionando a retirada do mineral calcário gerando a detonação numa velocidade anormal, como mostra na figura 3.

A produção de cimento em Sergipe consolidou-se no final do século XX e início do século XXI, quando o estado passou a ser o maior polo de produção de cimento da região nordeste, devido justamente a sua

²⁷ Ainda não possuem dados que definam a idade do paleocarste da área, precisando de estudos mais aprofundados.



riqueza em relação a sua disponibilidade em suas terras do carbonato de cálcio – calcário. (MACEDO et al. 2012, p. 267-272).

Com o trabalho de campo, foi possível observar o avançado processo de degradação ambiental causado principalmente pelas mineradoras de calcário, pedreiras e fábricas de cimento, a poluição e a dificuldade na drenagem da água para o lençol freático também são fatores que induzem a esse processo. Quanto à vegetação, foi possível identificar o processo de devastação no entrono da Gruta da Pedra Furada, onde, as matas originais foram substituídas por culturas de subsistência e da cana-de-açúcar, implicando diretamente no ecossistema do relevo cárstico. Ou seja, a ausência da vegetação nativa da região implica diretamente no processo de absorção da água, como também na infiltração do gás carbono.

A Gruta Casa do Caboclo encontra-se em um local de difícil acesso – latitude -10.632546 e longitude -36.883085 – no litoral sergipano, no povoado São José da Caatinga, município de Japarutuba-SE, sendo de pouco conhecimento da sociedade e mesmo assim ainda é possível encontrar impactos da ação humana. A gruta fica em um pequeno remanescente da floresta Pluvial Atlântica e seu desenvolvimento está associado a processos de abatimento e dissolução ocorridos em argilito arenoso da Formação Barreiras, que acaba sendo mais propício aos efeitos da ação antrópica, figura 4.

Atualmente existe a forte exploração de petróleo e gás natural em toda a extensão territorial do município. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Japarutuba possui a maior quantidade de poços terrestres de exploração do Petróleo, são 338 poços, o que representa cerca de 40% dos poços no estado. Nas redondezas da gruta é possível identificar dutos de gás natural



e Cavalos-de-pau mecânicos para exploração e extração do petróleo.

Figura 3 - Gruta da Pedra Furada, município de Laranjeiras-Se, 2017



Fotos de Ítalo Assis da Silva, 2017 Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

O acesso para a parte interna da gruta só existe pela consequência do desabamento de uma Dolina de Colapso, ao adentrar é possível identificar um composto de claraboias – pequenas aberturas na parte superior do salão – facilitando o processo de infiltração da água. Ainda na parte interna da Casa do Caboclo é possível identificar um córrego que na maior parte do ano permanece perene, abaixo temos a figura 4 com imagens da Gruta da Casa do Caboclo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi abordado, não somente os municípios de Laranjeiras e Japarutuba, como também o estado de Sergipe, possuem um considerável patrimônio e



potencial espeleológico. Contudo, o seu reconhecimento é de suma importância para a contribuição que destaque a forma no qual se encontra a espelogenese da região, implicando em uma análise do reconhecimento básico preliminar do carste sergipano, ainda como tema a ser aprofundado em pesquisas futuras.

Figura 4 – Gruta do Caboclo, Japarutuba-SE, 2017



Fotos de Ítalo Assis da Silva, 2017 Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

A ausência de um manejo específico nas cavidades subterrâneas visitadas implica em consequências negativas. Contudo, é necessário haver um planejamento quanto ao uso e acesso de cavernas, que sejam devidamente controlados. No Brasil e em Sergipe, as retiradas dos minerais, em destaque a Cal e o Calcário, acabam afetando todo o ciclo, gerados principalmente pelos confrontos socioambientais. É importante que mais estudos sejam realizados, com o intuito de intensificar a elaboração de instrumentos normativos



quanto ao uso, ocupação e a retirada dos recursos que esse ambiente proporciona.

O ambiente cárstico é um dos mais vulneráveis e a transformação de uma caverna natural em uma caverna turística deve ser projetada, aplicada e manejada com grande atenção para os problemas de proteção ambiental.

BIBLIOGRAFIA

AULER, Augusto Sarreiro; RUBBIOLI, Ezio; BRANDI, Roberto. As grandes cavernas do Brasil. Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas, 2001.

CECAV; “Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas”; Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cecav/>> [Acedido em: 09 de Dezembro de 2017].

CHRISTOFOLETTI, Antônio. “Geomorfologia”. Editora Blucher, São Paulo-SP, 1980.

_____. “Modelagem de sistemas ambientais”. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 1999.

DO BRASIL, A. Q. (2013). Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

DONATO, C.R.; MACEDO, H.S. (2013) “Localização geográfica de cavernas: a importância de saber manipular instrumentos e analisar os dados.” In: RASTEIRO, M.A.; MORATO, L. (orgs.) CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 32. Barreiras. Anais... Campinas, SP: SBE. pp.267-272.



Disponível em: <http://www.cavernas.org.br/anais32cbe/32cbe_267-272.pdf>. [Acedido em: 05 de DEZ de 2017].

DONATO, C. R. “Análise de impacto sobre as cavernas e seu entorno no Município de Laranjeiras, Sergipe”. 2011. 198 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011

FORD, D. C.; WILLIAMS, P. W. (2007) “Karst Geomorphologic and Hydrology”; Chapman and Hall; Londres.

FRANÇA, VERA LÚCIA ALVES; CRUZ, MARIA TEREZA SOUZA. Atlas Escolar Sergipe: espaço geohistórico e cultural. 1ed.; João Pessoa: Editora Grafset, 2007.

HARDT, Rubens. “Sistema cárstico e impactos antrópicos: considerações sobre o manejo”. Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo SIMPGEO-SP, p. 1295-1309, 2008 HUPPERT, G.; BURRI, E.; FORTI, P.; CIGNA, A. Effects of Tourist Development on Caves and Karst. In: WILLIAMS, P. W. (Editor) Karst Terrains: Environmental changes and human impact. Cremlingen-Destedt: Catena-Verlag, 1993. p. 251-268. (Catena Supplement 25)

JANSEN, D.C.; GALVÃO, A.L.C.O.; LIMA, M.F.; CAVALCANTI, L.F.; NETO, J.F.C. “Regiões Cársticas do Brasil”; Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cecav/projetos-e-atividades/provincias-espeleologicas.html>> [Acedido em: 03 de Dezembro de 2017].



JORDAN, T.; GROTZINGER, J. (2013). “Para Entender a Terra. 6”. ed.; Bookman Editora LTDA. São Paulo, SP. pp. 475-501.

KARMANN, I. SÁNCHEZ, L. H. (1979). “Distribuição das rochas carbonáticas e províncias espeleológicas do Brasil”. Espeleotema, Monte Sião, MG. v. 13, pp. 105-167.

KARMANN, I. (2000). “Ciclo da água, água subterrânea e sua ação geológica”. Decifrando a terra, 2, 191-214.

SANTOS. D.B. MENEZES, De H. J. S. (2003) “Aspectos Históricos e Geográficos sobre a ocorrência de Cavernas em Sergipe” CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 27, Anais, Januária, MG. Pp. 249-252, Disponível em: http://www.sbe.com.br/anais27cbe/27cbe_248-252.pdf [Acedido em: 03 de Dezembro de 2017].

SBE (2017); “Sociedade Brasileira de Espeleologia: Cadastro Nacional de Cavernas”; Disponível em: <http://www.cavernas.org.br/cnc/> [Acedido em: 05 de Dezembro de 2017].

WILLIAMS, P. W. (Editor) “Karst Terrains: Environmental changes and human impact”. Cremlingen-Destedt: Catena-Verlag, 1993. p. 251-268. (Catena Supplement 25).



USO DO SOLO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO PLANTIO DE BATATA DOCE NO MUNICÍPIO DE MOITA BONITA-SE

Helenilson de Jesus Barreto (es)¹

Departamento de Geografia/Universidade Federal de Sergipe, (Geografia
Licenciatura)

E-mail: leninho.ufs@gmail.com

Cristiano Aprígio dos Santos (es)²

Departamento de Geografia/Universidade Federal de Sergipe, (Doutor
em Geografia)

E-mail: aprigeo@gmail.com

José Lucas Santos (es)³

Departamento de Geografia/Universidade Federal de Sergipe, (Geografia
Licenciatura)

E-mail: rtx010203@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a sustentabilidade ambiental do plantio de batata doce no município de Moita Bonita, em particular no povoado Moita de Cima. Inicialmente os estudos foram conduzidos para o diagnóstico ambiental, sendo utilizados levantamentos bibliográficos. O instrumental metodológico da pesquisa constou de um processo de investigação mediante a realização de entrevistas que contemplaram questões relativas ao produtor e a unidade de produção. Os resultados e a discussão referentes à realização da pesquisa direta foram apresentados segundo as sustentabilidades com seus indicadores ecológicos, econômicos, sociais e culturais. Após as análises da pesquisa de campo constatou-se que os principais indicadores que têm



levado a uma baixa sustentabilidade ambiental são: a prática de um sistema agrícola intensivo em insumos externos e na utilização da terra, o uso excessivo de defensivos agrícolas a elevada infestação de pragas de insetos e de doenças bacterianas, a baixa comercialização da produção em termos de preços justos, a contaminação humana por pesticidas, o que dificulta a busca de soluções para os problemas existentes entre os produtores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade ambiental, formantes físicos e socioeconômico.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios de nossa história, a degradação associada às desigualdades sociais está presente como elemento constitutivo do processo de desenvolvimento agrícola brasileiro. Em grande medida, esse fato se deve à permanente subordinação da agricultura nacional às lógicas econômicas externas, caracterizando-a como setor de transferência de riquezas, às expensas da exploração predatória dos recursos naturais e da exclusão social. No contexto histórico o crescimento de urbanização e da industrialização se superpôs a uma estrutura agrária essencialmente concentrada e desigual, expressa no modelo produtivo conhecido como revolução verde. A proposta essencial desse modelo supunha a substituição de formas tradicionais baseadas no trabalho humano, por um pacote tecnológico fundado em variedades vegetais geneticamente melhoradas, irrigação, agrotóxicos com maior poder biocida, motomecanização e fertilizantes químicos (GLIESSMAN, 2000).

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar o sistema agrícola de batata doce na no município de Moita Bonita, tomando ênfase o povoado Moita de Cima, na



perspectiva de compatibilidade entre agricultura e meio ambiente.

A atual sede do Município de Moita Bonita, localizada na região central do Estado de Sergipe, microrregião do Agreste de Itabaiana, teve suas origens a partir de uma localidade denominada Alto do coqueiro e, por influência de outra localidade vizinha denominada Moita de Cima, teve seu nome alterado para Moita Bonita. Em 1950 a localidade possuía como moradores apenas quatro famílias e foi elevada à categoria de vila pela Lei Estadual n.º 823 de 25/07/1957, como sede do 2º Distrito de Paz do Município de Itabaiana ao qual pertencia. Nesta época a comunicação com outras regiões se dava por estradas precárias, que ficavam quase intransitáveis nos períodos chuvosos, o transporte era feito a pé, carro de bois ou através de animais, pois não existiam veículos e estradas apropriadas.

O primitivo Alto do Coqueiro não passava de uma aglomeração de sítios, onde seus primeiros moradores construíram uma capelinha e escolheram Santa Terezinha para padroeira. Aos poucos o local foi desenvolvendo-se, aumentando o número de casas, mas como pertencia a Itabaiana, tinha sua vida influenciada pelas suas brigas políticas. No início da década de 60 Itabaiana tinha como chefe político Euclides Paes Mendonça, originário do povoado vizinho Serra do Machado, pertencente ao município de Ribeirópolis, cujo irmão, Pedro Paes Mendonça, seu inimigo político, tinha muita influência, na verdade a região era seu "curral eleitoral".

Como o então deputado Pedro Paes Mendonça não conseguia bater seu irmão em outras regiões de Itabaiana, decidiu ele lutar pela independência política de sua região. Após muito jogo de influência a Lei Estadual n.º 1.165 de 12/03/63 cria o município de Moita Bonita, com sede na cidade de Moita Bonita, antigo Alto do Coqueiro, que



enfrentou a concorrência de outra localidade, denominada Capunga, que pleiteava o direito de ser a sede do município, por ser maior e mais antigo. Conta os antigos moradores do capunga que a povoação foi fundada em 1843 pelo português Antônio Brito que depois de muitas brigas com os índios, possivelmente xocós, dominou as terras da região. O nome "Capunga" é explicado através da junção de duas palavras: capanga e mapurunga, árvore comum na localidade embaixo da qual os índios faziam tocaias a Antônio Brito e seus comandados. No entanto, embora o Capunga fosse maior e mais antigo, perdeu a possibilidade de ser a sede do município por influência de Euclides Paes Mendonça.

Nas primeiras eleições municipais, que aconteceu em 06 de outubro de 1963, Pedro Paes Mendonça sai vencedor, batendo seu adversário Josias Costa, que futuramente iria ser figura muito importante na região. Moita Bonita está localizada na região central do Estado de Sergipe, limitando-se a norte com os municípios de Ribeirópolis e Nossa Senhora das Dores, a leste com Santa Rosa de Lima e Malhador e a sul e oeste com Itabaiana. A área do município ocupa 95,7km². A sede municipal tem uma altitude de 180 metros e coordenadas geográficas de 10°34'40"de latitude sul e 37°20'37"de longitude oeste.

A agricultura moitense, a partir da década de 90, vem passando por mudanças significativas, tanto na forma de produzir, como nas relações de produção decorrentes, principalmente, das políticas agrícolas implantadas pelas ações do governo, como o crédito rural subsidiado e, através de investimento na agricultura com a implantação de projetos de irrigação. Sergipe está entre os quatro estados que mais produzem batata doce no país. Em Moita Bonita, quase 80 agricultores fazem parte de uma cooperativa de incentivo à agricultura familiar.



DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi desenvolvida em etapas sequenciais que correspondem a dois níveis progressivos das escalas espaciais de análise. Inicialmente foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a temática e dos dados e informações básicas sobre atributos e propriedades dos componentes físicos e socioeconômicos, da área estudada, através de estudos geológicos, geomorfológicos, pedológicos, climatológicos e dos indicadores socioeconômicos, refletidos nas formas de uso e ocupação do solo.

À luz dos indicadores de sustentabilidade ecológica, econômica, social e cultural foi estudado o cultivo de batata doce no município de Moita Bonita. Assim, procedeu-se a um levantamento amostral no povoado Moita de Cima, referente a 50 produtores. As informações foram obtidas através de entrevista semiestruturada. Na medida do possível procurou-se, também, estabelecer um diálogo informal com os entrevistados e familiares. O objetivo de tal procedimento foi de coletar informações sobre a realidade vivenciada pela experiência de cada entrevistado.

Assim, foram realizadas entrevistas com 20 produtores que representam 40% de um total de 100%, distribuídos em áreas irrigadas e de sequeiro (técnica agrícola para cultivar terrenos onde a pluviosidade é baixa) no município de Moita Bonita, onde a área estudada foi o povoado Moita de cima, este que pertence ao município já citado.

“Através do conhecimento das potencialidades dos recursos naturais, o homem interfere na dinâmica natural da Terra de maneira rápida e agressiva, gerando sérios problemas ambientais. Isso faz com que alguns pesquisadores defendam a idéia de estarmos hoje vivenciando uma nova realidade ambiental, onde as derivações antrópicas apresentam-se cada



vez mais influentes e contundentes” (VICENTE e PEREZ FILHO, 2003).

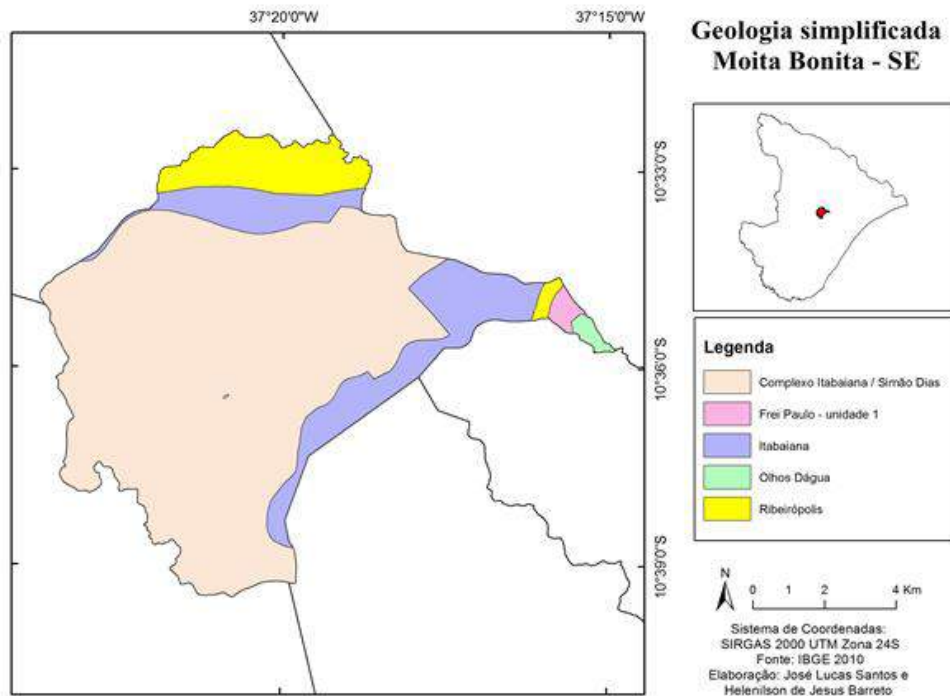
O município está parcialmente incluído na área do polígono da seca com um clima do tipo megatérmico seco a sub-úmido, transição para semi-árido, temperatura média anual de 24°C, e precipitação pluviométrica média no ano de 1000mm e período chuvoso de março a agosto. O relevo é de superfície pediplanada tabular erosiva e dissecado em forma de colinas, com aprofundamento de drenagem fraca. Os solos são Podzólicos Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico, Litólico, Eutrófico e Planosol, que fixam uma vegetação de Capoeira, Caatinga, Campos Limpos e Campos Sujos (SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000).

O contexto geológico do município (Figura 01), está inserido nos domínios da Faixa de Dobramentos Sergipano (neo a mesoproterozóico) e do Embasamento Gnáissico (Arqueano a Paleoproterozóico). Em mais de 60% do território, afloram ortognaisses, gnaisses bandados e migmatitos integrantes do Complexo Gnáissico Migmatítico do Domo de Itabaiana.

Na porção norte e em pequenas áreas a oeste, afloram rochas da Faixa de Dobramento, representadas pelos Grupos Estância (Formação Lagarto), Simão Dias (Formação Frei Paulo) e Miaba (Formação Ribeirópolis), e onde predominam Argilitos, Siltitos, Arenitos Finos, Conglomerados Filitos Siltosos, Metarenitos Impuros, Metarritimitos, Filitos, Metacarbonatos, Quartzo-Sericita-Clorita-Filitos, Metagrauvacas, Metavulcanitos Ácido-Intermediário e QuartzoPlagioclásio-Sericita-Clorita-Xisto.



Figura 01: Geologia Simplificada de Moita Bonita





O podzolicos Vermelho Amarelo Equivalente Eutrofico se caracteriza pela sua compatibilidade no plantio da batata doce, pois ele possui um teor favoravel de nutrientes, texturas, profundidade, presença ou não de cascalhos, desta forma torna-se dificil de generalizar suas qualidades. Problemas sérios de erosão são verificados naqueles solos em que há grande diferença de textura entre os horizontes A e B, sendo tanto maior o problema quanto maior for a declividade do terreno (Figura 02).

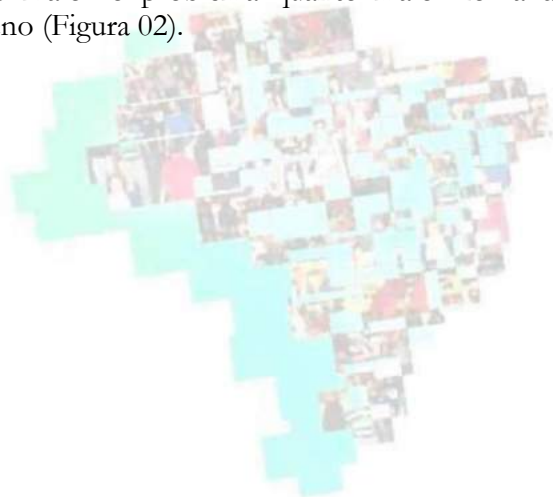
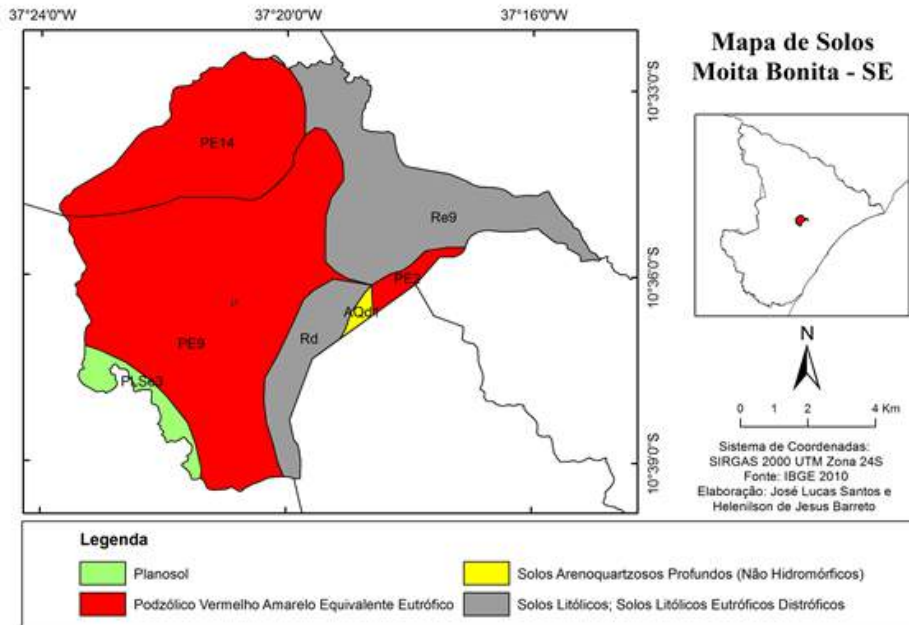




Figura 02: Mapas de Solos de Moita Bonita- SE





Os solos Litólicos no plantio na batata doce não são utilizados, pois são muito pouco desenvolvidos, rasos, não hidromórficos, apresentando horizonte A diretamente sobre a rocha ou horizonte C de pequena espessura. São normalmente pedregosos e/ou rochosos, moderadamente a excessivamente drenados com horizonte A pouco espesso, cascalhento, de textura predominantemente média, normalmente esses locais onde existem a presença do solo Litólico, e aproveitado para a plantação de capim, para o uso na pecuária, pois o capim, não requer muito de matéria orgânica do solo. Os solos arenosquartzosos profundos (Não Hidromórficos), não obtêm produtividade alguma, pois sua composição não possui nutrientes, ele é formada, principalmente por grãos de quartzo com arredondamento e esfericidade variados, podendo conter diversas proporções de outros minerais.

O Planossol, na região pesquisada, apresenta desargilização pela lixiviação do solo, não é usado na agricultura, por ser um solo encharcado no qual, a cultura da batata doce não se adequa, por ser um solo de relevo plano ou suave ondulado, onde as condições ambientais e do próprio solo favorecem vigência periódica anual de excesso de água, mesmo que de curta duração, especialmente em regiões sujeitas a estiagem prolongada, e até mesmo sob condições de clima semiárido.

No contexto atual da agricultura, a sustentabilidade ambiental refere-se ao conjunto de práticas ecológicas, econômicas, sociais e culturais desenvolvidas nas atividades agrícolas capazes de manterem a permanência da produtividade sem destruírem a base de recursos não renováveis que utilizam (FRANCISCO, 1996).

Dessa forma, na verificação da sustentabilidade ambiental do sistema agrícola da batata doce no município de



Moita Bonita, foram utilizados indicadores organizados em quatro dimensões – ecológica, econômica, social e cultural.

A sustentabilidade ambiental, inclui também os indicadores ligados às práticas agrícolas: policultura ou consorciamento, rotação de culturas, cobertura verde, cobertura morta, manutenção da diversidade genética e da biodiversidade, erosão do solo, empobrecimento do solo, infestação de pragas de insetos, plantio direto, pousio, rotação de terras, reposição natural de nutrientes do solo, manejo integrado de pragas e doenças, contaminação química do solo e da água e infestação de ervas daninhas.

Os indicadores de sustentabilidade ambiental do sistema agrícola da batata doce apresenta baixa garantia decorrente da infestação de pragas de insetos e doenças bacterianas, que estão entre os principais problemas fitossanitários das da batata doce; contaminação do homem por pesticidas; ausência de controle biológico e de manejo integrado de pragas; baixa manutenção da biodiversidade e a contaminação química do solo e da água, com o uso de agroquímicos.

A sustentabilidade ecológica, entendida como a capacidade do sistema produtivo agrícola de produzir sem destruir as bases naturais de produção, inclui os indicadores ligados às práticas agrícolas: policultura, rotação de culturas, cobertura verde, cobertura morta, manutenção da diversidade genética e da biodiversidade, erosão do solo, empobrecimento do solo, infestação de pragas de insetos, plantio direto, pousio, rotação de terras, reposição natural de nutrientes do solo, manejo integrado de pragas e doenças, contaminação química do solo e da água e infestação de ervas daninhas.

O estudo permitiu concluir que os indicadores de sustentabilidade ecológica do sistema agrícola do plantio de batata doce apresentam baixa sustentabilidade decorrente da infestação de pragas de insetos e doenças bacterianas, que



estão entre os principais problemas fitossanitários da plantação de batata doce; contaminação do homem por pesticidas; ausência de controle biológico e de manejo integrado de pragas; baixa manutenção da biodiversidade e a contaminação química do solo e da água, com o uso de agroquímicos neste sistema de produção, onde se inclui a poluição por nitratos dos fertilizantes, representando riscos para a saúde humana.

Os indicadores mais adequados para a sustentabilidade econômica considerando a relatividade espacial são: mudas selecionadas, pesticidas (inseticidas, herbicidas e fungicidas), fertilizantes químicos, mecanização(uso de tratores para o arado da terra), sistema de irrigação, produtividade do cultivo, as relações de trabalho de emprego de mão-de-obra familiar, voltada para seu consumo e para o mercado, por outro lado, os agricultores empresariais que buscam na simplificação do meio natural as condições para desempenharem suas atividades produtivas, dispoindo de mão-de-obra assalariada e de uma produção voltada para o mercado, comercialização da produção (preço justo), custo do transporte de produção, geração de empregos, financiamento, reinvestimento de capital no sistema agrícola, dificuldades específicas na manutenção do sistema agrícola e poder de decisão do produtor sobre o sistema agrícola.

Os principais indicadores responsáveis pela baixa sustentabilidade econômica são: elevados custos de produção, a baixa comercialização da produção em termos de preços justos, dificuldades específicas na manutenção do sistema agrícola, poder de decisão do produtor e sistema de irrigação, pois além da falta de precisão dos sistemas de irrigação, a falta de habilidade dos agricultores para manusearem tais sistemas constitui o fator preponderante de desperdício de água no setor. Somado a isso, a desinformação do agricultor acerca da necessidade ou não do uso de agroquímicos traz grandes prejuízos para a qualidade da água e do solo.



Através da análise dos indicadores de sustentabilidade social os principais indicadores que demonstram baixa sustentabilidade foram: grau de educação dos produtores e de seus filhos, amparo a saúde e organização social dos produtores. O núcleo familiar não é uma soma indivisível entre trabalho e produção, pois parcela significativa dos agricultores do município de Moita Bonita, mais precisamente na região estudada, no povoado Moita de Cima, pesquisados obtém um volume de renda que compõe o orçamento doméstico oriundo de atividades agrícolas e não-agrícolas compatíveis com o baixo nível de escolaridade dos produtores familiares. A falta de organização social através de associativismo dificulta a busca de soluções para os problemas existentes entre os produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

caráter desigual da exploração agrícola da terra no povoado estudado consolidou uma estrutura agrária bimodal que corresponde a dois modelos produtivos. De um lado, os agricultores familiares, que em geral são pequenos proprietários da terra, empregando mão-de-obra familiar e mantendo o sistema de produção voltado para o autoconsumo e para o mercado. Por outro lado, os agricultores empresariais que buscam na simplificação do meio natural as condições para desempenharem suas atividades produtivas, dispondo de mão-de-obra assalariada e de uma produção voltada para o mercado. Vale salientar a importância que se tem o solo para a cultura da batata, onde o solo podzolicos Vermelho Amarelo Equivalente Eutrofico, se caracteriza pela sua compatibilidade no plantio da batata docê, pois ele possui um teor favorável de nutrientes, texturas, profundidade, presença ou não de cascalhos, desta forma torna-se difícil de generalizar suas qualidades o sistema da batata doce na área estudada é



insustentável ao nível dos indicadores analisados. Assim o uso de agrodefensivos na localidade tem crescido, deixando de lado as técnicas agrícolas que eram usadas pelos seus pais e avós, deste modo, infestação de pragas de insetos e doenças bacterianas, que estão entre os principais problemas fitossanitários da plantação de batata doce; contaminação do homem por pesticidas; ausência de controle biológico e de manejo integrado de pragas; contaminação química do solo e da água, com o uso de agroquímicos neste sistema de produção, onde se inclui a poluição por nitratos dos fertilizantes, representando riscos para a saúde humana. No que se refere ao social, os principais indicadores que demonstram baixa sustentabilidade foram: grau de educação dos produtores e de seus filhos, amparo a saúde e organização social dos produtores, percebe-se um nível baixo de escolaridade, a renda das famílias são oriundas das atividades agrícolas. Neste contexto, assume papel preponderante a aplicação do modelo agroecológico de sustentabilidade que se orienta por um paradigma técnico-científico que busca a harmonização das atividades agrícolas com o meio natural, em contraposição ao modelo químico mecanizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivaldo Vieira Gomes da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. Projeto cadastro da infra-estrutura hídrica do Nordeste. Estado de Sergipe. Diagnóstico do município de Moita Bonita. Aracaju: CPRM, 2002.

«Divisão Territorial do Brasil». Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1 de julho de 2008. Consultado em 06 de fevereiro de 2018



«Área territorial oficial». Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02). Consultado em 06 de fevereiro de 2010

FRANCISCO, F. C. Agricultura e meio ambiente: um estudo sobre a sustentabilidade ambiental de sistemas agrícolas na região de Ribeirão preto (SP). 1996. 400f. Tese (Doutorado em Geografia, Área de Concentração em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1996.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. [Mapa do Estado de Sergipe com limites municipais]. [Sergipe,2001]. 1 CD. Autocad. Convênio IBGE/SEPLANTEC. Inédito.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. [Mapas Base dos municípios do Estado de Sergipe]. [Sergipe,2001]. 72 Mapas. Escalas variadas. Inédito.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Tradução de Maria José Guazelli. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2000.

FRANCISCO, Francisco Carlos de. Agricultura e meio ambiente: um estudo sobre a sustentabilidade ambiental de sistemas agrícolas na região de Ribeirão Preto (SP). Rio Claro: UNESP, 1996. (Tese de Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia.

SANTOS, R. A. dos; MARTINS, A. A.; NEVES, J. P.; LEAL R.A.(Orgs.) Geologia e Recursos Minerais do Estado de Sergipe. Texto Explicativo do Mapa Geológico do Estado de



Sergipe. Brasília: CPRM, 1998. 156 p. il. Mapa color., escala 1:250.000. Convênio CPRM – CODISE.

SERGIPE.SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA SEPLAN/TEC.SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PESQUISAS-SUPES. Perfis Municipais: Aracaju, 1997. 75v.

SERGIPE.SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA SEPLAN/TEC.SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PESQUISAS-SUPES. Informes Municipais: Aracaju, 2000. 75v.

VICENTE e PEREZ FILHO. Abordagem Sistêmica na Geografia in Revista de Geografia. Rio Claro: UNESP, 2003.



UTILIZAÇÃO DE LÍQUENS COMO BIOINDICADORES DA QUALIDADE DO AR NA CIDADE DE ITABAIANA-SE.

Erica Monteiro dos Santos²⁸

Universidade Federal de Sergipe, Graduanda em Geografia.
ericamonteiro1810@outlook.com

Riclaúdio Silva Santos²⁹

Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Geografia.
riclaudio.silva@hotmail.com

Cristiano Aprígio dos Santos³⁰

Universidade Federal de Sergipe, Doutor em Geografia.
aprigeo@gmail.com

RESUMO

Os centros urbanos, hoje são áreas mais ocupadas e a poluição atmosférica passou a ser uma das maiores preocupações, a qualidade do ar vai interferir diretamente na qualidade de vida da população, frequentemente esses efeitos da não são tão visíveis, então para o diagnóstico podemos utilizar bioindicadores, esses podem dar visibilidade a pureza atmosférica. Para analisar a qualidade do ar do núcleo urbano de Itabaiana-SE, foram utilizados líquens como bioindicadores, pois os mesmos são sensíveis a alguns gases poluentes. Foram

²⁸ Membro do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia do Quaternário e modelagem ambiental (QUACOMA).

²⁹ Membro do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia do Quaternário e modelagem ambiental (QUACOMA).

³⁰ Membro do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia do Quaternário e Modelagem ambiental (QUACOMA).



identificadas áreas em condições precárias o que reforça o estado de poluição, a principal área com índices satisfatórios fica no entorno da área mais arborizada, onde a biodiversidade tem maior expressão espacial, essa ocorrência demonstra a importante relação entre a manutenção da cobertura vegetal e suas associações ecológicas com o nível da qualidade do ar de um determinado local.

PALAVRAS-CHAVE: Bioindicadores, Qualidade do ar, Itabaiana-SE

INTRODUÇÃO

A priori sabe-se que a poluição atmosférica tem provocados impactos negativos ambientais e sociais. Os primeiros afetam diretamente o solo, isto é, influem na sua composição física, química e biológica, prejudicando a ciclagem dos nutrientes. Na atmosfera, causa a descoloração da mesma, a dispersão da luz solar quando há grande quantidade de partículas no ar, o aumento da formação de neblina e precipitação, além dos sérios riscos à sustentabilidade ambiental. Já os segundos tratam-se das consequências que afetam diretamente a saúde da população, estas que resultam em problemas respiratórios, intoxicação, asfixia tosse, entre outras.

Os **liquens** são formados a partir da simbiose entre **fungos e algas, e tem reprodução assexuada**. Nessa relação simbiótica, as algas produzem, através da fotossíntese, substâncias orgânicas que são utilizadas pelos fungos, que dão às algas proteção e um ambiente adequado para seu desenvolvimento. Os **liquens** são organismos que resistem a mudanças de temperatura e à falta de água, e por isso são seres que habitam as mais diversas regiões do planeta. Apresenta nutrição independente do substrato. Estes podem ser encontrados em rochas, folhas, no solo, troncos e galhos de



árvores, dependem do material disperso no ar estando sujeitos aos efeitos dos poluentes dispersos no mesmo, assim os líquens são extremamente sensíveis à poluição, sendo considerados bioindicadores do estado e composição da baixa atmosfera.

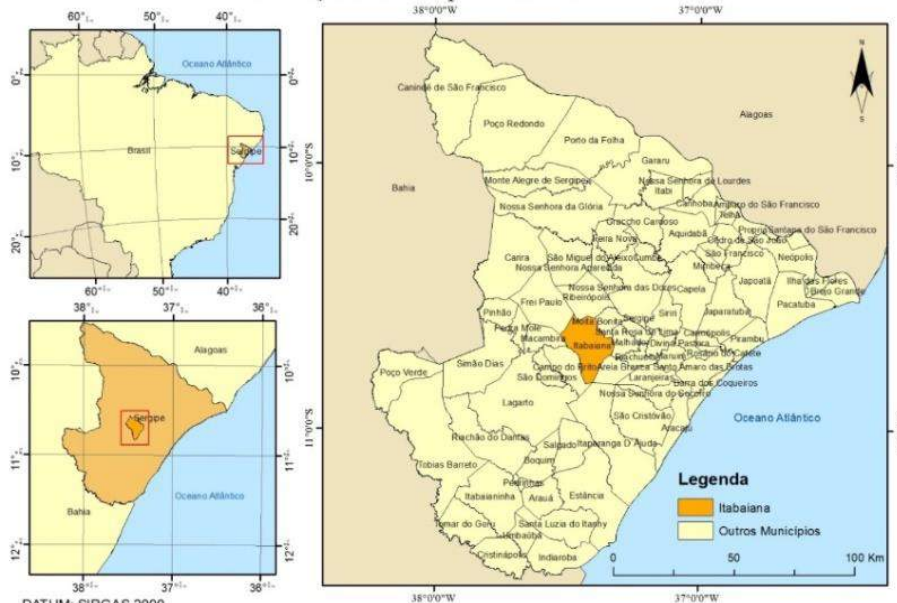
A pureza do ar atmosférico é fator crucial à sobrevivência dos líquens, pois estes se alimentam higroscopicamente, fixando elementos neles presentes, notadamente o nitrogênio. Os líquens absorvem e retêm elementos radioativos, íons metálicos, dentre outros poluentes, e isto faz com que sejam utilizados como indicadores biológicos de poluição atmosférica. (NIOEBOER et.al., 1972 apud MOTA-FILHO et al., 2005; SEAWARD, 1977 apud MOTA-FILHO et al., 2005).

Itabaiana, cidade situada no agreste sergipano, localizada na região central do estado (FIG.01), é considerada a quarta maior cidade do mesmo, foi fundada no ano de 1675, está a 188m de altitude e a 54 km de distância da capital do estado, Aracaju. Com população de 86.967 habitantes (Senso do IBGE 2010), é conhecida como a capital do caminhão, por possuir um grande percentual de caminhão por pessoa do país.



Figura 01- Mapa de localização do município de Itabaiana, SE

Localização do Município de Itabaiana



DATUM: SIRGAS 2000
Fonte: Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos de Sergipe
SRH - SEMARH - IBGE (2010)
Organização: Ríclaudio Silva Santos

Fonte: Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos de Sergipe.



Seu clima é semiárido, marcado por um período entre quatro ou cinco meses de seca, com temperaturas que variam entre 20° C a 35° C. Por ser uma região de transição ‘agreste’, sua vegetação é formada por plantas características do litoral e sertão.

Sua economia é caracterizada pela forte influência comercial no interior do estado. Tem suas atividades econômicas variadas que vai desde a agricultura de frutas e verduras, com destaque para a mandioca, batata-doce, tomate e cebola, estas que abastece todo o estado. No que se refere à indústria, Itabaiana tem uma diversificação nesse setor (calçados, bebidas, cerâmicas, móveis, algodão, alumínio, carrocerias de caminhões), logo nota-se, que Itabaiana é um dos centros mais dinâmicos do estado, destacando-se pelas atividades comerciais, agrícolas e industriais.

Assim como algumas cidades, Itabaiana SE também representam, uma modernidade industrial, como a maioria dos centros econômicos, sociais e geográficos, aglomerando em torno de si a maior parte de investimentos e serviços. Este município vem tendo um desenvolvimento urbano que se manifesta acompanhado por uma série de problemas, incluindo aqueles de ordem ambiental, seguido dos impactos sociais. Apesar disso, a poluição nos centros urbanos tornou-se uma das problemáticas mais evidentes a serem enfrentadas nas esferas da qualidade de vida das cidades e também na preservação do meio natural. A elevada emissão de poluentes tóxicos na atmosfera, além da degradação de recursos naturais florestais e hídricos, constitui alguns dos principais desafios a serem superados.

Vale ressaltar que, a poluição atmosférica nos centros urbanos intensificou-se pela remoção da vegetação, no sentido de que áreas arborizadas ou grandes reservas são eventualmente substituídas por ruas pavimentadas e infraestruturas de mobilidade. Além das áreas de expansão



urbana, que se encontram também cada vez mais degradadas em sua paisagem natural. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo avaliar por meio da utilização de líquens como bioindicadores a qualidade do ar do centro urbano de Itabaiana SE, vale destacar que a utilização dos líquens neste trabalho é puramente quantitativa, isto é, não se tem objetivo algum em descobrir quaisquer que seja a espécie de líquens encontradas no campo realizado.

DESENVOLVIMENTO

Nessa análise da qualidade do ar para a cidade de Itabaiana SE, foram escolhidas algumas localidades, devido às mesmas possuírem em comum o tráfego veicular intenso, além de serem afetadas diretamente com a fuligem da queima da palha da cana de açúcar oriundas dos municípios de Areia Branca, Riachuelo e Laranjeiras - tradicionais produtores de cana de açúcar do estado.

Foram selecionadas as seguintes avenidas: Eduardo Magalhães, Praça Fausto Cardoso, Chiara Lubic, Avenida Otoniel Dórea, Praça Etelvino Mendonça, Rua Percílio Andrade e Rua Felisbelo Machado de Menezes. Para essa análise foram coletados dados quantitativos, através das árvores - que tivessem comprimento e largura que abrangessem o quadrante (medindo 40x40 cm), existentes no decorrer de cada localidade. Para a coleta dos dados, fez-se necessário uso e preenchimento de formulário, além do uso do GPS.

Para a realização do processamento dos dados trabalhados nesta pesquisa realizada, foi utilizado o pacote do *software* ArcGis, a partir da licença acadêmica obtida pelo site da ESRI: <<http://www.esri.com/>>, disponibilizando de suas ferramentas e acesso ao ArcMap e ao interpolador de KERNEL - que no contexto das geotecnologias faz referência a um método estatístico de estimação de curva de densidade, que para a Geografia é uma alternativa de análise do comportamento de padrões, onde o mapa é



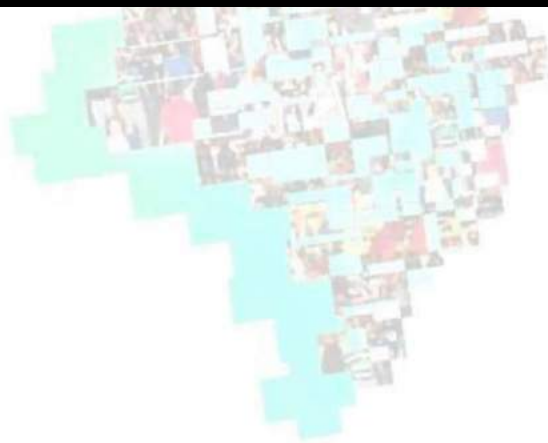
plotado através do método de interpolação a intensidade pontual de determinado fenômeno na área de estudo, tal que possibilita a observação do processo no mapa.

Em campo (FIG. 02) foi realizado o preenchimento do formulário para coletar os dados qualitativos e quantitativos da população líquênica existente nas avenidas já supracitadas. Os quadrantes e os formulários serviram de subsídio para calcular o IPA (Índice de Pureza Atmosférica) proposto por Sloover e Leblanc em 1968 – que foi utilizado para a elaboração do mapa. Pois o IPA baseia-se fundamentalmente na diversidade de espécies de líquens epífitos numa determinada área, que permitem a realização de mapas de risco nos quais se marcam diferentes zonas em função do seu grau de contaminação atmosférica, englobando dentro da mesma zona, locais compreendidos dentro do mesmo intervalo de concentração de contaminantes.

Para realização do cálculo do IPA, foi necessário usar a seguinte equação: $S_i + V_i \cdot Q_i / 25 / 100$. Onde S_i , refere-se ao número de espécie da área; V_i refere-se à frequência de cobertura de cada espécie; Q_i refere-se ao índice ecológico da espécie.



Figura 02 – Levantamento de dados em campo. Fonte a autora



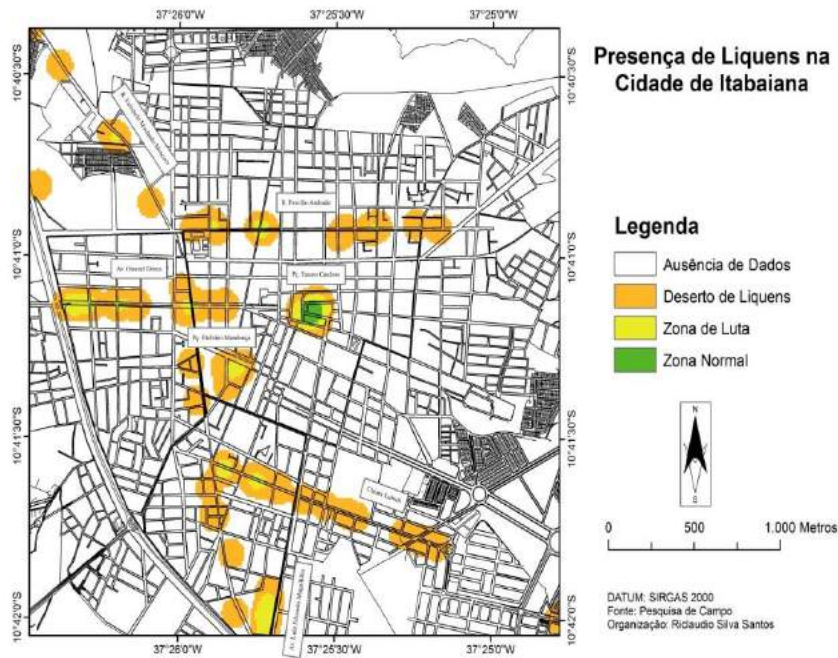


Para diagnosticar a qualidade do ar, é preciso considerar que: Deserto Liquênico corresponde à ausência de espécies de líquens < 1 , indica um agravamento da poluição ambiental; a Zona de Luta equivale à variação > 1 e < 3 , indica uma zona onde o ar se encontra mais ou menos moderado no que se refere a sua qualidade e a Zona Normal, correspondente a variação > 3 , indicam que os líquens crescem normalmente e indicam que o ar apresenta melhor qualidade.

No que diz respeito à análise realizada no núcleo urbano de Itabaiana SE, Avenida Eduardo Magalhães, Praça Fausto Cardoso, Chiara Lubic, Avenida Otoniel Dórea, Praça Etelvino Mendonça, Rua Percílio Andrade e Rua Felisbela Machado de Menezes, constatou-se uma quantidade reduzida de líquens nas árvores analisadas, assim como mostra a (FIG 03). De modo geral, foi avaliada a comunidade de líquens nas localidades já citadas, as quais apresentaram quantidade reduzida da população liquênica, que é explicada por conta sensibilidade dos líquens frente a alguns poluentes como o Dióxido de Nitrogênio (NO_2), Dióxido de Enxofre (SO_2), Trióxido de Nitrogênio (NO_3), Óxido de Cobre (Cu), Zinco (Zn) e Chumbo (Pb).



Figura 03 – Presença de Líquens na cidade de Itabaiana – Se.



Fonte: A autora.



Na Rua Felisbello Machado de Menezes, há predominância do Deserto Liguênico, com ressalva para uma pequena área de Zona de Luta; Na Rua Percílio Andrade, também há predominância do Deserto Liguênico, porém esta apresenta três áreas de Zona de Luta; Na Avenida Otoniel Dórea, a presença do Deserto Liguênico é mediana quando comparado às demais zonas evidenciadas em seu percurso, pois essa avenida há presença de quatro áreas de Zona de Luta; Na Praça Fausto Cardoso, há a presença do Deserto Liguênico reduzida, se comparada às demais localidades, além de ter uma área de Zona de Luta e uma área de extensão considerável de Zona Normal; Praça Etelvino Mendonça também com predominância de Deserto Liguênico, apresenta ainda uma pequena área de Zona de Luta; Na Avenida Eduardo Magalhães apresenta área de Deserto Liguênico e uma extensa área de Zona de Luta; por fim, o Chiara Lubic, que assim como as demais localidades tem a presença do Deserto Liguênico, mas que também possuem duas áreas de Zona de Luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

Dos resultados obtidos e discutidos, constatou-se que as áreas analisadas estão com a qualidade do ar comprometida, onde ficou evidente que a única localidade com a melhor qualidade do ar é a Praça Fausto Cardoso, situada no centro do núcleo urbano de Itabaiana SE, área esta considerada a mais arborizada dentre as demais localidades em análise.

Logo, percebe-se que existe a necessidade da execução de empreendimentos de Políticas Públicas Ambientais, juntamente com a intensificação da Educação Ambiental para além das escolas, estas políticas precisam chegar não só a população, mas também aos donos de indústrias, estes que tem



um papel fundamental no que diz respeito à poluição, neste caso, a poluição atmosférica. Além de projetos de arborização, que poderia ser executado com parcerias entre as escolas, cursos de graduação de interesse, a comunidade local e a prefeitura do município, para que assim, possa vir a recompor a biodiversidade urbana, ampliando a cobertura vegetal passível de colonização pelos líquens que consequentemente no futuro, possa nos indicar uma melhoria na qualidade do ar desse município.

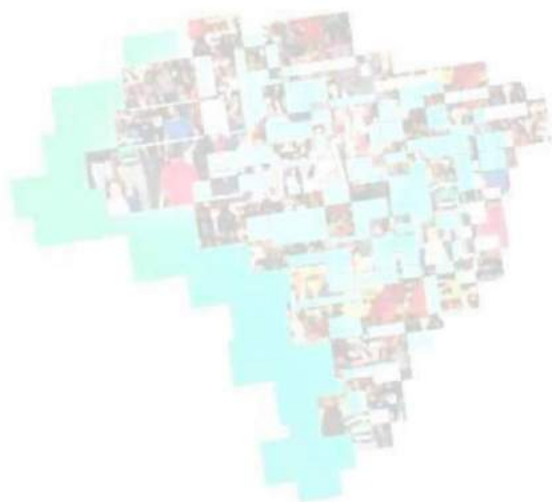
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE, Cidades/municípios. Disponível em:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2802908> =
Arquivo capturado em 19 de dezembro de 2017.

MOTA-FILHO, F. O.; PEREIRA, E. C.; SILVA, R. A.; XAVIER-FILHO, L. **Líquens: Bioindicadores ou biomonitoradores.** Portal Biomonitor, out. 2005. Disponível em: <http://193.136.140.52/biomonitor/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2.>
Arquivo capturado em 04 novembro 2016.

MEDEIROS, A. M. L, Mapa de Kernel – **Conceito e Aplicações** - Julho 2015. Disponível em:
<http://pt.slideshare.net/AndersonMedeiros/mapas-de-kernel-conceitos-e-aplicacoes> = Arquivo capturado em 19 de dezembro de 2017

OLIVEIRA, M.C.; MAGANHA, M. F. B. **Guia técnico ambiental da indústria de cerâmicas brancas e de revestimento.** São Paulo: CETESB, 2006. Disponível em:
<http://respostatecnica.org.br/dossie-tecnico/downloadsDT/NTcwNQ> == Arquivo capturado em 19 de janeiro 2017



EIXO 4 - ENSINO DE GEOGRAFIA



A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR COM A CARTOGRAFIA DESDE AS SÉRIES INICIAIS NAS AULAS DE GEOGRAFIA: O CONTATO COM O MAPA NO 5º ANO

Roniex da Silveira

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Graduando em
Licenciatura/Geografia. Email: roniexsilveira@gmail.com

Raimunda Joesse Pereira dos Reis Nascimento

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Graduada em
Licenciatura/Geografia. Email: joesse.net@gmail.com

Acássia Cristina Souza

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Docente do
Departamento de Geografia (DGE). E mail:
acassiacsouza@hotmail.com

RESUMO

A capacidade de localizar-se no espaço é uma habilidade indispensável e em "natural" uso pelas pessoas. Nas escolas, a Geografia, por meio da Cartografia, é quem trabalha o desenvolvimento dessa capacidade, principalmente com uso dos mapas e plantas. Nas aulas, desde cedo, o professor deve convidar o aluno a estar em contato com a Alfabetização Cartográfica a fim de que este perceba sua aplicação e note a proximidade do conhecimento geográfico com sua prática diária. O presente trabalho aborda a importância do uso da Cartografia nas aulas de Geografia ainda nas séries iniciais para que o mais cedo possível o aluno conheça e aprenda a utilizar as ferramentas cartográficas, percebendo sua importância e uso no dia a dia. Além do mais, reconhecer o quanto ela pode ser uma ferramenta de suma importância como atrativo e



valorização da disciplina geográfica. Como exemplos serão apresentados as experiências vivenciadas na Disciplina de Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Martinho de Oliveira Bravo³¹ – município de São Cristóvão/SE e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Benedito Barreto do Nascimento³² – município de Umbaúba/SE, ambos em turmas do 5º ano do ensino fundamental.

Palavras-Chave: Séries iniciais; Cartografia escolar; Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da espécie, de acordo com registros históricos, o homem precisa se locomover com segurança no espaço em busca de suprimentos, a fim de assegurar sua sobrevivência, sendo necessário, para tanto, usar da sua capacidade de orientar-se e localizar-se em busca de encontrar o lugar desejado.

Isso demonstra que o uso e a necessidade dos saberes cartográficos não são uma atividade recente, pois está presente na vida do ser humano desde sua existência, bem como na vida de outros animais, afinal, ainda que pelo instinto, as aves que viajam milhares de quilômetros nos seus ciclos migratórios fazem uso do potencial de orientação para determinar os pontos de parada, repor energias e, por fim, alcançar o local de destino.

O objetivo deste trabalho é discutir a importância do ensino de cartografia nas aulas de Geografia ainda nas séries iniciais da educação básica, considerando a importância da mesma para o desenvolvimento das aptidões necessárias nas



séries posteriores e também sua valorização como ferramenta com a qual o aluno pode adquirir uma nova forma de apreensão da realidade.

A justificativa, para tanto, parte das experiências vivenciadas na disciplina de Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I (Estágio de Observação) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Martinho de Oliveira Bravo e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Benedito Barreto do Nascimento onde ficou evidente para os estagiários a carência do uso dos saberes cartográficos na aplicação dos conteúdos abordados.

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A CARTOGRAFIA ESCOLAR

Saber para onde ir, por qual rua ou estrada, que ônibus tomar, por mais simples e cotidiano que seja - a ponto de já está naturalizado no subconsciente - não é uma atividade aleatória. Para isso é necessário o exercício de todo um conjunto de referenciais e técnicas memorizados de experiências anteriores, mas também adquiridos a partir da necessidade pontual. Tem-se desse modo uma espécie de mapa mental, como se fosse construído no papel, no celular, ou como uma bússola que orienta a trajetória. A atenção a tudo que está no entorno serve de ajuda, tanto para ir quanto para voltar do destino desejado. Dessa forma fica fácil perceber a intensidade com a qual o conhecimento cartográfico faz parte do dia a dia do homem – e não é um exagero – em todo lugar que esteja.

O ensino de Geografia tem uma participação especial no que diz respeito a transformar essa simples ação diária em conhecimento crítico da realidade e com utilidade escolar para ampliar os horizontes do saber da criança. É por meio da Alfabetização Cartográfica que o aluno vai associar as imagens



reais com signos gráficos e melhor compreender o espaço no qual ele vive e, quanto mais cedo ele tiver contato com essas informações mais fácil será para ele compreender a utilidade desses conhecimentos e fazer uso adequado possibilitando maior autonomia na compreensão dos processos homem/homem e homem/natureza. Ao mesmo tempo ela ajuda na valorização e importância da Geografia na vida dos alunos ao possibilitar várias formas de perceber e agir no ambiente a sua volta. Já afirma os PCNs de Geografia sobre a aplicação dessa linguagem:

Contribui não apenas para que os alunos venham a compreender e utilizar uma ferramenta básica da Geografia, os mapas, como também para desenvolver capacidades relativas a representação do espaço.

[...]. Por intermédio dessa linguagem é possível sintetizar informações, expressar conhecimentos, estudar situações, entre outras coisas – sempre envolvendo a ideia de produção do espaço: sua organização e distribuição (PCN – MEC – SEF, 2001, p. 118).

O ponto principal a ser destacado logo de início é que mesmo frente ao esforço de muitos professores de Geografia, identifica-se que parte considerável das aulas ainda obedece ao modelo tradicional, limitada ao uso do livro didático de forma massiva e em aulas que dificilmente ultrapassam as paredes da sala de aula, em busca de fatos que contemplem a vida do aluno para além da teoria. Isso se torna ainda mais evidente nos anos iniciais, quando a maioria dos professores não possui formação em Geografia.

Frente a tantas linguagens e ferramentas que eles podem aplicar nas aulas para dinamizar os conteúdos de Geografia e torná-los mais atraentes e significativos para os



alunos, a Cartografia Escolar é uma delas.

Cartografia é o conjunto de estudos e operações lógico-matemáticas, técnicas e artísticas que, a partir de observações diretas e da investigação de documentos e dados, intervém na construção de mapas, cartas, plantas e outras formas de representação, bem como no seu emprego pelo homem. Assim, a cartografia é uma ciência, uma arte e uma técnica (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 38).

Quando se pensa em cartografia no ensino de Geografia, o que vem a mente de imediato são os mapas. Mas como observado pelo autor supracitado, a Cartografia compreende uma gama de ferramentas para serem aplicadas na representação e compreensão da organização do espaço.

Neto e Barbosa, a partir de seu trabalho, afirmam que,

Conforme observa-se, a cartografia escolar ainda não é vista como um instrumento necessário para se trabalhar os conteúdos geográficos. Os mapas são pouco explorados em sala de aula, apesar de serem um instrumento didático importante no ensino de Geografia, pois, através deles, o estudante compreende e desenvolve capacidades sobre a representação espacial (LANDIM NETO; BARBOSA, 2010, p. 166).

De acordo com o resultado do trabalho desenvolvido pelos autores conclui-se que para muitos professores, inclusive de Geografia, o uso de mapas tornou-se desnecessário, visto que muitos desses profissionais acreditam ser a Cartografia um conteúdo à parte e não complementar à disciplina.



A Geografia e a Cartografia caminham juntas. Sendo a Geografia uma ciência que estuda o espaço geográfico e suas relações com o meio, a Cartografia vem como uma ferramenta para que o sujeito possa compreender como acontece a ocupação, a organização e a reconstrução desse espaço por meio da linguagem cartográfica (LIBERRATTI; ROSOLÉM, 2013, p. 7).

Por meio do uso dessa ferramenta o aluno começa a compreender o mundo a sua volta nas diferentes escalas. O ponto de partida se dá pelas representações do espaço vivido – onde o indivíduo desenvolve sua rotina: da casa, do bairro, da escola, da cidade ou campo e assim por diante. São lugares os quais o discente tem domínio de conhecimento e identidade, por assim dizer, vontade de explorar. São duas posições importantes: o aluno trabalha por meio da fala e ao mesmo tempo pode representar seu espaço; é um saber com significado.

Outra questão que ainda reside na aplicação dos saberes cartográficos nas aulas de Geografia esta pautado na dificuldade dos professores em associar as ferramentas, como mapas, atlas, imagens de satélite, ao conteúdo geográfico. Para Katuta (1997, p. 42), "é preciso não confundir o ensino do mapa com o ensino de Geografia, priorizando somente o primeiro" e tendo como resultado uma aula de Cartografia mais do que de Geografia. Sobre o uso dos mapas "é recomendável que os professores de Geografia utilizem mapas sempre que possível, não priorizando apenas um mês ou bimestre para o trabalho com esse material" (KATUTA, 1997, p. 42).

O ensino de Geografia pode ganhar novos horizontes e resultados importantes para alunos e professores com a



Cartografia.

Assim, em lugar de pensar em “alfabetizar” o aluno com um código gráfico (cartográfico) desprovido de conteúdo significativo, abrem-se amplas possibilidades de práticas com o desenho do espaço, por meio do qual são apresentados os conteúdos sócio-espaciais (a ocupação urbana: avenidas, ruas, comércio, indústrias, rios, pontes, favelas, etc. é um exemplo) (ALMEIDA, 2003, p. 4).

Também importante para o sucesso do uso das ferramentas cartográficas nas aulas é considerar, primeiro, a Cartografia no seu âmbito de linguagem, como já mencionado, para que seus elementos não ocupem a noção de simples objetos visuais sem significados e neutros. A Cartografia Escolar faz parte de uma construção social e, portanto, carrega marcas sociais que devem estar esclarecidas. Isso se pauta no seu caráter de código capaz de transmitir informações, como qualquer outra linguagem. Almeida (2003, p. 4) considera que "no caso da linguagem cartográfica, é preciso ensinar como os conteúdos espaciais são apresentados, ao mesmo tempo em que é preciso saber o que eles significam".

Katuta (1997) vai além, ao apontar que quando o aluno passa do aprender a fazer, para o ler e atribuir significado, isso é um processo a mais que alfabetização: *leiturização cartográfica*. Isso cabe tanto ao aluno quanto ao professor, afinal, como pode alguém que não sabe "ler" ensinar a outro.

Desde a primeira infância o domínio do espaço é um desafio (ALMEIDA; PASSINI, 2010). Os sentidos possibilitam a criança perceber e se relacionar com o meio em que se encontra. A partir da observação espacial ela identifica o lugar à medida que o define como diferente ou rotineiro. A



observação e análise espacial são, portanto, ferramentas que permitem ao homem, ainda que de maneira sintética, localizar-se. Partindo dessa afirmação, observa-se que a orientação e localização – princípios cartográficos – são inerentes ao aprendizado humano e, portanto, indispensáveis.

A consideração de Castrogiovanni (2000) é que, embora o primeiro contato com a cartografia se dê ainda na primeira infância, é na escola, mais especificamente no ensino básico, que a criança adquire capacidades e competências específicas da linguagem cartográfica. É a partir do estudo da cartografia escolar que a criança passa a compreender conceitos espaciais até então incompreendidos.

À criança é fácil identificar quais são seus espaços e territórios, ainda que não entenda o sentido mais amplo de tais palavras. Todavia, a delimitação espacial é complexa ao infante, pois, requer o conhecimento de vários outros conceitos que lhe possibilite estruturar e organizar pontos limites entre um lugar e outro.

Ver de forma crítica a realidade não é uma tarefa dissociada da apropriação das manifestações naturais e sociais presentes na paisagem e a Cartografia pode proporcionar esse contato, pois, o ensino de Geografia transita do conteúdo para a forma ao usar dos saberes cartográficos na apreensão da realidade.

Um dos problemas encontrados ainda na educação, principalmente nos anos iniciais, quando geralmente os professores não são formados em Geografia, é a não importância dada a Alfabetização Cartográfica. Em uma educação onde o Português e a Matemática são consideradas como disciplinas de maior importância, a ciência geográfica torna-se coadjuvante nesse contexto, mesmo que de suma importância para a compreensão da sociedade e da sua conjuntura espacial. Todavia nas séries iniciais a Cartografia não é respeitada ainda enquanto uma linguagem com a qual o



aluno desenvolve a capacidade de ver, representar, como também ler o espaço no qual ele vive. Há, sobretudo, a necessidade da educação cartográfica e espacial no ensino infantil.

Valorizar no ensino de Geografia, desde cedo o saber cartográfico, tem sua importância justificada nas palavras de Ludwig e Nascimento.

Estudar a linguagem cartográfica desde os primeiros anos escolares possibilita à criança desenvolver a percepção do seu espaço de vivência, para mais tarde ter capacidades cognitivas mais complexas sobre suas aplicações e possibilidades de entendimento do espaço (LUDWIG; NASCIMENTO, 2015, p. 32).

E ainda, citando Passini (1994, p. 26), elas acrescentam o fato de que “a Educação Cartográfica ou alfabetização para a leitura de mapas deve ser considerada tão importante quanto à alfabetização para a leitura da escrita, [...] significa preparar o aluno para fazer e ler mapas” (LUDWIG; NASCIMENTO, 2015, p. 32). Compreender a realidade por meio de mapas, cartas, aerofotografias, imagens de satélite, exige um saber gradual e quanto mais breve buscar desenvolver, melhor.

Esta claro que a Cartografia Escolar é um complemento às aulas e seu papel não é de protagonista no desenvolvimento do saber geográfico. Se assim for mantida, ela fortalecerá ainda mais para o aluno a dissociação entre a Geografia e a Cartografia, ou pior ainda, fazer ele entender a

Geografia como Cartografia. Contudo, se essa associação for bem feita o efeito pode ser o contrário, atraindo a atenção dos alunos e ampliando sua percepção de mundo, além de facilitar a aprendizagem de conteúdos geográficos que, sem o auxílio da linguagem cartográfica, seria mais difícil e



tedioso.

A ausência dessa prática logo nos anos iniciais acarreta em dificuldade para compreender, por meio da Cartografia, espaços ainda não fisicamente conhecidos e os processos que ocorreram e ainda acontece na organização dos mesmos, causando prejuízos a apreensão intelectual do aluno. Dessa forma, o que se constrói são alunos que não tem domínio dos elementos primordiais da leitura cartográfica. Para Freire (1987) esse seria um aluno sem autonomia e fruto da educação "bancária".

O CONTATO COM O MAPA NA TURMA DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DR. MARTINHO DE OLIVEIRA BRAVO – SÃO CRISTÓVÃO/SE – 2017.

A experiência vivenciada na Escola M. E. F. Dr. Martinho de Oliveira Bravo foi um exemplo do quanto a Cartografia Escolar mesmo sendo imprescindível, juntamente com a Geografia, para a formação sócio-educacional dos alunos, têm sido negligenciadas. A ênfase em outras disciplinas leva ao esmaecimento do ensino de Geografia e certa dissociação de seus conteúdos, propiciando a desvalorização também pelos discentes. Quando acontecem as aulas de Geografia, geralmente os alunos recebem os saberes como um conteúdo enfadonho por meio do livro didático, sem aproveitamento e para “passar o tempo”. Como o estágio foi de observação, reverter esse quadro não foi possível. Convém ressaltar que o primeiro contato com o mapa, em seu significado de informações, fez parte da "aula" e mostrou que a falta dessas ferramentas provoca um *déficit* no aprendizado dos alunos.

Na disciplina de Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I, foi possível a oportunidade de notar o quanto a



Geografia e, conseqüentemente, a Cartografia não estão ocupando o lugar devido na educação nos anos iniciais. Na E. M. E. F. Dr. Martinho de Oliveira Bravo tornou-se rotineiro a substituição das aulas de Geografia por aulas de outras disciplinas, como Língua Portuguesa e Matemática, sob a justificativa de privilegiar a alfabetização escrita e numérica, visto que a maioria dos alunos ainda não possui habilidade nesse sentido. De acordo com a professora regente – que tinha formação em Matemática e era polivalente³³ – foi somente durante o período do estágio que houve regularidade nos conteúdos da disciplina e das aulas. Apesar da excelente didática da professora em conduzir as aulas de Geografia, havia limitação a somente o conteúdo do livro didático, constantemente não trazido pelos alunos, dificultando o acompanhamento dos conteúdos aplicados em sala de aula.

No decorrer do estágio, por vezes os estagiários eram indagados por alunos acerca de ferramentas gráficas em sala, evidenciando que os mesmos demonstram e querem se aprofundar nos conteúdos cartográficos apresentados nas aulas de Geografia, necessitando da percepção do educador em aproveitar esse interesse.

Uma das aulas mais produtivas foi realizada quando a professora resolveu trazer para a turma o mapa do estado de Sergipe (uma escala um tanto distante da compreensão de muitos) para trabalhar a temática Município, focando a cidade que eles residiam. Ficou nítido que muitos não sabiam qual estado brasileiro o mapa representava, tendo bastante dificuldade para encontrar seu município (São Cristóvão), desconhecendo elementos como rosa-dos-ventos, escala, legenda, dentre outros.

Muitos alunos dessa turma não haviam trabalhado com mapas e outras representações cartográficas, salvo poucas

³³ Qualificação para ensinar nas séries iniciais da educação (magistério).



exceções. De início a reação de alguns foi de indiferença e ao final da aula consideraram inútil, pois, não conseguiam associar a realidade com o mapa apresentado no papel.

A abordagem da professora regente em relação ao conteúdo mostrou-se inadequada ao propor uma representação distante da abstração dos alunos, considerando o nível de entendimento deles acerca de representações cartográficas, de orientação, localização e dos assuntos relacionados ao próprio estado de Sergipe, sendo que esses assuntos não eram frequentemente explorados e concretos para eles. Vale destacar que a ausência desses conhecimentos se deu de maneira gradativa desde o contato dos referidos alunos com o ambiente escolar, sendo perceptível a falta de familiaridade com o mapa e seus elementos básicos.

Poderia ser mais significativo para os alunos, naquele momento, se as representações partissem de algo mais próximo da realidade deles, como a bairro e suas proximidades, alcançando os arredores das casas dos mesmos, ou até menos, com a construção da planta ou maquete da sala de aula. Assim afirma Katuta (1997, p. 43): "É através de mapas de grandes escalas que poderemos trazer a "Geografia dos alunos" para a sala de aula".

Ao fim da aula e na ausência da professora regente, quando questionados pelo estagiário se gostaram do mapa, um dos alunos foi sucinto em responder: – Não gosto de mapas porque não prestam! Esta foi a expressividade mais “forte” ouvida em meio às outras respostas semelhantes de alguns alunos. Novamente foi perguntado se já tinham estudado com mapas e outros recursos didáticos afins, como maquetes, em outras aulas, e a resposta foi negativa.

O estagiário tentou motivá-los para que percebessem um pouco da utilidade do mapa trabalhado na aula. Como no momento não havia outra representação gráfica que se aproximasse mais da realidade deles, tentou-se com o mesmo:



mais uma vez apresentou-se o mapa político do estado de Sergipe identificando o município de residência ou localização da escola do aluno; na tentativa de aproximar ainda mais, o estagiário elaborou um croqui da cidade com pontos relevantes e conhecidos pelo aluno; ampliou-se ainda mais para a rua e a casa dele e, por fim, o trajeto que diariamente é realizado para a escola. Posterior a toda explicação do estagiário (durante o tempo que a professora demorou a retornar!), o referido aluno afirmou que usar mapas era muito bom e: – Se eu quiser posso ir para casa olhando nele (croqui)!

Destaca-se nesse sentido o que Castrogiovanni declara: “o fundamental no ensino de Geografia é que o aluno/cidadão aprenda a fazer uma leitura crítica da representação cartográfica, isto é, decodificá-la, transpondo suas informações para o uso do cotidiano” (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 39). A partir do momento em que o aluno consegue enxergar e abstrair a sua realidade nos recursos cartográficos, logo, ele desenvolverá mais interesse pelo conteúdo abordado. Nas aulas foi possível compreender que muitos alunos tiveram aversão ao mapa, pois não conseguiam transpor com propriedade o conteúdo do mapa para o que viam no dia a dia ou vice-versa. Simplesmente eles ouviam a professora fazer os comentários e apresentar o mapa do estado federativo no qual eles moravam e eles concordavam, mas sem criar significação, ou seja, faltavam-lhes as noções necessárias para apreensão dos signos cartográficos e ter uma visão global do que viam.

Isso comprovou que os discentes não estavam conseguindo fazer a ligação do real para o representado havendo, então, a necessidade de aplicar mecanismos mais simples e que não gerassem a impressão de que o espaço representado e o real parecessem espaços totalmente distintos. O estado de Sergipe no papel não foi apreendido como o espaço habitado por eles, pois, se apresentou diferente e distante dos “seus mundos”. Nas palavras de Castrogiovanni



(*op. cit.*): os alunos não estavam conseguindo fazer a distinção entre o espaço da ação e o espaço da representação.

Mesmo com essas dificuldades, no geral, os alunos gostaram da presença da nova ferramenta, pois, ela proporcionou a fuga da aula meramente expositiva e muitos tiveram a oportunidade de participar mais ativamente da “construção” do conhecimento.

OS DESAFIOS DE TRABALHAR COM A CARTOGRAFIA NO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BENEDITO BARRETO DO NASCIMENTO – UMBÁUBA/SE – ANO 2016.

A experiência do estágio supervisionado possibilita ao graduando vivenciar o ambiente da sala de aula de modo mais significativo, é de fato, a transição da teoria para a prática. Constitui-se, portanto, a regência pedagógica. Partindo dessa afirmação entende-se que o estágio, conforma a observação que permite ao sujeito – estagiário – identificar-se ou não com a prática docente.

Nas séries iniciais do ensino básico, é comum aos estagiários de Geografia reconhecerem, na maioria dos casos, o modo como o ensino da ciência geográfica tem sido deixado de lado ao longo do tempo. O Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I, na E. M. E. F. Benedito Barreto Do Nascimento possibilitou a confirmação dessas afirmações.

O referido estágio se deu no ano de 2016, com alunos de faixa etária entre 11-16 anos, sendo em sua maioria, oriundos de turmas anteriores na mesma escola ou rede de ensino. O conteúdo proposto pela professora regente, formada em Pedagogia e servidora municipal há 28 anos, foi “O Espaço Regional Brasileiro”, visto as especificidades curriculares da disciplina propostas pelos PCN’s de Geografia. Conteúdo que,



vale destacar, torna necessário o uso de mapas e, conseqüentemente, dos conhecimentos cartográficos adquiridos nas séries anteriores.

Em um primeiro momento, o uso de mapas – coloridos – se mostrou como uma boa e eficiente ideia, não fosse o fato de a estagiária estar diante de meninos e meninas que desconheciam o modo de uso dessa ferramenta, tão pouco o seu significado no ensino de Geografia. A inexperiência dos alunos com a Cartografia, embora faça parte do currículo das séries anteriores provocou de certo modo um retrocesso na aplicação dos conteúdos em sala de aula, pois, como explicar sobre regiões quando a criança não entende ao menos o que é um município ou, mais ainda, não sabe localizar no mapa o município onde reside. Nesse contexto surge o que se denomina como “desafio” no trabalho com a Cartografia.

Durante o período do estágio, tornou-se frequente a elaboração de atividades e dinâmicas voltadas para o uso do mapa, considerando a necessidade de fazer com que os alunos se apropriassem da ferramenta, a fim de utilizar na resolução de problemas esta compreensão redirecionou o comportamento da estagiária frente aos mesmos. O ponto de partida para tanto foi o estudo do espaço vivido desses alunos, partindo da escala local, até a escala regional.

Mediante a dificuldade de muitos em apreender o que estava sendo trabalhado em sala, foi proposta uma oficina pedagógica, intitulada *Descobrimdo o Brasil*. Essa atividade consistiu na montagem pela turma de um mapa regional do Brasil. Cada aluno recebeu uma parte do mapa referente a um estado, e cada estado estava agrupado mediante a cor escolhida para representar a região a qual pertencia, formando, desse modo, equipes para cada região. Os grupos deveriam juntar seus estados até compor a região, para posteriormente formar o Mapa do Brasil. Após a montagem do mapa, eles colocaram



plaquinhas com os nomes dos estados nos seus respectivos lugares.

O resultado aguardado com a oficina seria que os alunos diferenciassem estados, região e país. Todavia, mesmo mediante os esforços da professora regente em sanar as dúvidas e da aluna estagiária em proporcionar discussões sobre a ferramenta mapa, a cartografia, município, estado, região e país, ficou claro que a maioria dos alunos não aprendeu, ou desenvolveu interesse pelo conteúdo e pela disciplina, fato que comprova que nas séries anteriormente cursadas pelos mesmos, a Geografia e a cartografia não foram trabalhadas efetivamente com o propósito de capacitá-los para as séries seguintes, menos ainda, para a resolução de problemas relacionados à realidade vivida pelos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber diante de toda a experiência vivenciada que a Cartografia Escolar pode cumprir um papel importante no conhecimento e na proximidade do discente com a Ciência Geográfica, tornando as aulas mais atrativas e dinâmicas e, “tanto para o uso cotidiano como para o científico, a figura cartográfica tem, a princípio, uma função prática” (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 38). Além de tudo, com a Alfabetização Cartográfica o aluno vai desenvolver uma nova forma de entendimento do espaço vivido e acerca de novos lugares, modificando sua maneira de agir socialmente frente às possibilidades desse conhecimento.

Associar o ensino de Geografia com a Cartografia desde as séries iniciais é tão importante quanto ensinar qualquer outra linguagem. É uma forma de preparar os alunos para abordagens mais complexas no decorrer das fases educacionais e, desde já, abrir os horizontes deles para novas formas de apreender a realidade, potencializando-os para



compreender e ter mais autonomia na sociedade.

Considera-se também que o acesso mais cedo do aluno aos citados saberes permite-lhe desenvolver maior arcabouço de conhecimentos. Duas são as razões para isso: a primeira, é que se o aluno já chega dominando as técnicas de uso e leitura dos recursos cartográficos, o professor não precisará atrasar os conteúdos predeterminados no planejamento a fim de alfabetizá-los na cartografia, e a segunda, é que os alunos podem ampliar ainda mais a qualidade e quantidade dos novos saberes, visto que em situações como essas onde o professor tem que retomar ao ensino de conteúdos-base, aborda o máximo possível, de modo que reduz o conjunto de saberes que seriam apresentados aos alunos, obtendo como resultado muitas dúvidas e falta de interesse por parte dos discentes pelo uso de um recurso o qual os alunos não dominam, considerando que o professor abandona a aplicação de recursos cartográficos, adiando e acumulando para séries posteriores essa responsabilidade, aumentando cada vez mais a distância entre o aluno e as aulas de Geografia com abordagens cartográficas que sejam plenamente incorporadas pelos discentes.

Assim sendo, o papel do professor na promoção e convite ao contato com esses saberes de forma plausível nas aulas de Geografia é de suma importância, pois é ele quem, *a priori*, na sala de aula, possui/deve ter consciência da relevância de se trabalhar com a alfabetização cartográfica ainda nas séries iniciais da educação.

Chega-se a concluir, portanto, que a Cartografia é uma linguagem essencial na preparação dos alunos para uma leitura mais completa do meio em que eles vivem. A apropriação das técnicas e ferramentas do saber-fazer e ler cartograficamente é um processo e, por assim dizer, acontece de forma gradual. Nessa perspectiva, afirma-se que o aluno necessita, nas aulas de Geografia, entrar em contato com a Cartografia desde os



primeiros anos escolares, pois, como diz Cavicchia (2010) é quando as estruturas cognitivas da fase pré-operatória e das operações concretas estão se formando.

Os recursos cartográficos são diversificados e privilegiam a forma explorando os sentidos, sendo importantes e estratégicos para os alunos das séries iniciais. A Geografia é uma ciência ampla e suas manifestações apresentam-se em todos os lugares, desde o mais cotidiano, ao de menos contato. Para que as pessoas compreendam os vários sentidos dessas manifestações, faz-se necessário desenvolver o domínio dos diversos campos do conhecimento dos quais essa Ciência faz uso, e a Cartografia é um deles. Sua correta aplicação nas aulas contribui para a aprendizagem dos discentes, melhora a relação aluno-professor, promove e intensifica no docente a sensação de satisfação, além de propiciar o desenvolvimento de conteúdos da Geografia que, sem o auxílio dos recursos cartográficos, poderiam não ser promovidos com a mesma dinâmica e resultados positivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Boletim Cartografia na escola**. Salto para o Futuro/TV Escola. Rio de Janeiro/ RJ. Jun/2003. (Reprodução de Programa de TV). Disponível em: <<https://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/110640CartografianaEscola.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2018.

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história e**



geografia. 3 ed. Brasília: MEC, 2001.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Ensino de geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. **O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida.** Araraquara: Unesp, 2010. Disponível em:
<<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KATUTA, Ângela Massumi. Uso de mapas = alfabetização cartográfica e/ou leiturização cartográfica? In: **Nuances**, Presidente Prudente, v. 3, p. 41 – 46, 1997.

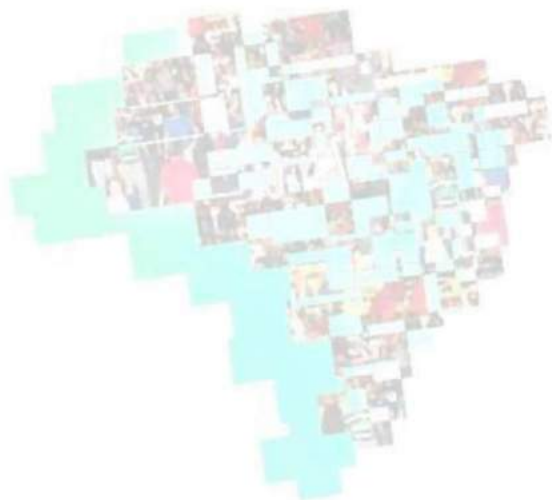
LACOSTE, Yves. **A geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papyrus, 1988.

LANDIM NETO, Francisco Otávio; BARBOSA, Maria Edivani Silva. O ensino de geografia na educação básica: uma análise da relação entre a formação do docente e sua atuação na Geografia. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 160-179, 2010.

LIBERATTI, Maria Inês da Silva; ROSOLÉM, Nathália Prado. Alfabetização cartográfica: o mapa como instrumento de leitura do espaço. In: PARANÁ. Secretaria da Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE.** Paraná: SEED, v. 1, 2013.



NASCIMENTO, Ederson; LUDWIG, Aline Beatriz. A educação cartográfica no ensino-aprendizagem de Geografia: reflexões e experiências. **Geografia Ensino e Pesquisa**. Santa Maria, v. 19, n.3, p. 29 – 42, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/15535/pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.



RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM A UTILIZAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA

Andressa Araújo Souza



Universidade Federal de Sergipe, Discente do curso de
Geografia - DGEI/UFS – Bolsista PET-PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO TUTORIAL. Integrante do grupo de pesquisa:
Relação Sociedade Natureza e Produção do espaço
Geográfico- PROGEO.
E-mail: araujo.andressa0202@gmail.com

Camila Silva Santos
Universidade Federal de Sergipe, Discente do curso de
Geografia - DGEI/UFS – Bolsista PET-PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO TUTORIAL.
E-mail: Camila-1-2-3@live.com

RESUMO

A análise em pauta decorre de uma experiência de estágio III, sobre a elaboração e execução de um projeto de ensino, intitulado as faces da mídia e a formação do pensamento dos alunos. Com objetivo de despertar o senso crítico dos estudantes em relação à mídia e seu papel na sociedade contemporânea, compreender quais interesses estão intrínsecos nas notícias dos meios de comunicações mais acessíveis à sociedade e produzir um pensamento crítico a respeito de tais notícias. Os estudos são realizados através da correlação e confrontação entre a análise geográfica, e os discursos presentes nas reportagens, a fim de contribuir para formação do pensamento crítico-reflexivo ao selecionar informações autênticas, para isso utilizamos imagens, músicas e a literatura de cordel, que colaborou para a aplicação da proposta pedagógica. Por fim buscamos ter em vista a contribuição que o pensamento geográfico traz sobre uma visão de libertação e não de aprisionamento, nem de alienação.

PALAVRAS-CHAVE: Recursos Didáticos; Mídia; Ensino de Geografia



INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre de uma experiência de estágio desenvolvido na Escola Estadual Vicente Machado Menezes, na disciplina de Estágio Supervisionado em ensino de geografia III, pelas alunas Andressa Araújo Souza e Camila Silva Santos, no qual foi proposta para a turma de 7º Ano, composta por 15 alunos, a realização de uma atividade, que tinha como ponto central de análise a mídia e seus discursos multifacetados. Contudo, foi necessário à utilização de materiais didáticos específicos, como músicas, vídeos e debates em sala de aula, que possibilitaram a construção de um conhecimento acerca do papel da mídia. A escola fica localizada no centro do município de Itabaiana/SE, na Rua José Ferreira Lima, número 739.

A mídia tem a preponderante função de influenciar a sociedade a formular opiniões e julgar verídico o que favorece seus interesses, que estão serviço da expansão do capital, fazendo com que uma parcela da população seja direcionada a viver sob seus ditames tidos como legítimos.

Os objetivos deste artigo é apresentar algumas possibilidades de trabalhar um tema relevante na sociedade atual, despertar o senso crítico dos alunos em relação à mídia e seu papel na sociedade contemporânea, compreender quais interesses estão envolvidos por detrás das notícias dos grandes meios de comunicação e produzir um pensamento crítico a respeito do que é visto na mídia, com a ajuda de materiais didáticos que colaborem com a discussão dentro da sala de aula, e que permitam desvendar as faces que a mídia possui, permitindo que os jovens e adolescentes identifiquem as inúmeras mensagens que são transmitidas e que nem sempre tem a verdade exposta.



Há interesses políticos e econômicos embutidos nas falas e escritas, uma vez que ao se estudar o caso do Brasil, de acordo com a pesquisa de Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor ou MOM)³⁴ apenas 5 famílias são detentoras dos meios de comunicação mais acessados pela maioria da população, isso expõe um monopólio e controle do que pode ou não ser transmitido. Mostrar a verdade para os telespectadores acarretam prejuízos, pois irão denunciar falhas e intenções políticas que estão escusas na sociedade, retirar a “maquiagem” da mídia, a fim de alertar os erros que são cometidos pela classe dominante. (ANTONELLO, 2009. p. 87) “[...] em seu trabalho nos alerta para entender que o texto jornalístico constitui-se em uma representação da realidade, ou seja, se apresenta como um “espelho deformante”, uma vez que as mídias não apresentam a realidade social, mas o que elas constroem dessa realidade”. Ou seja, a mídia por vezes seleciona padrões tidos como ideias, mas que não estão condizentes com a realidade social, política e econômica.

A princípiar, foram realizadas pesquisas bibliográficas, buscamos utilizar fontes secundárias, tais como, artigos, dissertações, monografias, livros e ainda documentos técnicos. Tais fontes foram importantes para a o acréscimo de informações que serviram de base para a fundamentação teórica, através dos estudos antecedentes sobre a mídia e sua atuação no Brasil no processo de construção de ideias dos sujeitos. Como formadoras de opinião, futuras professoras, nosso papel é desvendar que a principal função da mídia é manipular e alienar através das informações e reportagens

³⁴ A presente pesquisa completa está disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio>.



transmitidas, e por isso é necessário que estejamos alerta para não nos deixarmos influenciar.

Um dos caminhos a serem seguidos é procurar a procedência das informações, em mídias alternativas, por exemplo, para ratificar o que está sendo tratado, evitar permanecer na acomodação e não acreditar em tudo que é publicado, até porque atualmente as pessoas estão cada vez mais sem limites e fazem uso dos meios midiáticos para além da obtenção de informações. Segundo Antonello “Ao trabalhar com o discurso da mídia é necessário compreender que esse discurso representa um dispositivo de criação de subjetividade como estratégia de moldar a visão de mundo e o estilo de vida da sociedade, por conseguinte fundamenta a moldura da “representação do espaço” (ANTONELLO, 2009, p.95).

Incitar a violência, fortalecer os preconceitos, são atitudes evidentes em consequência da crise social, que decorre da conjuntura política e econômica, principalmente nas redes sociais, onde muitos jornais e revistas têm divulgado as colunas diárias e muitos blogs têm postado *fakes news*, em que os leitores sem fazer nenhuma distinção compartilham as informações sem analisar. Está prática por vezes, contribui para disseminação de reportagens mentirosas, manipuladoras e preconceituosas, que precisam ser vetadas, para que não sejam naturalizadas. Sabendo disso, Antonello explica:

[...] a prática discursiva assume o papel de controle dos enunciados, esses por sua vez encontram-se submetidos ao “espaço de raridade”. Na esfera das formações discursivas atua a força da raridade, tal ação subtende a ordem do discurso, a qual se materializa na preposição que “poucas coisas possam ser ditas”, então o efeito de raridade dos enunciados norteia o que pode ser dito e ao



mesmo tempo, o dito torna ausente outros dizeres (ANTONELLO, 2009, p. 95).

Essa perspectiva torna de fundamental importância trabalhar esse tema em sala de aula, uma vez que a escola não está isolada da sociedade. Além de mostrar as facetas negativas da mídia, interessa também identificar que há produções confiáveis que podem ser acessadas e tem legitimidade nas informações, o que se quer mostrar é que existem várias “lentes” para enxergar o mundo e cabe a nós enquanto sociedade escolher de qual forma almejamos enxergar.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O estágio supervisionado consiste na experiência que os alunos da graduação possuem ainda durante a formação, e que contribui para o futuro profissional do discente. A preparação e o planejamento se iniciam na sala de aula, e parte para além dos muros da universidade, esse processo garante uma importante prática social, tendo em vista a importância do retorno positivo do conhecimento à sociedade, mesmo que o estudante tenha um tempo estipulado para as aulas, como foi o caso desse estágio, na Escola Estadual Vicente Machado Menezes, que totalizou 12 aulas. Com o apoio do professor supervisor e do professor regente da sala, durante essa fase, o estagiário vai saber se importar, adquirir confiança e fomentará um pensamento crítico-reflexivo que é construído entre o professor/estagiário e os alunos, durante a carga horária do estágio. Pimenta salienta que,

Melhor seria dizer que colabore para o exercício da sua atividade docente, uma vez que professor não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimento e habilidades técnico-mecânicas. Dada à



natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimento e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. (PIMENTA, 1999, p.19)

O processo teórico-metodológico consistiu na seleção de materiais que foram trabalhadas na assimilação e na construção do aprendizado, revistas, músicas e vídeos, com a intenção de motivar a participação dos alunos durante a execução das atividades pedagógicas, pois através das imagens procuramos fazer com que os mesmos pudessem observar de forma objetiva o enfoque do conteúdo, evidenciando o plano ideológico presente nas diferentes esferas dos meios midiáticos, para o despertar do senso crítico, e que os alunos procurassem ter condições de filtrar as notícias, realizando sua própria interpretação. Trabalhar a geografia de forma transversal e interdisciplinar exigiu esforço, compensado com o entusiasmo dos alunos, em trazer sua realidade e compartilhar o conhecimento por meio do diálogo. (CAVALCANTI, 2010, p.3) “[...] se a Geografia contempla a diversidade da experiência dos homens na produção do espaço, as questões espaciais estão sempre presentes no cotidiano de todos eles, sejam as de dimensões globais ou locais”.

No primeiro momento, buscamos explicar um pouco sobre o conteúdo, e em seguida aplicamos uma atividade pedagógica (fotos 1 e 2), a intenção era causar uma problematização das ideias prévias dos alunos, que suscitou em discussões e indagações. Pesquisamos manchetes de jornais e



revistas de grande magnitude e levamos para a sala de aula, cada uma com diferentes paradigmas, posteriormente pedimos para dizerem se concordavam ou não com tal matéria, justificando seu posicionamento. Os assuntos foram diversos, como por exemplo, padrões de beleza, movimentos sociais, reformas políticas, o que levou a um diálogo e diferentes análises. A partir disso, os alunos perceberam como um mesmo assunto pode ser escrito de maneiras diferentes e que geram diversas interpretações previstas pela própria mídia. Desta forma,

Se a tarefa do ensino é tornar os conteúdos veiculados objetos de conhecimento para o aluno e se a construção do conhecimento pressupõe curiosidade pelo saber, esse é um obstáculo que precisa efetivamente ser superado. Para despertar o interesse cognitivo dos alunos, o professor deve atuar na mediação didática, o que implica investir no processo de reflexão sobre a contribuição da Geografia na vida cotidiana, sem perder de vista sua importância para uma análise crítica da realidade social e natural mais ampla. Nesse sentido, o papel diretivo do professor na condução do ensino está relacionado às suas decisões sobre o que ensinar, o que é prioritário ensinar em Geografia, sobre as bases fundamentais do conhecimento geográfico a ser aprendido pelas crianças e jovens, reconhecendo esses alunos como sujeitos, que têm uma história e uma cognição a serem consideradas. (CAVALCANTI, 2010, p.3).



Foto 1: Análise das reportagens.



Fonte: SOUZA, Andressa, Araújo. SANTOS, Camila, Silva. 2017.



Foto 2: Desenvolvimento da atividade pedagógica.



Fonte: SOUZA, Andressa, Araújo. SANTOS, Camila, Silva. 2017.

Ao final de todo o processo, introduzimos um pouco da história dos cordéis no Nordeste, explicamos sobre a forma que é estruturada um cordel, além das suas variações. Logo após, os alunos ficaram incumbidos de realizar cordéis sobre a influência da mídia na sociedade, com o intuito de mostrar a relevância desse gênero literário para o fortalecimento cultural local dos envolvidos. O interesse foi notado, principalmente pelo fato de os alunos se identificarem com músicas compostas por sequências de rimas.

O resultado foi surpreendente, os estudantes colocaram em prática toda criatividade, e recitaram seus cordéis na última aula. Pois, o cordel faz parte do saber popular, e pode ser usado como instrumento de ensino, principalmente por ter a possibilidade de retratar a realidade social, política, econômica e cultural, como vislumbra Linhares;



A literatura de cordel continua um expressivo meio de comunicação neste século XXI, apesar da morte, tantas vezes anunciada, ao longo dos tempos. Felizmente, enquanto expressão cultural, permanece, adaptada, reinventada, no desempenho de suas funções sociais. Informar, formar, divertir, socializar ou poetizar, conforme os diferentes temas que retrata e o enfoque abordado. (Linhares, 2005, p.1).

Foto 3: Confeção dos cordéis.



Fonte: SOUZA, Andressa, Araújo. SANTOS, Camila, Silva. 2017



Foto 4 : Socialização dos cordéis



Fonte: SOUZA, Andressa, Araújo. SANTOS, Camila, Silva. 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática docente nos torna cada vez mais próximas da realidade encontrada nas escolas, essa etapa é fundamental para a criação de uma relação com o ambiente de trabalho, entendendo as dificuldades, essa oportunidade de idealizar propostas pedagógicas e aplicá-las nas escolas nos ajuda a entender o processo da teoria-prática como algo indissociável. O ensino da geografia com a utilização de simples recursos didáticos, como o que utilizamos, auxilia no entendimento dos



assuntos referentes à atualidade, e das mudanças ocorridas no tempo/espaço, com o advento da tecnologia. A desvalorização do profissional da educação e até mesmo a falta de recursos financeiros, dificulta o planejamento, e os desafios encontrados são inúmeros, é notório ao adentrarmos a sala de aula, contudo, é necessário que se pense em estratégias, mesmo sem o apoio governamental.

Ao final do projeto foi possível perceber a contribuição na formação de uma sociedade mais crítica e politicamente mais justa, que sabe diferenciar as reportagens manipuladoras e preconceituosas, tendo em vista a educação e o saber popular como instrumento de libertação e não de aprisionamento, segundo Saviani (1999, p.66), “O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar aquilo que os dominantes dominam é condição de libertação”, que auxilia os alunos na formação de uma consciência enquanto cidadão de uma sociedade classista repleta de contradições e desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONELLO, Adeni Terezinha. **O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense.** In: KATUTA; Angela. Geografia e mídia Impresse. Londrina, PR: Moriá, 2009. p. 87-189.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia e a realidade escolar contemporânea:** avanços, caminhos, alternativas. Anais do I seminário nacional: currículo em movimento. – perspectivas atuais, Belo Horizonte, 2010. P. 1-16. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file>> Acesso em: 24 de Maio de 2018.



CORRÊA, Fabricio. **O poder da mídia sobre as pessoas e sua interferência no mundo do direito.** Disponível em: <<https://fabriciocorrea.jusbrasil.com.br/artigos/121941433/o-poder-da-midia-sobre-as-pessoas-e-sua-interferencia-no-mundo-do-direito>> Acesso em: 18 de Abril de 2017.

LINHARES, Thelma Regina Siqueira. **LITERATURA DE CORDEL, uma mídia em evolução.** Recife, 17 de julho de 2005. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/literatura%20cordel.pdf>. Acesso em: 30/04/2018.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.** In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p.15 a 34) Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/1978920/mod_resource/content/1/Texto-%20Pimenta-%201999-FP-%20ID%20e%20SD.pdf> Acesso em: 24 Maio de 2018.

RAMONET, Igmacio. **Propagandas silenciosas: massas, televisão, cinema.** Petrópoles,RJ: Vozes, 2002.

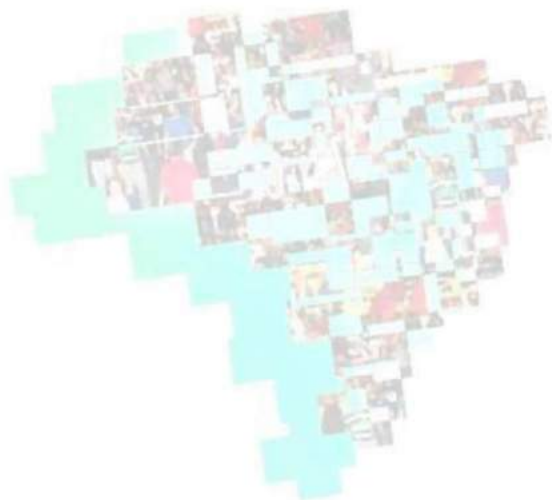
SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 32 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

SILVA, Ellen Fernanda Gomes da. SANTOS, Suely Emilia de Barros. **O IMPACTO E A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOBRE A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE.** Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVE



NABRAPSO/447.%20o%20impacto%20e%20a%20influ%C
Ancia%20da%20m%CDdia.pdf. 2005. Acesso em: 24 abr.

SOUZA, Andressa, Araújo. SANTOS, Camila, Silva. **Fotos
obtidas na realização do projeto de ensino em geografia.**
2017. (4 fots.): color., 10x15.





REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ATUAL CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA³⁵

Joyce Kelly de Jesus Santos
Universidade Federal de Sergipe/Campus Prof. Alberto
Carvalho, Graduanda em Geografia
E-mail: kelly.sts17@gmail.com

RESUMO

Esse artigo discute a importância do Estágio Supervisionado na formação do professor de geografia, uma vez que é nessa disciplina que os graduandos associam teoria e prática no exercício da docência em sala de aula. A reflexão é pautada na análise das experiências vivenciadas e no estudo da educação brasileira no contexto das reformas neoliberais e seus rebatimentos na formação docente.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Estágio Supervisionado; Formação de professores.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo salientar a importância do Estágio Supervisionado na formação do professor de geografia e apresentar os resultados deste. A análise do estágio é feita considerando a atual situação da educação brasileira e do ensino de geografia.

A disciplina Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I constitui-se como o primeiro estágio do curso de

³⁵ Este texto é resultado das experiências vividas na disciplina Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I, em 2017.



Geografia do Campus Prof. Alberto Carvalho. Tem o caráter de observação e é ofertada no quinto período do curso, sendo de muita relevância para a formação do futuro profissional docente, visto que a experiência proporcionada prepara os licenciandos para os futuros desafios que serão encontrados na sala de aula. Além disso, permite uma análise crítica da situação da escola pública brasileira. Cabe destacar, que a disciplina vai além da observação, uma vez que antes das visitas à escola há toda uma preparação, são debatidos diversos textos acerca do atual contexto da educação, das reformas educacionais, do ensino de geografia, da profissão docente, análise do livro didático e projeto de ensino.

Perante o que foi discutido ao longo da disciplina, nota-se que analisar a realidade do ensino público, as reformas educacionais em sua totalidade têm muita significância, pois isso irá definir a postura do futuro professor em sala de aula. Desse modo, formar profissionais conscientes do conteúdo das relações sociais e do espaço como constituinte dessas relações é o primeiro passo para a transformação mínima da educação, quebrando o paradigma de reprodução das ideias da classe dominante. Além disso, percebeu-se como a geografia como disciplina escolar ainda é vista como decorativa e desinteressante pelos alunos da educação básica. Por conseguinte, ainda há barreiras a serem vencidas nesse campo da ciência geográfica, visto que até então restam resquícios do positivismo, além da desvalorização/desmotivação do professor não colaborar para essa desmitificação.

O texto inicialmente traz uma breve discussão a respeito da importância do estágio supervisionado para a formação do professor, um breve histórico da educação e da função da escola. Posteriormente, é feita reflexão sobre a geografia escolar, assim como um detalhamento da infraestrutura da escola, o contexto que está inserida, planejamento e processo avaliativo.



O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

O Estágio Supervisionado em Geografia é de muita importância para formação docente, pois faz a mediação entre a universidade e a escola pública. É nesse momento da graduação que são colocadas em prática as teorias que são discutidas no ambiente acadêmico, em forma de conhecimento escolar para os alunos da rede pública. Desse modo,

[...] é o momento em que o estudante, futuro professor, não apenas põe em prática o que foi discutido nas aulas de formação de professores, mas um momento de aperfeiçoamento de suas técnicas. Deve ter a finalidade de integrar o processo de formação do aluno, de modo que se considere seu campo de atuação como base de análise, de investigação e interpretação crítica da realidade escolar (MONTEIRO; SILVA, 2015, p. 20).

É uma forma de apresentar ao licenciando a realidade escolar brasileira, aperfeiçoar conhecimentos, além de fornecer uma aproximação com seu futuro campo profissional.

O professor é um profissional muito relevante, visto que ele é formador de opinião, sua atuação tem um poder emancipador, podendo contribuir para a transformação da sociedade através de seus conhecimentos. Por seu caráter emancipatório, a formação desses profissionais é prejudicada, com o objetivo de formá-los sem uma compreensão crítica acerca da realidade, além do ofício ser colocado em constante desvalorização e precariedade, sendo um campo profissional pouco atrativo para quem busca adentrar na universidade.

Dentro do pensamento geográfico pode-se destacar a existência de duas vertentes: uma de caráter mais positivista,



que não se preocupa em fazer uma leitura crítica da sociedade e outra de cunho crítico, com influência do marxismo, que trabalha para o desvendamento das contradições no/do espaço. Essas concepções teóricas influenciam a postura que o docente exercerá em sala de aula e que traduzirá sua compreensão e leitura de mundo. Conseqüentemente essa visão de mundo será transmitida para seus alunos. Conforme Santos e Silva:

O professor de Geografia, em seus objetivos, deve buscar desenvolver um trabalho com os alunos para dar conta da compreensão da vida social, reconhecendo as contradições e conflitos sociais, para que estes possam buscar mecanismos para intervenção e transformação da estrutura social vigente (SANTOS; SILVA, 2011, p.101).

A escola é um campo de lutas, podendo disseminar ideias dominantes ou antagônicas, seu papel irá mudar durante a história, sendo vista de modo diferenciado na medida em que a sociedade passa por transformações. Segundo Rodrigues e Oliveira

A escola enquanto instituição social é vista a partir de diversas maneiras em diferentes momentos históricos. Reflete o projeto de sociedade que se quer produzir e os valores que serão reconhecidos como válidos socialmente. A função social da escola é, portanto, definida historicamente, garantindo a formação de quadros profissionais e a valorização da cultura da sociedade (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2011, p.69).



Segundo Saviani (1986), a escola surge com a propriedade privada e, conseqüentemente, com a classe dos proprietários, no modo de produção antigo e no modo de produção feudal. Essa classe não trabalhava, ociosa, ocupava o tempo livre na escola. Para o referido autor,

Escola, em grego, significa o lugar do ócio. O tempo destinado ao ócio. Aqueles que dispunham de lazer, que não precisavam trabalhar para sobreviver, tinham que ocupar o tempo livre, e esta ocupação do ócio era traduzida pela expressão *escola* (1986, p. 28).

Assim,

À medida que nesses dois tipos de sociedade, antiga ou escravista e medieval ou feudal, havia uma diminuta classe de proprietários e uma grande massa de não proprietários, a escola aparecia como uma modalidade de educação complementar e secundária. Isto porque a modalidade principal de educação continuava sendo ainda o trabalho, uma vez que a grande massa, a maioria, não se educava através da escola, mas através da vida, ou seja, do processo de trabalho (SAVIANI, 1986, p. 26).

Na Sociedade Moderna há necessidade da universalização da educação básica, uma vez que a burguesia revolucionou as relações sociais e transferindo o eixo de produção do campo para a cidade, exigiu o domínio dos códigos escritos para a vida nessa nova sociedade. Dessa forma, a escola é uma instituição burguesa que traduz a forma predominante de educação. (SAVIANI, 1986).



Nesse contexto, como estamos no modo de produção capitalista, a escola, de maneira geral, irá servir aos interesses deste sistema, sendo sua principal função formar trabalhadores para suprir o mercado de trabalho e criar um exército de mão-de-obra reserva. Assim

[...] a escola contribui para a reprodução do capital: habitua os alunos à disciplina necessária ao trabalho na indústria moderna, a realizar sempre tarefas novas sem discutir para que servem, a respeitar a hierarquia moderna; e serve como absorvente de parte do exército reserva, segurando contingentes humanos ou jogando-os no mercado de trabalho, de acordo com as necessidades do momento (VESENTINI, 1989, p. 31).

Cabe ressaltar, no contexto capitalista que a educação é vista como uma mercadoria, ou seja, o fracasso da escola pública é necessário para o sucesso do privado. Isso significa que

[...] os sistemas educacionais, no mundo capitalista contemporâneo, respondem ao modo específico as necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que se consubstanciam numa demanda popular efetiva de acesso ao saber socialmente produzido (NEVES, 1999, p. 16).

Segundo Libâneo (2012) a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, Tailândia, agravou ainda mais o dualismo da escola (escola para ricos X escola para pobres), visto que esta impôs diretrizes a serem seguidas em países subdesenvolvidos. A partir daí surgiu a escola de acolhimento social, apresentando intenções humanísticas, porém não permitindo a esses alunos uma visão crítica da realidade. Ademais, ocorreu a universalização do



ensino, mas não acompanhada da apropriação do conhecimento. Desta maneira, as escolas visam apenas resultados quantitativos sempre em busca de bons números, isso acaba prejudicando a aprendizagem do aluno.

Cabe destacar que na década de 1980 Dermeval Saviani já discutia que a escola estava perdendo sua principal função de transmitir conhecimentos sistematizados, assumindo assim novas funções de caráter social. Isto posto,

[...] certas funções clássicas da escola que não podem ser perdidas de vista porque, do contrário, acabamos invertendo o sentido da escola e considerando questões secundárias e acidentais como principais, passando para o plano secundário aspectos principais da escola (SAVIANI, 1986, p. 32).

Diante desse contexto, a educação no Brasil é colocada em plano secundário, seguindo as diretrizes impostas pelo documento da Conferência de Jomtien. Isto posto, não há uma preocupação no seu melhoramento, o que se reflete na infraestrutura das escolas “pensar sobre a qualidade de educação brasileira é questionar a própria realidade educacional na sociedade que está em sua essência” (MACEDO; ANDRADE, 2011, p. 43).

Dessa forma, sem investimentos na educação, esta tende a ficar desqualificada. Além disso, na política neoliberal os alunos são educados para o individualismo, competitividade, e mercado de trabalho, os tornando cidadãos alienados, que não lutam por seus direitos. Em outras palavras

[...] a educação tornou-se uma peça no mecanismo de acumulação do capital ao estabelecer consensualmente a reprodução do injusto sistema de classes. Tornou-se mecanismo de perpetuação do sistema, em



vez de instrumento da emancipação do homem (COSTA Jr, 2010, p. 45).

Diante disso, há cada vez mais interesse na desvalorização do ofício docente, pois uma vez que a educação não tem o poder emancipador, ela se torna um instrumento para reproduzir os ideais capitalistas e a sociedade de classes.

REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A geografia escolar tinha como objetivo formar a identidade nacionalista, sendo os principais conteúdos abordados a descrição dos territórios e paisagens. Possuía influência positivista e dava prioridade a memorização de nomes de lugares, se tornava pouco atrativa para os alunos, pois estes não viam a utilidade daqueles conteúdos trabalhados em sala de aula na sua realidade (SANTOS; SOUSA; SANTOS, 2018).

Em meados do século XX, a ciência geografia passou por uma crise teórico-metodológica que mudou sua forma de enxergar o mundo. Isso se deu, pois, as bases da geografia tradicional não davam conta de compreender a realidade, visto que, pós Segunda Guerra Mundial, com o novo desenvolvimento do capitalismo, a realidade se tornara mais complexa. Diante disso, essa renovação também chegou à geografia escolar. O caráter de descrição/memorização de lugares vai mudando aos poucos, porém ainda não foi superado, visto que há professores que ainda utilizam metodologias tradicionais em sala de aula.

Na turma do 8º ano, observou-se que o professor tenta trabalhar com uma aula mais interativa, mas ainda predomina a exposição do conteúdo de maneira sistemática. Isso se dá por



vários fatores, dentre eles a falta de tempo de planejamento do professor devido à carga horária de trabalho elevada.

Em entrevista, os discentes declararam que gostam da geografia e do professor, em razão dos bons resultados nas avaliações que eles possuem.

Diante de um conjunto de fatores, dentre quais, pode-se destacar a desmotivação dos alunos, a carga horária de trabalho excessiva do professor, falta de infraestrutura e problemas sociais, o processo de aprendizagem é prejudicado levando o discente a não querer ir à escola e se dedicar as disciplinas, dentre elas a geografia, dificultando o trabalho do professor. Dentro desse contexto,

[...] A geografia que se ensina e se aprende não os motiva mais e, seguramente, está muito longe das suas necessidades. A geografia foi perdendo aquilo que de especial ela sempre teve- discutir a realidade presente dos povos, particularmente no que se refere a seu contexto social (OLIVEIRA, 1989, p. 138).

Desconstruir esse estereótipo é um desafio a ser vencido em sala de aula pelo o professor. Este deve adotar novas metodologias e buscar aproximar os conteúdos da realidade do aluno, levando-o a querer aprender cada vez mais.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O COLÉGIO ESTADUAL DR. AUGUSTO CÉSAR LEITE

O Colégio Estadual Dr. Augusto César Leite está localizado na cidade de Itabaiana/Sergipe no Bairro Porto, que hoje está valorizado devido a instituições públicas de assistência básica como a Delegacia Regional e a Secretaria de Saúde que foram instaladas nele. Além disso, a proximidade com a Universidade Federal de Sergipe faz com que esses



alunos desde cedo tenham contato com a instituição de Ensino Superior.

A infraestrutura do colégio é precária, sua área é ampla, mas está deteriorada. Iniciou-se uma reforma, porém está inacabada, o que implica na desmotivação dos educandos, uma vez que a escola já é um local pouco atrativo, quando não conta com uma boa infraestrutura agrava ainda mais a situação (ver figura 1 e 2).

Figura 1: Colégio Estadual Dr. Augusto César Leite



Fonte: Arquivo particular. Autor: Elenilson Santos do Nascimento, 2017



Figura 2: Sala de aula do Colégio Estadual Dr. Augusto César Leite



Fonte: Arquivo particular. Autor: Elenilson Santos do Nascimento, 2017

Os alunos que frequentam esse colégio em parte moram perto da escola, ou seja, bairros periféricos pobres da cidade de Itabaiana. Esse é o principal motivo para estudarem nessa escola. Outros residem na zona rural do município. Muitos desses discentes estão sujeitos à violência e ao mundo das drogas, alguns já trabalham e grande parte é repetente. Há um transporte público escolar, mas na época que foi realizada a observação do estágio os motoristas estavam em greve, o que levou muitos discentes não irem à escola, devido a esse problema.



Além de fornecer a garantia de ensino, a escola pública deve oferecer outras assistências como a merenda escolar. Este é o segundo programa que mais recebe verba do Governo Federal, porém nem sempre chega a escola com qualidade. Ao questionar os discentes sobre esse aspecto, eles relataram que é regular, mas não há muita variedade.

A etapa de planejamento é de suma importância no processo ensino/aprendizagem. Para que ocorra um bom desenvolvimento das aulas é fundamental que suceda um planejamento, pois não havendo este o professor está suscetível a improvisação. Cabe destacar, que o plano de aula é apenas uma orientação a ser seguida e deve estar sujeito a alterações de acordo com a necessidade da classe. Enfim,

[...] a construção do planejamento é uma etapa que merece atenção e seriedade, para que os fracassos e os improvisos prejudiciais sejam evitados. Por outro lado, no ato de planejar deve haver flexibilidade, já que o trabalho docente insere-se em diferentes contextos que estão sempre em constante transformação. É interessante que os planos estejam relacionados com o seu meio escolar e com a realidade dos alunos. (SILVA; LIMA, 2011, p. 32-33).

No colégio referido, segundo o professor há o planejamento anual que é feito com todos os docentes. Além disso, a escolha do livro didático é feita coletivamente, proporcionando uma satisfação, pois o profissional trabalhará com o material escolhido por todos. Cabe destacar, que o professor de geografia regente da turma do 8º ano possui uma boa formação que inclui licenciatura em geografia, especialização em geologia e mestrado em Arqueologia.

O processo avaliativo realizado pelo o professor consiste em quatro provas durante o ano letivo, atividades de



pesquisa a respeito de alguns temas e apresentações orais. A participação dos alunos em projetos realizados na escola também faz parte do processo.

CONCLUSÕES

O estágio traz inúmeros benefícios para a formação do futuro profissional docente, pois é a hora de colocar em prática toda a sua carga teórica adquirida dentro da universidade. A experiência vivida foi única, em vista disso, permitiu um primeiro contato com o ambiente escolar, além de ver mais de perto a realidade dos alunos e o dia a dia do ofício do professor.

Os graduandos devem sair da universidade com uma visão crítica em relação a educação. Como há toda uma discussão sobre esse assunto ao longo da disciplina, esta mostra sua relevância, dado que possibilita reconhecer como a educação é um campo de lutas de interesses.

Em suma, diante de toda essa precariedade, é notório que o fracasso do ensino público é planejado, pois só assim será possível o sucesso do privado. A cada dia ocorre o agravamento do dualismo na educação, sendo uma para os pobres e outra para os ricos. As políticas neoliberais, impostas, sobretudo pelo Banco Mundial, têm um papel fundamental, uma vez que são elas que direcionam o ensino público e com isso sempre irá favorecer o ensino privado, ajudando a manter a sociedade desigual de classes.

A educação é a possibilitadora de mudança social, porém ela é sempre sucateada, visto que as propostas de reforma para esse campo são sempre de caráter paliativo, ou seja, não altera a raiz do problema, como comenta Mézáros (2006) é necessário romper com a lógica do capital para que haja uma mudança significativa na educação e consequentemente na sociedade.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. C.; MACEDO, M.C. O papel do professor e a importância da ciência geográfica nos currículos escolares. In: SANTOS, Ana Rocha dos. (org.). **Sobre o pensar e fazer docente na sala de aula de Geografia**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011, v. 1, p.41-52.

COSTAS JR., W. R. (2010). Política Educacional no contexto do Neoliberalismo. *Revista da Faculdade de Educação*, 13(8), 31-49.

LIBÂNEO, José C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, mar. 2012.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006.

MONTEIRO, Jéssica de Sousa; SILVA, Diego Pereira da. A influência da estrutura escolar no processo ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 19, n.3, set./dez. 2015.

MORAES, Antônio Carlos R. **Geografia, pequena história crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões de nossa época: 36).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo



Umbelino de (org). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1989. (Repensando o ensino). v. 1, p. 135-144.

RODRIGUES, J. O.; OLIVEIRA, M. F. R. A geografia e a literatura para a compreensão da totalidade. In: SANTOS, Ana Rocha dos. (org.). **Sobre o pensar e fazer docente na sala de aula de Geografia.** São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2011, v. 1, p. 23-42.

SANTOS, A. M.; SILVA, L. A. Dimensões Do Projeto Político Pedagógico E A Geografia Na/Da Escola Estadual Vicente Machado Menezes. In: SANTOS, Ana Rocha dos. (Org.). **Sobre o pensar e fazer docente na sala de aula de Geografia.** São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2011, v. 1, p. 81-102.

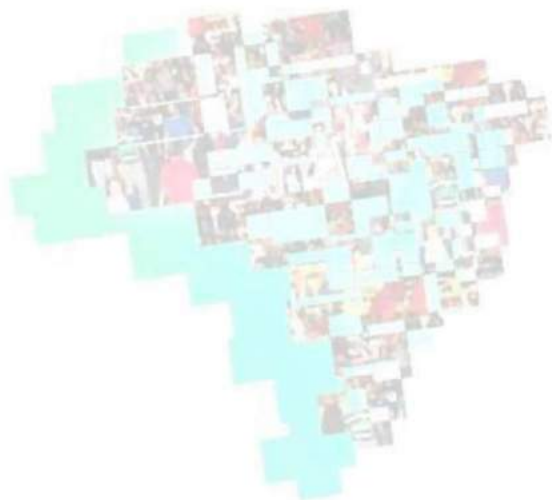
SANTOS, J. K. J.; SOUSA, T. S. ; SANTOS, Ana Rocha . Oficinas Pedagógicas do Pibid no ensino de Geografia: transformando realidade em conhecimento. **Trilhas da formação docente**, v. 1, p. 57-62, 2018.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica e a educação escolar. In: BERNARDO, M. V. C. et. al (orgs). **Pensando a educação.** São Paulo. Ed. Unesp, 1989. v. 1. 23-33.

SILVA, D. P. O.; LIMA, J. P. . O Papel do Professor de Geografia na Educação Básica: O ensino como caminho que emancipa. In: SANTOS, Ana Rocha dos. (org.). **Sobre o pensar e fazer docente na sala de aula de Geografia.** São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2011, v. 1, p. 23-42.



VESENTINI, José William. Geografia Crítica e Ensino. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1989. (Repensando o ensino). v. 1, p. 30-38.





O TEATRO DE FANTOCHES: RECURSO DIDÁTICO- PEDAGÓGICO NO ENSINO NAS SÉRIES INICIAIS³⁶

Jéssica Elis Silva Eleodoro³⁷

UNIT (Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia)

E-mail: jessicaeleodoro@hotmail.com

Edésio Alves de Jesus³⁸

PPGEO/UFS (Graduado e Mestre em Geografia)

E-mail: edesio0467@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o uso do teatro de fantoche nas séries iniciais do Ensino Fundamental, desenvolvido na Escola Rural Povoado Mangabeira, localizada no Povoado Mangabeira, no município de Itabaiana, no estado de Sergipe, durante o ano letivo de 2017. O trabalho está fundamentado em revisões bibliográficas de autores geográficos, pedagógicos e áreas afins, trazendo à tona a necessidade de buscar novos instrumentos paradidáticos que melhorem o nível de proficiência em leitura, oralidade e escrita, visto que promova mudanças no comportamento dos alunos no processo de ensino aprendizagem. Portanto, o uso do teatro de fantoche incrementado de forma recreativa e criativa contribui na melhoria das habilidades e no cognitivo elevando o nível de alfabetização e letramento dos discentes.

³⁶ Trabalho realizado na Escola Rural Povoado Mangabeira, no município de Itabaiana (SE).

³⁷ Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado de Sergipe.

³⁸ Secretário da Escola Rural Povoado Mangabeira, no município de Itabaiana (SE).



PALAVRAS-CHAVE: Teatro de Fantoche; Educação; Geografia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das ações desenvolvidas na Escola Rural Povoado Mangabeira, no município de Itabaiana, no estado de Sergipe, no ano letivo de 2017, o que proporciona melhorar o nível de proficiência em leitura, oralidade e escrita dos alunos entre o cotidiano e sua realidade.

Diante do exposto, trouxemos a questão o uso de fantoches como ferramenta indispensável no processo de ensino aprendizagem para o clico do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, o que promove, no âmbito da escola do campo, o despertar para a leitura, como forma de ampliar o conhecimento no processo de letramento e alfabetização.

Para Fonseca (2013), o processo de leitura retrata o sentimento de liberdade de escolhas, o que pressupõe o uso da teoria e a prática do lúdico no processo de ensino aprendizagem infantil, visto que “[...] a história da leitura tem sido um dos mais instigantes objetos de estudo das últimas décadas por dar voz a personagens até então silenciadas nas análises que focavam o texto e não os usos e interpretações dos textos” (FONSECA, 2013, p. 92).

Para tanto, o uso de fantoche propicia aos alunos o despertar do hábito da leitura e a possibilidade de aprender novos conceitos e valores usufruindo de sua própria imaginação por meio de narração de histórias. Para Silva (2011), “O contar histórias pode ser um trabalho permeado pela imaginação e fantasia, que estimula os sujeitos a interagirem e criarem relações afetivas com a história, levando-os a imaginarem-se no lugar do personagem” (p. 69).



Neste sentido, a participação do aluno no processo de construção da história, evidencia o prazer atrativo no processo de aprendizagem, ligando dessa forma, às relações cognitivas de sua realidade escolar. Para tanto, a utilização de métodos paradidáticos, no caso do uso de fantoche em sala de aula, possibilita e instiga a curiosidade dos alunos.

A EXPERIÊNCIA DO USO DE FANTOCHES NO ENSINO DE GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS NA ESCOLA RURAL POVOADO MANGABEIRA

O objetivo central deste trabalho é apresentar o uso da técnica do teatro de fantoches no âmbito escolar voltada para o desenvolvimento da oralidade, da leitura, escrita e na melhoria psicomotora dos alunos através de construção de oficinas. Para tanto, é de extrema relevância conhecer o ambiente escolar nos seus diversos espaços de produção do saber.

Desse modo, a escola é loco do desenvolvimento da aprendizagem e do aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, mais ainda, local de resgate da formação das competências e habilidades capaz de mudanças no ensino de Geografia nas séries iniciais.

Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, foram traçados alguns objetivos específicos, a citar: Compreender como o teatro de fantoches pode favorecer ao desenvolvimento da prática docente; despertar o prazer da leitura pelos alunos; possibilitar a melhoria da oralidade, escrita e o uso das várias formas de linguagens pedagógicas, otimizando o alargar de horizontes pessoais e culturais dos alunos de forma lúdica.

METODOLOGIA



A animação teatral com uso de fantoche tem sido aperfeiçoada pelos distintos cantos do mundo, e na Geografia está vinculada à vontade dos professores de construir, no ambiente da sala de aula, práticas pedagógicas que se referem aos sujeitos, através das relações dentro e fora da escola.

Nesta perspectiva, a metodologia aplicada na elaboração deste trabalho pautou-se em buscar fontes basilares em autores que compreendem o uso de teatro de fantoches como ferramenta no ensino aprendizagem, além de conceitos que englobam o espaço rural brasileiro, tais como comunidade, campesinato, produção agrária, espaço geográfico, orientação espacial e das questões ambientais (SILVA, 2011).³⁹

Destarte, autores como Silva (2011), Reis et al., (2014) e Lemes (2009) discutem nos seus trabalhos o uso de teatro de fantoches como método de ensino, pois apresenta diversos benefícios para a aprendizagem cognitiva do aluno, e que também contribui na construção de um imaginário, em que os alunos são estimulados, entre outras habilidades, à inclusão social.

Nesta perspectiva, conhecer alguns autores profissionais que se abastecem das técnicas do uso de fantoches é de suma importância, pois o domínio de teorias dá relevância aos fundamentos do tema proposto, tanto na elaboração de projetos pedagógicos, quanto na prática docente, mais ainda na relação ensino aprendizagem.

Para tanto, a formação do professor, neste caso do professor polivalente requer um leque de atribuições através da teoria e da prática, em que o licenciado vai perceber como se constroem as relações no espaço escolar. Desse modo, o uso de ferramentas distintas deve estar atrelado à teoria e à prática,

³⁹ Os conteúdos foram abordados nas leituras realizadas pelos alunos e nas apresentações do teatro, não sendo discutido no percurso deste trabalho.



sendo instâncias articuladoras no processo de alfabetização e letramento dos alunos com fins pedagógicos.

Saiki e Godoi (2010) afirmam que ocorre uma articulação prática e teoria, e vice-versa, sendo na escola o local onde protagoniza a realização das concepções e das práticas educacionais. Para tanto, a escola necessita de uma organização pedagógica com base na proposta do Projeto Político Pedagógico, calcado com ênfase nas características dos alunos assistidos.

Dessa forma, a utilização de diferentes linguagens e práticas na escola configura para o aluno, um mecanismo de absorção de conhecimento por meio de diversos recursos metodológicos, o que proporciona aos alunos do ensino fundamental, séries iniciais, a produção da técnica teatral, com uso de bonecos de fantoches.

Neste aspecto, o processo de alfabetização no âmbito geográfico, contempla a prática dos distintos saberes, em que propicia a inclusão destes sujeitos na vida social através dos recursos didáticos de fácil acesso, sendo que a compreensão e a construção de uma análise crítica perpassa sua realidade, mas que deve ser referenciado no PPP da escola.

A disciplina Geografia proporcionará ao aluno a compreensão do espaço geográfico, econômico, cultural, físico e político no qual está inserido. Assim, terá a finalidade de estimular a capacidade de desenvolver raciocínios espaciais, através dos conceitos que vão auxiliar o aluno a conhecer e interpretar a realidade do mundo atual, compreendendo desde a escala local ao global (PPP, 2017, p. 22).

Destarte, o uso de fantoches contribui para que o professor apresente o exercício das transformações que ocorrem nas relações sócio educacional e econômica do Brasil,



não limitando apenas o conhecimento dos livros didáticos e da memorização dos espaços, como diz Oliveira (1994), especulando "falsas questões" diante da geografia.

Assim, indagamos numa leitura geográfica o quanto é importante interpretar/compreender as formulações que levaram o professor a introduzir no plano de ação da escola, o contexto social das famílias que trabalham na terra sobre uma produção agrária e do trabalho não agrícola.

O uso do teatro de fantoches a partir de uma leitura geográfica proporcionará aos alunos habilidades e compreensão da sua realidade, além de absorver a importância das atividades agrícolas para o desenvolvimento econômico da comunidade. Desde então, o reconhecimento fundante desta técnica engaja as metas e os objetivos a serem articulados entre professores e discentes, sendo relevante a escola e a comunidade uma proposta de caráter educativo, promissora a desvendar e salientar importantes transformações para a sociedade.

Em síntese, a experiência do uso do teatro de fantoches visa melhorar a qualidade de ensino dos educandos da Escola Rural Povoado Mangabeira, em comunhão ao Projeto Político Pedagógico, cujo desenvolvimento se atrela de forma flexível, mas coerente ao planejamento pedagógico elaborado no início do ano letivo de 2017, que esteve alinhado ao Plano de Ação. Além desses instrumentos basilares, há a relevância do acompanhamento pedagógico pela Secretaria de Estado da Educação do Estado de Sergipe (SEED), que passou a contemplar o Projeto *Profuturo* - Aula Digital da Fundação *Telefônica-Vivo*⁴⁰.

⁴⁰ “No Brasil, o projeto deu seu primeiro passo em 2017 na cidade de Manaus em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – e também em 30 cidades do Estado de Sergipe, com a colaboração das Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, beneficiando mais



No primeiro momento, o desenvolvimento das atividades deu-se com quatorze alunos do 3º ano do ensino fundamental da Escola Rural Povoado Mangabeira, localizada na comunidade rural do Povoado Mangabeira, no município de Itabaiana, agreste central sergipano, com acompanhamento de um professor orientador da disciplina Polivalente e o coordenador pedagógico de forma metodológica que abordasse o cotidiano dos discentes, com leituras e conceitos geográficos.

Em seguida, foi feito o roteiro e planejamento das atividades a serem realizados entre os meses de junho a novembro de 2017, definindo as etapas da construção das oficinas e do cenário satisfatório a apreensão dos alunos, conforme fotos a seguir.

Foto 01: Cenário de fantoches.



de 1.400 educadores e 48.500 estudantes brasileiros”. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/projetos/profuturo-aula-digital/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.





Fonte: JESUS, E. A. (2018).

O cenário partiu da necessidade de contemplação dos personagens e das histórias, sendo uma proposta à compreensão de conceitos geográficos para as séries iniciais, neste caso do 3º ano do Ensino Fundamental como forma de aproximar com a realidade da comunidade local.

Para tanto, a construção do cenário deu-se com aproveitamento de materiais recicláveis, como papel e papelão, cabo de vassouras em madeira, recorte de tecido que serviu para cortina, isopor para evitar umidade na base do cenário, emborrachados de cores variadas, a fim de criar um espaço atrativo, o que contribui na criatividade dos personagens. Além desses materiais, foi utilizada câmera fotográfica digital, computador com softwares (*Windows*) para auxiliar nos efeitos de som no ato das apresentações.

No terceiro momento, foram realizadas várias oficinas na confecção dos bonecos de fantoche, conforme foto a seguir, criando assim um protótipo com caracteres distintos, a fim de que os alunos sentissem parte dos personagens, expressando-o a sua identidade.



Foto 02: Materiais usados na construção dos fantoches.



Fonte: JESUS, E. A. (2018).

A proposta inicial foi estimular os alunos das séries iniciais do ensino fundamental, a produzirem o roteiro, cenário



e a caracterização dos personagens de forma ilustrativa, para que tivessem autonomia na confecção dos bonecos.

Em outros momentos, Lemes (2009) relata que o professor é o incentivador da criança a diferenciar texturas, formas, cores, ainda mais estimula o aluno a construir noções de tamanhos, distância, localização e lateralidade, sendo essencial seguir um roteiro básico. No quarto momento, da culminância, os alunos, a partir das leituras e dos conteúdos, transmitiram por meio da oralidade as histórias contadas, vencendo a timidez e a ansiedade.

A apropriação dos conteúdos e das histórias contadas pelos alunos, ao longo da construção do teatro de fantoches, contribui de forma pedagógica para os discentes desenvolverem parâmetros de aprendizagem e do conhecimento. Mas é notório que neste momento, ainda é forte a influência do professor na alfabetização e letramento tornando-os sujeito ponderável de conhecimento, capaz de interpretar a realidade.

Diante disto, o papel do educador, principalmente do pedagogo, tem relevância ao conteúdo de Geografia, sendo fundamental para desconstruir algumas das pujanças usadas e usufruídas pela classe elitista brasileira, refletindo na construção de um cidadão crítico de sua realidade.

Ao aprofundar-se nas leituras dos parâmetros da educação brasileira, Anselmo (2002), contempla que a política educacional do país, ao longo da história sempre foi comandada pela elite e, cujas classes subalternas teriam de ficar subordinadas as ideologias elitistas, em que a educação tomaria novo direcionamento e orientação com intuito de criar manobras à população, não para as transformações sociais e econômica gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A prática pedagógica por meio do uso do teatro com fantoches tornou-se necessária, pois possibilita a compreensão das temáticas e dos conteúdos trabalhados pelos docentes no processo ensino aprendizagem. Assim, as apresentações artísticas são motivadoras, decisiva na aprendizagem, e também, na alfabetização e letramento dos alunos.

Para tanto, trabalhar o uso do teatro com fantoches no contexto escolar tornou-se ferramenta de suma importância, uma vez que a experiência com os alunos em retratar a sua realidade como um todo, faz com que os alunos se sintam estimulados a aprender os conceitos básicos da Geografia.

Contar histórias nas séries iniciais constitui-se uma prática relevante no contexto da sala de aula, principalmente para os alunos da escola do campo, momento pelo qual a criança pode aprender a lê de forma prazerosa e dramática, a partir do uso de bonecos, construindo um sentimento de forma coletiva. Por fim, podemos destacar que a encenação de um teatro de fantoches faz com que os alunos interajam as distintas formas de comunicações e de linguagens de forma lúdica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELMO, R. C. M. S. A formação do professor de geografia e o contexto da formação nacional brasileira. In: PONTUSCHKA, N. N. OLIVEIRA, A. U. (Orgs). **Geografia em perspectiva**. São Paulo. Contexto, 2002 p. 347-353.

FONSECA, André Dioneu. A instigante e complexa história da leitura: apontamentos teóricos e metodológicos. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 144, maio de 2013, mensal, ano XIII, ISSN 1519 - 6186. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcade>



mico/article/viewFile/19966/11106>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LEMES, Nathália Oliveira. **O teatro de fantoches na educação infantil**. 2009. 45f. Trabalho de conclusão de curso. Curso em Pedagogia, Universidade Estadual de Goiás, 2009. Disponível em: <http://www2.unucseh.ueg.br/bibliotecaunucseh/acervo/mografias/graduacao/pedagogia/ano/ano_2009/tccped_teatro_de_fantoches_lemes_2009.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Ensino de geografia: horizontes no final do século. In: **Boletim Paulista de Geografia** - BPG, n.72. 1994. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/issue/view/74>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Projeto Político Pedagógico da Escola Rural Povoado Mangabeira. 2017. Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, sob parecer nº 425/17/CEE, em 06/09/2017.

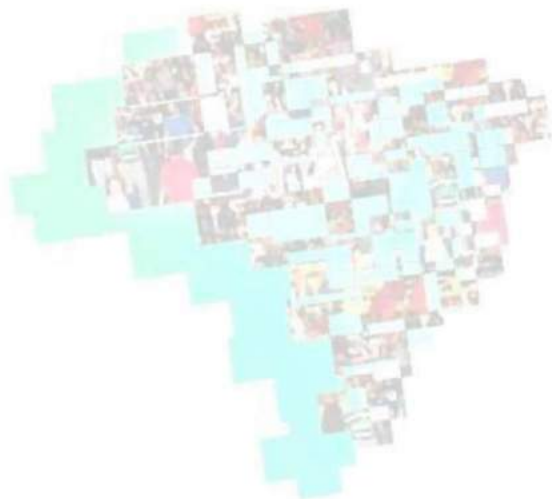
REIS, Anna Cecília de Alencar; SILVA, Tatiana Pereira da; PIASSI, Luíz Paulo de Carvalho. **O teatro de fantoches nas séries iniciais: observação dos educandos com base no curso de formação continuada de professores**. 2014. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/siucusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=4142&numeroEdicao=22>>. Acesso em: 15 de abr. 2018.

SAIKI, Kim. GODOI, Francisco Bueno. A prática de ensino e o estágio supervisionado. In: YASUKO, E. P; PASSINI, R; MALYSZ, S. T. (Orgs). **Prática de ensino de geografia e**



estágio supervisionado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 27 a 31.

SILVA, Karen Roberta Soares da. **Geografar, alfabetizar com fantoches, é só começar!. FANTOCHES.** 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Curso de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.





PROJETO DE PESQUISA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Franciely Santos Cunha
Universidade Federal de Sergipe, Graduanda em Geografia
E-mail: franciely.ufs@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo trata-se de um relato de experiência a respeito da elaboração de projeto de pesquisa. Uma atividade acadêmica foi proposta na disciplina Iniciação à Pesquisa Geográfica do curso de licenciatura em Geografia. O objetivo geral da disciplina consistiu em analisar o fazer ciência geográfica e seus rebatimentos sociais e, dentre as múltiplas atividades realizadas na disciplina, destaca-se a importância em aprender a elaborar projetos de pesquisa de acordo com as normas acadêmicas. O projeto foi acompanhado pela professora da disciplina desde a escolha do tema, os tipos de pesquisa, o levantamento bibliográfico até as discussões sobre orientação de método. Toda pesquisa necessita de planejamento, este, é efetivado a partir da elaboração do projeto de pesquisa. É esse projeto que norteará as ações a serem desenvolvidas ao longo da pesquisa. Nesse processo de aprendizagem, cada discente escolheu um tema de relevância social. O tema escolhido por mim, e que será relatado neste artigo, consiste na elaboração de um projeto para analisar a problemática poluição das águas do Açude da Marcela em Itabaiana/SE numa perspectiva histórico-espacial, destacando sua importância, utilização e finalidade ao longo de décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de Pesquisa; Poluição das águas; Açude da Marcela



INTRODUÇÃO

A pesquisa é uma ferramenta essencial no processo de ensino-aprendizagem. Ela permite que os sujeitos históricos despertem para um conhecimento permeado de sabedoria, curiosidade, criatividade e sensibilidade social. Felizmente, o processo de ensino-aprendizagem no nível superior encontra-se interligado diretamente com a pesquisa. Esta se torna vital, pois através da busca e verificação por respostas ao problema proposto, o profissional em formação produz um pensamento crítico, conseqüentemente, auxiliando a sociedade a combater seus desafios diários.

Ainda não existe um consenso a respeito do conceito sobre pesquisa. São inúmeras as definições encontradas para esse termo. Gil (2008, p. 17) aponta que “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Se o conceito não consensual, a ação de pesquisar também não é tarefa fácil, escolher o que se pretende investigar e realizar a pesquisa demanda dedicação, paciência e muito esforço do pesquisador. Para Marconi e Lakatos (1999), pesquisar carece de planejamento, da construção de um esquema. Em outras palavras, da elaboração de um projeto que auxilie ao pesquisador uma abordagem objetiva e uma ordem lógica na investigação ao problema proposto. Nesse sentido, Gil (2008, p. 19) também afirma:

O planejamento da pesquisa concretiza-se mediante a elaboração de um projeto, que é o documento explicitador das ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa. O projeto deve, portanto, especificar os objetivos da pesquisa, apresentar a justificativa de sua realização, definir a



modalidade de pesquisa e determinar os procedimentos de coleta e análise de dados. Deve, ainda, esclarecer acerca do cronograma a ser seguido no desenvolvimento da pesquisa e proporcionar a indicação dos recursos humanos, financeiros e materiais necessários para assegurar o êxito da pesquisa.

Não existe ‘receita’ para elaborar um projeto de pesquisa, mas existem normas estabelecidas para buscar uma certa padronização na distribuição das partes de um projeto (ABNT – NBR 15287/2011). Mas, quanto ao conteúdo, dependerá do tipo de problema a ser pesquisado e do próprio pesquisador. Diante disso, o objetivo desse artigo é relatar a experiência na elaboração de um projeto de pesquisa como atividade acadêmica na graduação de Licenciatura em Geografia e sua relevância no processo de ensino-aprendizagem.

A elaboração de um projeto de pesquisa foi proposta na disciplina Iniciação à Pesquisa Geográfica no curso de Licenciatura em Geografia. Cada aluno ficou responsável pela formulação de um problema a ser projetado para pesquisa. O relato de experiência inicia a partir do tema escolhido, que consistiu na elaboração de um projeto que propõe analisar a problemática da poluição das águas do Açude da Marcela em Itabaiana/SE numa perspectiva histórico-espacial, destacando sua importância, utilização e finalidade ao longo de décadas.

DESENVOLVIMENTO

Toda ciência é capaz de compreender e transformar a realidade. Neste sentido, considera-se a pesquisa um instrumento fundamental de intervenção da realidade capaz de modificar o espaço e a sociedade. Não existe receita para elaborar um projeto de pesquisa, dependerá do tipo de



pesquisa e do pesquisador. Aqui serão destacadas as fases da construção do projeto de pesquisa já mencionado.

Inicialmente foi escolhido o tema de investigação, neste caso a poluição das águas. Escolher um tema significa estabelecer o assunto que se pretende estudar e pesquisar. De acordo com Sousa Neto (2008, p. 98): “Um tema deve ser capaz de suscitar debates, levantar questões, despertar preocupações, recuperar a tradição e vislumbrar o futuro. Pode ser qualquer coisa assim que aparentemente é coisa alguma.” Em poucas palavras, deve-se considerar o tema o ponto de partida da pesquisa social.

A água, fonte essencial de desenvolvimento e vida na Terra e, utilizada para diversos fins, sofre as consequências provocadas pela ação antrópica. O homem modifica e destrói a natureza em função exclusiva de seus próprios interesses. O uso indiscriminado de agrotóxico na agricultura, as atividades industriais, o crescimento da população, o despejo de lixo e esgotos domésticos são alguns dos fatores que provocam uma absurda poluição dos recursos hídricos.

De acordo com o que foi supracitado, o tema indica uma área de interesse a ser pesquisada. No entanto, por ser uma demarcação ampla é necessário delimitar o problema a ser analisado. Diante disso, o projeto de pesquisa delimitou-se em estudar acerca da poluição das águas do açude da Marcela no município sergipano de Itabaiana, ao questionar como uma ação destinada a armazenar água pode ser poluída. Sobre por que problematizar, Deslandes (2002, p. 38) afirma: “Um problema decorre, portanto, de um aprofundamento do tema. Ele é sempre individualizado e específico”.

O início da construção de açudes públicos no Brasil data do início do século XX. Em 1906 foi criada a instituição responsável por essa política, a Inspeção de Obras contra as Secas (IOCS), a qual desde 1945 passa a ser chamada de Departamento Nacional de Obras contra as secas (DNOCS).



Os açudes são reservatórios estratégicos de água construídos com a finalidade de neutralizar os efeitos da seca no semiárido brasileiro. De acordo com Assunção e Livingstone (1993), os grandes açudes públicos podem ser utilizados para diversos fins, como: irrigação, pecuária, abastecimento humano, criação de peixes, geração de energia, turismo, perenização de rios e reserva de água.

Com o tema escolhido e o problema delimitado, o projeto necessita de uma justificativa viável. A escolha por esse problema de pesquisa justificou-se por conhecer a área estudada e reconhecer que o reservatório de água, que outrora muito ajudou a população Itabaianense em épocas de estiagens severas, encontra-se hoje esquecido pelo poder público e tornou-se um verdadeiro “reservatório de esgoto”. O intuito do projeto é, portanto, contribuir com sugestões que

possam modificar para melhor a vida do açude da Marcela e da população que se utiliza dele para diversos fins, além de alertar para os danos que estão sendo provocados nesse estratégico reservatório de água e que pode causar problemas irreversíveis à natureza de suas águas.

A escolha do tema, a delimitação do problema e a justificativa do projeto de pesquisa compõem a introdução de um projeto de pesquisa.

Todo projeto de pesquisa têm objetivos bem definidos, são eles que explicitam as metas que se quer alcançar ao final da pesquisa. São subdivididos em: objetivo geral e objetivos específicos articulados com o objetivo maior (geral). No caso do estudo proposto acerca do Açude da Marcela, foram definidos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- Analisar o processo de construção do açude da Marcela numa perspectiva histórico-



especial, destacando sua importância, utilização e finalidade ao longo de décadas.

Objetivos específicos:

- Analisar as causas e agravantes da poluição, especialmente o despejo de esgotos domésticos e industriais, as atividades agropecuárias e o lixo;
- Discutir os rebatimentos sócio-econômico-ambientais;
- Apresentar propostas de revitalização feitas pelo poder público e suas contradições. (CUNHA, 2018, p. 7)

Um projeto de pesquisa coerente tem sua base construída através de um levantamento bibliográfico cuidadoso e adequado ao problema proposto. Deslandes (2002, p. 40) aponta: “A definição teórica e conceitual é um momento crucial da investigação científica. É sua base de sustentação”.

Diante disso, na disciplina cursada, para esta etapa, a orientação de buscar apoio na literatura disponível, para em seguida construir a própria fundamentação do projeto. Dessa forma, foram procuradas em dissertações, artigos científicos, livros e outras fontes, teorias que dialogassem com o problema proposto.

Como resultado, foi possível perceber que nos últimos anos diversos trabalhos foram escritos com foco nos problemas enfrentados pelo Açude da Marcela. Essas pesquisas foram feitas por pesquisadores das mais diversas áreas, como: químicos, geógrafos, engenheiros ambientais e biólogos.

Neste sentido, o referencial teórico para esse projeto de pesquisa pode ser amplo. Existem dissertações que datam da década de 1990, como a escrita por Borges (1995) que faz uma relação entre o uso de agrotóxicos e seus rebatimentos para a sociedade e a natureza, neste caso, o perímetro irrigado do



Açude da Marcela, até dissertações mais atuais como a de Oliveira (2017), onde a autora destaca a importância da prática agrícola para a vida dos seres humanos e, indica que o manejo inadequado da atividade agrícola atrelado aos demais impactos da ação do homem provoca danos irreversíveis ao meio ambiente, neste caso são destacados danos de cunho econômico, social e ambiental em torno da região do Açude da Marcela em Itabaiana/SE.

Existem também diversos trabalhos publicados em revistas que contemplam não apenas o açude estudado, mas no interior do tema e problema, como o de Santos e Pinto (2013), que destacam os impactos negativos provocados ao meio ambiente e a saúde do homem através do uso indiscriminado de agrotóxicos; como também pesquisas semelhantes, como as de Carvalho; Moraes Neto; Lima et al. (2009), Guedes Filho et al. (2012) e Moraes et al. (2013) que analisam a degradação ambiental, o uso e a ocupação dos açudes de Bodocongó/PB e Açude Recreio em Caicó/RN. Estes açudes vêm passando por sérios problemas semelhantes ao açude da Marcela em Itabaiana/SE e que necessitam de cuidados e estratégias imediatas e eficazes por conta do seu intenso processo de degradação. Assunção e Livingstone (1993) escreveram a respeito da construção de açudes públicos no nordeste brasileiro e seus principais usos potenciais.

Diante disso, associa-se a ideia desses autores com a problemática proposta. No momento de sua construção, o açude da Marcela em Itabaiana/SE foi de um feito excepcional e, contraditoriamente foi perdendo sua notoriedade ao longo de décadas, tornando-se um grande reservatório de esgoto industrial e domiciliar, suprimindo a fauna local e colocando em risco a saúde de habitantes próximos. Torna-se claro, portanto, que a situação atual do açude da Marcela não permite que o mesmo seja utilizado para realizações de seus principais



usos potenciais e que se encontra esquecido pelos órgãos públicos em função exclusiva de desencontro de interesses.

Através da leitura de Daltro Filho (2004) e Fellenberg (1980), foi possível entender o significado de águas poluídas e quando estas águas estão contaminadas. Além disso, ambos os escritores sugerem fatores que podem contribuir para essa contaminação, como as fontes de poluição de origem urbana, de origem agropecuária e de origem industrial. Por fim, Daltro Filho (2004) ainda traz uma sugestão de controle da poluição das águas.

Por último, a leitura de Carvalho e Costa (2010) possibilitou entender a importância da irrigação para a produção de hortaliças em Itabaiana/SE, para tal, destacam-se as áreas do açude da Marcela e os perímetros irrigados de Jacarecica I e Ribeira, como sendo importantes áreas de produção de hortaliças para o mercado. Além de indicar características socioeconômicas e naturais do município, o capítulo destaca políticas públicas que edificaram essas principais áreas de irrigação, mencionadas acima.

O referencial teórico pode ainda, trazer títulos que complementem a ideia principal do problema. Nesse sentido, se fez necessário um resgate acerca do contexto de criação de açudes no Brasil e a construção do açude da Marcela em Itabaiana/SE e um segundo item, indicando processos judiciais relacionados à temática ambiental em torno do açude da Marcela.

Embora o Brasil seja um país privilegiado por sua grande disponibilidade de água, este recurso natural não é distribuído igualmente por todo seu território. A região Nordeste, por exemplo, sempre sofreu muito com os efeitos das estiagens severas em longos períodos do ano. Neste sentido, no início do XX, surge a política pública de construção de açudes públicos com o objetivo de amenizar os efeitos da seca no semiárido brasileiro.



Inicialmente, o órgão responsável pela atuação dessa política pública era a Inspetoria de Obras contra a Secas (IOCS), que em 1945 passa a ser chamada de Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

O açude da Marcela decorre de uma política desta instituição, está situado no bairro Marcela do município sergipano de Itabaiana. Atualmente, devido à intensa urbanização, este bairro faz parte do perímetro urbano do município. (OLIVEIRA, 2017).

A construção do açude da Marcela iniciou-se em 1953 e terminou em 1957. Sua construção faz parte de uma política pública que tinha por objetivo neutralizar os efeitos das secas cíclicas no semiárido do Brasil.

De acordo com dados do DNOCS, o açude tem capacidade para armazenar 2.710.000 m³ de água e ocupa uma área de 14 Km².

A principal função desenvolvida pelo açude desde sua implantação é na utilização agrícola para irrigação dos plantios. Carvalho e Costa (2010, p. 61), afirmam que:

No momento de sua implantação, o açude gerou prosperidade e transformações no processo de produção agrícola do município, tornando Itabaiana conhecida como uma das mais importantes áreas agrícolas do Estado de Sergipe. Na década de 1970, com a implantação do modelo de Revolução Verde norte-americano no Brasil, o município de Itabaiana teve a incorporação de novas técnicas como o uso de novos insumos, defensivos agrícolas e fertilizantes. Fatores que afetaram o ambiente e provocaram seu atual estágio de desequilíbrio.

Diante da poluição, inúmeros processos judiciais giram em torno do tema do açude da Marcela. Em 2009, a Secretaria



da Agricultura e Pecuária de Itabaiana recebeu uma denúncia sobre a mortandade de peixes no açude. Essa notícia não é nova e agentes da Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA) foram chamados para averiguar a situação.

Em audiência pública realizada em 2010, ficou definido que a poluição das águas do açude é consequência da ausência de infraestrutura básica de esgotamento sanitário na cidade de Itabaiana. Como réus desse processo aparecem a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado, a Companhia de

Saneamento de Sergipe (DESO), o DNOCS e a ADEMA. Cada um destes órgãos ficaria responsável por planejar ações voltadas à área do açude da Marcela, como exemplos: ações de fiscalizações sobre a ocupação indevida em torno do açude projeto de infraestrutura de esgotamento sanitário, elaboração de relatórios mensais das condições hídricas do açude, entre outras medidas.

No entanto, as inoperâncias dos órgãos públicos atreladas à falta de consciência por parte da população contribuem para intensificação dos processos de degradação deste açude. Apesar das intervenções feitas pelo Ministério Público, o desencontro de interesses entre as partes envolvidas, contribuem para uma naturalização da situação atual do açude da Marcela: obrigatoriamente o açude deve continuar sendo local de esgoto?

O levantamento bibliográfico, em conjunto com um conhecimento prévio da realidade estudada através de trabalho de campo, foi uma das partes mais importantes na elaboração desse projeto de pesquisa. Os resultados da análise dos dados obtidos com o levantamento teórico contribuiram para o estudo em questão.

Outra parte complexa na elaboração desse projeto de pesquisa tratou-se da metodologia empregada. Os métodos e técnicas devem está adequados com o problema que está



sendo estudado. Moraes e Costa (1984, p. 27) diferencia método de interpretação de método de pesquisa, afirmando que:

[...] método de interpretação é uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da pesquisa científica; é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência. Já o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo.

Mesmo que ainda inconscientemente, a escolha do tema e delimitação do problema são orientados por um método. Moraes (1997, p. 67) afirma que: “(...) todo trabalho científico envolve necessariamente posicionamentos metodológicos”.

No projeto de pesquisa, os procedimentos expostos seguem a orientação de método do materialismo histórico e dialético. Este método guia a escolha do objeto de pesquisa, nesse caso, a poluição das águas do açude da Marcela e as ações de pesquisa em torno do objeto em uma escala ampliada que não considera o todo, mas situa a poluição do Açude na totalidade das relações capitalistas. Para Moraes (1997, p. 74) “O relacionamento do homem com seu ambiente é equacionado no bojo de relações sociais historicamente determinadas”.

Num primeiro momento, o objeto foi “captado em sua qualidade geral.” (TRIVIÑOS, 2013, p.74), e a pesquisa foi ancorada numa questão central: Reconhecer a importância, a utilidade e as transformações ocorridas no açude da Marcela em Itabaiana/SE numa perspectiva histórico-espacial. Através da possibilidade de analisar entre tempos, uma discussão



preliminar em torno da hipótese: a finalidade do uso e ocupação do açude da Marcela modificou-se entre tempos em torno dos interesses capitalistas?

Nesse sentido, é de fundamental importância à revisão de pesquisas escritas anteriormente, como exemplos: Borges (1995); Oliveira (2017); Carvalho e Costa (2010). A observação e descrição dos elementos (problemas) que integram o lócus da pesquisa em suas múltiplas dimensões, como: O crescimento da população, as práticas agropecuárias, o despejo de esgotos domésticos e industriais, o lixo.

A leitura do espaço estudado deve ser feita através da coleta de dados (Observações, entrevistas, relatos de moradores), consulta aos *sites* da ADEMA, do DNOCS, visita à secretaria da agricultura e pecuária do município, análises e sistematização dos dados coletados, verificação da hipótese central com a finalidade de “estabelecer a realidade concreta do fenômeno.” (TRIVIÑOS, 2013, p.74).

Assim, destacam-se os seguintes procedimentos metodológicos qualitativos da pesquisa:

- Levantamento bibliográfico sobre a construção e importância de açudes numa perspectiva histórico-espacial, questões socioambientais de açudes, poluição das águas, revitalização das águas;
- Fichamento de textos teóricos;
- Elaboração de roteiros e organização de instrumentos para o trabalho de campo;

- Visita à Secretaria da agricultura, pecuária e Meio Ambiente de Itabaiana/SE;
- Trabalho de campo para a área de estudo, nesse caso, o açude da Marcela em Itabaiana/SE;
- Sistematização e análise dos dados obtidos através das observações, entrevistas, relatos, consultas em sites oficiais;



- Elaboração de relatório. (CUNHA, 2018, p. 11)

É fundamental que um projeto de pesquisa contenha um cronograma. Neste não foi diferente. Através do cronograma foram traçados o tempo que seria necessário para realizar cada um dos procedimentos propostos. O formato utilizado foi um quadro que pode ser conferido abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Cronograma proposto

ATIVIDADE	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Levantamento bibliográfico sobre o tema e objeto de estudo	X	X				
Fichamento de textos teóricos	X	X	X			
Elaboração de roteiro e organização de instrumentos para o trabalho de campo			X			
Visita à secretaria de agricultura, pecuária e meio ambiente do município				X		
Trabalho de campo para área de estudo				X		
Sistematização e análise dos dados obtidos				X	X	
Elaboração de relatório					X	X

Fonte: CUNHA, 2018, p. 13

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda pesquisa tem um compromisso social. Toda pesquisa é capaz de intervir na realidade, consequentemente



modificando a sociedade e o Espaço geográfico. A ciência não é estática, é um processo que dialoga com a realidade social que se quer compreender e transformar (DEMO, 2009).

Felizmente, o processo de ensino-aprendizagem no nível superior dialoga diretamente com a pesquisa e essa ligação torna-se fundamental para o profissional em formação, auxiliando-o na produção de um pensamento crítico, libertando-o das amarras da ideologia e do senso comum.

A importância em desenvolver um projeto de pesquisa em uma disciplina explica-se por reconhecer que a pesquisa científica desempenha um importante papel na vida acadêmica e profissional do sujeito em formação, sendo uma ferramenta muito apropriada na obtenção de conhecimento.

Diante disso, relatar essa experiência na elaboração de um projeto de pesquisa não pretendeu, de modo algum, apresentar uma receita, mas, indicar uma possibilidade de obter conhecimento que vai além da sala de aula, divulgando que tanto um profissional em formação quanto já formado pode e deve se debruçar sobre uma pesquisa científica, pois ela é extremamente importante para a evolução da humanidade.

Projetar uma pesquisa acerca do Açude da Marcela em Itabaiana/SE foi apenas uma dentre muitas realidades possíveis. E, embora a área mencionada tenha motivado preocupação em tantos pesquisadores nas últimas décadas, este açude, outrora glorioso, apresenta contradições com relação às inoperâncias dos órgãos públicos que insistem em “fechar os olhos” para problemática poluição da natureza de suas águas. Apesar das intervenções feitas pelo Ministério Público, o desencontro de interesses entre as partes envolvidas contribui para uma naturalização da situação atual do açude da Marcela. Dessa forma, suscitam sempre novos debates acerca dessa temática.

Por fim, torna-se claro que ser pesquisador não é tarefa fácil, mas apesar das múltiplas dificuldades é muito proveitoso



e gratificante. A maior contribuição que o profissional em formação, nesse caso o geógrafo pode dar ao Espaço em que vive, consiste nos resultados práticos da pesquisa. E essa contribuição positiva é, sem dúvidas alguma, a maior gratificação para o pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, L.M; LIVINGSTONE, I. Desenvolvimento inadequado: Construção de açudes e secas no sertão do Nordeste. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 47, n.3, p. 425- 448, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/582/7932>> Acesso em: 20 de Janeiro de 2018.

BORGES, S. dos S. **Agrotóxicos, sociedade e natureza: a problemática do perímetro irrigado da Macela-SE**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGEO/UFS). São Cristóvão, 1995.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Departamento de Obras Contra as Secas. **História**. Disponível em: <<http://www2.dnocs.gov.br/historia>>. Acesso em 08 de Fevereiro de 2018.

CARVALHO, A. de. P; MORAES NETO, J.M. de.; LIMA, V.L.A. de. et al. Estudo da degradação ambiental do açude de Bodocongó em Campina Grande – PB. **Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, v. 6, n.2, p. 293-305, mai/ago 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/EA-2009-220.pdf>> Acesso em 17 de Janeiro de 2018.



CARVALHO, D.M. de.; COSTA, J.E. da. Cadeia produtiva das hortaliças em Itabaiana/SE: O caso da produção e da comercialização nas áreas irrigadas. In: CARVALHO, D.M. de.; ALCANTARA, F.V. de.; COSTA, J.E. da. (ORGs). **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 45-75.

CUNHA, F.S. **De um passado grandioso a um futuro duvidoso: A problemática poluição das águas do açude da Marcela em Itabaiana/SE**. Projeto submetido à disciplina Iniciação à Pesquisa Geográfica. Itabaiana/SE. UFS Campus Prof. Alberto Carvalho, 2018. Digitado. 15 fl.

DALTRO FILHO, J. Poluição das águas. In: _____. **Saneamento ambiental: doença, saúde e o saneamento da água**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2004. p. 281-310.

DEMO, P. Introdução. In: _____. **Metodologia científica em ciências sócias**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 11-14.

DESLANDES, S.F. A construção do projeto de pesquisa. In: DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 31-50.

FELLENBERG, G. Poluição das águas. In: _____. **Introdução aos problemas da poluição ambiental**. Tradução de Juergen Heinrich Maar. São Paulo. EPU: Springer: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980. p. 70-96.



GIL, A. C. Como encaminhar uma pesquisa? In: _____.
Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas,
2008. p. 17-22.

GUEDES FILHO, D.H. et al. Uso e ocupação nas margens
do açude Bodocongó/PB. **Revista Educação Agrícola
Superior**, v. 27, n.1, p. 70-75, 2012. Disponível em:
<<http://www.abeas.com.br/wt/files/v27n01a12.pdf>>. Acesso
em 20 de Janeiro de 2018.

MARCONI, M. de A ; LAKATOS, E.M. Pesquisa. In:
_____. **Técnicas de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
p. 17-42.

MORAES, A.C.R. Bases epistemológicas da questão
ambiental: O método. In: _____. **Meio Ambiente e
ciências humanas**. 2.ed. São Paulo: Editora hucitec, 1997. p.
67-80.

MORAES, A.C.R. ; COSTA, W.M.da. O ponto de partida: O
método. In: _____. **Geografia Crítica: A Valorização do
Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 26-34.

MORAIS, I.R.D et al. O desafio da gestão ambiental urbana:
análise sobre o açude Recreio, Caicó – RN. **Sociedade e
território**, Natal, v. 25, n. 1, p. 119-136, jan./jun. 2013.
Disponível em:
<[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3520-8362-1-
PB.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3520-8362-1-PB.pdf)>. Acesso em 20 de Janeiro de 2018.

OLIVEIRA, M.G.S. **Sustentabilidade das propriedades
rurais do açude da Marcela em Itabaiana-Sergipe**.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio
Ambiente). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento



e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS). São Cristóvão, 2017. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/tede/3487>>. Acesso em 06 de Janeiro de 2018.

SANTOS, C.O. dos; PINTO, J.E.S. de S.; Questões socioambientais nos perímetros irrigados do município de Itabaiana/SE. **ACTA geográfica**, Boa Vista, v.7, n.14, p. 139-152, jan./abr. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/754-4859-1-PB.pdf>>. Acesso em 04 de Janeiro de 2018.

SOUZA NETO, M.F. de. Para pensar um tema. In: _____. **Aula de geografia e algumas crônicas**. 2.ed. Campina Grande: Bagagem, 2008. p. 95-98.

TRIVIÑOS, A.N.S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: O positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 30-74.



REFLEXÃO SOBRE A ESCOLA PÚBLICA, ESTÁGIO E ENSINO DE GEOGRAFIA

Elenilson Santos do Nascimento¹

Universidade Federal De Sergipe, Graduando em Geografia

Joyce Kelly de Jesus Santos²

Universidade Federal de Sergipe, Graduanda em Geografia

E mail: elenilsonsn@hotmail.com¹

Email: kelly.sts17@gmail.com²

RESUMO

O presente artigo é fruto dos resultados da experiência do Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I. Tem como objetivo apresentar reflexões sobre a importância do estágio e sobre a dificuldade dos alunos de associação dos conteúdos geográficos com a sua realidade. A partir das visitas à escola foi possível ter o primeiro contato com a realidade educacional, com isso visualizar os desafios e a indissociabilidade teoria/prática. Para a realização deste trabalho foram aplicados questionários e feita uma revisão da literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio; formação de professores; Ensino de Geografia

INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia é uma etapa fundamental na formação docente, pois através dele é possível conhecer o ambiente escolar, articular os conhecimentos aprendidos na universidade com o que será aplicado em sala de aula, ou seja, fazer a relação teoria-prática.



Este artigo é resultado da disciplina Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I, na qual os alunos discutem textos dos mais diversos temas e na etapa final é feita uma observação em escola da Educação Básica.

Vários foram os temas discutidos durante a disciplina, dentre eles podemos destacar: a educação na atualidade, a formação e trabalho docente, e o ensino de geografia. Pode-se afirmar que as transformações ocorridas na sociedade principalmente com o advento da globalização e do neoliberalismo trouxeram grandes impactos negativos no que se refere à escola e à formação do professor. Esta última, centrada principalmente na prática deixando de lado a formação humana, com disciplinas isoladas entre si, sem articulação teoria e prática. Segundo Giron

[...] a política educacional referendada pelo modelo neoliberal privilegia uma formação docente rápida, superficial e pragmática, preocupada mais com o “saber fazer” do que com o “ensinar a pensar”, valorizando acima de tudo, um saber fragmentado, utilitário e técnico. Uma grande quantidade de horas com atividades pedagógicas práticas e com estágios desvinculados de uma reflexão teórica mais aprofundada sobre a ação pedagógica, dá uma conotação de treinamento a essas propostas de formação de professores, o que reduz a capacitação desse profissional e a qualidade do sistema educativo (GIRON, 2014).

No atual contexto da Sociedade Moderna, conhecimento e informação são sinônimos de poder, desta forma, torna-se necessário desqualificar a profissão docente, uma vez que ela tem o poder emancipador. Assim “[...] a educação em seu papel singular de destaque no desenvolvimento social, cultural, não pode ser subjugada



predominantemente ao domínio da lógica de mercado muito menos as diretrizes universais que o modelo neoliberal impõe, principalmente, aos países periféricos do mundo (NETO; CAMPOS, 2012, p. 10986).

A escola, *locus* do trabalho do professor, também sofreu impactos negativos com as ações das políticas neoliberais implantadas no Brasil. Estas estabeleceram grande controle que fez com que a escola tivesse dificuldades de desenvolver seus próprios projetos para seguir cartilhas prontas (ALMEIDA; PIMENTA, 2015). Além da readequação às necessidades do capital que transformou a educação em mercadoria. Outra questão se refere à função da escola que, segundo Libâneo

[...]o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças (LIBÂNEO, 2012, p.16).

Nesse contexto, é possível perceber o quanto a educação pública tem passado por um processo de perda da sua importância formadora e emancipatória com a inadequada formação docente, desestruturação da escola pública através da implantação de modelos prontos que na maioria das vezes estão distantes da realidade dos alunos.

Por fim, este artigo está dividido em três partes sendo a primeira a introdução, a segunda tratando sobre o estágio e a geografia no contexto escolar abordando temas que foram constatados na observação e as considerações finais.



ESTÁGIO E GEOGRAFIA NO CONTEXTO ESCOLAR

O curso de Graduação em geografia da UFS oferece aos professores em formação uma estrutura com componentes curriculares que contemplam o estudo da relação sociedade-natureza, o ensino e as diferentes leituras e representações do espaço geográfico. Além do plano teórico estão atreladas atividades práticas, assim como a formação está voltada para um caráter emancipatório e reflexivo.

Nesse sentido, como componente curricular do curso, há Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I que se constitui como uma etapa de grande importância no processo de formação docente. Será através deste que o professor em formação terá o primeiro contato com a realidade educacional para visualizar os desafios que a profissão lhe reserva assim como construir sua identidade profissional e explicitar a indissociabilidade entre teoria e prática.

Os estágios se constituem em uma atividade balisadora para a formação de professores, na qual os alunos têm oportunidade de vivenciar o cotidiano escolar e da sala de aula, refletindo a prática do professor regente, traçando perspectivas que potencializarão o conhecimento do contexto histórico, social, cultural e organizacional da prática docente (MELLO; LINDNER, 2012, p.1).

Além disso, foram diversas discussões acerca da educação pública brasileira, do ofício e o lugar social do professor, currículo e formação de professor. Outrossim, ocorreu a realização de análise de livro didático e construção de projetos de ensino. A última etapa se constituiu como uma



visita ao ambiente escolar, com o objetivo de observar a dinâmica da sala de aula.

O ambiente escolhido para realização do estágio supervisionado foi o Colégio Estadual Dr. Augusto César Leite (Ver figura 01) que fica localizado no município de Itabaiana/SE. Tal unidade escolar faz parte da Diretoria Regional de Educação 03 (DRE03) (ver figura 02), que conta ainda com os municípios de Carira, Ribeirópolis, Pinhão, Pedra Mole, Macambira, Campo do Brito, São Domingos, Nossa Senhora Aparecida, Frei Paulo, Areia Branca, São Miguel do Aleixo, Malhador e Moita Bonita, funcionando nos três turnos, matutino das 07:00h às 11:15, vespertino das 13:00h às 17:25, e no período noturno com o EJA.

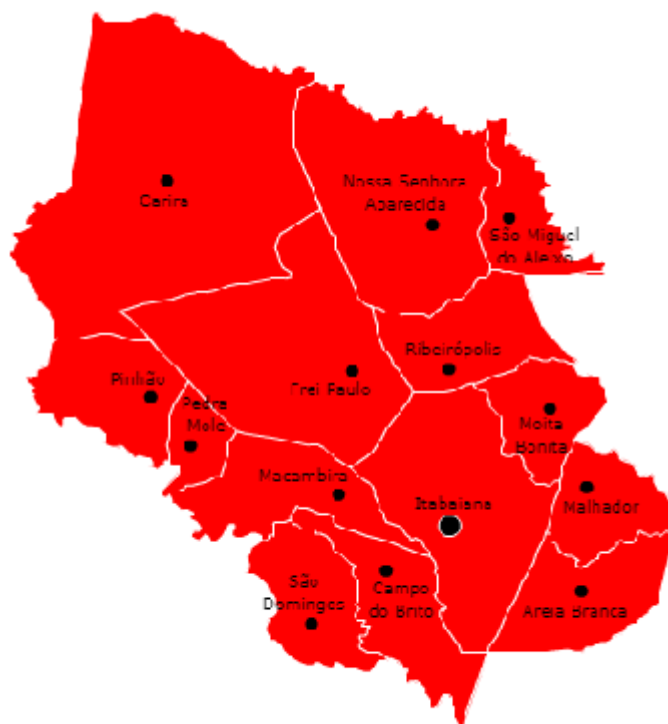
Figura 01: Colégio Estadual Augusto Cesar Leite





Figura 2: Municípios que fazem parte da DR03

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - DRE03



Fonte: SIGA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

Fonte: portal SEED, 2018

No quesito estrutura, a escola apresenta-se com sua infraestrutura antiga. Algumas salas de aula inadequadas para o



ensino e o aprendizado do aluno (ver figura 03), em virtude da precariedade. Nesta unidade escolar há banheiros masculinos e femininos, além de banheiros específicos para professores; uma cantina onde são servidas as refeições, um laboratório de informática (este se encontra inativo devido os aparelhos apresentarem algum tipo de defeito). Ainda existe uma sala para professores, uma sala de leitura, um auditório bem organizado onde com frequência os alunos podem participar de alguma atividade relacionada à escola, uma sala para secretaria, coordenação e diretoria, além do pátio coberto parcialmente (Ver figura 4).

Figura 03: Estrutura da sala



Fonte: Elenilson Santos do Nascimento, 2017



Figura 4: Pátio do Colégio



Fonte: Elenilson Santos do Nascimento

Analisando essa questão dentro do contexto neoliberal e da educação brasileira, é evidente que não há interesse de melhoria na estrutura das escolas, visto que a educação é colocada em segundo plano que desde a década de 1990 segue as diretrizes do Banco Mundial que foram lançadas na Conferência de Jomtien, na Tailândia. Assim, o dualismo escolar se agrava, separando cada vez mais a escola de ricos e pobres, sendo a dos últimos com funções sociais. (LIBÂNEO, 2012). Ademais uma estrutura precarizada pode interferir na postura do professor “a realidade do meio escolar, em parte impede o professor de realizar um trabalho dinâmico e transformador de futuros cidadãos críticos e reflexivos” (SANTOS; PASSOS, 2011, p. 126).



Além disso, essas diretrizes atingem a profissão docente, uma vez que o trabalho do professor é cada vez mais precarizado, isso irá refletir em sua postura em sala de aula e conseqüentemente na aprendizagem dos alunos (que já vem de um contexto social que pouco contribui para a permanência na escola) tirando a principal função da escola de fornecer conhecimentos sistematizados.

Cabe destacar que, os alunos que estudam o 8º Ano A residem na cidade em bairros periféricos de moradores de baixa renda, segundo os discentes a escola é a mais próxima de suas casas. Estão na faixa etária de 12 a 16 anos.

Do ponto de vista da gestão, a unidade escolar trabalha de maneira articulada e conjunta para garantir uma gestão participativa e comunicativa com os diversos setores da escola. Com isso é possível uma descentralização na tomada de decisões. Isto posto,

A descentralização e a autonomia poderão liderar a iniciativa criadora da escola, permitir que ela se insira mais harmoniosamente no contexto sócio- cultural da comunidade e reduzir os controles burocráticos inúteis que a fazem perder tempo. (BERALDO; PELOZO, 2007, p.3)

Durante a observação das aulas foi possível notar que, grande parte dos alunos não consegue associar os conhecimentos geográficos com a sua realidade. Para essa situação, contribui a forma como a geografia foi e ainda é trabalhada em algumas escolas, isto é, de forma fragmentada, distante da realidade e enfadonha (SOUZA, 2009). Nesse contexto, faz-se necessário trazer para o ambiente escolar novas práticas metodológicas para além de modelos fundados no positivismo. Segundo Carvalho

Um dos desafios do processo educativo ainda perpassa por questões relacionadas à



associação conteúdo-cotidiano-método, exigindo a apropriação de um saber prático que contribua para a formação de crítico e que compreenda as relações existentes em âmbito local e global (CARVALHO, 2013, p. 161).

É importante nesse processo a construção do conhecimento junto ao aluno assim como, trabalhar os conhecimentos de maneira interdisciplinar, uma vez que a análise de do espaço geográfico requer para um melhor entendimento a integração de diversos campos do conhecimento. Santos comenta que

As tentativas de introduzir a interdisciplinaridade no trabalho docente mostram que se inicia um processo de superação na maneira estanque e fragmentária de abordar o conhecimento em sala de aula, fato que motiva para avançar na perspectiva de desenvolver atividades com docentes e estudantes do curso de geografia. (SANTOS, 2011, p.14).

Através da ciência geográfica é possível analisar diversos campos da sociedade, assim como seus problemas, o desemprego, dificuldades da vida no campo, planejamento urbano, as transformações no espaço com a globalização. Nesse sentido é possível perceber que a geografia está no cotidiano do aluno, fazendo-se necessário criar situações em que o aluno possa fazer essa relação. Segundo Santos

À disciplina Geografia cabe não somente levar o aluno a um entendimento da dimensão espacial da sociedade como um todo, mas, encontrar meios de contextualizar esse ensino, considerando também o espaço vivido do/pelo aluno, uma vez que é relevante que ele entenda sua própria realidade e os fatores



que influenciam diariamente sua vida. Consideramos, portanto, que o aluno traz consigo, para dentro da escola, experiências de vida conforme o seu lugar, a sua realidade social; sendo o lugar um espaço vivenciado, possui uma cultura geográfica. (SANTOS, 2012, p.2)

É importante oferecer um olhar diferenciado principalmente no que se refere ao ensino de geografia considerando a prática social dos alunos como ponto de partida, uma formação em que o aluno se torna o sujeito de sua aprendizagem (CARVALHO, 2013).

Dessa forma, é um desafio para os profissionais de a geografia romper com esse tipo de ensino que distancia os conteúdos geográficos da prática social dos alunos. É imprescindível que esse ensino seja voltado para que o aluno perceba que a geografia da escola é a geografia do seu dia a dia além de formar um cidadão crítico e atuando em sua realidade. Assim

A atuação de um professor consciente de uma prática que permita aos alunos se perceberem enquanto agentes participativos na construção do conhecimento escolar torna-se indispensável no processo educativo, pois é a partir deste que os alunos são preparados para a participação na sociedade (CUNHA; ANDRADE, 2011, p. 56).

Isto posto, a construção de conceitos se torna uma metodologia fundamental para vencer esse desafio. Segundo Oliveira “o professor deve deixar de dar os conceitos prontos para os alunos, e sim, juntos, professores e alunos participarem de um processo de construção do saber” (OLIVEIRA, 1989, p. 140).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na sociedade oriundas da globalização e do neoliberalismo têm provocado mudanças negativas na educação, se tratando especificamente da escola pública e da formação de professores. A escola tem comprometida sua autonomia diante das imposições de modelos adotados e se tratando de formação docente, essa focalizada no desenvolvimento de habilidades e competências, de maneira rápida e fragmentada.

Cabe destacar que o Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia I que se constitui como uma etapa de grande relevância no processo de formação docente foi possível ter o primeiro contato com a realidade educacional para visualizar os desafios da profissão e com isso refletir sobre a realidade da educação, do ensino da Geografia e do trabalho do professor, além de perceber a indissociabilidade entre teoria e prática.

Por fim, ficou evidente que é possível um ensino de geografia pautado na unidade teoria/prática e que propicie uma reflexão fazendo com que o aluno perceba que a geografia vista na escola está no seu dia a dia.

REFERENCIAS

BERALDO, Fernando; PELOZO, Rita de Cassia Borguetti. A gestão participativa na escola pública: tendências e perspectivas. FAHU/FAEF, Editora FAEF. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. Ano V, nº 10, julho de 2007. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/SU3onzBiYiLUhza_2013-6-28-15-24-32.pdf. Acesso em 12 fev. 2018.



CUNHA, J. N; ANDRADE, V. N. Ensino de geografia: reflexão sobre o ensino-aprendizagem na escola pública. In: SANTOS, Ana Rocha dos. (Org.). **Sobre o pensar e fazer docente na sala de aula de Geografia**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2011, v. 1, p. 55-67.

GIRON, Graziela Rossetto. **Uma proposta de formação continuada de professores comprometida com a emancipação humana**. Disponível em:<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/colnursos/uma-proposta-de-formacao-continuada-de-professores/57056> . Acesso em: 01 fev.2018.

LIBÂNEO, Jose Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em 01 fev.2018.

MELLO, Simone Portella Teixeira de; LINDNER, Luciana Martins Teixeira. **A contribuição dos estágios na formação docente**: observações de alunos e professores .Rio Grande do Sul.2012 Disponível em:<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/362/978>>.Acesso em 01 fev. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e Ensino de Geografia na Realidade Brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?**. São Paulo: Editora Contexto, 1989. p. 135 a 144.

NETO, Filinto Jorge Eisenbach; CAMPOS, Gabriela Ribeiro de. O impacto Do Neoliberalismo Na Educação Brasileira, 2012. Disponível em:<



http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_12521.pdf>. Acesso em 04 Maio. 2018.

PIMENTA, Selma garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de. **Estágio supervisionado na formação docente: Educação básica e educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez Editora. 2015.

SANTOS, Laudenides Pontes dos. A relação da Geografia e o conhecimento cotidiano vivido no Lugar. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 3, set./ dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/viewFile/7574/pdf>>. Acesso em 01 fev. 2018.

SANTOS, Ana Rocha dos. Formação docente e prática interdisciplinar: aproximando saberes para explicar a geografia. In: SANTOS, Ana Rocha dos. (Org.). **Sobre o pensar e fazer docente na sala de aula de Geografia**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2011, v. 1, p. 9-22.

SANTOS, M. J. C; PASSOS, G. S. O uso das novas tecnologias e o desafio das práticas pedagógicas para o ensino de geografia na sociedade atual. In: SANTOS, Ana Rocha dos. (Org.). **Sobre o pensar e fazer docente na sala de aula de Geografia**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2011, v. 1, p. 121-135.

SOUZA, Hanilton Ribeiro de. **O cotidiano na geografia, a geografia no cotidiano**. Porto Alegre. 2009.



EIXO 5 - ESTADO, TRABALHO E POLÍTICAS



AS EMENDAS PARLAMENTARES EM SERGIPE NA (RE) PRODUÇÃO DA DOMINAÇÃO POLÍTICA

Jayne Maria dos Santos

Universidade Federal de Sergipe- UFS, Graduanda em Licenciatura em
Geografia

E mail: jayne_santos97@outlook.com

RESUMO

Este artigo resulta de pesquisa em andamento (projeto PIBIC, Edital n.º 02/2017 POSGRAP/COPES/UFS) sobre a relação entre emendas parlamentares e dominação política em Sergipe, durante os anos de 2015 e 2017, cujo objetivo é analisar o conteúdo espacial do uso privado da coisa pública através das emendas parlamentares. A análise é fundamentada na leitura da realidade, considerando que as emendas parlamentares são utilizadas pelos legisladores como forma de autopromoção e uso político para a manutenção no exercício do poder executivo ou legislativo. A investigação dessa relação pautou-se na análise dos dados sobre a distribuição das emendas parlamentares no período estudado e na pesquisa bibliográfica sobre a sociedade brasileira, priorizando-se o estudo sobre o patrimonialismo, clientelismo e o contexto atual da política brasileira. A pesquisa tem conduzido para a compreensão de que a distribuição das emendas parlamentares como moeda de troca obedece a critérios que estão submetidos aos interesses e alianças políticas locais, estaduais e nacionais, o que se traduz especialmente em uma concentração de ações e obras nos municípios de maior vinculação dos legisladores e Aracaju por ser a capital do estado.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimonialismo, dominação política e emendas parlamentares.



INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta do projeto realizado junto ao Programa de Iniciação à Pesquisa (PIBIC) na Universidade Federal de Sergipe Campus Professor Alberto Carvalho, intitulado *Estado e emendas parlamentares: o domínio privado do público e sua expressão espacial em Sergipe*, com o objetivo de analisar a espacialidade nas relações de poder e dominação política que se traduz pela agudização das desigualdades socioespaciais e que produz a falta de serviços essenciais e infraestrutura para os mais pobres.

No Brasil há uma naturalização das barganhas políticas, do uso privado da coisa pública, o que significa uma conformação da cultura do favor, na qual o débito e o crédito entre as pessoas e os representantes políticos se dão de maneira que as condutas e práticas constituem a sociabilidade brasileira.

As relações políticas são, em grande parte, vinculadas para os interesses particulares. As emendas fazem parte da consolidação e permanência de sistema governamental que supre as necessidades da classe que detém o poder, já que “para mantê-las, o grupo social cria ideias e sentimentos, valores e símbolos aceitos por todos e que justificam ou legitimam as instituições”. (CHAUÍ, 2000)

As emendas parlamentares são incluídas nessa sociabilidade na medida em que são instrumentos para a conservação do poder. São recursos para parlamentares legitimados com a Emenda Constitucional 86/2015 que torna obrigatória a execução da programação orçamentária. É garantido para os parlamentares o uso de 1,2% da receita corrente líquida do orçamento da União, o que representa uma cota de R\$ 15 milhões para cada um (POLITIZE, 2016).



Para a análise dessa temática foi realizada revisão bibliográfica referente à construção histórica da sociedade brasileira, baseada em Sérgio Buarque de Holanda (1995), Jessé de Souza (2017) e José Murilo de Carvalho (1997), autores que contribuem para a leitura da dominação política no Brasil. Além disso, foi realizada pesquisa em sites como Câmara dos Deputados, o Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (Esic) e Contas Abertas para levantamento de dados sobre as emendas parlamentares. Os dados coletados fundamentaram a produção de mapas e gráficos sobre a distribuição das emendas em Sergipe, o que permitiu analisar os elementos em sua totalidade, sendo assim possível uma melhor compreensão da realidade.

O resultado preliminar da pesquisa indicou que os representantes políticos fazem uso do recurso público como meio privado, ou seja, se promovem para poder permanecer no poder. E a forma de distribuição desses recursos passa a ser efetuada de forma desigual, pois contempla os municípios de maior interesse dos parlamentares.

A FORMAÇÃO HISTÓRICA POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA

O sistema político brasileiro está pautado em uma construção histórica de dominação, no qual a sociedade é influenciada por ideias que naturalizam as questões sociais. O estudo das emendas parlamentares é importante para um melhor entendimento sobre o Estado e como as emendas são utilizadas com o intuito de satisfazer os interesses próprios dos parlamentares que se beneficiam delas para a barganha política, troca de favores e manutenção no poder, realidade está que faz parte do cenário político atual.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995), a sociedade brasileira é de cunho patrimonialista, avessa às



formas que suprimem a possibilidade de convívio mais familiar e movida pelo desejo de logo estabelecer intimidade. Uma sociedade do homem cordial, contrário ao ritualismo social que supõe o uso da impessoalidade do tratamento. No caso brasileiro, Estado e interesses privados se combinam na obtenção de favores para a conservação e dominação. Sobre a cordialidade, Holanda afirma que

a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lanheza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (1995, p. 146 -147).

Ainda para este autor,

ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. (Holanda, 1995, p. 146).

As relações vivenciadas no meio familiar, da intimidade são constitutivas do Estado e dessa forma, diminuindo a distância entre o que é de domínio público e de domínio privado.

Outro autor que explica a sociedade brasileira é Jesse de Souza, considerando que as mazelas do país são resultado da



escravidão, na qual nossa sociedade foi pautada. Assim, ele destaca que este é o motivo para os embates e diferenças sociais existentes. Conforme Souza,

Compreender a escravidão como conceito é muito diferente. É perceber como ela cria uma singularidade excludente e perversa. Uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada. (SOUZA, 2017, p. 11)

Toda a sua abordagem está pautada na forma de como a sociedade brasileira ainda vê a escravidão, a herança culturalista passada de geração a geração, mostrando os rebatimentos e as diferenças sociais que existem no contexto brasileiro. Para ele,

No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. Mas nossa autointerpretação dominante nos vê como continuidade perfeita de uma sociedade que jamais conheceu a escravidão a não ser de modo muito datado e localizado. (SOUZA, 2017, p. 28).

A dominação social está presente nas diferentes sociedades, e para que ela exista é necessário que um grupo exerça uma forma de poder sobre os demais, buscando maneiras de permanecer no poder por muito tempo. Carvalho (1997) trabalha com os conceitos de coronelismo, o mandonismo e o clientelismo que são importantes para



entender como ocorreu o processo de dominação social ao longo dos anos.

Carvalho, na obra citada, esclarece que no coronelismo (predominante durante a Primeira República), o coronel possuía todo o poder em determinadas regiões, contando com o apoio do Estado, no qual a intervenção deste dava aos coronéis uma nova posição nos cargos públicos e estes retribuía fazendo com que o povo votasse e, dessa forma, a permanência do determinado governo no poder, já que nesse período o voto era tido como de cabresto. Sendo assim “um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis” (Carvalho, 1997). Conforme o autor, o coronelismo entrou em declínio, “retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período de tempo relativamente curto” (ibid., 1997, p. 4)

Sobre o mandonismo podemos descrevê-lo como uma relação de poder na qual sempre irá existir uma autoridade maior que dita suas regras e cabe aos demais obedecerem. O coronelismo seria uma característica desse conceito que ultrapassa todas as linhas temporais já que está presente em todos os processos históricos

O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. (CARVALHO, 2017, p. 2)

Um outro conceito primordial para entender o exercício do poder é o clientelismo. Essa forma de dominação se dá de modo mais mascarado, ou seja, ocorre uma aproximação entre o que dita o poder e aquele que obedece, deixando a relação mais dissimulada na qual a sociedade sinta



que está vivendo em uma igualdade social, porém os que gozam do poder estão sempre buscando formas de permanência no poder, ganhando prestígio, e aumentando assim suas barganhas políticas.

O USO DAS EMENDAS PARLAMENTARES COMO DOMINAÇÃO SOCIAL

O intuito de buscar entender como ocorreu a formação política social do Brasil é no sentido de uma melhor explicação de como dominação política é exercida na atualidade. Como uma forma dessa dominação, temos as emendas parlamentares, que são parte do orçamento público que os legisladores brasileiros têm a seu dispor para direcionar recursos oriundos do orçamento da União.

As emendas podem ser distribuídas individualmente ou por bancada. São propostas no período da elaboração do projeto de lei orçamentária. Este orçamento é distribuído para os

parlamentares com o argumento de que eles conhecem melhor as necessidades do município e do estado que fazem parte.

Em Sergipe, a distribuição das emendas nos anos de 2015-2017 foi para os seguintes parlamentares: Almeida Lima (PMDB), André Moura (PSC), Adelson Barreto (PR), Antônio Carlos Valadares (PSB), Bosco Costa⁴¹(PROS), Eduardo Amorim (PSC), Fábio Reis (PMDB), Fábio Mitidieri (PSD), João Daniel (PT), Jony Marcos (PRB), Laércio Oliveira (PR), Maria do Carmo Alves (DEM), Mendonça Prado (DEM),

⁴¹Tomou posse do cargo no ano de 2016, assim que o deputado Valadares Filho se afastou do poder para realizar a campanha eleitoral.

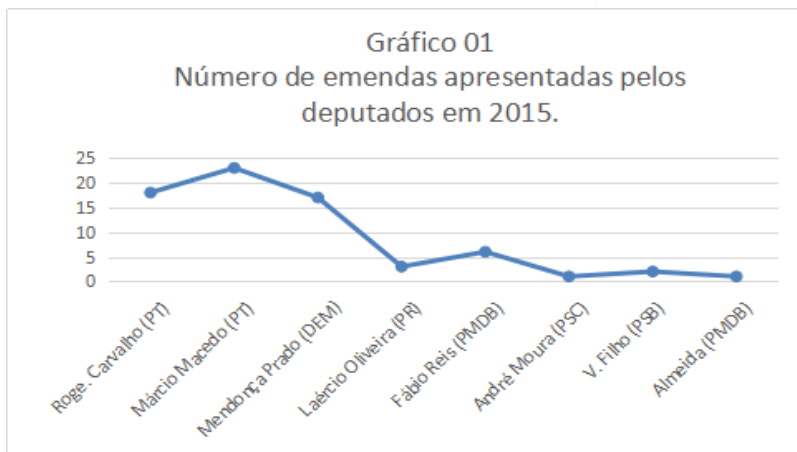


Márcio Macedo (PT), Valadares Filho (PSB), Rogério Carvalho (PT) e Virgínio Carvalho⁴² (PSC).

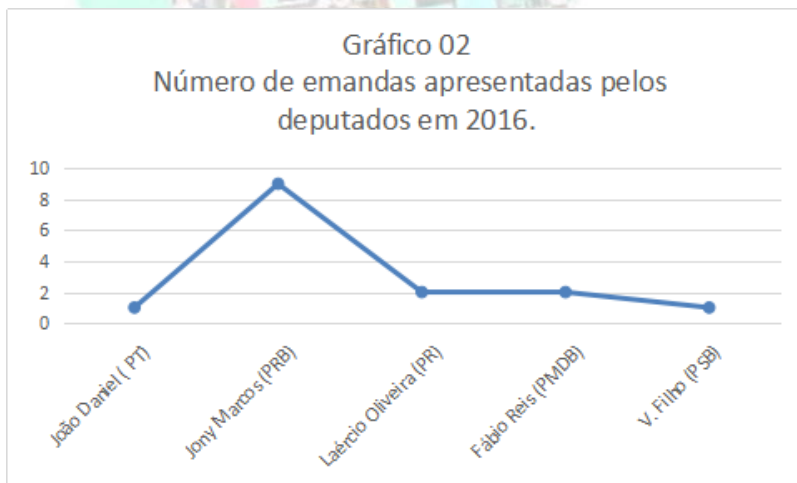
De acordo com o site da Câmara dos Deputados, no ano de 2015, foi realizada uma grande parte das emendas individuais em Sergipe, tendo como maiores beneficiados dessa liberação de emendas os deputados André Moura (PSC) e Laércio Oliveira (PR). O número de emendas abrangeu o território sergipano. Foram 103 emendas para os municípios Sergipe, fora as de Bancada e as individuais que não registravam o local de destino.

Em 2016, esse número diminuiu, sendo apenas 34 emendas para o estado. Assim como a distribuição abrangeu grande parte dos recursos para a capital sergipana. Devemos analisar também o contexto político que o Brasil atravessou neste período, como o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff (31/08/2016). Em 2017 ocorreu uma diminuição no número de emendas liberadas para todo o estado. Sergipe recebeu cerca de 38 emendas individuais, conforme mostram os gráficos 1, 2 e 3 que apresentam o número de emendas apresentadas pelos deputados federais.

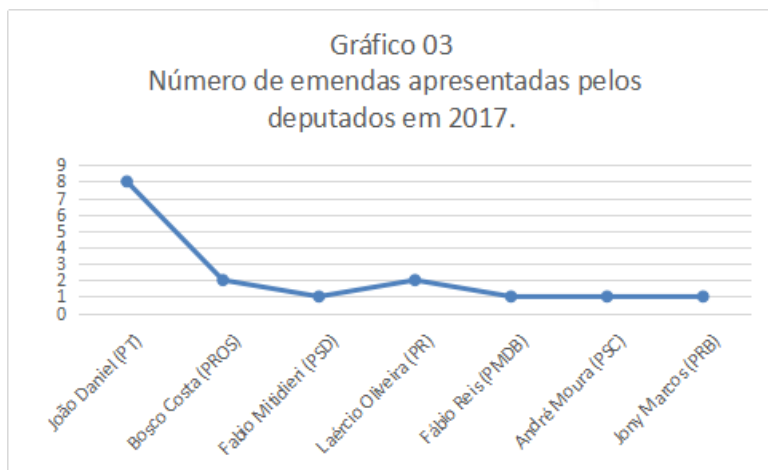
⁴²Segundo suplente da Senadora Maria do Carmo.



Fonte: Câmara dos Deputados, 2015.



Fonte: Câmara dos deputados, 2016.

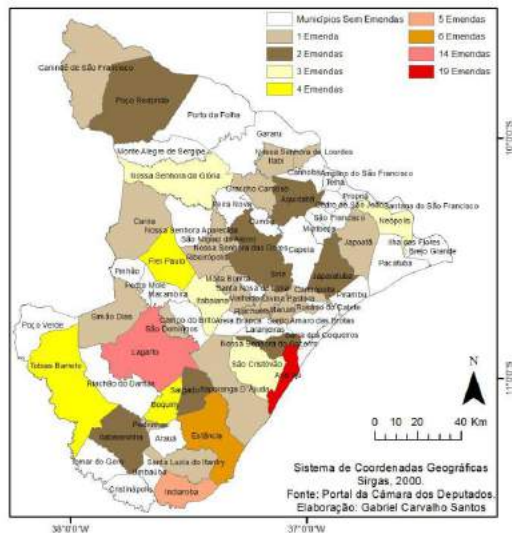


Fonte: Câmara dos Deputados, 2017

Outro fator que merece ser analisado é a forma de distribuição dessas emendas que ocorre de acordo com a decisão do parlamentar, conforme seus interesses e relações com os prefeitos. O que se constata é a existência de uma concentração de recursos nos mesmos municípios (Aracaju e Lagarto) e outros que não foram contemplados com nenhuma emenda (ver figuras 1 e 2).



Figura 01



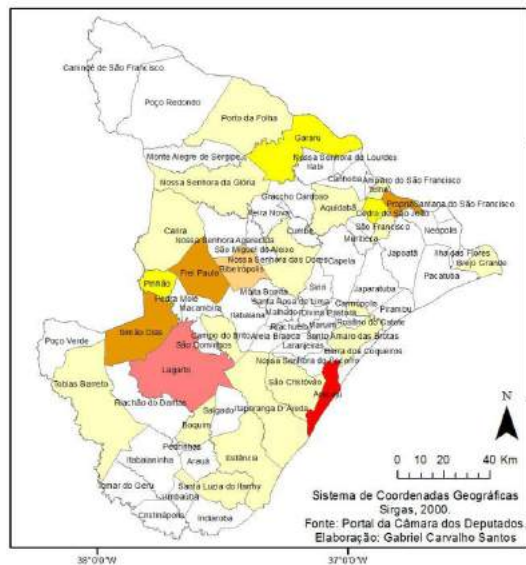
Número de emendas apresentadas por Deputados Federais, em Sergipe, 2015-2017.

Municípios	2015	2016	2017	Total Emendas
Acuápolis	0	0	2	2
Aracaju	13	4	2	19
Boquim	3	0	1	4
Carindé de São Francisco	0	1	0	1
Cariri	1	0	0	1
Carmópolis	1	0	0	1
Divina Pastora	1	0	0	1
Estância	6	0	0	6
Frei Paulo	4	0	0	4
Gracho Cardoso	1	0	0	1
Inderoeira	4	1	0	5
Itabaiana	1	0	2	3
Itabelândia	1	1	0	2
Itaí	1	0	0	1
Itaporanga D'Água	1	0	0	1
Jasperaba	2	0	0	2
Japoatã	1	0	0	1
Lagarto	7	2	5	14
Malhada	1	0	0	1
Maruim	1	0	0	1
Moita Bonita	1	0	0	1
Neópolis	3	0	0	3
Nossa Senhora da Glória	2	1	0	3
Nossa Senhora das Dores	1	0	1	2
Nossa Senhora de Lourdes	1	0	0	1
Nossa Senhora do Socorro	1	1	0	2
Pedrinhas	0	1	0	1
Poço Redondo	0	2	0	2
Propriá	1	0	0	1
Ribeiros	1	0	0	1
Rodão do Castelo	1	0	0	1
Santa Luzia do Itanhém	0	1	0	1
Salgado	2	0	0	2
Santo Amaro das Brotas	1	0	0	1
São Cristóvão	1	0	2	3
São Domingos	1	0	0	1
São Miguel do Aleixo	1	0	0	1
Simão Dias	0	0	1	1
Siriri	2	0	0	2
Tobias Barreto	4	0	0	4

Deputados	Rogério Carvalho	Márcio Macedo	Mendonça Prado	Laércio Oliveira
Total (2015-2017)	18	22	17	7
	Fábio Reis	André Moura	Valdareis Filho	João Daniel
	9	2	3	1
	Jony Marcos	Bosco Costa	Fábio Miotiel	
	10	2	1	



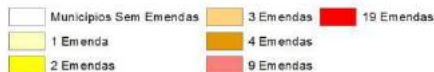
Figura 02



Número de emendas apresentadas por Senadores Federais, em Sergipe, 2015-2017.

Municípios	2015	2016	2017	Total/Emendas
Aquidabã	0	0	1	1
Aracaju	9	6	4	19
Boquim	1	0	0	1
Brejo Grande	0	1	0	1
Campo do Brito	0	0	1	1
Carira	0	0	1	1
Carmópolis	0	0	1	1
Cedro de São João	1	1	0	2
Estância	1	0	0	1
Friol Paulo	2	2	0	4
Gararu	0	0	2	2
Itabelana	2	2	0	4
Itaporanga D' Ajuda	0	0	1	1
Lagarto	5	0	4	9
Nossa Senhora da Glória	0	1	0	1
Nossa Senhora das Dores	1	0	0	1
Pinhão	1	1	0	2
Porto da Folha	1	0	0	1
Propriá	1	2	1	4
Ribeirópolis	0	0	3	3
Santa Luzia do Itanhy	1	0	0	1
Santo Amaro das Brotas	0	0	1	1
São Cristóvão	1	0	0	1
São Francisco	1	1	0	1
Simão Dias	3	1	1	4
Taíbe	0	1	0	1
Tobias Barreto	1	0	0	1

Senadores	Maria do Carmo	Valadares	Eduardo Amorim	Virgínia de Carvalho
Total (2015-2017)	35	13	8	11





Observa-se que há uma maior concentração de emendas nos municípios do Centro-sul do estado e alguns municípios que não receberam emendas nenhuma. Isto revela a relação estreita entre as bases eleitorais e os parlamentares que estão no exercício do poder político. Além disso, evidencia que deixar a cargo de parlamentares o planejamento e liberação de recursos para a realização de uma política de desenvolvimento nos municípios só reproduz uma desigualdade territorial já existente.

Isso implica na forma de reconhecimento que cada parlamentar representa nos municípios em que eles empregam seus recursos pois, ao beneficiar um certo município a população ali presente ira se sentir grata e retribuir com o voto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão abordada neste artigo teve o intuito de analisar como a forma de dominação política vem sendo reproduzida na sociedade brasileira e como mecanismo deste processo atualmente temos as emendas parlamentares. Foi apresentado inicialmente a forma como alguns autores interpretam as relações sociais atuais por meio dos fatores históricos da constituição da sociedade brasileira, e como o sistema político brasileiro busca maneiras de barganhas perante os direitos da população.

A dominação política atual está na forma das emendas parlamentares que fortalecem a (re)produção dessa relação de poder exercida pelos parlamentares. A distribuição de forma irregular é um exemplo de grande importância da atuação desses parlamentares, pois a maioria dos recursos liberados para os municípios coincidem com os interesses próprios.

Os setores que mais recebem emendas assim como os municípios estão relacionados aos interesses dos



representantes políticos, pois eles irão se utilizar de um direito social para perpetuar-se no poder, alegando que esses recursos são resultado do seu próprio trabalho, por isso, a utilização da expressão uso do público como privado. É importante destacar também que cada parlamentar com seu partido pode ou não obter maiores recursos de acordo com seu poder de influência, pelo fato também que muitos se aproveitam do cenário político para obter um maior reconhecimento e assim influenciar a população para que permaneça no poder.

Desse modo, é necessário mostrar como ocorre o jogo político, como cada parlamentar recebe pelos seus atos e barganhas, porque o fato de retirar um direito social é isso um tipo de barganha cada vez mais evidente na sociedade brasileira. Os recursos que deveriam ser liberados para a sociedade, são de certa forma, vendidos para a necessidade de um poder privado para permanecer no governo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015.

BRASIL. E-SIC. Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>. Acesso em: 08/12/2017

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabrasilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=SH14>. Acesso em: 14/09/2017



CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Revista Dados**. v. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003 . Acesso em: 10/08/ 2017

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava-Jato**. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2017.

CONTAS ABERTAS. Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/site/> Acesso em: 14/07/2017.

POLITIZE. O que são emendas parlamentares – e por que são tão polêmicas. Disponível em: <http://www.politize.com.br/emenda-parlamentar-o-que-e/>. Acesso 21/09/2017



A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO: UMA ANÁLISE EM TORNO DA PRODUÇÃO DE DOCES EM UMA FÁBRICA DO MUNICÍPIO DE LAGARTO/SE.

Brenda Mirely Ribeiro de Souza⁴³

Universidade Federal de Sergipe, Graduada em Geografia.

brenda_mirely@hotmail.com

Bruno Andrade Ribeiro⁴⁴

Universidade Federal de Sergipe, Mestrando em Geografia.

ribeiro.pensador@gmail.com

Simone dos Santos Silva⁴⁵

Universidade Federal de Sergipe, Graduada em Geografia.

simonepatu@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um relato de discussões e experiências na graduação em Geografia, e discute a importância da abordagem sobre o mundo do trabalho para graduandos desta ciência. Com o mais recente processo de

⁴³ Membro associado ao Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO/UFS), coordenado pela Prof. Dra. Josefa de Lisboa Santos. Membro do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER/PPGEO/UFS).

⁴⁴ Bolsista do CNPq, orientado pela Professora Dra. Josefa de Lisboa Santos (PPGEO/UFS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO/CNPq/UFS/PPGEO). Membro do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER/PPGEO/UFS).

⁴⁵ Membro do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER/PPGEO/UFS).



reestruturação produtiva do capital, o labor, condição essencial para a sobrevivência humana, perpassou por ressignificações, que por sua vez, foram responsáveis pelas múltiplas metamorfoses do trabalho, que possuem como principal característica a precarização/precariedade das relações trabalhistas. Nessa discussão, as aulas da disciplina de Geografia e Trabalho e as reuniões do Programa de Educação Tutorial (PET) se constituíram em *lôcus* de debate sobre a tendência de negação do humano e as possíveis implicações na produção do espaço. As leituras, discussões em sala de aula e observações em atividade de campo possibilitaram a compreensão acerca do trabalho e do trabalhador contemporâneo e suas formas de se manterem vivos em um contexto de contratos temporários, desemprego estrutural, subcontratação, privatização e terceirização. Sendo assim, trata-se de um artigo que elenca as contribuições da Geografia do trabalho para a formação inicial de professores de Geografia.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia do Trabalho; Reestruturação Produtiva; Precarização.

INTRODUÇÃO

O presente escrito discute a importância de se compreender geograficamente o metabolismo societário do trabalho no século XXI, tendo as contribuições da graduação em Geografia como suporte para o debate teórico-metodológico a respeito das implicações da reestruturação produtiva do capital no trabalho humano; mais especificamente nos debates conclusos na disciplina de



Geografia e Trabalho⁴⁶ e nas reuniões do Programa de Educação Tutorial (PET – DGEI/UFS)⁴⁷.

As aulas puderam oferecer aos discentes uma série de argumentos, conceitos e temas associados às leituras, discussões e observações de campo, realizadas a uma fábrica do município de Lagarto, na microrregião do Centro-Sul Sergipano. A precarização do labor enquanto tendência do mundo do trabalho na contemporaneidade se achou perceptível através das visitas e observações acerca do fazer/saber individual e coletivo dos trabalhadores. Uma fábrica de doces, em que se identifica a especificidade das funções, com homens desempenhando atividades na caldeira e corte dos doces, e mulheres coletando-os já cortados, repassando-os em esteiras, típicas de um modelo pós-fordista, e os embalando. Jovens, em sua maioria, sujeitados a contratos de trabalho que não ultrapassam os seis meses de vigência, desprotegidos de possíveis acidentes devido à ausência de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), cumprindo cargas horárias extenuantes e recebendo em troca valores insignificantes, por produção.

Destarte, objetiva-se abordar a importância das aulas de Geografia enquanto contato inicial com a ideia de precarização do trabalho, e como esta se materializa no espaço; bem como, o papel do geógrafo na análise dos mais recentes processos de exploração do trabalho em sua condição abstrata.

A disciplina de Geografia e Trabalho, presente na grade curricular do Curso de Geografia, na Universidade

⁴⁶ Disciplina optativa inclusa na grade curricular do Curso de Geografia (DGEI), Campus Universitário “Professor Alberto Carvalho”, Universidade Federal de Sergipe (UFS), ministrada pela Professora Vanessa Dias de Oliveira, no Semestre 2016.2.

⁴⁷ O Programa de Educação Tutorial (PET) do Curso de Geografia, atualmente, é coordenado pelo Professor José Hinaldo Lima.



Federal de Sergipe, ofereceu aos discentes um referencial teórico-metodológico formado por leituras de geógrafos, economistas políticos e sociólogos; além de diálogos através de apresentações orais sobre temas e conceitos intrínsecos ao mundo do trabalho capitalista, após a mais recente reestruturação produtiva do capital. Em relação ao Programa de Educação Tutorial, os debates estiveram centrados na relação Trabalho e Pobreza, através da construção de um estudo crítico acerca de publicações, a exemplo do Atlas da Questão Agrária Brasileira, organizado por Eduardo Paulon Girardi; e do Atlas da Extrema Pobreza no Norte e Nordeste do Brasil em 2010, cuja autoria é atribuída a especialistas vinculados ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e à ONU (Organização das Nações Unidas).

Em suma, um artigo sobre contribuições epistemológicas, que se configura em socialização acerca de aulas, reuniões, apresentações e observações de campo para a formação de geógrafos, futuros professores, entendedores sobre a condição espacial, mediada pelo trabalho humano; que, com o advento do modo de produção capitalista, tornou-se fonte essencial para extração de Mais-Valor/Mais-Valia, e, desse modo, para a acumulação de capital, retirando o valor necessário à sobrevivência dos trabalhadores. Nas palavras do escritor de *O Capital*: “Entretanto, mais do que outro modo de produção, esbanja seres humanos, desperdiça carne e sangue, dilapida nervos e cérebro” (MARX, 1974, p. 97).

DESENVOLVIMENTO: AULAS DE GEOGRAFIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO⁴⁸

⁴⁸ Considera-se o termo Mundo do Trabalho enquanto expressão das recentes transformações objetivas e subjetivas do labor humano, no âmbito de uma sociedade capitalista.



A Geografia enquanto ciência reveladora de máscaras sociais tem papel importante na análise de relações sociais, pois elas se realizam enquanto relações espaciais (CARLOS, 2016). O espaço geográfico possui uma natureza social, na medida em que no processo de formação territorial tem-se a transformação de uma “primeira natureza” em “segunda natureza”, através do trabalho/labor humano, categoria central para a compreensão do fenômeno humano-social (NETTO; BRAZ, 2009).

Com essas palavras iniciais, pode-se discutir o interesse desse artigo: as aulas de Geografia enquanto construto de um entendimento sobre as recentes mutações na organização social do trabalho, no contexto de barbárie da recente ofensiva neoliberal no Brasil, tendo como plano de fundo a reestruturação produtiva do capital no século XXI. Aliás, termos como ‘reestruturação produtiva’, ‘crise estrutural’, ‘Divisão Internacional do Trabalho’, ‘relação capital/trabalho’, ‘Estado’, ‘neoliberalismo’, ‘mundialização’ começam a fazer parte do vocabulário dos graduandos com as discussões empreendidas em disciplinas, como Produção e Organização do Espaço Geográfico Mundial, Geografia Econômica, Geografia e Trabalho, Geografia Regional e Geografia Política⁴⁹. As leituras de geógrafos, sociólogos, economistas e cientistas políticos embasaram as ideias aqui expostas, no sentido de tecerem argumentos sobre o papel do trabalho na mediação sociedade/natureza e os sentidos atribuídos a esta categoria nas últimas décadas. Desse modo, os planos de curso das disciplinas não devem ser subestimados pelos graduandos, mestrandos, doutorandos e demais profissionais vinculados à ciência *que serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. A bibliografia, os procedimentos metodológicos (discussões de

⁴⁹ Disciplinas da grade curricular do curso de Geografia, Departamento de Geografia do Campus de Itabaiana (DGEI/UFS).



textos, trabalhos de campo, apresentações orais, transmissão de documentários e filmes) e os conteúdos programáticos, considerados em seu conjunto, configuram-se em importante exercício de se analisar as recentes transformações da principal forma de realização do ser humano: o trabalho.

Na disciplina de Geografia e Trabalho, os discentes entraram em contato com o debate sobre o Trabalho e as suas múltiplas determinações na produção do espaço/território. A categoria foi compreendida a partir de seu significado histórico-ontológico: o homem se fez/faz ser humano tendo o seu labor (capacidade de transformar algo) como modo de satisfazer suas necessidades. Um intercâmbio consciente, que é teleológico/pensado através de finalidades; técnico, exigindo instrumentos específicos, e interativo-social, intrínseco à cooperação entre os homens (ALVES, 2012). E ao analisar alguns estudiosos que ancoram suas pesquisas no mundo do trabalho. Nota-se que os mesmos relatam que o trabalho é o grande mediador da relação dialética entre sociedade-natureza. E que o mesmo, constitui-se em uma condição essencial para a existência humana.

O trabalho é categoria fundante do mundo dos homens ao atender simultaneamente as necessidades de toda sociabilidade: produção e reprodução da subsistência sem a qual nenhum ser humano sobreviveria, e na medida em que os homens, ao transformarem esse mundo natural, transformam a sua natureza social, esta transformação se processa objetivamente e subjetivamente. Entende-se o capital como uma relação social que subordina estruturalmente o trabalho e o subjuga de forma radical no modo de produção capitalista. Compreende-se o trabalho em sua condição ontológica, na unidade valor de uso e valor de troca,



mediador universal da relação homem-natureza e que no modo de produção capitalista assume a forma plena de mercadoria. (OIVEIRA, 2011,p. 182)

Sendo assim, com base nas leituras de Alves (2012), Oliveira (2012) e Thomaz Junior (2004) compreendeu-se que o trabalho contemporâneo se insere na lógica de acumulação de capital, baseada na extração de Mais-Valia. Ou seja, o trabalho emerge enquanto mercadoria, sob o regime do salariedade, com todas as formas de transformação da natureza articuladas em um sistema de produção: o mundo do trabalho. O trabalho perde sua essência e torna-se alienação, na medida em que o trabalhador não se enxerga enquanto explorado, caminhando-se para o avanço das forças produtivas sob formas sociais estranhadas: espaços de barbárie social.

De acordo com Oliveira (2012), no atual modo de produção, a transformação da natureza pelo trabalho é um valor de troca, retirando-se seu sentido concreto e transformando-o em abstrato. Uma vez que, por estarmos inseridos no modo de produção capitalista, o trabalho deixa de ser um trabalho útil (vivo/concreto), e passa a ser um trabalho alienado (morto/alienado). Que na execução desse último há uma perda total ou parcial da consciência do seu criador, o qual passa por um processo de alienação, que retira a essência do ser e o coisifica.

Enquanto o trabalho útil-concreto é qualitativo e cria valores de uso necessário ao ser humano, para satisfazer socialmente as suas necessidades físicas e espirituais, o trabalho abstrato é, pura e simplesmente, qualitativo, a substância e a grandeza do valor, e produz mais-valia (valor excedente para o capital). (CHAGAS, 20012, p. 04)



Nessa discussão pode-se falar em precarização do trabalho enquanto característica inerente ao Capitalismo; mais especificamente, no pós-1973, com a mais recente reestruturação produtiva do capital. A ‘condição pós-moderna’ só pode ser compreendida levando-se em consideração a transição de um modelo fordista-taylorista para um modelo baseado na acumulação flexível, tendo o emblemático ano de 1973 como resultante de uma série de fatores adversos ao longo da década de 1960 no centro capitalista (HARVEY, 2006; 2012).

Os discentes compreenderam, embasados pela leitura de Harvey (2012), que a crise estrutural que precede os “30 anos gloriosos” é resultante de um contexto de grande capacidade excedente sem uso pelas corporações e indústrias, bem como, intensa competição entre países. A saída encontrada para que o sistema não ruísse foi a da reestruturação e intensificação do controle do trabalho: tecnologia, automação, novas linhas e nichos de mercado, dispersão geográfica. Com isso, os patrões tiravam proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de força de trabalho excedente para impor regimes de contratos mais flexíveis. Reduz-se o emprego formal regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2012). Argumenta Alves (2012), que:

[...] o novo complexo de reestruturação produtiva surge no interior da III Revolução Industrial, que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais; e, sob a mundialização do capital e do sócio-metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho (ALVES, 2012, p. 155).



Desde que se existe Capitalismo, perpassou-se por reestruturações produtivas: no século XX, com o modelo fordista-taylorista, e, a partir da crise estrutural do capital em 1973, com a universalização do toyotismo. Modelo este, *a priori*, localmente japonês (até os anos de 1970), transfigurando-se na 'ideologia orgânica' do atual processo de reestruturação, caracterizado por variadas inovações nos mais distintos âmbitos: organizacionais, tecnológicas, sócio-metabólicas, econômicas, geoeconômicas, político-institucionais e culturais (ALVES, 2012).

As consequências para a classe-que-vive-do-trabalho são diversas, para não dizer desumanas, a citar: desproletarização, ampliação da informalidade, subproletarização (trabalhos parciais, terceirizados, temporários, precários), feminização, superexploração, exclusão dos jovens e idosos e expansão do trabalho infantil (THOMAZ JUNIOR, 2004). Nas palavras do coordenador do CEGeT⁵⁰:

Por outro lado, o mais importante aspecto do ponto de vista da regulação social, é que quase tudo que até meados dos anos 80 era considerado ilegal, como vínculo de trabalho sem carteira assinada ou sem registro, contrato temporário, instabilidade, jornada com duração variável, ganharam não somente dimensão da legalidade, mas também da chancela de legitimidade (THOMAZ JUNIOR, 2004, p. 8).

Portanto, a precarização do labor humano se coloca enquanto tendência da organização social contemporânea, com

⁵⁰ Centro de Estudos de Geografia do Trabalho [http://ceget.fct.unesp.br/].



implicações diretas nas concepções de espaço e território: outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para serem decifrados (não é somente uma fábrica; da mesma forma, não é somente o trabalhador que vende sua força de trabalho).

PRECARIZAÇÃO/PRECARIEDADE DO TRABALHO: ANÁLISE REFERENTE À FÁBRICA.

Tais fundamentações puderam ser visualizadas, tanto nas discussões realizadas no ambiente acadêmico, atreladas ao mundo do trabalho, quanto nas observações de campo na fábrica visitada. Ao longo das discussões efetivaram-se diálogos sobre a relação entre a produção do espaço e temas abordados: as metamorfoses do trabalho implicam em reordenamentos territoriais - fábricas menores, que sustentam a demanda por mercadorias, descentralizadas em porções do espaço; deslocamentos pendulares da classe trabalhadora pelo território (interurbano, intercampo ou campo-cidade); tendência à expansão da camelotagem e da terceirização, e a consequente desterritorialização dos trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2004).

Estes são somente alguns exemplos de materializações espaciais que espelham a retirada da concha de seu caracol; ou seja, a alienação do trabalhador, através da separação de seu saber/fazer do produto final de seu esforço. Para Antunes (2005), no mundo contemporâneo, percebe-se uma ‘explosão’ do chamado ‘não-trabalho’ (quase um terço da força humana disponível para o ato laboral se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia os efeitos do desemprego estrutural). Seja no Centro ou na Periferia, presenciam-se as vicissitudes da precarização do trabalho: o aumento do desemprego em países como Alemanha e França; as condições degradantes de trabalho na Índia e na Rússia pós-soviética; o modelo japonês de intensa



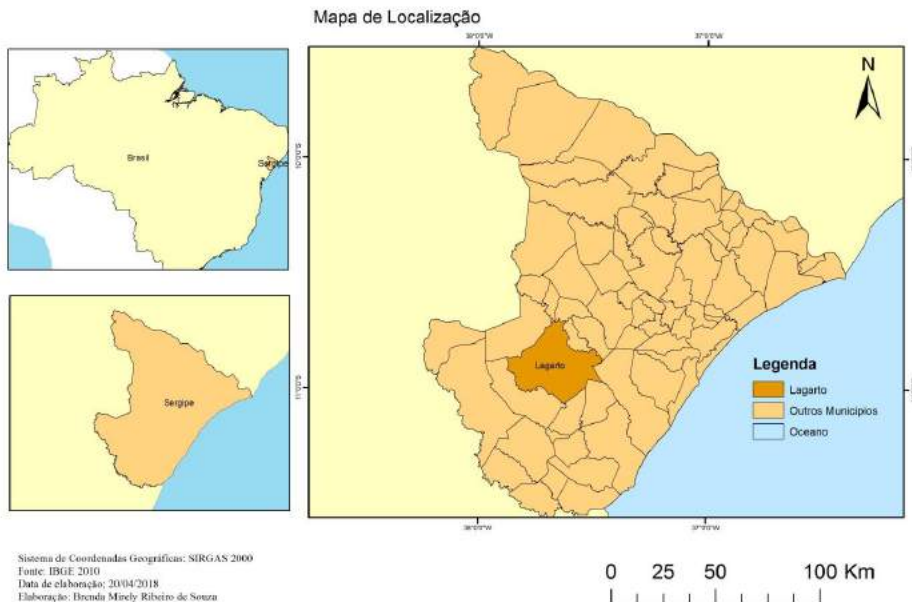
exploração trabalhista, marcada por cargas horárias extenuantes e suicídios em massa (ANTUNES, 2005).

No Brasil, a década de 1990 configurou-se determinante para a consolidação de uma conjuntura de transformações territoriais: o inchaço do mercado financeiro e uma reestruturação produtiva que implicou na generalização do trabalho precário. Tal realidade se fez em poderoso instrumento de desorganização e fragilização da classe trabalhadora, com o esvaziamento do sentimento de pertencimento de classe. Uma plasticidade do trabalho aos moldes dos interesses capitalistas; encolhem-se os trabalhadores formais e expandem-se o subemprego, a terceirização, o trabalho temporário e o trabalho domiciliar (THOMAZ JUNIOR, 2004).

O trabalho de campo organizado à fábrica Unibom, no município de Lagarto no Centro-Sul Sergipano (figura 1), ofereceu mostras dessa precarização/precariedade.



FIGURA 1– Mapa de Localização, Lagarto, Sergipe.



Fonte: SOUZA, B. M. R. (2018)



A princípio, tem-se doces, conhecidos popularmente como ‘quebra-queixo’ enquanto mercadoria produzida no circuito de realização de mais-valia, destinadas para os consumos local/regional/nacional. Desse modo, trata-se, *a priori*, de uma pequena fábrica, sem uma demanda expressiva, e, ao mesmo tempo, sem exigência de força de trabalho qualificada, pois a própria mercadoria determina pouco investimento em Capital Constante (maquinário, ferramentas em geral, infraestrutura). Com isso, a organização social do trabalho apresenta-se precarizada, em um espaço insalubre, caracterizado pela falta de ventilação e equipamentos de proteção individual que possam prevenir os trabalhadores de possíveis acidentes.

A maior parcela dos trabalhadores é formada por mulheres, com idades entre 20 e 35 anos, sendo habitantes do próprio município, que interromperam os estudos para conseguir algum tipo de remuneração. Os homens, por sua vez, são responsáveis pelo trabalho braçal, vinculado à caldeira e ao corte dos doces, retirados em forma de placas quadriculadas.

Os discentes observaram que a presença da esteira possibilita uma leitura sobre a complexidade das relações de produção, baseadas na acumulação flexível, mesclando características de modelos como o Fordismo-Taylorismo. Porém, ao contrário do trabalhador formal industrial típico do modelo fordista durante o Estado de Bem-Estar, percebeu-se uma força de trabalho descartável, desumanizada, que adentram o âmbito da fábrica às 06h:30min, com pausa para almoço entre as 12h:00min e 13h:00min, indo até as 17h:00min; realidade esta que contraria os relatos dos próprios trabalhadores que apontam uma carga horária de oito horas diárias. Ou seja, formas de trabalho baseadas na acumulação flexível toyotista.



O trabalho repetitivo, comparado ao que faz o personagem principal de *Tempos Modernos* (Estados Unidos, 1936, 83 min.), associado à uma carga horária extenuante, à falta de equipamentos

de proteção (não existem instrumentos para proteção contra cortes ou possíveis acidentes com máquinas empacotadeiras), nos faz repensar a ideia de ‘globalização’ e/ou o discurso de modernização de todas as coisas que conhecemos, pois, conforme Mészáros (2011, p. 111): “Assim, a ‘globalização’, muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação”.

O coco, servido para a produção dos doces tem como procedência o município sergipano de Estância; enquanto as mercadorias são comercializadas para os estados de São Paulo, Piauí e Maranhão, realizando, desse modo, o capital enquanto relação social, penetrando no domínio da circulação (MÉSZÁROS, 2011). Os contratos de trabalho variam entre 15 dias e 9 meses, no máximo; com salários calculados por produção: a cada 200 caixas de doces, ganha-se 1 real, somando-se ao mês em torno de 600,00 reais. Portanto, a face mais desumana de uma fase de reestruturação produtiva, marcada pela barbárie social, com o retrocesso nas condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, faz-se necessário salientar a importância que a graduação em Geografia possui no desvelar as metamorfoses do mundo do trabalho, no século XXI. Desse modo, percebe-se que os textos e discussões realizadas em sala de aula e o trabalho de campo realizado à fábrica de doces Unibom configuram-se em práticas teórico-metodológicas reveladoras acerca de relações precarizadas de trabalho. A condição



espacial, que se faz em condição social, expressa os dinamismos humanos, que também abarca o trabalho e suas ressignificações a partir do desenvolvimento e avanço das forças produtivas, na atual sociedade do capital. Sendo que, o trabalho/transformação das coisas em prol da satisfação das necessidades, característica que difere o ser humano dos demais seres vivos, é alvo da reificação e alienação, marcada pela extração de valor através de um excedente de trabalho. A força humana, da mesma forma que tudo no mundo, transforma-se em mercadoria, paga com um salário, e elemento fundamental para a acumulação de capital.

Visto que, cada vez mais o que se assiste é um processo de fragmentação do sentido concreto do trabalho que o distorce, dando-lhe plasticidade e flexibilidade: trabalhos temporários, informais, subcontratados, domiciliares e terceirizados, sinônimos da negação dos direitos trabalhistas e de um mínimo bem-estar para a sobrevivência: PRECARIZAÇÃO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. 2 ed. Londrina: Práxis, 2007. 288p.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e a sua Concha**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005. 135p.

CHAGAS, Eduardo, F. **A determinação dupla do trabalho em marx: trabalho concreto e trabalho abstrato**. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/A-determina%C3%A7%C3%A3o-dupla...-Ed.-Chagas.pdf>. Acesso em: 21/03/2018.



OLIVEIRA, Vanessa Dias. A informalidade do/no mundo do trabalho e os trabalhadores informais precarizados em Itabaiana/se. **Revista Geonordeste**. Ano XXII, n.2. p.179-197. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2421> Acesso em: 10/03/2018.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. O trabalho na mediação homem-natureza. In: CARVALHO, Márcia Eliane Silva; SANTOS, Ana Rocha dos (orgs.). **O fazer geográfico: teoria e prática**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 129-162.

_____. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 2012. 23ª ed. 326p.

MARX, Karl. **O Capital: Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução**. São Paulo: Cortez, 2009.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, v.19, n.37, 2004.



BOLSA FAMÍLIA NA COMPOSIÇÃO DA RENDA CAMPONESA: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE JAPOTÃ/SE⁵¹

Lucas Feitosa dos Santos
Universidade Federal de Sergipe/UFS
Graduando em Geografia
lucasgeografia1@gmail.com

Núbia Dias dos Santos
Universidade Federal de Sergipe/UFS
Doutora em Geografia
nubisantos85@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise do programa de distribuição de renda Bolsa Família e seus rebatimentos no município de Japoatã/SE e na comunidade de camponeses de Ladeiras “A”. Essa política pública de distribuição de renda mesmo não sendo uma política voltada para o desenvolvimento das atividades agrícolas auxilia para a reprodução social do camponês, complementando a renda proveniente da lavoura e da venda da força de trabalho. Nesse sentido, o programa Bolsa Família auxilia e retarda a saída do camponês do campo, colaborando para o aumento da renda onde conseqüentemente as famílias camponesas beneficiadas obtêm acesso a bens e produtos não produzidos por eles, acessando o mercado de bens e serviços, retirando milhares de famílias da pobreza e da extrema pobreza no campo e na cidade. Os processos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram: trabalhos de campo realizados na comunidade

⁵¹ Pesquisa realizada com bolsa de iniciação científica da COPES/UFS.



por meio da aplicação de formulários aos camponeses entrevistados, obtenção de dados secundários obtidos nos órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Desenvolvimento Social e Caixa Econômica Federal, além de revisão bibliográfica sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: camponesinato, política pública, Bolsa Família.

INTRODUÇÃO

Apesar do Programa Bolsa Família - PBF não ser uma política voltada para o desenvolvimento das atividades agrícolas dos camponeses, essa é uma fonte de renda que auxilia a fixação do camponês no espaço rural. A partir da análise dos dados obtidos em campo e dados obtidos junto a órgãos governamentais, constatou-se que o Bolsa Família é uma das políticas públicas junto a Seguridade Social Rural que mais tem acesso os camponeses e que auxilia a permanência do homem camponês no seu lugar (SANTOS, 2012).

Os Programas de Transferência de Renda foram implantados primeiramente em países da Europa a partir dos anos 1930, nos anos de 1980 ganhou destaque no âmbito internacional e no Brasil começou a se discutir programas de renda mínima somente em 1975. Esses programas visam à redução das desigualdades sociais e a distribuição monetária e também a melhoria das condições de vida do público beneficiado para que tenham acesso ao mercado de bens e serviços e consigam se reproduzir.

O Bolsa Família é um desses Programas de Transferência de Renda que visam a redução da pobreza tanto na cidade como no campo por meio do repasse monetário para famílias que vivem na pobreza e na extrema pobreza. O PBF nos últimos anos passou por uma ampliação e chegou a

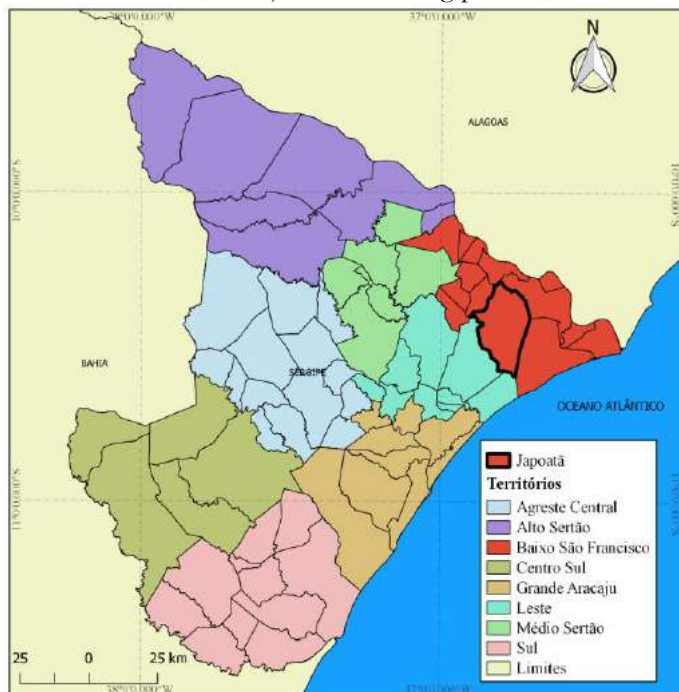


todos os municípios do país. Por intermédio do Programa Bolsa Família buscou-se unificar programas já existentes e também sua ampliação pelo território nacional, expandindo seu acesso e o alcance das famílias.

Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar o repasse do PBF no município de Japoatã e na Comunidade de Ladeiras “A”, bem como analisar se o programa pode auxiliar o homem camponês a continuar no campo como mais uma fonte de renda. No Território de Planejamento do Baixo São Francisco Sergipano no qual se localiza o município de Japoatã, encontram-se os municípios que possuem os menores - Índice Desenvolvimento Humano - IDHM (0,500 e 0,599) do Estado de Sergipe, esse índice é estipulado pela ONU para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Nesse sentido, o Bolsa Família é importante fonte de distribuição de renda no município e também no território de Planejamento (Mapa 1).



Mapa 1 – Localização do Município de estudo e dos Territórios de Planejamento de Sergipe



Elaboração: Yarin de Almeida

Fonte: IBGE, 2017.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, os programas de transferência de renda no Brasil, o alcance da distribuição do Bolsa Família no Município de Japoatã/SE e na comunidade de Ladeirasinhas “A” e as considerações finais. Para essa análise, foram coletados dados em sites como o IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Social além de dados primários coletados através da aplicação de formulários aos entrevistados e a leitura de bibliografias sobre o tema.



OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Os primeiros Programas de Transferência de Renda remontam a Europa da década de 1930, mas somente nas décadas de 1970 e 1980 esses programas se espalharam pelo mundo incluindo o Brasil. No Brasil as políticas de distribuição de renda visavam conciliar o crescimento econômico e o bem-estar das populações principalmente pobres através da intervenção do Estado que garantiria a transferência monetária para a subsistência da população pobre. (SILVA, 2004).

Mas é somente a partir de 1991 que a ideia de instituição de Programas de Transferência de Renda começa a fazer parte dos debates políticos. Nesse primeiro momento os programas são pensados e realizados em escala municipal e estadual, necessitando haver a unificação desses programas a nível federal. Além disso, o fato de o âmbito municipal não ter competência legal para o enfrentamento aos grandes poderes constitutivos como: a complexidade e coação do modelo de acumulação capitalista, da mídia e os interesses corporativos empresariais. (FONSECA, 2013; SILVA, 2004).

Contudo, mesmo nessa conjuntura, foram criados os Programas de Garantia de Renda Mínima/Bolsa Escola em 1991:

No Brasil, a ideia de instituição de Programas de Transferência de Renda começa a fazer parte da agenda pública a partir de 1991, quando é apresentado e aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei do senador petista Eduardo Suplicy, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM, para beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com uma renda de até 2,25 salários mínimos nos valores atuais. Inaugura-se, então, um processo de



desenvolvimento desses Programas, partindo de Programas de Renda Mínima/Bolsa Escola, em nível municipal, chegando à recente proposta de unificação dos inúmeros programas criados por governos municipais, estaduais e pelo Governo Federal e aprovação de uma Renda de Cidadania, incondicional para todos os brasileiros. (SILVA, 2004, p. 3).

A partir de então o debate e efetivação dos Programas de Transferência de Renda passam a se expandir além de tudo pelos problemas socioeconômicos que o país enfrentava. Dentre o mais agravante o crescimento da pobreza que afetavam fortemente as crianças e adolescentes, problemas oriundos do modelo de acumulação capitalista flexível recém instaurado no Brasil e no mundo. Além dessas problemáticas, o modelo político do país brasileiro nesse período não favorecia (e até hoje não favorece) o desenvolvimento de políticas públicas para uma total transformação da realidade e disparidade entre ricos e pobres no país. A conjuntura do modelo de acumulação capitalista nesse período fez crescer as desigualdades sociais, causando um desemprego estrutural que afetava principalmente os mais pobres. “Para diversos analistas e agentes estatais, as “políticas públicas” seriam um antídoto eficaz por justamente mobilizar as forças do Estado no sentido de impedir a “barbárie do Capital”.” (FONSECA, 2013, p. 406).

Contudo, apesar dos conflitos de interesses existentes entre as classes mais subalternas e das grandes corporações e interesses políticos, é a partir de 2003 sob o então Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas nas Políticas Públicas de Transferência de Renda no âmbito nacional. Com crescimento no seu alcance e também nos repasses destinados aos programas sociais. (FONSECA, 2013; SILVA, 2004).



Buscou-se articular os programas desenvolvidos pelos municípios e estados que enfrentavam duas problemáticas: muitos dos estados e municípios que implementavam os programas não obtinham de receitas orçamentárias para continuação dos programas e grande parcela dos grupos vulneráveis a serem atingidos pelos programas não estavam incluídos nos Programas de Distribuição de Renda, o que necessitava da intervenção do Poder Federal para a manutenção dos programas e a sua ampliação a nível nacional, além disso, somente o poder Federal a nível do Estado seria capaz, mesmo que de forma debilitada, barrar de certa medida os “poderes constituídos”⁵². (FONSECA, 2013).

Nesse sentido, o Bolsa Família foi lançado no governo Lula em outubro de 2003 com o intuito de unificar os Programas de Transferência de Renda como: Cartão Alimentação, Auxílio Gás, Programa Bolsa Alimentação e o Bolsa Escola. A unificação desses programas no Programa Bolsa Família visava o combate à fome e a pobreza em articulação com os Estados, Municípios e a União, buscando garantir a essas famílias o direito à alimentação, o acesso à saúde e a educação. O Bolsa Família foi instituído pela Lei 10.836/04 de 09 de janeiro de 2004 e institucionalizado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. (SILVA, 2004; CAIXA, 2018; MDS, 2017).

Além da descentralização dos programas dos municípios e a articulação entre Estados, Municípios e União visando à redução da fome e da miséria para as populações da cidade e do campo, o novo programa objetivava facilitar o acesso aos benefícios sob a regência de uma Secretária

⁵² O modelo de acumulação capitalista, o sistema político brasileiro e o poder de veto da mídia e de outros atores devem ser repensados para o efeito da criação das políticas públicas no Brasil.



Executiva descentralizando os Programas de Transferência de Renda dos municípios.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2017), coloca que além do repasse monetário o Programa Bolsa Família visa melhoria também de programas como a alfabetização, o acesso à educação e a saúde. Objetivando esforços para a sobrevivência das famílias com a prerrogativa que os filhos com idade escolar estejam na escola, à frequência regular aos postos de saúde entre as crianças de 0 a 6 anos de idade, manter atualizado o cartão de vacinas, frequência de mulheres gestantes aos exames de rotina, retorno de adultos analfabetos à escola, devendo todas as famílias participar de ações de educação alimentar que devem ser oferecidas pelo Governo.

O Bolsa Família é um benefício da assistência social amparado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. O Cadastro Único - CAD, para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

O programa Bolsa Família é constituído por famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa. Já as famílias pobres são aquelas que possuem renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa. Para fazer parte do programa as famílias pobres participam desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. (MDS, 2017).

Para se candidatar ao programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados há



menos de dois anos. O cadastramento é um pré-requisito, mas não implica na entrada imediata das famílias no programa, nem no recebimento do benefício. Mensalmente, o MDS seleciona de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício.

A seleção das famílias é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com base nos dados inseridos pelas prefeituras no Cadastro Único dos Programas Sociais do

Governo Federal. A seleção é mensal, e os critérios usados são a composição familiar e a renda de cada integrante da família. (CAIXA, 2018).

Já os tipos de benefícios vão além do Benefício Básico que é concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa), no qual o auxílio é de R\$ 85,00 mensais. Além desse, há o Benefício Variável destinado para as famílias pobres e extremamente pobres, que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 16 anos incompletos. O valor de cada benefício é de R\$ 39,00 e cada família pode acumular até cinco benefícios por mês, chegando a R\$ 195,00. O Benefício Variável de 0 a 15 anos é destinado a famílias que tenham em sua composição, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos de idade. (MDS, 2017).

Além desses existe também o Benefício Variável Jovem que é destinado às famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição familiar adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R\$ 46,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 92,00. Há também o Benefício para Superação da Extrema Pobreza que é destinado às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza. Cada família pode receber um benefício por mês. O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da



família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família. (CAIXA, 2018).

O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família. Vale salientar que as famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável Jovem, até o máximo de R\$ 372,00 por mês. Como também, podem acumular 1 (um) benefício para Superação da Extrema Pobreza. (MDS, 2017).

Em todo o Brasil mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família (CAIXA, 2018). Isso foi possível a partir da ampliação e unificação dos Programas de Distribuição de Renda, que no governo Lula foram unificados no Bolsa Família e implantado em todo o território Nacional, chegando a municípios como Japoatã e também nos demais municípios do Território de Planejamento do Baixo São Francisco Sergipano onde se encontram os menores IDH-M do Estado. Esse avanço demonstra a importância dos Programas de Distribuição de Renda para os habitantes do município que vivem tanto na cidade e no caso em análise no campo, na comunidade de Ladeirashas “A” auxiliando na permanência do homem no campo aliando-se a outras estratégias de reprodução social do camponês no seu lugar.

O ALCANCE DA DISTRIBUIÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE JAPOATÃ/SE E NA COMUNIDADE DE LADEIRINHAS “A”

O município de Japoatã localiza-se no Território de Planejamento do Baixo São Francisco Sergipano que serve de base para o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas. Conta com uma população predominante pobre onde mais da metade da população residem na zona rural (66,67%) cerca de



8.626 habitantes e (33,33%) cerca de 4.312 habitantes na zona urbana (IBGE, 2010). Os dados mostram a superioridade do número de moradores residentes na zona rural comparando com os da zona urbana.

Segundo a EMDAGRO (2008) o município se caracteriza por uma economia que assim como os demais municípios do Território de Planejamento do Baixo São Francisco, tem se comportado de maneira tímida apresentando uma população predominantemente pobre com acessos irregulares ao mercado de produtos e serviços, assim como havendo oscilações econômicas em função da sazonalidade da produção rural.

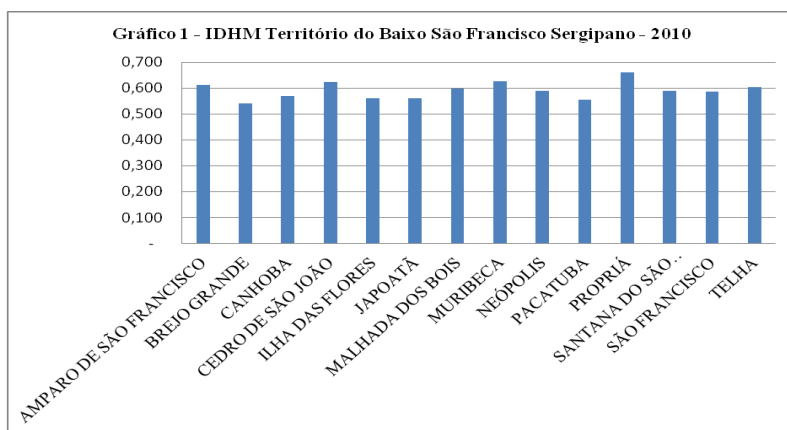
Devido às sazonalidades da produção agrícola e da falta de investimento do Estado em políticas públicas para o desenvolvimento de atividades agrícolas para a agricultura familiar camponesa, o Bolsa Família se caracteriza como forte componente que auxilia o homem do campo a permanecer na zona rural do município. A composição da renda do camponês é fundamentada em três aspectos fundamentais, são eles: a produção própria na terra, à venda da força de trabalho e o recurso oriundos dos instrumentos das políticas públicas como o Bolsa Família.

O Bolsa Família como uma política pública de distribuição de renda foi pensado para unificar os programas de distribuição de renda com o intuito de diminuir as desigualdades sociais e retirar crianças de trabalhos penosos nas diferentes regiões do Brasil, tanto na cidade como no campo. Nesse intuito, a análise feita demonstra como o Bolsa Família tem rebatimentos no campo e auxilia junto a outras estratégias a permanência da unidade familiar camponesa nos diferentes espaços rurais do Brasil.

Nesse sentido o PBF é um dos programas sociais mais acessados por parte das populações a que são destinadas, inclusive nos espaços rurais. Este programa tem contribuído



em certa medida para a distribuição de renda no campo e para a consequente diminuição das desigualdades sociais. O Bolsa Família apresentou expansão nos últimos dez anos, chegando de fato a todos os municípios brasileiros, sobretudo os da Região Nordeste do País, incluindo o município Japoatã localizado no Território de Planejamento do Baixo São Francisco Sergipano, com IDH-M mais baixos do Estado de Sergipe. (Gráfico 1).



Fonte: IBGE/Censo demográfico, PNUD/Atlas do desenvolvimento humano

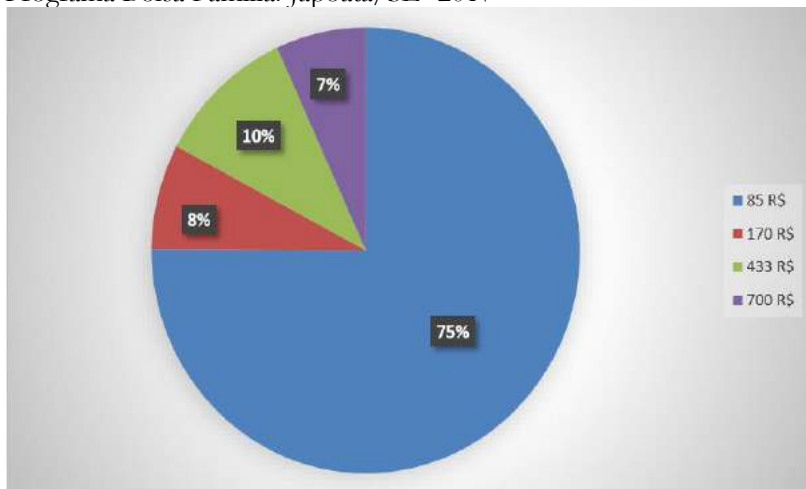
Nota: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

É impossível falar de políticas públicas de distribuição de renda direcionadas a família do campo e da cidade sem mencionar o Programa Bolsa Família. E no Município de Japoatã/SE o total de famílias inscritas no Cadastro Único em junho de 2017 era de 4.207 dentre as quais 3.159 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00; 322 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 440 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; 286 com renda



per capita acima de meio salário mínimo. O PBF beneficiou já no ano de 2017 cerca de 2.627 famílias, representando uma cobertura de 127,8 % da estimativa de famílias pobres no município de Japoatã. (MDS, 2017).

Gráfico 2 - Renda Per Capta por Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Japoatã/SE- 2017



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Social.
Organização: Feitoza, D, S, 2017.

Diante disto, as famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 171,83 e o valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 451.391,00 no mês de junho. Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de março de 2017, atingiu o percentual de 93,0%; para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 1.912 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 2.056. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 86,1%, resultando em 359 jovens acompanhados de um total de 417. Já o acompanhamento da



saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2016, atingiu 58,0 %, percentual equivalente a 1.218. (MDS, 2017).

Os rebatimentos no município de Japoatã e na comunidade de Ladeirashas “A” abarcam famílias de um total de 2.100 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município (MDS, 2017). Com diferentes quantitativos de Renda Familiar que é um dos componentes para o recebimento do Bolsa Família (Quadro 1).

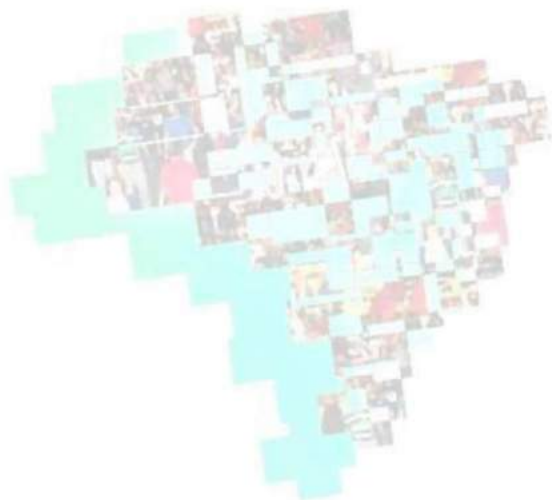
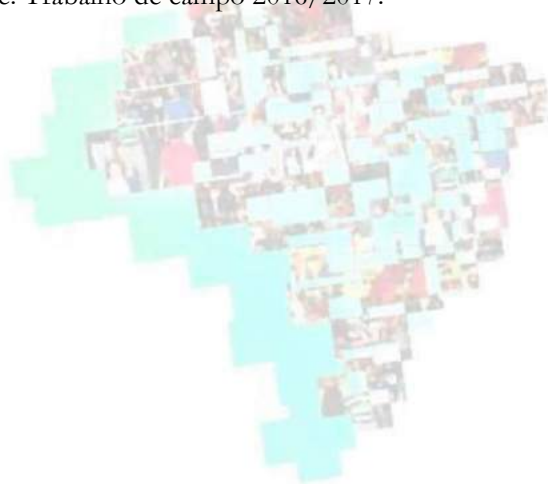




Tabela 1. Acesso ao Bolsa Família como componente da renda segundo a faixa etária. Ladeiras “A”, 2016/2017.

Nº Total da Composição Familiar.	Faixa Etária	Menos de 1 Salário Mínimo	Até 1 Salário Mínimo	Até 2 Salários Mínimos	Não possuem renda
79	0 a 19	3,4%	-	-	96,6%
	20 a 59	38,6%	13,8%	2,6%	45,0%
	Acima de 59	9,0%	72,8%	18,2%	-

Fonte: Trabalho de campo 2016/2017.





Observa-se que na Faixa Etária de 0 a 19 anos, 96,6 % não possuem renda, isso demonstra que uma grande demanda do programa Bolsa Família, que é destinado para crianças e jovens consideradas aptos a acessarem o programa. Em contra partida, na faixa etária acima de 59 anos os dados mostram que 72,8% possuem renda de até 1 salário mínimo/mês, revelando a presença da Previdência Rural ligada a política de Seguridade Social como fator positivo para o camponês a fim de dar continuidade a sua reprodução social e de suas famílias no campo.

O Programa Bolsa Família como política pública de distribuição de renda e diminuição da desigualdade, é uma das políticas mais acessadas pelos camponeses residentes no município, o que demonstra sua importância para a permanência dos camponeses nos espaços rurais de Sergipe e do Brasil. Esse programa inclusive é uma importante fonte de renda que auxilia para que essas populações tenham acesso ao mercado de bens e produtos. Nesse sentido, tornando-se importante fator estratégico para a reprodução camponesa nos espaços rurais do país, retardando assim a desapropriação e a saída do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos formulários aplicados *in loco*, nota-se que as políticas públicas que mais agem para a permanência do homem camponês no campo são as políticas de distribuição de renda como o Bolsa Família. Cerca de 96,6% dos entrevistados não possuem renda, em contrapartida recebem auxílio do programa, já a Seguridade Social Rural é acessada por 100% dos entrevistados. Nesse sentido, por via da coleta de dados e em seguida sua tabulação, foi notório que esses programas têm rebatimentos na comunidade, no município e acabam por



dinamizar a economia do estado ao tempo em que essas famílias tem acesso ao mercado de produtos e bens de consumo, auxiliando o camponês a continuar no campo, complementando a renda do trabalho agrícola por meio dessas políticas.

Tem-se uma dualidade quanto ao acesso e aos efeitos das políticas públicas pelos camponeses pesquisados. De um lado as políticas como PRONAF e PAA quando acessadas contribuem para auxiliar na melhoria dos processos produtivos, onde em alguns casos auxiliam no aumento dos ganhos com a lavoura, mas que, no entanto, são ganhos sazonais. Em contrapartida a esse contexto, o Bolsa Família a Previdência Social Rural tornam-se mais singulares na medida em que tem-se rendimentos fixos e mensais, enquanto os rendimentos do trabalho na atividade agrícola são esporádicos e indefinidos.

Mesmo com os limites e os efeitos das políticas públicas, o Programa Bolsa Família teve grandes avanços principalmente no governo Lula de 2003 a 2007 como a política pública de distribuição de renda mais acessada pela população brasileira, repercutindo no município de Japoatã e como contatado *in loco* na comunidade de Ladeirashas “A”. Por meio da aplicação de formulários aos entrevistados fica claro como essa política pública contribui para que a população japoatanense e também os camponeses na sua reprodução e da sua família, tornando-se a política pública mais acessada por esses sujeitos. Com isso, a venda da força de trabalho aliados ao Bolsa Família e a Seguridade Social acessado pelos apresentados são importantes componentes estratégicos para os camponeses permanecerem no campo complementando nesse sentido a renda obtida por meio das atividades com a terra que são sazonais.

Além disso, é necessário enfrentar os grandes poderes constitutivos para alcançar assim, uma sociedade mais



igualitária, enfrentando a pobreza não somente no sentido de bens materiais, mas como coloca Pedro Demo (2006) retirar os pobres da subalternidade para que sejam sujeitos ativos das suas próprias realidades e não aguardem sempre por ajuda de terceiros e do próprio Estado. Conseqüentemente, a nação será constituída por indicadores sociais mais intensos, com igualdade e justiça social para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL/MESA. **Cartilha do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2003.

_____. BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://mds.gov.br/> Acessado em: 03 de novembro de 2017.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acessado em: 03 de novembro de 2017.

DEMO, Pedro. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Autores Associados, 2006.

FONSECA, Francisco. **Dimensões críticas das políticas públicas**. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. 11, p. 402-418, 2013.

GOVERNO DE SERGIPE. Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e Agrário. Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe. **Informações Básicas Municipais. Município de Japoatã**, 2008.



IBGE. **Censo Demográfico – Número de habitantes por sexo e área de domicílio.** Disponível em:<
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=t&o=25&i=P>>. Acessado em: 03 de novembro de 2017.

PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMILIA. Disponível em:
www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

SANTOS, N. D. dos. **Pelo Espaço do Homem Camponês: Estratégias de Reprodução Social no Sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas.** São Cristóvão: UFS/NPGEO, 2012. (Tese de Doutorado em Geografia).

SILVA, C. B de C. e. SCHNEIDER S. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2015.

SILVA, Ladjá Maria de Lima. **Caracterização do Espaço Geográfico do Povoado Ladeirashas “A”.** Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura em Geografia) - Polo Regional de Propriá, Programa de Qualificação Docente II, Departamento de Geografia, Centro de Educação e Ciências Humana, Universidade Federal de Sergipe, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Os Programas de Transferência de Renda na Política Social Brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites.** Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 8, n.2, p. 113-133, 2004.



PMCMV E SUAS CONTRADIÇÕES NA EXPANSÃO DO CAPITAL

Vanilza da Costa Andrade
Doutoranda em Geografia, PPGeo/UFS
E mail: Vanilza_geo@hotmail.com

RESUMO

O eixo social e urbano do PAC com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) ganhou evidência nos investimentos do governo brasileiro, sendo considerado um importante instrumento para amenizar os efeitos da crise econômica internacional de 2008, através do discurso ideológico de resolver o problema do déficit habitacional no país. O PMCMV ganhou destaque na lógica da mundialização do capital no Brasil, pois se tornou um instrumento capaz de permitir a abertura de novos espaços para a acumulação ampliada do capital, sobretudo, com a ampliação do crédito imobiliário individual. Desse modo, o objetivo desse texto é explicar como os interesses privados foram relevantes para a criação do PMCMV no Brasil e como este serve para inserir a classe trabalhadora no circuito internacional de financeirização.

PALAVRAS-CHAVE: Política habitacional – Estado – financeirização.

INTRODUÇÃO

Em 2007, o governo brasileiro criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o objetivo de promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no intuito de contribuir para o desenvolvimento acelerado e



sustentável do país.⁵³ Para isso, foram adotadas rapidamente “[...] medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica) [...]. Como medida de caráter anticíclico, o governo manteve os investimentos em infraestrutura previstos no âmbito do PAC” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 35). A expansão do crédito foi uma ferramenta necessária para “abrandar” os efeitos da crise que se instalou no mundo capitalista.

O eixo social e urbano do PAC com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)⁵⁴ ganhou evidência nos investimentos, sendo considerado um importante instrumento para amenizar os efeitos da crise econômica internacional de 2008⁵⁵, através do discurso ideológico de resolver o problema do déficit habitacional no país.

Conforme destaca Rolnik (2015)

[...] o aumento exponencial da disponibilidade de crédito – inclusive de crédito imobiliário, uma das medidas centrais do econômico desenvolvimentista – incidiu de forma intensa sobre os preços dos imóveis. Isso se deu particularmente após 2009, quando já vigorava a crise financeira internacional detonada pela derrocada do crédito *subprime* no mercado hipotecário norte-americano. Nesse contexto, um programa de estímulo à produção de casas – o Minha Casa, Minha Vida – lançou 100 bilhões de reais em crédito imobiliário residencial em dois anos, articulado a um programa de subsídios para a compra de 1 milhão de unidades residenciais produzidas

⁵³ <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>

⁵⁴ O PMCMV foi criado através da Medida Provisória 459/2009, transformada na Lei 11.977/2009, que, por sua vez, foi alterada pela medida provisória 514/2010 e por fim foi convertida na Lei 12424/2011.

⁵⁵



pelelo mercado privado. Essa mesma conjuntura coincide com a preparação de doze cidades brasileiras para receber a Copa do Mundo de 2014, e, no caso do Rio de Janeiro, também as Olimpíadas de 2016, potencializando a expansão do complexo imobiliário-financeiro no Brasil e agudizando a financeirização da terra urbana e da moradia (p. 279).

O PMCMV ganhou destaque na lógica da mundialização do capital no Brasil, pois se tornou um instrumento capaz de permitir a abertura de novos espaços e/ou territórios para a acumulação ampliada do capital, sobretudo, com a ampliação do crédito imobiliário, sendo o “[...] PAC II e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, desenhado por empresários da construção e do mercado imobiliário em parceria com o governo federal. Teve então início um *boom* imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades” (MARICATO, 2013, p. 23).

Nesse contexto, o objetivo desse texto é explicar como os interesses privados foram relevantes para a criação do PMCMV no Brasil e como este serve para inserir a classe trabalhadora no circuito internacional de financeirização. Para atender tal objetivo utilizou-se como metodologia uma revisão bibliográfica e análise de discursos de cerimônias oficiais de lançamentos do programa. O método utilizado foi o materialismo histórico e dialético, porque permite ir além da aparência, além de constituir em um método que visa compreender a totalidade e de fazer a relação teoria/prática.

PMCMV E SUAS CONTRADIÇÕES NA EXPANSÃO DO CAPITAL



Compreender a “teia” na qual o PMCMV foi criado faz-se necessário, pois mediante o entendimento dessa é possível verificar as contradições e interesses que perpassam essa política social. Nessa perspectiva, o PMCMV tem em essência interesses econômicos e políticos, pois antes mesmo da divulgação oficial do Programa em março de 2009 “[...] a então ministra Dilma Rousseff já havia se reunido com empresários do setor da construção civil, tais como Cyrela, Rossi, MRV, WTorre, Rodobens e já se falava na construção de 1 milhão de casas para a faixa de renda até dez SMs” (LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA, 2013, p. 16) o que evidencia interesses privados na criação do PMCMV, caracterizando uma política de caráter econômico.

No lançamento do PMCMV 2, em 2011, Paulo Simão – Presidente da Câmara brasileira da indústria da construção (CBIC) afirmou como se deu a criação deste programa habitacional, destacando que o setor da construção foi procurado para criar o Programa, destacando a parceria feita entre o este setor e o Estado.

É com muita alegria que participamos da solenidade de lançamento da segunda etapa do programa Minha Casa Minha Vida aproximadamente há dois anos em março de 2009 tivemos a oportunidade de participar do lançamento da primeira etapa em meio de muitas dúvidas e críticas sobre o projeto que na época parecia ousado demais e em meio à crise econômica mundial muita gente desconfiava das metas propostas e das condições estabelecidas. Lembro muito bem a presidenta Dilma Rousseff no dia 9 de Janeiro de 2009, quando vossa excelência na ocasião ministra-chefe da casa civil, reuniu-se conosco e com a secretária executiva do PAC e nos comunicou um grande desafio feito pelo então presidente Lula, construir até o final do



governo um milhão de novas unidades habitacionais direcionadas às famílias com renda de até 10 salários mínimos. [...] Para o desenvolvimento de um programa com um grande desafio, o certo é que na quarta-feira seguinte nós levamos a vossa excelência uma lista de ações que nós entendíamos como necessárias e suficientes para um programa dessa magnitude. Seguiu então um período de negociações e ajustes que reuniu em contribuições de vários outros segmentos e parceiros e que resultaria lançamento do programa Minha Casa Minha Vida em 25 de março de 2009. O governo soube encontrar a um só tempo o caminho para equacionar em alguns anos o grau do déficit habitacional Brasil em um conjunto de medidas anticíclicas para enfrentar a crise financeira que o mundo vivia naquele momento. Desse modo, senhora presidente quero saudar vossa excelência pelo lançamento de mais um programa de estimável valor social e econômico quero afirmar que a indústria da construção no mercado imobiliário, representado por todas as entidades que compõem a cadeia produtiva busca se aliar com seu governo na busca dos melhores resultados em mais uma parceria que está predestinada ao sucesso temos a convicção que sobre seu comando o programa manterá a sua trajetória. (PAULO SIMÃO, 2011).⁵⁶

O discurso do presidente da CBIC é esclarecedor, pois é possível verificar em quais condições o PMCMV foi criado, permitindo que empresários da construção civil ditassem regras e normas do Programa, o que denota que os anseios da

⁵⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Td0gxLKtaP4>, acessado em 24/10/2016.



esfera privada foram postos como prioritários neste programa, embora tenha sido lançado com a política de combate ao déficit habitacional do Brasil.

O PMCMV formalizou os preceitos do Sistema de Financiamento Imobiliário, efetivando “[...] o “espírito” já corrente, desde meados dos anos 1990, de incentivo à provisão privada de habitação, por meio de medidas regulatórias e do aumento de recursos destinados ao financiamento habitacional empreendidos recentemente” (SHIMBO, 2011, p. 44 – 45). Nessa concepção, o programa foi “[...] concebido pelo setor imobiliário, o programa foi estruturado de forma a que viesse a ser executado pela iniciativa privada, indo ao encontro dos interesses da indústria da construção civil” (CARDOSO; ARAGÃO, 2011, p. 88).

Para Braga (2016) o programa apoia-se no subsídio governamental do crédito para a aquisição da casa própria. Trata-se de uma política que reproduz o padrão tradicional de articulação entre o Estado e os interesses privados que tem prevalecido historicamente no país, isto é, a espoliação dos fundos públicos em benefício da acumulação privada.

Desse modo, o PMCMV foi criado em 2009 direcionado a famílias que não têm rendimentos até famílias com dez salários mínimos, tendo como finalidade “[...] criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais” (Art.1º - Lei 12424/2011).⁵⁷ O Programa não é uma política criada exclusivamente para habitação de interesse social (0 – 3 salários mínimos), visou também criar mecanismos para

⁵⁷ Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas



movimentar a economia do Brasil através do incentivo à construção civil e ao crédito imobiliário.

O Programa Minha Casa Minha Vida é dividido em faixas de renda, sendo a primeira, denominada Faixa 1, para famílias com renda bruta mensal de até R\$ 1.800,00, conforme estabelecido na Portaria nº 99, de 30 de março de 2016, mantidos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) mais retorno do beneficiário; a Faixa 1,5⁵⁸ (até R\$ 2.350,00) e a Faixa 2 (até R\$ 3.600,00) são mantidas pelo OGU mais o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) através de subsídios e financiamento; e a Faixa 3 (até R\$ 6.500,00) é lastreada com recursos do FGTS e por meio de financiamento. No entanto, em 6 de fevereiro de 2017, o governo federal anunciou novas regras para o Programa, incluindo novos valores para as faixas 1,5 (R\$2.600,00), 2 (R\$4.000,00) e 3 (R\$ 9.000,00).

Cardoso e Aragão (2013) apresentam duas contradições básicas do Programa Minha Casa, Minha Vida e que se articulam “[...] uma primeira contradição ocorre entre os objetivos de combater a crise, estimulando a economia, e os objetivos de combater o déficit habitacional; uma segunda, decorrente do privilégio concedido ao setor privado como o agente fundamental para efetivar a produção habitacional” (p. 44 – 45). Nesse sentido, torna-se necessário questionar: como uma política de caráter anticíclico pode resolver a problemática habitacional no Brasil?

Bonduki (2009) destaca que o “[...] Minha Casa, Minha Vida fixou-se na produção de unidades prontas, mais ao gosto do setor da construção civil” (p. 13), permitindo o incremento dos financiamentos imobiliários e da expansão de construtoras, pois em nenhum momento houve “[...] estímulo à ocupação de

⁵⁸ Faixa incluída na terceira fase do PMCMV lançado em 30/03/2016.



imóveis construídos vagos⁵⁹, apesar dos inúmeros edifícios vazios existentes nos centros urbanos [...]. Prevalece, assim, a lógica de produção que interessa ao setor da construção” (FIX, 2011, p. 143). A lógica dessa política é pautada no atendimento das necessidades da esfera privada, pois priorizou/prioriza o estímulo a construção de novas unidades habitacionais, incentivando o crescimento do setor da construção civil e do capital financeiro através do financiamento imobiliário.

Desse modo, em 2007 ocorreu no Brasil um “boom” imobiliário, no qual grandes construtoras e incorporadoras abriram seu capital na Bolsa de Valores, no entanto não foi possível sustentar por muito tempo o lucro, entrando em declínio. A crise mundial de 2008 agravou ainda mais essa decadência, como demonstram Arantes e Fix,

A partir de 2006, as principais empresas construtoras e incorporadoras abriram seu capital na Bolsa de Valores, capturando bilhões de reais em poucos meses. Ao que tudo indica, gastaram grande parte na aquisição de bancos de terra. As três maiores empresas somam hoje cerca de cinco bilhões de reais em terras. Todos esses fatores somados produziram o *boom* imobiliário brasileiro a partir de 2007. O crescimento repentino com a capitalização e a ampliação do rendimento no setor foi, contudo, insustentável. Produziu-se em 2008 um pico de inflação na construção (12,2%, o dobro do índice geral) (2009, p. 14).

⁵⁹ Em 2014, os domicílios vagos somam 7,241 milhões de unidades, 6,354 milhões das quais em condições de serem ocupados e 886 mil em construção ou reforma. Já em 2014, 79% dos domicílios vagos estão na área urbana e 21% na área rural (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, p. 39, 2016).



À medida que grandes construtoras abriram o capital para a Bolsa de Valores houve “[...] a aproximação entre mercado financeiro e setor imobiliário, portanto, potencializou-se com a abertura de capital de empresas construtoras e incorporadoras na Bolsa de Valores”. (SHIMBO, 2012, p. 63). O setor da construção realizou “[...] grandes investimentos, lançando ações na bolsa e aumentando seus estoques de terrenos” (LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA, 2013, p. 16 – 17), mas com a crise de 2008 haveria uma paralisação de produção imobiliária, do financiamento imobiliário e consequentemente de mercado consumidor.

O PMCMV “[...] surge como salvação para o setor que estava entrando em crise profunda, por fatores internos e externos. No primeiro semestre de 2009, o setor da construção liderou disparado (58% acima do segundo colocado) a alta na Bolsa de Valores, impulsionado pelo anúncio do pacote habitacional” (ARANTES; FIX, 2009, p. 15). Foi perceptível a expansão das grandes construtoras no Brasil com a criação desta política social, por exemplo, a MRV engenharia, em 2006, estava presente em 26 cidades e em 2011 a empresa já estava instalada e consolidada em mais de 100 municípios espalhados pelo Brasil⁶⁰.

A política habitacional foi uma das principais medidas de combate ao impacto de crise e a instabilidade política e econômica. O aquecimento da construção civil proporciona oferta de empregos, renda e a movimentação rápida da economia, além de atingir diretamente outros setores que vão desde a indústria de cimento e cerâmica para a de torneiras e portas, por exemplo.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.mrv.com.br/historia.aspx>>, acessado em 18/09/2013.



Outro fator que levou a indústria da construção civil a ter função de minorar os efeitos da crise econômica no Brasil diz respeito ao salário/consumo. Ou seja, o consumo das pessoas desempregadas é relativamente baixo, contudo as pessoas empregadas consomem desde produtos perecíveis até bens de consumo duráveis, pois a ideologia do consumo torna esta parte fundamental para a concretude do ciclo do capital – a mídia tem papel fundamental na disseminação desta.

O fomento à construção civil, em períodos de crise, serve para que o sistema capitalista continue a gerar lucro, já que o consumo finaliza e dá início do ciclo do capital (produção, distribuição, circulação e consumo). Sem o consumo das mercadorias o capitalismo não consegue gerar o lucro necessário para sua reprodução. Por esse motivo, o PMCMV foi criado tendo como uma das finalidades “[...] criar um ambiente econômico confiável que estimule o crescimento do mercado formal de habitação e crédito, bem como a geração de emprego” (BRASIL, 2009, p. 192).

Nesse contexto, à medida que houve expansão das grandes construtoras a partir do PMCMV, o crédito imobiliário no Brasil após 2009 também teve um sobressalto, ano de lançamento do PMCMV, destacando assim que “[...] não se trata apenas do binômio Estado-mercado, mas, sobretudo, de uma articulação específica entre ambos, que existe quando se opera a partir da lógica privada de produção e quando se encara a moradia como “mercadoria”” (SHIMBO, 2012, p. 26). Esse binômio comprova que historicamente o Estado salvaguarda os interesses privados e, mediante políticas públicas permite a continuidade de reprodução do sistema sociometabólico do capital.

Com a diminuição do crédito imobiliário e da quantidade de financiamentos a partir de 2015 o presidente Michel Temer, juntamente com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e a Associação de



Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), reelaboram novas regras para o PMCMV, focando na necessidade de ampliação do número de empregos que devem ser gerados e aumento exponencial do número de crédito imobiliário e de quantidades de financiamentos. Conforme Rubens Menin – presidente da associação de incorporadoras imobiliárias (ABRAINC) afirmou na cerimônia de lançamento das novas regras PMCMV,

Hoje é um momento muito importante para nós. Eu digo ao senhor presidente que isto está sendo possível por conta do trabalho em equipe da CEBIC e ABRAINC com Ministério Planejamento, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Ministério das Cidades. Trabalhamos juntos há bastante tempo e estamos entrando numa nova fase; a promessa do setor é criar mais de 800.000 empregos. Parece muito, mas é possível. Nós temos que construir mais 200.000 unidades para faixa 2 e 100.000 para faixa 1 [...]. O Brasil tem que construir, nos próximos 20 anos, trinta e cinco milhões de moradias. Nosso setor está ocioso, temos feito 500.000 unidades por ano, nós estamos com um índice de ociosidade muito grande e as empresas têm condições de reagir e esse passo que está sendo dado agora é o passo inicial tenho certeza caminharemos muito para frente⁶¹ (RUBENS MENIN, 2017)⁶².

⁶¹ Disponível em: <
<https://www.facebook.com/mincidades/videos/1327196893992574/> >,
acessado em 08 de fevereiro de 2017.

⁶² Disponível em: <
<https://www.facebook.com/mincidades/videos/1327196893992574/>>,
acessado em 08 de fevereiro de 2017



É interessante destacar que o discurso na cerimônia de lançamento das novas regras do PMCMV dos presidentes tanto do CBIC quanto da ABRAINCO traz à tona a responsabilização, uma espécie de acordo, entre o governo e essas instituições. À medida que, o Estado muda as regras para atender aos interesses do setor privado, estas associações se comprometem em ampliar o número de emprego, ou seja, um jogo de interesses, no qual o que está em jogo é permitir que o setor da construção volte a crescer em termos de financiamentos e crédito imobiliário.

A figura 1 destaca as novas metas para o PMCMV, em 2017. É notório que o Governo Federal e setor da construção irão favorecer as faixas de renda 2 e 3, justamente as que tem o menor déficit habitacional do país.

Figura 1: Brasil: PMCMV – metas para 2017.





Nesta perspectiva, na cerimônia de anúncio das novas regras do PMCMV, em fevereiro de 2017, foi colocada a importância dessa política para tirar o Brasil da crise a qual se encontra o setor da construção. O ministro das cidades Bruno Araújo afirmou que “as ações prometem impulsionar o setor da construção civil, além de impactar a economia, gerar emprego e, sem dúvida, conceder a oportunidade de incluir novas famílias brasileiras ao programa”⁶³, já Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho e Emprego afirmou que “o governo do presidente Michel Temer busca alternativa para oferecer dois endereços dignos para o cidadão, um endereço para morar e um para trabalhar. Iniciativas como essas precisam ser louvadas”⁶⁴.

Fix (2011) destacou que o PMCMV “[...] buscou responder, a um só tempo, a problemas de *acumulação*, por meio da injeção de recursos no circuito imobiliário [...] e *legitimação*, ao responder à pressão das lutas sociais do ponto de vista da demanda por habitação e por emprego” (p. 141). Em 2017 o Estado brasileiro, mais uma vez, busca responder as demandas do circuito imobiliário, exaltando o quão importante é o setor imobiliário para resolver as “angústias” do país que é desemprego, conforme afirmou o Presidente da República Michel Temer no discurso de lançamento das novas regras do PMCMV.

Houve uma interação de diferentes Ministérios para fazer uma espécie de reformulação do Minha Casa Minha Vida,

⁶³ Disponível em: <
<https://www.facebook.com/mincidades/videos/1327196893992574/>>,
acessado em 08 de fevereiro de 2017.

⁶⁴ Disponível em: <
<https://www.facebook.com/mincidades/videos/1327196893992574/>>,
acessado em 08 de fevereiro de 2017.



mas sempre pensando que essa alteração é uma formulação no intuito de resolver a alma das angústias do nosso sistema que é exatamente o desemprego. Tenho dito com frequência que é um dos setores que mais facilmente e coletivamente pode empregar exata precisamente, o setor da construção civil. A construção civil é uma das peças-chave para a economia brasileira. O que vemos hoje é a combinação virtuosa de estímulo ao setor com o fortalecimento de um programa social da maior relevância que é o Minha Casa Minha Vida, portanto, que se de um lado prestigiamos setor produtivo do país que é a iniciativa privada, de outro lado estamos também apontando para responsabilidade social do governo⁶⁵. (MICHEL TEMER, 2017)

A importância do Estado é notória, pois ao criar e/ou estimular políticas habitacionais institui a ideologia de que está enfrentando a problemática da falta de moradia para os trabalhadores e resolvendo o problema da falta de emprego para o brasileiro, ao mesmo tempo em que, estimula a indústria da construção civil, proporcionando a expansão de grandes construtoras para novos espaços, gerando demanda e com essa o aumento do crédito imobiliário, alimentando a esfera financeira. Conforme afirmou o presidente da CIBIC no lançamento das novas regras do PMCMV.

A gente sempre brinca que o setor da construção é um intermediário entre o sonho da Maria e o emprego do João. Hoje nós estamos aqui viabilizando o sonho de muitas

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/mincidades/videos/>>, acessado em 08 de fevereiro de 2017.



famílias chegarem até a sua casa própria⁶⁶
(JOSÉ CARLOS MARTINS, 2017).

O financiamento habitacional ganhou importância considerável na atual etapa do capitalismo que se nutre das transações financeiras, pois este financiamento mediante subsídios do Estado gera um volume grandioso de crédito, movimentando o sistema financeiro com os juros cobrados.

Desse modo, “[...] Os últimos dez anos, a partir de 2005, poderiam ser chamados, sem exagero, de a década do capital imobiliário” (BOULOS, 2015, p. 11), no qual “em 2005, o montante total de crédito para a construção e financiamento imobiliário no país era de R\$ 4,8 bilhões. Em 2014 foi para R\$ 102 bilhões. Isso mesmo, crescimento de mais de 2.000% em dez anos” (BOULOS, 2015, p.11). Esse crescimento foi possível graças à intervenção do Estado brasileiro.

No Artigo 18 da Lei 12424/2011 que rege o PMCMV faixa 1 é posto que a União autorizou a transferência de recursos para o Fundo de Arrendamento Residencial FAR, até o limite de R\$ 16.500.000.000,00 (dezesseis bilhões e quinhentos milhões de reais), e para o Fundo de Desenvolvimento Social FDS, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

O Estado além de procurar através do PMCMV “salvar” o setor da construção civil lança um quantitativo muito grande de capital no sistema financeiro. Como a faixa 1 não se dá diretamente um financiamento individual (5% da sua renda mensal) o Estado através do subsídios alimenta o capital financeiro mediante aplicação dos fundos e garante a expansão do setor da construção. Outro fator que chama muita atenção

⁶⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/mincidades/videos/>>, acessado em 08 de fevereiro de 2017.



é o Estado garantir o pagamento das prestações mensais em alguns casos, o que denota a ação deste para que o setor privado lucre sem precisar se preocupar com a inadimplência, por exemplo, dos mutuários. Conforme é possível atestar no Artigo 20 da Lei 12424/2011.

Garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais); e assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários (capítulo 1 do artigo 20 da Lei 12424/2011).

O Estado passou a assumir por meio dos subsídios o risco das construtoras lançarem empreendimentos, pois serão subsidiadas e ainda o mercado financeiro tem a garantia que o Estado assumirá as dívidas em alguns casos específicos conforme consta no capítulo 1 do Artigo 20 da Lei 12424/2011.

Harvey (2016) afirmou que a participação do Estado na provisão habitacional, obviamente, aumentou e diminuiu com o passar dos anos, assim como o interesse pela habitação social. Mas as considerações do valor de troca muitas vezes ressurgem na medida em que a capacidade fiscal do Estado é colocada à prova pela necessidade de subsidiar moradias acessíveis com cofres públicos cada vez mais escassos.

O Estado lançou uma gama de dinheiro no mercado financeiro mundial. Com os subsídios dados, o Estado conseguiu inserir indivíduos que compõem as faixas 1, 1,5 e 2



ao PMCMV, ampliando a demanda das construtoras, e inserindo-os na lógica mundial de financeirização, pois os mutuários mesmo com os subsídios total, no caso da faixa 1, terão que pagar mensalmente 5% de sua renda. Shimbo (2011) destaca que a habitação de interesse social tornou-se um nicho de mercado.

Uma forma inédita de empresariamento da produção habitacional se constituiu a partir do momento em que a habitação social transformou-se, de fato, *num* mercado. Ou, em outras palavras, o mercado imobiliário *descobriu* e constituiu um nicho bastante lucrativo: a incorporação e a construção de unidades habitacionais com valores até duzentos mil reais (ou cem mil dólares, aproximadamente), destinadas para famílias que podem acessar os subsídios públicos ou não – mas que necessariamente acessam o crédito imobiliário (SHIMBO, 2011, p. 41 – grifo do autor).

Os mutuários inseridos na lógica de financeirização através do PMCMV em muitos casos não conseguem pagar as parcelas e em outros pagam, mas comprometem muito a renda familiar. A faixa 1 do programa tem um índice de inadimplência que passa dos 30%. Nas outras faixas também ocorre a inadimplência, mas o índice é menor (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2016).

Royer (2014) afirma que o cidadão beneficiário de um direito transforma-se em um cliente do sistema bancário, incluído ou excluído das modalidades de financiamento. O risco do financiamento, as garantias pessoais e reais oferecidas, o nome limpo na praça viram um problema de quem demanda a mercadoria.



Para Harvey (2016) os trabalhadores, que podem ter obtido ganhos salariais significativos com lutas travadas no mercado de trabalho e nos pontos de produção, talvez precisem sacrificar quase todos os ganhos para adquirir uma moradia como valor de uso sob condições do mercado habitacional orientadas pela especulação e depois de confrontos inevitáveis com práticas predatórias.

Desse modo, a Estado cria políticas públicas como é o caso do PMCMV, facilitando a inserção da classe trabalhadora no circuito financeiro internacional e financiando essa expansão através dos subsídios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PMCMV foi criado em 2009 com o intuito de amenizar os efeitos da crise de 2008 no Brasil, ao mesmo tempo, o programa foi elaborado junto com os empresários da construção civil, pois este setor temia a queda de investimentos e crescimento com a crise. Entre 2009 e 2014 o setor da construção teve altos índices de crescimento, no entanto, entre 2015 e 2016 a produção imobiliária começa a decair e o governo interfere mais uma vez com novas regras para o Programa em 2017, objetivando atender as demandas do setor. O PMCMV reproduz o padrão tradicional de articulação entre o Estado e as demandas do setor privado que historicamente tem se prevalecido no Brasil.

O PMCMV permitiu introduzir indivíduos cada vez mais na lógica mundial de financeirização. Braga (2016) destaca que o PMCMV além de permitir a acumulação rentista, permite através dos subsídios os créditos necessários para o crescimento das grandes construtoras e incorporadoras.

[...] Em suma, trata-se de uma política de financiamento de casa própria desenhada para



fortalecer um tipo de acumulação rentista apoiada na espoliação da economia das famílias trabalhadoras. O subsídio federal ao crédito para a construção civil é a chave do ótimo desempenho das grandes construtoras e incorporadoras, e a consequência mais notável para as cidades foi o aumento da especulação imobiliária (BRAGA, 2016, p. 83).

A ascensão do capital financeiro “[...] requer a interferência do Estado, exatamente como Marx imaginou. As políticas estatais, forjadas em resposta às exigências do capital financeiro, fazem da exportação do capital, mais que mercadorias, uma preocupação fundamental” (HARVEY, 2013, p.382), ou seja, as políticas criadas nesse período servem para auxiliar a expansão do capital financeiro, como é o caso do PMCMV.

Desse modo, o governo do Brasil ao criar o PMCMV não teve como objetivo resolver a problemática habitacional do país. Este é mais uma política pública, na qual os interesses do setor privado se sobressaem aos interesses da classe trabalhadora, mas isso não é uma novidade, já que o Estado na sociedade capitalista historicamente é o catalisador que garante o funcionamento do setor privado, mudando de feição de acordo com as necessidades estabelecidas pelo sistema.

REFERENCIAS

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana de Azevedo Barreto. Como o governo lula pretende resolver o problema da habitação. **Correio da cidadania**. v. 30 jul.2009.

BONDUKI, Nabil. Do projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista teoria e debate**. Ed. 82, maio de 2009.



BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?:** reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Habitação.** Ministério das Cidades. Brasília, 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Inadimplência do PMCMV,** 2016.

Cerimônia de lançamento do Programa Minha, Casa Minha Vida 2. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=Td0gxLKtaP4>> acessado em 24/10/2016.

Cerimônia de anúncio de novas medidas para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <
<https://www.facebook.com/mincidades/videos/1327196893992574/>>, acessado em 08 de fevereiro de 2017.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In.: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (Org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Belo Horizonte: C/ Arte, 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da



política habitacional no Brasil. In. CARDOSO, Adauto Lúcio (org). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 – Série Habitação e cidade.

FIX, Mariana de Azevedo Barreto. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011, 288 f. (Tese de Doutorado), Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas – SP, 2011.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013

LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinicius; GUERRA, Pedro. **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o Programa Minha Casa, Minha Vida**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Texto para discussão.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido. In. MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**, 1 ed, São Paulo: Boitempo, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2014.



SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social de mercado:** a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

